



Gabinete paralelo no MEC — A7

## Pastor pediu propina em dinheiro e ouro, diz prefeito

Parlamentares querem criar CPMI para investigar ministro

Um dos pastores que controlam um gabinete paralelo no Ministério da Educação pediu dinheiro e até ouro em troca da liberação de recursos para escolas e creches, disse ao *Estadão* o prefeito do muni-

cípio de Luís Domingues-MA, Gilberto Braga (PSDB). Ele acusa o pastor Arilton Moura de ter pedido R\$ 15 mil antecipados para protocolar as demandas e um quilo de ouro (equivalente a R\$ 304 mil) após a liberação, informam Breno Pires, André

Shalders e Julia Affonso. A existência do gabinete, revelada pelo *Estadão*, desencadeou reações no Congresso e pedidos ao MP, ao TCU e ao Judiciário para investigar o ministro Milton Ribeiro. Parlamentares colhem assinaturas para uma CPMI.

Notas e informações — A3

### Trinta moedas pela educação

O gabinete paralelo no MEC é grave ofensa à ordem jurídica. Educação é inegociável.

Homem de confiança — A8

## Aliado de religiosos foi nomeado gerente de projetos

Pastores que montaram o gabinete paralelo do MEC nomearam Luciano de Freitas Musse para gerente de projetos na Secretaria Executiva.

**R\$ 9,7 mi** foram pagos ou empenhados após reunião com pastores

Segurança — A14

## Ordem do crime organizado faz Cracolândia se espalhar por São Paulo

Traficantes e usuários de drogas deixaram a região da Cracolândia, no bairro da Luz, e se espalharam pelo centro de São Paulo, relata Gonçalo Junior. A polícia atribui a saída à atuação de agentes infiltrados e operações que resultaram em 92 prisões em quase um ano. A “inflação do tráfico” — alta do preço do crack — também teria desmotivado ação do crime organizado na área.



FOTOS TIAGO QUEIROZ / ESTADO



1 Entorno das Ruas Cleveland, Dino Bueno e Helvética, na Cracolândia, esvaziado após ordem do crime organizado; 2 Aglomeração na Praça Princesa Isabel, no centro, para onde usuários de drogas foram após deixar a Cracolândia



E&N Combustíveis — B1

## Alta no petróleo reforça caixa do governo em R\$ 37,2 bilhões

Salto de arrecadação ocorrerá porque o governo tem receitas relacionadas ao preço do petróleo, entre elas tributos e royalties. Receitas vinculadas à exploração de minério de ferro também aumentarão em R\$ 1,8 bilhão. A arrecadação com a exploração de recursos naturais deve somar R\$ 134,5 bilhões em 2022.

Leste Europeu — A11

## Na Europa, Biden tenta manter unida a aliança ocidental contra a Rússia

Parte dos países que apoiam a Ucrânia defende envio de mais armas, enquanto outra quer evitar escalada.

Artigo / NYT — A12

## A teoria imperial da guerra de Putin

Jane Burbank

Objetivo da Rússia, com sua guerra brutal, é reconstruir seu império — e o limite não ficará restrito à Ucrânia.

Coluna do Estadão — A2

## O pós-eleição já está na mira dos empresários

Fábio Alves — B4

Sem alívio para os juros nos EUA

Coluna do Broadcast — B14

Varejo pressiona contra importação da China por pessoa física





CAMILA TURTELLI (INTERNA)  
 TWITTER: @COLUNADOSTADAO  
 COLUNADOSTADAO@ESTADAO.COM  
 POLIFICA.ESTADAO.COM.BR/BLOGS/COLUNA-DO-ESTADAO/



## Coluna do Estadão

# Empresários pedem medidas para rever 'discreto' prestígio à iniciativa privada no País

**E**mpresários arregaçaram as mangas e vão aproveitar o ano eleitoral para discutir com parlamentares e presidenciáveis um pacote de medidas ligadas ao desenvolvimento econômico do País e aos interesses da iniciativa privada. No "pacotão" sugerido por integrantes do Instituto Unidos Brasil (IUB), que reúne 360 nomes do setor produtivo, estão, por exemplo, PECs para dar tratamento de Estado, e não de governo, à política de desoneração da folha, e uma reformulação do Artigo 170 da Carta Magna, sobre os princípios da ordem econômica, para estabelecer valores de liberdade econômica no texto. Uma forma de reverter o que apontam como um apenas "discreto" prestígio à iniciativa privada no País.

● **PERTO.** As propostas serão apresentadas a parlamentares em um seminário no mês que vem num centro de eventos em Brasília. O encontro será usado também como oportunidade para que empresários possam estreitar laços com lideranças emergentes da política para o pós-eleições.

● **CHEGA MAIS.** "Por ser um ano de eleições, entendemos que temos que fortalecer e apressar tudo que puder ser feito, além de ampliar o relacionamento que temos levado entre o setor produtivo e o Congresso", disse o empresário Nabil Sahyoun, presidente do Instituto Unidos Brasil.

● **DEMANDAS.** No foco das sugestões também estarão temas como geração de empregos, segurança jurídica e simplificação tributária. Uma rodada com pré-candidatos à Presidência da República também deve ocorrer a partir de maio.

● **DECIDI ESPERAR.** O comando das comissões permanentes da Câmara dos Deputados deve ser definido somente após o fim da janela partidária, que acaba no dia 2 de abril. O esperado é que haja muita briga interna na Casa. Um novo nome surgiu como uma possibilidade para comandar a principal comissão da Casa, a CCG: Arthur Maia (União-BR).

● **SURPRESA.** O Ministério do Turismo distribuiu um convite de um "evento-surpresa" para o ministro Gilson Machado na semana que vem. Ele deve deixar o cargo para concorrer ao Senado por Pernambuco.

● **SHOW.** Bancos e grandes empresas patrocinam congresso da Associação dos Membros do Ministério Público (Conamp) com shows de Fagner e Bell Marques. O encontro dos promotores terá apresentação de teses e é o primeiro presencial desde 2020.

## SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales



Hamilton Mourão, vice-presidente da República

● **PROVOCAÇÃO.** Lideranças bolsonaristas têm feito questão de destacar em público que Walter Braga Netto é sobretudo "leal" e, por isso, na avaliação deles, um bom nome para ser vice de Bolsonaro na eleição. O recado é para Hamilton Mourão, apontado pela claque do presidente como desleal.

● **BLABLABLÁ.** O vice, no entanto, finge que nem é com ele. Filiou-se ao Republicanos e já está de olho em vaga no Senado, e promete apoio irrestrito à reeleição do presidente.

COM MATHEUS LARA

## PRONTO, FALEI!



Henrique Meirelles  
Secretário da Fazenda de SP

"Medidas imediatistas como corte de tributos auxiliam no curto prazo, mas impõem alto custo para as contas públicas. A fatura do populismo sempre chega."

## CLICK



Cor proibida  
PL tira vermelho por Bolsonaro

O vermelho do logotipo do PL não aparece na arte do anúncio sobre o lançamento da pré-candidatura de Jair Bolsonaro, que tem pavor à cor.

**ESTADÃO**  
**BLUE STUDIO**  
 Express

SUA MARCA  
 + **ESTADÃO**

Aponte a câmera  
 do seu celular e  
 Saiba Mais



## Ótima notícia!

Agora você pode ter o conteúdo da sua empresa produzido pelos melhores jornalistas, com a chancela do Estadão.

Acesse: <https://bit.ly/3Dt080I>



AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)  
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)  
JULIO MESQUITA (1885-1927)  
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1989)  
FRANCISCO MESQUITA (1915-1968)

LUIZ CARLOS MESQUITA (1957-1970)  
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)  
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)  
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)  
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
PRESIDENTE  
ROBERTO CRISTIAN MESQUITA  
MEMBROS  
FERNANDO C. MESQUITA  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
JULIO CÉSAR MESQUITA  
LUIZ CARLOS ALENCAR

DIRETOR PRESIDENTE  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
DIRETOR DE JORNALISMO  
EURÍPEDES ALCANTARA  
DIRETOR DE OPINIÃO  
MARCOS GUTERMAN

DIRETORIA JURÍDICA  
MARILIA UEMURA SAMPAIO  
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE  
PAULO BOTELHO PESSOA  
DIRETOR FINANCEIRO  
SERGIO MALBUETRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Trinta moedas pela educação



O funcionamento do gabinete paralelo no MEC, com pastores influenciando na liberação de verbas da pasta, é grave ofensa à ordem jurídica. Educação é inegociável

Desde que o Estadão revelou, na semana passada, a existência de mais um gabinete paralelo no governo Bolsonaro, desta vez no Ministério da Educação (MEC), têm vindo à tona novos dados sobre o aparelhamento da estrutura estatal para atender a interesses de lideranças religiosas. Trata-se de uma situação rigorosamente inconstitucional, que desrespeita princípios básicos da administração pública, fere o caráter laico do Estado e, não menos importante, prejudica diretamente a qualidade da educação pública.

Revelado agora, o esquema não é novo. Foi apurado que, desde 2019, pastores evangélicos vêm exercendo influência no MEC. Esse marco temporal indica que o aparelhamento religioso da pasta da Educação não é algo meramente circunstancial, que teria nascido após a aproximação do governo Bolsonaro com o Centrão. O assunto é mais grave. Desde o início do seu mandato, o presidente Bolsonaro permitiu que a estrutura do Estado fosse usada para fins particulares, de determinados grupos religiosos.

A agravar o quadro, o aparelhamento

to não ocorreu em um setor secundário da administração federal. Entregou-se a lideranças religiosas uma das áreas mais importantes, se não a mais importante, para o futuro do País. E, consequentemente, uma pasta que possui um dos maiores orçamentos do governo federal.

Sabe-se que o MEC de Bolsonaro não funciona bem desde o início do governo. A pasta responsável por cuidar do futuro das novas gerações notabilizou-se por polêmicas, agressões, ineficiências e omissões, o que, entre outros danos, produziu significativa desarticulação com os outros entes federativos. Agora, com a revelação da existência de um gabinete paralelo liderado por pastores, conheceu-se uma nova faceta. Nem tudo era ineficiência. Para os amigos dos pastores, a verba chega rapidamente.

Segundo a reportagem do Estadão apurou, o gabinete paralelo é bastante ágil na liberação de verbas do MEC para determinados municípios, em uma velocidade que destoa dos padrões de repasses da União. Em um dos casos, a prefeitura conseguiu o empenho de parte do dinheiro pleiteado 16 dias depois do encontro mediado pelos religiosos. Durante o mês de dezembro de 2021, foram firmados, depois desses encontros com pastores, termos de compromisso, uma etapa anterior ao contrato, entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e nove prefeituras no valor de R\$ 105 milhões.

Esses dados confirmam que a atuação do gabinete paralelo do MEC é muito mais ampla do que apenas controlara

agenda do ministro Milton Ribeiro, o que já seria extravagante e incompatível com o funcionamento republicano do poder público. Os pastores exercem influência na decisão sobre o destino das verbas e a velocidade de sua entrega.

Do início de 2021 para cá, sabe-se que ao menos 48 municípios foram contemplados com verbas após encontros com os pastores do gabinete paralelo. Desses repasses, 26 deles utilizaram recursos próprios do FNDE. O restante recebeu dinheiro por meio de emendas do orçamento secreto.

A operação do gabinete paralelo no MEC merece uma responsável, cuidadosa e diligente investigação. A subordinação do Estado a interesses religiosos é grave ofensa à Constituição, além de produzir distorções, ineficiências e privilégios no próprio sistema educativo. Não é aceitável, num Estado Democrático de Direito, que a proximidade de gestores públicos com pastores evangélicos signifique condições especiais no acesso a verbas públicas.

Por força de sua missão constitucional, o Ministério Público tem especial responsabilidade no desmantelamento dessa estrutura paralela no MEC, apurando, em conjunto com os órgãos policiais, os fatos e as respectivas responsabilidades. Também o Legislativo e o Judiciário, no que lhes couber, não podem ficar passivos. É inconcebível que a definição de políticas públicas educacionais, responsabilidade fundamental do Estado, seja entregue, sem controle e sem transparência, a lideranças religiosas, sem vínculo com a administração pública. É grave traição da República.■

Fome, a outra face da guerra

A invasão da Ucrânia pela Rússia afetou duramente o mercado mundial de alimentos e fez crescer a população mundial ameaçada pela insegurança alimentar

A guerra da Ucrânia tornou real o risco de escassez de alimentos em escala planetária e fez a população mundial que passa fome, já ampliada expressivamente durante a pandemia, aumentar em algumas dezenas de milhões de pessoas em poucas semanas. Além da destruição e das mortes que a invasão da Ucrânia pela Rússia vem provocando diretamente, e gerando protestos e reações em todo o mundo, há outras consequências nem tão evidentes da guerra decidida pelo autocrata Vladimir Putin, mas igualmente devastadoras do ponto vista humanitário. O número de ucranianos que abandonaram seu país para escapar dos horrores da guerra é uma delas. Outra, que vai ficando mais nítida, é a fome em várias partes do mundo.

A invasão da Ucrânia desatou uma pérfida combinação de fatores que geraram escassez de combustíveis, de bens variados e, especialmente, de alimentos essenciais e fertilizantes. Aceleração da inflação e as dificuldades de suprimentos de insumos para o setor produtivo afetam praticamente todos os países e vêm levando as instituições de pesquisa a rever suas projeções para o desempenho da economia mundial em 2022. A população mundial já está pagando, de alguma forma, algum preço pela ambição de Putin. E poderá pagar mais.

Ucrânia e Rússia respondiam por parcela expressiva do trigo, do milho e da cevada consumidos pelo resto do mundo. Parte de sua produção ou ficou presa nos armazéns ou está deixando de ser colhida ou plantada por causa da guerra. Uma parcela ainda maior de fertili-

zantes que o mundo consome não está sendo exportada pela Rússia e por Belarus, cujo governo decidiu apoiar Putin em sua aventura na Ucrânia.

Muitos grandes países produtores de alimentos, entre eles o Brasil, podem enfrentar ou já enfrentam problemas para o plantio. Volumes recorde de grãos que vinham sendo colhidos nos últimos anos estão sob risco. E isso ocorre num momento em que um dos maiores consumidores mundiais de trigo, a China, está tendo a pior safra em décadas, por causa dos problemas climáticos, o que fará crescer suas compras externas.

Problemas gerados pela pandemia, como dificuldades para o transporte por falta de contêineres ou de navios, cortes de suprimentos de bens essenciais em diferentes segmentos da indústria e altos custos de energia, já prejudicavam a recuperação da economia mundial, agora ainda mais afetada pelas dificuldades que a guerra no Leste da Europa criou.

Pedidos de instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), são no sentido de que os países exportadores de produtos agrícolas mantenham seu fluxo de exportações. Alguns desses países tentam expandir a área cultivada com a utilização de terras que não vinham sendo aproveitadas. O impacto de medidas como essa, se houver, deve ser pequeno diante da crise

que se desenha.

Outros países podem caminhar no sentido contrário ao sugerido pela FAO. Produtores de ração animal da França pedem que o governo aumente os estoques locais, pois temem quebra da oferta de grãos no mercado internacional. A Indonésia aumenta os impostos de exportação de seu principal produto, o óleo de palma. Outros governos impõem restrições administrativas ou custos tributários adicionais para as exportações do setor agropecuário. Outros ainda simplesmente proíbem determinadas exportações. E há os que, diante de um cenário de risco de abastecimento mundial, tomam medidas protecionistas.

Nada disso ajuda o fluxo mundial de alimentos. Para aqueles que já tinham dificuldades para obter comida por causa de seu preço em ascensão, o limite da sobrevivência ficou mais próximo. Depois de permanecer estável por cinco anos, o número de pessoas passando fome passou de 720 milhões para 811 milhões durante a pandemia. A ONU prevê que o impacto mundial da guerra da Ucrânia pode levar até mais 13,1 milhões de pessoas a passar fome.

O que poderão fazer governos de países que já enfrentam crônica escassez de recursos diante do agravamento desse problema, que os afeta diretamente? O mundo ainda não mostrou que tem solução para esse drama humanitário.■



## ESPAÇO ABERTO

# Quem é o maior inimigo do agro brasileiro?

Raoni Rajão e Eduardo Assad

**É** inegável que existem interesses comerciais de diferentes países contra o agronegócio brasileiro. Afinal, cada país precisa buscar objetivos próprios que nem incluem uma pauta de abertura para os produtos do Brasil. Mas, quando os interesses estrangeiros tendem para um maior fechamento dos mercados, automaticamente partes importantes do agronegócio colocam a culpa naqueles que denunciam os problemas ambientais do País. Portanto, a tendência do setor é repetir o mantra de que o agro do Brasil já é o mais sustentável do mundo, que nosso único problema é de comunicação e que, se matarmos o mensageiro, acusando-o de “inimigo do agro”, o problema será resolvido.

A essa propensão se soma, também, uma certa arrogância de parcela do agro que se sente insubstituível, baseada na crença de que sem os produtos brasileiros o mundo irá morrer de fome. Essa visão simplista ignora um contexto internacional competitivo, em que discussões sobre soberania alimentar e geopolítica

climática se encontram.

Existe um embate no coração da União Europeia, onde a Alemanha, com apoio dos Países Baixos e de Portugal, busca empurrar o bloco na direção de uma maior abertura comercial, de modo a se beneficiar das exportações de produtos industrializados e comprar alimentos mais baratos. Já a França e a Irlanda, tradicionalmente, defendem a pauta da soberania alimentar, buscando subsídios maiores para os produtores do bloco. Um dos poucos temas que unem todos esses países é a noção de que a Europa precisa ser um líder climático. Esse objetivo geopolítico implica não só a transição para uma economia de baixo carbono, mas também a construção de regras que proíbam a importação de produtos ligados ao desmatamento.

O Reino Unido, mesmo fora do bloco, segue a mesma tendência, já tendo aprovado uma lei que impede a importação de produtos vinculados ao desmatamento ilegal, enquanto a China e os Estados Unidos divulgaram uma declaração conjunta na mais recente Cúpula do Clima com o

***É difícil de falar em práticas agrícolas sustentáveis, se as ações do governo são generosas com quem desmata ilegalmente***

mesmo objetivo.

Com o desmonte das políticas ambientais, nossos maiores compradores já estão se preparando para um cenário em que o Brasil será, aos poucos, colocado em segundo plano por causa do desmatamento. Desde o fim dos anos 1990 a União Europeia discute formas de reduzir a dependência

da importação de soja de outros países, e já identificou um potencial de expansão em áreas agrícolas abandonadas no leste europeu que somam 52 milhões de hectares, o que corresponde a boa parte da área dedicada aos grãos no Brasil. Mais recentemente, a China tem seguido por um caminho similar. Após sinalizar que está buscando reduzir sua dependência do Brasil com investimentos vultosos em países africanos, na Argentina, anunciou que irá aumentar a produção doméstica de soja em 40% como parte do seu novo Plano Quinquenal, com foco na soberania alimentar.

Por isso, enquanto o Ministério da Agricultura brasileiro projeta um aumento de mais de 32% na exportação de soja e milho até 2030, a contraparte chinesa indica que o país irá aumentar em menos de 10% a importação de soja e reduzir em 70% as compras internacionais de milho no mesmo período.

O atual conflito na Ucrânia também é peça fundamental na nova geopolítica do agronegócio global, visto que a Rússia é um dos maiores exportadores de fertilizantes do mundo e vê na Ucrânia um enorme potencial agrícola que gostaria de manter sob sua esfera de influência.

Ainda é tempo para o nosso agronegócio evitar este movimento, lento, porém sólido, de substituição dos produtos brasileiros. O País tem todos os elementos para conseguir abastecer o mundo com produtos agrícolas sustentáveis por meio de técnicas moder-

nas como o plantio direto, a integração lavoura-pecuária-floresta e a captura de carbono pelos solos agrícolas desenvolvida pela Embrapa, universidade e empresas estaduais de pesquisas.

O desmatamento, no entanto, inviabiliza o esforço tecnológico de reduzir as emissões pela agropecuária. Por exemplo, um hectare desmatado cancela o esforço de mitigação de mais de 200 hectares de recuperação de pastagens. É difícil de falar em práticas agrícolas sustentáveis, se as atuais ações governamentais são generosas com os que praticam o desmatamento ilegal. Portanto, os verdadeiros inimigos do agro são aquela minoria que soma 2% dos imóveis rurais que desmataram ilegalmente 2/3 da área perdida desde 2008 no Cerrado e na Amazônia.

Enquanto parte do agro se deixar iludir por gurus e achar que nosso problema é só de comunicação, e não de falta de ação, teremos um futuro incerto pela frente. A nossa arrogância coletiva e falta de visão contribuíram para o fim do ciclo da cana-de-açúcar, do café, da borracha e da indústria como motores da economia. Por isso a aproximação entre a ciência e as lideranças do agronegócio é tão importante. Enquanto não aprendermos com os erros do passado, estaremos fadados a repeti-los. ●

RESPECTIVAMENTE, PROFESSOR E VICE-COORDENADOR DO CENTRO DE SENSORIAMENTO REMOTO DA UFPA; E PROFESSOR DA FGV, EX-CHEFE DA EMBRAPA INFORMÁTICA AGROPECUÁRIA

## FÓRUM DOS LEITORES

O Estado reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas. Correspondência sem identificação (nome, R.G., endereço e telefone) será desconsiderada. E-mail: forum@estadonline.com

## Ministério da Educação

## O gabinete dos pastores

Deus tem seus efeitos, aos quais está destinada a salvação. Aos demais, o inferno. Essa é a polêmica doutrina calvinista da predestinação, um dos pilares teológicos da Igreja Presbiteriana do Brasil, da qual é pastor o ministro da Educação, Milton Ribeiro. Pelo visto, Ribeiro adaptou a predestinação para aplicá-la à distribuição de verbas públicas, já que em conversa gravada admitiu favorecer os “eleitos” alinhados ao governo Bolsonaro, envergonhando a República e a cristandade.

**Túlio Marco Soares Carvalho**  
tuliocarvalho.advocacia@gmail.com  
Belo Horizonte

## Eleições 2022

## Da Lava Jato às urnas

Sobre a matéria *Com anulações em série, alvos da Lava Jato devem voltar às urnas* (Estado, 21/3, A6), pior do que a sensação de

impunidade dos investigados pela infelizmente extinta Operação Lava Jato é que ainda pretendem continuar na vida pública. Uma vergonha!

**Luiz Frid**  
fridluiz@gmail.com  
São Paulo

## Absolvição popular

Que a nossa (in)Justiça desconsidere as provas dos malfeitos dos condenados pela finada Lava Jato e anule as merecidas condenações, nada de anormal no Brasil, onde só os PPPs de sempre ficam a ver o sol nascer quadrado. O pior, mesmo, é constatar estarrecido que milhões de eleitores brasileiros também os absolvam, reelegendo-os.

**Alfredo Franz Keppler Neto**  
alfredo.keppler@yahoo.com.br  
Santos

## Cracolândia

## Comemorar o quê?

Tão ou até mais estranho do que o súbito desaparecimento dos traficantes e usuários de drogas

da Cracolândia foi a exultação do secretário executivo de Projetos Estratégicos da Prefeitura de São Paulo, Alexis Vargas: “Tivemos um dia que podemos comemorar. Tivemos a saída dos traficantes da praça neste final de semana e no dia de hoje”. Como assim? Comemorar o quê? Os usuários e traficantes não desapareceram, mas espalharam-se para regiões próximas. A questão das drogas é complicadíssima, exige abordagem multidisciplinar envolvendo aspectos médicos, sociais, psicológicos, legais, entre outros, e é de solução de longo prazo, não existe mágica. Em outros países, governos locais destinaram lugares específicos para os usuários, afastados da população geral e devidamente monitorados. Não houve espalhamento nem “sumiço”. O que a Prefeitura está fazendo é literalmente jogar a sujeira para debaixo do tapete e fazer de conta que está tudo bem.

**Luciano Harary**  
lharary@hotmail.com  
São Paulo

## Guerra na Ucrânia

## Jogar a toalha?

Guerrear contra um dos maiores exércitos do mundo, sem domínio do espaço aéreo, sem acesso ao mar e com um bando de civis despreparados, armados de coquetéis molotov, não seria uma luta inglória? Se o presidente ucraniano, Volodimir Zelensky, jogasse a toalha, em que categoria de homem ele se enquadraria? Um herói abnegado, sensível, que se despojou do orgulho para evitar o massacre de seu povo e de seu país ou um covarde que abandonou seus compatriotas?

**Artur Mendes**  
artmendes@gmail.com  
Campinas

## Agronegócio

## O apoio da Embrapa

Sobre o artigo *O Brasil, o trigo e a guerra na Ucrânia* (21/3, A4), de autoria do presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agrope-

cuária (Embrapa), uma empresa estatal como a Embrapa, competente, não existe em nenhum outro país no mundo. Um orgulho para o Brasil. Meus cumprimentos ao presidente Celso L. Moretti e ao seu maravilhoso corpo diretivo pelo trabalho.

**Werner Sönksen**  
wsönksen@hotmail.com  
São Paulo

## Sociedade

## Velhice e informação

Excelente reportagem do *Estado* *Desafios do envelhecer – o que fazer quando a velhice de um familiar exige cuidados especiais* (19/3, D4). Planejar um futuro melhor para todos os idosos com saúde, interação com os familiares e a sociedade seria, antes de tudo, termos mais informações sobre esta parcela da população que cresce dia a dia e que, em 2060, será de 19 milhões de pessoas acima dos 80 anos.

**Eduardo Teixeira Netto**  
orlon\_sp@hotmail.com  
São Paulo



# POSITIVO TECNOLOGIA AVANÇA NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO E CRESCE EM SEUS SEGMENTOS DE ATUAÇÃO. AFINAL, O FUTURO SE CONSTRÓI.



Receita Bruta recorde de **R\$ 4 bilhões**, 54% superior a 2020, com forte crescimento pelo segundo ano consecutivo.



EBITDA anual de **R\$ 345 milhões** com 112% de crescimento em 2021.



Lucro líquido recorrente de **R\$ 203 milhões** em 2021, 4 vezes acima do resultado de 2020.



Lançamento das marcas **Compaq** de notebooks e **Infinix** de smartphones, completando o portfólio de marcas Positivo, Vaio e 2 A.M.



Ingresso das ações da Companhia (POSI3) no IBOV, reflexo do aumento de liquidez do papel nos últimos 12 meses.



Lançamento da **Positivo Tech Services** para prestar serviços e suporte avançado para corporações de todo o Brasil.



Comercialização do **55º** maior servidor do mundo e **1º** da América Latina.



Ampliação de clientes para fornecimento de **máquinas de pagamento**.

[positivotecnologia.com.br](https://positivotecnologia.com.br)

**POSITIVO**  
TECNOLOGIA

A íntegra das demonstrações financeiras completas e auditadas, referente ao exercício social encerrado em 2021, encontra-se disponível no website da Companhia <https://ri.positivotecnologia.com.br/>, assim como na página da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) <https://www.gov.br/cvm/pt-br>.



## ESPAÇO ABERTO

## As ideias fossilizadas do general

Ana Paula Prates, Ilan Zugman, Juliano Bueno de Araújo, Marcelo Laterman, Ricardo Fujii e Suely Araújo

Enquanto os últimos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, IPCC) trazem evidências irrefutáveis de que as emissões de gases a partir da queima de combustíveis fósseis e do desmatamento estão sufocando o planeta e colocando bilhões de pessoas em risco, o presidente da Petrobras, general Joaquim Silva e Luna, construiu uma narrativa eleitoreira e falaciosa para desmontar a necessidade premente de abandonarmos os combustíveis fósseis e ganhar tempo para adiarmos a transição energética (*Pressa no pré-sal*, 14/3, A4). O pretexto utilizado foi o de garantir “benefícios econômicos e sociais da produção de petróleo”. Uma mera avaliação do discurso de importantes atores deste setor mostra que não há mais lugar para sofismas sem conexão com a realidade imposta pelas mudanças climáticas.

Sugerir que ainda há tempo para explorar o petróleo tem por base uma premissa equivocada. O mundo tem menos de cem meses para cortar emissões de gases de efeito estufa pela metade, se quiser ter uma chance de estabilizar o aquecimento da Terra no patamar de 1,5°C preconizado pelo Acor-

do de Paris. Segundo a Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês), nenhum novo projeto de exploração de combustíveis fósseis pode ser licenciado no mundo se quisermos cumprir esse objetivo. Quando sua casa está queimando, é de bom tom não entrar nela com um galão de gasolina.

Além da imprudência climática e da grave falha ética de deixar uma conta deste tamanho para os jovens e os que ainda nem nasceram, a corrida ao fundo do poço preconizada pelo general também traz um risco real de multiplicar ativos encalhados. Sabe-se que um campo petrolífero que comece a ser explorado hoje leva cerca de 15 anos para atingir um volume de produção razoável. Ou seja, isso ocorreria em 2037, quando o processo de transição energética terá de ser uma realidade no mundo todo.

Segundo análises da mesma Agência Internacional de Energia, as políticas de combate às mudanças climáticas causarão a queda na demanda por petróleo antes de 2030. Neste cenário, governos e empresas estarão investindo em tecnologias como eletrificação de veículos, hidrogênio verde e outros combustíveis sintéticos, enquanto aqueles que permanecerem produzindo petróleo terão de lidar com os

### Presidente da Petrobras usa argumento falacioso para justificar foco no pré-sal e adiar transição para energia renovável

preços crescentes das emissões de carbono e a maior concorrência entre os produtores remanescentes.

Este processo é especialmente perverso, pois, embora se saiba que o setor de energia precisará se tornar carbono neutro, o ritmo com que isso se dará é difícil de precisar. Ao vislumbrar o pré-sal como sua prioridade, a Petrobras ignora essas incertezas e arrisca perder bilhões de reais em infraestrutura que pode se tornar obsoleta antes do que se imagina. Grandes petroleiras mundiais,

atentas a esse risco, planejam mudar o foco dos investimentos para a produção de energia renovável.

Argumentar que “a produção do pré-sal contribui para a transição” energética, com base na informação de que ele é produzido com menos emissões, ignora o fato de que o maior problema do petróleo está em ele ser um combustível fóssil, não renovável, que emite gases de efeito estufa independentemente da forma como é produzido. Segundo dados de 2020 da IEA, um barril de petróleo, depois de extraído, processado e consumido, acarretará na emissão de aproximadamente 370 kg de CO<sub>2</sub>e, ao que 7 kg a menos do petróleo produzido no pré-sal – a crer nos números do presidente da Petrobras – fazem pouca diferença. Ao focar num detalhe, essa linha de raciocínio menospreza a importância de a Petrobras planejar seu futuro, migrando das fontes sujas para as limpas. Curiosamente, ela iniciou esse processo anos atrás, investindo em etanol e biodiesel, mas deixou as renováveis de lado para focar no petróleo.

Essa inversão de prioridades pode custar caro à Petrobras. Ela deveria ter pressa para expandir seus investimentos em fontes renováveis, tan-

to as tradicionais como as novas, e desenvolver as novíssimas. Com sua experiência na cadeia de combustíveis e a enorme disponibilidade de fontes renováveis no Brasil a preços inferiores aos encontrados na maioria dos países, a Petrobras pode atingir um novo patamar como uma companhia de energias renováveis, gerando maior valor para os seus acionistas, impostos para o governo e empregos para o Brasil.

Não há mais tempo, general: não podemos pensar o futuro como uma repetição do passado. A janela para investimentos de longo prazo em fontes fósseis, como é o caso do pré-sal, já se fechou. Em breve, o petróleo será visto não como um recurso a ser explorado, mas como um problema a ser evitado. A Petrobras não deve remar contra a tendência, mas, sim, pensar nas vantagens competitivas que terá quando transformar seu portfólio em alternativas neutras em carbono. O clima e as novas gerações agradecem. ■

RESPECTIVAMENTE, DIRETORA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO INSTITUTO TALANOA; DIRETOR PARA A AMÉRICA LATINA DA 350.ORG; DIRETOR DO INSTITUTO ARAYARA; GEÓGRAFO DA CAMPANHA DE CLIMA E ENERGIA DO GREENPEACE; ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELA ESTRATÉGIA DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NO WWF-BRASIL; E ESPECIALISTA SÊNIOR EM POLÍTICAS PÚBLICAS DO OBSERVATÓRIO DO CLIMA

## TEMA DO DIA



## Sem partido

## Damares avisa Bolsonaro de desistência em disputar cadeira no Senado

Cotada como candidata ao Senado pelo Amapá, ministra tem enfrentado dificuldades para encontrar um partido. Ela enfrenta oposição do senador Davi Alcolumbre, que é candidato à reeleição e não quer vê-la como oponente. ■

5.156  
Interações

## DESTAQUE

## Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● “Gente honesta não consegue se candidatar neste país. Nenhum partido aceita.”  
MARCELO BRANT

● “Já estamos nos libertando desse grupo. Em dezembro, a gente se livra do restante.”  
LISANDRO MATTOS

● “Via que não tinha nenhuma chance nas pesquisas e resolveu não concorrer.”  
MARCELO CHELI

● “Que desista da política de vez, uma vez que ainda não aprendeu o conceito do radical polis: pluralidade.”  
ANDRÉ ALVES



## NAS REDES SOCIAIS

Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Rê de Instagram do Estadão.

www.estadao.com.br/instagram

Siga @Estadao nas redes sociais

## PRODUTOS DIGITAIS



## Adolescentes na internet



Como falar com jovens sobre nudes e segurança. ■  
www.estadao.com.br/e/seguranca

## Imposto de Renda



Resgate de declaração exige conta nível prata ou ouro. ■  
www.estadao.com.br/e/declaracao

## Aplicativo



Está sem tempo? Salve notícias e leia quando quiser. ■  
www.estadao.com.br/e/app





Gabinete paralelo

# Pastor pediu 1 kg de ouro para liberar recursos do MEC, afirma prefeito

— Gilberto Braga (PSDB), prefeito de Luís Domingues, diz ao 'Estado' que Arilton Moura cobrou propina em abril de 2021, em Brasília, após reunião com o ministro Milton Ribeiro

BRENO PIRES  
ANDRÉ SHALDERS  
JULIA AFFONSO  
BRASÍLIA

Um dos pastores que controlam um gabinete paralelo no Ministério da Educação pediu pagamentos em dinheiro e até em ouro em troca de conseguir a liberação de recursos para construção de escolas e creches, disse ao *Estado* o prefeito do município de Luís Domingues (MA), Gilberto Braga (PSDB). Segundo o prefeito, o pastor Arilton Moura solicitou R\$ 15 mil antecipados para protocolar demandas da prefeitura e mais um quilo de ouro após a liberação dos recursos. "Ele (Arilton) disse: 'Traz um quilo de ouro para mim'. Eu fiquei calado. Não disse nem que sim nem que não", afirmou Braga, que diz não ter aceitado a proposta.

O prefeito afirmou que a conversa ocorreu em abril de 2021 durante almoço no restaurante Tia Zélia, em Brasília, logo após uma reunião com o ministro Milton Ribeiro no Ministério da Educação. A reunião no MEC, fora da agenda oficial do ministro, foi uma das diversas solicitadas pelos pastores Arilton Moura e Gilmar Santos.

"Ele disse que tinha que ver a nossa demanda, de R\$ 10 milhões ou mais, tinha que dar R\$ 15 mil para ele só protocolar (a demanda no MEC). E, na hora que o dinheiro já estivesse em-

penhado, era para dar um tanto, X. Para mim, como a minha região era área de mineração, ele pediu 1 quilo de ouro", afirmou Braga ao *Estado*. Na citação de ontem, um quilo de ouro valia R\$ 304 mil.

"Ele (Arilton) falou, era um papo muito aberto. O negócio estava tão normal lá que ele não pediu segredo, ele falou no meio de todo mundo. Inclusive, tinha outros prefeitos do Pará. Ele disse: 'Olha, para esse daqui eu já mandei tantos milhões, para outro, tantos mi-

**"Ele (Arilton) disse: 'traz um quilo de ouro'."**  
Gilberto Braga  
Prefeito de Luís Domingues (MA)

lhões", declarou, se referindo a verbas do MEC. "Assim mesmo eu permaneci calado, não aceitei a proposta", disse o prefeito. Braga afirmou que até hoje não recebeu os recursos que solicitou no MEC.

**DEMANDAS.** Também nesse encontro, segundo o *Estado* apurou, o pastor repassou o número da sua conta-corrente para que prefeitos anotassem e pudessem fazer os repasses da taxa de R\$ 15 mil, apenas para dar entrada nas demandas ao ministério. Um dos presentes relatou que, após deixar "as demandas na mão" de Arilton, recebeu a conta do



Post da prefeitura de Luís Domingues (MA); reunião com Ribeiro

## Ministro nega benefício a municípios indicados pelos religiosos

O ministro da Educação, Milton Ribeiro, negou ontem o favorecimento de prefeituras indicadas pelos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura e afirmou que o presidente Jair Bolsonaro nunca pediu atendimento preferencial a religiosos na liberação de recursos do MEC. "O presidente da República não pediu atendimento preferencial a ninguém, solicitou ape-

nas que pudesse receber todos que nos procurassem, inclusive as pessoas citadas na reportagem", disse.

No entanto, em áudio revelado anteontem pelo jornal *Folha de S. Paulo*, Ribeiro fala em dar prioridade a pedidos dos pastores e diz que a liberação de recursos foi "pedido especial" de Bolsonaro.

"A alocação de recursos ocorre seguindo a legislação orçamentária, bem como critérios técnicos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE)", afirmou o ministro. ● L.P.

pastor para que o dinheiro fosse transferido. Como não efetuou a transferência, o pedido "não foi protocolado".

No encontro que antecedeu o almoço, o ministro teria afirmado que havia muitos recursos no MEC e estimulou prefeitos a buscarem verbas para seus municípios.

**PROVA.** Um vídeo postado no perfil da prefeitura de Luís Domingues no Instagram comprova que Braga esteve em Brasília e se reuniu com Ribeiro em abril de 2021. "O prefeito Gilberto Braga está nesse (sic) momento em Brasília na reunião dos prefeitos maranhenses com ministro da Educação, Milton Ribeiro, senador Roberto Rocha e a equipe do MEC", diz trecho da legenda do vídeo.

O *Estado* revelou com fotos, vídeos e documentos públicos que os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura têm livre acesso ao gabinete do ministro Milton Ribeiro e participaram de 22 reuniões no MEC.

A reportagem procurou os pastores para questionar sobre o relato de pedido de pagamento. Arilton não quis se manifestar. "Não, não vou comentar", disse. Gilmar Santos não atendeu. O jornal não conseguiu contato com o MEC. Em conversas anteriores com o *Estado*, os pastores confirmaram que usaram a relação com Ribeiro para abrir as portas do MEC aos prefeitos. E negaram ter pedido contrapartida. ●

## Congresso faz ofensiva para apurar atuação de religiosos no ministério

LARIUBERTO POMPEU  
BRASÍLIA  
RENATA CAFARDO  
SÃO PAULO

A atuação de um grupo de pastores para liberar verbas públicas no Ministério da Educação provocou reações no Congresso, chegou ao Ministério Público, ao Judiciário, ao Tribunal de Contas da União (TCU) e culminou em uma série de pedidos para investigar o titular

da pasta, Milton Ribeiro. Pelo menos uma das ações mira também o presidente Jair Bolsonaro (PL). No fim do dia, deputados e senadores começaram a colher assinaturas para a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) com o objetivo de apurar o gabinete paralelo em funcionamento no MEC.

No Congresso, até aliados do governo cobraram uma investigação. "Não pode haver dúvidas com relação à serieda-

de tanto do trabalho do ministro, principalmente da Educação, quanto do ministério", afirmou o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Parlamentares afirmaram que vão acionar a Procuradoria-Geral da República para que Ribeiro seja investigado por suspeita de improbidade. Os deputados Kim Kataguiri (União Brasil-SP) e Túlio Gadelha (PDT-PE) protocolaram pedidos para que a PGR apure as denúncias. O pedetista apresentou

requerimento para que Ribeiro seja convocado a prestar esclarecimentos na Câmara.

O senador Alessandro Vieira (PSDB-SE), os deputados Felipe Rigoni (União-ES), Tabata Amaral (PSB-SP) e o secretário municipal de Educação do Rio, Renan Ferreirinha (PSD), também entraram com ação na PGR. Em conversa gravada, Ribeiro admitiu dar prioridade ao atendimento a prefeitos que chegam ali por meio dos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, como noticiou o jornal *Folha de S. Paulo*.

**CPI.** Presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação, o deputado Professor Israel (PV-DF) disse estar confiante

na criação da CPI Mista para investigar suspeitas de irregularidades no MEC. Para ser aberta, uma comissão precisa do apoio de 172 deputados e de 26 senadores. A liderança da Minoria na Câmara encaminhou, ainda, ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, uma representação contra Bolsonaro e Ribeiro pelos crimes de advocacia administrativa e prevaricação. Em outra frente, uma representação chegou ao TCU.

Ontem, segundo interlocutores, o próprio Ribeiro teria admitido que pode deixar a pasta e indicar o secretário executivo Victor Godoy Veiga para o seu lugar. ● COLABORARAM J.A.S., RAVI MEDEIROS E NATÁLIA SANTOS



## Gabinete paralelo

# Nomeado por Ribeiro, aliado de religiosos ganhou cargo na pasta

**Advogado que acompanhava pastores durante agendas no MEC assumiu como gerente de projetos do Ministério**

JULIA AFFONSO  
ANDRÉ SHALDERS  
BRENO PIRES  
BRASÍLIA

A dupla de pastores que capturou o gabinete do ministro da Educação, Milton Ribeiro, como revelou o *Estadão*, conseguiu emplacar um homem de confiança com acesso a dados privilegiados da pasta na Secretaria Executiva, o órgão que gerencia e administra a estrutura do ministério. O advogado Luciano de Freitas Musse, nomeado gerente de projetos em abril do ano passado pelo próprio ministro, atua como apoio aos religiosos que oferecem a prefeitos o serviço de agilizar repasses de verbas destinadas à construção de escolas.

Antes de ocupar o cargo no MEC, Musse acompanhava os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura em agendas no gabinete de Ribeiro. No dia 6 de janeiro de 2021, os registros oficiais mostram uma "visita de cortesia" de Arilton em que ele estava acompanhado pelo advogado. O solicitante do encontro foi o pastor. Em ao menos outras quatro agendas oficiais, a presença de Musse como integrante da comitiva dos pastores também é registrada.

A atuação de Musse é questionada por quem acompanha o setor. "Toda vez que a decisão sobre a alocação de recursos públicos cai nas mãos de pessoas inexperientes ou que não visam o bem comum, o

mínimo que acontece é um risco ao dinheiro público. E, no limite, pode ser criminoso", disse o professor João Marcelo Borges, pesquisador da área de políticas educacionais na Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O pesquisador vê um enfraquecimento do Plano de Ações Articuladas (PAR), o sistema de planejamento da área da educação. "Quanto mais o MEC se afasta das regras do PAR, mais risco ele corre de acabar distribuindo recursos apenas por razões políticas."

Em uma série de reportagens, o *Estadão* revelou que os pastores não têm vínculos com a administração pública nem com o setor de ensino, mas têm acesso privilegiado à estrutura do ministério. Áudios e imagens revelados pelas reportagens mostram Ribeiro creditando aos dois a "instrumentalidade" da pasta.

**USURPAÇÃO.** Por meio de um gabinete paralelo, os pastores levam prefeitos para reuniões com o ministro e, dias depois, os pleitos são contemplados. O *Estadão* mostrou que ao menos R\$ 9,7 milhões foram pagos ou empenhados após agendas solicitadas pelos religiosos da igreja Cristo para Todos, um ramo da Assembleia de Deus, com sede em Goiânia. Somente em termos de compromisso foram firmados R\$ 160 milhões em dezembro por interferência direta dos pastores. Para advogados, a atuação dos pastores pode configurar crime de tráfico de influência e de usurpação de função pública.

Os pastores também já tiveram acesso ao Palácio do Planalto, sendo recebidos pelo menos duas vezes pelo presidente Jair Bolsonaro. As portas do governo foram abertas

VEJA MAIS

## Ministro exonera assessor que atuava em gabinete paralelo

Na sexta-feira passada, quando o *Estadão* revelou a influência de pastores sobre a agenda e a liberação de verbas do Ministério da Educação, o ministro Milton Ribeiro exonou um de seus assessores especiais. Odimar Barreto dos Santos é apontado como representante de interesses do gabinete paralelo formado por religiosos na estrutura da pasta.

A exoneração de Odimar Santos foi publicada em uma edição extra do *Diário Oficial da União*. Além de major da reserva da Polícia Militar de São Paulo, ele atua como pas-

tor da Igreja Presbiteriana Jardim de Oração, em Santos (SP), da qual faz parte o ministro Milton Ribeiro. Dentro do MEC, Odimar era apontado como um dos responsáveis por fazer a interlocução com os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura.

Desde que a dupla de religiosos passou a intermediar o acesso de prefeitos à pasta e ao ministro da Educação, no começo do ano passado, Odimar era presença constante nas reuniões promovidas pelos pastores.

Nos registros oficiais do MEC, o então assessor aparece em boa parte das reuniões nas quais Gilmar Santos e Arilton Moura estiveram presentes, sendo várias delas com Milton Ribeiro. ● A.S.



Advogado Luciano de Freitas Musse é gerente no MEC

aos dois religiosos pelo deputado João Campos (Republicanos-GO), que é pastor da Assembleia de Deus Ministério Vila Nova, ligado à convenção de Madureira.

O prefeito de Jaupaci (GO), Laerte Dourado (Progressista), esteve no MEC em busca de um investimento de R\$ 800 mil para a área da educação da cidade em duas oportunidades no ano passado. Ele disse à reportagem que chegou aos pastores por intermédio de "Luciano", "Acho que ele é de Goiânia, mas eles têm propriedade no meu município", disse Dourado.

**'FACILIDADES'.** O *Estadão* apurou que Musse repassa aos pastores informações sobre convênios travados sobre os quais eles possam se apresentar para resolver. Além de acesso a convênios, há informações sobre o andamento de liberação de recursos. Segundo um prefeito que pediu para não ser identificado, eles identificam "dificuldades" e os pastores apresentam "facilidades".

A reportagem, Musse negou que tenha sido indicado ao cargo por Gilmar e Arilton. O advogado admitiu que conhece os religiosos, mas desligou o telefone quando foi questionado sobre as agendas que teve no Ministério da Educação como integrante da comitiva da igreja Cristo para Todos. Não ligou mais de volta.

A Secretaria Executiva dos ministérios é a estrutura onde ficam a execução e o acompanhamento das políticas e as grandes iniciativas da pasta. O gerente de projetos, cargo em que os pastores emplacaram seu aliado, possui o portfólio dos principais trabalhos que o ministério toca e faz esse acompanhamento. "Ter um cargo assim é bom, é estratégico, importante", afirmou um técnico do ministério.

Uma das prefeituras que foram atendidas pelo MEC depois de agenda intermediada

## Celeridade

**Com a ajuda dos pastores, municípios conseguiram a liberação de recursos em tempo recorde**

pelos pastores foi a de Guataporã (SP). O município, de 8 mil habitantes, recebeu, ano passado, R\$ 214 mil do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a compra de ônibus escolares. O pedido estava represado desde junho de 2019, mas foi liberado depois que representantes da cidade estiveram no MEC acompanhados dos pastores, em 23 de dezembro de 2020 e em 27 de maio de 2021.

O secretário de Administração de Guataporã, Ailton Aparecido da Silva, é pastor e disse à reportagem que fundou uma filial da igreja Cristo para Todos, há três anos, na cidade. Afirmou que não é obrigado a fazer repasses financeiros para a matriz da entidade religiosa, cujo líder é Gilmar Santos. O nome do secretário consta de uma agenda na qual o Gilmar foi o solicitante. ●

# MPF ajuíza ação contra Bolsonaro por servidora 'fantasma'

CRISTIANE  
NAYSSA MOUTA

O Ministério Público Federal (MPF) entrou com uma ação de improbidade administrativa contra o presidente Jair Bolsonaro (PL) e sua ex-secretária parlamentar Walderice Santos da Conceição, a Wal do Açaí, que foi empregada por mais de 15 anos em seu gabinete na Câmara dos Deputados.

A ação foi enviada à Justiça Federal de Brasília e pede que o ressarcimento de recursos públicos que, segundo o MPF,

foram "indevidamente desviados" por meio da nomeação de Walderice. A conclusão da investigação é que ela seria funcionária fantasma.

**'DECORO'.** "As condutas dos requeridos e, em especial, a do ex-deputado federal e atual presidente da República Jair Bolsonaro, desvirtuaram-se demasiadamente do que se espera de um agente público", diz um trecho da ação. "No exercício de mandato parlamentar, não só tralou a confiança de seus eleitores, como violou o decoro parla-

mentar, ao desviar verbas públicas destinadas a remunerar o pessoal de apoio ao seu gabinete e à atividade parlamentar."

Walderice foi indicada para o cargo de secretária parlamentar de Bolsonaro em fevereiro de 2003. Ela ficou lotada no gabinete em Brasília até agosto de 2018. A exoneração ocorreu em meio a suspeitas de irregularidades reveladas pela *Folha de S. Paulo*. A reportagem mostrou que Wal trabalhava vendendo açaí em Angra dos Reis, no litoral do Rio, quando deveria cumprir expediente na Câ-

mara, em Brasília.

A investigação do MPF aponta que Wal do Açaí nunca esteve na capital federal e jamais exerceu qualquer função relacionada ao cargo de secretária parlamentar. De acordo com os procuradores, os serviços prestados por ela tinham "natureza particular". "Em especial nos cuidados com a casa e com os cachorros de Bolsonaro na Vila Histórica de Mambucaba. Além do mais, apesar de expressa vedação, Walderice cuidava de uma loja de açaí na região", afirma o MPF.

**SAQUES.** Ainda segundo a ação, Bolsonaro tinha "pleno conhecimento" de que ela não prestava os serviços correspondentes ao cargo e "atestou falsamente" a frequência ao trabalho. O processo também cita movimentação atípica nas contas bancárias da ex-secretária parlamentar.

Isso porque, segundo o MPF, 83,77% da remuneração recebida no período era sacada em espécie. A reportagem não conseguiu contato com a defesa de Bolsonaro até a conclusão esta edição. ●



Eleições 2022

# Antipetismo é maior que petismo, aponta pesquisa

DAVI MEDEIROS  
NATÁLIA SANTOS

Pesquisa FSB/BTG divulgada ontem apontou que 16% dos entrevistados afirmaram gostar mais do Partido dos Trabalhadores do que de outras legendas em atividade no Brasil. O índice é o maior entre os partidos. Por outro lado, o PT também ficou em primeiro lugar entre as siglas mais rejeitadas, segundo 28% dos entrevistados ouvidos pela pesquisa.

## Recorte

**A pesquisa ouviu 2 mil pessoas por telefone entre os dias 18 e 20 de março**

Metade dos consultados pela pesquisa disseram não rejeitar nenhuma sigla, e a maioria (76%) afirmou não ter nenhum partido de preferência.

Depois do PT, os mais rejeitados foram o PSOL e o "partido do Bolsonaro" – que é o PL, mas parte dos entrevistados

não sabia –, ambos com 7%. Em seguida aparece o PSDB, com 5%, e nomeadamente o PL, com 4%. O MDB foi rejeitado por 3% dos entrevistados; o PSL e o PCdoB, por 2% cada.

Entre os partidos pelos quais há preferência, o PT foi o mais lembrado (16%) pelo nome. Em segundo, com 2%, aparecem menções ao "partido de Lula". Foram 7% os que disseram preferir "outros", o que também inclui o "partido de Bolsonaro", o MDB e o PSOL.

A pesquisa FSB/BTG ouviu 2 mil pessoas por telefone entre os dias 18 e 20 de março. A margem de erro do levantamento é de dois pontos percentuais para mais ou para menos. A pesquisa foi registrada na Justiça Eleitoral sob o código BR-09630/2022.

**CENTRÃO.** Pré-candidato do PT ao Palácio do Planalto, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que o próximo presidente da República deverá conversar com o Centrão para ter maioria no Legislativo. A afirmação foi feita dois dias após o petista dizer

que a atual legislatura é "talvez o pior Congresso na história do Brasil" – o que gerou reação do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

"Qualquer presidente da República eleito democraticamente tem que conversar com essas pessoas, independente de gostar ou não. Tem que con-

versar em função dos projetos que você manda para o Congresso Nacional, de interesse do povo brasileiro, da indústria nacional, do sindicalismo...", disse Lula em entrevista a uma rádio de Criciúma (SC). "Agora, o que não dá é para você ver o Congresso funcionando da forma como está hoje, com o

orçamento secreto."

Embora o orçamento secreto tenha surgido no governo de Jair Bolsonaro, a gestão de Lula também foi marcada por escândalos envolvendo a relação entre o Executivo e o Legislativo, como o mensalão, que levou à prisão de nomes importantes do PT. ●

## STJ condena Deltan a pagar R\$ 75 mil a Lula



Dallagnol exibe Power Point; ministros viram 'excesso' na denúncia

RAYSSA MOTTA

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) condenou ontem o ex-procurador da República Deltan Dallagnol, que foi coordenador da extinta Operação Lava Jato, a pagar indenização de R\$ 75 mil ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pelo PowerPoint em que acusou o petista de liderar uma organização criminoso. O placar foi de 4 votos a 1. Os ministros concluíram ter havido "excesso". A defesa de Lula pedia R\$ 1 milhão por danos morais.

A apresentação foi feita durante entrevista da força-tarefa, em 2016, sobre a denúncia contra Lula no caso do triplex do Guarujá – o petista chegou

a ser condenado por corrupção e lavagem, mas o processo foi anulado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Em nota, Dallagnol falou em "represália". "Quem ainda neste país terá coragem de fazer seu trabalho de investigar e punir criminosos poderosos e informar à sociedade, depois dessa decisão do STJ de me condenar por ter apresentado o conteúdo da acusação à sociedade? Quem vai querer sofrer esse tipo de represália?"

Também por meio de nota, a defesa de Lula afirmou que a decisão é "uma vitória do estado de direito e um incentivo para que todo e qualquer cidadão combata o abuso de poder e o uso indevido das leis para atingir fins ilegítimos". ●

INFORME PUBLICITÁRIO

## COLUNA SETPESP

Sindicato das Empresas de Transporte Público Regular de Passageiros - SP



### A tecnologia no transporte regular de passageiros

A busca, escolha e compra de produtos e serviços tiveram radical transformação nos últimos anos. O ambiente digital, conectividade e amplo acesso aos dispositivos móveis, como celulares, tablets e notebooks, criaram um novo mundo para o consumidor. Na palma da mão há centenas de milhares de opções para serem encontradas e avaliadas antes da efetiva compra.

Nas empresas de transporte regular de passageiros não é diferente. São décadas oferecendo aos clientes canais digitais de vendas de passagens, parcerias com plataformas comerciais digitais, e mais recentemente, aplicativos próprios, permitindo, desde a busca até o embarque, toda a operação em ambiente digital.

Essa é a parte "visível" para o passageiro. Por trás de tudo isso, poderosas ferramentas de inteligência de mercado gerenciam complexas operações para melhorar, cada vez mais, a experiência da viagem. Desde o fluxo de tráfego, o controle e gestão de frota, qualificação e aprimoramento dos motoristas, até a "pegada" digital, onde são analisadas as preferências e hábitos do cliente. Nesse ponto, o objetivo é de superar as expectativas e atender o passageiro de forma personalizada, com promoções especiais, ações de fidelidade e vantagens em parcerias.

Existe grande diferença entre incorporar o mundo digital em uma logística operacional de transporte de passageiros já consagrada e tentar, de maneira amadora, contratar uma frota de ônibus dispersa para dentro de um mundo digital.

Recentemente, alguns fundos investiram em startups de mobilidade. A maioria delas não obtiveram sucesso, fecharam ou saíram do país. Recentemente, indo contra todas as legislações vigentes, e até mesmo contra decisões judiciais, houve a tentativa de implantação de um modelo autointitulado "fretamento colaborativo". Além de não encontrar respaldo legal e regulatório, tentaram divulgar que o ponto forte de sua

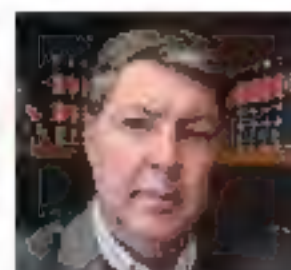
operação seria o ineditismo da combinação de inovação e tecnologia. A propaganda ainda é a "alma do negócio", mas não pode ser mentirosa.

O "fretamento colaborativo" não teve sucesso pois as empresas regulares, algumas centenárias, já incorporaram o que há de mais evoluído tecnologicamente. Isso com a vantagem insuperável de serem operadoras devidamente autorizadas, organizadas e supervisionadas pelo poder concedente, garantindo confiabilidade e segurança para os passageiros.

Quando a inovação recai sobre o consumo individual privado, existe uma margem de risco aceitável para a adequação do mercado. Mas quando falamos de um serviço público essencial garantido constitucionalmente, como o transporte coletivo de passageiros, a tecnologia deve ser incorporada de modo a garantir o equilíbrio do sistema. Introduzir inovação improvisada e predatória deixará, em pouco tempo, a sociedade desprovida deste direito.

As empresas regulares investem milhões em frotas de ônibus modernas, treinam os motoristas em avançados simuladores, levam aos seus colaboradores ferramentas operacionais de última geração e fazem parcerias para promover projetos de comunicação digital a fim de estarem alinhadas com uma geração consumidora 100% conectada.

É preciso ser inovador e acompanhar a evolução tecnológica, mas com sustentabilidade e responsabilidade social, tendo sempre em vista a universalidade e continuidade do serviço de transporte de passageiros. Ele aproxima pessoas e integra o país. A sociedade precisa do transporte regular: é seguro, moderno, tecnológico e essencial.



**Antonio Laskos**  
Diretor Executivo Setpesp

@setpesspmaioribus facebook.com/SomosMaisOnibus twitter.com/setpesp

Avenida Paullista, nº 2073 - Cerqueira César - São Paulo/SP | (11) 31791077 | <https://setpesp.org.br/>





## Polícia Federal

# Lei de Defesa do Estado Democrático ainda não gerou inquéritos na PF

**Nova legislação substituiu a LSN, que considerava delito contra a segurança nacional caluniar o presidente da República**

MARCELO GODOY

Seis meses depois da sanção e cem dias após a entrada em vigor da nova Lei de Defesa do Estado Democrático, a Polícia Federal não abriu nenhum inquérito, nem indiciou ou efetuou prisões em razão dos delitos descritos na norma que substituiu a antiga Lei de Segurança Nacional (LSN). A nova legislação prevê como crime, por exemplo, a tentativa de se abolir o estado de direito por meio de grave ameaça ou violência. Os dados foram obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI).

Nos dois primeiros anos do governo de Jair Bolsonaro, o uso da LSN pela Polícia Federal havia crescido 285% em relação ao mesmo período das gestões de Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB). A maioria dos casos era ligada a episódios de críticas a Bolsonaro. A antiga LSN considerava como um delito contra a segurança nacional caluniar o presidente da República.

O então ministro da Justiça André Mendonça, hoje ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), foi o responsável em 2020 por pedir a abertura de inquérito contra o sociólogo Thiago Costa Rodrigues, que fez publicar em Palmas (TO) um outdoor com a imagem de Bolsona-

ro e as seguintes frases: "Cabra à toa, não vale um pequi roído, Palmas quer impeachment já".

O Ministério Público Federal arquivou o inquérito e a 3.ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu por unanimidade conceder habeas corpus para trancar a investigação. Em seu voto, o ministro Ribeiro Dantas escreveu: "O Direito Penal é uma importante ferramenta conferida à sociedade. Não deve servir jamais de mordida, nem tampouco instrumento de perseguições políticas aos que pensam diversamente do governo eleito."

**MUDANÇAS.** "A PF não abriu mais inquéritos porque eles eram baseados na lei antiga, que previa o dispositivo sobre eventual desrespeito à figura do presidente. Assim como dispositivos usados para abrir o in-

quérito dos atos antidemocráticos no Supremo. A nova lei não tem nada disso", disse a subprocuradora-geral da República Luíza Frischeisen.

Defensores do governo que foram alvo da LSN também alegavam ser vítimas de cerceamento de opinião, como foi o caso do deputado federal Daniel Silveira (União-RJ), preso com base no inquérito aberto por decisão do ministro do Supremo Alexandre de Moraes — que mira os atos antidemocráticos, divulgação de fake news, e ameaças a membros da Corte.

Para Floriano de Azevedo Marques, professor de Direito Público da Universidade de São Paulo (USP), a nova lei trouxe mecanismos para tipificar condutas que ameaçam o estado democrático ao mesmo tempo em que determinou não constituir crime a manifestação crítica aos poderes constitucionais nem a atividade jornalística ou a reivindicação de direitos e garantias constitucionais.

"São ótimos instrumentos se tivéssemos no Poder Executivo um governo comprometido com as instituições democráticas." Para ele, o problema começa quando o governo é um dos "principais fomentadores do discurso antidemocrático". "Não será a PF que vai abrir inquérito contra o governo por apoiar atos antidemocráticos." A última manifestação de Bolsonaro contra o STF ocorreu em 7 de setembro de 2021, pouco após a sanção da lei, em 1.º de setembro — ela entrou em vigor no dia 30 de novembro, 90 dias após a sanção.

Para Raísa Cetra, coordenadora de programa espaço cívico da ONG Artigo 19, a revogação da antiga LSN foi um ponto positivo. "Mas os problemas ligados à liberdade de expressão não acabaram." Ela cita os casos de atentado às manifestações culturais e artísticas. ●

## Proposta que anistia siglas avança na Câmara

IZAEL PEREIRA  
BRASÍLIA

A comissão especial da Câmara aprovou ontem o texto-base da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 18/2021), que anistia os partidos que não utilizarem os recursos destinados às campanhas femininas. Foram 19 votos favoráveis contra 2 negativos. A PEC, de autoria do senador Carlos Fávaro (PSD-MT), estabelece que os

partidos que não aplicarem no mínimo 30% dos recursos nessas candidaturas, e 5% dos recursos para programas de incentivo às mulheres não sofrerão sanções de qualquer natureza, inclusive de devolução de valores, multa ou suspensão do fundo partidário em eleições ocorridas antes da promulgação da emenda.

Segundo a relatora, Margarete Coelho (Progressistas-PI), a anistia é necessária, nesse caso, "porque a pandemia

prejudicou a aplicação dos recursos em 2020". No entanto, ela manteve a punição para legendas que não cumprirem a cota de 30% de candidaturas femininas.

**PROPORÇÃO.** Em 2018, o STF decidiu que a distribuição de recursos do Fundo Partidário às campanhas eleitorais femininas deve ser feita na proporção de gênero das candidaturas, respeitado o patamar mínimo de 30% de candidatas mulheres. Já a obrigação do uso de 5% do fundo partidário para promover a participação política das mulheres está prevista na Lei dos Partidos Políticos. ●

## Eleições 1

**TCU nega arquivar representação e aprofunda investigação contra Moro por 'práticas ilegítimas'**

Os ministros do Tribunal de Contas da União juntaram uma representação sobre supostas 'práticas ilegítimas' do ex-juiz Sérgio Moro (Podemos), à época em que era titular da 13.ª Vara Federal de Curitiba ao processo que apura conflito de interesse na atuação do pré-candidato à Presidência na consultoria americana Álvarez & Marsal, que administra a recuperação da Odebrecht, um dos principais alvos da Lava Jato. ●

## Eleições 2

**Ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia anuncia filiação ao PSDB e vai presidir o partido no Rio**

O ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (RJ) decidiu se filiar ao PSDB. O deputado federal licenciado e secretário de Projetos e Ações Estratégicas do Governo do Estado de São Paulo estava sem partido desde junho, quando saiu do DEM. De acordo com o presidente do PSDB, Bruno Araújo, Maia será o presidente estadual do partido no Rio, além de comandar a federação com o Cidadania. Maia é aliado do governador de São Paulo, João Dória, e coordena seu plano de governo. ●

## Eleições 3

**Federação entre Rede e PSOL libera filiados a declarar apoio aos presidentiáveis Lula e Ciro**

Após decidirem formar uma federação partidária, a Rede e o PSOL chegaram a um acordo no qual os filiados dos dois partidos estarão liberados para apoiar candidatos diferentes na disputa pelo Palácio do Planalto. O acerto, porém, é informal: não vai constar no estatuto. Enquanto o PSOL de Guilherme Boulos pretende subir no palanque de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), algumas das principais lideranças da Rede estarão com Ciro Gomes (PDT). ●

## Eleições 4

**Damares Alves informa a Bolsonaro que não vai mais concorrer ao Senado pelo Estado do Amapá**

A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, avisou ao presidente Jair Bolsonaro que desistiu de ser candidata ao Senado pelo Amapá. O chefe do Executivo, porém, ainda tenta reverter a decisão. Damares tem enfrentado resistência do ex-presidente do Senado Davi Alcolumbre (MDB-AP) e dificuldades até mesmo para encontrar um partido, o que a desmotivou a seguir na disputa. Nem o PL de Bolsonaro abriu as portas para a ministra. ●



DAMA ALVES/ESTADÃO

## Violência

**Vereador aponta arma para colega durante briga na Câmara Municipal de Querência (MT)**

Durante uma briga na Câmara Municipal de Querência, em Mato Grosso, o vereador Professor Neriberto (PSC) sacou uma arma de fogo e apontou para o colega Edmar Batista (PDT). Antes, os dois trocaram socos e chutes e dois PMs tiveram de intervir. Em nota, a Casa disse que abriu "investigação para apurar o fato". Os vereadores não se manifestaram. ●



REPRODUÇÃO

Briga foi registrada por câmeras de segurança da Casa legislativa





● A Guerra de Putin

# Biden vai à Europa tentar manter aliança ocidental contra Putin unida

*Em meio a sinais de divisão entre aliados, presidente americano viaja para Bélgica e Polônia durante a maior crise de segurança e refugiados na Europa desde a 2.ª Guerra*

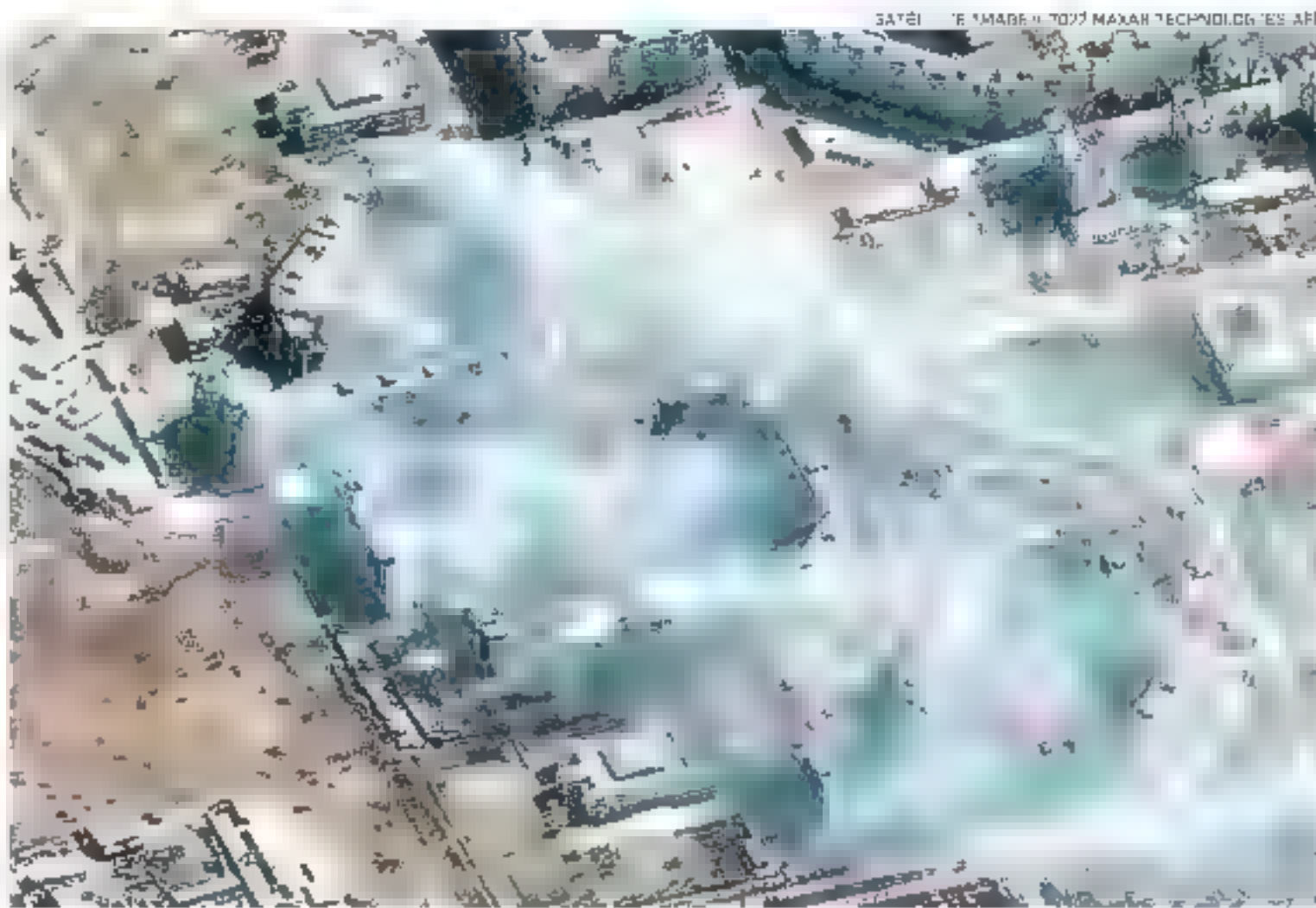
WASHINGTON

O presidente dos EUA, Joe Biden, desembarca hoje na Bélgica para reuniões da Otan, do G-7 e com chefes de Estado e de governo da União Europeia. Na sexta-feira, ele vai à Polônia. O objetivo da Casa Branca é manter unida uma aliança contra a Rússia que começa a apresentar rachaduras.

A cúpula da Otan ocorre no dia em que a invasão russa da Ucrânia completa um mês. De acordo com assessores do presidente americano, a ideia de Biden é aumentar a pressão por mais sanções econômicas contra a Rússia e anunciar detalhes da próxima fase de assistência militar à Ucrânia.

“O presidente está viajando para a Europa para garantir que permaneçamos unidos, para consolidar nossa determinação coletiva, enviar uma mensagem poderosa de que estamos preparados e comprometidos com isso pelo tempo que for necessário”, disse Jake Sullivan, conselheiro de Segurança Nacional da Casa Branca.

**DIVISÕES.** Biden, no entanto, não terá vida fácil em Bruxelas e Varsóvia. À medida que a guerra avança – e os líderes ucranianos pedem mais ajuda –, um racha vem surgindo entre um grupo de aliados que quer fornecer armas de ataque e outro que prefere evitar uma escalada do confronto.



Imagens de satélite mostram prédios residenciais atacados pelos russos em Mariupol, na Ucrânia

O maior desafio de Biden é encontrar novas ações para punir a Rússia. A Europa já ultrapassou os limites das sanções econômicas, uma vez que mu-

**Nova fase da guerra  
EUA estão perto do limite  
em termos de sanções  
econômicas e opções  
militares contra a Rússia**

tos países dependem da energia russa. E a Otan também esgotou grande parte de suas opções militares – exceto por um

confronto direto com a Rússia, que Biden já disse que poderia resultar em uma terceira guerra mundial.

**POLÔNIA.** A viagem à Polônia também será cheia de obstáculos. Os dois países tiveram recentemente um desacordo depois que os EUA recusaram uma oferta polonesa para enviar caças M.G-29 aos ucranianos. A Casa Branca levantou preocupações de que a oferta pudesse ampliar a tensão com a Rússia, que ameaçou atacar qualquer país que abrigue aviões militares da Ucrânia.

A decisão de visitar a Polônia, porém, mostra a preocupação dos EUA com a crise de refugiados. Apenas a capital, Varsóvia, recebeu 300 mil ucranianos desde o começo da guerra. O presidente americano, que incluiu um campo de refugiados na agenda, promete enviar mais ajuda ao país.

Apesar de muitos pedidos, Biden não planeja visitar a Ucrânia. “Qualquer presidente dos EUA viaando para uma zona de guerra requer considerações de segurança e uma enorme quantidade de recursos no terreno”, disse a secretá-

**Navalni é condenado a mais 9 anos de prisão por fraude e desacato**

Um tribunal russo considerou ontem o opositor russo Alexei Navalni culpado de fraude e desacato e o condenou a mais 9 anos de prisão. Ele já está cumprindo 2 anos e 6 meses em um campo de prisioneiros de Moscou por violações de liberdade condicional.

Navalni é o principal opositor de Putin. Ele liderou um movimento que sofreu forte repressão do governo. Em 2020, ele sobreviveu a uma tentativa de envenenamento e passou vários meses em recuperação na Alemanha. ● AFP e REUTERS

ria de imprensa da Casa Branca, Jen Psaki.

Alguns analistas dizem que a viagem é mais simbólica do que substantiva, já que não restam muitas sanções ou opções militares para os EUA. Outros dizem que a visita de Biden é crucial. “É importante ver um presidente dos EUA aparecer no momento da maior crise na segurança europeia desde a 2.ª Guerra”, disse Ian Lesser, vice-presidente do German Marshall Fund. “É uma oportunidade para a liderança americana. Esse simbolismo é muito importante.” ● WP e NYT

## Ajuda humanitária

### Garota refugiada em bunker canta e viraliza na Polônia

LODZ, POLÔNIA

Uma menina de 7 anos que cantou *Let It Go*, da trilha sonora do filme da Disney *Frozen*, em um abrigo antiaéreo em Kiev, agora canta para um tipo diferente de público. No domingo, Amelia Anisovich cantou o hino nacional ucraniano para milhares de pessoas em uma arena lotada em Lodz, na Polônia, du-

rante um evento para arrecadar fundos para refugiados como ela.

O vídeo da interpretação de *Frozen* foi visto por milhões de pessoas, chegando até mesmo ao elenco do filme. “Nós assistimos você”, tuitou a atriz e cantora americana Idina Menzel, que fez a voz da personagem Elsa no filme. Idina compartilhou o clipe e dois emojis de coração, com as cores da bandeira ucraniana.

Com um vestido folclórico branco bordado com flores vermelhas, brancas e azuis, Amelia ocupou o centro do palco na Polônia e cantou o hino nacional. Mais tarde, voltou ao palco para cantar com a ucraniana Tina Karo, em um cenário de grãos, a flor nacional da Ucrânia.

**ARENA LOTADA.** Segundo o canal ITV, o concerto na Atlas Arena, em Lodz, “Juntos pela Ucrânia”, foi organizado para arrecadar dinheiro para a Ação Humanitária Polonesa, ONG que ajuda refugiados ucranianos na fronteira. O evento arrecadou mais de US\$ 380 mil, segundo a Associated Press. O canal ucraniano TK H informou



Amelia Anisovich, de 7 anos, canta em arena lotada em Lodz

que os ingressos para os 10 mil lugares da arena se esgotaram.

Mais de 3,5 milhões de ucranianos se tornaram refugiados

desde que a invasão russa começou, de acordo com números divulgados ontem. Mais de 2 milhões fugiram para a Polônia – em alguns casos, sobrecarregando cidades e instituições que não têm capacidade para abrigá-los.

Uma dessas refugiadas é Amelia, que disse à BBC, na semana passada, que estava na Polônia com a avó. Seu pai ficou na Ucrânia, já que homens em idade de combate não podem deixar o país. Sua mãe, Lilia, se juntou a ela e a avó recentemente. Sobre o desempenho da filha em Lodz, Lilia afirmou à agência britânica Press Association que estava “orgulhosa”. ● WP



A Guerra de Putin

# A grande teoria imperial que leva Putin a travar uma guerra brutal

*O objetivo da Rússia é reconstruir seu império e seu limite não ficará restrito à Ucrânia*

ANÁLISE

Jane Burbank

The New York Times  
É professora de estudos russos e eslavos na Universidade de Nova York

O sangrento ataque de Vladimir Putin à Ucrânia, que amanhã completa um mês, ainda parece inexplicável. Foguetes caindo sobre edifícios residenciais e famílias em fuga tornaram-se a face da Rússia para o mundo. O que poderia ter induzido o governo russo a dar um passo tão fatídico, qualificando-se para se transformar em um Estado pária?

Esforços para compreender a invasão tendem a recair sobre duas escolas de pensamento. A primeira tem como foco o próprio Putin – seu estado mental, seu entendimento da história ou seu passado na KGB. A segunda evoca desenvolvimentos externos à Rússia, principalmente a expansão da Otan para o leste após o colapso da União Soviética, em 1991, como fontes subjacentes do conflito.

Mas, para entender a guerra na Ucrânia, devemos ir além de projetos políticos de líderes Ocidentais e da psique de Putin. O ardor e o conteúdo das declarações de Putin não são novidades para ele, nem singulares. Desde os anos 90, planos para reunir a Ucrânia e outros Estados pós-soviéticos numa potência transcontinental têm sido tramados na Rússia. Uma teoria revitalizada sobre um império eurasiático guia todas as manobras de Putin.

O fim da URSS deixou as elites russas desorientadas, despidendo-as do status especial que mantinham num imenso império comunista. O que fazer? Para alguns, a resposta foi ganhar dinheiro, do modo capitalista. Nos anos selvagens que se se-

guiram a 1991, muitos russos foram capazes de reunir enormes fortunas em conluio com o indulgente regime. Mas, para outros, que haviam estabelecido objetivos sob as condições soviéticas, riqueza e uma economia de consumo vibrante não eram suficientes. Egos pós-imperiais sentiram a perda de status e significância da Rússia.

Com a perda de impulso do comunismo, intelectuais buscaram um princípio distinto sobre o qual o Estado russo poderia ser organizado. Suas explorações tomaram forma de partidos políticos, incluindo raivosos movimentos nacionalistas e antisemitas, e surtiram um efeito mais duradouro no reavivamento da religião enquanto fundação da vida coletiva.

**EURÁSIA.** Mas, enquanto o Estado atropelava a política democrática, na década de 90, novas interpretações sobre a essência da Rússia se estabeleceram, dando consolo e esperança para pessoas que aspiravam recuperar o prestígio do país no mundo.

Um dos conceitos mais cativantes foi o eurasianismo. Emergindo do colapso do Império Russo, em 1917, essa ideologia postula a Rússia como uma entidade política eurasiática formada por uma profunda história de intercâmbios culturais entre povos turcomanos, eslavos, mongóis e originados em outras partes da Ásia.

Em 1920, o anglista Nikola Trubetzkoi – um dos vários intelectuais emigrados da Rússia que desenvolveram o conceito – publicou a obra *Europa e humanidade*, uma crítica incisiva ao colonialismo ocidental e ao eurocentrismo. Ele conclamava os intelectuais russos a libertarem a si mesmos de sua fixação na Europa e ter como base o “legado de Gengis Khan” para a criação de um imenso Estado russo eurasiático continental.

O eurasianismo de Tru-



Voluntária em Kiev; Ucrânia é ameaça para novo Império Russo

betzkoi foi a receita para uma recuperação imperial sem o comunismo – que, em sua visão, era importado do Ocidente. Em vez disso, Trubetzkoi enfatizava a capacidade de uma ortodoxia cristã russa revigorada enquanto provedora de coesão por toda a Eurásia, com um respeito solícito aos adeptos das outras fés praticadas nessa enorme região.

Suprimido por décadas na URSS, o eurasianismo sobreviveu nas sombras e irrompeu publicamente durante o período da “perestroika”, no fim dos anos 80. Lev Gumilov, um geógrafo excêntrico que passou 13 anos em prisões e campos de trabalho forçado, emergiu como um aclamado guru do reavivamento eurasiático na década de 80.

Gumilov enfatizava a diversidade étnica enquanto farol da história global. De acordo com seu conceito de “etnogênese”, um determinado grupo étnico tem a capacidade, sob a influência de um líder carismático, de evoluir para uma “superetnose” – um poder que abrange uma ampla área geográfica que poderia se chocar com outras unidades étnicas em expansão.

**INFLUÊNCIA.** As teorias de Gumilov ressoaram entre muitas pessoas que estavam tentando encontrar seu rumo em meio aos caos dos anos 90. Mas o eurasianismo foi injetado diretamente na corrente sanguínea do poder russo na forma de uma variante desenvolvida pelo pretensioso filósofo Aleksander Dugin.

Após intervenções malsuce-

**Os ucranianos deveriam se unir aos russos em torno da fé cristã-ortodoxa que compartilham**

cidas em partidos políticos pós-soviéticos, Dugin desenvolveu sua influência onde era relevante: entre militares e formuladores de políticas. Com a publicação, em 1997, de sua cartilha de 600 páginas, garbosamente intitulada *Os fundamentos da geopolítica: o futuro geopolítico da Rússia*, o eurasianismo avançou para o centro da imaginação política de estrategistas.

Segundo o ajuste do eurasianismo às condições atuais feito por Dugin, a Rússia tem um novo oponente: não apenas a Europa, mas todo o mundo “atlântico” liderado pelos EUA. E o eurasianismo de Dugin não é anti-imperialista, mas o oposto disso: a Rússia sempre foi um império, o povo russo sempre

foi um “povo imperial” e, após a Rússia se vender nos anos 90 ao “eterno num.go”, ficando incapacitada, a nação seria capaz de ressuscitar, numa nova fase de combate global, e se tornar um “império mundial”. Na frente civilizacional, Dugin ressaltou a ancestral conexão entre a Igreja Ortodoxa e o Império Russo. O combate cristão-ortodoxo contra o cristianismo ocidental e a decadência do Ocidente poderiam ser explorados na futura guerra geopolítica.

**UCRÂNIA.** Geopolítica eurasiática, ortodoxia cristã russa e valores tradicionais, estes objetivos forjaram a autimagem da Rússia sob Putin. Temas como glória imperial e vitimização ocidental foram propagados por todo o país. Em 2017, eles retumbaram domesticamente com a monumental exposição *Rússia, minha história*. As telas da mostra exibiam a filosofia etnarca de Gumilov, o martírio sacrificial da família Romanov e os males que o Ocidente havia infligido à Rússia.

E como a Ucrânia figura nesse reavivamento imperial? Como obstáculo, desde o início. Trubetzkoi argumentou em seu artigo *Sobre o problema ucraniano*, de 1927, que a cultura da Ucrânia era uma “individualização da cultura plenamente russa” e ucranianos e belarussos deveriam se unir aos russos em torno do princípio da fé cristã ortodoxa que compartilham.

Dugin simplificou as coisas: a soberania ucraniana representa um “enorme perigo para toda a Eurásia”. Total controle militar e político sobre toda a costa norte do Mar Negro é um “imperativo absoluto” para a geopolítica russa. A Ucrânia tem de se tornar um “setor puramente administrativo do Estado russo-centralizado”.

Putin levou a sério a mensagem. Em 2013, ele declarou que a Eurásia é uma importante zona geopolítica, onde o “código genético” da Rússia e de seus vários povos seria defendido contra “o liberalismo extremista de estilo ocidental”. Em julho de 2021, ele afirmou que “russos e ucranianos são um só povo” e descreveu a Ucrânia como uma “colônia sob um regime fantoche”, em que a Igreja Ortodoxa está sob assalto e onde a Otan prepara um ataque contra a Rússia.

Essas atitudes – queixas sobre a agressão do Ocidente, exaltações de valores tradicionais em detrimento de direitos individuais, asserções sobre o dever da Rússia de unir a Eurásia e subordinar a Ucrânia – foram produzidas no caldeirão dos ressentimentos pós-imperiais. Neste momento, elas infundem a visão de mundo de Putin e inspiram sua guerra brutal. O objetivo é o império. E seu limite não ficará restrito à Ucrânia. ●

TRADUÇÃO DE GUILHERME RUSSO



● A Guerra de Putin

# Ucrânia monta contraofensiva para retomar territórios da Rússia

**Objetivo é recuperar a cidade de Kherson, no sul do país; ucranianos dizem ter expulsado os russos de Makariv, a 45 quilômetros de Kiev**

KIEV

Os ucranianos estão montando uma contraofensiva para recuperar território capturado pela Rússia no sul do país. A ideia é contar com ajuda da população para reforçar a pressão militar, segundo autoridades em Kiev e Washington. O esforço é mais evidente em vilas e cidades dominadas nos primeiros dias da guerra, como Kherson, onde soldados russos abriram fogo contra manifestantes na segunda-feira.

A Rússia está tendo dificuldade para reprimir a agitação popular e recorrendo a meios cada vez mais violentos. O Exército ucraniano, ao mesmo tempo, está se aproveitando do tumulto para retomar terreno perdido. É difícil determinar se a estratégia está sendo bem sucedida, mas autoridades ucranianas dizem querer recuperar o aeroporto e a cidade de Kherson.

O porta-voz do Pentágono, John Kirby, confirmou a contraofensiva da Ucrânia. “Estamos identificando sinais de que os ucranianos estão sendo um pouco mais ofensivos. Eles tem defendido com muita inteligência, agiidade e criatividade em lugares que achamos que são os melhores para defender”, disse. “Eles disseram que estavam planejando contra-ataques, e acho que estão indo nessa direção.”

Ontem, os ucranianos continuaram com sucesso a conter



Equipes de resgate tentam encontrar corpos em shopping center de Kiev destruído pelos russos

o avanço russo em Kiev, empurrando as tropas invasoras na região noroeste da capital. Segundo o comando do Exército da Ucrânia, a cidade de Makariv, a 45 quilômetros de Kiev, foi retomada e os russos, expulsos.

Após 26 dias de combates, um alto funcionário do Departamento de Defesa dos EUA disse ontem que os russos não conseguiram avançar além de 15 quilômetros de Kiev, a noroeste, e 28 quilômetros, a leste da cidade — as mesmas posições que eles mantinham na semana passada.

Se os ucranianos vem conseguindo conter os russos em Kiev, Mariupol parece cada vez mais próxima de cair. Ontem, o jornalista Jack Detsch, da *Foreign Policy*, disse ter recebido informações do Pentágono de que soldados da Rússia entraram na cidade. “Os russos estão agora dentro da cidade sitiada de Mariupol, na

Ucrânia, incluindo forças separatistas que vieram da região de Donbas, segundo oficial de Defesa dos EUA”, escreveu Detsch no Twitter.

Mais de 200 mil pessoas permanecem presas em Mariupol, uma situação descrita pela ONG Human Rights Watch (HRW) como um “inferno gelado cheio de cadáveres e edifícios destruídos”. Autoridades locais relataram ontem duas “superexplosões” na cidade e disseram, em comunicado, que os russos querem reduzir a cidade a cinzas.

**ESCASSEZ.** O comando militar ucraniano disse ontem que as forças russas têm apenas mais três dias de combustível, comida e munição para conduzir a guerra, após um colapso em suas cadeias de suprimentos. “De acordo com informações disponíveis, as forças de ocupação russas que operam na Ucrânia têm estoques de munição e

alimentos para não mais de três dias”, afirmou um comunicado das Forças Armadas ucranianas. “A situação é semelhante com combustível, que é reabastecido por caminhões — tanques. Os russos não conseguiram um gasoduto para atender às necessidades das tropas.”

**Resistência**  
**Comando militar da**  
**Ucrânia diz que russos têm**  
**só mais três dias de comida,**  
**combustível e munição**

As suspeitas de escassez foram descritas como “plausíveis” por autoridades ocidentais, embora elas tenham dito que não é possível corroborar a informação. O relatório do comando ucraniano foi considerado consistente com evidências de que o avanço russo havia sido interrompido e, por isso, eles voltaram a recorrer a

ataques de artilharia “indiscriminados” contra civis.

“Acreditamos que as forças russas usaram muito material e equipamento, incluindo tipos específicos de armas, e vimos relatos sobre a perda de unidades específicas que não têm mais suprimentos de um tipo ou de outro”, dizem os ucranianos. “É consistente com um avanço que parou. Falhas na cadeia logística têm sido uma das razões pelas quais eles não são tão eficazes quanto se esperava.”

Um funcionário do Pentágono acrescentou ainda que há problemas de moral entre as tropas russas, não só causados pela escassez de alimentos e combustível, mas também em razão do congelamento de partes do corpo por causa da falta de equipamentos adequados para o inverno.

Para elevar o moral da tropa, de acordo com alguns analistas, os russos estariam ansiosos para declarar vitória em Mariupol. A cidade é vista como chave para garantir um corredor russo entre a região separatista de Donbas e a Crimeia anexada em 2014. Segundo David Petraeus, general da reserva, ex-diretor da CIA e hoje comentarista da CNN, tomar a cidade portuária liberaria um grande contingente de soldados para desafogar a linha de frente russa em outras partes da Ucrânia.

**BAIXAS.** Na segunda-feira, um conhecido tabloide pró-Kremlin, o *Komsomolskaya Pravda*, informou que, de acordo com números do Ministério da Defesa da Rússia, 9.861 soldados russos foram mortos na Ucrânia e 16.153 ficaram feridos. A postagem foi rapidamente removida do site do jornal e do Twitter. Oficialmente, o governo russo reconhece apenas que 500 soldados morreram em combate. Autoridades ocidentais disseram acreditar que os números citados pelo jornal russo sejam uma “estimativa razoável”. ● NYT, REUTERS, AP e WP

## Justiça da Nicarágua condena filha da ex-presidente Chamorro

MANAGUA

A jornalista Cristiana Chamorro, que foi pré-candidata à presidência da Nicarágua, foi condenada ontem a 8 anos de prisão, após ser declarada culpada por crimes atribuídos a ela pelo governo de Daniel Ortega.

Cristiana, de 68 anos, seguirá sob prisão domiciliar, regime no qual se encontra desde junho, informou o Centro Ni-

caraguense de Direitos Humanos, que acompanha os processos contra opositores detidos.

Ela foi condenada por crimes de lavagem de dinheiro e apropriação indevida. As autoridades não revelaram detalhes sobre a sentença. Segundo o Ministério Público, os crimes teriam sido cometidos por meio da Fundação Violeza Barrios de Chamorro (FVBCH), ONG que tem o nome da ex-presidente da Nicarágua (1990-1997) e mãe de Cristia-

na, dedicada a promover a liberdade de imprensa e de expressão.

Também foi condenado a 9 anos de prisão, pelo mesmo caso, Pedro Joaquín Chamorro, irmão de Cristiana. Ele permanecerá na penitenciária da Direção de Assistência Judicial da Polícia, conhecida como El Chipote. Dois funcionários da fundação, fechada desde o ano passado, pegaram 13 anos de prisão. ● AFP

ABUJA

Homens armados mataram no domingo pelo menos 34 pessoas, entre elas dois militares, em vários ataques realizados no noroeste da Nigéria, revelaram ontem autoridades locais. Segundo o comissário de segurança interior do Estado de Kaduna, Samuel Aruwan, os ataques ocorreram em quatro cidades: Tsonje, Agban, Katanga e Kadargo.

“As agências de segurança reportaram ao governo estadual de Kaduna que, após operações de buscas minuciosas, foram confirmadas as mortes de 34 pessoas”, disse Aruwan. Uma pessoa é dada como desaparecida e outras sete ficaram feridas. Mais de 200 casas e 30 lojas foram incendiadas. Os atos de violência são os mais recentes atribuídos a gangues armadas no noroeste e centro do país, região cada vez mais dominada pelo crime organizado. ● AFP

AP e WP





## Segurança

# Ordem do tráfico esvazia Cracolândia e usuários se espalham por São Paulo

*A polícia atribui a saída dos traficantes à atuação de agentes infiltrados e às operações que resultaram em 92 prisões em quase um ano; crise econômica pode ser outro fator*

BONFALO JUNIOR

Traficantes e usuários de drogas deixaram a região conhecida como Cracolândia, na Luz, ao longo do fim de semana passado, e se espalharam por outros pontos do centro de São Paulo. A saída foi ordenada por aderências do crime organizado na noite de sexta-feira, de acordo com a Polícia Civil. A polícia atribui a saída dos traficantes à atuação de agentes infiltrados e às operações que resultaram em 92 prisões em quase um ano. O aumento do preço das pedras de crack, a "inflação do tráfico", também desmotivou a atuação do crime organizado na região.

Cerca de um terço dos usuários e traficantes, de acordo com estimativa da própria polícia, migrou para a Praça Princesa Isabel, também no centro. Com isso, parte do chamado fluxo no quadrilátero da Rua Helvetia, Alamedas Dino Bueno e Cleveland e a Praça Julio Prestes mudou de endereço. A distância entre os dois pontos é de menos de 500 metros.

Além da Praça Princesa Isabel, os traficantes estão se instalando no túnel de interseção das Avenidas Paulista e Rebouças, na Praça Julio Mesquita, no bairro da Santa Ifigênia. A concentração é menor do que na região da Luz.

"Na sexta-feira, uma ordem das aderências da facção criminosa que explora a Cracolân-



Parte dos usuários e traficantes de drogas que deixaram a Cracolândia foi para a Praça Princesa Isabel

dia determinou a saída dos traficantes da região. Os usuários, que são vítimas e dependentes, acompanharam os traficantes", afirma o delegado Roberto Monteiro da 1ª Delegacia Seccional Centro.

Na visão da polícia, a saída do tráfico ocorreu pelas prisões feitas desde junho do ano passado, no início da Operação Caronte, ação da Polícia Civil com o apoio da Polícia Militar e da Guarda Civil Metropolitana (GCM). Foram 92 presos até o momento. "O crime organizado acabou estran-

gulado. Mas não podemos falar no fim da Cracolândia. Foi uma vitória numa batalha", diz Monteiro.

**Sem auxílio**  
**Entidades alertam que o espalhamento dos usuários dificulta oferecimento de cuidados básicos de saúde**

Desde janeiro de 2019 até o dia 28 de fevereiro deste ano, as forças de segurança estaduais informam a apreensão

de mais 3,8 toneladas de drogas e 48,3 litros de drogas líquidas na região. No mesmo período, foram apreendidas 18 armas de fogo, 111 facas, 522 munições de diversos calibres, 446 balanças de precisão e mais de R\$ 900 mil.

**FLUXO.** De acordo com o monitoramento da Prefeitura, a região da Cracolândia recebia um fluxo médio de 527 pessoas por dia. Em fevereiro, o número caiu para 397. O esvaziamento rápido, no entanto, surpreendeu até os morado-

res e comerciantes. Imagens das câmeras de segurança da Prefeitura mostraram moradores ocupando a chamada Praça do Cachimbo, nas proximidades da Estação Julio Prestes, pela primeira vez em vários meses. Muitos temem, no entanto, que o fluxo retorne à região nos próximos dias. "A gente não sente segurança de que eles não vão voltar", diz a comerciante Luciane Araujo, dona de uma mercearia na Alameda Glete.

A crise econômica, acentuada pela pandemia, também influenciou no enfraquecimento do tráfico de drogas. Polícias afirmam que o preço da pedra de crack subiu de R\$ 10 a R\$ 15 para cerca de R\$ 30 e R\$ 40 em pouco mais de três meses.

**ASSISTÊNCIA.** Entidades de assistência social alertam que o espalhamento dos usuários de substâncias psicoativas pode dificultar o oferecimento de cuidados básicos de saúde e ações de redução de danos por uso de drogas, como oferecimento de anticoncepcionais para as mulheres. O padre Julio Lancelotti vê com estranheza o esvaziamento. "É um vazio repentino e não se deve a nenhuma intervenção social do Estado ou da Prefeitura. O fluxo foi pulverizado, desde a Praça Princesa Isabel até outros locais do centro", afirmou o líder da Pastoral do Povo de Rua.

## Para o PCC, teria se tornado um mau negócio

## ANÁLISE

MANUELO GAZDAR

O que é a renda da venda de drogas na Cracolândia comparada com os problemas que a manutenção do maior mercado da droga ao céu aberto do País causava ao Primeiro Comando da Capital (PCC)? Para quatro integrantes da cúpula da Polícia Ci-

vil e um promotor do Grupo de Atuação Especial e Repressão ao Crime Organizado (Gaeco) a resposta a essa pergunta pode estar por trás da decisão da facção criminosa de encerrar – por enquanto – suas atividades na região. Desde sua criação no Anexo da Casa de Custódia de Taubaté, em 1993, o PCC cresceu continuamente, dominou presídios e depois a criminalidade no Estado. Hoje, está presente em 23 países de três continentes e lucra mais de R\$ 1,5 bilhão

por ano com o tráfico internacional de drogas, mantendo laços com a 'Ndragheta, a máfia da Calábria (Itália) e com o Cartel de Sinaloa (México).

"Hoje o PCC é uma organização de tipo mafioso", afirmou o promotor Lincoln Gakiya, do Gaeco. Isso porque ele exerce controle de território e social por meio do medo da violência. Busca o monopólio da atividade criminosa e domina mecanismos de lavagem de dinheiro. É a organização criminosa que mais cresce no mundo por meio de seu cartel, o Narcosul.

Símbolo dessa nova fase, em outubro de 2021, os promotores do Gaeco detectaram que o PCC determinou a suspensão da cebola, a cobrança de contri-

buição mensal dos integrantes da facção que existia desde a fundação do grupo. Abria assim mão de uma renda tradicional bandidos em liberdade pagavam R\$ 1 mil, dinheiro que fi-

**Crescimento da facção**  
**Hoje, o PCC está presente em 23 países de três continentes e lucra mais de R\$ 1,5 bilhão por ano**

nanciava ações de populismo carcerário, como a distribuição de cestas básicas e o fretamento de ônibus na capital para levar parentes de detentos aos presídios do oeste do Estado.

Com toda essa estrutura, por

que manter o tráfico de drogas na Cracolândia? Ainda mais depois que, desde maio de 2021, a polícia instalou câmeras de vídeo escondidas na região para identificar traficantes em meio aos usuários matrapilhos. "Prendemos 64 deles. Cada vez que aparecia alguém melhor vestido em meio ao fluxo, passamos a identificá-lo e capturá-lo", afirmou o diretor do Departamento de Narcóticos (Denarc), Genesio Léo Junior. As prisões se multiplicavam e o lucro diminuía. Para quem está ganhando com o tráfico internacional, a Cracolândia teria se tornado um mau negócio. A polícia só não sabe até quando.

REPORTER ESPECIAL



NOTAS E INFORMAÇÕES

## Uma reforma que se arrasta



**Mais de mil municípios deixaram de completar as mudanças no regime de aposentadoria dos servidores**

**A** pesar de algum avanço após a aprovação da Emenda Constitucional 103, em novembro de 2019, a reforma da previdência dos municípios que criaram regimes próprios de aposentadoria para seus

funcionários está parada em boa parte deles. Embora tenha superado muitas resistências, a reforma previdenciária ainda parece arrastar-se em algumas instâncias.

Por causa do atraso, muitos municípios correm o risco de, a partir de abril, perderem o direito de receber transferências voluntárias da União, estabelecer acordos e contratos com órgãos públicos federais e até de contratar empréstimos, como mostrou reportagem do **Estadão**. Estima-se que, só de transferências e avais da União, o valor chegue a R\$ 30 bilhões por ano.

São 1.039 prefeituras, entre as 2.151 que aprovaram a criação de regime previdenciário próprio, que ainda não implementaram um sistema completo para seus funcionários, como exigem as normas aprovadas em 2019. A nova etapa inclui o estabelecimento do regime de capitalização, por meio do qual o servidor que ganha mais do que o teto dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e quiser ter aposentadoria compatível com sua renda, contribua com o necessário no presente para assegurar benefício maior no futuro.

O pagamento de aposentadoria integral, sem que o beneficiário tivesse contribuído para isso, era fonte de grave desequilíbrio financeiro do setor público. Por isso, a reforma é essencial para evitar o déficit e assegurar recursos para a execução de programas em áreas como educação, saúde, segurança, serviços públicos e outras vitais para o bem-estar da população e

para a atividade econômica.

O evidente custo político de reformas com essas características – que obviamente reduzem privilégios de que gozavam os servidores públicos e tendem a equiparar seus direitos aos dos trabalhadores do setor privado – é fator que tende a retardar o avanço da reforma. Mas, ainda que lentamente, ela tem avançado e prazos têm sido fixados para o setor público em todos os níveis cumprir suas etapas.

O novo prazo, que termina em 31 de março, foi estendido por causa da pandemia, que afetou duramente a atividade econômica e, consequentemente, as finanças públicas. Originalmente, terminaria em 30 de novembro. Nessa etapa, todos os municípios que dispõem de regime próprio de previdência devem estabelecer alíquota mínima de contribuição de 14% e suspender o pagamento de benefícios como auxílio-doença e salário-maternidade, que passam a ser de exclusividade do INSS.

Sem o cumprimento dessas exigências, o município perde o direito à obtenção do Certificado de Regularidade Previdenciária, documento essencial para diversas operações com a União. A eventual suspensão das transferências voluntárias da União e a impossibilidade de concretização de contratos financeiros são riscos imediatos que correm as prefeituras que não cumprirem o prazo. Outro, de médio e longo prazos, é sua insolvência financeira em algum momento no futuro, com prejuízos para toda a comunidade. ■

Segurança

## Moradores se surpreenderam com sumiço do fluxo na região



Homem passeia com criança em rua vazia, antes ocupada por fluxo de usuários e traficantes de droga

**Pessoas que residem na Cracolândia dizem que usuários de droga começaram a sair da área na noite de sexta, sem confronto**

GONÇALO JUNIOR

As ruas próximas da Estação Júlio Prestes, no centro de São Paulo, região conhecida como Cracolândia, estão praticamente vazias. O local, normalmente ocupado por centenas de usuários de drogas virou cenário de obras de limpeza e conservação urbana da Prefeitura. Praticamente não há usuários. O esvaziamento contrasta com o aumento do movimento na Praça Princesa Isa-

bel, distante cerca de 400 metros dali. Moradores temem que a chamada Cracolândia tenha só mudado de local.

O **Estadão** percorreu os dois endereços na manhã de ontem. Na Alameda Cleveland, um dos acessos à Estação Júlio Prestes, máquinas e caminhões da Subprefeitura da Luz faziam consertos como fechamento de buracos nas calçadas, que, dizem funcionários, eram esconderijos de droga. Na praça, mais ações de zeladoria, com lavagem das calçadas.

A técnica em Enfermagem Fernanda, de 33 anos, que prefere só dizer o primeiro nome, fala em “sensação de liberdade”. “A gente quase não podia sair de casa por medo de assalto”, diz ela, que mora na Rua Dino Bueno.

Sabia mais

**527 pessoas** em média compunham o chamado fluxo por dia. Em fevereiro, n.º caiu para 397.

Moradores e trabalhadores relatam que a concentração de pessoas – o chamado fluxo no quadrilátero da Rua Helvetia, Alamedas Dino Bueno e Cleveland e a Praça Júlio Prestes já vinha diminuindo. Segundo a Prefeitura, a região recebia uma média de 527 pessoas por dia. Em fevereiro, o número caiu para 397. O esvaziamento rápido surpreendeu a todos.

Fernanda conta que tomou um susto quando olhou pela ja-

neia do seu apartamento na manhã de sábado. Onde antes estavam os usuários e traficantes de drogas não havia quase ninguém. Segundo ela e outros moradores, não houve conflito com policiais. Traficantes e usuários começaram a abandonar o local na noite de sexta.

**DESLOCAMENTO.** “Para onde foram as pessoas que estavam aqui?”, indaga Fernanda. Parte da resposta está na Praça Princesa Isabel. Ontem, era possível ver bancos com pedras de crack expostas, sob guardasóis. Traficantes e usuários se misturam a famílias em situação de rua que ocupam barracas chamadas de “condomínios”. “Quem tá vendendo?”, indaga uma mulher de bermuda cinza e top verde. Um rapaz

de camisa preta e boné azul aponta para o centro da praça.

A Prefeitura, porém, nega a “mudança de endereço”. Ao **Estadão**, Alexis Vargas, secretário executivo de Projetos Estratégicos de São Paulo, diz que a praça é só um dos pontos para onde os traficantes se deslocaram. “Nosso monitoramento mostra que ali estão cerca de cem pessoas que estão com os moradores em situação de rua”, diz ele.

Moradores sugeriram uma relação entre a saída do fluxo da Luz e a proximidade da data de inauguração do Hospital Estadual. Pérola Byington, na Alameda Gietz, Alexis também nega. “Não há relação direta, pois o hospital nem começou a funcionar. Não houve acordo nenhum com o tráfico.” ■

AGENDA COVID

A SITUAÇÃO DO PAÍS, COM DADOS DO GOVERNO DA IMPRENSA E DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (RECUPERAÇÃO)

657.773

TOTAL DE MORTES

410

MORTES RELACIONADAS À COVID-19

303

RECUPERAÇÃO DE PACIENTES

175.139.013

TOTAL DE VACINADOS

29.683.686

TOTAL DE TESTES POSITIVOS

41.838

RECUPERAÇÃO DE PACIENTES

28.214.095

NÚMERO DE CASOS



NA WEB  
Confira mais informações sobre a vacinação  
<https://bit.ly/4Lp0m77>

**Cronograma de vacinação SÃO PAULO**

Crianças com 5 anos de idade e crianças entre 6 e 11 anos imu-

nossuprimidas devem ser vacinadas exclusivamente com a vacina da Pfizer pediátrica. E segue a vacinação para todos

os grupos elegíveis

**RIO DE JANEIRO**

Pessoas com imunossupres-

são grave com 12 anos ou mais devem tomar uma terceira dose (dose adicional) da vacina contra a covid-19 pelo menos

28 dias após a segunda dose. É necessário apresentar comprovação de imunização nos postos oficiais. ■



## PREVISÃO DO TEMPO



16°



29°



19°

0MM

47%

17° 31'

19° 32'

20° 31'

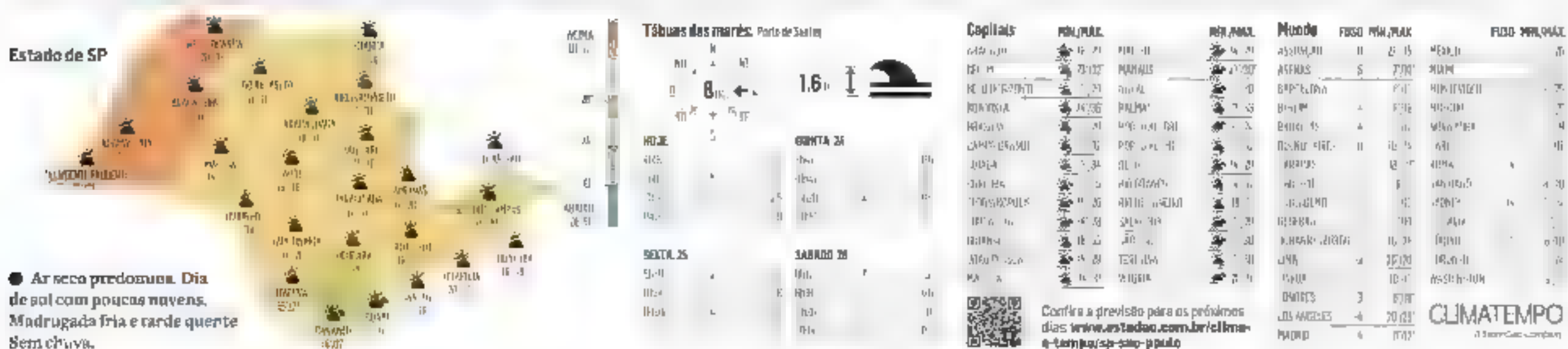
20° 28'



16°

16°

16°



## Pandemia do coronavírus

# Idoso acima de 70 anos poderá tomar 4ª dose em SP a partir do dia 29

**Para receber o novo reforço da vacina, é necessário apenas ter recebido a terceira dose há pelo menos quatro meses**

DELLA MEYER

ESPECIAL PARA O ESTADO

Idosos a partir de 70 anos da cidade de São Paulo poderão tomar a quarta dose da vacina contra a covid-19 a partir da próxima terça-feira, desde que tenham recebido a terceira dose há pelo menos quatro meses. Serão aplicados os imunizantes disponíveis.

Segundo a Secretaria Municipal da Saúde (SMS), dos 556 mil idosos com mais de 70 anos que residem na capital, 450.347 já estão elegíveis para a segunda dose adicional.

A imunização ocorrerá em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e Assistência Médicas Ambulatoriais (AMAs)/UBSs Integradas, que funcionam das 7h às 19h, além dos megapostos e drive thrus, das 8h às 17h. Fora a vacinação nos postos, a Atenção Básica, por meio da Estratégia Saúde

da Família (ESF), vacinara idosos nas Instituições de Longa Permanência (ILPIs) e em domicílio para acamados e impossibilitados de se locomover.

Para se vacinar é preciso levar documento de identificação, de preferência Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou cartão do Sistema Único de Saúde (SUS), além da carteira com o registro das doses já recebidas. Desde sexta, idosos a partir de 80 anos estão aptos a receber a quarta dose. Até o momento, 23.153 pessoas nessa faixa etária já receberam a segunda dose adicional.

**Internações em queda**  
Desde 11 de março, São Paulo tem registrado menos de 300 internações por dia na média

“A logística de vacinação construída pela gestão municipal permanece para imunizar toda a população contra a covid-19 na cidade de São Paulo”, diz o secretário municipal da Saúde Edson Aparecido

**INTERNAÇÕES.** O Estado de São Paulo registrou na segun-

da, dia 21, a menor média móvel de sete dias de internações por covid-19 desde o início da pandemia. Foram 233 novas internações, ante 3.399 no pico da pandemia em 26 de março de 2021, e 1.521 no maior índice durante a circulação da variante Ômicron, no dia 29 de janeiro deste ano.

**EM QUEDA.** Segundo a Secretaria de Estado da Saúde (SES), desde 11 de março, São Paulo tem registrado menos de 300 internações por dia na média, e, desde o dia 16, está abaixo do menor recorde anterior de 269 internações, em 10 de dezembro de 2021. O avanço da vacinação, diz a SES, tem reflexo direto na redução das internações. São Paulo atingiu a meta de 90% da população elegível vacinada com duas doses e mais de 10,1 milhões aplicações.

As mortes por covid também estão em queda. O Estado registrou na segunda-feira a menor média móvel de mortes, com 81, desde o pico da Ômicron. Desde 15 de março, o índice está abaixo de 100 mortes. ●

## SÃO PAULO RECLAMA

## Queixa sobre o corte de benefício federal

**Reclamação de Jane Silva.** “Mas uma vez, eu apelo por uma resposta e uma explicação do INSS que, após quatro meses de restabelecimento de pagamento do benefício de aposentadoria de José Liberato da Silva, voltou a bloquear o benefício pago corretamente durante 12 anos, sob alegação de duplicidade/homonímia. Após inúmeras tentativas de contato com o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), envio de documentação, provas de vida realizadas sempre com a frequência exigida pelo serviço, o erro foi reconhecido e restabelecido o pagamento a partir de setembro do ano passado. Os pagamentos referentes aos meses anteriores, no entanto, não foram depositados conforme promessa verbal recebida no posto de atendimento. Surpreendentemente, após quatro meses desse restabelecimento, o INSS cessou o benefício novamente. A ocorrência do óbito de seu irmão gêmeo em Pernambuco consta no atestado de óbito.”

**Resposta do INSS:** “Informamos que o benefício do senhor José Liberato da Silva foi reativado.” ●



“Tive algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado?” O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do número de envio na questão, para o [spreclama@estadao.com](mailto:spreclama@estadao.com)

## HÁ UM SÉCULO

## O perigo dos veículos

Na rua José Paulino um velho operário, Domingos Romano, de 78 anos, morador no pred. n.º 4 daquela rua, quando se dirigia a uma quitanda, foi atropelado por um caminhão (...). Atirado ao solo a e pisado pelo animal, a desventurada vítima recebeu fortes contusões no tórax e no rosto. Sobre o facto foi instaurado inquerito pelo delegado da Central

Hontem, às 18 horas, na praça da República, o “chauffeur” Antonio Fernandes, ao passar com a machina que dirigia ao lado de um caminhão, foi atingido pela lança daquele vehiculo no peito. A victima foi soccorrida no posto da Assistencia (...) O conductor do caminhão evadiuse ●

## CORREÇÕES

**Elisabeth Roudinesco.** O nome correto do livro da psicanalista Elisabeth Roudinesco é *O Eu Soberano: Ensaio sobre derivas identitárias* (Atlas, páginas 66 e 67, edição de 2013, 22,

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para [correcoes@estadao.com](mailto:correcoes@estadao.com). As correções abrange erros como: de informação, nome, cargo, dados, numeração, entre outros.

## LOTERIA



Para ver os resultados acesse a página do seu celular para o QR Code ou acesse <https://loterias.estado.com.br/mega-sena>.

## FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fale com: **Helaine Lima** ● (11) 3855-2130 (11) 4415-1151 ● WhatsApp: (11) 98511-1511 ● Atendimento de 9h às 18h, de 3ª a 6ª, das 9h às 17h, e 7ª, das 9h às 16h, das 10h às 16h, de 2ª a 6ª, das 9h às 16h, de 7ª, das 9h às 16h. ● Se quiser publicar anúncio de falecimento, envie e-mail para [falecimentos@estadao.com](mailto:falecimentos@estadao.com). ● O Estado não se responsabiliza por erros de transcrição. ● O Estado não se responsabiliza por erros de transcrição.

A filha Juliana, o genitor Luiz Fernando, as irmãs Melânia, Margarida, Maria Leticia (Leliê) e Ana Luiza, o cunhado Wacław, sobrinhos e neta, comunicam com pesar o falecimento da querida

**FRANCISCA ANTONIETA A. P. CARIANI**  
(Kika)

ocorrido na última sexta-feira 18/03/2022 e convidam para a missa de 7ª dia, que será realizada na próxima 5ª feira, 24 de Março, às 12:00hs, na Igreja São José à Rua Dinamarca, 32 Jardim Europa, São Paulo - SP

**Pedro Camarinha** Dia 21, aos 72 anos. Era casado com Tereza. Deixa os filhos Otávio, Pedro, parentes e amigos. A cremação de cremação foi realizada na Crematório Vila Alpina.

**MISSAS**  
**Marizilda Conceição Lourenço** Dia 26, às 6 horas, na Igreja São Luiz Gonzaga.

na Av. Paulista, 2.378, Bela Vista (2 anos).  
**Maria do Carmo Brant de Carvalho Galizia** Dia 28, às 18 horas, na Paróquia São Pedro e São Paulo, na R. Circular do Bosque, 31, Cidade Jardim (7ª dia).  
**José Cássio Pupod'Utra Vaz** - Hoje, às 11 horas, na Igreja São José, na R. Dinamarca, 32, Jardim Europa (7ª dia).  
**Paulo Verna** Dia 27, às 9 horas, na Paróquia São Luís Gonzaga, na Av. Paulista, 2.378, Bela Vista (1 ano).

Bryan e Helena Maria Morgan, pais e Christina Marcondes Morgan, filha de

**FERNANDO MARCONDES MORGAN**

Agradeçam as manifestações de carinho por ocasião de seu falecimento em 7/3/22 e convidam para a missa de 7ª dia, na sexta-feira 25 de março, às 18h, na Igreja de São José, à Rua Dinamarca, 32, Jardim Europa.





Campeonato Paulista

# Após drama, São Paulo vira e avança

Equipe sai atrás, mas Rogério Ceni usa bem os reservas e time consegue goleada sobre o São Bernardo por 4 a 1; Pablo Maia e Nestor são destaques do primeiro semifinalista

RAZÃO DE FIERRE

Foi um drama maior do que o era esperado para qualquer torcedor do São Paulo, mas o time soube sair das adversidades, conseguiu virar em cima do São Bernardo e venceu o duelo com o time do ABC, vái do pelas quartas de final do Paulistão, por 4 a 1, com boa apresentação da dupla de volantes formada por Pablo Maia e Rodrigo Nestor. Agora, o São Paulo espera a definição do seu adversário para a semifinal, disputada em jogo único, à no final de semana.

Atual campeão paulista, o São Paulo sofreu com a ansiedade no primeiro tempo — o nervosismo podia ser sentido em todo o Morumbi. O time começou o jogo muito mal, com erros grosseiros que quase fizeram com que o São Bernardo saísse na frente.

O São Paulo só começou a tomar as redes da partida a partir dos 30 minutos. Aos 33, a melhor chance da primeira etapa foi desperdiçada por Rodrigo Nestor. Ele não aproveitou a bobeira da defesa do São Bernardo — a bola foi recuada para o goleiro Alex Silva, que foi tentar driblar Luciano e perdeu. O



**Gols:** Davy aos 7; Nestor aos 19, Pablo Maia, aos 33, Marquinhos, aos 42 e Calleri, aos 46 do 2º tempo.  
**SÃO PAULO:** Jandrei; Rafinha, Diego, Leo e Reinaldo (Wellington), Nestor, Pablo Maia, Igor Gomes (Calleri) e Aïsson (Marquinhos); Luciano (Nikão) e Eder (Rigoni). **Técnico:** Rogério Ceni.  
**SÃO BERNARDO:** Alex Alves, Jollson (Ravaneli), Sautiano e Ligger Cristovam, Rodrigo Souza, V. Mesquita (Léo Gomes) e Igor Fernandes, João Carlos; Paulo Mucceun, Davy e Silvinho (Rafinha). **Técnico:** Márcio Zanard.  
**Juiz:** Douglas Marques das Flores.  
**Amarelos:** Paulo Mucceun, Eder, Vítinho Mesquita, Rodrigo Souza, Pablo Maia e Wellington. **Vermelho:** Paulo Mucceun.  
**Renda:** R\$ 1.724.722,00. **Público:** 28.731 pagantes. **Local:** Morumbi, em São Paulo.



Pablo Maia celebra o gol da virada do São Paulo no Morumbi

volante do time do técnico Rogério Ceni ficou com a bola e, sem goleiro, mandou por cima do travessão.

Os dois times voltaram do intervalo sem mudanças e o primeiro a chegar com perigo foi o São Bernardo. O que era nervosismo virou drama aos sete minutos. Reinaldo perdeu,

a bola no meio-campo e Cristovam acionou Davy no ataque. Ele tentou o chute, a bola rebatou em Diego Costa e voltou para o atacante do São Bernardo, que invadiu a área e tocou na saída de Jandrei para colocar o time do ABC na frente.

Rogério Ceni resolveu mexer e, logo após tomar o gol,

mandou Wellington, Calleri e Rigoni para o campo. A pressão da equipe do Morumbi aumentou. Aos 19, finalmente o São Paulo chegou ao gol. Calleri tocou no fundo, para direita, para Rigoni. Ele cruzou, rasteiro para trás, nos pés de Rodrigo Nestor, que se redimiu do gol perdido no primeiro tem-

po e bateu firme, no canto direito, para empatar a partida.

Aos 21, Paulinho Mocellin fez falta dura em Rigoni, levou o segundo amarelo e foi expulso. Com um a mais em campo, o time suportou a pressão. Aos 31, mais uma vez Luciano perdeu boa chance. Ele recebeu na marca do pênalti, girou e bateu firme, mas mais uma vez ficou nas mãos do goleiro Alex Silva.

O gol da vitória saiu aos 37, para alívio da torcida do São Paulo. Pablo Maia recebeu livre fora da área e ameaçou cruzar. Contudo, o volante resolveu arriscar para o gol e mandou a bola no ângulo, sem chances para o goleiro do São Bernardo, um golaço, o seu primeiro gol como profissional.

O São Bernardo tentou sair para o jogo e acabou levando o terceiro no contra-ataque com dois jogadores que saíram do banco. Aos 42, Marquinhos tabelou com Nikão, entrou na área e bateu forte para marcar o terceiro gol.

Desanimado em campo, o São Bernardo ainda levou o quarto gol. Pablo Maia acionou Calleri na área e o argentino só tocou na saída de Alex Silva para decretar a classificação do São Paulo para as semifinais do Paulistão. ●

## Com defesa esfacelada, Palmeiras testa sua força

RICARDO MAGATTI

O Palmeiras coloca hoje, às 21h35, a força de seu elenco a prova. Invicto no Campeonato Paulista e dono da melhor campanha da primeira fase, o time de Abel Ferreira joga com a defesa desfalcada contra o Ituano na partida das quartas de final no Allianz Parque.

São quatro baixas na retaguarda: o goleiro Weverton, o capitão Gustavo Gómez e Kascevic, que defendem Brasil, Paraguai e Chile nas Eliminató-

rias da Copa, respectivamente. Além de Luan, ainda em recuperação de lesão muscular na coxa esquerda. No ataque, Deyverson não joga porque foi expulso no último domingo diante do Bragantino.

O cenário não é pior porque o lateral-direito Mayke se recuperou da entorse no tornozelo direito sofrida contra o Santos, há dez dias, e o lateral-esquerdo Piquerez não foi convocado pelo Uruguai.

Marcelo Lomba assume a vaga de Weverton no gol, Murilo continua no lugar de Luan e Gómez deve ser substituído por Jailson, que é volante, mas também atua na zaga.

“Em relação aos desfalques, sabemos da importância desses jogadores para o nosso grupo. Mas temos um elenco qualificado e os jogadores que o professor optar vão dar conta do recado”, disse Jailson.

A defesa é justamente o se-



Raphael Veiga, em ótima fase, comanda o Palmeiras hoje

tor mais virtuoso da equipe no Estadual. É a melhor da disputa, com apenas três gols sofridos em 12 partidas. O desafio nas quartas é manter o desempenho mesmo com várias modificações no setor.

O Palmeiras busca classificação para semifinal do Paulistão pela nona vez seguida. Campeão em 2020, contra o Corinthians, e vice em 2021 ao

QUARTAS DE FINAL DO PAULISTÃO

PALMEIRAS

ITUANO

**PALMEIRAS:** Marcelo Lomba, Marcos Rocha, Janson, Murilo e Piquerez, Danilo, Zé Rafael e Raphael Veiga, Scarpa, Dudu e Rony. **Técnico:** Abel Ferreira.  
**ITUANO:** Pegoraro, Léo Santos, Rafael Perreira e Cieberson, Pecheco, Kato, Igor Henrique, Lucas Siqueira, Gerson Magrão e Roberto Ayón.  
**Técnico:** Mazola Júnior.  
**Árbitro:** Thiago Luis Scarascati.  
**Horário:** 21h35.  
**Local:** Allianz Parque.  
**Transmissão:** Paulistão Play, Premiere e TV Record.

perder para o São Paulo, o time alviverde não se ausenta da semi desde 2014.

Time do interior há mais tempo na elite paulista — desde 2002 — o Ituano tem como única baixa seu atacante, Rafael Elias, que pertence ao Palmeiras e não pode jogar em virtude de uma cláusula em seu contrato de empréstimo. ●

O MELHOR DA TV

**TÊNIS**  
● **ATP E WTA de Miami**  
Primeira rodada  
12h / ESPN 3

**FUTEBOL**  
● **Campeonato Mineiro**  
Caldense x Atlético-MG  
16h30 / SporTV e Premiere  
● **Campeonato Paulista**  
RB Bragantino x Santo André  
19h / SporTV e Premiere  
Palmeiras x Ituano  
21h35 / Record e Premiere  
● **Campeonato Gaúcho**  
Ypiranga x Brasil de Pelotas  
19h30 / Premiere  
Grêmio x Internacional  
22h15 / SporTV e Premiere

**VÔLEI**  
● **Superliga Masculina**  
Cruzeiro x São José  
19h / SporTV 2  
Guarulhos x Blumenau  
21h30 / SporTV 2

**BASQUETE**  
● **NBA**  
B. Nets x M. Grizzlies  
20h30 / ESPN 2  
Phil 76ers x L.A. Lakers  
23h / ESPN 2

PAULISTA - QUARTAS DE FINAL		
ONTEM		
São Paulo 4 x 1 São Bernardo		
HOJE		
18h	RB Bragantino x Santo André	
21h35	Palmeiras x Ituano	
AMANHÃ		
19h	Corinthians x Guaraná	





— País viveu auge na acolhida a refugiados políticos em 2021; causa pode ter sido ideológica

# Um recorde de refúgios no Brasil



**Reconhecimento**  
Além de documentação, refugiado tem acesso a serviços públicos e ao mercado de trabalho, diz Luiz Fernando Godinho, do Acnur

DANIEL REIS  
NATÁLIA SANTOS

**P**rimero, eram “apenas” ameaças. Mensagens como “Você tem família”. Em seguida, a jornalista venezuelana Yolis Lion foi sequestrada pela Guarda Nacional, que lhe tomou seu equipamento de trabalho. Três semanas depois, sofreu um segundo sequestro. Dessa vez, foi torturada. “Pense que não resistiria”, relatou.

Quando foi denunciar os abusos cometidos pelos guardas, Yolis escutou que a melhor forma de continuar viva era fugindo do país. Não deu tempo para pensar muito. Em setembro de 2012, seu marido foi assassinado. Em vez de enterrá-lo, a jornalista entrou em um carro e fugiu para o Brasil. “Quando tentei sepultá-lo, me avisaram: ‘Você não pode ir. Precisa sair da Venezuela, porque a próxima será você’”.

Ao lado de cubanos e congolese, os venezuelanos estão, atualmente, entre as nacionalidades com mais refugiados por opinião política em território brasileiro. Esse tipo de acolhida alcançou, no ano passado, o ponto mais alto da série

histórica. Foram 361 casos.

Yolis chegou ao Brasil em 2012, mas apenas em 2015 entrou com o pedido de reconhecimento como refugiada. Após relatar sua história à Defensoria Pública da União, em Manaus, e ao Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), ela e seus filhos tiveram o pedido aprovado, em 2016.

“Parecia que eu tinha nascido naquele dia. Foi como uma certidão de nascimento”, afirmou a venezuelana. Lider indígena da etnia warao, ela hoje faz parte do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Belo Horizonte, onde mora. E trabalha na acolhida de indígenas venezuelanos recém-chegados.

No mesmo ano em que Yolis “renasceu”, o Conare concedeu status de refugiado por motivos políticos a 197 pessoas, de 24 nacionalidades diferentes. O porta-voz do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), Luiz Fernando Godinho, disse que, ao reconhecer o status, o país de acolhida passa a proteger as pessoas forçadas a migrar. No caso do Brasil, isso significa conceder documentação, acesso a serviços públicos e ao mercado formal de trabalho. “O re-

conhecimento da condição de refugiado impede que a pessoa seja extraditada para o seu país de origem, o que é particularmente importante caso ela esteja sofrendo uma perseguição por agentes estatais”, declarou o porta-voz.

**PLATAFORMA.** Os reconhecimentos de refúgio por opinião política vêm crescendo no Brasil desde 2018. O número de 2021 foi o mais alto desde 2016, início da série histórica da Plataforma Interativa de Decisões sobre Refúgio, uma iniciativa do Comitê Nacional para os Refugiados em parceria com o Acnur. O dado de 2021 representa um crescimento de 134% em relação a 2020, quando houve 154 deferimentos.

Um primeiro fator para esse aumento é a forma de análise. Segundo o professor de Relações Internacionais da Universidade Federal de Rio de Janeiro (UFRJ) João Jarochinski, no momento em que as solicitações são analisadas individualmente, o que ocorre nos pedidos por opinião política, um quadro de crescimento no número de reconhecimentos é esperado ano a ano.

Além disso, o professor afirmou que a diplomacia também pode influenciar. “É muito mais fácil você reconhecer um fundado temor de percepção de países que você, de certa forma, verifica em outro aspecto ideológico político”, observou Jarochinski.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública atribuiu o aumento do número de refúgios concedidos à adoção da plataforma Sisconare, a partir de 2019. De acordo com a pasta, a

ferramenta melhorou a eficiência de todo o processo. O ministro não comentou o mérito dos pedidos de reconhecimento de refúgio nem os trâmites, uma vez que as informações são mantidas sob sigilo.

**CUBANOS.** A série histórica da Plataforma Interativa de Decisões sobre Refúgio mostrou que Cuba é o país de origem de 50% dos pedidos de refúgio por opinião política nos últimos seis anos. Em 2016, houve três reconhecimentos por ano. Em 2021, foram 299.

**“Acredito que era dificultado receber o reconhecimento em 2016 porque geraria um problema diplomático com Cuba caso o Brasil começasse a aceitar pedidos de refúgio por opinião política. Os números aumentam quando muda para um governo contrário à política cubana.”**

Lourival Aguiar  
Antropólogo

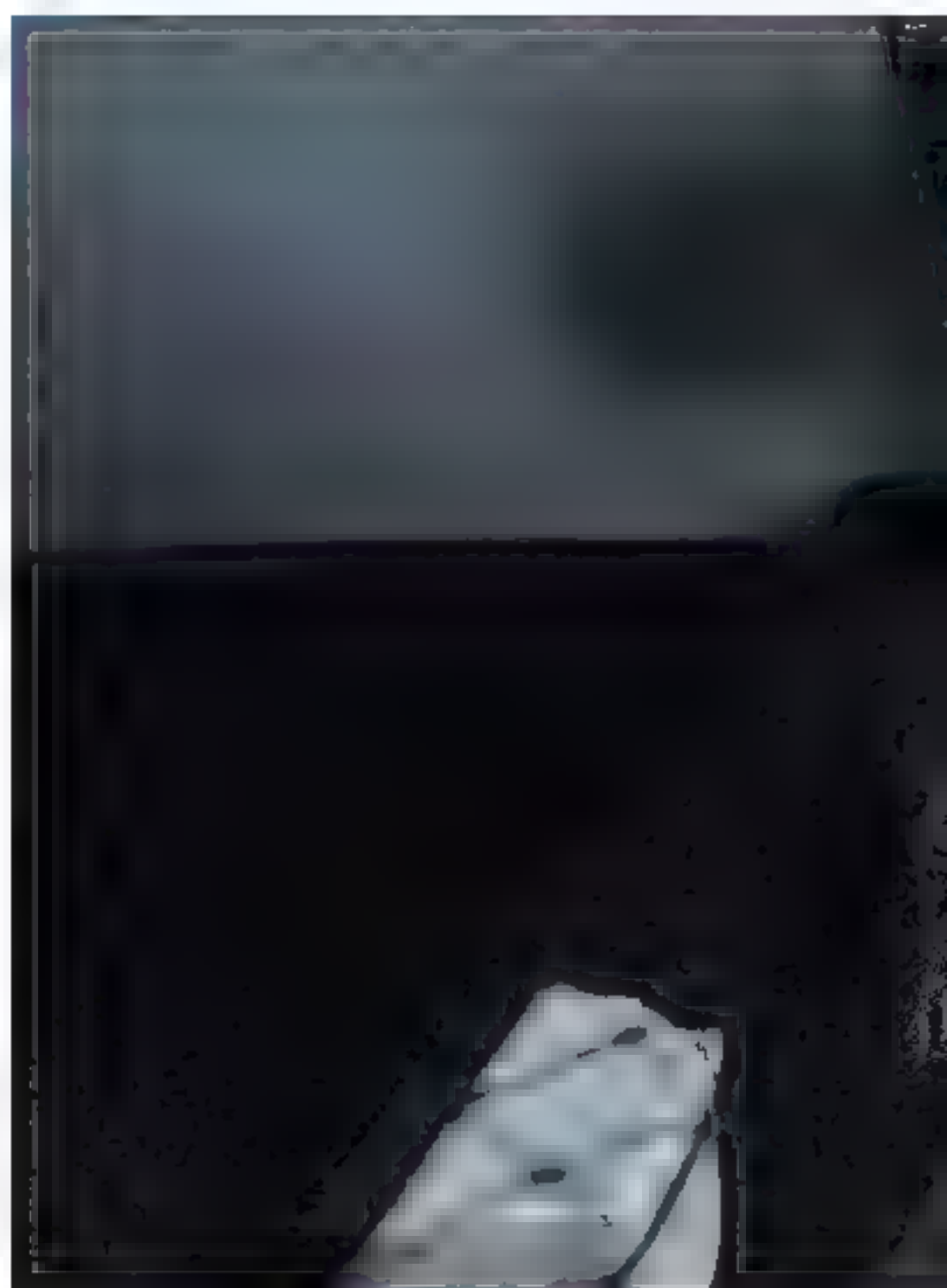
Apesar do aumento de aprovações, alguns requerentes ainda esperam obter seu reconhecimento. José Alberto, de 55 anos, é um deles. Ele chegou ao Brasil em 2018, acompanhado da mulher e da filha, após passar sete anos em Trinidad e Tobago, nação caribenha perto da Venezuela. “Ano passado, fizemos a entrevista com o Conare e agora estamos aguardando”, disse ele, que preferia não informar seu nome com-

pleto por razões de segurança.

Em Cuba, José Alberto chegou a ser preso. Na época, a ilha vivia uma onda de protestos contra o governo. Dura mente reprimidos, os atos evoluíram à “Primavera Negra” — quando, em abril de 2003, 75 ativistas foram detidos. “O governo não gostava do que eu escrevia”, disse ele. Liberado da prisão, José Alberto foi colocado em um avião e extraditado para Trinidad e Tobago.

Para o antropólogo Lourival Aguiar, pesquisador de relação racial em Cuba, o crescimento de requerimentos de cubanos pode estar ligado a três acontecimentos. Um, disse ele, é a morte de Fidel Castro, que reduziu a confiança da população no governo. O segundo é a tentativa de aproximação dos Estados Unidos, acompanhada da retirada de sanções pelo ex presidente Barack Obama. O terceiro é a chegada da internet 4,5 G, que permitiu que o acesso a informações não fosse mais mediado pelo governo. Esse último, segundo o antropólogo, foi fundamental para que a população cubana passasse a ver o refúgio como uma oportunidade de vida diferente.

“As relações internacionais sempre são motivadas por um ideal político. Acredito que era dificultado receber o reconhecimento em 2016 porque geraria um problema diplomático com Cuba caso o Brasil começasse a aceitar pedidos de refúgio por opinião política. Os números aumentam quando muda para um governo contrário à política cubana que utilizava isso como parte da propaganda”, afirmou o pesquisador. ➔







WASHINGTON MIFF, ESTADO  
Yelis Lion,  
venezuelana,  
exibe  
documento  
com seu  
status de  
refugiada

da armas para elas?”, disse Claudine, de 45 anos. “As coisas pioraram, comecei a ter que dormir um dia em cada lugar, ate fugir do país.”

**DIREITOS HUMANOS.** Os venezuelanos completam a lista das três nacionalidades com mais refugiados por opinião política no Brasil. Jarochinski, no entanto, observou que pessoas forçadas a fugir da Venezuela têm obtido reconhecimento pela condição de “grave e generalizada violação de direitos humanos”. Por isso, o número de refugiados venezuelanos que chegam ao Brasil vítimas de perseguição política pode ser ainda maior.

**Nacionalidades**  
*Possibilidade de refúgio no Brasil por opinião política tem atraído cubanos, congoleses e venezuelanos*

Em 2019, 47 pessoas do país conseguiram o status de refugiado por opinião política. Em 2020 e 2021, foram apenas três em cada ano. “Entendemos que as pessoas que saem da Venezuela estão em necessidade de proteção internacional e, por isso, devem ser reconhecidas como refugiadas se assim solicitarem”, disse Godinho, porta-voz do Acnur. Desde 2016, 49 mil venezuelanos foram reconhecidos refugiados pelo Conare. Para o professor da UFRR, no caso da Venezuela, assim como Cuba, o rompimento das relações entre os governos facilita a aprovação dos pedidos de refúgio.

**PRESSÃO.** O reconhecimento, pelo Comitê Nacional para os Refugiados, da condição de “grave e generalizada violação de direitos humanos” na Venezuela, em 2019, veio após pressão da sociedade civil. A decisão foi importante para acelerar o andamento dos requerimentos. Antes disso, porém, pedidos de refúgio como o de Oswaldo Ponce Perez, de 56 anos, não avançaram.

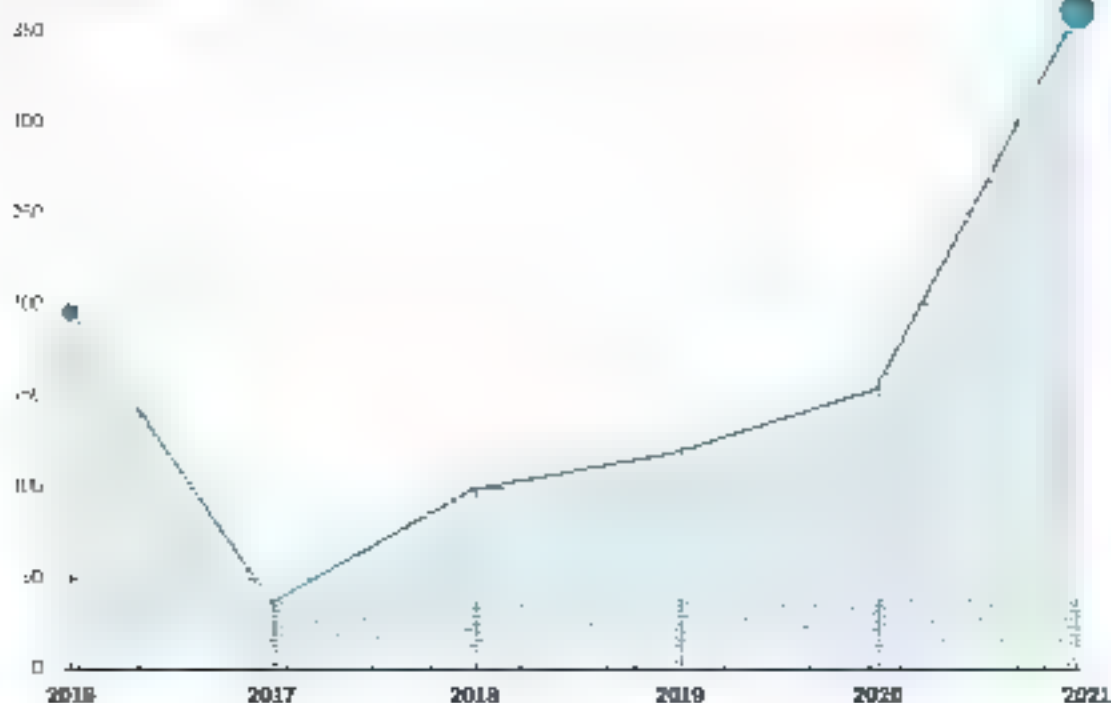
Juiz federal na Venezuela, Pérez foi vítima de perseguição política durante quatro anos por suas decisões no tribunal. Teve o carro incendiado e o filho assassinado. “O que ‘derramou o copo’ foi o assassinato do meu filho. Isso acabou comigo”, disse ele sobre a decisão de deixar a Venezuela. “Foi uma injustiça.”

O filho mais novo do ex-juiz conseguiu o reconhecimento em 2020. Perez, no entanto, deixou de renovar a solicitação de refúgio feita em 2015 e passou a tentar a cidadania brasileira. Atualmente, ele trabalha no Tribunal de Justiça de Roraima, como tradutor e mediador judicial para migrantes que chegam ao Estado. ■

## HISTÓRICO

Número de refugiados por opinião política cresceu no Brasil no ano passado

### Pedidos deferidos



### Nacionalidades

24 8 13 12 15 15

361 967  
TOTAL DE RECONHECIDOS ENTRE 2016 E 2021



### Perfil de todos os reconhecidos

#### POR GÊNERO

FEMINIL 318 32,88%  
MASCULINO 648 67,01%

#### POR IDADE

NUMERO DE PEDIDOS INDEFERIDOS  
ABAIXO DE 4 ANOS 4 0,41%  
4 A 17 ANOS 251 2,58%  
17 A 29 ANOS 251 2,58%  
30 A 59 ANOS 245 25,34%  
ACIMA DE 60 ANOS 647 66,81%

#### PAÍS COM MAIS RECONHECIDOS

402  
CUBA

FONTE: PLATAFORMA DE APOIO DO COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS (CONARE) - NÚMERO DE PEDIDOS DEFERIDOS DE MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA, COM GÊNERO, IDADE E NACIONALIDADE

COMITÊ. Esse embate de narrativas, presente nos governos brasileiros de 2016 a 2021, e a reação dos reconhecimentos de refugiados com a diplomacia brasileira também são citados por Jarochinski. Ele vê nesses fatores motivo para o crescimento de reconhecimentos de refugiados cubanos por razões de opinião política.

“Um cubano que solicita o reconhecimento da sua condição de pessoa refugiada é mais facilmente reconhecido dentro do governo de Jair Bolsonaro do que seria anteriormente, assim como dentro do PT”, disse o professor da UFRR.

O viés político dos deferimentos, para Jarochinski, pode ser melhor compreendido pela forma como o Conare é composto. Mesmo sendo um órgão colegiado, o grupo tem sete representantes do Poder Executivo. Seis são de ministérios e um é da Polícia Federal. Há, ainda, um integrante de organização não governamental que se dedica à assistência e proteção aos refugiados no País. Assim, em votações, a maior parte do colegiado tende a votar alinhado ao pensamento do governo. Sem direito a voto, participa também um representante do Acnur.

“O ponto de vista diplomático entra nesse debate”, afirmou Jarochinski, ao destacar o interesse do Executivo nos países de origem dos pedidos.

**CONGOLESES.** A segunda nacionalidade em número de refugiados reconhecidos por razão de opinião política é a congolesa, origem de Moïse Kabagambe, morto a pauladas aos 24 anos, em janeiro, no Rio. Ele chegou ao Brasil dez anos antes, com a família, fugindo de perseguições à sua etnia, na República Democrática do Congo, e se tornou refugiado.

Nos últimos seis anos, 220

congoleses obtiveram o mesmo status no Brasil, caso da jornalista Claudine Shindany. Ela chegou ao Brasil em 2014 e foi reconhecida como refugiada em 2016. Em sua terra natal, relatou perseguição do governo desde 2011, por trabalhar na cobertura de conflitos armados na região leste do país.

A decisão de emigrar veio após funcionários do governo queimarem a casa onde ela morava. O incêndio foi uma resposta a uma reportagem sobre o recrutamento de crianças pelo exército. “Eram crianças de 11, 12 anos, que precisam estudar, brincar. Como o exército





## Fenômeno nas redes

# 'Luva de Pedreiro' ganha o mundo com gols e carisma

*Jovem do interior baiano viraliza com vídeos bem-humorados e chama a atenção de craques como Neymar*

MARCOS ANTONIL  
ESPECIAL PARA O ESTADO

"Receba." É assim que Iran Ferreira conclui cada uma de suas publicações nas redes sociais. O jovem de 20 anos tem alcançado milhões de pessoas, entre anônimos e famosos, com seus vídeos curtos, em que exibe suas habilidades no futebol e finalizações precisas em um campo de terra batida na localidade de Tabua, na cidade de Quilangue, no norte da Bahia. Bem-humorado, o "Luva de Pedreiro", como é chamado, conquistou fãs e é reconhecido por importantes atletas e clubes de todo o mundo.

No dia 25 de março de 2021, Iran postou seu primeiro vídeo no TikTok. Ainda sem tanta familiaridade e interação com a câmera, revelava suas qualidades com a bola em um passe de letra gravado em câmera lenta. Neste início de 2022, seus vídeos começaram a ganhar espaço em outras redes sociais. Sem fronteiras, Iran transformou o bordão em seu slogan. "Receba." está sempre presente em publicações de perfis rela-

cionados a esporte, principalmente futebol.

Iran Ferreira costuma aparecer em frente à câmera com variadas camisas de clubes. Ele já foi presenteado por vários deles. Mas um é especial: o Vasco da Gama, time para o qual torce.

"Luva de Pedreiro" teve interações com jogadores do Bayern de Munique na última semana. O clube bávaro publicou em suas redes sociais uma cobrança de pênalti de Serge Gnabry, em que o alemão comemora com os dizeres do brasileiro: "Obrigado, Deus. Obrigado, família".

### Audiência

**9,5 milhões**  
de seguidores tem Iran Ferreira no Instagram

**6 milhões**  
acompanham Luva de Pedreiro no Instagram

**631 mil**  
estão inscritos no canal de Iran no YouTube; no Twitter são mais de 455 mil

Não é o único exemplo da repercussão nacional e internacional. Neymar e Richarlison, jogadores da seleção brasileira, elogiaram a técnica do garoto. O filho de Cristiano Ronaldo já o imitou, e o baiano foi destacado pelo Barcelona e pela Fifa, entidade máxima do futebol.

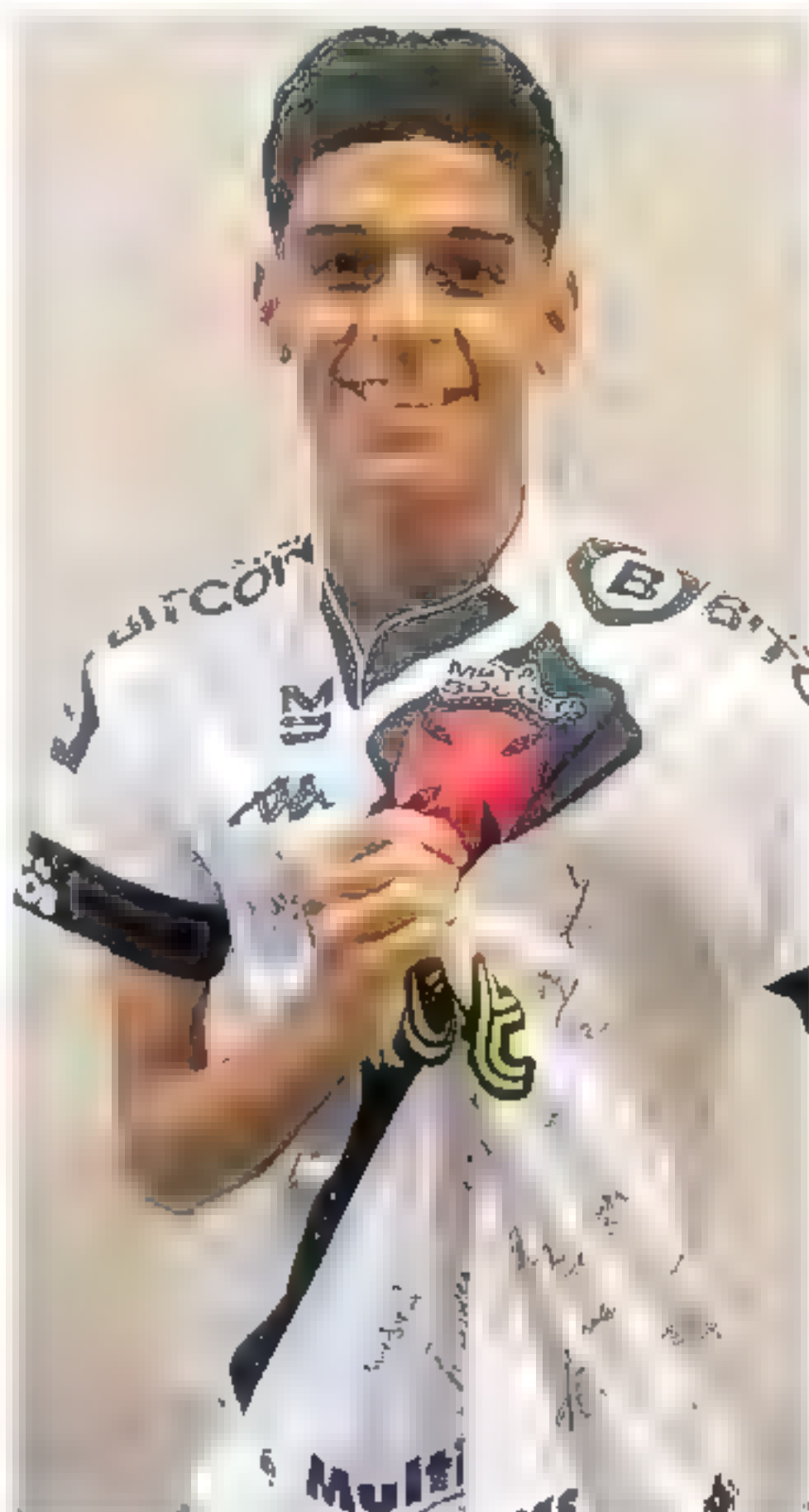
Com tamanha popularidade, Iran Ferreira bateu marcas em todas as mídias sociais, construiu seu perfil influenciador de maneira orgânica. No TikTok, tem 9,5 milhões de seguidores, no Twitter, são mais de 455 mil, no Instagram, o número chega próximo a 6 milhões de fãs. Sua mais recente criação foi um canal no YouTube, que conta atualmente com 631 mil inscritos. Nos últimos dias, o "cara da luva de pedreiro" viu o mar e andou de avião pela primeira vez. Pôde comer pizza e batata frita, algo que nunca tinha feito.

**FAMA.** Iran Ferreira hoje tem agenda lotada. Vê importantes personalidades e entidades buscando um mínimo de atenção. Interagir com o "Luva de Pedreiro" ou fazer referências a ele é garantia de sucesso e engajamento em posts nas mídias sociais. Os reflexos não param por aí. Nas ruas e escolas, crianças e jovens já comemoram seus tentos com "Receba".

"Comecei a jogar bola com cinco anos. Sempre tive aquele sonho de ser jogador profissional, mas as coisas são difíceis", conta Iran, fã de Cristiano Ronaldo. O filho de Dona Lenilza e Seu Arivaldo começou a vestir as luvas como inspiração pelo uso do acessório por alguns jogadores. Decidiu comprar as suas em um depósito de material de construção.

O apelido "Luva de Pedreiro" foi criado pelos colegas para zombar de Iran. Ele, porém, decidiu reverter a situação e tomou para si o apelido. "Fui muito criticado, mas, como sou brasileiro, não ligo para isso", explica.

Em um vídeo de apresenta-



Iran cativa pelo jeito simples e alegre; Vasco é sua maior paixão

ção publicado em seu canal no YouTube, Iran faz questão de identificar todos os seus companheiros de futebol da Tabua. Eles também ajudam "Luva de Pedreiro" a produzir seus vídeos. "A luva de pedreiro foi um dia mante bruto que eu soube lapidar. É assim que a magia acontece".

**TIME DO CORAÇÃO.** Nesta semana, Iran deixou a cidadezinha de pouco mais de 29 mil habitantes, a 322 km de Salvador, e

embarcou em uma viagem para o Rio de Janeiro para participar de uma série de ações junto ao seu clube do coração.

O Vasco lançará hoje um podcast e contará com um de seus torcedores em maior evidência no momento como convidado dessa estreia. Ele ainda recebeu uma camisa autografada pelos atletas do clube cruz-maltino, além de outros materiais com a marca do time. Sucesso garantido! ●

## Jornal Digital

"A opção de ler o jornal em formato digitalizado é maravilhosa para mim, que gosto da organização em páginas e cadernos, mas com a praticidade do mundo digital."

Adriana Fernandes



ESTADÃO  
VERSÃO DIGITAL



SEM  
PENSAR  
COM  
A GENTE

AINDA NÃO É

LIGUE 0800 770 2166



Viagem com carro voador 'vai ser acessível', diz co-CEO da Eve, startup da Embraer



**Combustíveis** Disparada na cotação do barril

# Alta no preço do petróleo reforça caixa da União em R\$ 37,2 bilhões

Salto em tributos e royalties com a valorização do produto motiva parte do governo a defender criação de subsídio para amortecer custo ao consumidor final

ADRIANA FERNANDES  
BRASILIA

Com frequência, o presidente Jair Bolsonaro critica o fato de os governadores tirarem proveito da alta do petróleo para arrecadar mais com o ICMS, mas a valorização do preço do barril no mercado internacional também reforçará o caixa do governo federal, especificamente com mais R\$ 37,2 bilhões ao longo de 2022.

O salto de arrecadação ocorre porque o governo recebe receitas que estão diretamente relacionadas ao preço

do petróleo, entre elas tributos e royalties (pagos pelas empresas como uma compensação financeira à União pela produção no País).

Com a invasão da Ucrânia pela Rússia, os preços internacionais dispararam, o que levou ao megareajuste do preço de diesel, gasolina e GLP (gás de cozinha) pela Petrobras.

O governo terá também um aumento de R\$ 1,8 bilhão de receitas vinculadas à exploração de minério de ferro, cujo preço também subiu no rastro do conflito na Europa. Com o cenário de guerra, as receitas com exploração de recursos

Em comparação

**R\$ 37 bi** é a estimativa de custo para a adoção de subsídio para amortecer os reajustes nos combustíveis, medida defendida por integrantes do governo

naturais previstas para 2022 deram um pulo de R\$ 95,8 bilhões para R\$ 134,5 bilhões.

Essa arrecadação vem reforçando os argumentos de integrantes do governo que defendem a adoção de um subsídio

temporário aos combustíveis com custo de até R\$ 37 bilhões. Esse mesmo valor vem sendo, inclusive, citado nos bastidores do governo por integrantes do Ministério de Minas e Energia e do Palácio do Planalto como um limite para uma política temporária de subsídio.

Para calcular a previsão de receita com a renda do petróleo, o governo usou um preço médio do petróleo de US\$ 103,4 por barril, US\$ 26 acima da estimativa anterior de US\$ 77,4. As estimativas entraram no primeiro relatório de avaliação de receitas e despesas do Orçamento deste ano, que pre-

veu bloqueio de R\$ 1,7 bilhão em despesas para recompor gastos de órgãos do governo que sofreram cortes na votação do Orçamento pelo Congresso, que preferiu aumentar as emendas parlamentares em ano eleitoral, como antecipou ontem o Estadão.

O relatório, que é uma fotografia do quadro do Orçamento no momento e serve de baliza para a gestão das verbas nos próximos meses, apontou um crescimento extraordinário de receitas, mesmo com a economia ainda em ritmo lento e a decisão do governo de abrir mão de R\$ 49,8 bilhões, em cortes de tributos.

A previsão de receitas ficou R\$ 87,5 milhões maior, puxada pela arrecadação com petróleo, pagamentos de dividendos pelas estatais e receitas de concessões. No caso de dividendos, o ingresso maior de receitas também é influenciado pelo lucro maior da Petrobras proporcionado pela alta de preços. O governo estimou uma receita de mais de R\$ 12,9 bilhões de dividendos e R\$ 11,2 bilhões de concessões. ■

# LEILÃO EXCLUSIVO DE VEÍCULOS DO GRUPO BRADESCO

MAIS DE 440 VEÍCULOS DE FINANCIAMENTO E SINISTRADOS

EXCEPCIONALMENTE NESTA SEMANA 24/03, QUINTA-FEIRA, ÀS 13h

OPÇÕES COM IPVA 2022 PAGO

DOCUMENTAÇÃO RÁPIDA

IPVA 2022 PAGO

HYUNDAI HB20 1.0M VISION 2021

IPVA 2022 PAGO

VW CADDY 1.4 16V 2019

IPVA 2022 PAGO

FORD ECOSPORT 1.6 16V 2019

IPVA 2022 PAGO

CHEVROLET TRACKER 1.8 LTZ 2021

IPVA 2022 PAGO

HONDA CITY EX FLEX 2020

IPVA 2022 PAGO

MAZDA 3 1.6i SPORT 2016

www.sodresantoro.com.br

SODRÉ SANTORO LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE



# Me dê motivo... para ser cativo

ARTIGO

Rodrigo Ferreira

Presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abracee)

Nunca esteve tão presente no cenário político o tema da abertura do mercado de energia para todos os consumidores do Brasil. O fato é que, atualmente, apenas 0,029% dos 87 milhões de consumidores é livre no País. Os demais são consumidores cativos, sendo as distribuidoras de energia obrigadas por lei a comprar energia para eles. Os que são livres respondem por 35% do con-

sumo de eletricidade e, com isso, fica evidente que esse mercado está acessível a apenas grandes empresas.

O presidente Jair Bolsonaro, durante a sessão solene de abertura do Congresso Nacional, elencou o Projeto de Lei (PL) 414/2021, já aprovado no Senado, chamado de portabilidade da conta de luz, como um dos três temas de maior interesse para o governo federal e para o Brasil em 2022. O setor espera que o projeto seja votado na Câmara nos próximos 15 dias.

Apesar de um pouco distante da sociedade, essa é, sem dúvida, uma das três reformas mais relevantes da pauta econômica nacional e todos precisam conhecê-la. O principal a saber é que, em

**Apesar de distante da sociedade, a reforma do setor elétrico é uma das mais relevantes da pauta econômica**

um mercado livre, o consumidor continua a receber energia transportada pela distribuidora, que exerce em uma determinada região um monopólio natural, já que não

há viabilidade física ou econômica de haver dezenas de postes e cabos diferentes distribuindo energia pelas mesmas ruas. Por esse serviço, a distribuidora é remunerada da mesma forma como já é hoje, por meio de uma fatia da conta de luz chamada "distribuição". Já a fatia da conta referente à geração de energia, chamada "energia", o consumidor passa a ter o direito de escolher de quem comprar. Inicia-se assim um processo revolucionário em qualquer mercado, que é a eficiência e redução de custos pela concorrência.

Veremos anúncios na televisão de grandes comercializadores varejistas transformando energia em produto, como no mercado de telefo-

nia. Por exemplo, energia renovável com reajuste anual indexado à inflação e não os 21% de aumento em 2021 que tivemos nós, os consumidores cativos.

Para ser consumidor livre, poderia elencar muitos bons motivos, os mesmos considerados em toda a Europa, Austrália, Califórnia, Nova York, Japão e recentemente China, que já anunciou a abertura do mercado. Apesar da evidente vantagem do mercado livre de energia, sempre há a turma do contra, sobretudo aqueles que têm vantagem econômica com a falta de concorrência. Mas seria interessante inverter a lógica e, como o clássico do Tim Maia, pedir-me dê motivo para ser cativo. ■

Cofres da União Espaço abaixo do teto

## Governo tem R\$ 45 bi de folga para 'bondades' em ano de eleições

**Equipe econômica resiste a pressões por medidas como a criação de subsídio para compensar preço dos combustíveis**

ADRIANA FERREIRA/PT  
BRASILIA

O governo Jair Bolsonaro já abriu mão de R\$ 49,8 bilhões em arrecadação com corte de impostos em 2022, mas ainda tem um espaço de R\$ 45 bilhões para adotar novas medidas de desoneração tributária e de subsídio sem furar a meta fiscal deste ano.

Apesar da folga, a equipe econômica trabalha para segurar a pressão política das últimas semanas para adoção de subsídio ou corte de impostos sobre combustíveis.

"Não há possibilidade de gastos infinitos. Tem de ser de forma parcimoniosa", disse o secretário especial de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Esteves Colnago. Ele descartou no momento a possibilidade de adoção do subsídio. A sinalização foi bem recebida pelo mercado financeiro. Os juros futuros recuaram. A leitura foi de que equipe econômica mostra resistência às pressões e compromisso com a disciplina fiscal em ano de eleições.

O raio X das contas públicas deste ano foi apresentado ontem pelo Ministério da Economia no anúncio do primeiro relatório fiscal de avaliação de receitas e despesas do governo.

A meta fiscal para 2022 é de déficit de R\$ 170,4 bilhões. Isso significa que o resultado das receitas e despesas (sem contar os gastos com o pagamento dos juros da dívida) não pode ultrapassar esse valor a não ser que o governo peça ao Congresso a revisão da meta, por meio de um projeto.

A projeção do Ministério da Economia, divulgada no relatório, é de que as contas vão fe-

char o ano com um déficit de R\$ 66,91 bilhões, o equivalente a 0,64% do Produto Interno Bruto (PIB).

Mesmo com o corte de tributos, a estimativa até melhorou desde a aprovação da lei orçamentária, que previa déficit maior, de R\$ 76,16 bilhões (0,80% do PIB). Acontece que a previsão de déficit no ano vai subir, diminuindo a folga na meta fiscal, regra que tem de ser cumprida pelo presidente.

São dois motivos para a mudança, explicou o secretário do Tesouro, Paulo Valle: o impacto contábil do encontro de contas que será feito com precatórios (dívidas definidas pela Justiça) e o acordo de uma disputa judicial antiga travada entre o governo federal e a Prefeitura de São Paulo na área do Campo de Marte.

O encontro de contas foi previsto na emenda constitucional dos precatórios aprovada no ano passado e ainda não regulamentada. Segundo Valle, o potencial máximo do impacto desses acordos no resultado fiscal é de R\$ 34,81 bilhões. Já o acordo do Campo de Marte aumentará o déficit em mais R\$ 24,80 bilhões. Vale destacou que esses acordos não representam uma piora das contas públicas, e sim um registro contábil. ■

Raio X das contas

**R\$ 11,96 bi** é o espaço fiscal do governo federal que resta para corte de tributos e medidas de subsídios sem furar a meta fiscal

**R\$ 170,4 bi** é a meta fiscal de 2022

**R\$ 19,8 bi** é o corte de tributos que encolheu o resultado fiscal

**R\$ 66,91 bi** é a previsão de déficit no resultado fiscal no relatório bimestral

Tributos Aumento dos combustíveis

## Estados vão prorrogar congelamento do ICMS por mais três meses

DANIEL WETERMAN  
BRASILIA

Os governadores decidiram prorrogar o congelamento do ICMS sobre a gasolina por mais três meses (até junho) e adotar uma alíquota única do imposto para o diesel, conforme lei aprovada recentemente pelo Congresso e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro.

Os Estados, porém, devem ir ao Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar derrubar um dos dispositivos da lei, que prevê uma regra de transição para congelar, até o fim de 2022, a cobrança do ICMS sobre o diesel com base na média de preços dos últimos cinco anos.

Avaliação é de que a regra de transição provocaria um rombo maior nos caixas estaduais. Os governadores argumentam que a lei é inconstitucional, por ferir a autonomia dos Estados, e contraria a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), além de esbarrar na lei eleitoral, que limita a concessão de benefícios em ano de eleição.

A decisão foi tomada em reunião entre governadores ontem em Brasília. De acordo com o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), portavoz do Fórum de Governadores, os Estados calculam que, com a decisão, será possível reduzir a queda de arrecadação de R\$ 30 bilhões para R\$ 14 bilhões neste ano.

**EFEITO CONTRÁRIO.** A adoção de uma alíquota uniforme po-

de aumentar a carga tributária cobrada sobre o diesel no Distrito Federal e em nove Estados, incluindo São Paulo, como revelou o Estadão, esses governos locais aplicam atualmente uma taxa menor do que outras regiões.

Para evitar essa alta, os governadores decidiram lançar mão de um incentivo fiscal que faria o aumento não recair sobre o consumidor final. Os Estados devem optar pela maior alíquota cobrada atualmente e adotar essa taxa para todas as regiões.

**"É como se tivesse um plano para desequilibrar Estados e municípios. A toda hora se impõe uma perda de arrecadação não prevista."**

Wellington Dias (PT)  
Governador do Piauí

O diretor institucional do Comitê Nacional dos Secretários de Estado da Fazenda (Comsefaz), André Horta, explica que, na hipótese de uma alíquota única de R\$ 0,999, por litro, em todo o território nacional, o valor ainda não está definido, um Estado como o Rio, que hoje aplica uma taxa menor, poderá criar um subsídio para neutralizar o impacto.

"É uma fórmula que permite um percentual de ajuste de forma que se consiga manter a arrecadação sem aumentar a carga tributária", afirmou Horta após a reunião dos governadores. ■



**Tributos** Tarifa zero para etanol e alimentos importados

# Efeito do corte de imposto é limitado, dizem especialistas

**Economistas mantêm projeções de inflação para 2022 na faixa de 7% e relacionam medida do governo ao contexto eleitoral**

MÁRCIA DE CHIARA

A decisão do governo de zerar o imposto de importação de etanol, café, margarina, queijo, macarrão e óleo de soja e de reduzir em 10% as alíquotas de importação sobre itens de informática e bens de capital, terá impacto limitado para conter a alta de preços e segurar a inflação, segundo economistas ouvidos pelo **Estado**.

Mesmo com essa medida, eles mantêm as previsões para o ano do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) na faixa de 7%. Na prática, a zeragem do imposto tem muito mais um caráter populista, no sentido de o governo demonstrar

preocupação com a inflação em ano eleitoral, do que equacionar a forte pressão inflacionária, que mantém os índices em 12 meses em dois dígitos.

Nas contas de André Braz, coordenador de índices de preços do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre), o etanol e os alimentos, cujas alíquotas estão zeradas até o final do ano, representam menos de 3% do orçamento familiar. “Eles pesam menos do que a conta de luz, que responde por 5% do IPCA”, compara.

Além de o peso desse grupo de itens ser pequeno na inflação, como os preços são livres e o momento atual é de muita volatilidade, a isenção do imposto não necessariamente se traduz em preços menores ao consumidor, diz o economista. A decisão pode, no máximo, impedir um aumento maior no preço final, observa.

O motivo é que as cotações das commodities, como soja,

**“Eles (etanol e alimentos) pesam menos do que a conta de luz, que responde por 5% do IPCA.”**

**André Braz**  
Coordenador de índices de preços do FGV/Ibre

em 2022, o etanol e os alimentos, cujas alíquotas estão zeradas até o final do ano, representam menos de 3% do orçamento familiar.

trigo, milho, petróleo, seguem muito pressionadas no mercado internacional, por causa da guerra entre Rússia e Ucrânia. “Parece que essa decisão está na conta de medidas em torno das eleições, do interesse do governo de se posicionar melhor na corrida eleitoral”.

O economista Fabio Silveira, sócio da consultoria MacroSector, concorda com Braz,

“O anúncio desse pacote tem um caráter populista e eleitoral”, ele diz que a desaceleração da inflação no segundo semestre já é prevista por causa de outros fatores e que o efeito da zeragem do imposto é muito pequeno. “Não é isso que vai conter preços.”

Entre os fatores que devem levar a uma desaceleração da inflação no segundo semestre, apesar de a sua projeção do IPCA para o ano continuar na faixa de 7% por causa da disparidade de preços do primeiro semestre, o economista aponta a alta dos juros no mundo, especialmente nos Estados Unidos. “A subida dos juros dos títulos do Tesouro americano reduz os movimentos especulativos de fundos que apostam em commodities e impulsionam os preços”, explica.

Outro fator apontado por Silveira é a entrada, no segundo semestre, das safras de grãos no mercado internacional, o que amplia a oferta de produtos e segura os preços. Além disso, a valorização do dólar em relação ao real deve limitar a alta da inflação no Brasil.

**CÂMBIO.** “Se o câmbio continuar se valorizando, ele terá impacto muito mais importante para segurar a inflação do que essas reduções de impos-

tos”, afirma o economista Guilherme Moreira, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor da Fipe.

Moreira pondera que toda a redução de imposto é bem vinda, mas destaca que o problema da inflação neste momento é muito maior do que os itens nos quais o governo decidiu zerar ou reduzir o imposto de importação. “A inflação está muito espalhada.”

No Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de fevereiro, o último dado disponível, 74,8% dos 377 itens que compõem o indicador registraram aumento de preços, um recorde histórico, aponta levantamento da LCA Consultores.

Fabio Romão, economista da LCA, diz que a decisão do governo pouco vai influir na inflação. No caso do etanol, ele observa que o produto importado respondeu por apenas 3,8% da oferta no mercado interno no ano passado. “É muito pouco, não tem oferta”, argumenta. Além disso, o etanol importado é produzido a partir do milho, que está em alta no mercado internacional. “Não deve ter um efeito relevante para o preço da gasolina”, afirma. O economista não alterou a previsão de alta de 10% para a gasolina neste ano e de um IPCA de 6,7%. ■

**Câmbio**

## Dólar fecha com a menor cotação em quase 9 meses

O dólar caiu mais um pouco ontem emendando uma sequência de cinco projeções consecutivas de queda, período em que acumulou desvalorização de 4,73%. Depois de cair na segunda-feira para menos de R\$ 5, a moeda chegou ontem a valer R\$ 4,90. Na manhã da sessão pela manhã, desceu até R\$ 4,9051, em queda de 0,80%.

No final, o dólar à vista fechou em queda de 0,59%, a R\$ 4,9152, menor valor desde 24 de junho. O resultado veio com o recuo do petróleo e um interesse por ativos de risco no exterior — os desdobramentos da guerra na Ucrânia também influenciaram a cotação.

O ingresso de recursos ao Brasil foi sentido no Ibovespa, mesmo em dia ruim para ações de commodities. Grandes bancos e o segmento de varejo e consumo seguraram o índice ao mais das 117 mil pontos, emendando o quinto ganho seguido, fechando em alta de 0,96%, a 117.272,44 pontos. ■

Suporte multimarcas.  
Suporte AnySite.  
Suporte 24x7.  
Sabe o nome disso?  
**Positivo Tech Services.**

Com mais de 30 anos de experiência no mercado de hardware, garantimos

- **Suporte multimarcas.** Para qualquer que seja a marca do seu PC ou tablet.
- **Gestores dedicados** por projetos.
- **Atendimento AnySite** on-site na empresa ou na casa do colaborador.
- **Suporte 24x7**, por chat, e-mail,

WhatsApp.

**Positivo Tech Services.**

O suporte total da Positivo Tecnologia.

POSITIVO  
TECNOLOGIA

POSITIVO  
TECH SERVICES



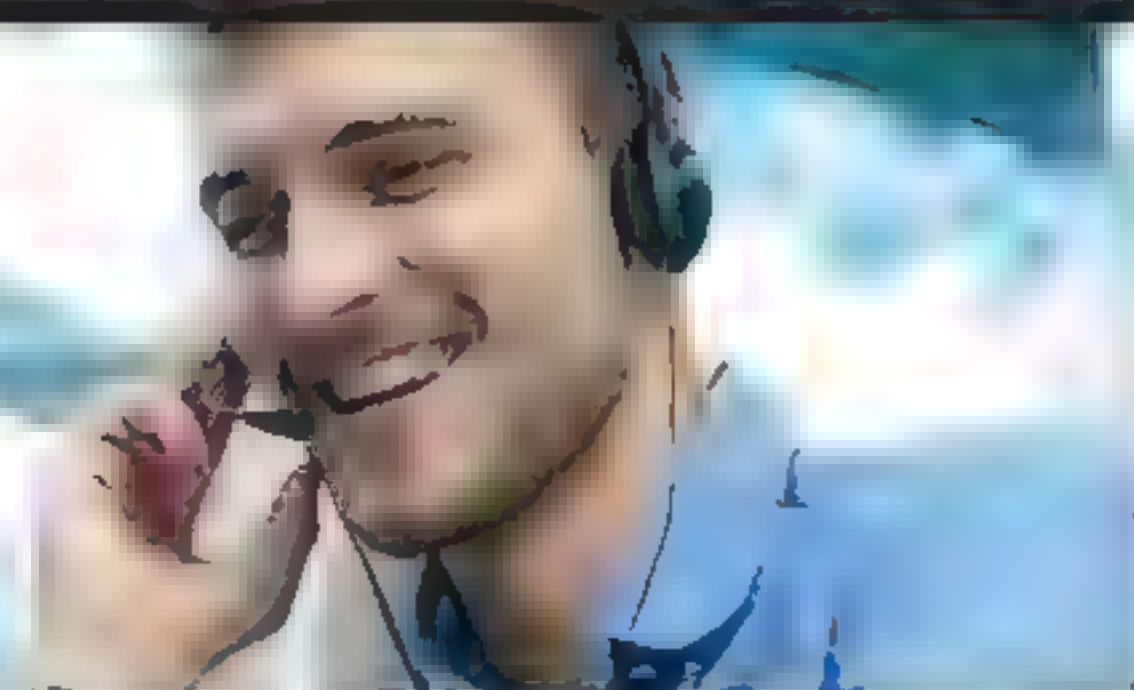
Ligue 0800 721 1577



corporativo@positivo.com.br



www.techservices.com.br







**Fábio Alves** E-mail: [fabio.alves@estadão.com](mailto:fabio.alves@estadão.com) Twitter: [@colunafabioalves](https://twitter.com/colunafabioalves)

## Sem alívio nos EUA

São cada vez maiores os indícios de que o aperto monetário nos Estados Unidos, conduzido pelo Federal Reserve (Fed), o principal banco central do mundo, será bem mais duro do que a maioria do mercado imaginava, à medida que já não há mais quem refute que a inflação americana vai demorar a desace-erar.

Nesta semana, o presidente do Fed, Jerome Powell, voltou a falar grosso e disse que a alta de juros poderá ser a um ritmo mais forte do que 0,25 ponto porcentual por reunião, sinalizado na reunião de política monetária da instituição do último dia 16.

Na ocasião, quando a taxa básica foi elevada em 0,25 ponto, o Fed já havia surpreendido o mercado ao indicar que iria fazer um total de sete altas de juros em 2022, enquanto as apostas mais agressivas apontavam para seis elevações, no máximo.

Se seguir à risca a projeção de um total de sete altas de juros em 2022, a taxa básica nos EUA encerraria o ano a 1,9%. Ao fim de 2023, o Fed prevê que os juros americanos vão subir para 2,8%.

O sócio e diretor de investimentos da gestora Kairos Capital, Fabiano Godoi, é um dos que acreditam que o Fed vai

eleva os juros a, em do que indicou na sua última reunião de política monetária. E ajustes de 0,50 ponto ficaram mais prováveis. Para Godoi, os ju-

**Se seguir a projeção de sete altas em 2022, a taxa básica de juros nos EUA encerraria o ano a 1,9%**

ros americanos vão subir até 3,25% em meados de 2023, a menos que o Fed reduza o seu balanço patrimonial mais agressivamente, o que resulta na também em maior aperto

“Diferentemente do que acontece no Brasil, a inflação nos EUA não está sendo pressionada apenas por choques de ofertas sequenciais, diante de problemas nas cadeias de produção mundial, causados pela pandemia, por situações climáticas adversas e pela guerra na Ucrânia”, explica Godoi. “A inflação americana tem ficado mais elevada do que se previa e por mais tempo - em razão também de um choque de demanda.”

Os pacotes de gastos aprovados pelo Congresso dos EUA para lidar com o impacto da pandemia de covid incluíram, além de transferência em dinheiro aos cidadãos americanos, benefício

emergencial de desemprego. Não à toa, as vendas do varejo do país cresceram quase 17% em 2021, impulsionando o PIB, que registrou alta de 5,7%.

Em fevereiro, a inflação americana subiu a uma taxa anual de 7,9%, recorde em 40 anos. Vários analistas projetam que o pico atinja 9% nos próximos meses. A meta nos EUA é de 2%. Com a pressão da demanda agravando os choques de oferta, o Fed terá de elevar os juros para muito a, em do que indicou, se quiser trazer a inflação de volta à meta. E isso vai reverberar no resto do mundo. ■

COLUNISTA DO BROADCAST

SEX, Luis Carlos Trabasso Campos (quintafeira-feira) ■ YER, Ana Carla Abrão, Pedro Fernando Norv e Denis Gettschko (quintafeira-feira) ■ QUA, Fábio Alves ■ QUA, Adriana Fernandes ■ SEX, Elena Landau e Laura Karpunsk (sexta-feira) ■ PEDRO DANE ■ SÁB, Adriano Fernandes ■ DOM, José Roberto Mendonça de Barros (domingo) ■ ALFREDO CELSO PASARELLI (domingo) ■ PAULO LERRE (2º domingo do mês) ■ ROBERTO RODRIGUES (2º domingo do mês) ■ ALBERT FISHLER (2º domingo do mês) ■ GUSTAVO FRANCO (último domingo do mês)

### Conflito na Europa Efeitos na cadeia de alimentos

# Com guerra, preço do potássio triplica

**Fertilizante para culturas como soja, trigo e arroz, que em 2021 custava US\$ 300 por tonelada, chega a US\$ 1,1 mil**

ANDRÉ BORGES  
BRASÍLIA

A alta no preço do potássio testa os limites do mercado. O principal insumo usado como fertilizante na agricultura viu seu preço mais do que triplicar neste mês em relação ao custo de um ano atrás. A tonelada do potás-

sio, que o mundo negociava por cerca de US\$ 300 no início de 2021, está cotada hoje em US\$ 1,1 mil. E a tendência é de alta, dada a incerteza sobre o fim da guerra entre Rússia e Ucrânia.

O potássio é um dos três fertilizantes químicos essenciais na produção agrícola de larga escala. Ao lado do nitrogênio e do fósforo, o item retirado do subsolo de rochas compõe a trinca dos elementos - conhecida pela sigla “NPK” - mais utilizados no cultivo de soja, milho, café, trigo, arroz e cana-de-açúcar, além de frutas. Se considerada a oferta do composto NPK, o Brasil importa

hoje 85% desses fertilizantes para abastecer o consumo nacional. A dependência específica de potássio, porém, sobe para 96%.

O maior pico no preço global do potássio registrado até hoje ocorreu entre 2008 e 2009, quando a crise das hipotecas dos bancos americanos contaminou a economia mundial. Naquela ocasião, apontam os dados históricos, o potássio chegou a custar US\$ 700 a tonelada. O câmbio, porém, estava na casa dos R\$ 2,20. Hoje, o preço chega ao mercado ao custo de R\$ 1,1 mil, mas com dólar em torno de R\$ 5.

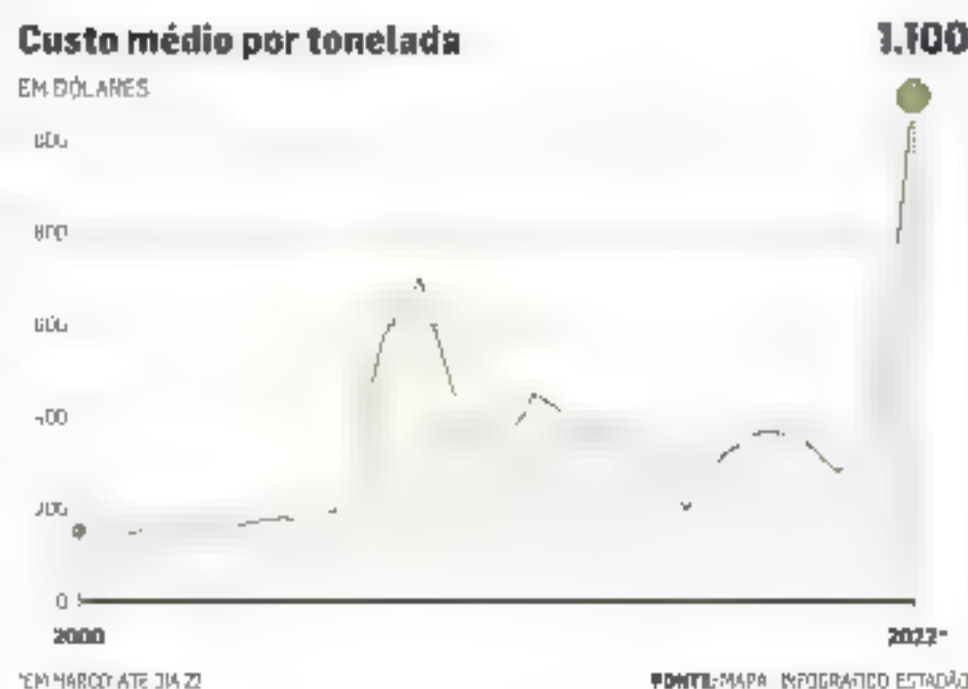
O que preocupa governo, fornecedores e agricultores é não ter ideia de quando a situação será resolvida. Extrair potássio não é algo que se faz do dia para a noite. Trata-se de minas que, geralmente, estão localizadas em profundidades de 600 a 800 metros. Não basta apenas alcançar essas áreas. É preciso abrir túneis por onde circulam máquinas de grande porte. Por vezes, até mesmo caminhões. Isso significa investimento pesado e vários meses ou ano de obras.

Com cerca de três meses de estoque de fertilizantes, o Brasil tenta garantir que não haja falta do insumo. O Estadão ouviu dois dos principais fornecedores de potássio em todo o mundo e que possuem atuação direta no País, a norueguesa Yara Fertilizantes e a canadense Mosaic Fertilizantes.

Maicon Cossa, vice-presidente comercial da Yara no Brasil, disse que a companhia tem feito tudo o que é possível para garantir a entrega do insumo.

### RECORDE HISTÓRICO

Preço médio do potássio no mercado internacional ultrapassa US\$ 1 mil



mo. O Brasil é o maior cliente individual da empresa no planeta e responde por cerca de 20% de toda a sua produção, hoje comercializada em mais de 150 países.

**Dependência**  
**96% do potássio que é consumido pelo Brasil é importado; extração é cara e trabalhosa**

“Temos investido para aumentar a produção, mas o que podemos garantir, no curto prazo, é rodar com a eficiência máxima possível a nossa estrutura”, afirmou Cossa. “Ha muitas incertezas sobre o desenrolar da guerra. O que a Yara está fazendo, sendo uma empresa global, é buscar o melhor possível para minimizar

os impactos no Brasil.”

Além de trazer ao País a manufatura de potássio que concentra em países como Noruega e Holanda, a Yara tem bases de exploração do produto em Rio Grande (RS) e em Cubatão (SP). Essa produção local responde por cerca de 20% de tudo que a empresa vende no mercado nacional.

A Mosaic Fertilizantes informou que “lamenta o que está ocorrendo no cenário geopolítico internacional” e que “está atenta aos impactos nos mercados nacional e internacional de fertilizantes, analisando cautelosamente para atender da melhor forma às demandas locais”. O potássio tem um peso médio que oscila entre 30% e 40% no custo da produção agrícola, conforme a região e o plantio. ■

### EDITAL

No Edital de Convocação Publicado no dia 22 de março de 2022 publicado no Jornal O Estado de São Paulo, Edição de 22/03/2022, na página B13, houve um equívoco na convocação da Assembleia Geral Ordinária do Edifício Convention Corporate Plaza Torre A - Plaza I e Edifício Convention Corporate Plaza Torre B - Plaza II, uma vez que a Assembleia ocorrerá no dia 22 de junho de 2022 e não na data anteriormente publicada.

Fica assim desconsiderada a Convocação anterior, seguida da nova convocação São Paulo (SP), 21 de março de 2022

**Aos Senhores Condôminos e Poolistas do Edifício Convention Corporate Plaza Torre A - Plaza I e Edifício Convention Corporate Plaza Torre B - Plaza II**

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

**Assembleia Geral Ordinária de 22 de junho de 2022**

Prezados(as) Senhores(as):

Ficam, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, os Senhores Condôminos e Poolistas dos Edifícios Convention Corporate Plaza Torre A - Plaza I e Convention Corporate Plaza Torre B - Plaza II, convocados para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 22 de junho de 2022, no próprio Empreendimento (Bourbon Convention Ibirapuera), situado na Avenida Ibirapuera 2.927 - São Paulo, SP, em primeira convocação às 19h, com 2/3 (dois terços) dos Condôminos e Poolistas presentes ou representados, ou, em segunda convocação às 9h30, com qualquer número de Condôminos e Poolistas presentes ou representados, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- 1) Apresentação da “Proposta Bourbon de Recuperação Financeira da Operação Hotelaria comprometida pela pandemia COVID-19” com o aporte de R\$ 7.100.000,00 nos próximos 48 meses
- 2) Deliberação sobre as providências a serem adotadas em função do disposto no item anterior
- 3) Apresentação da Previsão Orçamentária Operacional Condomínio e Pool Janeiro/2022 a Dezembro/2022
- 4) Deliberação sobre as providências a serem adotadas em função do disposto no item anterior
- 5) Apresentação das Contas Operacionais Condomínio e Pool até 31/Dezembro/2022
- 6) Deliberação sobre as providências a serem adotadas em função do disposto no item anterior
- 7) Eleição do Corpo Diretivo - Síndico, Sub-Síndico, Conselho e Gestores, e
- 8) Assuntos Gerais

Atenciosamente

**Ibirapuera Hotel & Convention Center Ltda. - Síndico e Sócio Ostensivo.**

Nota: Os Srs. Condôminos e/ou Poolistas poderão fazer-se representar por procurador regularmente constituído.



# WESTWING

Westwing Comércio Varejista S.A.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Mensagem da Administração**  
2021 foi um marco na história da Westwing! Além do ótimo crescimento durante o período em início de ano tivemos nosso IPO no Novo Mercado da B3, que impulsionou ainda mais a aceleração dos nossos projetos sempre tendo como foco inspirar a descoberta de mais beleza no viver de cada pessoa. Estamos cada vez mais atingindo esse objetivo de estar presente no viver das nossas clientes. Conseguimos notar isso pelo crescimento em top line com Receita Líquida crescendo 28,0% a.a. em cima de um crescimento de 27,4% em 2020, e, especialmente, quando observamos alguns números da nossa operação:  
1. Atingimos a marca de mais de 10 milhões de cadastros no site;  
2. Crescemos mais de 1 milhão de SKUs em catálogos ativos no plataforma; e  
3. Mais de 3 mil fornecedores ativos.  
O ano de 2021, no entanto, apresentou um cenário muito mais desafiador para as categorias de casa e decoração do que o previsto inicialmente, ocorrendo queda de 12,8% nas buscas do Google dessas categorias durante o período, segundo dados do Google Trends. Tal cenário decorreu da uma combinação de fatores, incluindo (i) antecipação de compra de itens de casa e decoração (identificadas outras categorias de produtos) devido o pânico da pandemia em 2020; (ii) avanço da vacinação em 2021 reabastecendo parte da oferta do varejo físico; (iii) aumento do share of wallet de serviços e entretenimento ao longo do ano; (iv) cadastros da superintendência ainda não plenamente estabelecidos (com efeito sobre o offering) e (v) alta inflação comprimindo poder de consumo.  
Apesar do cenário mais desafiador que o previsto, a Companhia manteve o ritmo na execução dos projetos de seus pilares de crescimento, o que superou o crescimento de 28,0% a.a. em 2021 em Receita Líquida e consequente ganho de mercado, uma vez que pudemos observar uma retração no nosso setor.  
Assim, os avanços na implementação dos pilares estruturais de nosso plano de negócio têm sido significativos, com a finalidade de continuar sustentando um maior crescimento da Companhia no médio e longo prazo.  
**1. Aplicar o core business**  
**a. Marketing**  
• Investimento de marketing aumentou +5,3pp da receita líquida vs 2020;  
• Lançamos nossa primeira campanha de marketing com foco em brand awareness du-

ante o segundo semestre do ano. Vivemos um mundo mais bonito em parceria com várias B3 do M3V;  
• Inauguramos a loja física da CasaCoi;  
• Formos capa da "Custa Casa e Jardim" por duas vezes em parceria com Giovanna Aronelli e Thais Ayala e  
• Tivemos importantes parcerias e catálogos ao longo do ano, com Giovanna Aronelli, Fausto Guerra, Bala Gil, Thais Ayala, as chefes Kátia Barbosa e Carla Pernambuco, entre outros;  
**b. Operações e logística**  
• Lançamos 2 novos hubs da Westwing, no RJ e no DF;  
• Reduzimos o prazo de entrega em 6 dias vs 2020;  
• Implementamos o evolunio o Next Day Delivery para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, atingindo 64% das entregas nessas cidades;  
• Westwing representou 41,2% das entregas no Brasil no 4T21 vs 17,5% no 4T20 e  
• Atingimos 98% dos pedidos entregues dentro do prazo no 4T21, fechando o ano com belos RA 1000 de 8 e 12 meses no Reclame Aqui, mesmo diante dos desafios da Black Friday e Natal;  
**c. Tecnologia**  
• Contrataremos 20 novos colaboradores, atingindo 80 colaboradores no time no final do ano implementamos importantes projetos para a operação do CD e Westwing, de melhorias em UX, novos meios de pagamento, entre outros;  
• Revisamos e melhoramos nossos processos e sistemas visando aumentar a segurança digital de nossas operações;  
**2. Expandir o mercado emergente**  
**a. M3V**  
• Crescemos a participação de Westwing no Club em 2,7 pp vs 2020, representando 15,8% no M3V do Club em 2021 e  
• Prospectamos 132 novos fornecedores dessas categorias, sendo marcas como Lego, Mica, JBL e Curaprot;  
**b. WestwingNow**  
• Crescemos +67% a.a. vs 2020;  
• Lançamos novas categorias de produtos, como Bimbalhão, coxinhos e pet e

• Aumentamos significativamente o número de SKUs disponíveis no canal, o continuamos observando sinergia significativa com o Club e as Westwing Stores;  
**c. Westwing Stores**  
• Depois muito a expansão do varejo físico, inaugurando 4 novas lojas no último trimestre do ano, com resultados acima do previsto;  
**3. Private Label**  
**a. Lançamos o dobro de coleções de produtos exclusivos comparado a 2020** (38 coleções lançadas em 2021)  
**b. Crescemos em 34% a.a. o número de SKUs com venda** e  
**c. Aumentamos a participação no GMV Club+Now em 1,1 pp vs 2020**  
Foram grandes as evoluções em nossa operação alcançadas ao longo de 2021, mas enfrentamos que este é apenas o início de uma longa e bela jornada nesta nova fase da Westwing. Temos um modelo de negócio e relacionamento com nossos clientes verdadeiramente desenhado no cenário de e-commerce brasileiro, uma equipe competente e motivada e os recursos financeiros necessários para viabilizar o alcance dos nossos objetivos de longo prazo. Temos também grandes avanços em Governança Corporativa durante o ano. O Conselho de Administração agora possui 50% de membros independentes, assim como foram instalados o Comitê de Auditoria, a área de Compliance e a Secretaria de Governança, melhorando cada vez mais os processos de governança da Companhia.  
Para 2022, entendemos que ainda teremos um cenário desafiador no consumo, em função de um contexto macro brasileiro incerto, principalmente pelo aumento da inflação e da taxa de juros, e consequente impacto na confiança do consumidor. Vale lembrar que a Companhia possui ativos que demonstram resiliência, dado seu modelo diferenciado de negócio, não só no plano de negócios em capital (especialmente no Club) como também bastante sinérgico entre os formatos de Club, Now e lojas físicas; e com alto nível de engajamento dos clientes (testando bastante a vida útil dos clientes e clientes ativos). Isso resulta em retornos de curto, médio e longo prazos economicamente muito interessantes para a Companhia. Por isso, nossa visão atual é seguir investindo nos pilares de crescimento do nosso plano de negócio, de forma responsável e sustentável, monitorando e fazendo ajustes, quando necessários, para o crescimento saudável da Companhia.

## Demonstrações do Resultado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	263.786	29.93	Fornecedores	2	42.907	39.583
Aplicações financeiras	1	2.857	1.859	Obrigações trabalhistas		10.835	6.497
Instrumentos financeiros derivativos	24.3	-	369	Emprestimos	3	2.998	7
Contas a receber	4	31.836	8.672	Passivo de arrendamento	11	6.783	1.4
Estoque	7	47.821	20.147	Receitas diferidas	14	6.552	24.020
Impostos a recuperar	8	1.509	51	Plano de remuneração baseado em ações	23	843	
Outros		5.10	5.0	Obrigações tributárias	15.2	2.634	3.143
Total do ativo circulante		352.699	57.819	Partes relacionadas		9	9
Não circulante				Total do passivo circulante		73.160	81.857
Depósitos judiciais	16	15.783	2.216	Não circulante			
Impostos a recuperar	8	1.682		Emprestimos	3	-	4.635
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	42.827	9.880	Passivo de arrendamento	11	26.612	9.8
Dívida de uso arrendamento mercantil	5	31.093	2.133	Provisão para danos fiscais, civis e trabalhistas	16	8.221	5.010
Imobilizado	9	28.037	8.74	Obrigações tributárias	15.2	3.760	2.109
Intangível	10	8.859	4.557	Total do passivo não circulante		37.493	11.872
Total do ativo não circulante		198.271	35.058	Patrimônio líquido	17		
				Capital social		470.881	40.224
				Custos de transação - emissão de ações		(19.835)	
				Reserva de capital		8.078	767
				Prejuízos acumulados		(79.814)	(36.683)
				Total do patrimônio líquido		390.312	4.346
				Total do passivo e patrimônio líquido		490.979	127.827
Total do ativo		490.979	92.877				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Capital (-)	Custos de transação - oferta pública inicial de ações	Reserva de capital - Pagamento Agio na emissão de ações	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	38.819	-	-	(48.364)	(9.545)
Aumento de capital por incorporação	409	-	-	-	409
Pagamento baseado em ações	-	-	787	-	787
Lucro líquido do exercício	-	-	-	11.701	11.701
Saldo em 31 de dezembro de 2020	40.224	-	787	(36.663)	4.346
Exercício de opções de plano de remuneração baseado em ações	372	-	5.184	6.078	11.534
Plano de remuneração baseado em ações	-	-	2.704	1.581	4.285
Aumento de capital - oferta pública inicial de ações (IPO)	430.295	-	-	-	430.295
Custos de transação relacionados à oferta pública inicial de ações	-	(19.835)	-	-	(19.835)
Prejuízo do período	-	-	-	(42.151)	(42.151)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	470.881	(19.835)	2.891	5.184	490.979

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações dos Valores Adicionados - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020		2021	2020
Recetas	396.396	312.650	Pessoal	(65.472)	(37.188)
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	396.396	312.650	Remuneração direta	(47.197)	(27.451)
Instâncias adquiridas de Mercadorias	(292.277)	(182.048)	Benefícios	(16.191)	(7.825)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(175.073)	(131.875)	FCS I/S	(3.156)	(1.622)
Impostos, taxas, serviços de terceiros e outros	(116.135)	(88.651)	Impostos, taxas e contribuições	(78.461)	(64.418)
Perda/avulsão de ativos	(1.085)	(420)	Federais	(31.257)	(5.889)
Valor Adicionado Bruto	104.119	125.804	Estaduais	(42.717)	(46.374)
Reduções	(11.758)	(4.082)	Municipais	(1.487)	(8.145)
Depreciação e amortização	(11.758)	(4.082)	Restituição de capital de terceiros	(10.628)	(12.618)
Valor adicionado líquido produzido	92.361	121.722	Aluguéis	(3.940)	(2.3
Valor adicionado recebido em transações	17.080	4.091	Despesas financeiras	(6.384)	(10.894)
Recetas financeiras	17.080	4.091	Outros	(302)	
Valor adicionado total a distribuir	109.441	125.813	Remuneração de capitais próprios	42.151	(11.701)
Distribuição do valor adicionado	(109.441)	(125.813)	(Lucros líquidos) Prejuízos	42.151	(11.701)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

### 1 Contexto Operacional

A Westwing Comércio Varejista S.A. ("Companhia" ou "Westwing") é uma sociedade anônima com sede na Avenida Quarenta e Nove, 1700 - Vila Hamburguesa, cidade de São Paulo - SP. A Westwing é uma empresa Elitê (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada) até setembro de 2020, e teve sua denominação alterada para sociedade anônima em 23 de setembro de 2020. Em conexão com a informação da Companhia de registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Westwing foi fundada na Alemanha em abril de 2011 e chegou ao Brasil em novembro do mesmo ano. Em outubro de 2018, o fundo de Private Equity Axion Group comprou a operação brasileira, tornando-se o controlador da Companhia. A Companhia tem como objeto social a comercialização de móveis, artigos para decoração, roupas e acessórios em geral majoritariamente através de seu website e de suas plataformas para aplicativos mobile. Seu modelo de vendas é baseado em curadoria, onde todos os itens são lançados cerca de seis novas campanhas com temas diversos, com 50 a 400 produtos diferentes cada. A Companhia é reconhecida por seus clientes como inovadora e que apresenta com frequência produtos de qualidade e diversificados. A Companhia que é altamente inserida no setor de e-commerce desenvolve a cada ano novas soluções tecnológicas para que a experiência da compra de seus clientes seja cada vez melhor. A Administração da Companhia já colocou em prática um plano estratégico de crescimento e desenvolvimento de novos negócios atrelados a Home and Living, cuja expectativa para os próximos 5 anos é de adicionar valor à Companhia contribuindo com os demais setores atuação econômico-financeira. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou capital circulante líquido positivo de R\$279.539 (negativo de R\$19.038 em 31 de dezembro de 2020). A evolução do capital circulante foi derivada principalmente da oferta pública inicial de ações contemplada através. A Companhia tem como estratégia principal, com o foco de investimento na linha pilares estratégicos: (i) acelerar core business (continuando investimento em marketing para ampliação da base de clientes, expansão da Westwing e investimentos em tecnologia); (ii) expandir o mercado emergente (com crescimento da Westwing Now, expansão do varejo físico e crescimento das categorias Westwing e (iii) ampliação da participação do Private Label. Com isso, a Administração da Companhia apresenta projeções de resultado e fluxo de caixa futuros onde há a expectativa de atingir lucros operacionais e de gerar fluxos de caixa positivos, os quais serão suficientes para manter o capital circulante líquido positivo. Oferta pública inicial de ações (IPO). Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de fevereiro de 2021 foi aprovado aumento de capital social no montante de R\$430.295 em decorrência de oferta pública de ações, que resultou na emissão de 23.099.562 ações ordinárias com preço de emissão unitário de R\$18,00.

(treze reais). Considerando este aumento de capital e a venda de ações secundárias devedas pelo controlador, após o IPO, 99,8% das ações da Companhia ficaram disponíveis para negociação no mercado por meio da B3, bolsa de valores de São Paulo, sob o código de negociação "WEST3". Desde 15 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto do Coronavírus (Covid-19) configura uma pandemia em escala global. Desde então, a pandemia tem afetado as negócios e as atividades econômicas em escala global, podendo afetar a disponibilidade de determinadas mercadorias comercializadas pela Companhia. A Companhia, desde o início, instituiu comitê extraordinários que vem acompanhando a evolução da pandemia e em 2021 manteve algumas medidas adotadas em 2020 para garantir a segurança de seus funcionários e para que o impacto da Covid-19 não afetasse suas operações. (i) home-office para colaboradores nas áreas administrativas em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades públicas competentes e (ii) para os funcionários que trabalham no centro de distribuição, a Companhia manteve os protocolos de segurança estabelecidos pelas autoridades públicas competentes. Nenhum ajuste foi efetuado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em decorrência dos efeitos da Covid-19. Relatório para fins de divulgação, segundo as orientações dos Órgãos Reguladores CVM/SEC/SEP nº 02/20 e nº 03/2020, e levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindos dos impactos da Covid-19, a Companhia revelou as seguintes contas relacionadas abaixo: (i) Passos estimados do caixa e receber. A Companhia historicamente não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, dando os seus recebíveis estejam substancialmente em operação de cartões, minimizando o risco de não recebimento. O avanço da COVID-19 não teve impacto na forma de vendas de nossos produtos, que continua concentrada em operações de caixa. Dessa forma, a COVID-19 não teve impacto em relação a esse assunto. (ii) Valor da recuperação dos estoques. Em relação ao valor de recuperação dos estoques, a Companhia não possui nenhuma restrição relevante em relação aos custos de aquisição. A margem bruta manteve-se estável em relação a 2020. (iii) Realização de imposto de renda diferido. O incremento das nossas atividades de e-commerce, motivadas pelo avanço da pandemia da COVID-19, é proporcional e concomitante de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos durante o exercício, cuja recuperabilidade está baseada em estudos de lucros futuros estimados pela Administração. (iv) Avaliação de não recuperação dos ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso imobilizados. Não foi observada nenhuma evidência que afete a recuperabilidade desses ativos. (v) Identificação dos dependentes obtidos em controles de arrendamento que estão relacionados com a COVID-19. A Companhia não teve nenhum despesa recebido de nossos locatários.

## Demonstrações do Resultado Abrangente - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
Receta operacional líquida	8.313.939	215.754
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(10.177.105)	(134.505)
Lucro bruto	38.834	170.649
Despesas operacionais		
Despesas com vendas	19 (108.818)	(86.182)
Despesas gerais e administrativas	19 (101.076)	(64.434)
Outras receitas operacionais, líquidas	8	8.445
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social	(63.9	62
Receita financeira	17.866	4.08
Despesas financeiras	(7.888)	(6.310)
Resultado financeiro	20	8.221
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(54.544)	(5.859)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.3	12.393
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(49.251)	1.701
Lucro líquido (prejuízo) por ação ordinária - básico	22 (0,928)	0,1642
Lucro líquido (prejuízo) por ação ordinária - diluído	22 (0,928)	0,1642

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações do Resultado Abrangente - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(42.151)	1.701
Outros resultados abrangentes líquidos e serem reclassificados para o resultado do exercício em período subsequente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(42.151)	1.701

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(54.544)	(5.859)
Ajuste para conciliar o resultado ao caixa		
Crédito de PIS e COFINS sobre produção do ICMS da base de cálculo	(6.448)	
Depreciação e amortização	11.768	4.082
Provisão (reversão) para realização de estoques	1.259	2.029
Provisão para devoluções de vendas	515	2.43
Provisão para demandas judiciais	3.586	2.377
Juros sobre contratos de arrendamentos	2.892	278
Variação tributária sobre empréstimos	37	3.422
Juros sobre contrato de empréstimos	545	822
Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	(50)	(3.79)
Avaliação monetária PIS - COFINS	(3.237)	
Plano de remuneração baseado em ações	2.184	508
Varição nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(23.479)	(3.558)
Estoque	(28.633)	(1.384)
Impostos a recuperar	(1.854)	
Outros ativos	(3.600)	(729)
Depósitos judiciais	(10.537)	(654)
Fornecedores	3.324	3.208
Obrigações trabalhistas	4.338	2.247
Obrigações tributárias	1.042	51
Receitas diferidas	(17.489)	12.182
Pagamentos de processos civis e trabalhistas	(375)	(154)
Partes relacionadas	-	-
Pagamento do imposto de renda e contribuição social	(2.31)	
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	(134.092)	33.28
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Caixa proveniente de incorporação		548
Adições ao imobilizado	(24.991)	4.02
Adições ao intangível	(5.857)	(3.814)
Aplicações financeiras	(758)	(831)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(31.600)	(9.59)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Liquidação de derivativos	419	2.842
Empréstimos contratados		14.422
Aumento de capital - exercício de opções	6.079	
Aumento de capital - oferta pública inicial de ações		
Lucro dos custos	\$10.460	
Amortização de empréstimos principal	(7.888)	(12.294)
Amortização de empréstimos juros	(623)	(7.677)
Pagamentos de passivo de arrendamento	(9.022)	(2.887)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	399.537	1.556
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	263.786	29.93
Demonstração de variação do caixa e equivalentes de caixa	263.786	29.93
No início do exercício	28.53	4.338
No final do exercício	263.786	29.93
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	235.250	25.595

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

nos contratos de arrendamento. Portanto, não houve impacto imediato. Dada a natureza das vendas da Companhia, estas substancialmente ao meio de e-commerce, as operações têm se mostrado resilientes aos efeitos da pandemia sendo observada um crescimento das vendas no exercício de 2021. Além disso, a Companhia vem adotando estratégias de preservação do caixa e, com a oferta pública de ações, obter um volume relevante de recursos financeiros para fortalecer a posição de caixa e permitir investimentos para expansão.

## 2 Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

Declaração de conformidade e base de elaboração. As demonstrações financeiras da Companhia refletem as demonstrações líquidas em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis orientadores e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).



## WESTWING

Westwing Comércio Varejista S.A.

CNPJ nº 14.776.142/0001-50



\* continuação

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Continuação de Notas)

emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emitidas da Orientação Técnica OCPL-07 emitida pelo CPC

## Diretoria

Carlos André Attene Mutschler Casella  
Diretor Presidente

## Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em cumprimento aos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09 os abaixo assinados, Diretores da Westwing Comércio Varejista S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Quarenta e Nove, 1700 Torre A 5º andar, Vila Humberguesa, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 14.776.142/0001-50 ("Companhia"), declaram que: revisam, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Carlos André Attene Mutschler Casella  
Diretor Presidente

## Declaração dos Diretores sobre Demonstrações Financeiras

Em cumprimento aos incisos V e VI do artigo 25, da Instrução CVM nº 480/09 os abaixo assinados, Diretores da Westwing Comércio Varejista S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Quarenta e Nove, 1700 Torre A 5º andar, Vila Humberguesa, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 14.776.142/0001-50 ("Companhia"), declaram que: revisam, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Carlos André Attene Mutschler Casella  
Diretor Presidente

São Paulo, 22 de março de 2022

## Conselheiros

Alexandra Roberta Fernandes Gomes

Thiago Andrade Deib

Diretor de Relação com Investidores

## Declaração dos Diretores sobre Demonstrações Financeiras

Em cumprimento aos incisos V e VI do artigo 25, da Instrução CVM nº 480/09 os abaixo assinados, Diretores da Westwing Comércio Varejista S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Quarenta e Nove, 1700 Torre A 5º andar, Vila Humberguesa, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 14.776.142/0001-50 ("Companhia"), declaram que: revisam, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Carlos André Attene Mutschler Casella  
Diretor Presidente

São Paulo, 22 de março de 2022

Thiago Andrade Deib

Diretor de Relação com Investidores

## Parecer do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria examinou as Demonstrações Financeiras, correspondentes Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes referentes ao ano de 2021. Na reunião do Comitê de Auditoria realizada em 21/03/2022 foram obtidas esclarecimentos dos principais temas contábeis e respectivas notas explicativas, junto aos responsáveis pela elaboração das referidas demonstrações financeiras bem como dos Auditores da EY. Com base no Relatório emitido pela EY Auditores Independentes sem ressalvas ou ênfase expedito nesta data, os membros do Comitê de Auditoria concordam com a conclusão dos auditores

e correspondentes Notas Explicativas, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, a consideram que estão adequadamente apresentados e em condições de serem apreciados pelos acionistas da Companhia.

Mauro Augusto Sivoch Cruz

São Paulo, 21 de março de 2022

Daniel Perceira Furtado

Jamil Soudi Marques

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Ans Administradores e Acionistas da  
Westwing Comércio Varejista S.A.

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Westwing Comércio Varejista S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e

o patrimônio líquido e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

## Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas, estão descritas

nas "demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com as principais normas relevantes previstas na Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras fornecidas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor para auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções

incluindo aqueles encorajados para tratar os assuntos abaixo, fornecemos a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

## Receitas e despesas

Continuamos mencionando nas notas explicativas 3, 12 e 13, as receitas da Companhia são derivadas da venda de mercadorias, reconhecidas em momento específico do tempo. As vendas são elevadas por meio de e-commerce que devem ser avaliadas com o objetivo de assegurar que as respectivas receitas são reconhecidas dentro do período contábil adequado, no momento que os produtos tenham sido entregues aos compradores. O alto

vendas dentro do período de competência, consideramos esse tema como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (i) entendimento dos processos internos da Companhia para reconhecimento e mensuração das vendas; (ii) avaliação dos sistemas informatizados utilizados no processo contendo com especialistas em tecnologia; (iii) procedimentos de confirmação externa para uma amostra da base que compõe o saldo de contas a receber mercadorias o envio de cartas de confirmação; (iv) verificação, por amostragem, das documentações suporte das vendas realizadas no período; (v) teste de parte de competência das receitas, com verificação de documentação comprovando a entrega das mercadorias e dentro da competência correta; e (vi) análise das movimentações mensais das receitas utilizando dados agregados e desagregados de modo a avaliar a existência de variações anormais às nossas expectativas estabelecidas com base em nosso conhecimento do setor e da Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitável a prática de reconhecimento das receitas, bem como as respectivas divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações financeiras fornecidas em conjunto.

Existência, valoração e localização dos estoques

Continuamos descrevendo na nota explicativa 7, em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía saldo de estoque no montante de R\$ 47.821 mil. Os estoques da Companhia são compostos de produtos acabados de peças de móveis artigos para decoração roupas e acessórios. Os produtos da Companhia são adquiridos de terceiros e seus estoques apresentam um elevado número de itens, de forma a atender as diversas demandas lançadas ao longo do ano. O grande volume de itens e transações faz do

monitoramento das quantidades de itens disponíveis, o custo e valorização dos estoques uma atividade complexa.

Devido ao montante envolvido e elevado número de entidades e saldos consideramos esse tema como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (i) entendimento dos processos e controles internos da Companhia relacionados à contagem física e monitoramento dos estoques; (ii) acompanhamento, em bases amostrais, da contagem física dos estoques no centro de distribuição; (iii) verificação por amostragem das documentações de compra e vendas e recálculo do custo médio; (iv) avaliação e testes das premissas e cálculos utilizados pela

A Companhia possui registro na rubrica de tributos diferidos ativos no montante de R\$44.636 mil em 31 de dezembro de 2021, referentes à imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuições sociais, conforme detalhado na nota explicativa 15. A Companhia reconhece estes tributos diferidos na extensão do lucro tributável futuro e, devido à subjetividade desta análise, que inclui entre outros, premissas da gestão da Companhia,

esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

• Utilização de profissionais especializados em tributos para a análise das bases que deram origem aos créditos tributários sob a legislação tributária vigente;

• Utilização de especialistas em avaliação para auxílio na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia nas projeções dos lucros tributáveis futuros;

• Análise das projeções para a realização dos tributos diferidos preparadas pela Diretoria que incluiu, principalmente: (i) teste das informações financeiras preparadas utilizadas; (ii) comparação das premissas e metodologias utilizadas com a respectiva indústria comparadora e cenário econômico financeiro do ambiente nacional; e (iii) análise do uso de método de qualificação e da documentação existente. Tais informações são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado por aqueles responsáveis pela governança;

• Adicionalmente, analisamos a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras pela Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de recuperabilidade do saldo de tributos diferidos ativos, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de recuperabilidade do saldo de tributos diferidos ativos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras fornecidas em conjunto.

## Outros assuntos

## Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS foram submetidas procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas

contábeis, conforme aplicável e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios delineados no Pronunciamento Técnico NEX TG 09 "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras fornecidas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório

de auditoria

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considera-se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no

contábeis, conforme aplicável e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios delineados no Pronunciamento Técnico NEX TG 09 "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras fornecidas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório

de auditoria

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considera-se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no

contábeis, conforme aplicável e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios delineados no Pronunciamento Técnico NEX TG 09 "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras fornecidas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório

de auditoria

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considera-se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no

contábeis, conforme aplicável e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios delineados no Pronunciamento Técnico NEX TG 09 "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras fornecidas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório

de auditoria

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considera-se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no

contábeis, conforme aplicável e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios delineados no Pronunciamento Técnico NEX TG 09 "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras fornecidas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório

de auditoria

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considera-se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no

contábeis, conforme aplicável e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios delineados no Pronunciamento Técnico NEX TG 09 "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras fornecidas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório

de auditoria

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considera-se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no

contábeis, conforme aplicável e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios delineados no Pronunciamento Técnico NEX TG 09 "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras fornecidas em conjunto.

Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante independentemente se causadas por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, e não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor para auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante independentemente se causadas por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais da auditoria sempre detecte as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, empregamos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causadas por fraude ou erro planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de burlar os controles internos com falsificação, omissão ou representação falsa intencional;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das conclusões significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os recursos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas

principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios de comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de março de 2022

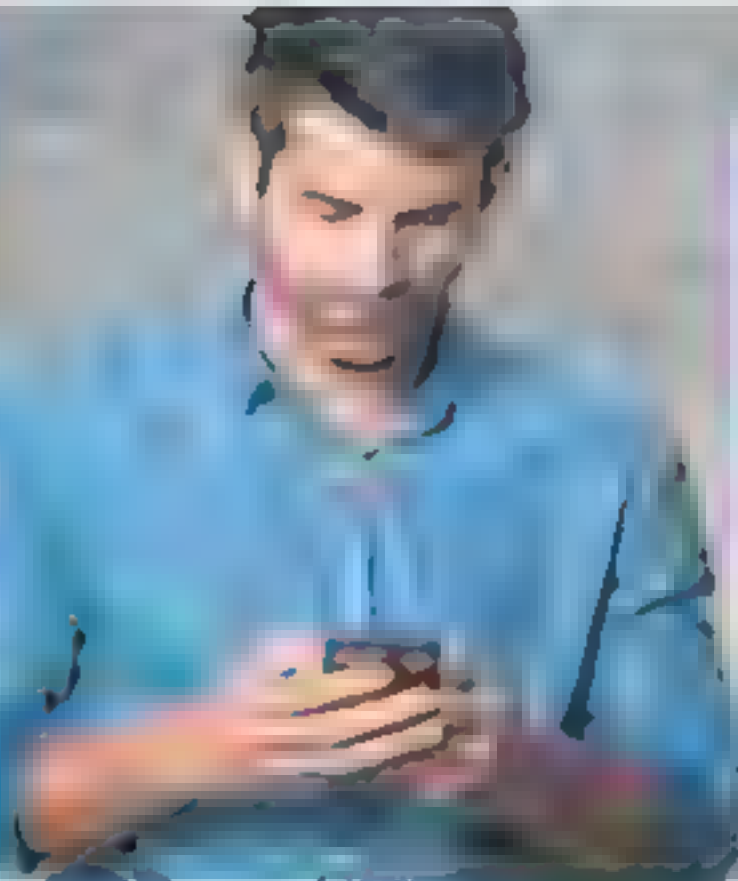
Ernest & Young  
Auditores Independentes S.S.  
(CFC 03909451/0001-60)  
Maurício

EY  
Building a better  
working world

Sem tempo  
para selecionar  
os melhores  
conteúdos  
do noticiário?

Os newsletters exclusivos  
para assinantes do Estad  
trazem para você boletins

de negócios e política





NOTAS E INFORMAÇÕES

Na conta otimista, juros de 12,75%



Projeções indicam fim de mandato de Bolsonaro com inflação alta, crédito arrojado e economia em ritmo lento

Ainda assolado pela inflação, o Brasil chegará a dezembro com juros básicos de 13%, segundo projeção do mercado. Apesar do arrocho do crédito, os preços ao consumidor ainda terão acumulado uma alta anual

de 6,59%, bem superior ao teto da meta oficial, fixado em 5%. Embora reconheça o quadro complexo e cheio de riscos, o Copom, Comitê de Política Monetária do Banco Central (BC), avalia a taxa básica de 12,75% como suficiente para seus propósitos. A agenda inclui duas tarefas principais até o fim de 2023: fazer a inflação convergir para a meta de 3% e ancorar de novo as expectativas do mercado, segundo a ata da última reunião do Copom, formado por dirigentes do BC. A reunião ocorreu na semana passada.

Se tudo correr segundo as previsões, só haverá mais uma elevação dos juros básicos, de 11,75% para 12,75%, na sessão do Comitê prevista para o começo de maio. Com mais esse aumento de 1 ponto percentual, igual ao anterior, o aperto será suficiente para corrigir a alta de preços até o fim de 2023, de acordo com o Copom. Não há, no entanto, compromisso de encerrar em 12,75% a alta de juros. Se os preços evoluírem de modo mais desfavorável, o ajuste monetário poderá ser mais severo, como é claramente indicado na ata.

Uma evolução pior que a prevista poderá ocorrer, por exemplo, se os efeitos da guerra na Ucrânia, como o aumento das cotações do petróleo e de outras matérias-primas, forem mais desafiantes do que foram até agora. O quadro também poderá ficar mais complicado, segundo avaliação do Copom, se as contas federais ficarem mais desajustadas e a dívida pública se tornar mais pesada.

Esses perigos estão claramente associados – embora a ata, diplomaticamente, omita esses detalhes – aos interesses eleitorais do presidente Jair Bolsonaro e às ambições de seus aliados, como os parlamentares do Centrão.

Politicamente, os autores da ata usam linguagem menos crua, mas bastante clara: “A incerteza em relação ao arcabouço fiscal mantém elevado o risco de desancoragem das expectativas de inflação”. Mas esse risco, segundo se acrescenta, já está parcialmente incorporado nas expectativas consideradas pelo Comitê.

De toda forma, o cenário justifica, de acordo com o Copom, as medidas previstas. Com isso, o ciclo de aperto deverá ser “ainda mais contracionista” do que vinha sendo. Não se menciona uma estimativa de crescimento econômico, mas as projeções do mercado, antes da reunião do Comitê, já eram sombrias.

No último boletim *Focus*, a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) estimada para este ano chegou a 0,50%. Quatro semanas antes ainda se calculava uma taxa de 0,30%, mas, apesar da melhora, as expectativas continuaram muito ruins. Elaborado pelo BC, esse boletim resume projeções do setor financeiro e de consultorias. Em sentido inverso, mas aproximando-se do mercado, o Ministério da Economia reduziu de 2,10% para 1,50% sua previsão de aumento do PIB. Oficiais ou de mercado, todos os números apontam um enorme desarranjo econômico neste fim de mandato presidencial. ■

Política monetária Risco de inflação  
BC sinaliza que guerra pode acentuar alta no juro

BRASILIA

O Banco Central (BC) incluiu na ata do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada ontem, o temor de que a guerra na Ucrânia provoque

mais inflação e, assim, exija juros mais altos. “O Comitê considerou que a boa prática recomenda que a política monetária reaja aos impactos secundários desse tipo de choque”, destacaram os diretores do BC.

“O Comitê reconhece o cenário desafiador para a convergência da inflação para suas metas e reforça que estará pronto para ajustar o tamanho

do ciclo de aperto monetário”, disse o BC, na ata.

O documento se refere a mais recente reunião do comitê, que decidiu pela elevação da taxa Selic para 11,75%. Esse foi o nono aumento consecutivo. ■

**HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA - HCFAMEMA**

**AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2022, PROCESSO Nº 2022/00198**, para aquisição eventual e futura de **MEDICAMENTO AZACITIDINA**, com encerramento em 06/04/2022 às 09.00 hs

Mais informações e aquisição do Edital completo, fone 14 3434-2501 ou nos sites: [www.hc.famema.br](http://www.hc.famema.br) e [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br)

**FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP**  
CNPJ nº 56.577.059/0106-06

**COMPRA PRIVADA ICESP 1808/2021 ADJUDICAÇÃO**

O Diretor Geral da Fundação Faculdade de Medicina ADJUDICA a empresa Mogami Importação E Exportação Ltda, CNPJ nº 50.247.074/0001-64, do fornecimento de **MATERIAIS MÉDICOS ELETRODO DESCARTÁVEL BAPOLAR PARA HISTEROSCOPIA + COMODATO DE BISTURI ELÉTRICO PARA HISTEROSCOPIA**, com base no Regulamento de Compras da FFM. Para maiores informações, acesse o site eletrônico do ICESP [www.icsp.org.br](http://www.icsp.org.br).

**FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP**  
CNPJ nº 56.577.059/0106-06

**COMPRA PRIVADA ICESP 1808/2022**

A FFM/ICESP unidade clínica privada sem fins lucrativos, através do Departamento Contratos e Compras – situado na Avenida Dr. Arnaldo 25 – Jaqueira Cessi – São Paulo – SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO**, com contratação e investimento de **ACESSÓRIOS PARA ESPICOMANOMETRIA ANEROIDE** (para avaliação da dor) – 01 lote de ICESP (materialização) e que será regido pelo Regulamento de Compras da FFM.

**CS BRASIL PARTICIPAÇÕES E LOCAÇÕES S.A.**  
CNPJ nº 35.502.310/0001-99 NIRE 05231866177

**ESMATA, BALANÇO EXERCÍCIO 2021**

No balanço publicado neste jornal "O ESTADO DE SÃO PAULO" no dia 22 de março de 2022, Caderno de Economia na página 1 e portal "ESTADÃO.BR" ONDE SE LÊ, o lucro líquido das operações continuadas de R\$33,1 milhões em 2021. **LEIA-SE** Lucro líquido das operações continuadas de R\$33,1 milhões no 4ºT21. **O LUCRO LÍQUIDO DE 2021 FOI DE R\$130,1 MILHÕES** Mogi das Cruzes (SP), 22 de março de 2022. A Jureligna

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"**  
Rua José Alves nº 403 Centro Mogi Mirim/SP Telefone 19.3818-4505 19.3891-4489

**PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 002/2022**

**EDITAL DE DIVULGAÇÃO DA NOTA E CLASSIFICAÇÃO DA PROVA DE APTIDÃO FÍSICA**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL" através do seu Presidente Sr. Rodrigo Falsetti, Prefeito Municipal de Mogi Mirim, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, TORNAR PÚBLICA aos candidatos do Processo Seletivo Edital Nº 002/2022 e resolve o que segue:

**COMUNICAR** que não houve nenhum impetrado referente a revisão da nota da Prova Objetiva.

**I – DECLARAR**, após a aplicação da Prova de Aptidão Física, a lista de Aprovação/Classificação final dos cargos de Servente Geral – 2x36 e Servente Geral – 40hs em que foram consideradas **APROVADOS** os candidatos que obtiveram 50% (cinquenta por cento) ou mais na nota desta prova como previsto pelo Edital Nº 002/2022. Para calcular a nota da Prova de Aptidão Física, soma-se a nota dos 3 testes aplicados e divide por 3.

**II – INFORMAR** que as listas dos aprovados das unidades descrevidas de nota e as listas com o nº de inscrição dos aprovados e insuportados constam no ANEXO deste Edital, anexos ao Quadro do Consórcio Intermunicipal de Saúde "08 de Abril" divulgadas pela Internet nos sites [www.sigmarh.com.br](http://www.sigmarh.com.br) e [www.cons.org.br](http://www.cons.org.br) e o seu resumo no jornal "Estadão".

**IV – A CLASSIFICAÇÃO FINAL**, para todos os cargos será publicada dia 23/03/22 no jornal "Estadão" e divulgada pela internet nos sites [www.sigmarh.com.br](http://www.sigmarh.com.br) e [www.cons.org.br](http://www.cons.org.br).

**V – DETERMINAR** o prazo de 2 (dois) dias úteis para eventuais Recursos ao presente Edital, conforme instruções contidas no Capítulo XI do edital, consoante:

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E COMPRA-SE**

Mogi Mirim, 23 de março de 2022

**RODRIGO FALSETTI**  
Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde "08 de Abril"

**ANEXO - NOTA DA PROVA DE APTIDÃO FÍSICA**

**CARGO SERVENTE GERAL - 12x36**

Ord.	Inscr.	Nome	RG	Nota P. Apt. Fis.
1	22000075	Wagner Aparecido Queiroz	57600862X	59,5

**REPROVADOS E AUSENTES Nº DE INSCRIÇÃO: SERVENTE GERAL - 12x36**

22000005	22000007	22000008	22000009	22000010	22000011	22000012	22000013	22000014	22000015	22000016	22000017	22000018	22000019	22000020	22000021	22000022	22000023	22000024	22000025	22000026	22000027	22000028	22000029	22000030	22000031	22000032	22000033	22000034	22000035	22000036	22000037	22000038	22000039	22000040	22000041	22000042	22000043	22000044	22000045	22000046	22000047	22000048	22000049	22000050	22000051	22000052	22000053	22000054	22000055	22000056	22000057	22000058	22000059	22000060	22000061	22000062	22000063	22000064	22000065	22000066	22000067	22000068	22000069	22000070	22000071	22000072	22000073	22000074	22000075	22000076	22000077	22000078	22000079	22000080	22000081	22000082	22000083	22000084	22000085	22000086	22000087	22000088	22000089	22000090	22000091	22000092	22000093	22000094	22000095	22000096	22000097	22000098	22000099	22000100	22000101	22000102	22000103	22000104	22000105	22000106	22000107	22000108	22000109	22000110	22000111	22000112	22000113	22000114	22000115	22000116	22000117	22000118	22000119	22000120	22000121	22000122	22000123	22000124	22000125	22000126	22000127	22000128	22000129	22000130	22000131	22000132	22000133	22000134	22000135	22000136	22000137	22000138	22000139	22000140	22000141	22000142	22000143	22000144	22000145	22000146	22000147	22000148	22000149	22000150	22000151	22000152	22000153	22000154	22000155	22000156	22000157	22000158	22000159	22000160	22000161	22000162	22000163	22000164	22000165	22000166	22000167	22000168	22000169	22000170	22000171	22000172	22000173	22000174	22000175	22000176	22000177	22000178	22000179	22000180	22000181	22000182	22000183	22000184	22000185	22000186	22000187	22000188	22000189	22000190	22000191	22000192	22000193	22000194	22000195	22000196	22000197	22000198	22000199	22000200	22000201	22000202	22000203	22000204	22000205	22000206	22000207	22000208	22000209	22000210	22000211	22000212	22000213	22000214	22000215	22000216	22000217	22000218	22000219	22000220	22000221	22000222	22000223	22000224	22000225	22000226	22000227	22000228	22000229	22000230	22000231	22000232	22000233	22000234	22000235	22000236	22000237	22000238	22000239	22000240	22000241	22000242	22000243	22000244	22000245	22000246	22000247	22000248	22000249	22000250	22000251	22000252	22000253	22000254	22000255	22000256	22000257	22000258	22000259	22000260	22000261	22000262	22000263	22000264	22000265	22000266	22000267	22000268	22000269	22000270	22000271	22000272	22000273	22000274	22000275	22000276	22000277	22000278	22000279	22000280	22000281	22000282	22000283	22000284	22000285	22000286	22000287	22000288	22000289	22000290	22000291	22000292	22000293	22000294	22000295	22000296	22000297	22000298	22000299	22000300	22000301	22000302	22000303	22000304	22000305	22000306	22000307	22000308	22000309	22000310	22000311	22000312	22000313	22000314	22000315	22000316	22000317	22000318	22000319	22000320	22000321	22000322	22000323	22000324	22000325	22000326	22000327	22000328	22000329	22000330	22000331	22000332	22000333	22000334	22000335	22000336	22000337	22000338	22000339	22000340	22000341	22000342	22000343	22000344	22000345	22000346	22000347	22000348	22000349	22000350	22000351	22000352	22000353	22000354	22000355	22000356	22000357	22000358	22000359	22000360	22000361	22000362	22000363	22000364	22000365	22000366	22000367	22000368	22000369	22000370	22000371	22000372	22000373	22000374	22000375	22000376	22000377	22000378	22000379	22000380	22000381	22000382	22000383	22000384	22000385	22000386	22000387	22000388	22000389	22000390	22000391	22000392	22000393	22000394	22000395	22000396	22000397	22000398	22000399	22000400	22000401	22000402	22000403	22000404	22000405	22000406	22000407	22000408	22000409	22000410	22000411	22000412	22000413	22000414	22000415	22000416	22000417	22000418	22000419	22000420	22000421	22000422	22000423	22000424	22000425	22000426	22000427	22000428	22000429	22000430	22000431	22000432	22000433	22000434	22000435	22000436	22000437	22000438	22000439	22000440	22000441	22000442	22000443	22000444	22000445	22000446	22000447	22000448	22000449	22000450	22000451	22000452	22000453	22000454	22000455	22000456	22000457	22000458	22000459	22000460	22000461	22000462	22000463	22000464	22000465	22000466	22000467	22000468	22000469	22000470	22000471	22000472	22000473	22000474	22000475	22000476	22000477	22000478	22000479	22000480	22000481	22000482	22000483	22000484	22000485	22000486	22000487	22000488	22000489	22000490	22000491	22000492	22000493	22000494	22000495	22000496	22000497	22000498	22000499	22000500	22000501	22000502	22000503	22000504	22000505	22000506	22000507	22000508	22000509	22000510	22000511	22000512	22000513	22000514	22000515	22000516	22000517	22000518	22000519	22000520	22000521	22000522	22000523	22000524	22000525	22000526	22000527	22000528	22000529	22000530	22000531	22000532	22000533	22000534	22000535	22000536	22000537	22000538	22000539	22000540	22000541	22000542	22000543	22000544	22000545	22000546	22000547	22000548	22000549	22000550	22000551	22000552	22000553	22000554	22000555	22000556	22000557	22000558	22000559	22000560	22000561	22000562	22000563	22000564	22000565	22000566	22000567	22000568	22000569	22000570	22000571	22000572	22000573	22000574	22000575	22000576	22000577	22000578	22000579	22000580	22000581	22000582	22000583	22000584	22000585	22000586	22000587	22000588	22000589	22000590	22000591	22000592	22000593	22000594	22000595	22000596	22000597	22000598	22000599	22000600	22000601	22000602	22000603	22000604	22000605	22000606	22000607	22000608	22000609	22000610	22000611	22000612	22000613	22000614	22000615	22000616	22000617	22000618	22000619	22000620	22000621	22000622	22000623	22000624	22000625	22000626	22000627	22000628	22000629	22000630	22000631	22000632	22000633	22000634	22000635	22000636	22000637	22000638	22000639	22000640	22000641	22000642	22000643	22000644	22000645	22000646	22000647	22000648	22000649	22000650	22000651	22000652	22000653	22000654	22000655	22000656	22000657	22000658	22000659	22000660	22000661	22000662	22000663	22000664	22000665	22000666	22000667	22000668	22000669	22000670	22000671	22000672	22000673	22000674	22000675	22000676	22000677	22000678	22000679	22000680	22000681	22000682	22000683	22000684	22000685	22000686	22000687	22000688	22000689	22000690	22000691	22000692	22000693	22
----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----



### DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

**DANIEL MOSSET** portador do CPF 407.320.656-08, DECLARA, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4, de 22 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargo de administração na **IN COOPERATIVA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. CNPJ nº 16.695.922/000 -09** ESCLARECE que eventual objeção a presente declaração, acompanhada da documentação, improbatoria, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vetos do processo respectivo. Protocolo Digital disponível na página do Banco Central do Brasil na internet) Selecionar, no campo "Assunto" Assinaturas e Licenças para Instituições Supervisionadas e para integrantes do SPB. Selecionar, no campo "Destino" o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro - Desafi mencionado abaixo. BANCO CENTRAL DO BRASIL - Departamento de Organização do Sistema Financeiro - Gerência Técnica em São Paulo (IN - DEORFI - GTSPI) Av. Paulista, nº 1804 - 5º andar - São Paulo - SP - CEP 01310-922 - São Paulo, 23 de março de 2022.

### AVISO DE LICITAÇÃO

com atendimento ao disposto no artigo 6º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e demais dispositivos legais em vigor o **SECEMESP - Sindicato dos Empregados de Cooperativas Médicas do Estado de São Paulo** acima identificado, entidade sindical de primeiro grau, representando os empregados nas cooperativas médicas no Estado de São Paulo, excluído somente os empregados de cooperativas médicas que não tenham as suas hipóteses nos setores de pronto atendimento, empregadoras, que deverão descontar a CONTRIBUIÇÃO SINDICAL de seus empregados no mês de março de 2022 (artigo 682/CLT), e efetuar o recolhimento até o dia 30/04/2022 (artigo 683/CLT) em favor dessa entidade sindical que possui código sindical nº 08949 pertença à Caixa Econômica Federal. O recolhimento deverá ser efetuado mediante guia própria a ser obtida no site da Caixa Econômica Federal, a saber: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br) As cooperativas médicas que não conseguirem obter as referidas guias em tempo hábil deverão entrar em contato com esta Sindical através do telefone: (19) 3322-1471 para obtenção de guias (art. 600 da CLT) além de outras sanções estabelecidas em Lei.

### AVISO DE CONVOCAÇÃO

**PROCESSO:** RDC PRESENCIAL Nº. 022/2022.  
**ORIGEM:** SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA - SEMINFRA  
**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONCLUSÃO DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL - EEF CIDADE JARDIM 2A, NO BAIRRO PREFEITO JOSÉ WALTER, MUNICÍPIO DE FORTALEZA - CE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.  
**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MAIOR DESCONTO.  
**MODO DE DISPUTA:** ABERTO  
**REGIME DE EXECUÇÃO:** EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO  
**INFORMAÇÕES IMPORTANTES:**  
A presente licitação é proveniente do contrato de financiamento do Programa de Infraestrutura em Educação e Saneamento - PROINFRA, cujo o órgão financiador é o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF).  
**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 09/05/2022 às 09h00min  
**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 09/05/2022 às 09h - 5min  
**INÍCIO DA DISPUTA:** 09/05/2022 às 09h00min  
**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS (Informações e nº da Licitação):** Até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas.  
**E-mail:** [cpi@cifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:cpi@cifor.fortaleza.ce.gov.br) Telefone: (085) 3452-3483  
**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário local (Fortaleza - CE).  
**ENDEREÇO PARA ENTREGA (PROTOCOLO) DE DOCUMENTOS:** Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR - Avenida Heráclito Graça, nº 750, Centro, Fortaleza - CE CEP 60.400-060  
**HOMEPAGE:** [compras.jepog.fortaleza.ce.gov.br](http://compras.jepog.fortaleza.ce.gov.br)  
A presente licitação reger-se-á pela Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2012, pelo Decreto nº 2.581 de 11 de outubro de 2012 e pelos Decretos Municipais nº 13.512, de 30 de dezembro de 2012 e nº 13.513, de 31 de dezembro de 2012.  
Os interessados para consulta na Central de Licitações - Avenida Heráclito Graça, 750, Centro, Fortaleza - CE no e-compras <https://compras.jepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp>, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE <https://licitacoes.tce.ce.gov.br/>

Fortaleza - CE, 22 de março de 2022

**OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO**

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

### AVISO ESPECÍFICO DE AQUISIÇÃO

**SOLICITAÇÃO DE PROPOSTAS PEQUENAS OBRAS**  
**PROCESSO DE LICITAÇÃO COM UM ÚNICO ENVELOPE**

**Nome do Projeto:** Fortaleza Cidade Sustentável - FCS  
**Título do Contrato:** Obras de Urbanização do Parque Zoológico do Passaré - Etapa 2 (trechos 02 e 03) no Município de Fortaleza - CE  
**Empreendedor nº:** 3747-08  
**Edital nº:** 8207/3DO nº 003/2022

1. O Município de Fortaleza, através da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA), recebe financiamento do Banco Mundial para cobrir os custos do Projeto Fortaleza Cidade Sustentável, e pretende aplicar parte dos recursos para pagamentos no âmbito da contratação de empresa para execução das Obras de Urbanização do Parque Zoológico do Passaré - Etapa 2 (trechos 2 e 3), no Município de Fortaleza - CE.

2. O Município de Fortaleza, através da SEUMA, convoca os licitantes elegíveis a apresentar propostas sacadas para Obras de Urbanização do Parque Zoológico do Passaré (Trechos 02 e 03), no Município de Fortaleza - CE. A requalificação do espaço público objeto desse certame inclui a Urbanização do Horto Municipal e do Zoológico (Passeio Interno do Horto; Portões de Acesso ao Horto Municipal (02), Cercamento do Zoológico; Portões de Acesso ao Zoológico (03) e Passeio Interno do Zoológico); e Arquitetura dos Equipamentos, Praça de Alimentação e Parque Infantil (Playground); Horto Municipal (Edificações); Escola Ambiental; Vestiário dos Funcionários; Administração.

As obras deverão ser realizadas num período de 18 (dezoito) meses, contados a partir da data da emissão da Ordem de Serviço.

3. A licitação será organizada por meio de licitação pública com abordagem nacional utilizando o método de SOLICITAÇÃO DE OFERTAS (SDO), conforme especificado no "Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento" Financiamento de Projeto de Investimento (PFI) do Banco Mundial "Regulamento de Aquisições", de julho de 2017, revisado em novembro de 2017 e agosto de 2018 e estará aberta a todos os licitantes elegíveis.

4. Os licitantes poderão consultar o Edital de licitação e seus anexos junto à CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR, no endereço mencionado ao final deste documento (Item 8), durante o horário de expediente das 08h00 às 20h00 e de 13h00 às 17h00, ou no site eletrônico [compras.fortaleza.ce.gov.br](http://compras.fortaleza.ce.gov.br). Poderão também obter mais informações no e-mail [contato@cifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:contato@cifor.fortaleza.ce.gov.br)

5. As Propostas deverão ser entregues no endereço constante no Item 8 dia 24 de MARÇO de 2022 até o dia 26 de ABRIL de 2022, às 09h. O envio de Propostas por meio eletrônico não será permitido. As Propostas recebidas fora do prazo serão rejeitadas. As Propostas serão abertas em sessão pública na presença dos representantes designados dos licitantes e de qualquer pessoa interessada, no endereço constante no Item 8 em 26 de março de 2022, às 10h.

6. Todas as Propostas deverão estar acompanhadas de uma Garantia da Proposta no valor de R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais).

7. Convém atentar para a cláusula do Regulamento de Aquisições que determina que o Mutuário divulgue informações sobre a propriedade beneficiária do licitante vencedor, como parte do Aviso de Adjudicação do Contrato, usando o Formulário de Divulgação de Propriedade Beneficiária constante do Edital de licitação.

8. O endereço referido acima é:

**CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR**  
**COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE LICITAÇÃO DO PROJETO FORTALEZA CIDADE SUSTENTÁVEL - FCS/FCS**  
Aos cuidados de Otávio César Lima de Melo - Presidente  
Av. Heráclito Graça, 750, Centro - CEP 60.400-060 - Fortaleza, Ceará, Brasil  
Telefone: + 55 85 3452-3483  
[contato@cifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:contato@cifor.fortaleza.ce.gov.br)  
<http://compras.fortaleza.ce.gov.br>

Fortaleza, 22 de março de 2022

**OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO**

Presidente da CEKT/Fortaleza Cidade Sustentável

### Prefeitura Municipal de Assis

**Papa Municipal Prof. "Judith de Oliveira Garcia"**  
**COMUNICADO DE LICITAÇÃO ABERTA**  
Ref. Processo 32/22 - Contratação 04/22 - Aquisição do Inovel. Entendimento: 10:00 horas do dia 26/04/2022 - Integra do Edital no Departamento de Licitações, na Avenida Rui Barbosa, 1066, Assis (SP) e na página <http://www.assis.sp.gov.br> Informações: (18) 3322-2574  
Assis (SP), 22 de março de 2022 - José Aparecido Fernandes - Prefeito

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRA-ORDINÁRIA A SER REALIZADA 20 DE ABRIL DE 2022

Ficam os associados da Associação dos Empregados da Associação das Pioneiras Sociais - AEPS convocados a comparecer e votar na Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do artigo 10º, § 4º, "b" e "d" do Estatuto da AEPS, no dia 20 de abril de 2022 (quarta-feira), com início da assembleia às 08:00h, nas unidades da Rede Sarah de Hospitais, com o objetivo de deliberar sobre: (I) eleição da diretoria executiva e demais cargos eletivos da AEPS. A votação dos temas propostos será feita por meio eletrônico disponível nas unidades da Rede Sarah de Hospitais, e a assembleia eleitoral será encerrada às 17:00 horas.  
A posse dos eleitos se dará após a apuração dos votos, às 14h do dia 2 de maio de 2022.  
Brasília, 23 de março de 2022  
Luiz Guilherme Meinel Nunes  
Presidente do Conselho Administrativo da AEPS

### Edital de Convocação de Assembleias Gerais Extraordinárias

Pelo presente Edital, Sonia Teresa Santana, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica e da Audiovisual do Estado de São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins

### AVISO DE CONVOCAÇÃO

**PROCESSO:** RDC PRESENCIAL Nº. 022/2022.  
**ORIGEM:** SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA - SEMINFRA  
**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONCLUSÃO DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL - EEF CIDADE JARDIM 2A, NO BAIRRO PREFEITO JOSÉ WALTER, MUNICÍPIO DE FORTALEZA - CE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.  
**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MAIOR DESCONTO.  
**MODO DE DISPUTA:** ABERTO  
**REGIME DE EXECUÇÃO:** EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO  
**INFORMAÇÕES IMPORTANTES:**  
A presente licitação é proveniente do contrato de financiamento do Programa de Infraestrutura em Educação e Saneamento - PROINFRA, cujo o órgão financiador é o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF).  
**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 09/05/2022 às 09h00min  
**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 09/05/2022 às 09h - 5min  
**INÍCIO DA DISPUTA:** 09/05/2022 às 09h00min  
**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS (Informações e nº da Licitação):** Até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas.  
**E-mail:** [cpi@cifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:cpi@cifor.fortaleza.ce.gov.br) Telefone: (085) 3452-3483  
**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário local (Fortaleza - CE).  
**ENDEREÇO PARA ENTREGA (PROTOCOLO) DE DOCUMENTOS:** Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR - Avenida Heráclito Graça, nº 750, Centro, Fortaleza - CE CEP 60.400-060  
**HOMEPAGE:** [compras.jepog.fortaleza.ce.gov.br](http://compras.jepog.fortaleza.ce.gov.br)  
A presente licitação reger-se-á pela Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2012, pelo Decreto nº 2.581 de 11 de outubro de 2012 e pelos Decretos Municipais nº 13.512, de 30 de dezembro de 2012 e nº 13.513, de 31 de dezembro de 2012.  
Os interessados para consulta na Central de Licitações - Avenida Heráclito Graça, 750, Centro, Fortaleza - CE no e-compras <https://compras.jepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp>, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE <https://licitacoes.tce.ce.gov.br/>

Fortaleza - CE, 22 de março de 2022

**OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO**

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

### AVISO DE CONVOCAÇÃO

**PROCESSO:** CHAMADA PÚBLICA Nº. 003/2022  
**ORIGEM:** SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS  
**OBJETO:** CONSTITUIÇÃO DO OBJETO DESTA LICITAÇÃO DE CHAMADA PÚBLICA O CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE DE NATUREZA PRIVADA COM OU SEM FINS LUCRATIVOS, E QUE FILANTRÓPICOS INTERESSADOS EM PARTICIPAR DE FORMA COMPLEMENTAR DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE EM CONFORMIDADE COM SEUS PRINCÍPIOS E CONCEITOS E DEMAIS DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS À ESPÉCIE, NA ÁREA DA OFTALMOLOGIA E PROCEDIMENTOS RELACIONADOS, NAS MODALIDADES AMBULATORIAL E HOSPITALAR, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL E ANEXOS QUE O COMPÕEM, PARA EVENTUAL CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS E/OU CONVÊNIOS.  
O Presidente da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA - CE - CPL, torna público o presente Edital de Chamada Pública para fins de constituição de cadastro de credenciados, de Estabelecimentos de Saúde de natureza privada, com ou sem fins lucrativos e/ou filantrópicas, interessados em participar, de forma complementar do Sistema Único de Saúde na área da oftalmologia e procedimentos relacionados, em conformidade com os seus princípios, conceitos e os preceitos do direito público estabelecidos pela Constituição Federal, especialmente em seus artigos 196 e 199, Lei Federal nº 8.080/90 e nº 8.142/90, para eventual formalização de ajuste, através de contrato ou convênio, o qual será procedimentalizado, no que couber, conforme a Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2012, e as especificações, termos e condições definidos no presente Edital e anexos que o compõem. Os interessados deverão entregar os envelopes no período de 24 de março de 2022 a 07 de abril de 2022, das 8h às 12h e das 13h às 17h e no dia 08 de abril de 2022, de 8h às 09h00min, no setor de Protocolo da Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR, situada na Avenida Heráclito Graça, nº 750, Centro, Fortaleza - CE CEP 60.140-060. Os envelopes serão abertos, impreterivelmente, em sessão pública, às 10h00min do dia 08 de abril de 2022. O Edital está disponível gratuitamente no site [compras.fortaleza.ce.gov.br](http://compras.fortaleza.ce.gov.br) e no Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Ceará - <http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes>.  
Fortaleza - CE, 22 de março de 2022  
**OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO**  
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

### COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO DO OESTE DO PARANÁ

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A presente Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária será realizada no dia 20 de abril de 2022, às 10h00min, no local a ser determinado pelo Conselho Fiscal, com o objetivo de deliberar sobre os assuntos constantes no presente Edital de Convocação. A Assembleia será realizada de forma presencial, com a participação dos associados, e a votação será feita por meio eletrônico, através do sistema SICOOB. A Assembleia será realizada no dia 20 de abril de 2022, às 10h00min, no local a ser determinado pelo Conselho Fiscal, com o objetivo de deliberar sobre os assuntos constantes no presente Edital de Convocação. A Assembleia será realizada de forma presencial, com a participação dos associados, e a votação será feita por meio eletrônico, através do sistema SICOOB.

1. Prestação de Contas dos 1º e 2º semestres do exercício de 2021, compreendendo o Relatório Anual, Balanço Geral, Demonstração da Conta de Salários ou Prolat e os Pareceres do Conselho Fiscal e da Auditoria Independente.

2. Atribuição do Fundo de Expansão - expansão de negócios e distribuição de sobras.

3. Constituição do Fundo de Expansão e aprovação do seu Regulamento.

4. Destinação das sobras líquidas e a sua fórmula de cálculo.

5. Aplicação do Fundo de Associação Técnica, Educacional e Social - FATES.

6. Fixação do valor global da remuneração dos membros da Diretoria Executiva.

7. Fixação do valor das cotas de presença dos membros do Conselho de Administração.

8. Fixação do valor das cotas de presença dos membros do Conselho Fiscal.

9. Eleição dos membros do Conselho Fiscal.

10. Eleição dos membros do Conselho Fiscal.

11. Reforma ampla do Estatuto Social, destacando a alteração do endereço da sede da Cooperativa, a partir da Capela referida a pedido do Sistema de Gerenciamento e cumprimento ao Ofício 6253/2021-BCE/DO/678HO - Processo 330/18/2021 - de 26 de fevereiro de 2021.

São Paulo, 23 de março de 2022  
Carlos Augusto de Macedo Chiaroto  
Presidente do Conselho de Administração

**NOTA:** A Assembleia Geral ocorrerá de forma DIGITAL, por meio do aplicativo SICOOB Mobile, disponível gratuitamente nas lojas virtuais Apple Store e Google Play, acessível a todos associados, que poderão participar a partir de 10h00min do dia 20 de abril de 2022, com o objetivo de deliberar sobre os assuntos constantes no presente Edital de Convocação. A Assembleia será realizada de forma presencial, com a participação dos associados, e a votação será feita por meio eletrônico, através do sistema SICOOB.

1. Reforma ampla do Estatuto Social, destacando a alteração do endereço da sede da Cooperativa, a partir da Capela referida a pedido do Sistema de Gerenciamento e cumprimento ao Ofício 6253/2021-BCE/DO/678HO - Processo 330/18/2021 - de 26 de fevereiro de 2021.

São Paulo, 23 de março de 2022  
Carlos Augusto de Macedo Chiaroto  
Presidente do Conselho de Administração

**NOTA:** A Assembleia Geral ocorrerá de forma DIGITAL, por meio do aplicativo SICOOB Mobile, disponível gratuitamente nas lojas virtuais Apple Store e Google Play, acessível a todos associados, que poderão participar a partir de 10h00min do dia 20 de abril de 2022, com o objetivo de deliberar sobre os assuntos constantes no presente Edital de Convocação. A Assembleia será realizada de forma presencial, com a participação dos associados, e a votação será feita por meio eletrônico, através do sistema SICOOB.



A melhor plataforma em tempo real para quem acompanha o agronegócio

Grande São Paulo  
11 3856 3500  
Outras localidades  
0800 0113000  
[www.broadcast.com.br](http://www.broadcast.com.br)









**broadcast agro**

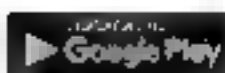
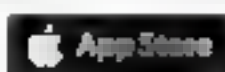
A melhor plataforma em TEMPO REAL para quem AGRONEGÓCIO

## CONHEÇA O BROADCAST AGRO!

- Cotações em tempo real das principais Bolsas do mundo
- Cobertura completa das commodities: soja, milho, trigo, café, açúcar, etanol, carne, algodão, cacau, entre outras.
- Gráficos e base histórica
- Preços físicos
- Fronte e line up
- Clima
- Integração de dados com sistemas proprietários



Disponível para smartphones e tablets



**ESTADÃO**

Grande São Paulo  
11 3856 3500  
Outras localidades  
0800 011 3000

www.broadcast.com.br

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO SEDUR  
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA – CONDER

**AVISO – LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 025/22 – CONDER**  
Abertura: 3/04/2022 às 09h 30m

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE VIA RUA JOSE DE ANCHIETA - CENTRO, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE ITAMARAÍ – BAHIA. O Edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados no site da CONDER (<http://www.conder.ba.gov.br>) no campo licitações, a partir do dia 23/03/2022

Salvador, BA, 2º de março de 2022  
Maria Helena de Oliveira Weber  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

**CONDER**  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

**Fortaleza**  
PREFEITURA

**AVISO DE ALTERAÇÃO NO HORÁRIO DA SESSÃO DE ABERTURA**

**PROCESSO:** TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2022  
**ORIGEM:** SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA – SEINF

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA E REESTRUTURAÇÃO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (IMPORTANTE BASE DE SEGURANÇA CIDADÃ, LOCALIZADA NO BAIRRO CENTRO, MUNICÍPIO DE FORTALEZA-CE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL, E SEUS ANEXOS)

**DO TIPO DE LICITAÇÃO:** MENOR PREÇO

**REGIME DE EXECUÇÃO:** EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

O Presidente da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES – CEL**, torna público, para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que a Sessão de Abertura da TP nº 006/2022 – SEINF prevista para ser realizada no dia 24 de março de 2022 às 09h00min, passará a ser realizada no mesmo dia 24 de março de 2022, às 13h00min, em sua sede na Avenida Heráclito Graça, nº 750, CEP: 60.140-060, Centro – Fortaleza-CE. Maiores informações encontram-se à disposição na Avenida Heráclito Graça, nº 750, Centro, CEP: 60.140-060, Fortaleza, Ceará ou através do e-mail [licita.cel@for.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licita.cel@for.fortaleza.ce.gov.br) – CEL

Fortaleza – CE, 21 de março de 2022  
HAMER SOARES RIOS  
Presidente da CEL

**Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão**

**Prefeitura de Belém**  
Secretaria de Planejamento e Gestão

**AVISO DE RETIFICAÇÃO E NOVA DATA**  
CONCORRÊNCIA Nº 01/2022 – SEURB – PROCESSO Nº 672/2021

A Comissão de Licitação designada pelo Decreto Municipal nº 101.889/2021, torna pública a RETIFICAÇÃO do Edital e NOVA DATA DE ABERTURA da CONCORRÊNCIA Nº 01/2022 conforme os dados abaixo:

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E URBANIZAÇÃO DA NOVA AVENIDA AUGUSTO MONTENEGRO, ENTRE O TERMINAL MANGUEIRÃO E O TERMINAL MARACACUERA, conforme projeto executivo e demais anexos do Edital de Licitação

**Modalidade de Licitação:** ABERTO

**Critério de Julgamento:** MENOR PREÇO GLOBAL

**Regime de Execução:** EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

Disponibilidade do Edital: <http://www.belm.pa.gov.br> e presencialmente mediante apresentação da mídia (DVD-R) para gravação gratuita, na CPL/PMB prédio Anexo da SEGEF, de 2ª a 6ª feira (dias úteis), das 9:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas

Entrega e abertura das propostas: As 09:00h (horário local) do dia 28/04/2022, Auditório da SEGEF, sito à Av. Governador José Malchuk, nº 2.110, Bairro de São Braz – Belém/PA, CEP 66060-230, Terço.

Belém/PA, 22 de março de 2022  
SILVIO NAZARENO LEAL COSTA  
Presidente da CPL/PMB  
Decreto nº 01.809/2021

**Fortaleza**  
PREFEITURA

**AVISO DE CONVOCAÇÃO**

**PROCESSO:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 128/2022  
**ORIGEM:** INSTITUTO DOUTOR JOSÉ PROTA – UF – SERVIÇO DE ALMOXARIFADO.

**OBJETO:** CONSTITUIR OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE CAMPOS, FORRÓ E FICHONHA DE MAÍO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO INSTITUTO DR. JOSÉ PROTA – UF, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES

**DO TIPO:** MENOR PREÇO

**DA FORMA DE FORNECIMENTO:** PARCELADO

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA – CLFOR**, torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que no dia 23 de março de 2022 a 05 de abril de 2022 até às 10h00min, (**Horário de Brasília**), estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão no Endereço Eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 05 de abril de 2022, às 09h00min, (**Horário de Brasília**) e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min, do dia 05 de abril de 2022. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações, Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060, Centro – Fortaleza-CE, no e-compras: <https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp>, no [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br), assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: <https://licitacoes.tce.ce.gov.br/>. Maiores informações pelo telefone: (85) 3452-3477 – CLFOR

Fortaleza – CE, 22 de março de 2022  
JOÃO MATHEUS CARNEIRO BEZERRA  
Pregoeiro(a) da CLFOR

**Fortaleza**  
PREFEITURA

**AVISO DE CONVOCAÇÃO**

**PROCESSO:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 127/2022  
**ORIGEM:** INSTITUTO DOUTOR JOSÉ PROTA – UF – SERVIÇO DE ALMOXARIFADO.

**OBJETO:** CONSTITUIR OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE PULSBRAS PARA IDENTIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE RISCOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO INSTITUTO DR. JOSÉ PROTA – UF, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES

**DO TIPO:** MENOR PREÇO

**DA FORMA DE FORNECIMENTO:** PARCELADO

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA – CLFOR**, torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que no dia 23 de março de 2022 a 05 de abril de 2022 até às 10h00min, (**Horário de Brasília**), estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão no Endereço Eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 05 de abril de 2022, às 09h00min, (**Horário de Brasília**) e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min, do dia 05 de abril de 2022. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações, Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060, Centro – Fortaleza-CE, no e-compras: <https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp>, no [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br), assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: <https://licitacoes.tce.ce.gov.br/>. Maiores informações pelo telefone: (85) 3452-3477 – CLFOR

Fortaleza – CE, 22 de março de 2022  
JOSÉ JESUS LÉDIO DE ALENCAR  
Pregoeiro(a) da CLFOR

**Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária**  
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica e da Audiovisual dos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e Distrito Federal, CNPJ nº 06.082.389/0001-30 – Assembleia Geral Ordinária – Edital de Convocação. Pelo presente edital, foram convocados todos os associados, queles e em pleno gozo de seus direitos sindicais, a participarem da **assembleia geral ordinária**, que será realizada no dia 30 de março de 2022, às 17:00hs em primeira chamada e às 17:30 horas com qualquer número de presentes, em sua sede social na Rua Coronel Afonso de Godoi, 2º B – 1ª andar, para deliberar e votar sobre a seguinte ordem do dia: a) prestação de contas do exercício 2021; b) apresentação e deliberação sobre prestação orçamentária para o ano de 2022, elaborada pelo diretor(a) e insubida pelo conselho fiscal. São Paulo, 23 de março de 2022 – Sônia Teresa Santana – Presidente

**EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO**  
**AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO**  
**LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 045/2022 – CSL/EMSERH**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 227.443/2021 – EMSERH**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde de Classificação A, B e E, com fornecimento de bandejas, em regime de comodato, para atender a demanda do Hospital de Barra do Corda, unidade administrada pela Emserh, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Edital.

**DATA DA SESSÃO:** ADIADA ATÉ ULTERIOR DELIBERAÇÃO, tendo em vista que os autores estão no setor técnico para manifestação acerca da impugnação apresentada.

**Local de Realização:** Sistema Licitações – [www.licitacoes-a.com.br](http://www.licitacoes-a.com.br)

Edital e demais informações estão disponíveis em [www.emserh.ma.gov.br](http://www.emserh.ma.gov.br) e [www.licitacoes-a.com.br](http://www.licitacoes-a.com.br). Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH localizada na Av. Florborema, Qd-18 nº 25, Bairro do Caiçua, São Luís/MA, no horário das 9h às 12h e das 14h às 18h, de segunda a sexta, pelos e-mails: [cs@emserh.ma.gov.br](mailto:cs@emserh.ma.gov.br) e [vincicius.licitacoes.emserh@gmail.com](mailto:vincicius.licitacoes.emserh@gmail.com), ou pelo telefone (98) 3235-7333.

São Luís (MA), 16 de março de 2022  
Vincicius Gouveias Diego Fontes  
Agente de Licitação da CSL/EMSERH

**Fortaleza**  
PREFEITURA

**AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PARA OS ITENS 13, 14, 18, 23, 24 E 25 (CANCELADOS NO JULGAMENTO)**

**PROCESSO:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 409/2021  
**ORIGEM:** INSTITUTO DOUTOR JOSÉ PROTA – UF – GERÊNCIA DE ATIVIDADES AUXILIARES – GEATA.

**OBJETO:** CONSTITUIR OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE MATERIAIS DE HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO (MOP PÓ, PÁ COLETORES E OUTROS), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES

**DO TIPO:** MENOR PREÇO

**DA FORMA DE FORNECIMENTO:** PARCELADO

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA – CLFOR**, torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que o(a) PREGÃO ELETRÔNICO Nº 409/2021 – UF foi declarada FRACASSADA PARA OS ITENS 13, 14, 18, 23, 24 E 25 (CANCELADOS NO JULGAMENTO) por ausência de licitantes classificados. Maiores informações através do email [licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br) ou pelo telefone: (85) 3452-3477

Fortaleza – CE, 22 de março de 2022  
ROMERO RAMONY HOLANDA LIMA MARINHO  
Pregoeiro(a) da CLFOR

**CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2022**

A Câmara Municipal de Belo Horizonte torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará, a partir das 10:00 horas do dia 05 de abril de 2022, pelo site: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de implantação de sistema de captação, transmissão, armazenamento e publicação de sinais de áudio e vídeo pela internet de forma híbrida com participantes no ambiente da CMH e remoto simultaneamente, em tempo real, incluindo a disponibilização de estrutura necessária, durante o prazo do contrato, em locais de instalação pré-determinados, no âmbito da Câmara Municipal de Belo Horizonte, conforme especificações, quantidades e ex-gebras estabelecidas no edital. O texto integral do edital, contendo todas as informações sobre o certame encontra-se à disposição dos interessados na Internet nos sites [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), disponibilizando-se para pesquisa o Código LASC nº 936, [www.cmhb.mg.gov.br](http://www.cmhb.mg.gov.br) (link: Transparencia>Licitações) onde poderão ser obtidos esclarecimentos adicionais. Fica-se que, conforme consta na Folha de Rosto do Edital, o presente pregão aplica-se à Lei Federal nº 0.520/2012 e Lei Federal nº 8.660/1993, à Lei Complementar Federal nº 237/2006 e à Portaria nº 14.477/2014.

Belo Horizonte, 22 de março de 2022  
FABIANA MIRANDA PRESTES  
Pregueira

**Fortaleza**  
PREFEITURA

**AVISO DE SUSPENSÃO**

**PROCESSO:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 097/2022  
**ORIGEM:** SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE – SMS.

**OBJETO:** CONSTITUIR OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE INSUMOS DIVERSOS E INSUMOS DE COLETA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA – SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

**DO TIPO:** MENOR PREÇO

**DA FORMA DE FORNECIMENTO:** POR DEMANDA

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA – CLFOR**, torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados que, por razões de ordem administrativa (ausência de tempo hábil para a resposta aos pedidos de esclarecimentos apresentada), o processo em epígrafe foi SUSPENSO. Maiores informações através do email [licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br)

Fortaleza – CE, 22 de março de 2022  
JOSÉ JESUS LÉDIO DE ALENCAR  
Pregoeiro(a) da CLFOR

**Fortaleza**  
PREFEITURA

**AVISO DE RETOMADA PARA O ITEM 12**

**PROCESSO:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 202/2021  
**ORIGEM:** SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE – SMS.

**OBJETO:** CONSTITUIR OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL, ANALGESICOS, HIPNÓTICOS E BLOQUEADORES NEUROMUSCULARES, PARA GARANTIA DO TRATAMENTO DOS PACIENTES ATENDIDOS NOS HOSPITAIS DA REDE MUNICIPAL DE FORTALEZA E NO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU – FORTALEZA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

**DO TIPO:** MENOR PREÇO

**DA FORMA DE FORNECIMENTO:** POR DEMANDA

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA – CLFOR**, torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que no dia 24 de março de 2022 às 10h00min, (**Horário de Brasília**) haverá a RETOMADA PARA O ITEM 12 no Endereço Eletrônico [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br). Maiores pelo email [licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br)

Fortaleza – CE, 22 de março de 2022  
JOSÉ JESUS LÉDIO DE ALENCAR  
Pregoeiro(a) da CLFOR









## Aviação Transporte do futuro

# Eve cria estrutura para ‘carro voador’

*Empresa da Embraer faz parcerias para montar ecossistema de um novo modelo de mobilidade aérea; a previsão é de que São Paulo tenha até 500 eVTOLs em 15 anos*

JULIANA ESTIGARRÍBIA

Os veículos elétricos de decolagem e pouso vertical (eVTOLs, na sigla em inglês), também conhecidos como “carros voadores”, são um conceito ainda distante da população. No entanto, para a Eve, subsidiária da Embraer criada exclusivamente para esse fim, o negócio já é tratado como uma realidade.

Além do desenvolvimento do veículo, a empresa já começou a fechar parcerias para criar um ecossistema de mobilidade aérea urbana e assim tornar o uso dos eVTOLs acessível, afirma o co-CEO da startup, André Stein, em entrevista ao *Estadão Broadcast*.

Na semana passada, a Eve formalizou um consórcio para desenvolver essas soluções em Miami, na Flórida. A ideia, segundo Stein, é desenvolver um modelo que possa ser usado para além do universo da empresa. A startup vem afinando uma ferramenta desenvolvida com o Massachusetts Institute of Technology (MIT) para modelar de forma detalhada qual seria a melhor malha para operação na cidade americana.



André Stein em simulador do eVTOL da Eve, na sede da startup

“Em Miami, chegamos a 88 rotas e 32 ‘vertipontos’ (locais destinados à operação dos eVTOLs). Estimamos que (a cidade de) São Paulo tenha quase o dobro desse potencial de mercado”, calcula Stein. “Estamos mapeando diversas cidades para criar uma planta baixa de como seria a operação e podemos aplicar esse conceito para várias comunidades.”

Segundo Stein, a cidade tem potencial para ter de 400 a 500 eVTOLs nos próximos 15 anos. “A ideia é trazer mais uma opção de mobilidade, mas não vamos ter uma mancha no céu.”

**HELIPONTOS.** A Eve está desenhando o eVTOL para caber nos helipontos atuais, mas com especificidades como estrutura de carregamento.

Há uma preocupação estratégica de que os “vertipontos” específicos precisem estar distribuídos nos melhores pontos das cidades, o que não acontece com os helipontos tradicionais.

De acordo com Stein, existem várias razões para o helicóptero não ter um grande nível de penetração, como custos de combustível e manutenção, além do ruído, que limita

## Voando alto

## 100 a 500

eVTOLs é a estimativa de mercado feita pela Eve para o segmento de carros voadores em São Paulo nos próximos 15 anos

## US\$ 1,5 bi

é a receita esperada pela empresa até 2030. A carteira de pedidos atinge 1,7 mil unidades. A Eve está em negociações para IPO em Nova York

a operação. “Nos últimos anos, a aviação comercial vem sendo democratizada, e a ideia é que o eVTOL chegue bem próximo (do custo) do transporte terrestre. A viagem vai ser acessível”, prevê.

A intenção é que o modelo do negócio seja parecido com o da aviação comercial e executiva, no qual uma empresa opera os aviões. “Com isso, o eVTOL fica automaticamente mais acessível. Com o avanço do trabalho remoto, por exemplo, esse conceito se torna mais interessante”, afirma o executivo.

**IPO.** Stein afirma que o cronograma para a abertura de capital (IPO, na sigla em inglês) da Eve está “dentro do planejado”, com as tratativas com a SEC (a Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos) indo “muito bem”.

A listagem da Eve em Nova York vai ocorrer por meio de uma combinação de negócios com a Zanite, empresa de propósito específico de aquisição (Spac, na sigla em inglês), com valor imputado de US\$ 2,4 bilhões. Após o IPO, a Embraer permanecerá como acionista majoritária. A estimativa de receita da Eve é de US\$ 4,5 bilhões (cerca de R\$ 22 bilhões) em 2030. A carteira de pedidos atuais é de 1.785 unidades.

Mas há desafios à frente. Concorrentes da Eve que abriram capital em Nova York no ano passado, como Archer e Joby, tiveram quedas acentuadas de suas ações em meio às incertezas do mercado global, com o investidor buscando opções mais tradicionais.

Em relatório publicado no início do mês, os analistas do Citi Stephen Trent, Brian Roberts e Filipe Nielsen demonstraram ceticismo em relação ao IPO planejado pela Eve e a sua estimativa de receita. ■

## COLUNA SECOVIS

A CASA DO MERCADO IMOBILIÁRIO

Imprensa Publicitária

Jornalista Responsável: Sílvia Carneiro MTB 19.666

Ano 40 - Nº 1049 - 22 de março 2022

secovis.com.br

## O instrumento que faltava

**Modelo traz segurança à atuação público-privada no combate ao déficit habitacional**

O déficit habitacional se constitui em necessidade passiva social. Exigem camadas para a tipologia oferta de moradia de forma célere e eficaz. Um dos mais importantes deles é o Fomento Privado para Habitação Social (FPP).

Este moderno instrumento de política pública proporciona um ambiente de produtividade e segurança para a iniciativa privada ofertar Habitações de Interesse Social (HIS) a famílias mais vulneráveis.

Exemplo concreto desse modelo é o programa Nossa Casa, da Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo, o qual, nas suas diversas modalidades, deverá gerar mais de 60.000 unidades de HIS em vários municípios paulistas, priorizando o atendimento a famílias com renda de até três salários mínimos.

O programa contempla, dentre outras, a modalidade “Preço Social”. Os municípios apresentam terrenos públicos para que as empresas desenvolvam empreendimentos residenciais a preços reduzidos àquela faixa de renda e a aquisição é facilitada com subsídios para o valor da entrada e a redução do sa-  
do a financiar.

Um dos princípios do FPP é que a produção dos empreendimentos ocorra, preferencialmente, em



Pituna Prando, coordenador do Programa Nossa Casa e ex-vice-presidente da Secovi-SP

regiões centrais das cidades, onde há infraestrutura instalada (escolas, postos de saúde, transporte etc.) e maior disponibilidade na oferta de emprego próximo à residência.

Por não se basear num contrato específico para uma operação, mas em um programa voltado para múltiplas operações (cujos recursos orçamentários são dirigidos exclusivamente às famílias, na forma de subsídios), o instrumento não se submete à atual legislação federal e estadual das PPPs. Entretanto, também pode ser alinhado com elas, sobretudo para viabilizar operações estruturadas de maior porte, especialmente no segmento de locação social.

Assim, uma solução eficaz para ampliar o acesso a um teto digno e reduzir a desigualdade social.

Uma solução  
eficaz para  
ampliar o acesso  
a um teto digno



LEIA MAIS

## Motos elétricas Negócio de R\$ 10,5 mi

# Multilaser anuncia compra da Watts

TALITA NASCIMENTO

A Multilaser anunciou a aquisição da Watts Mobilidade Elétrica, startup fundada em 2018 que opera como uma montadora de veículos de duas rodas movidos a energia elétrica. O investimento será de R\$ 10,5 milhões, e a intenção é não apenas adentrar num novo segmento de produtos, mas também ganhar novos modelos de pontos de venda.

Com a compra, a Multilaser deve se tornar a primeira montadora de veículos 100% elétricos na Zona Franca de Manaus. A empresa também deve ampliar a capilaridade comercial e de assistência técnica da Watts. Hoje, a startup adquirida tem

uma rede de sete lojas próprias e 15 concessionárias em 10 Estados e no Distrito Federal.

Os modelos da startup tem Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito (CAT), o que possibilita o registro e o licenciamento de veículos nos órgãos executivos de trânsito de todos os Estados.

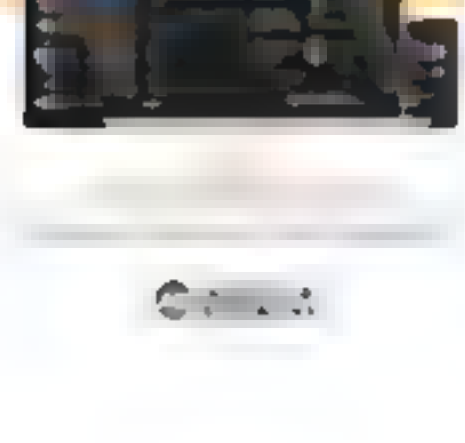
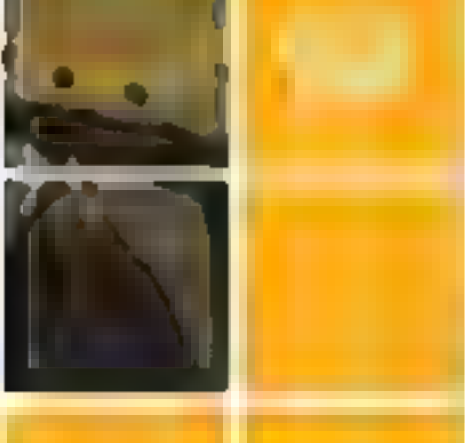
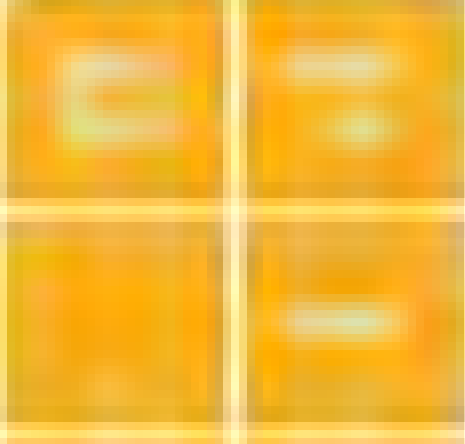
**INTEGRAÇÃO.** Segundo André Poroger, vice-presidente de Produto da Multilaser, há potencial de adoção desse veículo por profissionais e empresas que atuam no setor logístico, de locação de veículos, bem como aplicativos de entrega de refeições.

A nova controlada Watts deve se integrar à Multilaser também com oferta de produtos no conceito de “loja dentro da loja” (store in store). ■



**broadcast**  
político

Por dentro  
da política  
Brasileira



**SESI**  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Departamento Regional de São Paulo do Serviço Social da Indústria - SISP comunica a abertura da licitação

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2022**  
Objeto: Aquisição de uniformes profissionais  
Sessão de disputa de preços (lances): 5 de abril de 2022 às 9h30  
Retirada do edital: a partir de 23 de março de 2022 através do portal [www.sesisp.org.br](http://www.sesisp.org.br) ou [portal.compras.gov.br](http://portal.compras.gov.br)  
Participação no pregão eletrônico: exclusivamente para internet, no endereço [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)

**SINDCOR**  
Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo

em 1ª (primeira) convocação, a todos os membros do Sindicato, a Rua Gomes de Carvalho, 629 - 13º andar - Sala 01 - São Paulo/SP para discussão dos temas da Ordem do Dia: I - Análise e aprovação das demonstrações financeiras, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021; II - Outros assuntos de interesse geral. Caso não haja número legal para sua instalação, a mesma será realizada em 2ª (segunda) convocação às 19h30hs, com qualquer número de presentes, informamos que as respectivas atas e demais documentos produzidos pela SINDCOR Auditores Independentes, encontram-se à disposição dos associados desde 23/03/2022. Atendimento: Carlos Amado Borges de Sousa - Presidente.

**SINDIVAL**  
Sindicato das Empresas Distribuidoras de Materiais e Valores Mobiliários, em Estado de São Paulo

em 1ª (primeira) convocação, a todos os membros do Sindicato, a Rua Gomes de Carvalho, 629 - 13º andar - Sala 01 - São Paulo/SP para discussão dos temas da Ordem do Dia: I - Análise e aprovação das demonstrações financeiras, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021; II - Outros assuntos de interesse geral. Caso não haja número legal para sua instalação, a mesma será realizada em 2ª (segunda) convocação às 19h30hs, com qualquer número de presentes, informamos que as respectivas atas e demais documentos produzidos pela SINDIVAL Auditores Independentes, encontram-se à disposição dos associados desde 23/03/2022. Atendimento: Carlos Amado Borges de Sousa - Presidente.

**FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA**  
ADJUDICAÇÃO - COMPRAS PRIVADAS

FFM 0063-2022-00 (RC 1124) NIKON KOHLEN BRASIL INP EXP E COM DE EQUIP MED LTDA, R\$70.000,00; FFM 0062-2022-00 (RC 35.036) THERMOFMP REFRIG MEDICA LAB E ASSIST LTDA, R\$ 41.163,38; FFM 0091-2022-00 (RC 35.036) CAMPAÑA, R\$ 35.036,38; FFM 0178-2022-00 (RC 35.036) CAMPAÑA, R\$ 35.036,38; FFM 0187-2022-00 (RC 35.036) CAMPAÑA, R\$ 35.036,38.

**PREFEITURA DA ESTANCIA HIDROMINERAL DE POA**  
EDITAL Nº 005/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - PROCESSO Nº 11.170.202

Convocação de empresa especializada para aquisição de eletrodomésticos, eletroeletrônicos e equipamentos de informática, destinados a utilização pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

**ABERTURA:** 04 de abril de 2022, às 10h00 horas. A Prefeitura Municipal da Estância Hidromineral de Poa.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ**  
Aviso de Licitação

PE Nº 006/2022; PA 22/1/2022 Objeto: Fornecimento de bomba de insulina e insulinas ROGHED destinados ao atendimento de demandas judiciais. Abertura: 05/04/2022 às 14h00hs.

PE Nº 011/2022; PA 11/04/2022 Objeto: Fornecimento de materiais e insumos diversos para atendimento de demandas judiciais.

**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
AVISO DE SUSPENSÃO

O Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, a pedido do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, suspendeu o exercício profissional do médico DANNY CESAR GABRIEL DE OLIVEIRA JAMES, inscrito no CRM/SP sob o número 1773 e CRM/SP sob o número 52.787, encontrando-se suspenso, podendo o mesmo exercer a medicina em sua plenitude até decisão judicial final.

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA CONJUNTAS**

em 1ª (primeira) convocação, a todos os membros do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, a Rua Gomes de Carvalho, 629 - 13º andar - Sala 01 - São Paulo/SP para discussão dos temas da Ordem do Dia: I - Análise e aprovação das demonstrações financeiras, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021; II - Outros assuntos de interesse geral. Caso não haja número legal para sua instalação, a mesma será realizada em 2ª (segunda) convocação às 19h30hs, com qualquer número de presentes, informamos que as respectivas atas e demais documentos produzidos pela SINDIVAL Auditores Independentes, encontram-se à disposição dos associados desde 23/03/2022. Atendimento: Carlos Amado Borges de Sousa - Presidente.

**SEGUROS SURA S.A.**  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Departamento Regional de São Paulo do Serviço Social da Indústria - SISP comunica a abertura da licitação

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2022**  
Objeto: Aquisição de uniformes profissionais  
Sessão de disputa de preços (lances): 5 de abril de 2022 às 9h30  
Retirada do edital: a partir de 23 de março de 2022 através do portal [www.sesisp.org.br](http://www.sesisp.org.br) ou [portal.compras.gov.br](http://portal.compras.gov.br)  
Participação no pregão eletrônico: exclusivamente para internet, no endereço [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)

**SEGUROS SURA S.A.**  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Departamento Regional de São Paulo do Serviço Social da Indústria - SISP comunica a abertura da licitação

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2022**  
Objeto: Aquisição de uniformes profissionais  
Sessão de disputa de preços (lances): 5 de abril de 2022 às 9h30  
Retirada do edital: a partir de 23 de março de 2022 através do portal [www.sesisp.org.br](http://www.sesisp.org.br) ou [portal.compras.gov.br](http://portal.compras.gov.br)  
Participação no pregão eletrônico: exclusivamente para internet, no endereço [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJÁ**  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2022 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA COBERTURA DE SEGURO TOTAL CONTRA ROUBO, COLISÃO, INCÊNDIO, DANOS CORPORAIS, DANOS MATERIAIS, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Disputa: dia 05/04/2022 às 10h00 horas

Edital nº 022/2022, através do site [www.bonnelicitacoes.com.br](http://www.bonnelicitacoes.com.br) e também através do site oficial do Município [www.prefeituradearujá.sp.gov.br](http://www.prefeituradearujá.sp.gov.br). Maiores informações pelo telefone (11) 4652-7609 Departamento de Compras

**Prefeitura Municipal de Arujá, 22 de março de 2022**

**XS3 Seguros S.A.**  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Departamento Regional de São Paulo do Serviço Social da Indústria - SISP comunica a abertura da licitação

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2022**  
Objeto: Aquisição de uniformes profissionais  
Sessão de disputa de preços (lances): 5 de abril de 2022 às 9h30  
Retirada do edital: a partir de 23 de março de 2022 através do portal [www.sesisp.org.br](http://www.sesisp.org.br) ou [portal.compras.gov.br](http://portal.compras.gov.br)  
Participação no pregão eletrônico: exclusivamente para internet, no endereço [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)

**Ferreira Gomes Energia S.A.**  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Departamento Regional de São Paulo do Serviço Social da Indústria - SISP comunica a abertura da licitação

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2022**  
Objeto: Aquisição de uniformes profissionais  
Sessão de disputa de preços (lances): 5 de abril de 2022 às 9h30  
Retirada do edital: a partir de 23 de março de 2022 através do portal [www.sesisp.org.br](http://www.sesisp.org.br) ou [portal.compras.gov.br](http://portal.compras.gov.br)  
Participação no pregão eletrônico: exclusivamente para internet, no endereço [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)

**XS3 Seguros S.A.**  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Departamento Regional de São Paulo do Serviço Social da Indústria - SISP comunica a abertura da licitação

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2022**  
Objeto: Aquisição de uniformes profissionais  
Sessão de disputa de preços (lances): 5 de abril de 2022 às 9h30  
Retirada do edital: a partir de 23 de março de 2022 através do portal [www.sesisp.org.br](http://www.sesisp.org.br) ou [portal.compras.gov.br](http://portal.compras.gov.br)  
Participação no pregão eletrônico: exclusivamente para internet, no endereço [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)

**TIVIT Tercelização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.**  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Departamento Regional de São Paulo do Serviço Social da Indústria - SISP comunica a abertura da licitação

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2022**  
Objeto: Aquisição de uniformes profissionais  
Sessão de disputa de preços (lances): 5 de abril de 2022 às 9h30  
Retirada do edital: a partir de 23 de março de 2022 através do portal [www.sesisp.org.br](http://www.sesisp.org.br) ou [portal.compras.gov.br](http://portal.compras.gov.br)  
Participação no pregão eletrônico: exclusivamente para internet, no endereço [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)

**ITAÚSA S.A.**  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Departamento Regional de São Paulo do Serviço Social da Indústria - SISP comunica a abertura da licitação

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2022**  
Objeto: Aquisição de uniformes profissionais  
Sessão de disputa de preços (lances): 5 de abril de 2022 às 9h30  
Retirada do edital: a partir de 23 de março de 2022 através do portal [www.sesisp.org.br](http://www.sesisp.org.br) ou [portal.compras.gov.br](http://portal.compras.gov.br)  
Participação no pregão eletrônico: exclusivamente para internet, no endereço [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)



TALITA NASCIMENTO, GYNTHIA DECLERDT E LUISA LAVALCRISTIANE BARBIERI (edição)

TWITTER: @COLUNABROADCAST  
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM

## Coluna do Broadcast

## Empresários pressionam governo contra importação da China por pessoa física

Uma comitiva composta por Luciano Hang, dono da varejista Havan, o CEO da Multilaser, Alexandre Ostrowiecki e outros representantes de empresas que importam produtos da China levou à Presidência da República, ao alto escalão do governo e a senadores denúncias contra plataformas estrangeiras que trazem produtos para pessoas físicas no Brasil, prática conhecida como “cross border”. Em apresentação com o aviso de “material sigiloso” e de nome “Contrabando Digital”, são citadas as empresas AliExpress, Wish, Shein, Shopee e Mercado Livre. Instituições da indústria, que dizem há anos sofrer com concorrência desleal de importados, juntaram forças e fizeram o assunto chegar também à Procuradoria Geral da República (PGR).

## Ideia é tributar na hora da compra

O material, apresentado ao ministro da Economia, Paulo Guedes, e ao presidente Jair Bolsonaro, descreve um suposto modelo de operação ilegal nas plataformas de “cross border”. O desejo é mudar normas tributárias, para que sejam pagos impostos na hora da compra e não quando o produto entra no País.

## Movimento teria mais interessados

Articuladas pelo presidente da Abrinq (associação de fabricantes de brinquedos), Synésio da Costa, as entidades industriais viram a iniciativa como positiva para fortalecer a pauta. Há interesse ainda de associações como o Instituto para o Desenvolvimento do Varejo e de empresas que citam distorções tributárias.

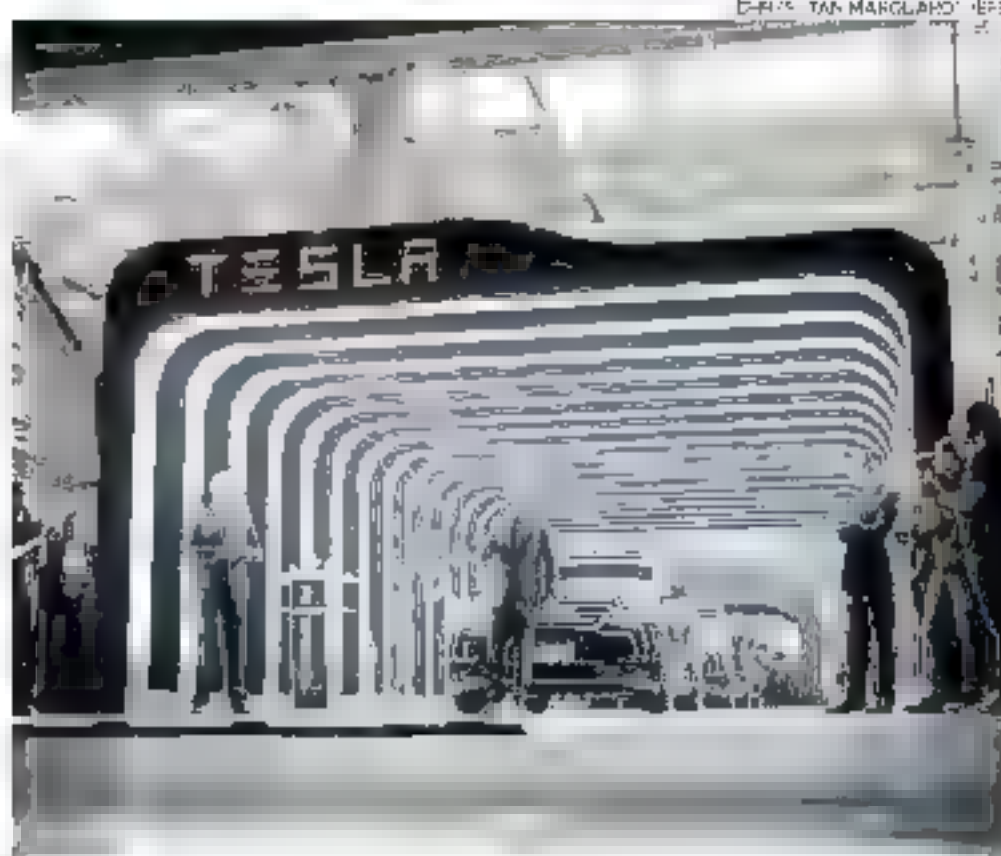
● **DRIBLE.** Essas instituições enviaram ofício à PGR com as denúncias e anexaram a ele a própria apresentação levada pelos empresários ao governo. O material cita o que chamam de “construção de engenharia de como burlar a Receita” que seria adotada pelas plataformas.

● **AMOSTRA.** Um dos documentos sugere o subfaturamento de notas fiscais e a reetiquetagem na Suécia, como tentativa de burlar a fiscalização. O grupo afirma que apenas 2% dos

500 mil pacotes que chegam a fiscalização alfandegária, são de fato checados.

● **REGISTRADO.** O material reproduz telas de anúncios dos e-commerces e supostas notas subfaturadas, além de comentários de clientes com dicas de como driblar a fiscalização. Segundo as denúncias, vendedores e compradores usam esses artifícios para se enquadrar em uma transação para a qual a Receita Federal não cobra impostos. No geral, são isentas as encomendas de

## GIGAFACTORY



Chanceler Olaf Scholz discursa ao lado de Elon Musk em inauguração, ontem, de fábrica da Tesla em Grunheide, na Alemanha

até US\$ 50. Mas o benefício só é concedido se a remessa ocorrer entre duas pessoas físicas, sem fins comerciais.

● **DENÚNCIA.** A queixa levada a PGR relata não só a importação para fins comerciais, como a venda posterior dos produtos em shoppings virtuais com operação local. Nessa segunda parte, as atenções se voltam ao Shopee e ao Mercado Livre, acusados de não se responsabilizarem sobre a origem dos produtos vendidos e de permitirem que pessoas físicas façam vendas, sem emitir nota fiscal.

● **PALAVRA 1.** Em nota, o Shopee diz que não foi notificado, afirma estar em conformidade com as leis locais e de cobrar que os vendedores também estejam. “Em nossa sede em São Paulo, e ao redor do País, nossas equipes locais atendem a mais de 1 milhão de vendedores brasileiros registrados”, afirma a nota.

● **PALAVRA 2.** No Mercado Livre também é possível vender como pessoa física, mas o diretor jurídico, Ricardo Lagreca, diz que, quando esse vendedor atinge um determinado nível

de vendas diárias, ele precisa abrir um CNPJ e emitir notas fiscais. Para ter certeza de que isso vai acontecer, a empresa exige que, a partir daí, suas entregas sejam feitas pelo serviço de logística da plataforma.

● **PALAVRA 3.** Em nota, a AliExpress diz que “respeita as leis locais de cada país em que atua.” Informa ainda que monitora o cumprimento das regras impostas a vendedores e que a violação das normas implica a sua suspensão e exclusão definitiva da plataforma. “O ingresso em nossa plataforma exige que o vendedor possua CNPJ, emita nota fiscal em todas as vendas efetuadas” Proclama, Wish e Shein não responderam a reportagem.

● **OPOSTO.** Com a segunda maior rede de agências do País, atrás só do Banco do Brasil, a cooperativa Sicoob fechou 2021 com carteira de crédito de R\$ 120 bilhões, 35,5% mais que em 2020. O Sicoob Ultrapassou o Bradesco em agências e ficou próximo do BB no primeiro trimestre de 2022. Parte do avanço é reflexo do movimento dos grandes bancos, de cortar agências e postos de atendimento.

## SOBE

## Setor de tecnologia sobe com juro e busca por risco



O maior apetite por risco e a percepção pelo mercado - após divulgação da ata do Comitê de Política Monetária do Banco Central - de que o ciclo de alta de juros no Brasil está perto do fim sustentaram os papéis dos ativos ligados à tecnologia na B3. Banco Inter subiu 6,18% ontem e Meluz ON teve alta de 6,05%. Positivo, que divulgou os resultados após o fechamento do mercado, avançou 5,10%.

## DESCE

## Mineração recua por preço na China e mercado de aço



Após subirem na véspera, as ações do setor de mineração caíram ontem na B3 pressionadas pelo recuo do minério de ferro na China e pela redução de 8,7% nas compras dos distribuidores de aço em fevereiro, segundo dados do Imda, instituto do setor. Os papéis da Vale recuaram 2,24%, e os da Bradespar, seu acionista, 1,81%. CSN caiu 1,33%, Gerdau e Gerdau Metalúrgica recuaram 1,68% e 1,47%, respectivamente.

## BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 117.272,44 PTS. | Dia 0,96% | Mês 3,65% | Ano 11,88%

## MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	BS	Var. %	Reg.
AMERICANAS ON NM	18,32	6,6	28.552
ENVA ON NM	14,32	6,63	40.071
BRANCO INTER ONT	10,07	6,18	41.335

## MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

	VAL. ON NM	Var. %	Reg.
VAL. ON NM	36,69	-2,24	10.762
BR. ON NM	15,18	-1,81	10.074
BR. ON NM	15,18	-1,81	10.074

## TRIBUTOPOLÍMICAPOSUPANCA SELIC (%)

	12/21	12/20	12/19	12/18
12/21	0,0751	0,0695	0,07	0,0701
12/20	0,0751	0,0695	0,07	0,0701
12/19	0,0751	0,0695	0,07	0,0701

## Paralelo: Dólar, Mês, Ano %

	Paralelo	Dólar	Mês	Ano %
NOTA YORK ON	24,00740	0,75	2,70	-4,21
PARALELO ON	24,00740	0,75	2,70	-4,21
PARALELO ON	24,00740	0,75	2,70	-4,21

## Resumo do Orçamento (%)

	Resumo	Orçamento	%
PCB	15,00000	1,00	6,67
PCB	15,00000	1,00	6,67
PCB	15,00000	1,00	6,67

## Indicador de reajuste do aluguel (Márgem)

	Indicador	Reajuste	Márgem
REAJ. ALUG.	1,00	1,00	100,00
REAJ. ALUG.	1,00	1,00	100,00
REAJ. ALUG.	1,00	1,00	100,00

## INFLAÇÃO (%)

	Índice	Jan/21	Fev/21	Mar/21	Q1/21
IPC (B3)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
IPC (B3)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
IPC (B3)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

## Indicador de reajuste do aluguel (Márgem)

	Indicador	Reajuste	Márgem
REAJ. ALUG.	1,00	1,00	100,00
REAJ. ALUG.	1,00	1,00	100,00
REAJ. ALUG.	1,00	1,00	100,00

## Indicador de reajuste do aluguel (Márgem)

	Indicador	Reajuste	Márgem
REAJ. ALUG.	1,00	1,00	100,00
REAJ. ALUG.	1,00	1,00	100,00
REAJ. ALUG.	1,00	1,00	100,00

## INSS - COMPETÊNCIA MARÇO

	Trabalhador assalariado e doméstico	Alíquota
Salário de contribuição	ATF R\$ 11,00	5%
DE 2020 ATE R\$ 7.627,35		8%
DE R\$ 7.627,36 ATE R\$ 15.254,70		10%
DE R\$ 15.254,71 ATE R\$ 30.509,40		12%

## Análise de risco

	Análise	Risco
ANÁLISE DE RISCO	1,00	1,00
ANÁLISE DE RISCO	1,00	1,00
ANÁLISE DE RISCO	1,00	1,00

## Análise de risco

	Análise	Risco
ANÁLISE DE RISCO	1,00	1,00
ANÁLISE DE RISCO	1,00	1,00
ANÁLISE DE RISCO	1,00	1,00

## AGRICULTAS - MERCADO FUTURO

	Var. %	Var. %	Var. %	Var. %
AGRICULTAS	1,00	1,00	1,00	1,00
AGRICULTAS	1,00	1,00	1,00	1,00
AGRICULTAS	1,00	1,00	1,00	1,00

## AGRICULTAS - MERCADO FUTURO

	Var. %	Var. %	Var. %	Var. %
AGRICULTAS	1,00	1,00	1,00	1,00
AGRICULTAS	1,00	1,00	1,00	1,00
AGRICULTAS	1,00	1,00	1,00	1,00

## AGRICULTAS - MERCADO FUTURO

	Var. %	Var. %	Var. %	Var. %
AGRICULTAS	1,00	1,00	1,00	1,00
AGRICULTAS	1,00	1,00	1,00	1,00
AGRICULTAS	1,00	1,00	1,00	1,00

## MOEDAS E COMMODITIES

	Moeda	Var. %	Var. %	Var. %	Var. %
MOEDAS	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
MOEDAS	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
MOEDAS	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

## MOEDAS E COMMODITIES

	Moeda	Var. %	Var. %	Var. %	Var. %
MOEDAS	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
MOEDAS	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
MOEDAS	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

## MOEDAS E COMMODITIES

	Moeda	Var. %	Var. %	Var. %	Var. %
MOEDAS	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
MOEDAS	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
MOEDAS	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00



## Consórcio leva concessão de Parque do Iguaçu com oferta de R\$ 375 mi

[illegible]

## ENTAILMENTS




**Maurício Benvenutti**

mauricio@startse.com

## A metáfora da ponte Choluteca

Vou lhe contar uma história: você conhece a ponte Choluteca? Com 484 metros de comprimento sobre o rio Choluteca, ela é localizada em uma área de Honduras conhecida por enfrentar tempestades e furacões. Em 1996, sua construção foi aprovada desde que fosse capaz de resistir às severas condições da região. Uma empresa japonesa foi contratada, e a estrutura ganhou forma, repleta de força para suportar as adversidades da natureza. Em 1998, ao ser aberta ao público, ela se tornou um motivo de alegria e orgulho ao país.

Pouco depois, em outubro

do mesmo ano, o furacão Mitch atingiu Honduras. Choveu em 4 dias o volume esperado para 6 meses. Foi uma devastação total. O rio Choluteca encheu tanto que alagou a região inteira. Cerca de 7 mil pessoas morreram. O então presidente do país estimou que a catástrofe retrocedeu a economia nacional em 50 anos.

Diversas pontes de Honduras foram destruídas, mas a nova Ponte Choluteca permaneceu íntegra, imponente, sem ser afetada. Porém, havia um problema. Enquanto a estrutura estava intacta, a estrada que levava até a ponte desapareceu nos dois lados.

Não havia sinal de que antes passava uma rodovia ali. Além disso, a enchente foi tão violenta que acabou forçando o rio Choluteca a mudar de curso e criar um novo canal.

**Cada ser humano precisa ser um eterno aprendiz e se qualificar para não ficar para trás**

Após a cheia, ele passou a correr ao lado da ponte, sem passar mais embaixo dela.

Enquanto a obra foi resistente o suficiente para sobrevi-

ver ao furacão, ela virou uma construção sobre o nada, sem levar ninguém a lugar algum.

Já faz tempo que li um texto do escritor Prakash Iyer sobre isso, mas a história continua atual. A ponte Choluteca é uma metáfora do que pode acontecer com sua carreira ou negócio se você não se adaptar ao longo dos anos. Afinal, as coisas mudam. Assim como um rio foi capaz de mudar de curso e inutilizar uma ponte, o tempo também pode mudar de rota e dispensar as competências que você possui.

No dia a dia, há situações difíceis de prever. Desastres naturais, crises globais, fenôme-

nos inesperados... Eventos assim acontecem e exigem mudanças rápidas. Nos negócios, novos concorrentes nascem, cópias das suas soluções aparecem, profissionais invadindo o seu espaço surgem o tempo todo. Não faltam motivos para você atualizar seus conhecimentos e aperfeiçoar constantemente o que já sabe.

É por isso que cada ser humano precisa ser um eterno aprendiz. Não existe mais exatidão no mundo. Ou você estuda e se requalifica durante a vida toda, ou ficará para trás. ●

É SÓCIO DA PLATAFORMA PARA STARTUPS STARTSE

SEU: Luiz Carlos Trabuco Cappi (quintzenalmente) ■ TER: Ana Carolina Abrão, Pedro Fernando Nery e Diego Botelho (quintzenalmente) ■ QUA: Fabrício Allyn ■ QRL: Adriana Fernandes ■ SEX: Elena Landau e Laura Karpurka (sexta-feira, quintzenalmente) ■ SÁB: Adriano Fernandes ■ DOM: José Roberto Mendonça de Barros (quintzenalmente) e Afonso Celso Pastore (quintzenalmente) ■ Paulo Leme (2º domingo do mês), Roberto Rodrigues (2º domingo do mês), Albert Fishlow (3º domingo do mês) e Gustavo Franco (último domingo do mês)

'Unicórnios' Próximos passos

# Cofundador do Rappi tem nova startup de pagamentos

Juan Pablo Ortega agora comanda a Yuno, fintech que levantou US\$ 10 mi e quer integrar métodos de pagamentos no 'e-commerce'

BRUNO ROMANI

Fundado em 2015, o Rappi é uma das principais histórias de sucesso entre as startups da América Latina. Presente em nove países da região, a companhia atingiu o status de "unicórnio" (ou seja, foi avaliada acima de US\$ 1 bilhão) em 2018 — hoje, já vale US\$ 5,25 bilhões (R\$ 25,8 bilhões). Para um dos fundadores da companhia colombiana, porém, chegou a hora de virar a página.

Juan Pablo Ortega trocou o dia a dia em uma gigante da região pela empolgação de criar uma nova startup. Há dois meses, ele fundou a Yuno, que visa oferecer um sistema de integração e gerenciamento de métodos de pagamentos. Na empreitada, Ortega juntou forças com Julian Nuñez, um dos primeiros funcionários do Rappi.

"A história da Yuno começou há seis anos, quando estávamos trabalhando para integrar métodos de pagamentos na região e descobrimos o problema: esse é um mercado fragmentado, com um alto grau de complexidade. Em dezembro, decidimos fundar a companhia", diz Nuñez ao *Estado*.

A história de ambos no Rap-



Com a Yuno, Ortega (E) e Nuñez decidiram desenvolver sistema de pagamentos fora do Rappi

pi indica uma decisão bastante lógica. Ortega esteve à frente da construção do sistema de pagamentos da companhia, além de ajudar a estruturar o RappiBank, braço financeiro da startup. Já Nuñez comandou a divisão de comércio eletrônico da empresa e trabalhou na solução de check-out em um clique do aplicativo.

Do ponto de vista do mercado, o caminho seguido pelos

executivos também parece fazer sentido. "O mercado de pagamentos é muito ineficiente, além de ter muitas especificidades regulatórias. Há muitas possibilidades para novos entrantes", afirma Gilberto Sarfati, professor da FGV.

Os investidores também indicam que acreditam na proposta. Com apenas dois meses, a Yuno levantou US\$ 10 milhões em sua primeira roda-

da de aportes — o valor é superior ao que muitas startups conseguem mais adiante no ciclo de desenvolvimento. Entre os investidores estão nomes de peso: Kaszek, Monashees, Nazca, Latitud, OneVC e Opera Ventures. Simón Borrero, cofundador do Rappi, também fez parte do aporte.

**CLIENTES.** Além do aporte importante, a Yuno também co-

meça com um cliente de peso: a própria Rappi. "Parte da nossa solução foi desenvolvida quando ainda estávamos na Rappi. Mas eles não a terminaram e, provavelmente, nunca a terminarão. Faz mais sentido que uma outra companhia desenvolva a solução", explica Nuñez. Entre os recursos que a Yuno poderá oferecer ao Rappi está a capacidade de aceitar pagamentos por Pix.

**'PÔNER'** O movimento de Ortega indica uma tendência nova na América Latina: fundadores dos primeiros unicórnios da região partem para a próxima startup. Além dele, Ariel Lambrecht, fundador da 99, anunciou a criação de uma nova companhia, a Mara.

"Essa é uma tendência que ocorreu nos EUA no começo dos anos 2000, quando os primeiros funcionários do PayPal saíram para fundar suas companhias. Isso começou a acontecer somente agora na nossa região. A ideia de empreendedorismo ainda é muito nova aqui", conta Ortega.

É uma indicação do atual estágio do ecossistema latino-americano. "Para muitos empreendedores, existe uma busca pessoal por novos desafios. Além disso, é necessário que exista uma receptividade do ambiente por novas startups. O atual movimento mostra maturidade do ecossistema. Isso não é algo trivial", afirma Guilherme Fowler, professor de inovação do Insper.

Agora Ortega espera repetir a história de sucesso com a Yuno. "Quando você tem os investidores, o apoio e o contexto, tudo é possível. Essa é a principal coisa que aprendi no Rappi, mais do que sobre marketing ou sobre como crescer uma empresa", diz. ●















## TRISUL S.A. - CNPJ nº 06.811.843/0001-27

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 10. Investimentos: 10.1 Composição e informações financeiras resumidas das controladas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 10.1.1 Controladas e coligadas diretamente

Sociedade	% Participação		12/2021		12/2020		12/2021		12/2020	
	Total	Direta	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado líquido do exercício	Resultado líquido do exercício	Resultado líquido do exercício
Incasul Incorporação e Construção Ltda	100,00	100,00	100,00	25.552	49.583	75.985	28.388	425	109	8.129
Tecury Construções e Participações Ltda	100,00	100,00	100,00	109.301	53.750	50.011	162.645	5.008	4.368	4.5
Jardim Amarelo Empreend Imob. Ltda	60,00	50,00	50,00	8.075	4.531	1.544	64.715	29.932	589	37.388
Retro Empreend. Imob. Ltda	55,00	55,00	55,00	318	307	9	5	18	(156)	(3.21)
Roberto Vili Empreend. Imob. Ltda	80,00	80,00	80,00	174	111	53	149	(61)	(85)	18
Ribeirão III Empreend. Imob. Ltda	80,00	80,00	80,00	1.722	12	1.710	1.870	—	(180)	(1.81)
J. Rodrigues Empreend. Imob. Ltda	50,00	50,00	50,00	8.212	314	2.898	10.037	12	581	881
Ribeirão Golf Empreend. Imob. Ltda	80,00	80,00	80,00	1.279	1.214	85	145	(1.674)	(3.221)	(3.057)
Imoleve Alpha Empreend Imob. Ltda	40,00	40,00	40,00	5.005	74	4.931	5.192	—	(221)	(273)
Trisul Vendas Corporativas em Imóveis Ltda	100,00	100,00	100,00	500	482	36	—	—	12	(463)
Rennas Empreend. Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	217	15	202	9.887	1.0	152	(241)
Residera Empreend. Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	102	73	29	40	—	(531)	(422)
Vigent São Caetano Empre. Imob. Ltda	50,00	50,00	50,00	1.289	686	589	682	—	(8)	(30)
Boulevard Parque Empreend. Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	283	82	181	864	—	(883)	(274)
Vera Incorporadora Ltda	70,00	70,00	70,00	389	4	388	429	—	(40)	(82)
Alvise Empreend. Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	42	—	42	248	—	(203)	(70)
Calendula Empreend. Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	689	612	47	848	—	(1.189)	(2.031)
Imoleve Vila Mascote Empreend Imob. Ltda	75,00	75,00	75,00	1.064	9	1.055	1.055	—	(4)	(28)
Donagel Empreendimentos Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	486	14	472	2.860	—	12	(254)
J. Timora Empreendimentos Imob. Ltda	50,00	50,00	50,00	20.431	207	20.224	20.537	88	(282)	4.815
Helmond Empreendimentos Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	30	19	31	3.057	—	(9)	(10)
Regmond Empreendimentos Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	18.259	258	18.011	20.818	3.218	1.487	(2.085)
Tenório Empreendimentos Imob. Ltda	50,00	50,00	50,00	129	48	81	10	—	(20)	(24)
Sociedade Incorpor. Calândia Sul S.A.	75,00	75,00	75,00	458	400	56	540	137	(1.181)	(351)
Sociedade Incorporadora Sandro S.A.	75,00	75,00	75,00	2.478	2.189	389	481	—	(1.176)	(759)
Monika Empreend. Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	188.001	48.872	138.129	102.935	100.259	51.728	31.280
Imoleve Ocaso Empreend Imob. Ltda	71,48	71,43	50,00	1.086	141	945	961	—	(18)	(129)
Caracala Empreend. Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	17.233	1.117	16.116	16.889	1.509	(873)	1.188
Imoleve Santana Empreend Imob. Ltda	55,87	55,87	45,00	799	7	792	811	—	181	4
Astara Empreend. Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	18.815	9.819	8.896	7.540	3.684	(644)	(1.727)
Trisul Artesia Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	880	98	782	16.785	—	239	324
Trisul Yacon Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	957	85	872	13.786	—	103	273
Trisul Ymazio Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	981	53	826	12.871	—	(77)	40
Trisul Amaranthus Empreend. Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	789	23	778	12.154	—	122	(248)
Trisul Pradola Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	554	100	554	11.475	28	(21)	1.378
Trisul Aegius Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	706	68	728	12.717	688	263	778
Trisul Quilques Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	31.125	501	30.524	84.517	2.643	5.480	27.649
Trisul Caristemon Empreend. Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	683	32	651	12.148	—	3	78
Trisul Myrtilica Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	1.227	133	1.084	7.942	—	189	50
Trisul Anulicetus Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	579	21	558	11.220	—	(162)	1.082
Trisul Uoania Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	283	38	205	3.743	—	(38)	(315)
Trisul Cefestus Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	458	279	239	17.386	—	(27)	2.181
Maab40 Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	7.402	87	7.335	8.799	(38)	538	268
Trisul Spigelia Empreend. Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	3.152	460	2.732	21.453	(5)	868	558
Marosa Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	84.139	43.900	15.258	9.120	21.718	6138	825
Najua Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	582	36	586	10	380	454	1.754
Trisul Multia Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	728	110	618	32.720	1.280	248	10.601
Yamagata Empreend Imob. Ltda	60,00	60,00	60,00	21.881	19.441	2.450	2.880	8.381	(230)	84
SCF Naples Empreend. Imob.	80,10	80,10	80,10	53.578	24.811	28.887	46.215	—	752	7.887
Nicolau Empreendimentos	60,00	60,00	60,00	51.700	3.530	48.170	55.450	46.047	22.708	25.078
Beaute Empreend Imob	100,00	100,00	100,00	34.478	3.800	30.878	39.689	39.140	12.685	10.812
Omegas Empre. Imob.	66,00	66,00	100,00	25.523	18.425	9.088	—	—	—	4.360
Trisul 1 Empreend Imob.	100,00	100,00	100,00	24.879	24.474	405	4.355	8.589	(3.950)	—
Trisul 3 Empreend Imob	100,00	100,00	100,00	70.635	35.771	34.864	16.389	57.523	18.478	1.381
Trisul 4 Empreend Imob	100,00	100,00	100,00	54.313	5.878	18.435	68.521	50.633	23.650	70.787
Trisul 5 Empreend Imob	100,00	100,00	100,00	26.854	2.519	24.335	12.88	25.247	5.149	12.906
Trisul 6 Empreend Imob	100,00	100,00	100,00	16.481	7.732	28.749	18.127	8.148	706	12
Trisul 7 Empreend Imob.	100,00	100,00	100,00	148	—	148	150	—	11	12
Trisul 8 Empreend Imob.	100,00	100,00	100,00	39.726	12.730	28.898	6.851	(2)	—	—
Trisul 9 Empreend Imob	100,00	100,00	100,00	65.612	20.925	44.886	35.668	23.714	9.216	7.704
Trisul 10 Empreend Imob.	100,00	100,00	100,00	12.084	3.124	8.870	19.231	15.345	6712	0.935
Trisul 11 Empreend Imob.	100,00	100,00	100,00	3.467	380	5.887	18.831	(1.580)	(2.645)	1.979
Trisul 12 Empreend Imob	100,00	100,00	100,00	1	—	1	1	—	1	—
Trisul 15 Empreend Imob.	100,00	100,00	100,00	1	—	1	1	—	1	—
Trisul 16 Empreend Imob.	100,00	100,00	100,00	103.828	21.775	82.153	81.400	2.830	2.618	584
Trisul 18 Empreend Imob.	100,00	100,00	100,00	35.856	12.388	23.462	17.487	11.718	1.526	876
Trisul 20 Empreend Imob.	100,00	100,00	100,00	55.873	22.210	33.783	29.827	17.331	3.837	(157)
Trisul 21 Empreend Imob.	100,00	100,00	100,00	67.003	28.323	38.680	22.750	—	(1)	(38)
Trisul 22 Empreend Imob.	100,00	100,00	100,00	64.932	6.787	60.165	62.88	8.439	168	(2)
Trisul 23 Empreend Imob.	100,00	100,00	100,00	44.248	10.470	33.778	18.27	11.967	(1.173)	(45)
Trisul 25 Empreend Imob	100,00	100,00	100,00	59.500	22.686	36.814	3.548	5.287	5.287	3.488
Trisul 26 Empreend Imob.	100,00	100,00	100,00	34.747	8.48	25.998	13.001	7.738	(786)	(1)
Trisul 27 Empreend Imob.	100,00	100,00	100,00	53.890	17.823	35.867	29.28	30.413	3.481	(24)
Trisul 28 Empreend Imob.	100,00	100,00	100,00	41.514	11.436	30.078	28.474	14.838	2.384	(285)
Trisul 31 Empreend Imob	100,00	100,00	100,00	28.864	12.580	8.284	11.72	15.587	1.128	(2)
Trisul 33 Empreend Imob.	100,00	100,00	100,00	17.999	1.183	18.818	15.974	805	568	105
Trisul 34 Empreend Imob.	100,00	100,00	100,00	36.520	8.286	27.234	—	—	12	—
Trisul 35 Empreend Imob.	100,00	100,00	100,00	33.480	8.553	28.827	—	—	(8)	—
Ascendino Reis Empreend. E Participações	70,00	70,00	70,00	52.111	27.054	25.057	27.540	38.812	13.306	5.788
Cuxipone Empreend Imob.	50,00	50,00	50,00	53.218	30.981	22.227	19.74	15.828	3.063	227
Trisul Paulistina Empreend Imob	100,00	100,00	100,00	84.697	33.724	50.873	34.18	47.500	18.891	10.209
AGEO Empreend Imob.	70,00	70,00	70,00	44.379	20.042	24.337	9.516	25.876	4.341	(4)
Osaka Empreend Imob.	100,00	100,00	100,00	30.838	5.485	25.353	19.454	—	85	(2)
Trisul João Moura Empreend Imob.	100,00	100,00	100,00	69.544	11.483	58.061	28.181	—	(4)	—
Trisul Fresia Empreend Imob.	100,00	100,00	100,00	34.362	7.821	26.541	—	—	1	—
Trisul Mariana Empreend Imob	100,00	100,00	100,00	4.782	5.907	36.876	3	—	2	—
Trisul Mangaba Empreend Imob	100,00	100,00	100,00	2	—	2	—	—	—	—
Trisul Reseda Empreend Imob.	100,00	100,00	100,00	49.352	80	49.272	—	—	(1)	—
Trisul Dana Empreend Imob	100,00	100,00	100,00	57.827	2.31	35.296	—	—	—	—
Trisul Moporo Empreend Imob.	100,00	100,00	100,00	1	—	1	—	—	—	—
Estypos Soluções de Pagamentos	100,00	100,00	100,00	107	54	53	—	—	157	—
Trisul Tinguê Empreend Imob.	100,00	100,00	100,00	40.670	29.860	10.710	—	—	—	—

## 10.1.2 Controladas e coligadas indiretamente

Sociedade	% Participação		12/2021			12/2020		12/2021		12/2020	
	Total	Direta	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado líquido do exercício	Resultado líquido do exercício	Resultado líquido do exercício	
Ilum Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	344	253	551	582	-	-	(23)	
Iporenga II Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	137	-	137	137	-	-	-	
Chevatis Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	85	38	57	139	(157)	(278)	(353)	
J. Beria Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	447	41	406	2.678	-	12	73	
Benjamin Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	281	249	32	23	(85)	(348)	(338)	
H. Soler Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	851	672	279	119	(1.572)	(886)	(778)	
J. Vamir Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	1	-	1	8	-	(13)	(96)	
Machado da Assis Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	103	-	103	103	-	-	-	
Rua do Parque Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	528	4	524	539	-	(78)	-	
J. Cebral Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	191	-	191	5.251	-	(12)	(73)	
Castellano Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	73,24	700	883	17	773	1.258	388	-	
Ribeirão Atterid Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	119	52	67	4.559	(143)	(735)	-	
Sugeya Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	190	54	136	180	(19)	(14)	(172)	
Vasconcelos Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	8.246	173	8.073	3.377	(2)	(304)	(1.215)	
Taquar Empreend Imob. Ltda	50,00	50,00	50,00	359	28	331	336	-	(31)	-	
Empreend Imob. Canário 130 Ltda	100,00	100,00	100,00	5.219	4.952	1.167	85	-	(43)	(1.884)	
Vaspaziano Empreend Imob. Ltda	30,00	30,00	30,00	2.814	-	2.814	2.917	-	(4)	(3)	
MMC& Empreend Imob. Ltda	50,00	50,00	50,00	283	291	2	4	-	(2)	(145)	
Rua M. Kabin Empreend Imob. Ltda	50,00	50,00	50,00	601	53	548	5	-	(123)	(125)	
Claudio B. Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	2.543	335	2.208	2.501	-	(293)	(1.403)	
Abraço Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	14.809	299	13.720	21.066	2.106	(7.347)	(7.905)	
Mikass Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	-	-	-	244	-	(244)	-	
Deisen Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	47.153	43.507	3.646	352	19.019	3.293	(878)	
Limat Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	798	98	700	6.289	-	(68)	(588)	
Fuglia Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	14.451	14.428	23	613	2.188	(580)	(3.371)	
Rosenda Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	172	6	166	175	-	(39)	-	
Mapere Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	2.755	1.295	1.460	9149	3.380	9149	4.232	
Kairien Empreend Imob. SFE Ltda	100,00	100,00	100,00	109	5	104	7	-	(57)	(8)	
Alkmar Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	30	2	28	1.275	(83)	(121)	(244)	
Alfa Grace Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	571	143	428	23.144	-	(305)	(486)	
Centenares Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	34.014	20.854	13.360	11.821	13.033	1.638	(174)	
Larozka Empreend Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	85.716	794	34.952	38	-	(31)	-	



TRISUL S.A. - CNPJ nº 08.811.843/0001-27

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.2. Controladas e obrigadas indiretamente

Sociedade	Total		% Participação		12/2021		12/2020		12/2021		12/2020		12/2021		12/2020	
	12/2021	12/2020	12/2021	12/2020	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado líquido do exercício	Receita líquida	Resultado líquido do exercício	Receita líquida	Resultado líquido do exercício	Receita líquida	Resultado líquido do exercício
Trisul Empreend Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00	100	3	97	3.595		4		4				
Trisul Empreend Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00	28.447	717	27.630	27.630	\$ 97	0.094		0.094				0.026
Cellaria Locações para Constr. Civil Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00	858	527	3	52		75		193				193
Oranse Empreend Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00	118	19	1.190	15.549		149		48				48
Trisul House Consultoria em Imóveis Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00	70	907	369	2.7	579	58		1308				1308
Silgo Empreend Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00	80	59	21	8.1.6		62		38				38
Snack Emporário Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00	0	4.378	5.128	5.128	257	88		890				890
Viedma Empreendimentos Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00	372	78	294	3.446		16		186				186
Aray Empreendimentos Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00	1.448	37	1.309	19.70		123		45				45
Sabot Empreendimentos Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00	975	15	560	4.6.9		12		15				15
Bordeaux Empreendimentos Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00	58	9	29	8.482		67		2.3				2.3
Ibaraki Empreendimentos Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00	494	100	1.384	8.775		306		22				22
Jazzin Empreendimentos Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00	3.084	42	3.052	2.39		187		187				187
Zara Empreendimentos Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00	42.252	20.825	21.427	25.40	33.61	8.777		226				226
Dubbo Empreend Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00	255	14	1.24	8.881		1206		35				35
Inocent Morto do Ipê Ltda.	80,00	80,00	80,00	80,00	79	7	2	25	121	131		7				7
Hank Empreend. e Constr. Ltda.	50,00	50,00	50,00	50,00				4.7								
AG-Plan Empreend. Imob. Ltda.	50,00	50,00	50,00	50,00				350								
Dijon Incorporação Ltda.	50,00	50,00	50,00	50,00				59								
Hank II Empreend. e Constr. Ltda.	50,00	50,00	50,00	50,00			1.089	1.04								90
Jacorp Empreend Imob. Ltda.	50,00	50,00	50,00	50,00	42.883	1.293	39.391	39.999	9.634	8.1		4.484				4.484
Algarve Incorporadora Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00	42	77	065	3.177		88		17				17
Salsberry Empreend Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00	446	805	841	583		256		102				102
Trisul Lotus Empreendimentos Imob. Ltda.	84.10	84.10	100,00	100,00	14.073	2.304	769	7.501	76	68						

10.2. Movimentação dos investimentos

10.2.1. Controladas e obrigadas diretamente: Em 31 de dezembro de 2021

Sociedade	Saldo em 12/2020	Adiantamentos/ subscrição de capital/baixas	Dividendos	Equivalência patrimonial	Saldo em 12/2021
<b>Sociedades consolidadas</b>					
Trisul Imóveis Constr.	26.385	50.605		209	75.989
Tecno Constr. Partic.	96.846	150.000		4.366	246.846
Retro Empreend Imob.	3	150		156	5
Ribeirão III Empreend Imob.	18			167	5
Ribeirão III Empreend Imob.	1.486			126	358
Ribeirão GDI Empreend Imob.	16	2.573		2.573	52
Imolive Alpha Empreend. Imob.	2.05			188	973
Trisul Vendas Consultoria Imobiliária	59			1	38
Barras Empreend Imob.	9.887	19.838		53	292
Residência Empreend Imob.	40	520		153	29
Viviani S. C. Empreend Imob.	296			1	295
Bolevar do Parque Empreend Imob.	364			153	15
Molise Empreend Imob.	248			204	42
Calamuchuca Empreend Imob.	845	400		11.966	47
Imolive Villa Mascote Empreend Imob.	84			31	79
Dorval Empreend Imob.	2.880	12.400		12	472
J. Távora Empreend Imob.	10.268			55	10.323
Helimond Empreend Imob.	3.057	13.022		14	3
Rosemond Empreend Imob.	20.819		14.074	496	18.041
Sociedade Incorp. Cellaria Sul	405	887		1.880	42
Sociedade Incorporadora Sandoi	322	812		88	254
Moraka Empreend Imob.	102.954		5.553	5.728	138.129
Imolive Osasco Empreend Imob.	48	208		21	875
Lancalis Empreendimentos	15.088			8.31	16.76
Imolive Santana Empreend Imob.	275	32		2	528
Asiana Empreend Imob.	7.540			634	6.906
Trisul Antares Empreend Imob.	5.785	15.229		296	792
Trisul Yucatán Empreend Imob.	3.799	3.000		103	682
Trisul Timazá Empreend Imob.	2.877	11.927		6	826
Trisul Aravanihus Empreend Imob.	2.54	11.500		122	776
Trisul Praxinos Empreend Imob.	475	1.000		127	573
Trisul Acerus Empreend Imob.	2	12.250		26	728
Trisul Quissacis Empreend Imob.	84.57	139.474		5.48	30.524
Trisul Calilemon Empreend Imob.	2.148	1.500		3	851
Trisul Myrtillos Empreend Imob.	7.942	17.067		93	094
Trisul Antares Empreend Imob.	200	1.000		631	836
Trisul Uruana Empreend Imob.	8.43	8.500		138	256
Trisul Celasius Empreend Imob.	7.388	7.000		127	238
Maso 40 Empreend Imob.	6.796			538	7.335
Trisul Spigela Empreend Imob.	21.463	19.800		869	2.732
Marosa Empreend Imob.	9.170			6.34	5.218
Najua Empreend Imob.	10.772	4.0.550		494	888
Trisul Mubisa Empreend Imob.	27.720	132.350		848	518
Yamagata Empreend Imob.	1.508			1.38	1.470
SCP Mapias Empreend Imob.	4.640	118.300		2.489	25.829
Nicoaru Empreend Imob.	38.276		4.8.000	3.628	28.902
Bellute Empreend Imob.	39.860		12.487	12.885	30.678
Trisul Empreend Imob.	4.314			3.346	466
Trisul 2 Empreend Imob.		5.004			5.004
Trisul 3 Empreend Imob.	6.389			18.475	34.864
Trisul 4 Empreend Imob.	66.524		149.230	21.141	36.435
Trisul 5 Empreend Imob.	32.188		114.000	8.149	24.355
Trisul 6 Empreend Imob.	9.47	8.576		706	28.749
Trisul 7 Empreend Imob.	50			12	188
Trisul 8 Empreend Imob.	0.651	20.347		12	20.996
Trisul 9 Empreend Imob.	35.656			9.2.8	41.885
Trisul 10 Empreend Imob.	9.231		19.550	7	8.970
Trisul 11 Empreend Imob.	8.831		1.761	1.544	5.087
Trisul 12 Empreend Imob.					
Trisul 13 Empreend Imob.					
Trisul 14 Empreend Imob.					
Trisul 15 Empreend Imob.	1				1
Trisul 16 Empreend Imob.	64.400	75.38		2.67	82.153
Trisul 17 Empreend Imob.		1			1
Trisul 18 Empreend Imob.					
Trisul 19 Empreend Imob.	7.487	4.349		628	21.482
Trisul 20 Empreend Imob.	29.827			3.936	33.763
Trisul 21 Empreend Imob.	22.750	15.831		1	38.582
Trisul 22 Empreend Imob.	52.169	7.8.0		8	60.65
Trisul 23 Empreend Imob.	18.27	5.825		1.179	33.776
Trisul 24 Empreend Imob.	1.540			5.286	35.334
Trisul 25 Empreend Imob.	13.00	3.782		785	25.988
Trisul 26 Empreend Imob.	29.26	3.350		7.491	35.967
Trisul 27 Empreend Imob.	26.274	1.841		3.364	30.079
Trisul 28 Empreend Imob.	11.72	3.885		26	15.283
Trisul 29 Empreend Imob.	15.974	288		526	16.410
Trisul 30 Empreend Imob.		27.235		1	27.234
Trisul 31 Empreend Imob.		28.833		161	28.827
Ascendia Roca Empreend Imob.	79.278		0.351	9.113	18.240
Trisul Paulistana Empreend Imob.	34.8			16.68	50.872
AGEO Empreend Imob.	9.576	19.5.61			
Osaka Empreend Imob.	3.454	5.814		85	25.753
Trisul João Moura Empreend Imob.	76.18	2.904		4	58.067
Trisul Freixo Empreend Imob.		25.542		1	25.54
Trisul Mariana Empreend Imob.		35.873		2	35.875
Trisul Mungaba Empreend Imob.					2
Trisul Reseda Empreend Imob.		48.272			48.272
Trisul Dalis Empreend Imob.		38.298			38.298
Trisul Micropo Empreend Imob.					
Easyday Soluções de Pagamentos		210		157	53
Trisul Tinguê Empreend Imob.		10.710		10.710	

Sociedade	Saldo em 12/2020	Adiantamentos/ subscrição de capital/baixas	Dividendos	Equivalência patrimonial	Saldo em 12/2021
<b>Não consolidadas</b>					
Jardim Amara Empreend Imob.	32.357		126.884	299	5.772
U. J. Rodrigues Empreend Imob.	144		39.1	296	449
Vela Incorporadora	10			126	273
Trisul Empreend Imob.	50			0	40
Camipones Empreend Imob.	9.567			327	1.114
AGEO Empreend Imob.		15.896		3.341	17.038
Nota 10.2.2	43.889	13.996	127.279	5.24	38.884
	1.516.313	3.597	180.609	190.488	1.529.897

10.2.2. Controladas e obrigadas indiretamente: Em 31 de dezembro de 2021

Sociedade	Saldo em 12/2020	Adiantamentos/ subscrição de capital/baixas	Dividendos	Equivalência patrimonial	Saldo em 12/2021
<b>Sociedades Consolidadas</b>					
Itaja Empreend Imob.	332			2	561
Ipiranga II Empreend Imob.	37				137
Gravata Empreend Imob.	39	197		1279	47
J. Bento Empreend Imob.	2.678	12.284		2	406
Berquim Empreend Imob.	29	257		1343	32
H. Solar Empreend Imob.	119	056		186	279
J. Varmir Empreend Imob.	3	5		72	1
Machado de Assis Empreend Imob.	04				04
Rua do Parque Empreend Imob.	538			14	524
J. Fabral Empreend Imob.	9.26	16.481		2	01
Castelblanco Empreend Imob.	779	500		255	7
Peterson Neto Empreend Imob.	4.559	4.348		143	67
Sugaya Empreend Imob.	180			43	38
Vassouras Empreend Imob.	8.377			1304	8.073
Taquara Empreend Imob.	68			12	48
Empreend Imob. Canário 130	85	1.039		43	1.67
MAAC Empreend Imob.	2			1	1
Rua M. Klabin Empreend Imob.	3	858		386	174
C. Audino II Empreend Imob.	2.30			283	2.208
Abreu Empreend Imob.	2.069			17.340	13.720
Makara Empreend Imob.	244			244	
Dalson Empreend Imob.	352			3.294	3.646
Umap Empreend Imob.	6.268	15.500		163	700
Puglia Empreend Imob.	6.2			190	23
Roseland Empreend Imob.	5			18	66
Magna Empreend Imob.	9.48	18.500		8.4	460
Kashan Empreend Imob.	7	50		57	10
Alkmar Empreend Imob.	278	1.129		121	28
Alta Gracia Empreend Imob.	23.44	22.470		305	488
Correias Empreend Imob.	1.82			1.538	13.360
Larnaka Empreend Imob.	38	34.945		32	74.952
Danina Empreend Imob.	3.598	13.496		3	87
Tenue Empreend Imob.	27.93		10.194	1.033	27.839
Calmar Locações de	52	1.810		1.75	3
Oriente Empreend Imob.	15.519	4.183		43	99
Trisul House Consultoria em Imóveis	21			58	369
Silgo Empreend Imob.	8.413	18.235		183	2
Snack Empreend Imob.	5.27			48	5.129
Viedma Empreend Imob.	3.448	13.148		16	284
Aray Empreend Imob.	19.720	8.782		129	309
Balbes Empreend Imob.	4.619	14.057		121	583
Bordeaux Empreend Imob.	8.462	18.503		67	29
Ibaraki Empreend Imob.	19.776	8.488		306	284
Jazzin Empreend Imob.	3.58			87	3.052
Zara Empreend Imob.	25.40	2.480		8.77	27



TRISUL S.A. - CNPJ nº 08.811.843/0001-27

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - em 31 de dezembro de 2021 e em 2020

	12/2021	12/2020	12/2021	12/2020
<b>Financiamentos para construção (a)</b>				
<b>Emprestimos para capital de giro (a)</b>				
<b>Total</b>	<b>123.27</b>	<b>136.708</b>	<b>323.596</b>	<b>263.748</b>
<b>Circulantes</b>	<b>67.531</b>	<b>72.823</b>	<b>83.066</b>	<b>135.531</b>

16. **Financiamentos para construção em moeda nacional com taxas fixas**

17. **Operações com venda de imóveis a incorporar**

**Garantias:** Os financiamentos para construção possuem como garantia a hipoteca

Em março de 2019, a Companhia fez a 6ª emissão de debêntures simples com o registro da escritura particular com a emissão de 40 (quarenta) debêntures simples para distribuição pública com valores nominais, não conversíveis em ações, com

**Descrição:** Circulantes

**Total:**

A composição da parcela não circulante em 31 de dezembro de 2021 por tipo de

**Ativo de capitalização:**

**Total:**

Em março de 2019, a Companhia fez a 6ª emissão de debêntures simples com o registro da escritura particular com a emissão de 40 (quarenta) debêntures simples para distribuição pública com valores nominais, não conversíveis em ações, com

ouletas ou certificadas, em série única com valor unitário de R\$500 (quinhentos mil Reais). O valor nominal das debêntures deverá ser pago em sete parcelas semestrais, iguais e sucessivas, tendo ocorrido o primeiro pagamento em março de 2020 e o último pagamento possui previsão para liquidação em março de 2023. A taxa de

pagamento dos juros é feito mensalmente. A 6ª emissão de debêntures simples é garantida pela alienação fiduciária das ações ordinárias dos acionistas controladores. As debêntures, referentes à 6ª emissão, não possuem cláusulas restritivas vinculadas a índices econômicos e financeiros. Em dezembro de 2020, a Companhia fez a 7ª emissão de debêntures simples com o registro da escritura particular com a emissão de 50.000 (cinquenta mil) debêntures simples para distribuição pública com valores nominais, não conversíveis em ações, com especial de garantia real do tipo escritural, da forma nominal e sem previsão de capitalização ou

cessatização, em série única com valor unitário de R\$1 (um mil Reais). O valor nominal das debêntures deverá ser pago em oito parcelas semestrais, iguais e sucessivas, tendo que o primeiro pagamento possui previsão para liquidação em junho de 2022 e o último pagamento possui previsão para liquidação em dezembro de

ção do CDI. O pagamento dos juros é feito semestralmente. As debêntures, referentes à 7ª emissão, possuem cláusulas restritivas vinculadas a índices econômicos e financeiros. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia está adimplente com todas as cláusulas de vencimentos antecipado. Em setembro de 2021 a Companhia fez a 8ª emissão de debêntures simples com o registro da escritura particular com a emissão de 150.000 (cento e cinquenta mil) debêntures simples para distribuição pública com valores nominais, não conversíveis em ações, com especial de garantia real do tipo escritural, da forma nominal e sem previsão de capitalização ou

cessatização, em série única com valor unitário de R\$1 (um mil Reais). O valor nominal das debêntures deverá ser pago em oito parcelas semestrais, iguais e sucessivas, tendo que o primeiro pagamento possui previsão para liquidação em março de 2024 e o último pagamento possui previsão para liquidação em setembro de 2025. A taxa de remuneração das debêntures é de 1,90% a.a. acrescida da variação do CDI. O pagamento dos juros é feito semestralmente. As debêntures, referentes à 8ª emissão, possuem cláusulas restritivas vinculadas a índices econômicos e financeiros. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia está adimplente com todas as cláusulas de vencimentos antecipado.

**14. Obrigações trabalhistas e tributárias:** Representam as obrigações trabalhistas e tributárias correntes, conforme seguem

**Programa de integração social e do programa de formação do patrimônio do servidor público (PIG/PASEP):** Irrogado de renda sobre o lucro "IRPJ" Contr social e o lucro líquido (CSLL) Irrogado de renda sobre o lucro "IRPJ" Irrogado sobre serviço de qualquer natureza (ESS)

**PLR (nota 27)**

**Encargos sociais:** Provisões trabalhistas

**Total:**

**15. Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):** O imposto de renda, a contribuição social, o PIS e a COFINS diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais decorrentes de diferenças temporárias entre a base fiscal, que

Normativa nº 84/79 da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), e a aplicação do lucro imobiliário conforme descrito na Nota 3.2. **15.1. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social:** A reconciliação dos montantes de

**Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social**

**Ajustes para refletir a alíquota efetiva**

**Alíquota aplicável**

**Imposto de renda e contribuição social**

**Resultado líquido de controladas tributadas da tributação (RET)**

**Imposto de renda e contribuição social no resultado**

**Corrente**

**Diferido**

A Trisul S.A. (controladora), submetida ao regime tributário de lucro real, não reconheceu o imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social por não possuir perspectiva de geração de resultados tributáveis futuros devido à atividade operacional de holding, desta forma, a Administração não provisiona o imposto de renda diferido em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 32. **16.2. Composição das despesas operacionais:**

**Descrição:**

**Total:**

**16.3. Composição do IRPJ e da CSLL, correntes e diferidas (no resultado):**

**Corrente**

**Diferido**

**Total:**

	12/2021	12/2020
<b>CSLL</b>	<b>889</b>	<b>(21)</b>
<b>IRPJ</b>	<b>1.489</b>	<b>(419)</b>
<b>Total</b>	<b>2.378</b>	<b>(330)</b>

**16. Reservas por imóveis compromissados:** Creditaram as obrigações a pagar decorrentes da aquisição de terrenos para incorporação imobiliária conforme seguem

**Descrição:** Circulante

**Total:**

Os credores por imóveis compromissados são substancialmente atualizados pela

unidades comercializadas e ainda não concluídas está refletido parcialmente nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que o seu registro contábil refere-se à receita reconhecida líquida das parcelas já recebidas. As receitas brutas a serem apropriadas decorrentes de unidades imobiliárias vendidas de empreendimento em construção (não concluídas) e os respectivos compromissos de custos a serem incorridos com relação às unidades vendidas e às unidades em estoque não estão refletidos nas demonstrações financeiras. Os principais saídos a serem

vação, são demonstrados a seguir

**Receita de vendas a apropriar de unidades vendidas (a)**

**Receita de vendas apropriadas, líquidas de débitos**

**Custo a apropriar de unidades vendidas (a)**

**Custo a apropriar de unidades vendidas**

**Custo incorrido, líquido de débitos**

**Custo a apropriar de unidades vendidas**

**Custo a apropriar de unidades vendidas em estoque**

**(a) A receita bruta com venda de imóveis a apropriar não contempla ajuste a valor presente:** (b) O custo com venda de imóveis a apropriar não contempla encargos financeiros e provisão para garantia, os quais são apropriados ao resultado (custo dos imóveis vendidos), proporcionalmente às unidades imobiliárias vendidas, quando incorridos. Deste montante, o valor de R\$ 172.217 correspondente ao custo estimado a ser realizado nos próximos 12 meses (turbo prazo).

**16.3. Regime Especial de Tributação (RET):** A Companhia apresenta a seguir quanto demonstrativo do percentual das atividades relativas aos empreendimentos de suas controladas que estão inscrites em estruturas de segregação patrimonial da incorporadora análoga à lei nº 10.831/04 em 31 de dezembro de 2021

**da incorporação:** Total do ativo consolidado

**Particular:**

**15. Adiantamento de clientes:** Os adiantamentos de clientes com valores superiores aos saldos dos créditos a receber decorrentes da venda de imóveis, conforme

**Descrição:** Adiantamento de clientes (valores recebidos de clientes que superam a receita reconhecida)

**Adiantamento de clientes "dermatitis" fixa**

**Total:**

**Circulante**

**Não circulante**

**26. Provisões:** 26.1. **Provisão para despesas judiciais e administrativas:** Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia e suas controladas ficam expostas a certas contingências e riscos que incluem processos judiciais trabalhistas e civis, em discussão. As provisões para riscos judiciais são constituídas das despesas para a cobertura de eventuais questionamentos acerca de conteúdos utilizados para cálculo dos impostos federais. A Companhia e suas controladas

**Descrição:** Cíveis (a) Trabalhistas (b)

**Total:**

**(a) Provisão para riscos relacionados a processos cíveis movidos por clientes:** relacionados a valores contratuais cobrados e atrasos, (b) Provisão para riscos relacionados a processos movidos por ex-funcionários e terceiros (subcontratação). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a movimentação na provisão para

**Base de 31 de dezembro de 2020:** Complemento ("inversos") de provisões (-) Balcas por pagamento

**Saldo em 31 de dezembro de 2021**

A Companhia e suas controladas possuem processos cíveis trabalhistas e tributários em discussão, classificados por seus assessores jurídicos como sendo de

menia, R\$ 100.208 (R\$ 78.657 em 31 de dezembro de 2020). Adicionalmente, Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais para fazer face às demandas processuais e possíveis discussões no montante consolidado de R\$ 314 (R\$ 414 em 31 de dezembro de 2020) (nota 7). **26.2. Provisão para garantia:** A Companhia presta garantias para eventuais problemas técnicos de construção que possam surgir nos empreendimentos imobiliários vendidos, limitadas ao período contratual a partir da conclusão das obras (normalmente cinco anos). A provisão para garantia sobre os imóveis vendidos é constituída em contrapartida do custo dos imóveis vendidos (resultado) e medida que os custos de unidades vendidas incorrem, sendo calculada considerando a melhor estimativa para fazer frente a

gastos incorridos dessa natureza, provisão esta que está registrada no rubric

**Descrição:**

**Total:**

**21. Patrimônio líquido:** 21.1. **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 865.000 representado por 186.617.536 ações ordinárias nominativas essenciais e sem valor nominal. **21.2. Gastos com emissão de ações:** O montante de R\$ 24.585 refere-se aos custos da transação incorridos na captação de recursos em decorrência da distribuição pública primária de ações ordinárias da Companhia cujo processo foi concluído no decorrer do mês de setembro de 2019. **21.3. Reservas de capital:** Representadas pela reserva de ágio quando da integralização mil

tal de capital na Companhia, no montante de R\$ 2.420 pelo registro contábil do plano de ações de ações no montante de R\$ 1.288 obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 10. Pagamentos baseados em ações, aprovado pela Deliberação CVM nº 562/08 e pelo acionista na alienação de ações que anteriormente eram mantidas em tesouraria no montante de R\$ 6.843, que totalizam R\$ 12.628. **21.4. Reservas de lucro e provisões de dividendos:** A reserva legal é constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período social, após a compensação de prejuízos acumulados, nos termos do artigo 83 da lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Por ocasião do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 haviam sido previstas para serem pagos no decorrer do exercício de 2021 os dividendos mínimos de R\$ 40.397. Na

o adicionalmente o pagamento de dividendos adicionais de R\$ 4.503, totalizando R\$ 45.000 a título de dividendos relativos ao resultado do exercício de 2020. Aos detentores das ações ordinárias é assegurado um dividendo não inferior a 25%

31 de dezembro de 2020 está representado a seguir

**Lucro líquido de exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

**Reserva legal - 5%**

**Base do cálculo dos dividendos**

**Dividendos propostos - 25%**

A reserva de retenção do lucro representa os lucros imaturos. Após a destinação para reserva legal e da proposta de distribuição de dividendos que são feitos para fazer face aos compromissos assumidos e para investimentos e expansão da Companhia. **21.5. Ações em tesouraria:** Em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de março de 2021 foi aprovado um novo programa de recompra de ações da Companhia, até o limite de 5.000.000 (cinco milhões) de

2 (dois) meses a contar da data de sua aprovação. O Programa de Recompra tem como objetivo a maximização de valor para os acionistas da Companhia, sendo vista o valor de cotação das ações da Companhia na B3, às quais poderão ser mantidas em tesouraria ou canceladas. As ações em tesouraria são reconhecidas ao custo e deduzidas do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido demonstração do resultado na conta, venda, emissão ou cancelamento das unidades patrimoniais próprias. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de ações em tesouraria totaliza R\$ 34.257. 31 de dezembro de 2020 R\$ 6.992, representando por 4.506.800 ações das quais 600.000 ações se referem ao programa de recompra do ano de 2020 e ainda sem destinação e, 3.905.000 ações se referem ao programa de recompra de 2021 em andamento. **22. Receita operacional líquida**

dezembro de 2021 e de 2020 é abaixo demonstrada.

**Contratadora Consolidada**

**Receita operacional líquida**

**Com venda de imóveis**

**Com aluguel**

**Ajuste a valor presente**

**Provisão para riscos de crédito e para distúrbios**

**Despesas administrativas:** A composição das despesas administrativas nos

**12/2021 12/2020 12/2021 12/2020**

**Honorários da administração (Nota 28)**

**Depreciação de direito de uso**

**Despesas gerais**

**Total das despesas administrativas**

**24. Despesas comerciais:** A composição das despesas comerciais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é abaixo demonstrada

**12/2021 12/2020 12/2021 12/2020**

**Honorários da administração (Nota 28)**

**Propaganda e publicidade**

**Unidades em estoque (IFPI/Condomínio)**

**Estados de vendas - depreciação**

**Estados de vendas - despesas gerais**

**Outras**

**Despesas financeiras**

**Juros e atualização monetária**

**Despesas bancárias**

**Total das despesas financeiras**

**Receitas financeiras**

**Rendimentos com aplicações financeiras**

**Juros e atualização monetária de clientes**

**Outras receitas**

**Total das receitas financeiras**

**26. Remuneração dos administradores e conselheiros:** Os montantes registrados a título de remuneração da administração (nota 23) e remuneração dos conselheiros da Companhia estão demonstrados a seguir:

**Em 31 de dezembro de 2021**

**Remuneração fixa anual**

**Salário-propriedade**

**Em 31 de dezembro de 2020**

**Remuneração fixa anual**

exercício de suas funções, em relação ao ano-calendário de 2021, foi fixado em até R\$5.650, conforme proposta do conselho de administração ratificada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 23 de abril de 2021. **27. Participação nos Lucros e Resultados (PLR):** A Companhia mantém um plano para participação nos lucros e resultados que proporciona aos seus colaboradores e aos de suas controladas o direito de participar nos lucros da Companhia (PLR), o qual está vinculado ao alcance de objetivos estabelecidos, os quais são estabelecidos e acordados no início de cada ano. Em 31 de dezembro de 2021 encontra-se provisionada o montante de R\$ 6.345 (nota 14), classificado no grupo de despesas administrativas contábil R\$ 8.952 em 31 de dezembro de 2020. **28. Instrumentos Financeiros e gestão de riscos:** A Companhia e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos: **Risco de juros:** exposição das taxas de juros e **incertezas das operações e financiamentos:** **Risco de crédito:** possibilidade de perda de fluxo de caixa dos contratos com clientes (contas a receber); **Risco de liquidez:** possibilidade de não ter capacidade de honrar com suas obrigações; **Risco de gestão de capital:** capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários e outras partes interessadas.

A administração da Companhia e suas controladas analisa que as atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas e disposição para riscos da Companhia e suas controladas. E política da Companhia e suas controladas não partilha de quaisquer negociações de derivativos ou outros ativos de risco para fins especulativos. **29. Risco de juros:** Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas ou desca

aproximações financeiras e o CDI. Para as contas a receber de vendas de unidades imobiliárias o endossatário utilizado até o entrega das chaves é a variação do INCC, sendo que após isso o IGP-M é considerado para atualização do saldo até o final do contrato acrescido da taxa de mercado. As projeções passivas da Companhia e

controladas estão basicamente representadas por empréstimos e financiamentos imobiliários e para capital de giro, os quais possuem taxas de juros prefixadas acrescidas da variação do CDI ou da Taxa Referencial (TR), e por debêntures que possuem taxas de juros pré-fixadas acrescidas da variação do CDI. A Compa

desacessantes entre estes indicadores. **30. Risco de crédito:** A Companhia e suas

aíria e instituições financeiras aprovadas pela Administração de acordo com os critérios objetivos (análise e análise de taxas cobradas, para diversificação dos riscos de crédito. Para gerenciamento das perdas com contas a receber a Companhia e suas controladas tem por política efetuar análise de crédito, liquidez e de exposições financeiras que possam comprometer a capacidade financeira dos pre

tenedores prioritários honrar seus compromissos de aquisição dos imóveis. Essas análises baseiam-se em suporte documental e modelo de análise interno e **31. Risco de liquidez:** Na Companhia e em suas controladas, esse risco é gerenciado pela compatibilização de prazos e fluxos de amortização entre fluxos emitidos e recebidos. A previsão de fluxo de caixa é realizada por empreendimento imobiliário pelo departamento financeiro e tesouraria. Assim são monitoradas e controladas as provisões contínuas das operações de liquidez da Companhia e

controladas para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. **32. Análise de sensibilidade:** A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variações de índices de inflação (INCC e IGP-M) e variação da taxa de juros (Allyce e Paschoa Liquidada). O cenário provável adotado pela Companhia e suas controladas corresponde às projeções apontadas acima, sendo que segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade. A Companhia e suas controladas realizaram anál







Continuação

TRISUL S.A. - CNPJ nº 08.844.167/0001-40

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando quando aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil, na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas independentemente se causada por fraude ou erro planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais

riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude e maior do que o proveniente do erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiver falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria a fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso pela administração da base contábil na continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral e estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma

opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado da auditoria, da auditoria e das constatações significativas da auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventos relacionados ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, à menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública no assunto, ou, quando em circunstâncias extremamente raras determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

**bakertilly**

São Paulo, 15 de março de 2022

**Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.**

CRC 25P-03 2650-0

Nelson Vazendas dos Santos

Contador CRC SP 1971 D/O-8

Fábio Torres Rodrigues

Contador CRC SP-25 3410-6

## TRISUL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 08.844.167/0001-40

Relatório da Administração

**Senhores Acionistas:** Em cumprimento das normas legais e às normas estatutárias, vimos com satisfação submeter a consideração de V. Sas. as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Agradecemos a colaboração recebida e continuamos ao inteiro dispor de V. Sas. em nossa sede social, para quaisquer esclarecimentos relativos às contas prestadas.

São Paulo, 15 de março de 2022

Balancas Patrimoniais - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)					
Ativo		2021	2020	Passivo e Patrimônio Líquido	
				2021	2020
<b>Ativo circulante</b>					
Disponibilidades		23	5		
Aplicações financeiras		10.234	10.234		
Contas a receber		14.182	20.011		
Impostos a receber			1		
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>24.439</b>	<b>30.251</b>		
<b>Ativo não circulante</b>					
Investimentos		621.859	578.501		
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>621.859</b>	<b>578.501</b>		
<b>Total do ativo</b>		<b>646.298</b>	<b>608.752</b>		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					
Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)					
		2021	2020	2021	2020
<b>Das atividades operacionais</b>					
Lucro líquido do exercício		58.48	84.198		
Equivalências patrimoniais		158.894	184.257		
Outras receitas					
<b>Variação no ativo e passivo</b>					
Aplicações financeiras			0.234		
Contas a pagar		181	10.242		
Débitos com sócios		9.582	58		
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>		<b>9</b>	<b>(1)</b>		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					
Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)					
		2021	2020	2021	2020
<b>Das atividades de investimentos</b>					
Dividendos recebidos		22.566	2.653		
<b>Caixa líquido das atividades de investimentos</b>		<b>22.566</b>	<b>12.653</b>		
<b>Das atividades de financiamentos</b>					
Dividendos pagos		(20.568)	17.853		
<b>Caixa líquido das atividades de financiamentos</b>		<b>(20.568)</b>	<b>(17.853)</b>		
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>9</b>	<b>(1)</b>		
<b>Saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>8</b>	<b>6</b>		
No início do exercício		13	3		
<b>Aumento(redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>6</b>	<b>(1)</b>		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					
Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)					
		2021	2020	2021	2020
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>58.418</b>	<b>84.198</b>		
<b>Outros resultados abrangentes</b>					
<b>Resultados abrangentes</b>		<b>58.418</b>	<b>84.198</b>		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					

**A. Administração**

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)**

	Reservas de Lucro					Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reservas legais	Reserva de reservas de lucro	Lucros acumulados	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>85.471</b>	<b>2.130</b>	<b>27.331</b>	<b>365.509</b>	<b>-</b>	<b>482.141</b>
Reversão parcial de provisões de diminuições				23.226		23.226
Lucro líquido do exercício					84.198	84.198
Proposta para destinação do lucro líquido						
Dividendos propostos					(18.897)	(18.897)
Reserva legal			1.210		(4.210)	
Reserva de retenção de lucros				59.981	(59.981)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>85.471</b>	<b>2.130</b>	<b>31.541</b>	<b>449.428</b>	<b>-</b>	<b>568.569</b>
Distribuição complementar de dividendos					(2.568)	(2.568)
Aumento do capital com reservas	51.542		(3.542)			
Lucro líquido do exercício					84.198	84.198
Proposta para destinação do lucro líquido						
Dividendos propostos					3.399	3.399
Reserva legal			2.621		(2.621)	
Reserva de retenção de lucros				40.198	(40.198)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>118.013</b>	<b>2.130</b>	<b>2.620</b>	<b>487.055</b>	<b>61.018</b>	<b>671.836</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto Operacional - A Companhia possui por atividade preponderante a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista. 2. Demonstrações Financeiras - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas Orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 3 - Capital Social) capital social totalmente subscrito e integralizado em 11/2/2021 e em 31/12/2020 e apresentado por 60,3 e 52,5 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

A DIRETORIA

EDUARDO APARECIDO CARDOSO Contador CRC 15P 106490/O-9

Podcasts

ESTADÃO



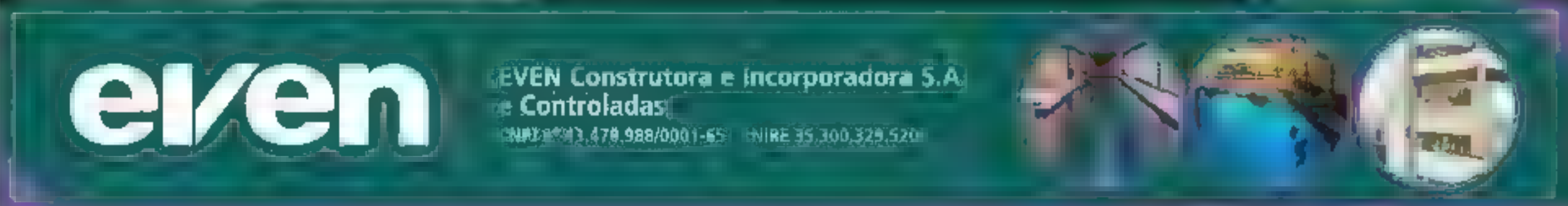
AVEM  
PENSAR  
COM  
A GENTE

também a opção de  
informação para  
ouvir é uma enorme  
comodidade."

Fábio Torres Rodrigues  
em marketing de influência  
e colabora do Estadão

0800 771111





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

É com grande satisfação que a Administração da Even apresenta os resultados consolidados de 2021 e do 4º trimestre (4T21).

Em 2021 a Even lançou 16 empreendimentos, sendo 8 empreendimentos em São Paulo e 8 no Rio Grande do Sul, totalizando um VGV de R\$ 2,9 bilhões. R\$ 2,4 bilhões % Even) e representou um **crecimento de 54% em relação ao ano de 2020**. No trimestre foram lançados 5 projetos, sendo 3 em SP e 2 no RS que juntos somam R\$ 925 milhões (R\$ 809 milhões % Even). As vendas líquidas do ano totalizaram R\$ 1,6 bilhão no % Even e no trimestre R\$ 404 milhões, representando VSO média de 13% no 4T21. Nos últimos 12 meses a VSO média da Even foi de 38%.

Encerramos o trimestre com R\$ 2,7 bilhões de VGV em estoque (7% Even), o que representa uma média de 20 meses de vendas líquidas LTM. O volume de estoque concluído representa 12% do total.

Ao longo de 2021 compramos 16 terrenos com VGV potencial de R\$ 1,9 bilhão. Alagoa Branco do Terminus está composto em 58 projetos em fases finalizadas com VGV de R\$ 5,7 bilhões (R\$ 5,9 bilhões % Even). Localizados essencialmente nos bairros nobres das cidades de São Paulo e Porto Alegre. Vale destacar que as tipologias média, médio alto e alto padrão representam 80% do total.

Em 2021 entregamos 6 empreendimentos, sendo dois no 4T21 totalizando 674 unidades a um VGV de R\$ 691 milhões (R\$ 542 milhões % Even).

Nossa Receita Líquida no ano totalizou R\$ 2,5 bilhões e representou um crescimento de 38% em relação ao ano de 2020. O lucro Bruto cresceu 31% no período, totalizando R\$ 632 milhões, com margem bruta de 28%. O Lucro Líquido acumulado do ano foi de R\$ 231 milhões, **representando um Retorno sobre o Patrimônio (ROE) de 13%**, e no trimestre R\$ 42 milhões. No ano geramos R\$ 36 milhões de Caixa Operacional e no 4T21 consumimos R\$ 120 milhões, decorrentes, principalmente, da aquisição de terrenos em caixa. Encerramos o trimestre com uma posição de caixa de R\$ 342 milhões e um **Caixa Líquido sobre o Patrimônio de 34%**, sendo distribuído em 2021 **R\$ 196 milhões em dividendos e recompra de ações**. Estamos focados em São Paulo, nos negócios próximos de cidade, nos segmentos de médio e alto padrão e no Rio Grande do Sul através do investimento na Melnick (MELX3), onde detemos a participação acionária de 45%. Estamos otimistas com o crescimento consistente dos nossos resultados, e melhora dos índices de rentabilidade aos nossos acionistas.

1 Este documento contém certas declarações de expectativas futuras e informações relacionadas à Even que refletem as visões atuais e/ou expectativas da Companhia e de sua administração com respeito à sua performance: seus negócios e eventos futuros. Qualquer declaração que possa prever, indicar ou estimar sobre resultados futuros, performance ou objetivos, bem como, palavras como "esperamos", "esperamos", "estimamos", entre outras palavras com significado semelhante não devem ser interpretadas como garantia. Referidas declarações estão sujeitas a riscos, incertezas e eventos futuros.

2 Base de caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito e aplicações financeiras de curto e longo prazo.

3 Variação da dívida líquida, desconsiderando pagamentos de dividendos e recompra de ações conforme demonstrado no item específico "Geração de caixa/Cash Burn".

4 Pagamentos de dividendos e Recompra de ações líquidas de desbloqueio de caixa (EVEN3).

PRINCIPAIS INDICADORES

Dados Financeiros Consolidados	3T21	4T21	4T20	Var. vs 3T21 (%)	Var. vs 4T20 (%)	2021
Receita Líquida de Vendas e Serviços	526.430	543.349	455.033	3,3%	19,5%	2.275.744
Lucro Bruto	5.336	48.887	5.387	7,8%	5,4%	632.042
Margem Bruta Ajustada	30 %	25,4%	36,0%	6 p.p.	7 p.p.	29,0%
EBITDA	64.974	57.744	140.242	11 %	-68,8%	209.818
Margem EBITDA	12,3%	10,8%	30,8%	1,7 p.p.	-20,2 p.p.	13,2%
Lucro Líquido	5.585	41.780	(89.273)	-9,4%	n/d	23.212
Margem Lq. antes Part. Minoritárias	12,1%	12,0%	18,1%	-0,1 p.p.	n/d	12,6%
Lucro por Ação (ex-escorrência)	0,25	5.029,46	(0,43)	8,7%	n/d	1.3325
ROE Anualizado	11,5%	8,4%	-20,8%	-2,2 p.p.	30,3 p.p.	12,8%
ROE (últimos 12 meses)	16,6%	12,8%	12,6%	-3,7 p.p.	0,2 p.p.	12,9%
Receitas e Apropriações (após PIS-COFINS)	1.912.433	1.948.032	1.693.888	1,9%	15,7%	1.948.032
Resul. antes Apropriações (após PIS-COFINS)	593.345	600.479	540.743	1,2%	9,4%	600.479
Margem das Resul. antes Apropriações	3,0%	30,8%	22,6%	-0,2 p.p.	-1,8 p.p.	30,8%
Dívida Líquida	(762.500)	(628.048)	(835.654)	-7,8%	-24,8%	(828.048)
Dívida Líquida (ex-SFH)	(1.015.859)	(881.685)	(1.072.283)	-16,1%	-25,5%	(881.685)
Patrimônio Líquido	2.575.635	2.592.338	2.481.417	0,6%	4,6%	2.592.338
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	-28,6%	-24,7%	-33,7%	3,4 p.p.	9,4 p.p.	-24,2%
Ativos Totais	5.887.190	5.929.910	5.176.777	1,1%	14,5%	5.929.910
Cash Burn (do período) (ex-dividendo e recompra)	82.156	119.454	(445.855)	46,4%	n/d	(39.653)

Lançamentos	3T21	4T21	4T20	Var. vs 3T21 (%)	Var. vs 4T20 (%)	2021
Empreendimentos lançados	4	5	3	25,0%	66 %	18
VGV Potencial dos Lançamentos (100%)	756.784	825.116	592.056	20,7%	73,8%	2.992.774
VGV Potencial dos Lançamentos % Even	850.289	808.332	481.732	22,9%	67,9%	2.388.395
Número de Unidades Lançadas	477	1.149	374	140,9%	20,2%	3.651
Área Util das Unidades Lançadas (m²)	54.833	85.672	48.189	58,2%	85,2%	346.415
Preço Médio de Lançamento (R\$/m²)	1.984	0.98	517	-22,6%	-8,2%	728
Preço Médio Unidade Lançada (R\$/unidade)	1.607	806	423	48,2%	43,4%	850

Vendas Líquidas	3T21	4T21	4T20	Var. vs 3T21 (%)	Var. vs 4T20 (%)	2021
Vendas Consolidadas (100%)	328.819	513.318	668.764	56,1%	22 %	943.088
Vendas Consolidadas % Even	276.881	404.080	839.199	45,8%	36,8%	1.621.122
Número de Unidades Vendidas	334	690	968	76,6%	40,3%	2.410
Área Util das Unidades Vendidas (m²)	43.897	52.921	113.168	20,6%	-53,8%	302.575
Preço Médio de Venda (R\$/m²)	13.383	11.577	6.945	-13,8%	29,4%	11.744
Preço Médio Unidade Vendida (R\$/unidade)	984	870	667	11,8%	30,5%	808
VSO Consolidada % Even	10,8%	13,2%	28,6%	2,4 p.p.	-13,4 p.p.	29,6%
VSO de Lançamento % Even	17,7%	25,2%	36,6%	7,5 p.p.	10,4 p.p.	44,3%

Entregas	3T21	4T21	4T20	Var. vs 3T21 (%)	Var. vs 4T20 (%)	2021
VGV Entregas (100%)	80.68	282.023	28.274	54,0%	697,6%	891.318
VGV Entregas % Even	83.70	282.023	12.80	238,1%	2215,4%	541.814
Número de Empreendimentos Entregues	2	2	7	100,0%	0%	6
Número de Unidades Entregues	482	140	77	71,5%	81,8%	874

Terceiros	3T21	4T21	4T20	Var. vs 3T21 (%)	Var. vs 4T20 (%)	2021
Lano Bank (100%)	9.849.284	9.701.032	8.165.897	5%	18,8%	9.701.032
Lano Bank % Even	9.849.284	9.701.032	8.165.897	4,7%	17,8%	9.825.670

1 Excluindo-se apenas os efeitos dos encargos financeiros apropriados ao custo líquido corporativo e financiamento à terceiros e produção, conforme detalhado no item específico "Estrutura de custos e produção".

2 Valor das contratas firmadas com os clientes, referentes às vendas das unidades prontas ou para entrega futura de determinado empreendimento (este valor é líquido da comissão de vendas).

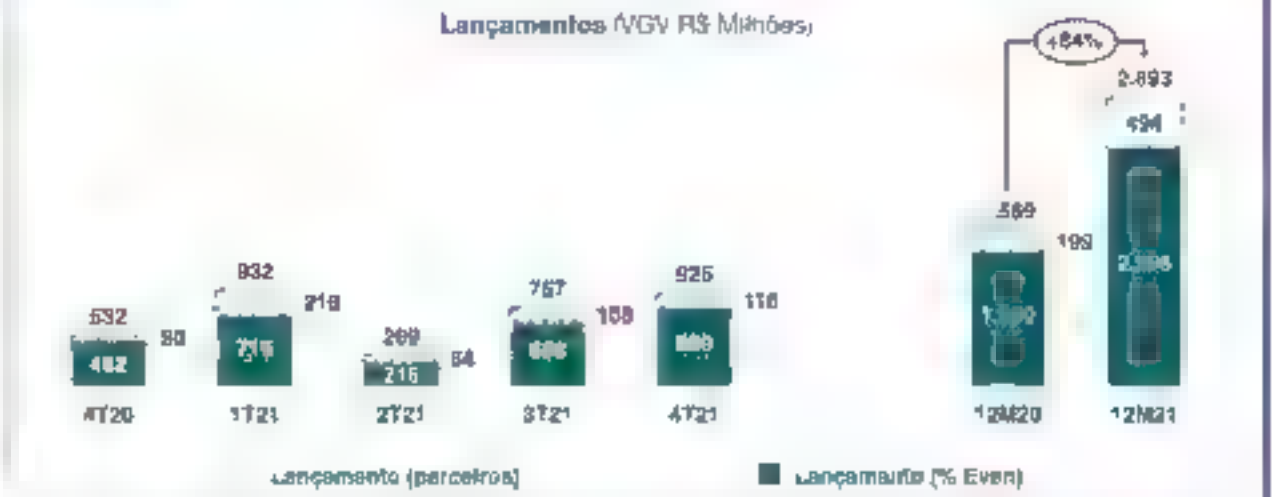
3 Valor considerando o preço de venda na época do lançamento.

4 Desconsiderando operações descontinuadas.

LANÇAMENTOS

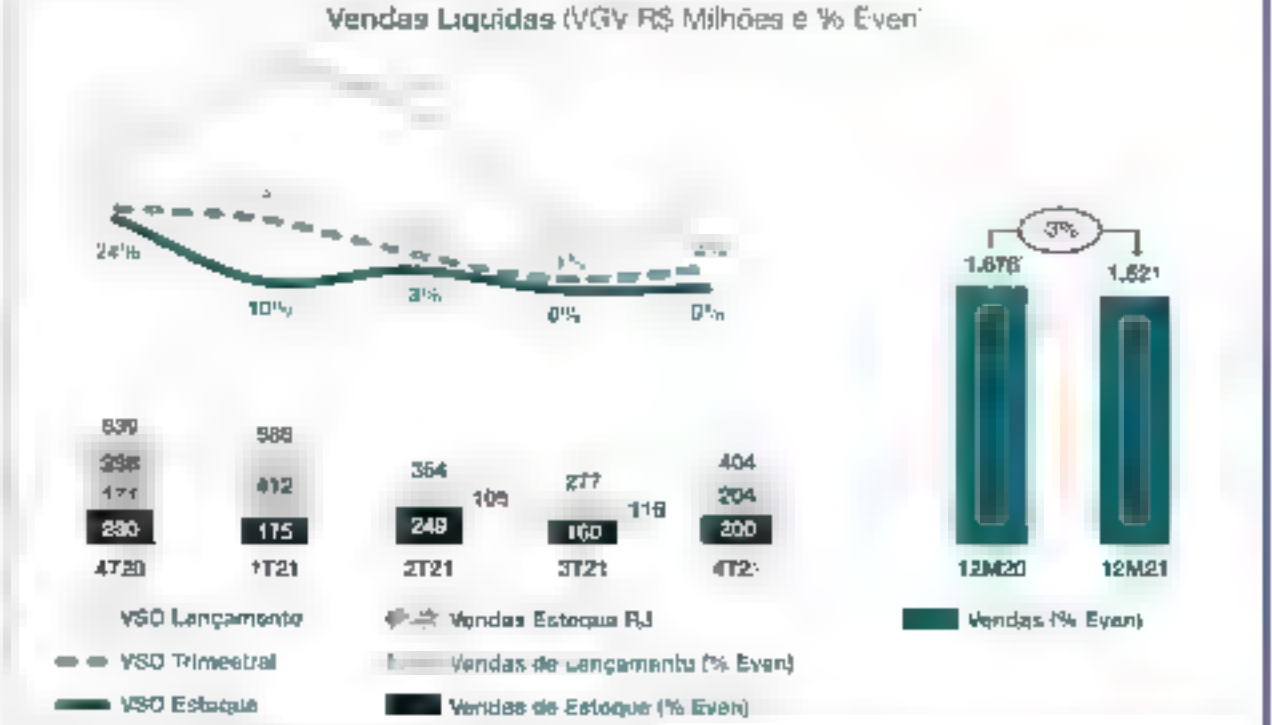
No 4º trimestre de 2021 foram lançados cinco empreendimentos, sendo três em São Paulo, com VGV de R\$ 712 milhões e dois no Rio Grande do Sul, com VGV de R\$ 213 milhões (37 milhões % Even). Somando as duas companhias o VGV total de lançamento foi de R\$ 925 milhões (R\$ 809 milhões % Even). A tabela abaixo consolida as informações para o ano de 2021.

Empreendimento	Região	VGV Total (R\$ mil)	VGV Even (R\$ mil)	Área Util (m²)	Unidade	Valor da Unidade (R\$ mil)	Tipologia
4T21		931.701	716.572	181.594	1.848	602	
Fazenda Ilhém Hotel	SP	280.000	280.000	4.090	109	2.589	Hotel
Modo Ilhém	SP	187.440	187.440	24.959	698	338	Econômico
Arco do Sul	SP	90.285	90.285	6.018	33	2.736	Alto
Do Rio Branco	RS	71.284	71.284	6.834	183	390	Econômico
Grand Park Unidade F2	RS	89.589	38.552	12.828	180	472	Econômico
Casa Vinte	RS	72.637	18.259	105.957	532	218	Loteamento
Botânica	RS	130.346	57.540	10.982	183	1.265	Alto
2T21		269.184	215.603	24.816	477	564	
Modo Pompela	SP	171.430	171.430	18.359	428	401	Econômico
Senhor do Vento	RS	97.754	44.173	8.400	49	1.995	Alto
3T21		786.784	688.289	84.833	477	1.807	
Arco Alto do Pinheiral	SP	384.287	384.287	27.818	7	3.285	Alto
Vila Ilhém Unidade F2	SP	200.207	200.207	14.046	298	672	Médio Alto
HillSide	RS	45.917	20.487	4.439	34	1.327	Alto
Arco Country Club	RS	137.151	53.308	8.635	28	4.896	Alto
4T21		825.116	808.332	85.672	1.149	806	
Do Bairro	SP	55.848	55.848	3.983	180	318	Studio
Portugal 587	SP	334.285	334.285	21.142	95	3.519	Alto
Monumento SP F2	SP	322.164	322.164	42.821	454	710	Médio
Do Carlos Gomes	RS	64.161	28.088	4.068	121	529	Studio/Médio
Do Cláudio Basso	RS	148.758	67.546	13.529	259	498	Studio/Médio
Total 2021		2.992.774	2.388.395	346.415	3.651	792	



VENDAS LÍQUIDAS

No 4º trimestre de 2021, as vendas líquidas totalizaram R\$ 613 milhões (R\$ 404 milhões % Even). A VSO consolidada do trimestre foi de 13%, sendo 25% a VSO de lançamentos.



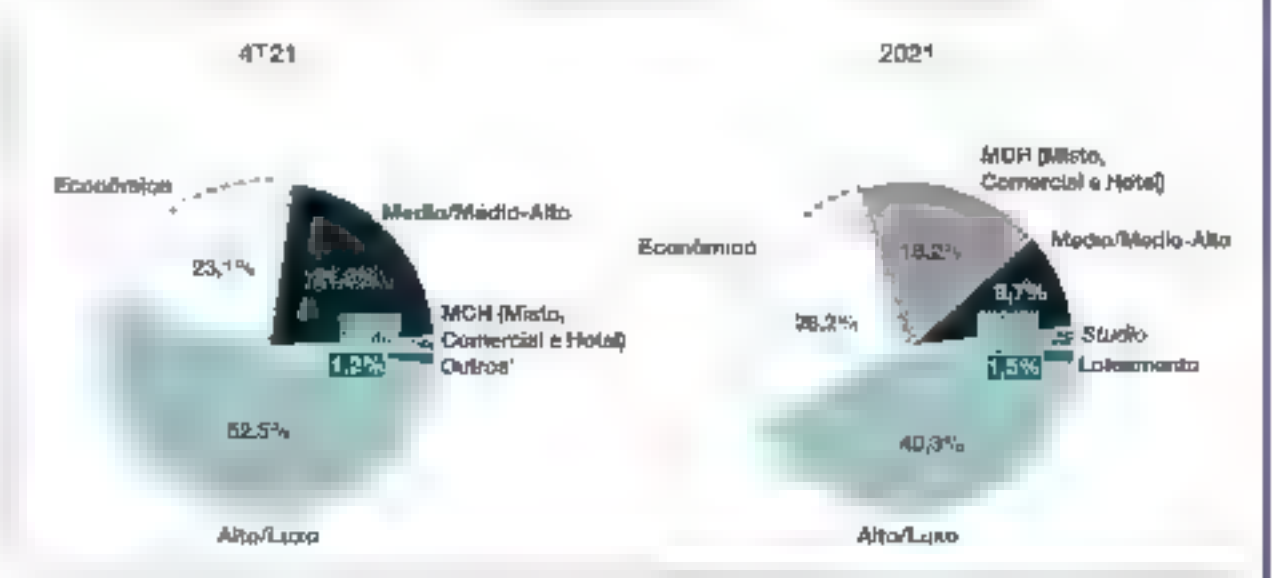
A abertura das vendas líquidas por empresa pode ser verificada na tabela abaixo.

	Vendas Total (R\$ mil)		Vendas Even (R\$ mil)		Área Util (m²)		Unidade	
Empresa	4T21	2021	4T21	2021	4T21	2021	4T21	2021
Even	320.272	1.401.779	319.889	1.389.710	28.884	110.199	288	378
Melnick	193.045	541.309	84.241	221.412	25.927	192.378	304	134
Total	513.318	1.943.088	404.080	1.621.122	52.821	302.575	592	2.410

Abaixo, segue a abertura das vendas líquidas por ano de lançamento do produto:

Ano de Lançamento	Vendas Total (R\$ mil)		Vendas Even (R\$ mil)		Área Útil (m²)		Unidade	
	4T21	2021	4T21	2021	4T21	2021	4T21	2021
2017	381.888	1.942.771	3.894	1.082.749	33.664	206.511	448	1.725
2018	45.469	272.161	29.234	2.711.818	4.350	40.222	12	316
2019	38.040	194.805	30.521	1.344.751	3.482	1.156	8	94
2020	2.125	14.621	9.249	1.153.317	5.942	27.184	33	88
2021	8.888	48.394	1.783	82.840	1.207	6.984	24	81
Ano 2021	28.397	63.438	8.307	62.605	4.816	2.122	55	92
Total	513.318	1.943.088	404.080	1.621.122	52.821	302.575	592	2.410

Por fim, segue a abertura das vendas líquidas por tipologia de produto (% Even):



DISTRATOS

No 4º trimestre de 2021, os distratos totalizaram R\$ 67 milhões, sendo R\$ 48 milhões % Even, representando 11% das vendas brutas, conforme demonstrado abaixo.



(% Even)	2020	2021				
(R\$ milhões)	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	12M21
Vendas Brutas	683	843	410	330	453	1.835
Distrato Total	54	58	58	54	49	214
Vendas Líquidas	629	785	352	277	404	1.621
Distrato/Vendas Brutas	7,7%	6,8%	13,6%	16,2%	10,8%	11,7%

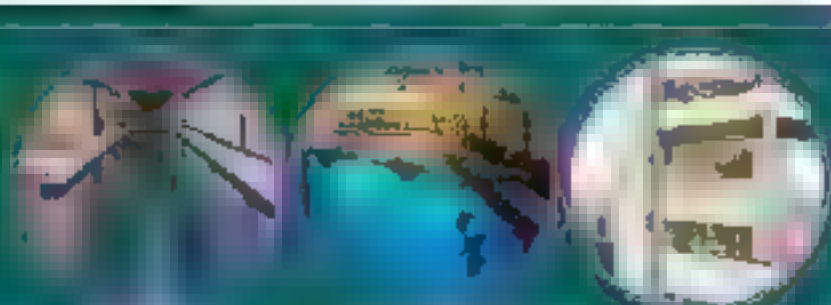
VENDAS DE ESTOQUE PRONTO

Conforme gráfico a seguir, vendemos R\$ 39 milhões (% Even) de estoque pronto no 4T21. Importante destacar que o volume de estoque vendido representa apenas 12% do total.



# even

**EVEN Construtora e Incorporadora S.A.**  
de Controladas  
CNPJ nº 43.478.988/0001-65 | NIRE 35.300.329.520



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Evolução Estoques Concluído (%)



Considerando apenas diários de unidades prontas

### ESTOQUE

O estoque encerra o 4T21 em R\$ 3,3 bilhões em valor potencial de vendas e R\$ 2,7 bilhões % Even, o que representa 20 meses de vendas, considerando o ritmo de vendas líquidas observado nos últimos 12 meses.

Ano de Conclusão Previsto	Estoque Total (R\$ mil)	Estoque Even (R\$ mil)	% Valor	Unidades	% Unidades
Unidades já concluídas	489.634	397.432	12%	426	25%
2022	720.880	505.823	22%	04	21%
2023	5.2.655	468.398	18%	818	13%
Após 2023	1.350.508	1.283.418	48%	1.574	32%
Total	3.273.776	2.653.071	100%	4.936	100%

Abaixo segue o percentual vendido dos empreendimentos separados pelo ano de previsão de conclusão



A tabela abaixo apresenta a abertura do VGV do estoque por ano de lançamento

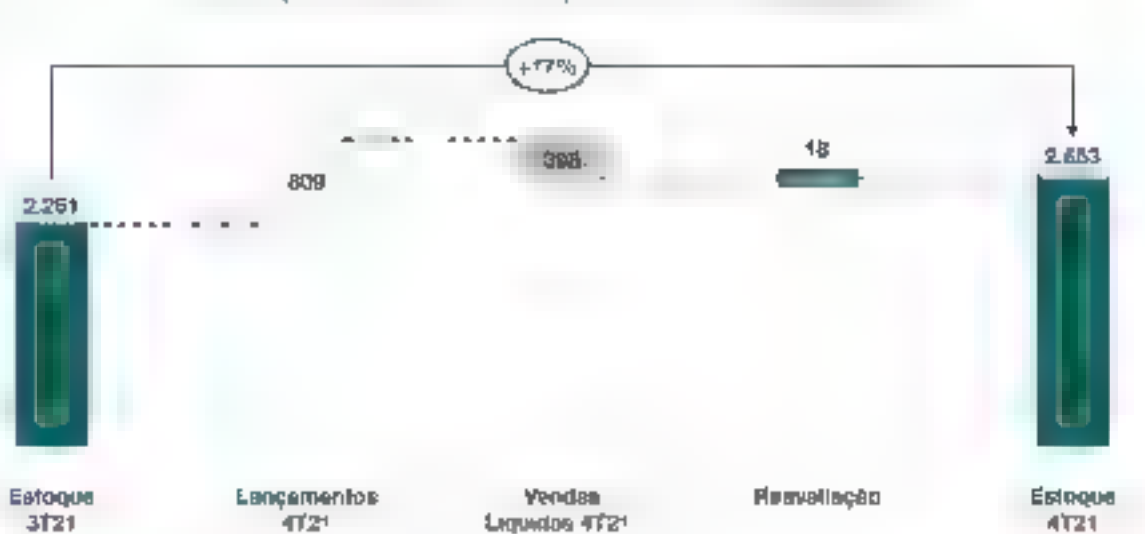
Lançamento	VGV Total (R\$ mil)	VGV Even (R\$ mil)	Projetos	Unidades	% Unidades
2015	1.531.445	886.899	5	1.803	36%
2016	867.001	589.087	2	854	17%
2017	496.036	411.300	17	615	12%
2018	72.072	21.854	9	295	6%
2019	11.76	84.956	8	41	1%
2020	83.476	38.630	8	379	8%
2021	62.470	39.115	4	155	3%
Após 2021	68.987	13.920	42	467	10%
Total	3.273.776	2.653.071	113	4.936	100%

Em aberto, o tempo médio para entrega

Empresa	VGV Total (R\$ mil)	VGV Even (R\$ mil)	Pronto	Estoque Pronto	Estoque em Construção
Even	2.87.057	2.175.350	74.412	42	25
Melinck	1.087.685	477.721	153.070	33	23
Total	3.273.776	2.653.071	307.432	85	48

Valores mencionados que a Even trimestralmente renova o valor do estoque, de modo a reproduzir a melhor expectativa de preço de venda considerando o mercado atual

### Evolução Trimestral do Estoque (VGV % Even)



\* Vendas líquidas não considera vendas de serviços

### TERRENOS (LAND BANK)

No 4º trimestre de 2021, foi adquirido 1 terreno localizado em São Paulo com VGV potencial de R\$ 91 milhões (R\$ 21 milhões % Even) e houve a simplificação de 1 terreno, com incremento no VGV de R\$ 54 milhões. No Rio Grande do Sul foram adquiridos 3 terrenos com VGV potencial de R\$ 44 milhões (R\$ 74 milhões % Even). O VGV potencial do banco de terrenos totalizou R\$ 97 milhões, sendo R\$ 5,8 bilhões % Even. O gráfico abaixo apresenta a evolução da compra de terrenos dos últimos trimestres.

### Banco de Terrenos (VGV R\$ Milhões e % Even)



■ 1 de terrenos adquiridos ■ VGV de terrenos adquiridos (% Even)

Com isso, o potencial de VGV do land bank em 31 de dezembro de 2021, totalizando 58 diferentes projetos ou fases, vale a dizer que os tipos médios, médio alto e alto representam 80% do land bank.

A tabela abaixo fornece a abertura do nosso land bank por tipologia de projeto

Tipologia	Nº de Lançamentos	Área (m²)		Unidades	VGV Esperado (R\$ mil)			
		Terreno	Útil		Total	Even	% do Total	
Alto	2	25.241	743.64	2.482	4.4	3.896	2.601.804	46%
Médio	9	229.017	348.337	4.690	7.4	5.64	1.385.526	23%
Low-cost	10	4.465.218	704.284	6.810	0.93	70	248.87	4%
Médio Alto	5	14.489	85.782	574	839	982	679.4	3%
Econômico	7	65.005	79.539	1.403	463.822	197.110	5%	
Studio	7	6.768	38.048	1.90	412.881	4.2867	4%	
Total	58	4.895.791	2.579.64	18.256	9.701.032	5.895.670	100%	

Já a tabela abaixo fornece a abertura do nosso land bank por empresa

Empresa	Nº de Lançamentos	Área (m²)		Unidades	VGV Esperado (R\$ mil)		
		Terreno	Útil		Total	Even	% do Total
Even	24	81.798	477.082	5.170	4.973.029	4.178.474	61%
Melinck	34	4.733.995	2.02.082	1.086	4.722.012	7.198	49%
Total	58	4.895.791	2.579.164	16.256	9.701.032	5.895.670	100%

### COMPROMISSO POR AQUISIÇÃO DE TERRENOS

Conforme normas contábeis, os terrenos são refletidos contabilmente apenas por ocasião da transferência de controle, quando da obtenção da escritura definitiva, independente do grau de negociação.

A posição do estoque de terrenos (% Even) e da dívida líquida de terrenos (lançados e não lançados), considerando os terrenos já adquiridos bem como os adiantamentos efetuados e os compromissos assumidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2021, encontra-se a seguir:

Adiantamento para Aquisição de Terrenos	Terrenos Não Lançados	
	On Balance	Off Balance
Estoque de Terrenos*	7.683	294.717
Terrenos Destinados à Venda	181.034	288.395
Terrenos sem Escritura (off balance)*		2.789.825
Total de Terrenos (a custo)		2.789.825

Nota 8: terrenos não lançados e sem escritura (parcela paga encontra-se refletida contabilmente)

Nota 9: terrenos não lançados com escritura (refletidos contabilmente) líquido de provisão para ajuste de valor de mercado

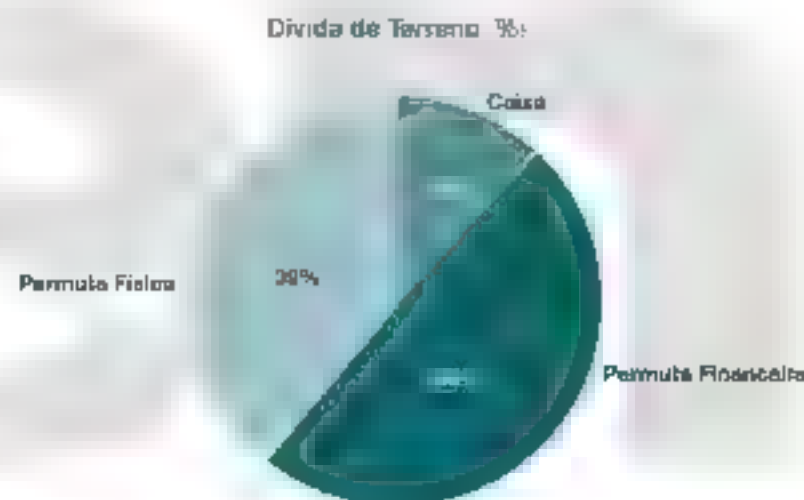
Nota 9: terrenos já destinados à venda

Nota 26 (b): terrenos não lançados (não refletidos contabilmente)

	Terrenos Não Lançados		Terrenos Lançados	Dívida de Terrenos
	On Balance	Off Balance	On Balance	
Dívida de Terrenos	(304.415)	(1.288.385)	(1.530.475)	(3.121.275)
Carta	7.024	(236.186)	138.852	(382.043)
Permuta Financeira	(84.914)	(29.882)	0	(28.517)
Permuta Física	(22.477)	(788.327)	(32.872)	(232.876)
Total de Dívida de Terrenos	(304.802)	(2.312.594)	(1.530.475)	(3.121.275)

Nota 26 (b): terrenos não lançados (não refletidos contabilmente)

No gráfico abaixo, é possível verificar nossa composição de pagamento de terrenos



### ENTREGA E EXECUÇÃO DE EMPREENDIMENTOS

Abaixo seguem algumas informações sobre a capacidade operacional da Even

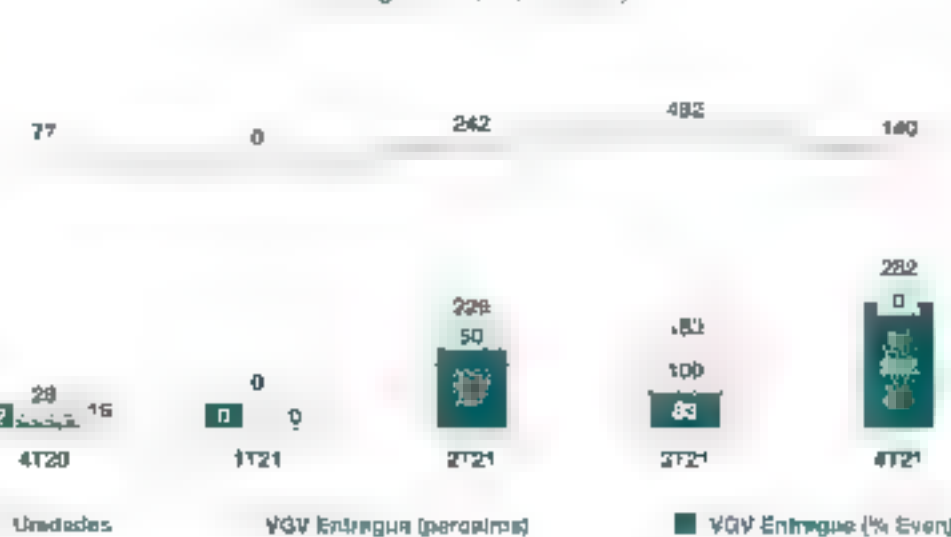
	2017	2018	2019	2020	1T21	2T21	3T21	4T21
Canilheiro de Obras Ativas	35	28	37	28	31	32	36	37
Empreendimentos Entregues	23	14	4	7		2	2	2
Unidades Entregues	4.924	2.854	2.766	739		242	492	40
VGV Total Unidades Entregues								
R\$ milhões	1.053	867	1.560	747		226	83	252
VGV Para Even - Unidades Entregues								
R\$ milhões	240.5	713	1.422	654		77	83	282

Valor considerando o preço de venda na época do lançamento

### Entrega de empreendimentos

No 4º trimestre de 2021, foram entregues dois projetos em São Paulo com VGV total de R\$ 282 milhões, somando 140 unidades

### Entregas (VGV R\$ Milhões)



Unidades VGV Entrega (parciais) VGV Entrega (% Even)

### REPASSES E RECEBIMENTO

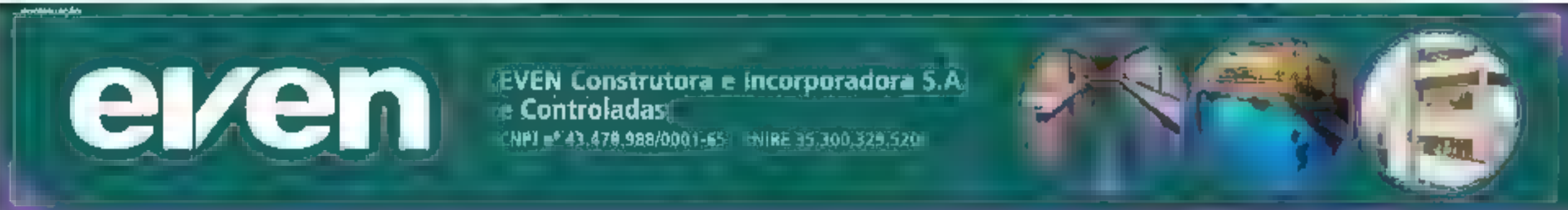
O processo de repasse (financiamento bancário para os clientes) continua sendo o foco da Companhia, dado a sua relevância para o fluxo de caixa.

Conforme a próxima tabela, o recebimento total de clientes (unidades em obra e concluídas) no 4º trimestre foi de R\$ 3,8 milhões.

	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21
Unidades em Obra	326.885	598.319	284.831	318.433	274.598
Unidades Perfeitas (concluídas)	171.825	84.541	70.842	40.781	83.284
Total	498.710	682.860	355.672	359.214	357.882

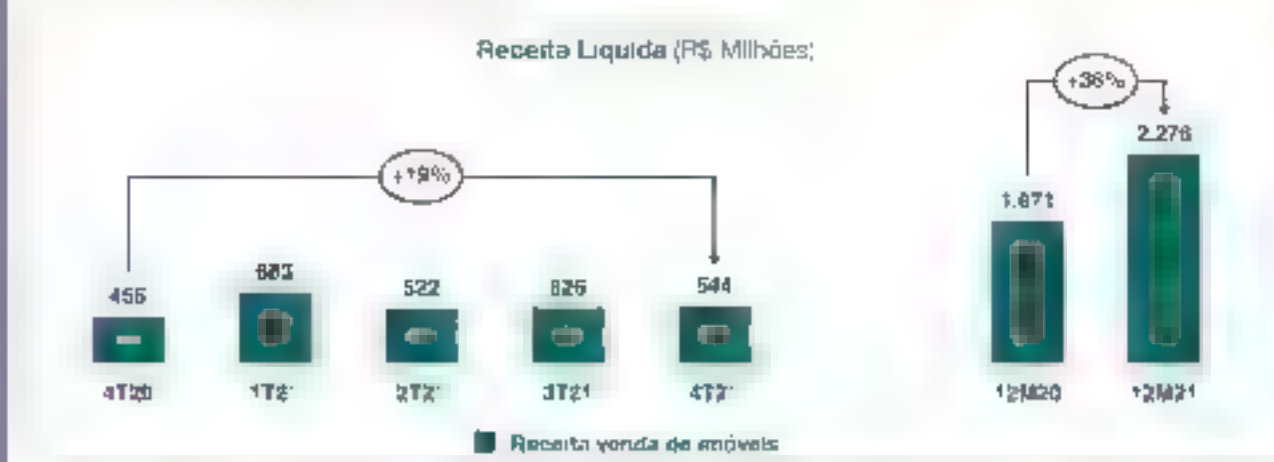
condição



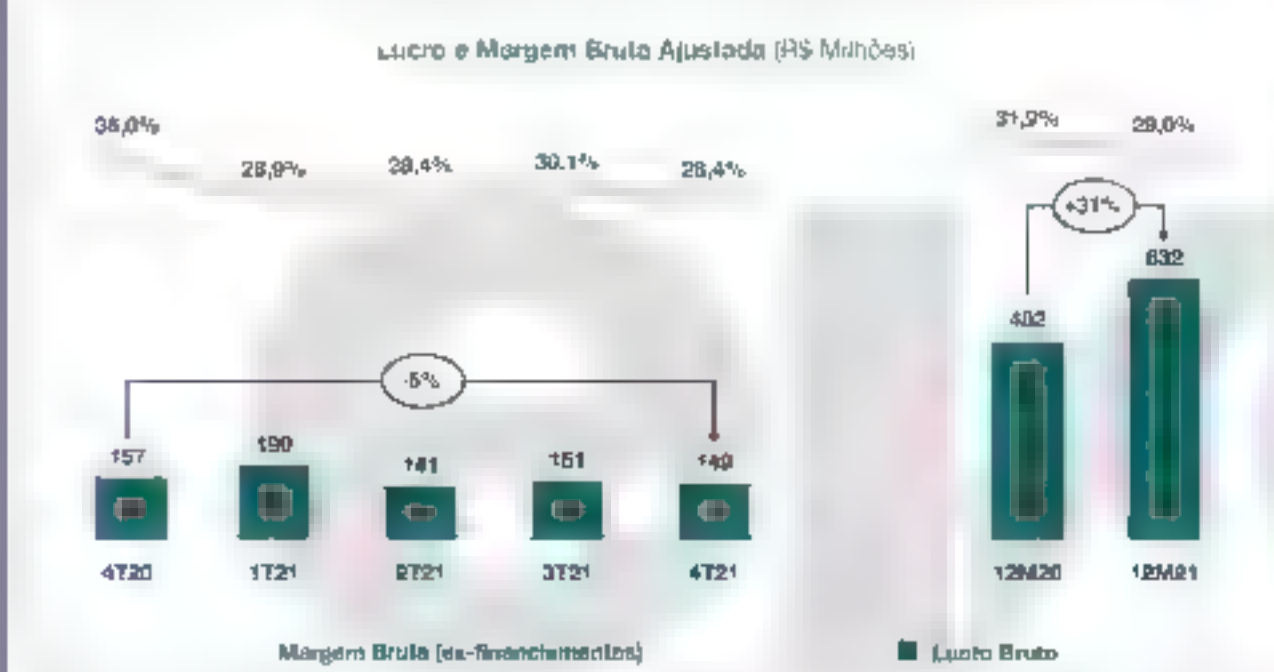


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**RECEITA**  
No 4T21, obtivemos Receita líquida de R\$ 544 milhões, 9% de crescimento versus 4T20. Em 2021, totalizou R\$ 2,3 bilhões (crescimento de 96% em relação ao período anterior).



**LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA**  
O Lucro bruto foi de R\$ 148 milhões no 4T21, cuja margem bruta ex-financejamentos foi de 26,4%, expurgando os efeitos dos encargos financeiros apropriados ao custo (CFLs emitidos com lastro de estoque e financjamento à produção).



Segundo quadro demonstrando as margens brutas: (i) contábil, (ii) ex-financejamento (REF) e (iii) do estoque (com os efeitos dos encargos financeiros apropriados ao custo):

Referente ao 4T21 (R\$ milhões)	Margem Bruta	Margem REF*	Margem Bruta do Estoque
Receita Líquida	543,5	1.948,0	2.944,3
CPV	(394,7)	(1.347,5)	(2.032,9)
Construção e Terreno	(168,0)	1.142,6	895,3
Financiamento à Produção	5,7		(37,8)
Lucro Bruto	140,9	800,5	911,4
Margem Bruta (%)	27,4%	30,8%	31,0%
Margem Bruta (%) ex-financejamentos (produção e corporativo)**	26,4%	30,8%	32,2%

Margem REF é de estoque quando foram realizadas as melhorias das receitas de serviços e indexação da carteira pelo INCC.  
Encargos financeiros apropriados ao custo.

É importante destacar que a Even atualiza o custo orçado dos empreendimentos mensalmente, não apenas considerando a variação do INCC no período, mas sim o custo efetivamente orçado atualizado pela área técnica.  
Na tabela abaixo podemos observar o custo a incorrer anual de todos os empreendimentos em fase de obra, incluindo as unidades vendidas e não vendidas (estoque).

Ano	Custo a incorrer 4T21		
	Unidades Vendidas (R\$ milhões)	Unidades em Estoque (R\$ milhões)	Total (R\$ milhões)
2022	784,9	328	1.112,9
2023	445,1	3.84	789,5
2024	116,5	87	203,5
2025		14	14
Total	347,6	730,6	2.078,3

\* Expurgando custo das unidades não lançadas de empreendimentos baseados de R\$ 182,6 milhões.

**DESPESAS COMERCIAIS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

No 4T21 as Despesas operacionais totalizaram R\$ 97 milhões, conforme tabela abaixo:

	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	2021
Comerciais	(2.924)	(35.804)	(20.868)	(31.51)	(57.124)	(147.431)
Gerais e Administrativas	(3.708)	(34.537)	(30.029)	(4.40)	(42.263)	(55.99)
Outras Despesas Operacionais	(26.7)	(5.900)	(17.887)	(5.889)	(18.020)	(68.708)
Despesas Operacionais	(26.321)	(58.242)	(58.805)	(54.690)	(97.431)	(367.130)
% da Receita Líquida	5,8%	10,0%	11,3%	10,5%	17,9%	16,1%

**Despesas comerciais:**  
As Despesas comerciais totalizaram R\$ 37 milhões no 4T21, representando 6,8% da Receita líquida.

**Despesas gerais e administrativas:**  
As Despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 42 milhões no 4T21. As despesas gerais e administrativas representavam 8,9% da Receita líquida nos 12M21.

**Outras receitas/despesas operacionais:**  
As outras receitas/despesas operacionais apresentaram resultado negativo de R\$ 8 milhões no 4T21.

	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	2021
Acordos Judiciais	29.479	5.580	(10.712)	(15.0)	(16.314)	(11.726)
Provisão para Contingências	(6.303)	(4.4)	(4.059)	2.348	3.284	(2.840)
Outras Receitas (Despesas)	(7.380)	6.402	2.744	(2.387)	2.68	(8.708)
Provisão de Dúvidas IFRS 9	(688)	(495)	(5.86)	(49)	(2.330)	(8.435)

**Outras Receitas (Despesas) Operacionais:**  
28.711 (16.900) (17.887) (15.899) (18.020) (68.708)

A provisão para dúvidas apresentada como outras despesas operacionais refere-se à provisão constituída com base nos conceitos do IFRS 9, com característica de provisão para restituição de ativos financeiros.

**RESULTADO FINANCEIRO**

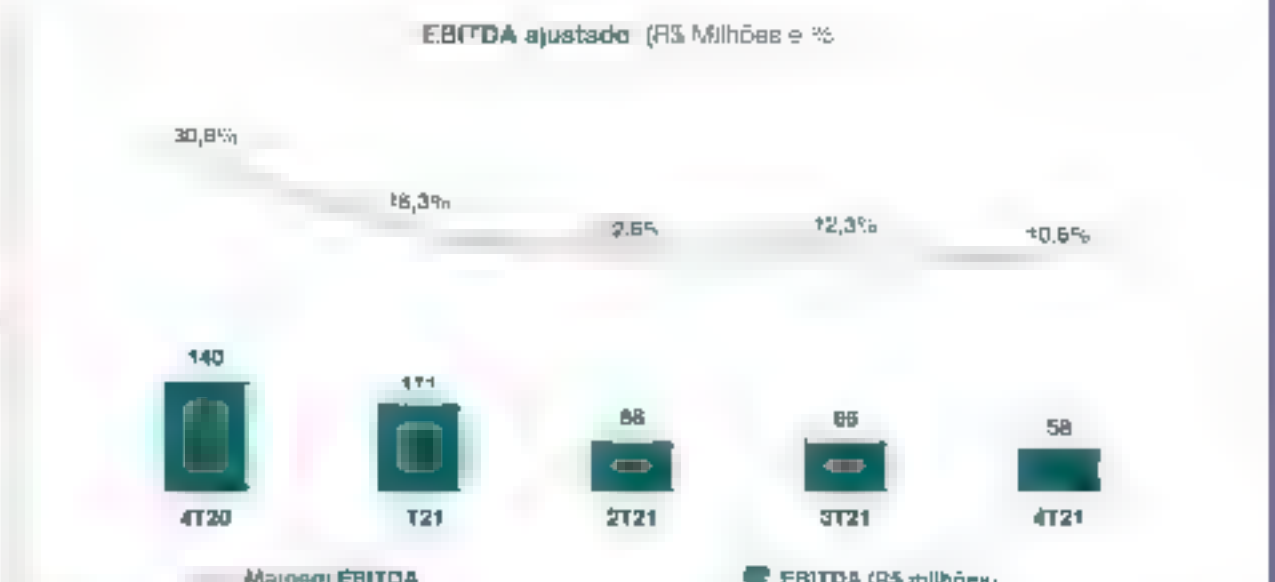
O Resultado financeiro do 4T21 foi positivo em R\$ 26 milhões. O detalhamento encontra-se a seguir:

	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	2021
Despesas Financeiras	(17.383)	(18.675)	(16.342)	(18.556)	(14.299)	(65.672)
Juros	(12.972)	(430)	(0.64)	(0,96)	(0,18)	(43,28)
Outras Despesas Financeiras	(4,4)	(4,245)	(5,578)	7,650	4,38	(8,672)
Receitas Financeiras	6.577	17.879	20.462	29.399	34.903	102.73
Juros com Aplicações Financeiras	3.540	5.779	9.959	4.650	13.09	48.91
Juros de Clientes	(2.474)	6.412	8,52	11,54	13,599	38,039
Outras Receitas Financeiras	5,46	5,789	3,335	9,036	3,210	(4,960)
Despesas Financeiras Líquidas	(10.806)	(2.303)	(6,110)	(10,643)	(20,602)	(37,690)
Reclassificação das Despesas Apropriadas ao Custo	6.392	7,75	6,318	7,047	5,898	26,839
Resultado Financeiro	(4,414)	8,479	11,028	17,890	26,301	54,698

Contém despesas financeiras de juros apropriados ao custo.

**EBITDA**

A seguir pode ser observada a história do EBITDA ajustado:



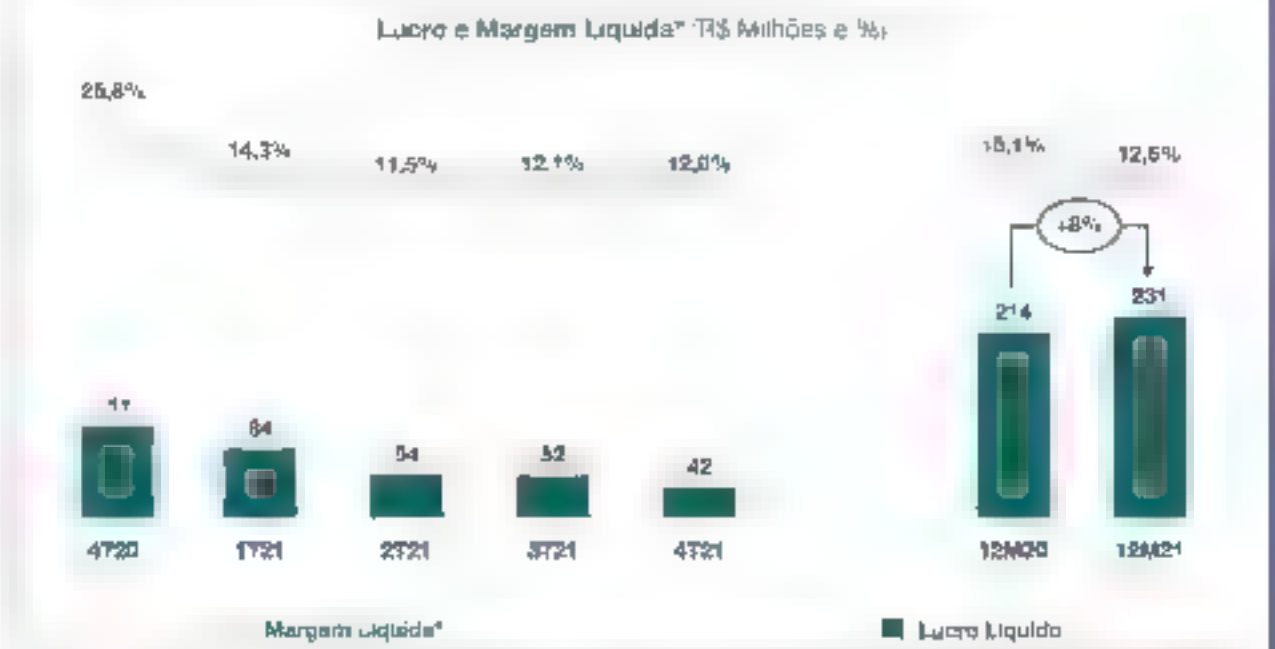
	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21
Conciliação EBITDA					
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	127.941	112.250	97.881	73.931	75.788
+ Resultado Financeiro	4.414	(8.479)	(11.028)	(17.890)	(26.301)
+ Depreciação e Amortização	1.175	507	674	886	2.582
EBITDA	33.830	104.270	58.727	57.926	52.046
Margem EBITDA (%)	29,4%	16,3%	11,2%	11,0%	9,6%
EBITDA LTM	278.934	339.370	354.919	354.784	272.979
Margem EBITDA LTM (%)	16,7%	17,4%	8,9%	16,2%	12,0%
EBITDA	133.830	104.279	58.727	57.926	52.046
Despesas Apropriadas ao Custo	6.392	7,75	6,318	7,047	5,898
EBITDA Ajustado	140.222	11.455	65.645	64.874	57.144
Margem EBITDA Ajustado (%)	30,8%	16,3%	2,8%	12,3%	10,6%
EBITDA LTM Ajustado	329.027	381.044	390.716	382.296	298.818
Margem EBITDA LTM Ajustado (%)	19,7%	19,6%	19,6%	17,5%	13,2%

EBITDA ajustado: resultado antes dos impostos, resultado financeiro, encargos financeiros apropriados ao custo, depreciações e amortizações.

A Companhia entende que o EBITDA Ajustado oferece uma melhor percepção dos resultados operacionais. De acordo com as normas contábeis aplicáveis para entidades de incorporação imobiliária, os custos financeiros referentes aos financiamentos à produção são capitalizados nos custos de imóveis vendidos. Dessa forma, o EBITDA que não deveria incluir juros em seu cálculo, acaba por incluir a parcela relativa aos financiamentos à produção. O selo é apropriado na nota explicativa nº 7 das demonstrações financeiras da Companhia.

**LUCRO LÍQUIDO E MARGEM LÍQUIDA**

No 4º trimestre o lucro líquido foi de R\$ 42 milhões, com margem líquida de 12,0%.



\* Dado que a receita líquida considera a participação dos minoritários, a margem líquida também é relativa ao lucro líquido antes da participação de minoritários. Excluindo resultado de operações descontinuadas no 4T20.

**ESTRUTURA FINANCEIRA**

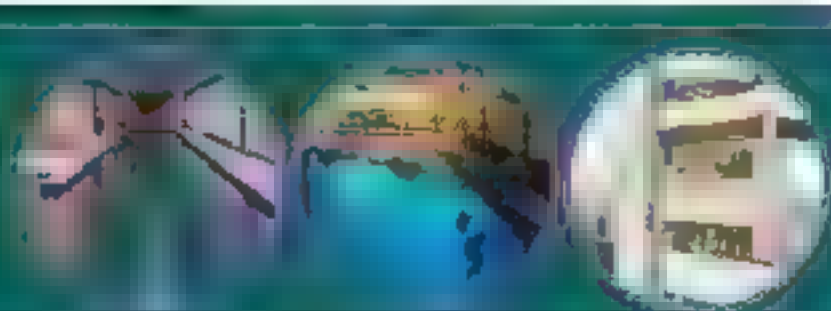
Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de disponibilidades era de R\$ 642 milhões. Os empréstimos e financiamentos à produção totalizaram R\$ 314 milhões, sendo R\$ 234 milhões de dívida de financiamento à produção (SFH e CRI) que são integralmente garantidos pelos recebíveis ou estoque, e R\$ 80 milhões correspondente a dívidas corporativas. A tabela a seguir mostra a estrutura de capital e a alavancagem em 31 de dezembro de 2021.

	31/12/2021 (R\$ milhões)	
Produção SFH	5,9	56%
Produção CRI	(58,0)	5%
CRI Corporativa	(57,7)	5%
CCB Imobiliária	(21,9)	1%
Dívida Bruta	(113,5)	100%
Caixa	94,6	
Caixa Líquido	622,0	
Patrimônio Líquido	2.592,3	
Caixa Líquido/PL	24,2%	



# even

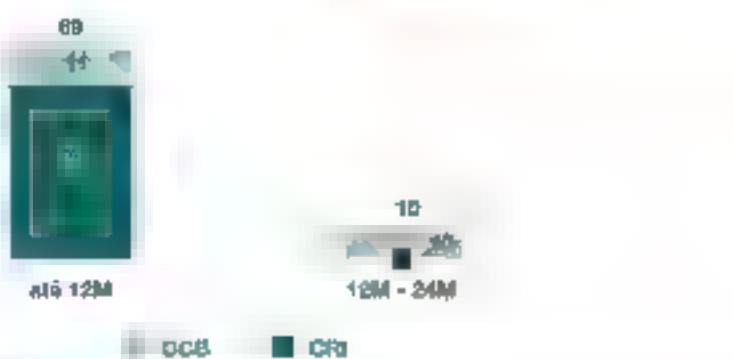
**EVEN Construtora e Incorporadora S.A.**  
e Controladas  
CNPJ nº 43.478.988/0001-55 - NIRE 35.300.325/500



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Abre-se a possibilidade de gerar o fluxo de amortização de nossas dívidas corporativas (ex-financeiras) à produção.

### Cronograma de Amortização Dívida Corporativa (R\$ Milhões)



### GERAÇÃO DE CAIXA/CASH BURN

A geração operacional de caixa de 4T21 foi de R\$ 100 milhões. No equívoco da 2021, a geração operacional de caixa foi de R\$ 36 milhões.

Geração de Caixa	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	2021
Dívida Líquida Inicial	388,7	(835,7)	(832,6)	(875,5)	782,5	(835,7)
Dívida Líquida Final	(835,7)	1.032,6	(875,5)	(752,5)	(628,0)	(628,0)
Geração de Caixa	447,0	186,9	(67,1)	(113,0)	(134,5)	(207,6)
Dividendos			158,9		15,0	173,9
Recompra de Ações		29,4		30,9		60,3
Geração de Caixa (ex-dividendos e recompra)	447,0	228,3	10,8	(82,1)	(119,5)	35,7

No 3T21, recompra líquida de ações (EVEN3) de R\$ 24,4 MM.

### CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Encerramos o 4T21 com R\$ 272 milhões de recebíveis de unidades concluídas. Esses valores, em sua maior parte, estão em processo de repasse para os bancos (financiamento para o cliente). O contas a receber pela venda de imóveis até o 4T21 é de R\$ 1,5 bilhão. O saldo de contas a receber das unidades vendidas e a entrega não concluídas não está totalmente refletido como ativo nas demonstrações financeiras, uma vez que o saldo é reconhecido na medida da evolução da construção.

De acordo com o cronograma abaixo, do total de recebíveis de R\$ 2,8 bilhões (contas a receber apropriado mais o saldo a receber a apropriar no balanço), possuímos o seguinte cronograma de recebimento:

Ano	Durante o Período da Obra (R\$ milhões)	Após o Período de Obras (R\$ milhões)	Contas a Receber Total (R\$ milhões)
2022	485,8	1.138,8	1.624,3
2023	62,8	153,5	316,3
2024	185,5	482,5	668,0
2025	7,7	219,2	226,9
Total	840,0	2.004,0	2.844,0

O saldo de contas a receber é atualizado pela variação do INCC até a entrega das chaves e, posteriormente, pela variação do índice de preços (IPCA), acrescido de juros de até 2% ao ano, apropriados de forma gradual e temporária.

Vale lembrar que estes valores poderão ser quitados pelo cliente, repassados para os bancos (financiamento para o cliente) ou securitizados.

### ANEXOS

#### ANEXO 1 - Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Consolidado (em milhares de reais)	1T21	2T21	3T21	4T21	2021
<b>Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços</b>	583.377	522.287	526.430	543.549	2.275.744
<b>Custo Incorrido das Vendas Realizadas</b>	(493.022)	(380.617)	(375.100)	(394.662)	(1.643.401)
<b>Lucro Bruto</b>	190.356	441.670	151.330	148.887	622.343
Margem Bruta	32,6%	27,1%	28,7%	27,4%	27,4%
Margem Bruta ex-financeiro	28,9%	28,4%	30,1%	28,4%	28,9%
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>	(86.242)	(86.803)	(84.648)	(97.431)	(355.924)
Comerciais	(36.804)	(38.888)	(37.616)	(37.288)	(150.596)
Gerais e Administrativas	(28.763)	(32.261)	(34.630)	(25.885)	(121.539)
Remuneração da Administração	(5.774)	(5.804)	(6.310)	(16.428)	(34.316)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas	16.900	(17.887)	(6.899)	(8.022)	(68.708)
<b>Lucro (Prejuízo) Operacional antes das Participações Societárias, do Resultado Financeiro</b>	102.114	54.884	56.681	51.456	254.913
<b>Resultado das Participações Societárias</b>	888	2.87	(640)	(1.971)	236
<b>Resultado Financeiro</b>	3.478	11.028	17.890	26.301	64.698
Despesas Financeiras	(8.500)	(8.434)	(11.503)	(8.801)	(36.838)
Receitas Financeiras	17.979	20.452	29.396	34.902	102.729
<b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>	112.250	57.581	73.631	75.786	329.647
<b>IRPJ e CSLL</b>	(12.252)	(9.828)	(10.148)	(9.667)	(41.901)
Corrente	(14.065)	(8.889)	(10.049)	(9.631)	(42.640)
Diferido	1.813	(967)	(118)	(97)	709
<b>Lucro Líquido Antes das Operações Descontinuadas</b>	99.998	58.055	63.745	66.119	287.746
<b>Prejuízo Líquido do Exercício das Operações Descontinuadas</b>	(2.538)	1.967	(57)	(1.067)	(1.695)
<b>Lucro Líquido Antes da Participação dos Minoritários</b>	97.460	60.022	63.688	65.052	286.051
Participação dos Minoritários	3.832	(7.794)	(12.083)	(23.291)	(35.809)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	93.628	52.228	51.605	41.761	250.242

#### Demonstração do Resultado Consolidado e Ex-Melnick (em milhares de reais)

Demonstração do Resultado	2021	4T21	2021	4T21
<b>Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços</b>	2.275.744	543.549	1.503.925	308.912
<b>Custo Incorrido das Vendas Realizadas</b>	(1.643.401)	(394.662)	(1.058.908)	(21.802)
<b>Lucro Bruto</b>	632.343	148.887	445.017	98.110
Margem Bruta	27,8%	27,4%	29,7%	21,0%
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>	(357.130)	(97.431)	(243.034)	(83.778)
Comerciais	(142.431)	(37.128)	(84.438)	(17.990)
Gerais e Administrativas	(59.391)	(42.283)	(60.700)	(29.288)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas	(55.308)	(8.020)	(50.426)	(17.490)
<b>Lucro (Prejuízo) Operacional antes das Participações Societárias, do Resultado Financeiro</b>	254.913	51.456	203.985	31.332
<b>Resultado das Participações Societárias</b>	236	(1.971)	735	(1.971)
<b>Resultado Financeiro</b>	64.698	26.301	25.687	10.719
Despesas Financeiras	(36.838)	(8.801)	(24.054)	(8.118)
Receitas Financeiras	102.729	34.902	59.741	18.837
<b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>	329.647	75.786	229.908	40.080
<b>IRPJ e CSLL</b>	(41.901)	(9.667)	(28.351)	(6.883)
<b>Lucro Líquido Antes das Operações Descontinuadas</b>	287.746	66.119	201.557	33.197
<b>Prejuízo Líquido do Exercício das Operações Descontinuadas</b>	(1.695)	(1.067)	(1.695)	(1.067)
<b>Lucro Líquido Antes da Participação dos Minoritários</b>	286.051	65.052	199.862	33.330
Participação dos Minoritários	(35.809)	(23.291)	(6.311)	(8.043)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	250.242	41.761	193.551	25.287
Margem Líquida	11,2%	7,7%	12,9%	8,2%
Margem Líquida sem minoritários	2,6%	2,0%	13,3%	10,9%

### ANEXO 2 - Balanço Patrimonial

#### Balanço Patrimonial Consolidado (em milhares de reais)

	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21
<b>Ativo</b>	31/12/2020	31/03/2021	30/06/2021	30/09/2021	31/12/2021
Disponibilidades	1.280.204	449.59	1.29.464	15.345	939.34
Caixa Vinculado	8.700	5.289	3.894	3.024	2.444
Contas a Receber	684.616	732.277	787.301	785.065	65.214
Imóveis a Comercializar	1.724.135	2.122.359	2.199.132	2.507.974	2.54.47
Demais Contas a Receber	20.77	45.018	27.981	148.356	42.973
<b>Ativo Circulante</b>	3.798.373	4.454.106	4.379.972	4.553.264	4.343.892
Ativos Destinados à Venda	181.034	181.034	181.034	181.034	181.034
<b>Ativo Não Circulante Destinado à Venda</b>	181.034	181.034	181.034	181.034	181.034
Contas a Receber	684.616	732.277	787.301	785.065	65.214
Imóveis a Comercializar	381.357	282.747	285.745	287.181	742.471
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	12.279	1.454	15.128	7.847	6.784
Transações com Partes Relacionadas	89.281	106.379	111.713	104.740	98.589
Demais Contas a Receber	29.102	30.410	30.718	28.780	28.941
Investimentos	28.760	24.634	27.817	32.51	29.79
Imobilizado	11.918	13.567	13.862	18.807	21.288
Intangível	269	186	132	387	295
<b>Ativo Não Circulante</b>	1.197.370	1.654.453	1.648.683	1.732.802	1.404.984
<b>Total do Ativo</b>	5.175.777	6.108.559	6.028.655	6.286.066	5.748.876
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>	31/12/2020	31/03/2021	30/06/2021	30/09/2021	31/12/2021
Fornecedores	30.34	78.165	51.153	66.369	60.133
Contas a Pagar por Aquisição de Imóveis	383.045	319.283	373.324	324.072	629.068
Contas a Pagar por Aquisição Sociedade Controladas		65.506	146.285	15.77	0.724
Empreendimentos e Financiamentos	142.878	123.940	131.832	102.631	108.019
Impostos e Contribuições a Recolher	45.284	40.60	33.859	33.961	
Adiantamentos de Clientes	810.196	886.077	899.441	0.1450	086.245
Dividendos Propostos	4.224	4.224			
Provisões	129.371	133.006	113.183	117.359	106.388
Demais Contas a Pagar	114.729	168.893	170.481	185.605	225.886
<b>Passivo Circulante</b>	1.650.669	1.831.380	1.985.788	2.271.734	2.315.443
Contas a Pagar por Aquisição de Imóveis	575.879	604.302	592.848	555.864	609.748
Contas a pagar por Aquisição Sociedade Controladas		172.931	71.297	71.297	50.000
Provisões	38.402	7.670	131.872	122.651	21.700
Empreendimentos e Financiamentos	310.382	288.058	288.038	248.738	207.514
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	22.448	20.388	21.537	2.271	2.865
Demais Contas a Pagar					8.001
<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>	1.044.681	1.233.289	1.105.303	1.019.731	1.022.29
Capital Social Atribuído aos Acionistas da Controladora	657.409	657.409	657.409	657.409	65.409
Ações em Tesouraria	(31.522)	(31.522)	(30.752)	(55.889)	(55.889)
Plano de Opção de Ações			28.822	33.810	38.798
Reserva de Lucros	120.971	202.403	109.359	55.232	80.484
<b>Patrimônio Líquido</b>	1.745.968	1.828.289	1.788.428	1.790.582	1.820.806
Participação dos Não Controladores	735.459	778.654	779.030	785.073	77.532
<b>Passivo e Patrimônio Total</b>	2.481.417	2.664.944	2.595.458	2.575.695	2.569.338

#### Balanço Patrimonial Consolidado e Ex-Melnick (em milhares de reais)

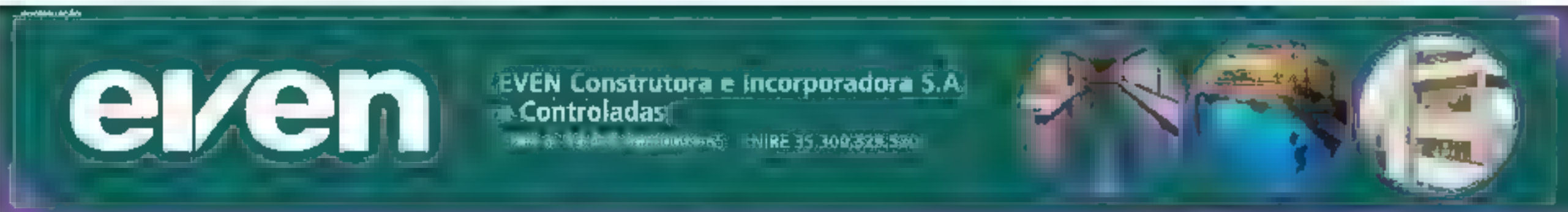
	Consolidado	Ex-Melnick
<b>Ativo</b>		
Disponibilidades	939.134	538.44
Caixa Vinculado	2.444	2.444
Contas a Receber	1.105.214	853.709
Imóveis a Comercializar	2.199.132	1.347.474
Demais Contas a Receber	148.893	112.215
<b>Ativo Circulante</b>	4.343.892	2.634.283
Ativos Destinados à Venda	181.034	181.034
<b>Ativo Não Circulante Destinado à Venda</b>	181.034	181.034
Contas a Receber	475.475	302.652
Imóveis a Comercializar	742,4	68,395
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	7.847	4,031
Transações com Partes Relacionadas	99.589	99.402
Demais Contas a Receber	28,4	21,992
Investimentos	29,79	25,747
Imobilizado	21.288	7,57
Intangível	295	27
<b>Ativo Não Circulante</b>	1.404.984	1.143.183
<b>Total do Ativo</b>	5.748.876	3.778.606
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>		
Fornecedores	60.333	34.857
Contas a Pagar por Aquisição de Imóveis	629.068	578.377
Contas a Pagar por Aquisição Sociedade Controladas	101.724	101.724
Empreendimentos e Financiamentos	108.019	99.95
Impostos e Contribuições a Recolher		
Adiantamentos de Clientes	1.088.845	871.254
Dividendos Propostos		
Provisões	108.388	40.802
Demais Contas a Pagar	225.886	123.124
<b>Passivo Circulante</b>	2.315.443	1.654.413
Contas a Pagar por Aquisição de Imóveis	599.748	588.721
Contas a Pagar por Aquisição Sociedade Controladas	80.000	60.000
Provisões	128.700	99.370
Empreendimentos e Financiamentos	207.514	201.904
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	21.865	10.833
Demais Contas a Pagar	8.901	
<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>	1.022.128	830.771
Capital Social Atribuído aos Acionistas da Controladora	657.409	78.895
Ações em Tesouraria	(55.889)	(54.197)
Plano de Opção de Ações	38.798	38.798
Reserva de Lucros	180.488	102.825
<b>Patrimônio Líquido</b>	1.820.806	1.286.321
Participação dos Não Controladores	771.632	36.895
<b>Passivo e Patrimônio Total</b>	5.748.876	3.778.606

### ANEXO 3 - Demonstração do Fluxo de Caixa

#### Demonstração do Fluxo de Caixa (em milhares de reais)

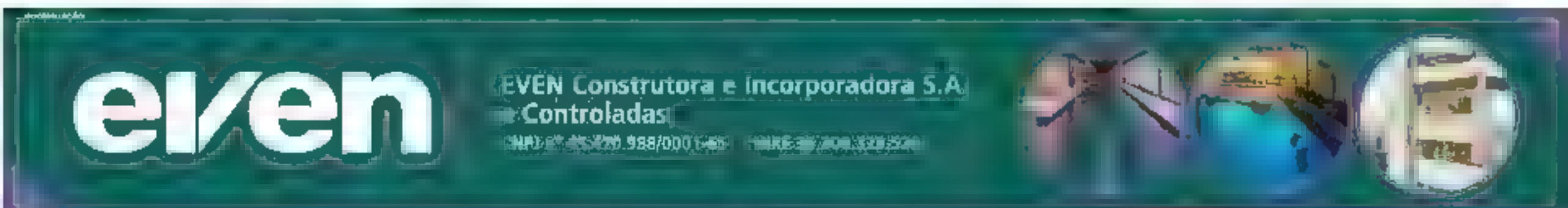
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>				
<b>Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	23.64	142.205	329.847	285.970
Ajustes para Harmonizar o lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social com o Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais				
Equivalência Patrimonial	(354.438)	(245.555)	(236)	4.331
Depreciações e Amortizações	3.635	7.386	8.444	8.100
Provisões	(40.178)	(70.724)	(38.811)	(54.473)
Juros Provisionados	12.848	40.841	2.485	118.896
Juros Agravados em Aplicações Financeiras	(15.979)	(19.550)	(5.349)	(23.258)
Valor de Mercado swap		68		165
Variações nos Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes				
Contas a Receber	305	7.775	(280.559)	(57.214)
Imóveis a Comercializar	(1.978)	(8.328)	(79.108)	207.790
Contas a Pagar por Aquisição Sociedade Controladas			15.724	
Demais Contas a Receber	(31.070)	(8.640)	(2.495)	18.524
Fornecedores	382	(5.844)	9.386	48.101
Contas a Pagar por Aquisição de Imóveis	47.333	49.833	276.055	514.071
Adiantamentos de Clientes	2.422	1.243	6.424	28.653
Demais Passivos				continua...





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO												
	Controladora		Consolidado		Terreno	Localização	Data da Compra	Terreno	Áreas (m²)		VGV Esperado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020					Urn	Unidades	Total	Even
<b>Variações no Patrimônio não afetam Caixa</b>												
Aquisições de Ações em Tesouraria					Terreno X	São Paulo	jan-9	1.990	2.130	94	135.432	15.432
Concessões de Ações ILP	38.798	4.533	38.798	4.533	Terreno XII	São Paulo	dez-9	4.897	25.856	272	378.044	328.044
<b>Variações na Participação dos Não Controladores</b>												
Gain na Perda de Participação Secundária em Controlada (OPA)		129.535		123.535	Terreno XIII	São Paulo	dez-19	2.17	6.377	275	69.554	69.554
Perda na Variação de Participação em Operações com Parte Relacionada					Terreno XIV	São Paulo	jun-20	404	8.48	317	10.444	0.444
Custo na Base de Participação Alinhada à Parte Relacionada		(34.678)		(34.678)	Terreno XV	São Paulo	jul-20	78	4.380	62	55.306	55.306
<b>Caixa Gerado pelas Atividades das Operações</b>	(191.708)	(2.588)	28.382	1.174.689	Terreno XVI	São Paulo	jul-20	14.2	79.053	502	737.759	737.759
Juros Pagos	12.357	(72.847)	18.159	(99.985)	Terreno XVII	São Paulo	ago-20	3.273	6.757	34	195.2	95.12
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos			49.698	(34.303)	Terreno XVIII	São Paulo	ago-20	5.3	2.458	24	7.125	17.25
<b>Caixa Líquido (Aplicado nas) Gerado pelas Atividades Operacionais</b>	(204.045)	(74.835)	(95.675)	1.040.401	Terreno XIX	São Paulo	jan-21	17.677	95.091	85	388.903	694.457
<b>Fluxo de Caixa Operacional das Atividades Não Operacionais</b>					Terreno XX	São Paulo	mar-21	5.373	30.24	293	257.5	257.5
Resultado de Investimentos Descontinuados	(429)	27.522	695	99.782	Terreno XXI	São Paulo	mai-2	455	2.587	83	18.306	8.306
<b>Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais</b>	(429)	(127.522)	(1.695)	(1.98.782)	Terreno XXII	São Paulo	ago-21	6.724	20.954	10	320.586	320.586
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>					Terreno XXIII	São Paulo	dez-21	2.940	1.37	58	175.864	0.067
Aplicações Financeiras	(214.877)	138.537	74.870	(455.602)	Terreno XXIV	São Paulo	dez-21	387	1.920	74	5.675	15.675
Aquisição (Bônus) de Bônus do Ativo Imobilizado e Intangível	(243)	(5.412)	(9.396)	(3.823)	<b>ANEXO 6 - Evolução da Comercialização e Evolução Financeira do Custo*</b>							
Aumento dos Investimentos	50.398	344.400	17.026	2.462	O quadro abaixo apresenta a posição da comercialização e a evolução financeira do custo de nossos empreendimentos em 31/12/2021							
Lucros Recebidos	168.654	286.552	4.28	2.288	<b>Grupo</b>	<b>Div</b>	<b>Empreendimento</b>	<b>Estado</b>	<b>Lançamento</b>	<b>Ano</b>	<b>% Venda</b>	<b>POC</b>
Aumento (Redução) de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em Sociedades Investidas	83.230	269.227	5.495	(8.0)	Even	24.0	Portugal 587	São Paulo	472	2021	34.90%	37%
<b>Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Investimento</b>	387.242	1.073.106	58.224	(467.710)	Even	38.0	Viny Itirapuru	São Paulo	372	2021	39.44%	42%
Ingresso de Novos Empréstimos e Financiamentos	(217.593)	(7.465)	(378.837)	77.512	Even	4260	Arto Alto de Pinheiros	São Paulo	372	2021	38.82%	44%
Pagamento de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2.38	232.373	6.258	234.082	Even	4.80	Modo Pompeia	São Paulo	272	2021	79.84%	36%
Caixa Recobrado	(215.212)	(479.083)	(36.867)	(586.504)	Even	4260	Modo Ipanema	São Paulo	72	2021	50.75%	30%
<b>De Terrenos</b>					Even	3520	Arco do Itaim	São Paulo	72	2021	87.7%	88%
Ingresso de Novos Empréstimos e Financiamentos	(217.593)	(7.465)	(378.837)	77.512	Even	3820	Platô Perdizes	São Paulo	4720	2020	42.49%	49%
Pagamento de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2.38	232.373	6.258	234.082	Even	2370	Balkon Campo Belo	São Paulo	4720	2020	67.14%	43%
Caixa Recobrado	(215.212)	(479.083)	(36.867)	(586.504)	Even	3350	Clari Pinheiros	São Paulo	4720	2020	49.05%	67%
<b>De Acionistas/Partes Relacionadas</b>					Even	4320	Open Marajoara	São Paulo	3720	2020	38.32%	58%
Ingresso (Pagamento) de Partes Relacionadas, Líquido	5.535	(105.689)	7.034	(14.056)	Even	4470	Modo Saúde	São Paulo	3730	2020	47.47%	84%
Dividendos Pagos	(17.777)	(30.080)	(17.777)	(29.283)	Even	4270	Vila 303	São Paulo	4719	2019	65.56%	84%
Aquisições de Ações em Tesouraria	(24.367)	(27.246)	(24.367)	(27.246)	Even	3.40	Stella Campo Belo	São Paulo	4719	2019	69.82%	81%
Concessões de Ações ILP					Even	3850	Uma Alta do Boa Vista	São Paulo	3719	2019	68.29%	83%
Movimentos de Ações Não Controladoras			(18.936)	467.957	Even	4480	Misce Vila Madalena	São Paulo	2719	2019	72.7%	90%
<b>Caixa Líquido (Aplicado nas) Gerado pelas Atividades de Investimento</b>	(416.897)	(642.038)	(344.603)	(268.02)	Even	3630	Fasaria Itaipu	São Paulo	4719	2019/2021	96.51%	87%
<b>(Redução) Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	(234.123)	229.713	(317.749)	(93.807)	Even	4.70	Pedro Paulista	São Paulo	4718	2018	84.02%	69%
Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa					Even	3510	Villa Alta da Lagoa	São Paulo	4718	2018	86.52%	00%
No Início do Exercício	247.714	8.997	35.620	252.315	Even	4090	Rios Moguel Yunes	São Paulo	4717	2017	92.97%	00%
No Fim do Exercício	13.567	247.710	99.873	157.622	Even	630	Monumento SP	São Paulo	1717	2017	49.74%	56%
<b>(Redução) Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	(234.123)	229.713	(317.749)	(93.807)	Even	2710	Mirada Tatuapé	São Paulo	4716	2016	97.30%	00%
<b>ANEXO 4 - NAV</b>												
<b>ANEXO 5 - Land Bank</b>												
A tabela mostra os terrenos adquiridos pela Companhia, por empreendimento, em 31 de dezembro de 2021, excluindo Melnik												
Terreno	Localização	Data da Compra	Áreas (m²)		VGV Esperado							
			Terreno	Urn	Unidades	Total						
Terreno I	Minas Gerais	mar-07	9.511	20.094	178	8.731						
Terreno II	Rio de Janeiro	mar-10	8.410	15.711	86	72.380						
Terreno III	Rio de Janeiro	jun-11	8.410	15.711	168	72.380						
Terreno IV	Rio de Janeiro	jul-12	7.062	8.027	202	108.62						
Terreno V	São Paulo	jul-13	4.887	0.48	58	148.558						
Terreno VI	São Paulo	jan-13	6.239	7.680	94	68.90						
Terreno VII	São Paulo	jan-13	28.657	32.626	276	28.937						
Terreno VIII	Rio de Janeiro	mar-14	14.375	8.43	428	72.75						
Terreno IX	São Paulo	set-16	10.000	27.018	446	172.808						
Terreno X	São Paulo	mar-17	8.93	23.052	387	152.802						
<b>BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais - R\$)</b>												
Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivos e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado		
		2021	2020	2021	2020			2021	2020	2021	2020	
<b>Circulantes</b>						<b>Circulantes</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.587	247.710	99.873	357.622	Fornecedores		3.784	5.176	60.333	49.847	
Títulos e valores mobiliários	5	296.957	65.087	899.261	922.582	Debitos a pagar por aquisição de imóveis	12	-	-	629.888	383.048	
Caixa restrita	8	2.442	4.823	2.444	8.700	Contas a pagar por aquisição de sociedade controlada	11	-	-	101.724	-	
Contas a receber	7.1	1.303	6.900	1.105.214	864.616	Empréstimos e financiamentos	13.1	70.181	64.288	106.018	142.878	
Intangíveis a comercializar	8	15.286	13.488	2.154.27	1.724.138	Adiantamentos de clientes	4	2.500	49.833	088.245	810.80	
Diversas contas a receber		47.156	2.860	4.973	20.17	Provisão para perdas em sociedades participadas	10	51.085	58.677	-	-	
		376.726	361.886	4.343.892	3.798.373	Dividendos propostos		-	-	3.487	4.224	
<b>Ativos não circulantes destinados à venda</b>						Provisões	15	23.884	51.657	106.388	129.371	
Ativos destinados à venda	9	-	-	8.034	8.034	Partes relacionadas	26.1	12.525	14.868	44.372	38.028	
		-	-	181.034	87.034	Diversas contas a pagar	34	104	25.443	178.284	120.888	
<b>Não circulantes</b>								207.803	292.966	2.319.443	1.830.343	
Contas a receber	7.1	18.4	23.849	476.475	936.414	<b>Não circulantes</b>						
Imóveis a comercializar	8	-	-	74.477	38.357	Contas a pagar por aquisição de imóveis	12	-	-	809.748	575.578	
Adiantamentos para futuras investimentos	10.1	42.365	105.598	8.784	12.279	Contas a pagar por aquisição de sociedade controlada	11	-	-	60.000	-	
Partes relacionadas	26.1	173.673	170.008	99.599	98.287	Provisões	15	23.420	35.405	124.708	136.402	
Diversas contas a receber		8.512	9.219	28.341	28.102	Empréstimos e financiamentos	13.1	42.006	348.132	287.514	510.387	
Investimentos	10	1.472.44	1.656.848	29.731	26.759	Imposto de Renda e contribuição social diferidos	16	-	-	21.865	22.674	
Imobilizado		3.852	2.944	21.288	11.818	Diversas contas a pagar		-	-	8.307	-	
Intangível		25	30	295	289			86.428	281.827	1.822.29	1.045.017	
		1.778.112	1.968.555	7.404.984	7.197.370	<b>Total do passivo</b>		274.037	574.495	3.337.572	2.686.360	
<b>Patrimônio líquido</b>						<b>Patrimônio líquido</b>						
Capital social atribuído aos acionistas da controladora	17	1.657.409	1.657.409	657.409	1.657.409	Capital social atribuído aos acionistas da controladora	17	1.657.409	1.657.409	657.409	1.657.409	
Ações restritas e em tesouraria	17.1	(55.889)	(31.522)	(55.889)	(31.522)	Ações restritas e em tesouraria	17.1	(55.889)	(31.522)	(55.889)	(31.522)	
Plano de opção de ações	17.2	38.798	-	38.798	-	Plano de opção de ações	17.2	38.798	-	38.798	-	
Reservas de lucros	17.3	180.488	8.683	180.488	8.683	Reservas de lucros	17.3	180.488	8.683	180.488	8.683	
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	
		1.820.806	1.745.958	1.820.806	1.745.958	Participação dos não controladores		-	-	771.532	735.453	
<b>Total dos ativos</b>		2.094.837	2.320.453	5.829.910	5.178.777	<b>Total do patrimônio líquido</b>		1.820.806	1.745.958	2.592.338	2.487.417	
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras												





## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
<b>Operações</b>					
Receita	9	21.844	20.025	2.275.744	1.871.020
Custo incorrido das vendas realizadas	20.a	(26.230)	21.107	643.70	68.502
<b>Lucro (Prejuízo) bruto</b>		<b>(2.386)</b>	<b>4.918</b>	<b>632.043</b>	<b>482.438</b>
<b>Despesas operacionais</b>					
Comerciais	20.b	(1.033)	(1.790)	42.43	118.807
Gerais e administrativas	20.b	(79.53)	(76.856)	21.575	103.804
Remuneração da administração	20.b	(84.871)	6.267	54.116	16.267
Provisões	15.a	(16.982)	9.978	(62.030)	12.205
Outras despesas operacionais, líquidas		(1.795)	2.910	(2.707)	965
		<b>(188.804)</b>	<b>(83.627)</b>	<b>(367.190)</b>	<b>(24.708)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) operacional</b>		<b>(131.90)</b>	<b>(78.708)</b>	<b>264.913</b>	<b>257.730</b>
<b>Resultado das participações societárias</b>					
Equivalência patrimonial	10.a	354.439	246.556	236	4.931
		354.439	246.556	236	4.331
<b>Resultado financeiro</b>					
Despesas financeiras	22	(19.714)	45.108	(38.033)	(52.297)
Receitas financeiras	22	28.107	9.465	02.731	68.206
		<b>6.393</b>	<b>(25.543)</b>	<b>64.698</b>	<b>13.909</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>23.641</b>	<b>142.206</b>	<b>329.847</b>	<b>285.870</b>	
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>					
Imposto de renda e contribuição social - correntes	24			(42.640)	(38.264)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	6			709	3.425
<b>Lucro líquido das operações descontinuadas</b>		<b>231.641</b>	<b>142.206</b>	<b>287.916</b>	<b>253.31</b>
<b>Operações descontinuadas</b>					
Resultado descontinuado	25	(429)	(127.522)	695	99.782
Prejuízo líquido do exercício das operações descontinuadas		(429)	27.522	695	99.782
<b>Lucro dos exercícios</b>	<b>231.212</b>	<b>14.684</b>	<b>286.221</b>	<b>53.349</b>	
<b>Lucro dos exercícios atribuível a</b>					
Acionistas				251.212	14.684
Participação dos não controladores				55.009	38.665
				<b>286.221</b>	<b>53.349</b>
<b>Lucro por ação atribuível aos acionistas da companhia durante os exercícios - R\$</b>					
Lucro básico por ação	18.a	1.123	0,07	23	0,07
Lucro diluído por ação	18.b	1.123	0,07	1.23	0,07

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro líquido dos exercícios	231.212	14.684	286.221	53.349
Outros resultados abrangentes				
<b>Resultado abrangente dos exercícios</b>	<b>231.212</b>	<b>14.684</b>	<b>286.221</b>	<b>53.349</b>
<b>Resultado abrangente dos exercícios atribuível a</b>				
Acionistas			231.212	14.684
Participação dos não controladores			55.009	38.665
			<b>286.221</b>	<b>53.349</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
<b>Receita</b>	<b>27.533</b>	<b>29.943</b>	<b>2.360.295</b>	<b>1.763.195</b>
Incorporação, venda de imóveis e serviços				
<b>Imóveis adquiridos de terceiros</b>	<b>(26.230)</b>	<b>(21.107)</b>	<b>645.396</b>	<b>388.364</b>
Custo	(51.650)	(139.077)	(259.108)	(98.38)
Matérias, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(77.889)	(160.184)	(1.904.504)	(496.502)
<b>Valor (Consumido) adicionado bruto</b>	<b>(50.356)</b>	<b>(130.241)</b>	<b>445.791</b>	<b>266.693</b>
<b>Retenções</b>				
Depreciações e amortizações	(3.635)	(7.388)	(8.345)	(8.360)
	(3.635)	(7.388)	(8.345)	(8.360)
<b>Valor (Consumido) adicionado produzido pela companhia</b>	<b>(83.991)</b>	<b>(137.627)</b>	<b>437.446</b>	<b>258.333</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Valor adicionado recebido em transferência	354.438	246.556	236	4.331
Recursos financeiros - inclui variações monetárias	28.07	19.465	12.731	68.206
	<b>382.543</b>	<b>266.021</b>	<b>52.967</b>	<b>70.537</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>328.554</b>	<b>128.394</b>	<b>540.413</b>	<b>328.670</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
Pessoal	(81.111)	(54.177)	(82.932)	(78.083)
Salários	(6.243)	(5.820)	(8.688)	(7.446)
Benefícios	(3.186)	(2.334)	(4.228)	(3.56)
FGTS	(6.310)	(5.869)	(11.021)	(9.80)
Impostos, taxas e contribuições	(12.438)	(31.698)	(18.422)	(32.944)
Juros	(766)	(866)	(1.591)	(91)
Aluguéis	(7.276)	(13.508)	(21.611)	(19.353)
Outras	(54.913)	(3.487)	(54.913)	(3.487)
Dividendos	(178.299)	(1.187)	(76.299)	(197)
Lucros retidos dos exercícios			(55.009)	(38.665)
Participação dos não controladores			(54.413)	(32.870)
	<b>(328.554)</b>	<b>(128.394)</b>	<b>(540.413)</b>	<b>(328.670)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais)

Atribuídas por acionistas da controladora												
		Ações restritas e em tesouraria				Reservas de lucros						
	Nota	Capital social	Ações restritas e em tesouraria	Ações em tesouraria	Custos de opção de ações	Plano de opção de ações	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
		1.841.487	(287)	(35.768)	(5.716)	31.717	5.960	41.302				

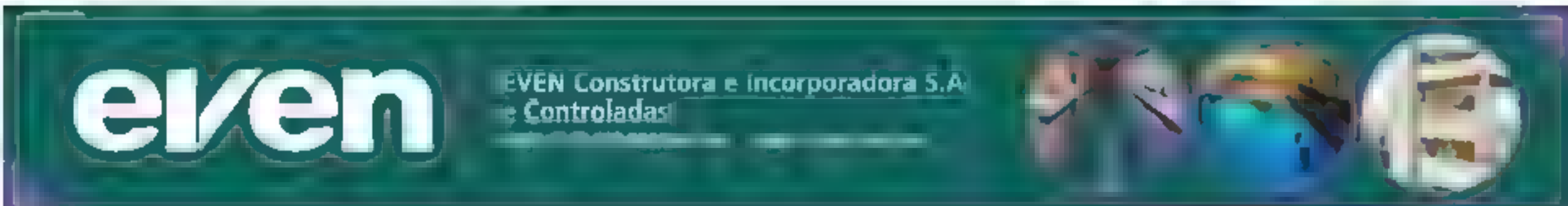
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>								
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	231.641	42.206	329.847	285.870	(421.677)	138.53	74.870	(455.602)
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais								
Equivalência patrimonial	(354.439)	(246.556)	(236)	4.331	(243)	(64.21)	(3.396)	(3.823)
Depreciações e amortizações	3.635	7.388	8.345	8.360	50.491	344.200	7.026	(2.502)
Provisões	(16.982)	9.978	36,8	(18.473)	388.634	296.562	4.28	2.268
Juros provisionados	(2.648)	40.84	21.465	18.896	83.230	296.227	5.495	(8.0)
Juros apropriados em aplicações financeiras	(15.977)	(16.650)	(51.549)	(23.259)				
Valor de mercado SWAP		186		166				
Variações nos ativos e passivos circulantes e não circulantes								
Contas a receber	305	7.775	(280.659)	(57.24)				
Imóveis a comercializar	878	(2.339)	79.05	207.703			235.824	256.928
Demais contas a receber	(31.070)	(8.540)	(7.495)	(9.524)	(217.560)	(711.460)	(378.657)	(77.512)
Fornecedores	(382)	(6.894)	9.386	45.710	2.381	232.573	6.256	234.082
Contas a pagar por aquisição de ativos			305.093	79.248	(219.212)	(479.083)	(136.557)	(886.504)
Contas a pagar por participação societária em controlada (OPA)			51.774					
Adiantamentos de clientes	47.333	49.833	278.055	515.070				
Demais passivos	2.521	313	84.524	(38.665)	(6.535)	(105.699)	7.034	(14.056)
Concessões de ações - ILP	83.758	4.533	58.784	4.533	(171.777)	(30.060)	7.777	(29.285)
Variações na participação dos não controladores					(24.367)	(27.246)	(24.167)	(2.246)
Ganho na venda de participação societária em controlada (OPA)							18.936	(87.967)
Custo na venda de participação alienada a parte relacionada								
<b>Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações</b>	<b>(191.708)</b>	<b>(2.588)</b>	<b>28.382</b>	<b>1.74.689</b>	<b>(416.891)</b>	<b>(542.038)</b>	<b>(344.603)</b>	<b>(468.002)</b>
Juros pagos	(12.337)	(72.247)	(8.359)	(99.965)				
Imposto de renda e contribuição social pagos			(49.696)	(34.103)				
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(204.045)</b>	<b>(74.836)</b>	<b>(39.673)</b>	<b>(140.440)</b>	<b>(234.123)</b>	<b>228.713</b>	<b>(317.740)</b>	<b>(103.807)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais das operações descontinuadas</b>								
Aquisição de investimentos descontinuados	(429)	(127.522)	695	99.782				
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais das operações descontinuadas</b>	<b>(429)</b>	<b>(127.522)</b>	<b>(1.695)</b>	<b>(199.782)</b>	<b>(234.123)</b>	<b>228.713</b>	<b>(317.740)</b>	<b>(103.807)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.





## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EVCN Construtora e Incorporadora S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sendo suas ações comercializadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo.

A Companhia e suas controladas ("Grupo") têm por atividade preponderante a incorporação de imóveis residenciais e comerciais.

O desenvolvimento dos empreendimentos de incorporação imobiliária é de isolamento urbano e é efetuado por sociedades controladas e coligadas da Companhia, criadas com o propósito específico de desenvolver o empreendimento de forma isolada (controlada integral) ou em conjunto com outros parceiros. As sociedades controladas pertencentes ao segmento São Paulo compõem a estrutura e os custos corporativos gerenciais e operacionais da Companhia e as atividades do segmento são estritamente centralizadas na sociedade controlada Melnick Desenvolvimento Imobiliário S.A., a qual também possui suas ações comercializadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo. Brasília e São Paulo são a sede da EVCN e possuem estrutura administrativa e de governança independente. São Paulo possui estrutura administrativa, gerencial e operacional com suas controladas.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, tendo sido aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 22 de março de 2022.

## 1.1. Impactos da COVID-19 nas operações

Em 4 de fevereiro de 2020 o Governo Federal decretou emergência sanitária com medidas contra a epidemia do COVID-19. O Grupo possui empreendimentos em construção em São Paulo e Rio Grande do Sul. O Governo do Estado de São Paulo instituiu uma escala de níveis de abertura econômica, não tendo nenhuma delas afetado as atividades de construção civil no município de São Paulo. Todavia, a Prefeitura de Porto Alegre decretou a paralisação também da construção civil, a qual ficou proibida de operar nos períodos de 23 de março a 23 de abril de 2020 e de 20 de junho a 10 de agosto de 2020.

O Grupo implementou um comitê de gestão de crises, reunindo os principais executivos e gestores da organização, o qual se reúne periodicamente, tendo adotado algumas flexibilizações nas leis Trabalhistas anunciadas pelo Governo em função do COVID-19, como redução da jornada de trabalho com redução de salário, aviso de férias, postergação no pagamento de FGTS e trabalho dos funcionários administrativos em home office.

## 1.2. Descontinuidade das operações no segmento Rio de Janeiro

No último trimestre de 2020 a administração da Companhia decidiu descontinuar as operações do segmento Rio de Janeiro alienando parcela substancial de seus ativos nesse segmento e efetuou a revisão do valor recuperável dos ativos remanescentes desse segmento, representados substancialmente, por fazas ainda não lançadas e construídas de 2 empreendimentos imobiliários, tendo efetuado avaliação do seu valor recuperável em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e constituído provisão para ajuste ao valor recuperável, conforme demonstrado na Nota 8.

## 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo se mencionado em contrário.

## 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto determinados ativos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) que foram mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas sujeitas a críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Àquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais pressupostos e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

## a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os procedimentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e evidenciando todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Os aspectos relacionados ao reconhecimento da receita desse setor, bem como de determinados assuntos relacionados ao significado e à aplicação do conceito de transferência contínua de ativos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias pelas empresas de incorporação imobiliária no Brasil, base para o reconhecimento de receitas, seguem o entendimento da CVM no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/18 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico NBC TG 47 (IFRS 15), conforme descrito em detalhes na nota explicativa nº 2.16.a). As sociedades controladas incluídas no processo de consolidação estão detalhadas na nota explicativa nº 10 e o fundo exclusivo de aplicações financeiras para a Companhia, também consolidado, na nota explicativa nº 8.

## b) Demonstrações não consolidadas

As demonstrações financeiras individuais da Companhia, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os procedimentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), conforme o especificamente o Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) Apresentação das Demonstrações financeiras, identificadas como controladas e consideradas igualmente, a aplicação do Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/18 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico NBC TG 47 (IFRS 15), e evidenciando todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS International Financial Reporting Standards, como emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), em relação às demonstrações financeiras separadas somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controlada, em relação aos custos aplicados em investimentos em sociedade controladas para que estas possam efetuar a construção dos empreendimentos. Para fins de IFRS IASB aplicáveis demonstrações financeiras separadas, a capitalização de juros somente é permitida para ativos qualificáveis, não sendo caracterizado como ativo qualificável os investimentos mantidos nas sociedades controladas, apresentadas nas demonstrações



Gráfico demonstrando o desempenho da Companhia

As normas contábeis requerem que ao elaborar as demonstrações financeiras, a administração deve fazer a avaliação da capacidade de a entidade continuar em operação no futuro previsível. A administração considerou o equilíbrio observado do seu capital circulante líquido, o cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants") em seus contratos de empréstimos e financiamentos, além da expectativa de geração de caixa suficiente para liquidar os seus passivos para os próximos 12 meses, concluiu que não há nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, concluiu que é adequado a utilização do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações financeiras.

## 2.2. Consolidação

## 2.2.1. Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

## a) Controladas

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle. Isto é, quando está exposta ou tem direitos e obrigações sensíveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida (Nota 10). Adicionalmente, mantém Fundo exclusivo para aplicações financeiras do Grupo (Nota 5), o qual também é consolidado. Transações entre a Companhia e as controladas e entre estas, bem como os saldos e ganhos não realizados nessas transações são eliminados. As práticas contábeis das controladas são alteradas e suas demonstrações financeiras individuais são ajustadas quando necessário, para assegurar a consistência dos dados financeiros e serem consolidadas, com as práticas adotadas pela Companhia.

## b) Empresas não controladas

A Companhia mantém participação em coligadas e em sociedades nas quais a Companhia não exerce a atividade preponderante para delimitação de controle.

A Companhia apresenta suas participações em não controladas, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de equivalência patrimonial.

## c) Transações e participações não controladoras

A Companhia trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos de controlada é registrada na conta transição de "lucros (prejuízos) acumulados no patrimônio líquido". Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados nessa rubrica do patrimônio líquido.

## 2.2.2. Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas e as coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuído aos acionistas de controladora. Por esse motivo, nas demonstrações financeiras individuais é feita a equalização de juros incorridos pela controladora sobre os recursos aportados nas controladas para fazer face ao financiamento de seus empreendimentos imobiliários, gerando diferença em relação as demonstrações financeiras separadas previstas nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) (Nota 2.1.b).

## 2.3. Apresentação da informação por segmentos

A Companhia elabora relatórios em que suas atividades de negócio são apresentadas de vários modos, os quais são utilizados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração para avaliação do desempenho da Companhia e tomada de decisões. A Companhia reporta a informação por segmento operacional levando em consideração o ângulo geográfico de atuação, as quais possuem gestor responsável por reportar diretamente ao principal gestor das operações e com este mantendo diálogo para discutir sobre as atividades operacionais, os resultados financeiros, as previsões e os planos para o segmento.

## 2.4. Moeda funcional

As empresas do Grupo utilizam em um mesmo ambiente econômico, usando o real (R\$) como moeda funcional, que também é a moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

## 2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações com liquidez em até 90 dias da data de aplicação, que são predominantemente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

## 2.6. Ativos financeiros

## a) Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao custo amortizado
- Mensurados ao valor justo por meio do resultado
- Classificados dependentes do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e as normas contábeis dos fluxos de caixa.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas são registrados no resultado.

## 3.4. Reconhecimento, medição e reconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vendido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. No reconhecimento inicial, o Grupo reconhece um ativo financeiro do valor justo, acrescido, no caso de um ativo financeiro intencional ao custo amortizado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos da transação de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

## 3.4.3. "Impairment" de ativos financeiros

O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos fluxos de caixa registrados ao custo amortizado. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme previsto pelo IFRS 9/CPC 46 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil, a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração de resultado. Se, em um período subsequente, o valor da perda por "impairment" diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o "impairment" ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por "impairment" reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

## 3.7. Contas a receber

A comercialização das unidades é efetuada, substancialmente, durante as fases de lançamento e construção dos empreendimentos. As contas a receber de clientes, nesses casos, são constituídas ao longo do período de construção, aplicando-se a porcentagem de conclusão ("POC") sobre a receita das unidades vendidas, ajustada segundo as condições dos contratos de venda, acrescido da variação do Índice Nacional de Construção Civil (INCC), sendo assim, o valor das contas a receber é determinado pelo montante das receitas acumuladas reconhecidas, deduzidas das parcelas recebidas. Caso o montante das parcelas recebidas de cada contrato seja superior ao da receita acumulada reconhecida, o saldo desse contrato é classificado como Adiantamento de clientes no passivo.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para "impairment" de ativos financeiros (Nota 2.6.3). Após a obtenção do habite-se, emitido pelos órgãos públicos municipais, a atualização monetária das contas a receber passa a ser calculada pela variação de índices Consumíveis e passam a incluir juros de 12% ao ano, apropriados de forma "pro rata temporis". Após essa fase, para as vendas com financiamento direto, a atualização monetária e os juros passam a ser registrados como receita financeira pelo método da taxa efetiva de juros e não mais integrados a base para determinação da receita de vendas. Com base na carteira total das contas a receber das obras em andamento, é estabelecido o montante previsto para ser recebido em período de até um ano, sendo o saldo contábil das contas a receber, no limite desse valor, classificado no ativo circulante. A parcela das contas a receber que exceda os recebimentos previstos no período de até um ano, é apresentada no ativo não circulante.

## 3.8. Imóveis e equipamentos

Os imóveis prontos para comercializar estão demonstrados ao custo de construção, que não excede o seu valor líquido realizável. No caso de imóveis em construção, a parcela da estrutura correspondente ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas.

O custo compreende o custo da aquisição/permuta do terreno, gastos com projeto e legalização do empreendimento, materiais mão de obra própria ou contratada de terceiros e outros custos de construção relacionados, incluindo o custo financeiro do capital aplicado (encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos e das operações de financiamento), incorridos durante o período de construção.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados de conclusão e as despesas estimadas para efetuar a venda.

Os terrenos estão demonstrados ao custo de aquisição, acrescido dos eventuais encargos financeiros gerados pelo seu correspondente contas a pagar. No caso de aquisição de terrenos por meio da permuta por unidades a serem construídas, seu custo corresponde ao preço de venda à vista previsto para as unidades a serem construídas e entregues em período. O registro do terreno é efetuado apenas por ocasião da lavatura da escritura do imóvel, não sendo reconhecido nas demonstrações financeiras enquanto em fase de negociação, independentemente da probabilidade de sucesso ou do estágio de andamento desta. Os ativos destinados à venda, substancialmente representados por imóveis em construção são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis foram recuperados por meio de uma transação de venda da propriedade. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o ativo estiver disponível para venda imediata na sua condição atual e a possibilidade da venda esteja dentro de um ano a partir da data de classificação. Os terrenos destinados à venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor de venda menos custos para venda. Os terrenos com previsão de lançamento dos respectivos empreendimentos em até um ano são classificados no ativo circulante e os demais no não circulante.

## 3.9. Contas a pagar a fornecedores e por aquisição de imóveis

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. As contas a pagar por aquisição de imóveis são reconhecidas à aquisição de terrenos para o desenvolvimento dos projetos de incorporação imobiliária. Custos a pagar a fornecedores e por aquisição de imóveis são classificados como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano; caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor de fatura/contrato correspondente, acrescido dos encargos contratuais incorridos.

## 3.10. Empreendimentos e investimentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores contábeis, líquidos dos custos da transação e o valor de liquidação é reconhecida durante o período em que os empréstimos estão em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros, como parcela complementar do custo do empreendimento (ativo em construção) ou na demonstração de resultado. Os encargos financeiros incorridos na controladora em financiamentos obtidos para apoiar em controladas, objetivando o desenvolvimento de seus empreendimentos, são classificados como parcela complementar do custo do investimento nas demonstrações financeiras da controladora (Nota 2.2.2). São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de obter a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data de balanço.

## 3.11. Provisões

Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e limar estimadas considerando o valor das perdas esperadas.

Quando há uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo.

A Companhia e suas sociedades controladas e coligadas contêm o exercício de governo sobre os imóveis com base na legislação vigente por um período de curto prazo. Uma provisão é reconhecida a valor presente da estimativa dos custos a serem incorridos no atendimento de eventuais reivindicações.

A Companhia monitora mensalmente a evolução das margens de seus respectivos projetos e constitui provisão para perdas quando a margem acumulada apresentar-se negativa ao final de cada exercício.

## 3.12. Imposto de renda e contribuições sociais sobre o lucro

O encargo de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corporais e direitos, ambos reconhecidos na demonstração do resultado.

Os encargos do imposto de renda e contribuição social contêm e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas nas datas dos balanços. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes das diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Uma das principais diferenças corresponde ao critério de apuração das receitas pelo regime fiscal (regime de caixa) e contábil (POC).

A Companhia e suas controladas optam pelo regime de tributação do Lucro Real, lucro presumido ou tributação pelo Regime Especial de Tributação - RET.

Conforme facultado pela legislação tributária (Lei nº 10.833/04), parcela substancial das sociedades controladas efetua opção irrevogável pelo Regime Especial de Tributação - RET adotando o patrimônio de afiliação, segundo o qual o imposto de renda e a contribuição social são calculados a partir de 1,92% sobre as receitas brutas (44% também considerando a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e o Programa de Integração Social - PIS).

## 3.13. Benefícios a empregados

## a) Remuneração com base em ações

A Companhia oferece plano de remuneração com base em ações, o qual será liquidado com suas ações, segundo o qual a Companhia recebe os serviços como contraprestações das opções. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido, período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas, em contrapartida ao patrimônio líquido prospectivamente.

## b) Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta um plano de atendimento de metas financeiras e operacionais. A Companhia reconhece provisão ao longo da execução, a medida que os indicadores das metas a serem atendidas mostram que é provável que será efetuado pagamento a esse título e o valor possa ser estimado com segurança.

## 3.14. Capital social

Representado exclusivamente por ações ordinárias, classificados como patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido, como uma dedução do valor captado.

## 3.15. Ações em tesouraria

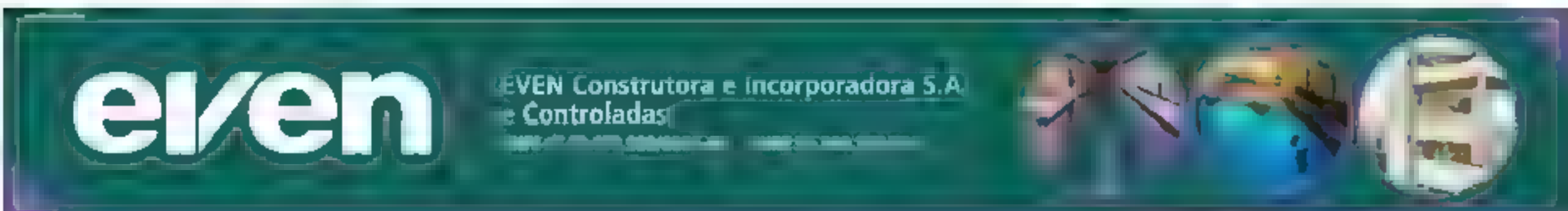
São instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos, reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Têm um ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, na venda, na emissão ou no cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

## 3.16. Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços, o custo total das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos direitos dos adiantamentos e dos descontos, bem como das eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

Em 12 de dezembro de 2018, as Superintendências das Normas Contábeis e da Auditoria (SNC) e da Relações com Empresas (SEF) emitiram o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/20-8, o qual descrevia manifestação da CVM a respeito da aplicação do CPC 47 para entidades brasileiras do setor de incorporação imobiliária, registradas na CVM, assegurando que um nível elevado de distorções observados no setor não colocou em questionamento o reconhecimento da receita pelo POC, em controles nos quais se enquadraram as principais controladas de venda da Companhia. Em 8 de fevereiro de 2019, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) emitiu o Comunicado Técnico 1/20-B observando o ofício dos auditores independentes na emissão de relatórios de auditoria das Demonstrações Financeiras elaboradas por entidades de incorporação imobiliária registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em atendimento ao Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/20-8.





## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Referidas alterações sobre o reconhecimento da receita vêm sendo aplicadas, de forma consistente, na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia nos exercícios subsequentes.

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo dos contratos de venda firmados quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme a descrição a seguir:

b) **Receita de venda de incorporação imobiliária**

Na venda de unidades dos empreendimentos lançados que não mais estejam sob os efeitos da correspondente cláusula resolutiva constante em seu memorial de incorporação, os seguintes procedimentos são adotados para o reconhecimento da receita de vendas de unidades em construção:

O custo incorrido, incluindo o custo do terreno, correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado. É apurado o percentual do custo incorrido das unidades vendidas (incluindo o terreno) em relação à taxa custo total orçada (POC), o qual é aplicado sobre o valor justo das unidades vendidas (incluindo o valor justo das permutas efetuadas por terrenos), ajustada segundo as condições dos contratos de venda, sendo assim determinado o montante da receita de venda reconhecida. Os montantes das receitas de vendas reconhecidas, incluindo a atualização monetária das contas a receber por base na variação do Índice Nacional de Construção Civil (INCC), líquido das parcelas já recebidas (incluindo o valor justo das permutas efetuadas por terrenos), são contabilizados como contas a receber ou como adiantamentos de clientes, quando aplicável.

O valor justo da receita das unidades vendidas é calculado a valor presente com base na taxa de juros para remuneração de títulos públicos indexados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) entre o momento da assinatura do contrato e a data prevista para a entrega das chaves do imóvel pronto ao promitente comprador (a partir da entrega das chaves sobre as contas a receber passam a incidir juros de 12% ao ano, acrescidos da atualização monetária, segundo as rubricas contábeis). Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao novo valor justo para determinação da receita a ser apropriada, sobre o qual será aplicado a POC.

O encargo relacionado com a comissão de venda é de responsabilidade do adquirente do imóvel, não incorporando o preço.

Se surgirem circunstâncias que possam afetar as estimativas originais de receita, devido ao estensão do prazo para conclusão as estimativas originais são revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou dos custos estimados, os quais são refletidos no resultado no período em que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que

De várias receitas por vendas de unidades não concluídas dos empreendimentos lançados que ainda estejam sob os efeitos da correspondente cláusula resolutiva constante em seu memorial de incorporação, são desclassificadas como adiantamento de clientes.

Após a obtenção do habite-se, emitido pelos órgãos públicos municipais, a atualização monetária das contas a receber passa a ser calculada pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), conforme aplicável a cada contrato, e passam a incidir juros de 2% ao ano, apropriados de forma "pro rata temporis". Após essa fase, para as vendas com financiamento feito pelo Grupo diretamente aos seus clientes, a atualização monetária e os juros passam a ser registrados como receita financeira pelo método da taxa efetiva de juros e não mais integram a base para

b) **Receita de venda de habiteamento imobiliário**

As vendas de lotes urbanizados também obedecem ao critério da POC, (como descrito no item 2. 6.a)

c) **Receita de serviços**

A controladora presta serviços de administração de obra para determinadas controladas, contabilizadas em conjunto com as outras. A receita remanescente na demonstração do resultado consolidada corresponde a serviços prestados a controladas em conjunto.

A receita de prestação de serviços é reconhecida no período em que os serviços são prestados, conforme os termos contratuais.

d) **Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida, conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Sobre as contas a receber de financiamento feito pelo Grupo diretamente aos seus clientes, após a conclusão da unidade passa a incidir atualização monetária acrescida de juros, os quais são apropriados à medida que o tempo passa, em contrapartida da receita financeira.

2.17. **Distribuição de dividendos**

A obrigação de distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras no final do exercício social, com base no previsto em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório só é provisionado, caso aplicável, na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.18. **Reservas de lucros**

A reserva legal é calculada com base em 5% de lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76. O saldo da reserva de reservação de lucros objetiva atender ao plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia para fazer face aos compromissos assumidos (nota explicativa nº 17), a qual será submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

2.19. **Resultado líquido e líquido por ação**

O resultado por ação líquido é diluído e calculado por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia, e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício, considerando, quando aplicável, ajustes de

2.20. **Demonstração do valor adicionado ("DVA")**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a atuação criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pelo Grupo, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação complementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada de acordo com o Pluralizamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base da preparação das demonstrações financeiras.

2.21. **Instrumentos financeiros**

Abaixo demonstramos a classificação dos ativos e passivos financeiros:

Ativo/Passivo financeiro	Classificação pelo CPC 48
Contas a receber (venda de imóveis)	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber (parcelas relacionadas)	Custo amortizado
Contas a pagar por aquisição de terrenos	Valor justo por meio do resultado
Contas a pagar (parcelas relacionadas, empréstimos e financiamentos)	Custo amortizado

2.22. **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas**

Alterações ao IAS 1 e Classificação de passivos como circulante ou não circulante. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações não parâmetros 83 e 76 do IAS 1, correlato ao CPC 28, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

## Alterações ao IAS 8 - Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2020, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de estimativas contábeis. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e conexão de erros. Além disso, elas esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicação para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida na divulgação.

## Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 28 "R-1") e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgar políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o "requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

## Alteração ao IAS 16 - Ativo Imobilizado

Em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores dos custos relacionados de serem reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.

Alteração ao IAS 37 - Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo do cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que são relacionados diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.

## Alteração ao IFRS 3 - Combinação de Negócios

Emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022.

## Aprovações anuais ciclo 2018-2020

Em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:

(i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - exclusão de quais (juros devem) ser incluídos ao teste de 10% para a perda de passivos financeiros.

(ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados

(iii) IFRS - "Adoção inicial das Normas Interacionais de Relatórios Financeiros" - princípios a aplicação da "lei da menor parte" para uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

(iv) IAS 4 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de

## Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o lucro

A alteração intitulada em maio de 2020, requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis, isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, a exigência de reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida.

3. **ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes podem não ser iguais aos respectivos resultados reais.

As principais estimativas e premissas que apresentam risco significativo com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos trimestres e de dos próximos exercícios sociais, estão relacionadas com os temas a seguir:

## Reconhecimento de receita e "impairment" de contas a receber

O Grupo usa o método da POC para apropriar a receita de seus contratos de venda de unidades nos empreendimentos de incorporação imobiliária e na prestação de serviços. O uso desse método requer que se estimem os custos a serem incorridos até o término da construção e a entrega das chaves das unidades imobiliárias pertencentes a cada empreendimento de incorporação imobiliária, para estabelecer uma proporção em relação aos custos já incorridos, definido assim a proporção de receita reconhecida e ser reconhecida.

## "Impairment" de contas a receber - Provisão para débitos

As vendas de unidades são realizadas durante o período de construção, ao final de qual ocorre a liquidação do saldo pelo cliente através da obtenção de financiamento junto às instituições financeiras ou efetuada a alienação fiduciária do bem com garantia do saldo a receber, não havendo expectativa de perda que requiera a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Entretanto, em virtude de deterioração de crédito por parte dos compradores entre a data da venda e a data de obrigação do financiamento, determinadas contas vêm sendo objeto de cancelamento ("detratores"), motivo pelo qual as seguintes provisões vêm sendo constituídas para fazer face à origem de lucros apropriada de contratos firmados.

(i) por ocasião do reconhecimento da receita, são provisionados aqueles contratos que apresentam evidências objetivas de que possam ser objeto de detrato, afetando as rubricas de resultado "Receita" e "Custo incorrido das vendas realizadas"; e

(ii) após o reconhecimento da receita, uma provisão é constituída para detratores que, muito embora não apresentem evidências objetivas de impairment, são esperados para os próximos 12 meses, levando em consideração, entre outros, as experiências passadas afetando a rubrica de resultado de "Despesas Operacionais".

Antes provêdas são constituídas tendo correspondência às rubricas: (i) como redução das contas a receber de clientes; e (ii) ingressos de custo do imóvel na rubrica de lucros e comercializar. Eventual passivo financeiro devido pelo potencial devolução de valores recebidos, está apresentado na "rubrica "provisões" no balanço patrimonial.

## Provisões

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao curso normal dos negócios e investigações, ações, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias civis, trabalhistas, ambientais, societárias e outras de natureza de consumo, dentre outras. O Grupo reconhece provisões e a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a verificação das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais formalizadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## Redução do valor recuperável do saldo de imóveis a comercializar

No mínimo, ao final de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus imóveis a comercializar para verificar se há alguma indicação de que os ativos sofreram alguma perda por redução do valor recuperável. Uma perda por redução do valor recuperável ocorre quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares no preço de mercado. No último trimestre de 2020, a Companhia decidiu pela descontinuidade do segmento de negócios no Rio de Janeiro (Nota 23) sendo efetuado cálculo do valor líquido realizável e contabilizou provisão para ajuste dos ativos ao valor recuperável.

## Julgamentos críticos na interpretação da legislação tributária

As entidades controladas estão sujeitas à determinação do imposto de renda e das contribuições (i) social sobre o lucro, (ii) ao Programa de Integração Social (PIS) e ao Financiamento da Seguridade Social (COFINS), sendo como base de cálculo as receitas, como definido na legislação Tributária correspondente. Em alguns casos, é necessário um julgamento significativo para determinar a receita tributável, já que a mesma não coincide com a mesma reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a qual considera o método de percentual de conclusão da obra (POC) para ajuar reconhecimento, bem como são determinadas com base em legislação específica, uma vez que não adotem o Lucro Real. A administração da Companhia efetua os julgamentos, quando aplicável, apoiado em opiniões de seus consultores jurídicos.

4. **CAXA E EQUIVALENTES DE CAXA**

	2021	Controladora	2021	Controlado
Caixa e equivalentes correntes	9.238	2020	35.182	5.883
Aplicações financeiras (*)	13.587	247.710	30.873	337.673

(\*) As aplicações financeiras referem-se a aplicações em CDB e são remuneradas à taxa média de 99,7% (2020 - 89,96%) do Variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As referidas aplicações financeiras estão disponíveis para resgate a qualquer momento, sem prejuízo aos rendimentos auferidos.

5. **TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas pelos ativos dos fundos exclusivos para aplicações dos recursos financeiros e são compostas da seguinte forma:

	2021	Controladora	2021	Controlado
Fundo exclusivo	14.732	62.333		
Certificados de depósito bancário (CDBs) (i)	282.219	3.794	426.117	485.083
Letras Financeiras da Tesouro (LFTs) (ii)			471.144	517.559
	296.951	66.127	897.261	822.582
Circulante	296.951	66.127	897.261	822.582
Não circulante	-	-	-	-

(i) Aplicações financeiras em CDBs remuneradas a taxa média de 114,88% (2020 - 96,28%) do CDI. Não há intenção de resgate destas aplicações em períodos inferiores a 90 dias no momento em que são realizadas.

(ii) Aplicação em Títulos do Tesouro Nacional, indexados à SELIC.

A controladora e determinadas sociedades controladas do segmento São Paulo aplicam parcelas de seus recursos em Fundo exclusivo administrado pela controladora (Fundo High Grade), assim como as sociedades controladas do segmento Sul utilizam Fundo exclusivo administrado pela sociedade controlada Melnick Desenvolvimento Imobiliário S.A., os quais também são apresentados de forma consolidada. A gestão dos Fundos leva em consideração o fluxo de caixa das atividades da Companhia e dessas sociedades controladas para efetuar a seleção de suas aplicações, não havendo intenção de resgate em períodos inferiores a 90 dias no momento em que são realizadas, motivo pelo qual não foram classificadas na "rubrica de caixa e equivalentes de caixa, adicionalmente às considerações feitas para cada tipo de título. Consequentemente, na demonstração dos fluxos de caixa estão apresentadas as rubricas "Atividades de Investimento" como parte das variações do capital circulante.

As aplicações financeiras em CDBs estão classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado e o Fundo exclusivo a valor de mercado, sendo as variações dos valores (juros) registradas no resultado do exercício na rubrica "Receitas financeiras" (nota explicativa nº 22) na demonstração do resultado.

6. **CAXA RESTRITO**

	2021	Controladora	2021	Controlado
Operações de câmbio - CDB	2.442	8.823	2.442	8.822
Securitização de recebíveis (i)			2	3.878
	2.442	8.823	2.444	12.700

(i) Refere-se à securitização de recebimentos de clientes, com a cessão dos créditos correspondentes, os quais são liberados para utilização pela Companhia conforme evolução da obra.

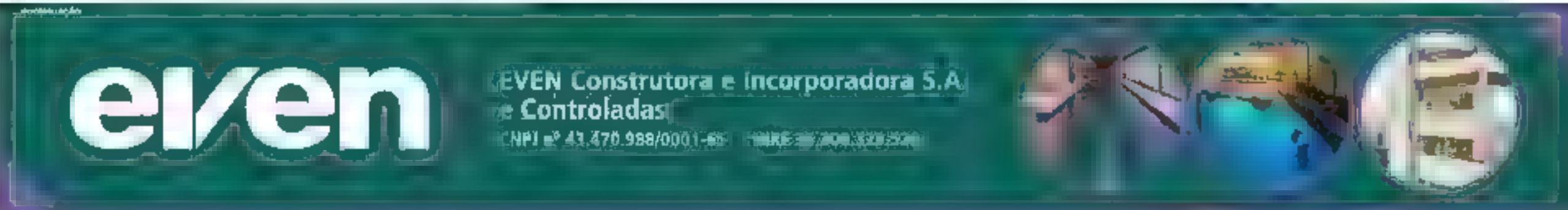
7. **CONTAS A RECEBER E CESSAO DE RECEBÍVEIS**a) **Contas a receber**

	2021	Controladora	2021	Controlado
Empreendimentos concluídos	-	-	272.126	345.378
Recibos de vendas	-	-	8.888.201	2.838.713
Parcelas recebidas	-	-	(3.957.880)	(1.833.180)
Reclassificação para adiantamentos de clientes (Nota 14)	-	-	518.282	187.256
Contas a receber pela venda de imóveis	-	-	1.259.593	993.788
Provisão para detratores	-	-	(24.437)	(44.284)
Ajuste a valor presente	-	-	(2.691)	(23.523)
Empreendimentos em construção:	-	-	1.213.285	978.002
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (IFRS 9)	-	-	(47.257)	(29.247)
Contas a receber pela venda de imóveis	-	-	1.638.134	1.242.134
Venda de terrenos	18.444	30.749	25.258	39.242
Outras contas a receber	-	-	18.298	19.854
Total das contas a receber	18.444	30.749	1.581.888	1.381.030
Circulante	1.363	6.900	1.105.214	864.618
Não circulante	17.081	23.849	476.674	516.412

Escreve-se que as contas a receber de empreendimentos concluídos e as contas a receber apropriadas dos empreendimentos em construção, deduzido o ajuste a valor presente, estão próximas ao valor justo.

O saldo das contas a receber das unidades vendidas e ainda não concluídas não está totalmente refletido nas demonstrações financeiras, uma vez que o seu registro é limitado à parcela de receita reconhecida contabilmente (conforme critérios descritos na nota explicativa nº 2.1.b), líquido das parcelas já recebidas.





NOTAS EXPLICATIVAS

A entida de valorizaoes do imoel das parcelas a receber dos contratos de venda das unidades concluidas e no concluidas sem considerar os efeitos da provisao para depreciao e de ajuste a valor presente (nota explicativa n 2 B.a), pode ser demonstrada conforme segue: por ano de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Vencidas			172.814	270.556
A vencer				
2020				
2021	6.900		678.792	
2022	703	5.937	174.123	
2023	2.411	7.912	430.531	
2024			658.059	
2025			225.342	
	19.444	30.749	2.845.190	2.892.204
Contas a receber apropriado	19.444	30.749	1.050.491	1.538.250
Contas a receber a apropriar			1.794.698	53.954

O saldo de contas a receber apresentado no ativo circulante corresponde as parcelas cuja expectativa de recebimento se ocorrer nos proximos 12 meses, sendo a parcela remanescente da receita apropriada classificada no ativo no circulante

A anlise do saldo contabil vendido de contas a receber de clientes esta apresentada a seguir

	Consolidado	
	2021	2020
Vencidas		
Até tres meses	60.365	52.440
De tres a seis meses	4.529	22.260
Acima de seis meses	54.232	823
Imoveis concluidos	19.176	192.523
Vencidas		
Até tres meses	29.565	6.245
De tres a seis meses	7.829	6.973
Acima de seis meses	10.294	9.815
Imoveis em construo	33.568	78.033
	172.814	270.556

b) Qualidade do credito dos ativos financeiros

A qualificao do credito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referncia as garantias correspondentes. As unidades sao entregues aos clientes apenas apoe a qualificao do saldo devedor normalmente por meio de repasse de financiamento bancario. As contas a receber de financiamentos proprio sao garantidas por alienao fiduciaria dos proprios imoveis vendidos.

5. IMOVEIS A COMERCIALIZAR

Representados pelas terrenos para futuras incorporaoes e pelos custos incorridos das unidades imobiliarias a comercializar (unidades prontas e em construo) como demonstrado a seguir

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Adiantamento para aquisiao de terrenos	2.057	2.293	7.883	97.063
Adiantamento para lancamento			6.584	4.651
Terrenos	3.229	11.115	339.669	959.524
Imoveis em construo			92.719	675.501
Imoveis concluidos			184.523	195.111
	15.286	13.408	2.94.777	2.152.603
Provisao para ajuste de valor de mercado	-	-	(48.791)	(47.110)
	15.286	13.408	2.396.986	2.105.493
Circulante	15.286	13.408	2.154.127	1.724.138
Nao circulante			742.471	381.357

Os saldos de imoveis em construo e concluidos incluem o valor estimado das unidades a serem distramadas (nota explicativa n 3), no total de R\$ 112.258 (R\$ 46.299 em 31 de dezembro de 2020). Estes valores somente estao desonvets para venda apoe a efetiva realizao do cancelamento da venda (ativaao do distral)

Imoveis a comercializar dados em garantia estao mencionados na nota explicativa n 13.

b) Principais informaoes das participaoes sociais em sociedades controladas			
Empresa	Participao %	2021	2020
Milz Miglano Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Taperba Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Bayerle Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Raimundo IV Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Abeila Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Mafarrel 2 5 Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Corbeia Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
ESP 88/12 Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Cariquea Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Moinado Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Even SP 15/10 Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Even 105/13 Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Baskerville Empreendimento Imobiliario Ltda	100,00	100,00	100,00
Eulerpe Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Arabica Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Even Brisa Epsilon Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Medya Empreendimentos Imobiliarios	100,00	100,00	100,00
Valeria Even Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Valdespino Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Cadua Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Hevas Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
RT 025 Empreendimentos e Participaoes Ltda	100,00	100,00	100,00
Extraordinale Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Esperai Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Even Brisa Orion Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Fretilge Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Romigo Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Cygne Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Privilege Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Isalo Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
ESP 91/13 Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Augli Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Even Brisa Zeta Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
KE 01 Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Sanatista Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Canlerana Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Nebenilus Empreendimentos Ltda	100,00	100,00	100,00
Villaca Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Ambrs Vidal Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Agapome Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Covias Dias 136 Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Tacaty Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Ophichus Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Even-SP 59/11 Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
ESP 95/13 Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
ESP 33/13 Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Even-SP 03/10 Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Macaui Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Clareba Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Galleia Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Adelle Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Hartel Even Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Tortus Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00	100,00	100,00
Outras investidas			
Em sociedades controladas Segmento Sdo Paulo			
Melnick Even Desenvolvimento Imobiliario S.A. (Melnick 1)	45,4	43,08	
Melnick Even Incorporaoes e Construoes S.A	50,00	50,00	
Em sociedades controladas Segmento Sul			
Em sociedades controladas de segmento descontinuado			
Provisao para perdas em sociedades controladas			
Provisao para perdas em sociedades controladas de segmento descontinuado			
Provisao para perdas em sociedades controladas Sdo Paulo e Sul			
Total			

(1) A sociedade controlada Melnick possui investimentos em sociedades nao controladas, em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 4.584 (2020 R\$ 1.467), representando parcela substancial dos investimentos em sociedades nao controladas pelo Grupo e apresentadas na rubrica de investimentos das demonstraoes financeiras consolidadas do Grupo

A movimentao dos encargos financeiros incorridos, originarios de operaoes de compra a prazo de terrenos e financiamento bancario, apropriados ao custo durante o periodo de construo (referidos nas notas explicativas n 2.B e n 2.10), pode ser demonstrada como segue

	2021	2020
Saldo nos estoques no inicio do exercicio	13.581	170.347
Encargos financeiros incorridos no periodo	23.387	5.113
Apropriao dos encargos financeiros ao custo das vendas	(26.039)	(49.979)
Transferencia dos encargos financeiros dos estoques remanescentes de operao descontinuada		(64.640)
Saldo nos estoques no fim do exercicio	10.929	13.561

8. ATIVOS NAO CIRCULANTES DESTINADOS A VENDA

Conforme mencionado na Nota n 12 e impactos mencionados na Nota n 23, a Companhia descontinuou as operaoes do segmento Rio de Janeiro. Os ativos remanescentes correspondem a custo incorrido em terrenos e gastos com a incorporao e construo da segunda Fase de 2 empreendimentos imobiliarios, cujas obras estao paralisadas e a Companhia esta avaliando as alternativas existentes para a sua realizao. Os saldos foram ajustados por provisao para ajuste e expectativa do valor liquido realizavel, como demonstrado a seguir

	2021	2020
Custo classificado nos estoques	230.874	230.874
Provisao para valor liquido realizavel (Nota 24)	(41.840)	(49.841)
Total	189.034	181.034

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Em sociedades controladas				
Segmento Sdo Paulo	640.249	1.038.081		
Segmento Sul	524.977	501.415		
Em sociedades controladas de segmento descontinuado	81.908	93.180		
Em sociedades nao controladas	25.008	25.269	29.731	25.750
	1.472.144	1.696.049	29.731	25.750
Provisao para perdas em sociedades controladas dos segmentos Sdo Paulo e Sul	58.371	56.128		
Provisao para perdas em sociedades controladas de segmento descontinuado	(47.41)	(2.519)		
	(81.086)	(58.677)		
Total investimentos	1.411.059	1.598.172	29.731	25.750

a) Movimentao dos investimentos e provisao para perdas em sociedades controladas no exercicio

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo em 31/12/19				
Subscricao (Reduo de capital)	1.098.816	22.145		
Lucros distribuidos	(15.283)	2.462		
Equivalencia patrimonial	(294.714)	2.289		
Perda na alienao participao societaria	250.887	4.331		
Reclassificao	(330.479)			
	21.352			
Saldo em 31/12/20	1.630.099	26.760		
Subscricao (Reduo de capital)	(38.524)	7.027		
Lucros distribuidos	(384.353)	4.281		
Equivalencia patrimonial	354.203	235		
Aquisio (Balco), de participao societaria	(48.849)			
Recompra e resultado das ocoes da Melnick	12.856			
Perda em dividendos da Melnick	(25.429)			
Reclassificao	2.408			
Saldo em 31/12/21	1.442.413	29.731		

	Patrimnio liquido		Lucro liquido		Investimento	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Saldo em 31/12/19	(2.485)	(2.137)				
Subscricao (Reduo de capital)	1.098.816	22.145				
Lucros distribuidos	(15.283)	2.462				
Equivalencia patrimonial	(294.714)	2.289				
Perda na alienao participao societaria	250.887	4.331				
Reclassificao	(330.479)					
	21.352					
Saldo em 31/12/20	1.630.099	26.760				
Subscricao (Reduo de capital)	(38.524)	7.027				
Lucros distribuidos	(384.353)	4.281				
Equivalencia patrimonial	354.203	235				
Aquisio (Balco), de participao societaria	(48.849)					
Recompra e resultado das ocoes da Melnick	12.856					
Perda em dividendos da Melnick	(25.429)					
Reclassificao	2.408					
Saldo em 31/12/21	1.442.413	29.731				



# even

**EVEN Construtora e Incorporadora S.A.**  
Controladas

CNPJ nº 41.376.988/0001-55



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### a) Principais informações das participações societárias em sociedades não controladas

Empresa	Participação %		Patrimônio Líquido		Lucro líquido		Investimento	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Alkon Investimentos Imobiliários Ltda.	50	50	8 9	658	245	40	4 14	1 79
Doq Even Empreendimentos Imobiliários Ltda.	5	15	603	530	74	339	50	80
Vega Filho Empreendimentos Imobiliários	50	50	8	249	191	(974)	30	25
Vicente de Paula Empreendimentos Imobiliários	50	50	23 4	5	2 29	42	70	7 64
Ponta da Figueira Empreendimentos	5	5	1 1 1	13 80	333	+ 8	370	594
Jardim Goiás Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50	50	(888)	068	494	(57)	(434)	523
Nova Sulça Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50	50	570	620	(46)	(40)	785	11 0
Residencial Ernesto Igei SPS Ltda.	35	35	(308)	56	(668)	(878)	(63)	56
Residencial Guaranhos SPS Ltda.	50	50	(205)	98	3/21	13	02	59
Sociedade Albatroz Varigem Pequena	45	45	(790)	(533)		489	(356)	(240)
Modesto Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50	50	21 587	14 010	1 231	5 727	10 784	209
Joaquina Ramalho Empreendimentos Imobiliários Ltda.	20	20	9 028	24 522	1 742	9.980	800	4 904
Melnick Even Volans Empreendimentos Imobiliários Ltda.	40	40		684				273
<b>Sociedades não controladas</b>			<b>82.304</b>	<b>78.235</b>	<b>(386)</b>	<b>16.288</b>	<b>25.009</b>	<b>25.263</b>
<b>Total investimento</b>							<b>1.41 059</b>	<b>1.398.172</b>

### d) Adiantamentos para futuro aumento de capital

Em 31 de dezembro de 2021, os adiantamentos para futuro aumento de capital, em sociedades controladas, totalizam R\$ 42.365 R\$ 106.595 em 31 de dezembro de 2020. Não existem termos fixados de conversão dos adiantamentos para futuro aumento de capital em ações que considerem um valor fixo de adiantamento por uma quantidade fixa de ações, motivo pelo qual os dados estão classificados como ativo financeiro não realizável a longo prazo.

### II. CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÃO DE SOCIEDADE CONTROLADA

Em 05 de abril de 2021, a Companhia adquiriu a totalidade das ações da Sociedade da Propósito Específico Diogo Moreira, para a continuidade do desenvolvimento de empreendimento imobiliário localizado na Rua Diogo Moreira, entre as Avenidas Faria Lima e Evandro Martins, em Pinheiros, cidade de São Paulo. A movimentação dos dados pode ser resumida, como segue:

	2021	Consolidado 2020
Saldo inicial	-	-
Aquisição	295.000	-
Pagamentos	(153.390)	-
Correção	10.123	-
<b>Saldo final</b>	<b>151.724</b>	<b>-</b>
<b>Circulante</b>	<b>101.724</b>	<b>-</b>
<b>Não circulante</b>	<b>50.000</b>	<b>-</b>

O empreendimento será executado de forma faseada e o saldo a pagar, corrigido pelo INCC, será liquidado via apurtes enviados pela controladora. O saldo do curto prazo será liquidado em 10 parcelas e o saldo do longo prazo será pago com futuras unidades a serem construídas do empreendimento, como irrogação a seguir:

	2021	Consolidado 2020
2022	101.724	-
2023	50.000	-
	<b>151.724</b>	<b>-</b>

### 12. CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

	2021	Consolidado 2020
Contas a pagar, sujeitas a:		
variação do IMCC - parcela financeira (*)	1 090.865	852.676
variação do INCC	137.26	7.318
variação do IDPM	726	4.730
	<b>1 238.817</b>	<b>864.724</b>
<b>Circulante</b>	<b>829.068</b>	<b>383.045</b>
<b>Não circulante</b>	<b>409.749</b>	<b>481.679</b>

(\*) As transações de prestação financeira possuem o objetivo de aquisição de imóveis para fins de estruturação, desenvolvimento e propagação, explorando a comercialização de empreendimentos imobiliários, normalmente realizadas pela Companhia com Sociedades em Conta de Participação (SCPs). Os acordos de sócios dessas SCPs e Fundo Investimento preveem a remuneração de uma parcela derivável do resultado da Sociedade aus demais sócios, bem como, correspondência a um percentual da receita bruta auferida com a comercialização das unidades autônomas dos Empreendimentos, à medida que as receitas sejam recebíveis sob regime de cédula, pela Sociedade, a ser paga aos demais participantes mediante distribuição de dividendos das SCPs e Fundo Investimento.

Consequentemente, adicionalmente à variação do INCC, os saldos são também afetados pelo efetivo valor de comercialização das unidades imobiliárias.

Em caso de não cumprimento das obrigações assumidas, as transações possuem instrumento particular de fiança, que prevê como garantia, fidelidade e eventual alienação das quotas sociais da participação da Companhia nas SCPs.

Os dados das operações realizadas com Partes Relacionadas estão detalhados na Nota 25.C.

A movimentação dos dados pode ser resumida, como segue:

	2021	Consolidado 2020
No início do exercício	938.724	758.876
Aquisições ocorridas	305.203	310.097
Atualização do principal	1 0.822	+ 9.956
Pagamento do principal	(5.943)	(250.805)
<b>No final do exercício</b>	<b>1 238.817</b>	<b>864.724</b>

As parcelas têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2021	Consolidado 2020
2021	629.068	218.833
2022	258.093	25.618
2023	25.819	180.817
2025 em diante	99.827	150.774
	<b>1 238.817</b>	<b>864.724</b>

### 13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

#### a) Empréstimos e financiamentos

	Controladora	Consolidado
	2021	2020
Em moeda nacional:		
Crédito Imobiliário (i)		175 977
Cédula de Crédito Bancário - CCB (ii)		2 914
Crédito de Recebíveis Imobiliários - CRI (iii)	3 139	310.988
	<b>13 139</b>	<b>313.633</b>
<b>Circulante</b>	<b>70.131</b>	<b>106.019</b>
<b>Não circulante</b>	<b>43.006</b>	<b>207.614</b>

Todos os empréstimos e financiamentos são em moeda nacional e com as seguintes características:

(i) Das operações de crédito imobiliário: (i) R\$ 58.083 (2020: R\$ 122.819) estão sujeitas à variação da Taxa Referencial - TR de juros, acrescidas de 4% a 9,0% a.a.; (ii) R\$ 7.834 estão sujeitas à variação da Poupança, acrescidas de 3,1% a 3,2% a.a.; (iii) As operações de CCB estão sujeitas à variação de 100% de taxa do CDI, acrescidas de 1,75% a.a.

(ii) As operações de CRI estão sujeitas à variação de: (i) R\$ 113, (ii) 2020: R\$ 312.488) estão sujeitas à 100% da taxa do CDI acrescida de 5% a 3% a.a.; e (iii) R\$ 2.586 (2020: R\$ 5.520) estão sujeitas à variação do IPCA, acrescido de 9% a.a.

Em garantia dos créditos imobiliários foram oferecidas as seguintes obras:

	2021	Consolidado 2020
Esquecimento incorrido das unidades não vendidas dos empreendimentos	716.507	89.899
Para as operações de Crédito de Recebíveis Imobiliários - CRI, as garantias são a participação societária nas sociedades controladas detentoras dos créditos "SPCs" e/ou imóveis concluídos.		
Os saldos têm a seguinte composição por vencimento:		
	Controladora	Consolidado
	2021	2020
2020		
2021	84.299	142.878
2022	70.131	112.513
2023	2.958	154.450
2024	4.606	58.080
2025 em diante	6.386	21.433
	<b>179.139</b>	<b>313.633</b>

#### Cláusulas restritivas contratuais ("covenants")

Os contratos de operações de crédito imobiliário a longo prazo possuem cláusulas de vencimento antecipado no caso de não cumprimento dos compromissos nelas assumidos, verificáveis bimestralmente, como aplicação dos recursos no objeto do contrato, redução de capacidade de empreendimento, comprometimento de fiança/garantia das obras e outros.

Os compromissos assumidos vêm sendo cumpridos pela Companhia, nos termos contratuais.

### b) Movimentação

Os empréstimos e financiamentos apresentaram a seguinte movimentação:

	2021	Controladora 2020	2021	Consolidado 2020
Saldo inicial	330.421	1.073.864	463.240	1.405.765
Captações			235.824	250.920
Encargos financeiros incorridos	2.648	40.84	2.465	587
Marcação a mercado do swap		(56)		(86)
Pagamento do principal	(217.683)	(711.485)	(578.637)	(177.512)
Pagamento de juros	2.337	(2.247)	8.259	99.985
<b>Saldo final</b>	<b>3.139</b>	<b>330.421</b>	<b>373.533</b>	<b>433.240</b>

### 14. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	2021	Controladora 2020	2021	Consolidado 2020
Parcelas recebidas (*) (Nota 7)			6 9 202	363.558
Permutas e apropriação			444 724	300.074
Valores recebidos por venda de empreendimento cuja receita ainda não vem sendo apropriada			873	94.325
Valores recebidos de adiantamentos de contratos	2.500	49.835	0.388	49.833
<b>Saldo final</b>	<b>2.500</b>	<b>49.833</b>	<b>1.086.245</b>	<b>810.190</b>

(\*) Quando as parcelas recebidas excedem a receita apropriada, a diferença é classificada como adiantamento de clientes.

### 15. PROVISÕES

	Participação nos resultados e bonificações	Riscos trabalhistas, civis e tributários	Provisão para distritos	Total
	(a)	(b)	(c)	(d)
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>23.308</b>	<b>14.840</b>	<b>176.382</b>	<b>54.510</b>
Provisão (Reversão) constituída, líquida (*)	11 04	7 861	(85 563)	15 49
Pagamento de provisão para garantias	(8.671)			(8.671)
Pagamento de acordos e condenações judiciais			216	1 235
Pagamento de bônus e PLR		14 056		4 956
Atualização monetária e juros		(4 4)		4 4
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>24.678</b>	<b>27.744</b>	<b>19 148</b>	<b>87.062</b>
Provisão (Reversão) constituída, líquida (*)	0.512	4.084	(16.952)	3 36
Pagamentos realizados	(5 148)	1 658	6 872	(28.825)
Atualização monetária e juros			120	20
Reclassificações		(14.809)		(14.809)
<b>Em 31 de dezembro 2021</b>	<b>2.820</b>	<b>5.371</b>	<b>20.896</b>	<b>14.093</b>
<b>Circulante</b>				<b>23.464</b>
<b>Não circulante</b>				<b>33.420</b>

(\*) A controladora assumiu a provisão de garantia e de distrito das sociedades controladas vendidas para o Fundo (Nota 10).

	Participação nos resultados e bonificações	Riscos trabalhistas, civis e tributários	Provisão para distritos	Total
	(a)	(b)	(c)	(d)
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>89.508</b>	<b>27.762</b>	<b>132.474</b>	<b>315.744</b>
Provisão (Reversão) constituída, líquida	5.072	22.965	403	24 09
Pagamento de provisão para garantias	(8.672)			(8.672)
Pagamento de acordos e condenações judiciais			38.872	(38.872)
Pagamento de bônus e PLR		12 470		1 470
Atualização monetária e juros		(4 4)		4 4
Reversão de contas a pagar, líquida			4 9 2	4 9 2
<b>Em 31 de dezembro 2020</b>	<b>65.996</b>	<b>38.257</b>	<b>94 788</b>	<b>269.773</b>
Provisão (Reversão) constituída, líquida	2 79	12 482	83.277	14 163
Pagamentos realizados	38 886	113 28	5 753	13 767
Atualização monetária e juros			20	1 20
Reclassificações		(14.809)		(14.809)
<b>Em 31 de dezembro 2021</b>	<b>48.202</b>	<b>22.802</b>	<b>97 425</b>	<b>62.659</b>
<b>Circulante</b>				<b>58.388</b>
<b>Não circulante</b>				<b>124.700</b>

A Companhia e suas sociedades controladas concedem o exercício da garantia sobre os imóveis com base na legislação vigente por um período de cinco anos. Uma provisão é reconhecida o valor presente de estimativa dos custos a serem incorridos no atendimento de eventuais reivindicações.

A constituição da provisão de garantia é registrada nas sociedades controladas e ligadas e ao longo da construção do empreendimento, compondo o custo total da obra, e após a sua entrega inicial ao processo de realização da provisão de acordo com a curva de gastos históricos derivados pela área de Engenharia. A prestação de serviços de assistência técnica dos empreendimentos do segmento São Paulo é realizada pela controladora e, na data da prestação, reconhecida no resultado da controladora, na rubrica "Outras despesas operacionais líquidas" e reclassificada para o custo dos imóveis vendidos, na demonstração do resultado consolidado.

(b) Participação nos resultados e bônus

O programa de participação nos resultados foi aprovado em maio de 2021 e está fundamentado em metas individuais e da Companhia.

(c) Riscos trabalhistas, civis e tributários

A Companhia e determinadas controladas figuram como devedoras passivas, de forma direta ou indireta, em reclamações trabalhistas, as quais a Administração da Companhia, conforme corroborado pelos assessores legais, classifica como perda provável o montante de R\$ 3.877 na controladora e R\$ 10.613 no consolidado (R\$ 15 935 em 31 de dezembro de 2020), passível de R\$ 0.816 na controladora e R\$ 21.040 no consolidado (R\$ 28 708 em 31 de dezembro de 2020) e remota de R\$ 4.04 na controladora e R\$ 8.4 3 no consolidado (R\$ 22 572 em 31 de dezembro de 2020).

Processos civis em que a Companhia e determinadas controladas figuram como partes passivas são relacionados principalmente a: (i) revisão de cláusula contratual de reajustamento e juros sobre parcelas em cobrança; e (ii) ações na entrega de unidades imobiliárias. A expectativa de ocorrência de decisões desfavoráveis em parte desses processos corresponde ao montante de R\$ 15.877 na controladora e R\$ 65.281 no consolidado (R\$ 58.4 4 em 31 de dezembro de 2020). A probabilidade de perdas possíveis é de R\$ 23.196 na controladora e de R\$ 84.688 no consolidado (R\$ 78.245 em 31 de dezembro de 2020) e remota é de R\$ 4.884 na controladora e de R\$ 83.389 no consolidado (R\$ 86 884 em 31 de dezembro de 2020).

A rubrica da Provisão em 31 de dezembro de 2021 inclui, ainda, outras questões de desempenho provável, no montante de R\$ 21 531 no consolidado (R\$ 8.439 em 31 de dezembro de 2020).

Até o final de cada exercício, a Companhia e suas controladas, assessores legais, revisam as premissas e parâmetros da estimativa de perda das causas e luz das mais recentes experiências nos termos envolvidos com perda provável no montante de R\$ 6.884.

#### (d) Provisão para distritos

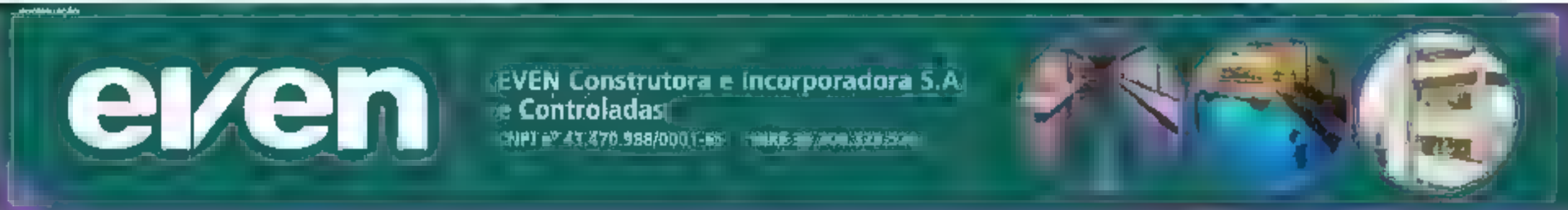
A Companhia constitui provisão tanto para os contratos de venda cujas obras estão concluídas quanto para aquelas em andamento. A parcela correspondente à expectativa de recursos a serem obtidos aos clientes, em decorrência dos distritos em 31 de dezembro de 2021 totaliza R\$ 88.822 (R\$ 4.093 na controladora e R\$ 52.573 no consolidado) (R\$ 86.822 em 2020).

O resumo dos impactos da provisão de distrito são como segue:

	2021	Consolidado 2020
Provisão para distrito nas contas a receber	(109.743)	145 145
Adição a imóveis e comercializa	2.558	145 36
Constituição de contas a pagar/provisão para distritos	(82.859)	85.894
<b>Efeito líquido da provisão</b>	<b>(189.844)</b>	<b>(67.218)</b>

continua

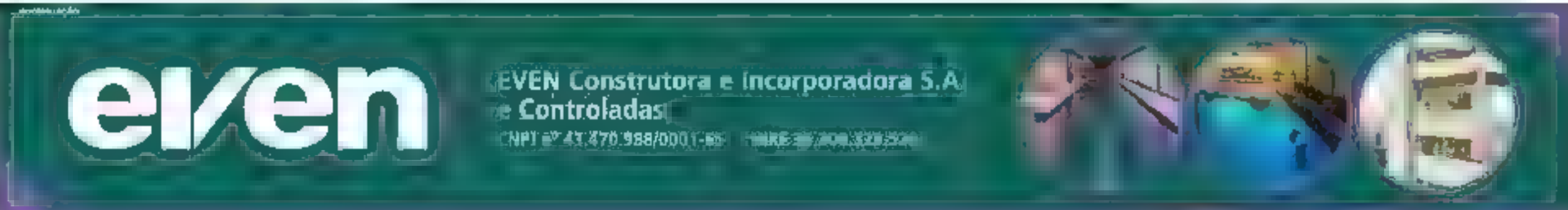




NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

(c) Efeitos no resultado				
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Provisão de crédito, Na receita	-	-	60.352	(3.248)
Na despesa	-	-	(46.253)	19.607
	-	-	14.099	16.359
Provisão de despesas, Na despesa (*)	-	-	(6.728)	(10.684)
Contingência trabalhista e oliveira	(16.952)	8.978	(53.273)	1.521
	(16.952)	8.978	(60.001)	(12.208)
	(16.952)	8.978	(46.902)	4.051
(*) A provisão para créditos constituída no momento do reconhecimento da receita está refletida no Lucro bruto, sendo reconhecida nas despesas operacionais apenas a parcela correspondente ao IFRS 9				
16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DEFERIDOS				
A Companhia possui as seguintes obrigações a tributar				
2.1.7 Lucro real				
Considerando o atual contexto das operações da controladora, que se constitui substancialmente, na participação em outras sociedades, não foi constituído crédito tributário sobre: (i) a totalidade do saldo acumulado de prejuízos fiscais e bases de cálculo relativas da contribuição social; e (ii) o saldo de despesas não dedutíveis temporariamente na determinação do lucro tributável. O imposto de renda diferido sobre tais créditos foi constituído no âmbito do passivo relacionado com as parcelas a tributar sobre a diferença entre o lucro nas atividades imobiliárias tributado pelo regime de caixa e o valor apurado pelo regime de competência, sendo assim, anulado seus efeitos nas contas patrimoniais.				
2.1.2 Lucro presumido e RET				
Estão representados pelo imposto de renda e pela contribuição social sobre a diferença entre a receita da incorporação imobiliária apropriada pelo regime de competência e aquela submetida à tributação, obedecendo ao regime de caixa das sociedades tributadas com base no lucro presumido ou no RET, cuja movimentação é como segue:				
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Em 1º de janeiro	22.574	25.989	22.574	25.989
Despesa (Receita) no resultado	(709)	(3.425)	(709)	(3.425)
No fim do exercício	21.865	22.574	21.865	22.574
A tributação da diferença entre o lucro apurado pelo regime de caixa e aquele apurado de acordo com o regime de competência ocorre em função da expectativa de realização das contas a receber, sendo representada a seguir:				
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
No exercício seguinte	5.588	13.219	5.588	13.219
Em exercícios subsequentes	16.279	9.355	16.279	9.355
	21.865	22.574	21.865	22.574
17. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS				
O capital social está representado por 212.000.000 (duzentas e doze milhões) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralmente integradas, totalizando R\$ 657.409.994,3 (um milhão seiscentos e cinquenta e sete milhões, quatrocentos e noventa mil, novecentos e noventa e quatro reais e trinta e um centavos).				
De acordo com o estatuto social, o Conselho de Administração está autorizado a deliberar o aumento do capital social até o limite de R\$ 2.500.000.000 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais) mediante a emissão de ações ordinárias nominativas sem valor nominal.				
Movimentação do capital social				
Em Assembleia Geral Extraordinária em 13 de maio de 2020 foi aprovada a alteração do capital social através da absorção das rubricas contábeis relativas aos custos da transação incorridos na emissão de títulos e valores mobiliários emitidos no exercício de 2019 no valor de R\$ 5.775 e da subordinação das rubricas do Patrimônio Líquido relativas à aprovação de planos de opções de compra de ações nos exercícios de 2007 e 2012, após aprovação pelos respectivos titulares, no valor de R\$ 31.717.				
a) Ações restritas e em liquidação				
O "Programa de Recompra" tem como objetivo a maximização de valor para os acionistas da Companhia, tendo em vista o valor de aquisição das ações da Companhia na BM&FBOVESPA S.A. Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, com a utilização no âmbito das ações em opção de compra de ações da Companhia.				
Em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de agosto de 2013, foi aprovada a compra de ações da Companhia a serem entregues para seus colaboradores no âmbito do Plano de Remuneração Variável.				
Movimentação do saldo de ações em liquidação				
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Em 31 de dezembro de 2019	7.050.059	267	7.050.059	267
Desbloqueio de tranche ILP	(1.357.053)	-	(1.357.053)	-
Recompra de ações	4.139.300	-	4.139.300	-
Cancelamento de ações em liquidação	(5.000.000)	-	(5.000.000)	-
Em 31 de dezembro de 2020	4.872.306	267	4.872.306	267
Desbloqueio de tranche ILP	(38.035)	-	(38.035)	-
Recompra de ações	3.000.000	-	3.000.000	-
Em 31 de dezembro de 2021	7.834.267	267	7.834.267	267
b) Plano de opção de ações				
Para o plano de opções concebido em 2019 aprovado em 30 de abril de 2020 junto ao Conselho de Administração, assim como no plano anterior, os beneficiários são diretores estatutários e não estatutários, detinidos como elegíveis pelo Conselho de Administração da Companhia, assim como no plano anterior. Não há previsão de pagamento em dinheiro e a aquisição está condicionada ao atingimento de metas corporativas de área e individuais, bem como à permanência do beneficiário na Companhia quando da liberação de cada um dos lotes de ações.				
O beneficiário apenas terá acesso aos lotes de ações após o transcurso do prazo necessário para expiração do vencimento das metas que, conforme termos do programa de incentivo de longo prazo, ILP, será calculado e apurado três anos após o exercício de competência das metas corporativas, da seguinte forma:				
I - (um terço) das ações é relativo à remuneração de longo prazo com base nas metas corporativas para o exercício de 2019 e somente poderão ser transferidas aos beneficiários após a apuração dos resultados do exercício social findo em 31/12/2021;				
II - (um terço) das ações é relativo à remuneração de longo prazo com base nas metas corporativas para o exercício de 2020 e somente poderão ser transferidas aos beneficiários após a apuração dos resultados do exercício social findo em 31/12/2022;				
III - (um terço) restante das ações é relativo à remuneração de longo prazo com base nas metas corporativas para o exercício de 2021 e somente poderão ser transferidas aos beneficiários após a apuração dos resultados do exercício social findo em 31/12/2023.				
O prazo de exercício para cada ação é equivalente ao valor da cotação média das ações da Companhia no período de sessenta dias compreendido entre 01 de dezembro inclusive do exercício anterior ao exercício de aprovação do plano e 31 de janeiro inclusive do exercício de aprovação do plano.				
Em qualquer caso de desligamento do beneficiário poderá ser mantido o direito ao exercício das ações, devendo-se observar o quanto estabelecido no respectivo programa de opções e nos contratos celebrados com os beneficiários que, em linhas gerais, estão condicionados às metas apuradas desde o início do plano até o cancelamento do beneficiário e a verificação da posição de cada um dos beneficiários perante a Companhia, seus acionistas, seus negócios e colaboradores, a ser apurado pelo Conselho de Administração da Companhia.				
O montante total do ILP está contabilizado a valor justo, como "Plano de opção de ações", sendo que a apropriação dos valores ocorre mensalmente até a data de vencimento do plano e são reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas Administrativas" (Nota 20.b), totalizando R\$ 17.004 (em 31 de dezembro de 2020, totalizava R\$ 9.253), sendo o saldo consolidado totalizado em R\$ 28.794. R\$ 20.426, sendo em 31 de dezembro de 2020. Em 2021 a administração revisou os termos e condições do ILP e efetuou a reclassificação do saldo em apresentado em 31 de dezembro de 2020 para o "Patrimônio Líquido". A quantidade total de ações outorgadas prevista no plano de opções é de 5.824.368 ações, as quais estão sob período de carência e não são exercíveis em 31 de dezembro de 2021.				
c) Reservas de lucros				
Reserva legal				
A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados, conforme determinação da Lei nº 6.404/76.				
Reserva de lucros				
A administração da Companhia propõe que parcela do lucro líquido da Companhia, no montante de R\$ 56.134, seja destinada à reserva de retenção de lucros para cobertura das ações em liquidação, conforme previsto no artigo 30 da Lei nº 6.404/76. Objetivando preservar a liquidez da Companhia, a administração propõe que o a totalidade do lucro líquido remanescente, totalizando R\$ 10.899, seja destinada a reserva de retenção de lucros para fazer face aos compromissos assumidos indicados na nota explicativa nº 28. Em 31 de dezembro de 2021 as compromissos relacionados com custo fixo e incorrer das unidades valendo e em estoque totalizam R\$ 2.261.050, relacionados com empréstimos e financiamentos, e os compromissos com a aquisição de terrenos para lançamento de futuros empreendimentos totalizam R\$ 337.413.				
d) Dividendos				
De acordo com o estatuto da Companhia, do lucro líquido do exercício após a compensação dos prejuízos e constituição da reserva legal, 20% são destinados para a distribuição do dividendo anual obrigatório.				
O dividendo mínimo obrigatório do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi calculado como indicado abaixo:				
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	231.212	14.624	231.212	14.624
Reserva legal	11.561	734	11.561	734
Bases de cálculo para dividendos	219.651	13.890	219.651	13.890
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	54.913	3.467	54.913	3.467
Dividendos pagos	54.999	13.890	54.999	13.890
Em 15 de junho e em 15 de setembro de 2020 o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 39.999 e R\$ 15.000, respectivamente, totalizando R\$ 54.999. Se comparado em 31 de dezembro de 2020 foi aprovado a distribuição de dividendos no valor de R\$ 3.950.				
Em virtude dos valores de dividendos pagos em 2021 e em 2020 apurados com base em balanços intermediários, terem sido superados o dividendo mínimo obrigatório, não foi pago o pagamento de dividendos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.				
Em Assembleia Geral realizada em 29 de abril de 2021 foi aprovada a proposta de administração de distribuição de dividendo adicional de R\$ 113.378, a qual foi pago em 17 de maio de 2021.				
18. LUCRO POR AÇÃO				
a) Básico				
O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.				
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas, deduzida das ações em liquidação (milhares)	205.877	208.233	205.877	208.233
Resultado do exercício				
Das operações continuadas	231.641	142.206	231.641	142.206
Das operações descontinuadas	(429)	(127.522)	(429)	(127.522)
Resultado atribuído aos acionistas da Companhia	231.212	14.684	231.212	14.684
Resultado básico por ação				
Das operações continuadas	1.125	0.683	1.125	0.683
Das operações descontinuadas	(0,002)	(0,612)	(0,002)	(0,612)
Resultado atribuído aos acionistas da Companhia	1.123	0,071	1.123	0,071
b) Diluído				
O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.				
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia	231.212	14.684	231.212	14.684
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas em poder dos acionistas (milhares)	205.877	207.988	205.877	207.988
Preço médio de mercado da ação ordinária no ano	8,94	11,65	8,94	11,65
Lucro básico diluído por ação	1.123	0,071	1.123	0,071
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não havia opções em aberto.				
19. RECEITA				
A reconstrução dos valores e dos serviços prestados pelos para a receita líquida é como segue:				
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita bruta operacional				
Incorporação e venda de imóveis	87	-	87	-
Prestação de serviços	27.365	29.843	27.365	29.843
Provisão para créditos	-	-	-	-
Deduções da receita bruta	(3.673)	(9.976)	(3.673)	(9.976)
Receita líquida operacional	23.844	26.066	23.844	26.066
Segmento São Paulo Em 12 de janeiro de 2021 a sociedade controlada Tagore Empreendimentos Imobiliários Ltda com garantia da Companhia e de sua controlada Evenpar Participações Societárias Ltda, efetuou a venda de determinados imóveis do Empreendimento Imobiliário denominado Condomínio Padrão Alvarenga, representados pelo Hotel, Restaurante e 32 Studios totalizando R\$ 310.000 os quais foram integralmente recebidos no dia 12 de janeiro de 2021. A receita dessa operação refletida no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$ 252.278.				
Segmento Sul: A Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 reconheceu 93% a mais de receita líquida operacional se comparado ao mesmo período de 2020. Além disso, em 2020 durante o agravamento da pandemia do COVID-19 nossos cantares de obra na cidade de Porto Alegre ficaram 82 dias paralisados devido aos decretos municipais, o que levou a um menor andamento de PLU durante este período.				
20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA				
a) Custo incorrido das vendas realizadas				
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Terrenos	-	-	(870.829)	(829.418)
Outros	-	-	1.684,4	450.853
Incorporação	-	-	(73.637)	(55.48)
Manutenção em garantia	-	-	(11.637)	(8.762)
Gerenciamento	(36.230)	(21.107)	(36.230)	(21.107)
Despesa financeira incorrida (Nota 8)	-	-	28.839	(40.872)
Provisão para créditos	(28.238)	(21.107)	(28.238)	(21.107)
	(28.238)	(21.107)	(28.238)	(21.107)
Em 2021 tivemos 17 lançamentos em SP e RJ. No segmento São Paulo Em 12 de janeiro de 2021 a sociedade controlada Tagore Empreendimentos Imobiliários Ltda, efetuou a venda de determinados imóveis do Empreendimento Imobiliário denominado Condomínio Padrão Alvarenga, representados pelo Hotel, Restaurante e 32 Studios. O custo dessa operação refletida no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$ 85.574.				
b) Despesas operacionais por natureza				
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Benefícios a empregados (Nota 21)	48.341	(48.132)	(69.532)	(63.053)
Benefícios a administradores (Nota 26.b)	(7.066)	(5.068)	(17.411)	(8.626)
Plano de incentivo de longo prazo a administradores (Nota 17.b)	17.004	(9.258)	7.004	(9.253)
Consultoria	(19.113)	(17.974)	(33.135)	(25.473)
Viagens e deslocamentos	(63)	(56)	132	(745)
Contratos diversos	0.639	(10.53)	7.589	4.88
Despesas com vendas	(3.033)	(3.390)	(90.065)	(73.476)
Despesas com estruturas de venda	-	-	38.450	(32.065)
Outras despesas comerciais	-	-	(3.918)	(12.366)
	(107.057)	(86.573)	(208.422)	(238.878)
Despesas comerciais	(3.033)	(3.390)	(142.431)	(11.807)
Despesas gerais e administrativas	(79.153)	(79.856)	(121.675)	(103.804)
Remuneração da administração	(24.871)	(18.267)	(34.418)	(18.267)
	(107.057)	(96.513)	(208.422)	(238.878)
21. DESPESAS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS				
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Salários	(25.039)	(22.224)	(35.813)	(28.836)
Remuneração variável	(4.648)	(11.285)	(8.537)	(15.30)
Encargos	(11.788)	(9.285)	(16.764)	(10.755)
Ferimentos	(39)	(29)	39	(29)
Outras despesas	(5.028)	(5.293)	(9.374)	(8.032)
	(46.544)	(48.132)	(69.532)	(63.053)
22. RESULTADO FINANCEIRO				
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas financeiras				
Juros	(2.428)	(31.598)	(18.621)	(32.944)
Juros sobre as provisões para riscos	(1.120)	414	(1.120)	414
Ganho/Perdas swap taxa de juros	-	718	-	718
Despesas bancárias comissão e taxa	(8.156)	4.840	8.48	8.840
Outras despesas financeiras	-	-	(1.844)	(3.845)
	(11.704)	(46.106)	(38.033)	(62.297)
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	5.977	9.550	48.732	23.258
Atualização monetária de contas a receber	2.689	248	28.039	2.483
Outras receitas e despesas financeiras	355	5.128	3.628	8.824
Juros recebidos	-	-	3.228	-
Receitas de aluguel	9.308	4.541	9.226	4.540
	28.107	15.466	102.731	66.209
Resultado do financeiro	16.403	(30.640)	64.698	13.962
23. OPERAÇÃO DESCONTINUADAS				
Em linha com o planejamento estratégico decidido para a Even, de descontinuidade das nossas operações no Estado do Rio de Janeiro, em 2020 a Companhia alienou ao Fundo FII EPCRII a totalidade das ações da viéses RJ Empreendimentos Imobiliários S.A., sociedade titular da unidade das quotas das sociedades de propósito específico desenvolvedoras de B (ou) empreendimentos imobiliários da Companhia na Cidade do Rio de Janeiro, cujos ativos estão representados por imóveis concluídos e a venda.				
O preço de venda pago pela FII a Companhia no âmbito da Operação foi composto por: (a) uma parcela fixa de R\$ 231.600 e (b) parcelas condicionais e contingentes, devida pela FII caso as vendas dos imóveis e correspondentes distribuições e pagamentos, realizadas pela viéses RJ ao FII gerem um retorno não inferior ao custo do FII equivalente ao preço de aquisição das cotas do FII acrescido da variação acumulada do ICA-A de uma taxa de capitalização prevista no Regulamento do FII (disponível rubrica e integralmente no site da CVM).				





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Em função da Operação de venda de unidades ao FII, a Companhia reconheceu uma perda em suas demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 116,4 B. Essa perda deve-se, principalmente, à três fatores: (a) a contabilização da parcela condicional e contingente se dará a partir do cumprimento da obrigação de performance e desde que atingidas as condições estabelecidas em contrato; (b) desconto em relação ao preço de vendas praticado em função do pagamento à vista e sem direito de regresso (true-sale); e (c) despesas futuras como *marketing*, impostos, despesas de condomínio e IPTU, que a Companhia incorrerá caso estivesse com as unidades para venda, e que serão de responsabilidade do FII.

Adicionalmente, em linha com a estratégia de desmultiplicação das suas atividades operacionais na Cidade do Rio de Janeiro, a Companhia busca potenciais compradores para 2 (dois) terrenos na região do Recreio dos Bandeirantes, ainda não vendidos. A mudança da estratégia e, portanto, não intervenção do desenvolvimento imobiliário destes terrenos e, de uma potencial oferta pela alienação desses, motivou, em 31 de dezembro de 2020, a constituição de provisão para ajuste ao valor realizável líquido de R\$ 49,840.

Estimamos novo ajuste do valor realizável líquido utilizando dados e premissas atualizadas para 31 de dezembro de 2021 e identificamos que as provisões estão satisfatórias.

Abaixo o resultado gerado destas operações descontinuidas:

	2021	2020
Receita	3.849	4.83
Custo incorrido das vendas realizadas	(852)	8.536
<b>Lucro bruto</b>	<b>2.996</b>	<b>(4.346)</b>
Despesas operacionais		
Comerciais	347	(4.350)
Gerais e administrativas	(584)	(8.940)
Provisões	18.583	(6.463)
Júris despesas operacionais líquidas	55	5.438
Perda na alienação do controle de Sociedades controladas		5.438
Provisão para perda de direitos remanescentes do pagamento Rio de Janeiro (Nota 3)		49.840
	<b>(8.345)</b>	<b>(199.429)</b>
<b>Lucro/Prejuízo operacional</b>	<b>(8.449)</b>	<b>(203.777)</b>
Despesas financeiras	(206)	(8.4)
Receitas financeiras	4.23	3.277
<b>Resultado financeiro</b>	<b>4.027</b>	<b>2.693</b>
Efeitos do imposto de renda e contribuição social	(253)	1.332
<b>Prejuízo do exercício das operações descontinuadas</b>	<b>(1.695)</b>	<b>(199.782)</b>

(\*) Provisões correspondem à provisão contingência chaves: provisões para contingência trabalhista, acordos trabalhistas, acordos judiciais e depósitos judiciais societários.

Na demonstração do resultado da controladora, a perda apurada foi de R\$ 429 em 2021 (R\$ 127.522 em 31 de dezembro de 2020).

	2021	Controladora	2021	Controlado
Lucro antes do IRPJ e da CSLL das operações descontinuadas	23.64	142.356	329.847	285.970
Prejuízo das operações descontinuadas	(429)	(127.522)	655	(139.782)
<b>Base tributária</b>	<b>23.212</b>	<b>14.834</b>	<b>329.152</b>	<b>86.188</b>

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Saldos

	Controladora				Controlado			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fazenda Rosaura Delta Emp. Imob. CPE S.A. (ii)			2.688	2.888	3.534	3.235	33	149
Fazenda Rosaura Gamma Emp. Imob. CPE S.A. (ii)							89	98
Fazenda Rosaura Kappa Emp. Imob. CPE S.A. (ii)			974	974	1.627	93		
Fazenda Rosaura Zeta Emp. Imob. CPE S.A. (ii)			2.747	2.287	2.755	2.753	378	3
Fazenda Rosaura Eta Emp. Imob. CPE S.A. (ii)			1.235	1.235	1.574	490	10	0
Fazenda Rosaura Alpha Emp. Imob. CPE S.A. (ii)			697	697	1.270	648	51	0
Fazenda Rosaura Iota Emp. Imob. CPE S.A. (ii)							97	1
Fazenda Rosaura Epsilon Emp. Imob. CPE S.A. (ii)			3.517	3.517	4.309	4.309	187	827
Nebenhuss Empreendimentos Ltda. (i)							954	
W3 Engenharia (i)			398				358	
Ophichus Even (i)							664	686
Colinas do Morumbi (i)							2.438	1.821
Duquello Zacarias da Góes (i)							73	
Galval Empreendimentos (i)					731			
Hub de Inovação (i)							505	2.400
Mutuo Even x-Rosaura (Condomínio) (ii)	592	59			592	59		
ESP - DBR 3 Empreendimentos Imobiliários Ltda. (i)				2.209				2.209
Dermis comas (i)					1.041	05	994	600
<b>Entidades controladas com participação de terceiros</b>	<b>592</b>	<b>59</b>	<b>11.894</b>	<b>13.536</b>	<b>17.371</b>	<b>15.630</b>	<b>10.388</b>	<b>10.853</b>
Sociedades controladas de forma integral (i)	9.050	90.590	831	88				
	<b>91.642</b>	<b>91.64</b>	<b>12.625</b>	<b>14.396</b>	<b>17.371</b>	<b>15.630</b>	<b>10.388</b>	<b>10.853</b>
<b>Demais partes relacionadas</b>								
Melnick Participações Ltda. (iii)	82.03	78.828			82.031	78.828		
Melnick Even Linheira Empreendimentos Imobiliários (iv)							32.354	28.87
Artadas Inv. Part. Neg. Imobiliária Ltda.						4.742		
Melnick Desenv. Imob. S.A. Aluguéis a pagar - Direção de Jeca							2.04	
Mutuo parcerias de empreendimentos					797	81	578	
	82.031	78.828			82.228	83.751	35.984	28.787
	<b>173.673</b>	<b>170.009</b>	<b>12.525</b>	<b>14.396</b>	<b>99.999</b>	<b>99.281</b>	<b>48.372</b>	<b>39.020</b>
<b>Dividendo como partes relacionadas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12.525</b>	<b>14.396</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>48.372</b>	<b>39.020</b>
<b>Não circulando de partes relacionadas</b>	<b>173.673</b>	<b>170.009</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>99.999</b>	<b>99.281</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(i) Saldo na controladora: Referem-se às transações de antecipação de dividendos aos acionistas não controladores via mutuo para as SPEs, cuja regularização dos saldos se dará mediante redução do capital social, ainda sem previsão para sua extinção sobre os quais não incidem encargos financeiros.

Saldo na controlado: Referem-se às transações de adiantamento para futuro aumento de capital e dividendos a serem distribuídos de empreendimentos parceiros e não controladores.

(ii) O saldo de mutuo limitado com as sociedades controladas com vistas ao financiamento da construção de seus empreendimentos sobre os quais não incidem encargos financeiros e não possuem vencimento determinado. Os saldos passivos se referem a retorno de excedentes de caixa das subsidiárias integradas e às transações de antecipação de dividendos aos acionistas não controladores via mutuo para as SPEs.

(iii) O Acordo de Investimento firmado em 04 de março de 2008 ("Acordo de Investimento") entre a Even Construtora e Incorporadora S.A. ("Even") e a parte relacionada Melnick Participações LTDA ("MPAR"), estabeleceu uma parceria de negócios entre a Even e a MPAR, com intervenção da Melnick Even Incorporações e Construção S.A. ("Melnick Even") e posteriormente a Melnick Even Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("MED") incorporadora residente com foco no segmento de alto padrão no Rio Grande do Sul. Neste Acordo de Investimento, a Even financiava a MPAR para a aplicação nos projetos ("SPEs") desenvolvidos em sociedade ("Mutuos").

Com a Oferta Pública de Ações da MED (MEELK3), um Acordo de Acionistas foi firmado em 03/09/2020 entre a Even e a MPAR ("Acordo de Acionistas"), extinguindo o Acordo de Investimento, e, consequentemente, deixou de existir o compromisso pela Even de efetuar empréstimos para a MPAR financiar sua participação nos projetos. O saldo destes Mutuos será liquidado com parte das distribuições de dividendos pagos pela Melnick (MEELK3) para a MPAR como sua acionista, ou seja, a MPAR deverá repassar parte do valor que receber a título de dividendos a Even, até a liquidação integral dos Mutuos. No decorrer de 2021 a Even recebeu da MPAR R\$ 6.370. O saldo dos Mutuos está sujeito à variação de 100% da taxa do CDI, com acréscimo de juros que variam entre 2,35% a 4% ao ano. Como garantia dos Mutuos, a MPAR aliena judicialmente em favor da Even parte das ações que possui na MED.

(iv) A sociedade controlada indiretamente Melnick Even Linheira Empreendimentos Imobiliário SPE Ltda. firmou contrato com parte relacionada, tendo recebido terreno para desenvolvimento de empreendimento residencial e comercial, sendo a construção desta último destinada ao pagamento do terreno. Faltou ao descausamento de caixa entre os pagamentos requeridos para a construção do empreendimento comercial e ser entregue como forma de pagamento da aquisição do terreno, e a velocidade de recebimento dos clientes do empreendimento residencial delido pela Companhia, a parte relacionada efetuou empréstimos para a SPE efetivar a construção, cujo saldo será liquidado em 30 de setembro de 2022 ou até doze meses da obtenção do habito-se sobre o saldo incidir encargos financeiros correspondentes à variação do Índice Nacional de Construção Civil - INCC.

A movimentação do saldo de partes relacionadas nas demonstrações financeiras consolidadas pode ser assim apresentada:

	Ativo	Passivo
Em 31 de dezembro de 2020	99.281	39.020
Empréstimos		2.025
Antecipações	18.883	
Encargos financeiros	9.208	5.327
Em 31 de dezembro de 2021	99.598	46.372

b) Remuneração dos Administradores

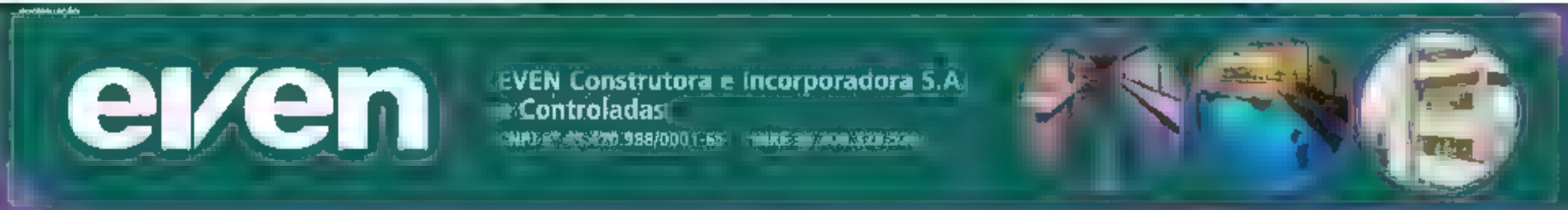
O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros e Diretores. Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28 de abril de 2021, foi aprovada a verba anual global dos administradores da Companhia de até R\$ 26.446 (R\$ 19.880 em 2020) incluindo bônus, parte do exercício a partir de 31 de dezembro de 2021.

Os valores pagos, incluindo bônus, estão demonstrados a seguir:

	Controladora	
	2021	2020
Congelamento de Administração	0,4	648
Diretoria		
Salários e encargos	5,23	4.888
Retorno ação variável	8,2	
Demais benefícios	3,7	32
	<b>7,86</b>	<b>5.957</b>
Bônus dos administradores provisionado (nota explicativa nº 15 parcelas dos administradores)		869
ILP apropriado (nota explicativa nº 85 b)	7.004	9.253
	<b>74.871</b>	<b>15.287</b>

continua...





RELAÇÃO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DEZEMBRO DE 2020

0) Transações com partes relacionadas  
Permutas financeiras  
Os valores divulgados abaixo estão registrados no Consolidado na rubrica de Contas a pagar por aquisição de imóveis e a operação detalhada na Nota 11

(I) Transações com saídas em aberto em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020

Data da transação	Duração	Taxa de juros ou correção	Empresa	Valor da transação	2021	2020
Desenvolvimento de empreendimento imobiliário - participação no VGV						
31/12/2016	Até ano após a habite-se	INCC	SCP Miguel Nunes (a)	0,17		0,184
3/07/2017	Até ano após a habite-se	INCC	SCP Pedroso Alvarenga	58.257	5.970	90.789
28/07/2017	Até ano após a habite-se	INCC	SCP Harmonia	48.295	7.919	42.781
20/12/2017	Até 1 ano após a habite-se	INCC	SCP Jorge Amencano	10.67	102	2.010
01/05/2019	Até 1 ano após a habite-se	INCC	SCP Ardo Casas Verticais	16.500	1.193	7.577
18/12/2019	Até 1 ano após a habite-se	INCC	SCP Neto Araújo	18.035	8.145	20.364
04/12/2019	Até 1 ano após a habite-se	INCC	SCP Jesuino Maciel	6.354	5.678	8.054
30/04/2020	Até 1 ano após a habite-se	INCC	SCP Saina	7.100	4.163	7.300
10/04/2020	Até ano após a habite-se	INCC	SCP Stella Marins	50.385	37.508	70.172
28/09/2018	Até ano após a habite-se	INCC	SCP Arthur de Azevedo	45.813	24.520	55.979
28/06/2019	Até 1 ano após a habite-se	INCC	SCP Plaid	50.100	9.168	50.000
01/04/2020	Até 1 ano após a habite-se	INCC	SCP Venâncio	5.300	7.387	5.400
11/12/2020	Até ano após a habite-se	INCC	SCP Malinques	18.442	18.442	18.440
27/12/2020	Até ano após a habite-se	INCC	SCP Coelho de Carvalho	2.750	9	2.750
23/12/2020	Até ano após a habite-se	INCC	SCP Portugal	700	249	700
06/03/2018	Até ano após a habite-se	INCC	Melnick Even Aurora	33.857	5.064	5.511
11/09/2020	Até 1 ano após a habite-se	INCC	SCP Gauda	10.000	6.000	10.000
11/02/2020	Até 1 ano após a habite-se	INCC	SCP SCP Olego Moreira (b)	46.000	37.86	438.100
					330.742	438.100

Contas a pagar por aquisição de imóveis - Nota 11 - Permuta Financeira  
(a) SCP saiu quitado e encerrado no período  
(b) Sociedade da Propósito Especializado Olego Moreira, uma empresa constituída para desenvolvimento de empreendimento imobiliário localizado na Rua Olego Moreira, projeto será executado da forma baseada. O desenvolvimento desta empreendimento conta com a participação de parte relacionada Veneza Participações

(II) Transações efetivadas no período

Transação	Empresas	2021	2020
Aquisição de produtos (a)	Taperabe	14.000	
Contratação de materiais e prestação de serviços de mobiliários	SPE a	821	342
Distribuição de dividendos	SPE a		7.680
Compras de participação	SPE a		460
Prestações de serviços	SPE a	5.288	4.43
Aluguel da sede	Melnick Even e Priun	034	029
Compra de apartamento	Melnick Even Andriots		627
Compra de apartamento	Melnick Even Ilyx	728	

(a) Aquisição de produtos em mercadoria (incluindo a entrega e montagem) que serão instalados nas suítes, localizadas entre o 3º e 6º andar do empreendimento Hotel Fasano, no valor de R\$ 4.000  
A Taperab Empreendimentos Imobiliários Ltda., subsidiária integral da Even, tem obrigação de entregar o Hotel Fasano com todos os móveis e equipamentos instalados  
A Júpiter Indústria de Móveis S.A, uma sociedade que tem o controle em comum com a Nova Mílmo

(III) Transações sob cláusulas resolutivas, não refletidas contabilmente

Data	Taxa de juros ou correção	Empresas	Valor da transação
Compra de terreno			
20/05/2016	INCC	Melnick Even Angelim	748.0
01/12/2017	INCC	Melnick Even Urbanização	5.608
17/12/2017	INCC	Melnick Even Coqueiros	26.944

(a) Referem-se a transações de compra de terrenos com partes relacionadas que ainda possuem cláusulas resolutivas para extinção do registro contábil e integram o valor divulgado na Nota 25 (b) Compromissos com a aquisição de terrenos.

27 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

- a) Fatores de risco financeiro  
As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros da mercado incluindo taxa de juros dos financiamentos de crédito imobiliário, riscos de taxa de juros de fluxo de caixa e de preço de determinados ativos avaliados ao valor justo), de crédito e de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia está concentrado na gerenciabilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não tem como prática utilizar instrumentos financeiros derivativos para mitigar exposições a risco, bem como não possui a política contábil de Hedge Accounting.  
A gestão de riscos é realizada pela Tesouraria Central da Companhia, para essa qual identifica e avalia os riscos e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as sociedades controladas.  
(a) Risco de mercado  
(i) Risco cambial  
Considerado precariamente não em virtude de a Companhia não possui ativos ou passivos sujeitos à variação de moeda estrangeira nem dependa significativamente de materiais importados em sua cadeia produtiva. Adicionalmente, a Companhia não possui vendas indexadas em moeda estrangeira.  
(ii) Risco do fluxo de caixa  
A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários, levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e "hedge" emprestimos. Com base em cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado.  
Os passivos sujeitos à taxa variável de juros são (i) crédito imobiliário, o qual está sujeito à variação da Taxa Referencial de Juros, cujo risco de volatilidade é considerado baixo pela Administração; (ii) empréstimos e financiamentos, os quais estão significativamente sujeitos à variação das taxas de CDI e para as quais existe um "hedge" natural nas aplicações financeiras minimizando impactos relacionados com os riscos de volatilidade; e (iii) contas a pagar na aquisição de imóveis, as quais estão sujeitos à variação do INCC e para as quais existe um "hedge" natural nas contas a receber de clientes de unidades em construção.  
(b) Risco de crédito  
O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de contas a receber de clientes, depósitos em bancos e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A qualidade do crédito das contas a receber de clientes está detalhada na nota explicativa nº 7.(b)
- (c) Risco de liquidez  
A previsão do fluxo de caixa do segmento São Paulo é realizada nas atividades operacionais da Companhia e agregada pela Divisão Financeira, a qual monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito comprometidas disponíveis, à qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou as cláusulas do empréstimo, quando aplicável, em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração as planilhas de financiamento da dívida da Companhia e o cumprimento de cláusulas contratuais. O segmento Sul, representado pela sociedade controlada Melnick Desenvolvimento Imobiliário S.A. (MELNCO) possui gestão própria de tesouraria.  
O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais do segmento São Paulo e Sul, além do saldo exigido para administração do capital circulante da Companhia e giro, são controlados MELNCO, os quais investem em títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões de desempenho mencionadas.  
(b) Análise de sensibilidade  
A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 descreve os riscos que podem gerar as variações materiais no resultado da Companhia, nos termos determinados pela CVM por meio da Instrução nº 475/06, a fim de apresentar 10%, 25% e 50% de apreciação/depreciação na variável de risco considerada.  
Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:  
• Aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, contratos de mútuo firmados com partes relacionadas, indexados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI)  
• Empréstimos e financiamentos indexados à Taxa Referencial TR e CDI  
• Contas a receber e obrigações por compra de imóveis, indexados ao Índice Nacional de Construção Civil (INCC), Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) e Índice de Preços ao Consumidor - IPCA.  
Para análise de sensibilidade do período findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia considerou a taxa de juros de aplicações interbancárias e contas a receber CDI a 4,42%, TR a 0%, INCC a 13,85%, IPCA 10,06% e IGP-M a 17,78%. Os cenários considerados foram:  
Cenário I - Provável apreciação/depreciação de 10% das variáveis de risco utilizadas para precificação  
Cenário II - Possível apreciação/depreciação de 25% das variáveis de risco utilizadas para precificação  
Cenário III - Remota apreciação/depreciação de 50% das variáveis de risco utilizadas para precificação

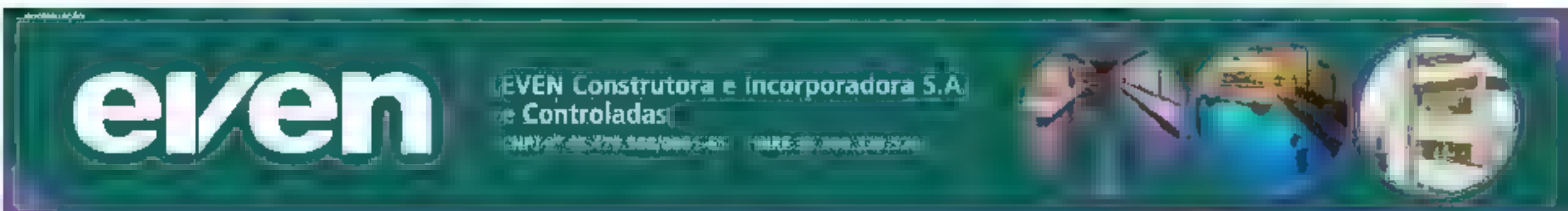
A Companhia apresenta a seguir o quadro de sensibilidade para os riscos considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2021 e seus efeitos no patrimônio líquido são basicamente os mesmos do resultado

Operações consolidadas	Risco	Cenários					
		I Alta 10%	II Alta 25%	III Alta 50%	IV Queda 50%	V Queda 25%	VI Queda 10%
Aplicações financeiras	Ata/Queda do CDI	4.005	0,019	60,075	120,025	110,013	64,065
Empréstimos e financiamentos	Ata/Queda do CDI	197	242	485	485	242	97
Parte relacionada ativa	Ata/Queda do CDI	22	553	1.317	1.065	1.553	1.821
Parte relacionada passiva	Ata/Queda do CDI	1.039	257	514	514	257	103
Efeitos líquidos da variação do CDI		4.026	0.067	62.392	120.34	1.0687	4.026
Contas a receber	Ata/Queda do INCC	7.534	42.836	118.67	18.47	43.836	7.534
Obrigações por compra de imóveis	Ata/Queda do INCC	31	142.834	85.660	85.659	42.834	31
Efeitos líquidos da variação do INCC		400	002	2.002	2.002	1.002	400
Contas a receber	Ata/Queda do IPCA	3.9	7.798	5.596	15.596	7.798	3.9
Contas a receber	Ata/Queda do IGP-M	100	250	600	1.500	1.250	100
Obrigações por compra de imóveis	Ata/Queda do IGP-M	10	77	114	64	77	10
Empréstimos e financiamentos	Ata/Queda do IGP-M/IPCA	12.058	15.144	0.289	0.458	5.44	12.058
Efeitos líquidos da variação do IGP-M/IPCA		1.30	9.627	5.654	5.654	2.827	1.30

- d) Estimativa do valor justo  
Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores e por aquisição de imóveis pelo valor contábil, menos a perda ("impairment") esteja próxima de seus valores justos. O mesmo pressuposto é válido para os passivos financeiros.  
A Companhia aplica o pronunciamento técnico para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível de hierarquia de mensuração pelo valor justo a seguir:  
Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos de nível 1  
Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (como preços) ou indiretamente (ou derivadas dos preços) (nível 2)  
Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3)  
O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que estão disponíveis e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.  
Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.  
Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:  
• Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares  
• O valor justo de "swaps" de taxa de juros calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado

	2021	2020
Total de empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 2.B) e nº 12.B)	3.333	453.240
Caixa e equivalentes de caixa	39.873	788.180
Títulos e valores mobiliários	689.267	1.122.025
Caixa líquido	12.444	18.700
Caixa líquido	628.045	1.835.685
Total do patrimônio líquido	2.582.329	2.384.904
Total do capital próprio e de terceiros	984.293	549.238
Índice de alavancagem financeira - %	0,90	0,00





## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2020

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados pelo nível

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.

Qualidade do crédito dos ativos financeiros.

Os saldos consolidados em 31 de dezembro de 2021 dos ativos financeiros lastreados por títulos privados são assim classificados por rating:

	Rating¹ Fitch	Consolidado
CDBs	AA+	R 7.796
Outras Financeiras	AA+	48.187
		<b>55.983</b>

Os recursos da Companhia e de suas controladas são aplicados de maneira que atenda aos limites de aplicação por escala de "rating" de risco estabelecida na política financeira aprovada pelo Conselho de Administração.

## 28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Devido às relações utilizadas para análise de negócio, a Diretoria Executiva segmentou a performance regional (geograficamente) a atuação da Companhia ocorre majoritariamente nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul.

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, principalmente, da venda de imóveis.

O desempenho dos segmentos operacionais da atividade de incorporação imobiliária, com base em uma mensuração do lucro bruto ajustado pelas despesas comerciais e administrativas, encontra-se resumida a seguir:

	SP	RS	Consolidado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021			
Controle de vendas	1.550.564	837.739	2.388.303
Deduções dos contratos de clientes	46.638	(65.92)	2.659
<b>Receita</b>	<b>1.503.926</b>	<b>771.818</b>	<b>2.275.744</b>
Custo incorrido das vendas realizadas	(1.058.900)	(686.795)	843.70
<b>Lucro bruto</b>	<b>445.026</b>	<b>185.023</b>	<b>630.049</b>
Despesas comerciais	(84.438)	57.993	42.45
Despesas administrativas	(68.170)	(47.821)	96.99
Provisões e outras despesas operacionais	(50.190)	(18.282)	(68.472)
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	<b>204.222</b>	<b>60.927</b>	<b>265.149</b>

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Controle de vendas

Deduções dos contratos de clientes

**Receita**

Custo incorrido das vendas realizadas

**Lucro bruto**

Despesas comerciais

Despesas administrativas

Provisões e outras despesas operacionais

**Lucro antes do resultado financeiro**

A seguir, a consolidação do lucro (prejuízo) bruto da atividade de incorporação imobiliária ajustado pelas despesas comerciais com o lucro líquido (prejuízo) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	SP	RS	Consolidado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021			
Lucro antes do resultado financeiro	1.137.891	505.021	1.732.912
Resultado financeiro líquido	(48.320)	(3.672)	(81.992)
Imposto de renda e contribuição social	1.089.571	581.449	1.671.020
Lucro (prejuízo) líquido do trimestre	(737.200)	(446.586)	1.81.76
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020			
Lucro antes do resultado financeiro	352.370	134.883	487.254
Despesas comerciais	76.587	42.220	8.807
Despesas administrativas	(9.862)	28.220	20.0
Provisões e outras despesas operacionais	29.474	(5.788)	23.708
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	<b>213.405</b>	<b>58.635</b>	<b>272.042</b>

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo e do passivo conforme segue:

	SP	RS	Consolidado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021			
Segmento SP	3.74.458	3.186.406	6.930.864
Segmento RS	1.95.410	790.488	2.744.898
Outros	237.041	277.056	514.097
<b>Ativo total, conforme balanço patrimonial</b>	<b>5.926.910</b>	<b>5.176.777</b>	<b>11.103.687</b>
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020			
Segmento SP	2.432.998	2.036.449	4.469.447
Segmento RS	752.388	58.792	811.180
Outros	152.185	87.119	239.304
<b>Passivo total, conforme balanço patrimonial</b>	<b>3.337.572</b>	<b>2.696.380</b>	<b>6.033.952</b>

## A DIRETORIA

Controlador: Diogo Sandoval Faramães CRC MG 108416

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Estatuto Social da Companhia prevê um Conselho Fiscal de caráter não permanente, eleito unicamente a pedido dos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Ordinária. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Conselho Fiscal não foi instalado.

São Paulo, 22 de março de 2022.

Jose Carlos Wollenweber Filho, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, revisamos, discutimos e concordamos que as Demonstrações Financeiras findo em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e informações adicionais, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira correspondentes ao período apresentado.

São Paulo, 22 de março de 2022.

Jose Carlos Wollenweber Filho,

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES

Para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de revisão da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes relativos às Demonstrações Financeiras da Even Construtora e Incorporadora S.A. para o período findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 22 de março de 2022.

Jose Carlos Wollenweber Filho,

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Às Administradoras e Acionistas

Even Construtora e Incorporadora S.A.

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Even Construtora e Incorporadora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações adicionais. Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Even Construtora e Incorporadora S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações adicionais.

## Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima retidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Even Construtora e Incorporadora S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

## Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima retidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Even Construtora e Incorporadora S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

## Porque é um PAA

## Reconhecimento de receita (notas 2.18 e 7)

A Companhia e suas controladas utilizam o método de Proportionalização de Conclusão ("PQC") para contabilizar a receita com contratos de venda de unidades nas empreendimentos de incorporação imobiliária, observando os procedimentos estabelecidos pelo Ofício Circular CVM/SAC/SEP nº 02/2018 emitido pela CVM. O método de reconhecimento de receita por meio do PQC, aquele que a administração da Companhia considera, entre outros aspectos, a estimativa dos custos a incorrer até o término da construção e entrega das chaves das unidades imobiliárias, a fim de estabelecer uma proporção em relação aos custos já incorridos e ao orçamento de custo da obra. Essa proporção é aplicada sobre o valor de venda das unidades já comercializadas e subsequentemente, o valor é reajustado segundo as condições dos contratos de venda, determinando o montante da receita a ser reconhecida em cada período. Essa área foi considerada foco em nossa auditoria, pois o processo de reconhecimento de receita envolve estimativas críticas da administração na determinação dos orçamentos de custos, sua revisão periódica e o estágio da execução da obra. Assim, quaisquer mudanças nessas estimativas podem impactar de forma relevante a posição patrimonial e o resultado do exercício.

## Provisão para distúrbios (notas 3 e 15)

Em razão de aspectos econômicos ou de alterações nas condições do mercado imobiliário, determinados compradores optam por desistir da compra do imóvel antes da data de venda e a data de obtenção do financiamento, levando ao cancelamento de contratos distúrbios.

A Companhia possui provisão para distúrbios com base em estimativas da administração em relação a futuras rescisões contratuais, tanto as obras entregues quanto para aquelas em andamento.

Essa avaliação realizada pela administração envolve julgamentos importantes e subjetivos, especialmente relacionados com as expectativas de rescisões contratuais, os quais podem ocasionar impacto relevante nas demonstrações financeiras. Dessa forma, consideramos essa como uma das áreas de foco de auditoria.

## Provisão para riscos trabalhistas e tributários (notas 3 e 15(c))

A Companhia está exposta a questões trabalhistas e civis, além de questões tributárias, no curso normal de seus negócios de incorporação imobiliária. Essas discussões envolvem, entre outros, temas como revisão de cláusulas contratuais, atrasos na entrega de unidades imobiliárias, pagamento da comissão a corretoras de imóveis autônomas e eventuais questionamentos por órgãos competentes.

A avaliação de riscos e o registro da provisão envolvem julgamentos significativos efetuados pela administração, apoiados em pareceres de assessores legais externos e/ou internos, cujos prognósticos de desfechos podem resultar em impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Devido à complexidade das matérias, às evoluções da jurisprudência ou tendência nos tribunais e a relevância do tema para o negócio da Companhia, bem como os julgamentos envolvidos para a avaliação de desfecho e da mensuração da provisão, consideramos que essa foi uma das principais áreas de foco.

## Outros assuntos

## Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (OVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 08 "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas fornecidas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com essas normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pelo auditor das demonstrações financeiras individuais e consolidadas".

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

## Entasse

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM e as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidades imobiliárias não concluídas, sobre os aspectos relacionados a transferência de controle, seguiu o entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular CVM/SAC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC-TG 47 (IFRS 16). Nossa opinião não está relacionada em relação a esse assunto.

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria devido, em particular, aos riscos de materialização de erros ou fraudes. Esses assuntos foram tratados no contexto das auditorias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Destacamos a seguir, os principais procedimentos de auditoria executados para dar resposta de auditoria a esse assunto. Efetuamos entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de venda das unidades imobiliárias em construção, bem como para a preparação e aprovação das estimativas de custos a incorrer e para o monitoramento dos custos incorridos. Testamos os custos incorridos, em base amostral, inspecionando contratos, documentos fiscais e pagamentos feitos, assim como efetuamos visitas de inspeção de obras concluídas. Com base em uma amostra de empreendimentos, inspecionamos os documentos de obra e suas respectivas aprovações do Comitê de Lançamentos e confrontamos os principais itens do orçamento com contratos firmados junto a terceiros. Adicionalmente, confrontamos os índices utilizados pela Companhia no cálculo da atualização das estimativas de custos a incorrer com os respectivos índices de inflação. Efetuamos comparação de selecionados orçamentos entre exercícios e obtivemos esclarecimentos para variações não usuais. Para selecionados empreendimentos concluídos, confrontamos o custo total efetivo com os orçamentos previamente afetados. Para transações de venda com vendas de unidades imobiliárias, efetuamos testes inspecionando contratos de venda, comprovantes de liquidação financeira e calculamos o saldo a receber de acordo com o índice contratual vigente. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que as estimativas utilizadas para administração em relação a esse tema são razoáveis e estão devidamente suportadas. Para as informações dos empreendimentos concluídos, nossos testes indicaram que o custo orçado se aproxima do custo efetivo total, e as informações divulgadas estão consistentes com as informações e documentos colhidos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relevantes associados à análise de crédito e ao monitoramento da carteira de contas a receber em aberto por período de vencimento. Realizamos o entendimento e testes das promessas utilizadas na estimativa adotada pela administração para determinação da provisão para distúrbios. Adicionalmente, analisamos se a provisão constituída em exercício anterior foi suficiente para fazer frente aos cancelamentos de contratos realizados posteriormente. Além disso, avaliamos a adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Companhia.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizados pela administração em relação a esse tema são razoáveis.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para o monitoramento dos processos, a avaliação das probabilidades de desfechos e o cálculo dos valores envolvidos.

Realizamos testes de reconciliação dos valores provisionados com base nos registros apresentados pela administração e, com o apoio de especialistas, discutimos as principais matérias tributárias. Adicionalmente, efetuamos confronto de informações com confirmações obtidas diretamente dos assessores legais e discutimos as principais matérias e as posições da administração com o Comitê de Auditoria.

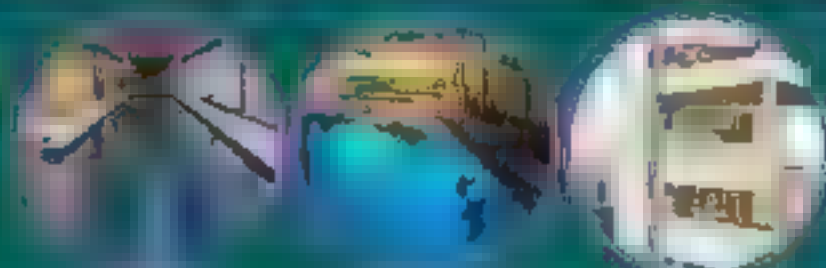
Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e os julgamentos da administração para tratar dessas contingências são consistentes com as informações obtidas de assessores legais e com as informações divulgadas.

continua





**EVEN Construtora e Incorporadora S.A.**  
de Controladas  
CNPJ nº 43.470.988/0001-65 • NIRE 35.300.329.520



# RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em unânime com a maioria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está na forma relevante, inexistente com as demonstrações financeiras ou, com nosso conhecimento cabido na auditoria ou, de outra forma, apenas a tal distorção da forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos obrigados a comunicar esse fato. Nas vezes, nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e a ser dessa base, a nível na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou, não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria refletindo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso,

identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de falsos ou controles internos, omissão ou apresentação incorreta de informações.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

Avaliamos a adequação dos princípios contábeis utilizados e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso pela administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou, incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não, mas se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o relatório de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria no grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das conclusões significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas dos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes incluindo os requisitos aplicáveis da independência e comunicamos todos os assuntos relacionados ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria nas demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que, por lei, o regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto ou quando, em circunstâncias excepcionais, nós determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

San Paulo, 22 de março de 2022



PricewaterhouseCoopers  
Auditoria Independente Ltda  
CNPJ 25.900.000/0001-5

Marcelo Siqueira Nogueira  
Cordador - RC - SP255830/0-3

# Acompanhe o mercado de FUNDOS DE INVESTIMENTOS no broadcast+



## O Broadcast+ é a melhor

solução para acompanhar o mercado de

FUNDOS DE INVESTIMENTOS

## Fundos de Investimentos

**broadcast+**

Grande São Paulo: 11 3856 3500 | Outras localidades: 0800 011 3000

**AGÊNCIA  
ESTADO**





## PUBLICANDO SEU ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO SUA EMPRESA COMUNICA COM TRANSPARÊNCIA.

O Estadão pode lhe dar a visibilidade que sua empresa precisa, com o melhor conteúdo em Economia & Negócios admirado no país inteiro.

Líder em conteúdo de Economia & Negócios

Os líderes e formadores de opinião leem o Estadão diariamente

Veículo mais admirado do país no meio jornal

147 anos de qualidade e credibilidade editorial

Edições impressas de segunda a segunda

Portal de publicações na editoria de Economia & Negócios do Estadão, o Estadão RI



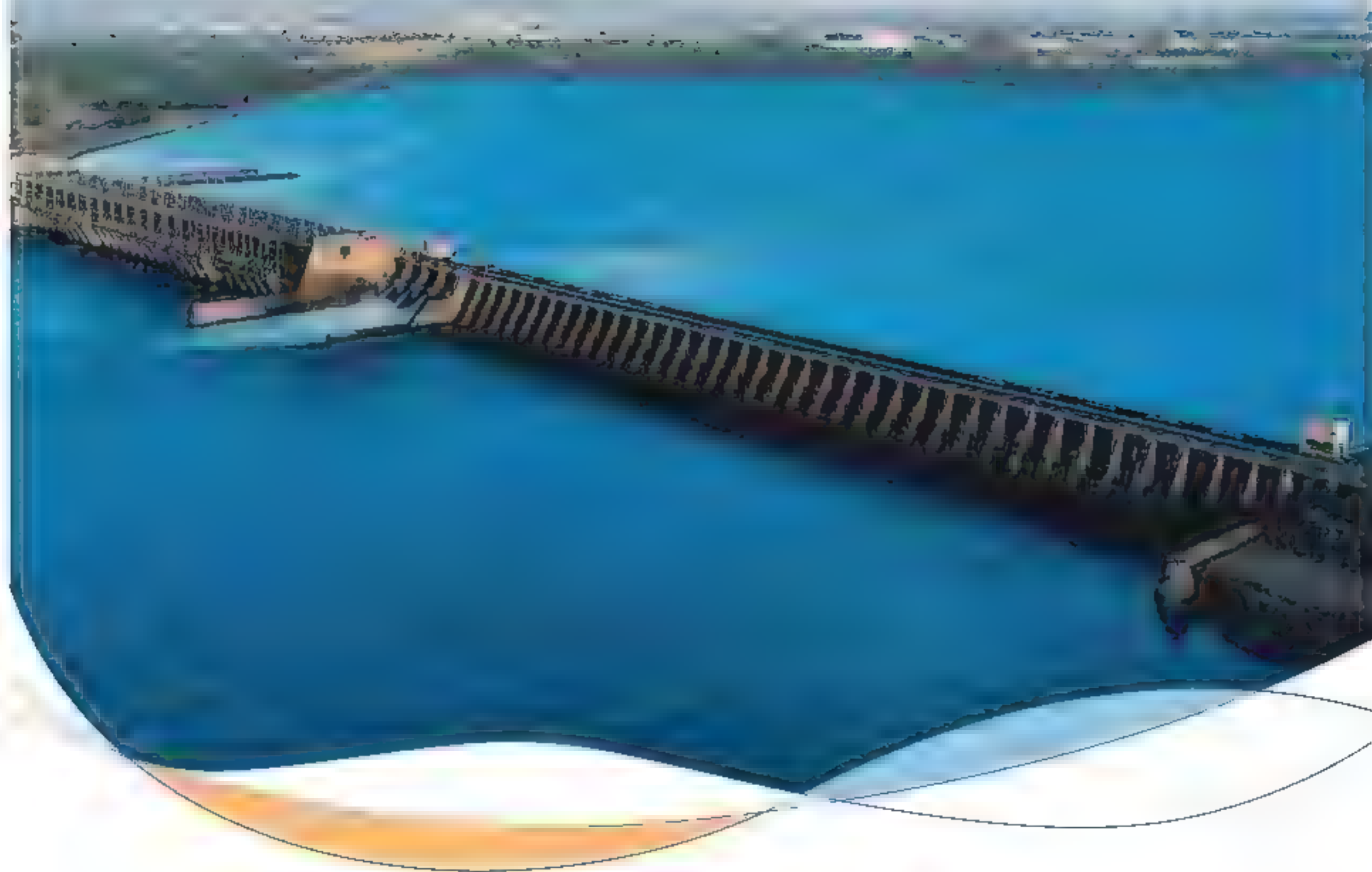
USE O QR CODE  
E ENTRE EM  
CONTATO.

ESTADÃO RI

ESTADÃO 



[www.ctgbr.com.br](http://www.ctgbr.com.br)



Demonstrações  
Financeiras 2021



**CTG** Brasil

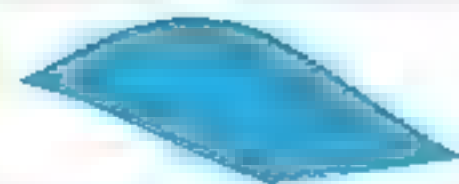






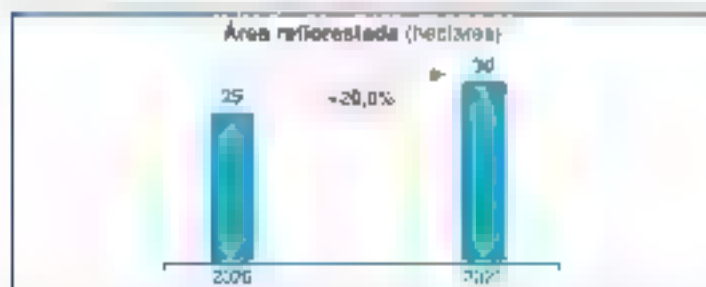






## Rio Paranapanema Energia S.A. (CNPJ/ME nº 02.998.301/0001-81)

continuação do Relatório Anual da Administração 2021



## Prêmios e reconhecimentos

**Troféu Transparência Anotec** A Rio Paranapanema foi reconhecida entre as empresas com as melhores demonstrações financeiras do país em termos de qualidade e transparência. É a quarta vez que a Companhia conquista esse prêmio.

## Auditores independentes

A Rio Paranapanema conta com procedimento específico para a contratação de empresas de auditoria independente, que define requisitos alinhados à legislação aplicável e recomendações da CVM. O documento prevê o sistema de rodízio dos auditores independentes a cada cinco anos e as instâncias de aprovação para contratação e troca de auditoria (que caber aos órgãos de governança da Companhia) e renovação dos contratos dentro do prazo de cinco anos (que pode ser

autorizada pelos executivos).

O procedimento prevê ainda o estabelecimento de requisitos técnicos, escopo e forma de realização das atividades considerando os seguintes aspectos: adequação dos processos de controles internos de qualidade, incluindo aqueles que asseguram a sua independência e a de seus membros (sócio e demais profissionais); capacitação e dedicação da equipe designada para os trabalhos, experiência no setor e honorários compatíveis com o porte e a complexidade da empresa. O documento proíbe a contratação de serviços entre que possam comprometer a independência dos auditores.

A Diretoria

## Balanços Patrimoniais – Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma,

Ativo		Controladora		Consolidado		Passivo		Controladora		Consolidado	
	Nota	2021	2020	2021	2020		Nota	2021	2020	2021	2020
<b>Circulante</b>											
Caixa e equivalentes de caixa	6	162.52	1.082.848	85.014	1.025.0	Fornecedores	12	541.873	2.057.28	543.889	2.068.227
Clientes	8	84.43	440.277	88.298	842.470	Salários, proventos e contribuições sociais	7	17.394	17.682	17.798	18.17
Tributos a recuperar	7	8.674	2.577	8.674	2.658	Tributos a recolher	7	8.221	142.248	9.753	42.427
Serviços em curso	24	34	8.980	24.34	5.890	Encargos trabalhistas	15	31.569	25.430	31.518	25.438
Empresas associadas	5	1.019	5.808	6.018	5.859	Debitivas	13	38.240	378.987	38.240	378.987
Outros créditos	1	1.721	1.69	1.749	1.38	Dividendos	16	287	278.666	287	278.666
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>387.363</b>	<b>3.925.659</b>	<b>413.836</b>	<b>3.976.441</b>	Juros sobre capital próprio	17	228	45.288	228	45.288
<b>Não circulante</b>											
Realizável a longo prazo						Partes relacionadas	18	936	884	2.022	954
Aplicações financeiras vinculadas	5,3	1.039	807	1.039	807	Receitas diferidas	4	1.145	4.224	4.045	4.373
Clientes	8	2.679				Juntas obrigações	16	598	2.265	598	2.265
Tributos a recuperar	7	819	819	2.272	2.248	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>980.331</b>	<b>2.931.004</b>	<b>993.362</b>	<b>2.983.948</b>
Tributos diferidos	7	148.014	27.362	148.014	127.182	<b>Não circulante</b>					
Depósitos judiciais	8	59.183	60.359	59.183	60.359	Fornecedores	12	28.29	25.005	28.29	25.005
Despesas antecipadas	1	1.907	2.028	1.907	2.028	Encargos setoriais	13	6.565	4.498	6.565	9.399
		<b>213.641</b>	<b>191.375</b>	<b>215.096</b>	<b>192.842</b>	Indenização socioambiental	11	1.680	15.083	1.680	15.083
Investimentos	19	281.868	220.86			Contratantes	14	9.364	849.834	9.364	849.834
Imobilizado	10	2.298.651	2.477.63	2.521.516	2.674.688	Plano de aposentadoria	19	42.168	44.091	42.168	44.091
Intangível	11	804.297	863.822	814.457	874.654	Provisões para riscos	15	21.185	36.4	44.762	43.77
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>3.567.567</b>	<b>3.752.546</b>	<b>3.551.069</b>	<b>3.742.144</b>	Receitas diferidas	4	3.367	2.342	3.367	2.342
		<b>7.454.930</b>	<b>7.678.205</b>	<b>7.684.905</b>	<b>7.718.585</b>	Outras obrigações	7	7.256	85	7.256	7.957
						<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.866.928</b>	<b>835.467</b>	<b>863.922</b>	<b>844.893</b>
						<b>Total do passivo</b>		<b>2.047.259</b>	<b>3.766.471</b>	<b>2.857.284</b>	<b>3.828.841</b>
						<b>Patrimônio líquido</b>	20				
						Capital social	839.138	839.138	839.138	839.138	
						Reserva de capital	15.084	15.084	15.084	15.084	
						Reserva de lucros	638.784	585.540	638.784	585.540	
						Análise de avaliação patrimonial	31.485	37.978	31.485	37.978	
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.907.664</b>	<b>1.911.744</b>	<b>1.907.664</b>	<b>1.911.744</b>
						<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>3.954.928</b>	<b>5.698.205</b>	<b>3.954.928</b>	<b>5.698.205</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma,

	Reservas	Ajuste de avaliação patrimonial (*)		Patrimônio líquido da controladora	Total do patrimônio líquido consolidado
		Capital social	Lucros acumulados		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		839.138	15.084	585.540	1.440.762
Resultado abrangente do exercício					
Prejuízo do exercício					
Projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão					
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão					
Resultado atuarial com plano de pensão de benefício definido					
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado atuarial					
Realização do ajuste de avaliação patrimonial					
Imposto diferido sobre a realização do ajuste de avaliação patrimonial					
Contribuições e distribuições aos acionistas					
Transferência entre reservas					
Ajuste de investimentos					
Dividendos prescritos					
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>		839.138	115.084	638.784	1.592.906

	Reservas	Ajuste de avaliação patrimonial (*)		Patrimônio líquido da controladora	Total do patrimônio líquido consolidado
		Capital social	Lucros acumulados		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>		839.138	115.084	135.378	1.089.599
Resultado abrangente do exercício					
Prejuízo do exercício					
Projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão					
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão					
Resultado atuarial com plano de pensão de benefício definido					
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado atuarial					
Reclassificação de reservas de lucros					
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos - CPM 33 (R1)					
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		839.138	115.084	585.540	1.539.762

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do Valor Adicionado – Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma,

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>Receitas</b>					
Venda de energia e outros serviços	20	316.129	429.193	1.346.61	451.174
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>					
Energia comprada e encargos de uso da rede	19,40	21	800.162	1753.033	1510.248
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)					
Materiais e serviços de terceiros					
Outros custos operacionais					
<b>Valor adicionado bruto</b>					
Depreciação e amortização					
Valor adicionado líquido produzido					
Equivalência patrimonial	9				
Outras receitas financeiras					
Outras					
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>					
Valor adicionado total a distribuir					
Distribuição do valor adicionado					
Dividendos					
Remuneração direta					

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do Resultado – Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma,

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>Receita operacional líquida</b>	21	1.316.729	1.420.93	1.346.81	1.451.174
<b>Custos operacionais</b>					
Pessoal					
Materiais					
Serviços de terceiros					
Energia comprada	22.1	529.781	356.671	1542.073	1388.395
Depreciação e amortização					
Encargos de uso da rede elétrica	22.2	53.224	41.291	53.843	41.854
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFE/URH)					
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSCE					
Seguros					
Aluguéis					
Provisões para riscos					
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão					
Acordo GSF					
Outros					
<b>Resultado líquido</b>					
<b>Outros resultados operacionais</b>					
Pessoal					
Materiais					
Serviços de terceiros					
Depreciação e amortização					
Aluguéis					
Provisões para riscos					
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFE/URH)					
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSCE					
Seguros					
Aluguéis					
Provisões para riscos					
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão					
Acordo GSF					
Outros					

<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>	23	205.180	1.387.821	205.138	1.392.991
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas					
Despesas					
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>					
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	24				
Correção					
Jatando					
<b>Prejuízo/Lucro líquido do período</b>					
<b>Prejuízo/Lucro líquido básico e diluído por ação</b>	26				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

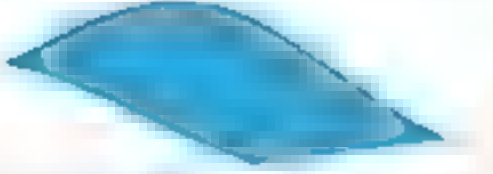
## Demonstrações do Resultado Abrangente Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma,

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>Prejuízo/Lucro líquido do exercício</b>					
<b>Outros resultados abrangentes do exercício</b>					
Projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão					
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão					
Resultado atuarial com plano de pensão de benefício definido					
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado atuarial					
<b>Resultado abrangente do exercício</b>					

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.





Rio Parapanema Energia S.A. | CNPJ/ME nº 02.998.301/0001-81

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidada	
	2021	2020	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	71	30	1.319	1.319
Ajustes em:				
Depreciação e amortização	1.399	1.319	1.319	1.319
Resultado na baixa do ativo imobilizado/intangível e				
	798	2.301	1.900	2.910
Reversão parcial da perda estimada pela não recuperabilidade				
Apropriação de juros sobre debêntures	1	1	1	1
Antecipação de custos de transação sobre debêntures	1	1	1	1
Variação monetária sobre debêntures				
Variação monetária sobre provisão para riscos				1.694
Variação monetária sobre provisões judiciais	(2.593)	(2.585)		(2.570)
Variação monetária referente à inadimplência CCEE				
Variação monetária referente à litígio CCEE	123.750	299.215		
Variação monetária referente à indenização ambiental	2.592	2.736		
		2.693		2.693
Variação monetária P&D	(267)			325
Reversão/constituição da provisão para riscos	90			
Recuperação do custo de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	1.319	(10.354)		
		19.539		
		(264.822)	121.340	(264.822)
Variações nos ativos				
Créditos	544.580			
		13.735	1.384	(3.735)
	(8.54)	(9.635)	(8.54)	(9.635)
	(10)	368	(15)	
	196	(5.072)		(4.070)
	537.978	(7.244)	112.811	(14.402)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Variações nos passivos	Controladora		Consolidada	
	2021	2020	2021	2020
	1	1	1	1
Salários, provisões e contribuições sociais				1.319
Impostos, taxas e contribuições	(4.589)	(8.072)	(4.322)	(7.378)
				12.410
Partes relacionadas	52	120	62	
Outras variações passivas	2.078	4.427	2.872	
	1.491	6.475	161.394	604.111
Caixa gerada nas operações	1.491	6.475	1.245.704	75.523
Pagamento de juros sobre debêntures				
Pagamento de variação monetária sobre debêntures				
Pagamento imposto de renda e contribuição social				
Pagamento litígio GSF				
Caixa líquida (aplicado)/gerada nas atividades operacionais	(795.267)	499.798	1.000.000	604.106
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Recebimento na venda de imobilizado	1869			
Adições no ativo imobilizado e intangível	(26.217)	(36.587)		
Caixa líquida aplicada nas atividades de investimentos	(24.348)	(36.587)	(36.587)	(36.587)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Valor recebido pela emissão de debêntures				
Custo de transação pela emissão de debêntures	(2.584)			
Pagamento de debêntures				
Pagamento de dividendos	(277.40)			
Pagamento de juros sobre capital próprio	45.013			52.697
Caixa líquida aplicada nas atividades de financiamento	(274.971)		(274.971)	(482.312)
Produção líquida de caixa e equivalentes de caixa	(900.096)	463.211	763.423	125.207
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.062.848			
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	162.752			

Notas Explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Rio Parapanema Energia S.A. ("Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto, concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com sede em São Paulo, tem como atividades principais a geração e a comercialização de energia elétrica, as quais são controladas, regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A capacidade instalada da Companhia é de 2.265,3 MW, composta pelo seguinte parque gerador em operação no Estado de São Paulo: Usina Hidrelétrica (UHE) Capivara, UHE Chavantes, UHE Jurumirim, UHE Salto Grande, UHE Taquarupçu, UHE Rosana e 49,7% do Complexo Canoaas, formado pelas UHEs Canoaas I e II. Conforme nota explicativa B, a Companhia detém 99,99% da participação societária na empresa Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. ("Controlada" ou "Sapucaí-Mirim"), composta por parque gerador em operação no Estado de São Paulo, na modalidade de Pequena Central Hidrelétrica (PCH), Palmitas e Rêlito, localizadas no Rio Sapucaí, nos Municípios de Guarani e São Joaquim.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 502.968 na Controladora e R\$ 573.483 no Consolidado, o que representa uma melhoria de 39,3% na Controladora e 41,2% no Consolidado em comparação a 31 de dezembro de 2020. O saldo do capital circulante líquido está negativo em 2021 em virtude de: - Pagamento referente ao acordo GSF ocorrido no 1º trimestre de 2021;

- Transferência do não circulante para o circulante referente à parcela do principal de 8ª emissão série 1, 4ª e 7ª emissão série 2 de debêntures.

Sobre o CCL negativo, é muito importante destacar que a Companhia, dentro do seu ciclo de funcionamento, possui um passivo relativo à liminar que discute a redução da Garantia Física (vide nota explicativa nº 2) que possui um saldo de R\$ 478.482 em 31 de dezembro de 2021. Essa obrigação possui uma característica de passivo contingente e somente está classificada no curto prazo pela indefinição acerca do prazo para solução desse caso. Pela avaliação dos consultores jurídicos, apesar da classificação como "passivo", a Companhia conta com uma expectativa positiva acerca dos resultados dessa ação. Se normalizada os efeitos do passivo de liminar mencionado acima, o CCL fica negativo em R\$ 26.000 na Controladora e R\$ 0,00 no Consolidado.

A Administração analisou toda informação disponível em seus livros de conta projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrentes da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais. Além disso, em caso de qualquer eventualidade, a Companhia poderá estruturar novos financiamentos e, também, contará com suporte financeiro de sua Controladora, Indutora, CTG Brasil.

1.2 Concessão e Autorização

1.2.1 Contrato de concessão

Em 22 de setembro de 1998, a Companhia e a Aneel assinaram o contrato de Concessão de Geração nº 76, 998, que regula as concessões de uso de Bem Público (UBP) para geração de energia elétrica das usinas Jurumirim, Chavantes, Salto Grande, Capivara, Taquarupçu e Rosana, outorgadas pelo Decreto nº 20 de setembro de 1999, sendo que em 5 de agosto de 2011 foi firmado o Primeiro Termo Aditivo. O contrato concede a Companhia o direito de produção e comercialização de energia elétrica na condição de produtor independente, de acordo com a partilha daquela data, de recolher a Reserva Global de Reversão (RGR) (exceto recursos arrecadados originalmente pela CESP e parcialmente transferidos à Companhia em decorrência do processo de cisão daquela empresa), para contribuir com uma taxa de UBP por um período de 5 anos. O prazo de duração da concessão e do contrato é de 30 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos.

O Contrato de Concessão nº 183/1998 e em 5 de agosto de 2000 foi firmado o Primeiro Termo Aditivo, que regulam as concessões para geração de energia elétrica das usinas Canoaas I e Canoaas II, sendo como partes a Aneel e as empresas do Consórcio Canoaas, formado pela Companhia, como produtora independente de energia elétrica, e a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), na condição de autogerador. O contrato prevê que 53,8 MW/m sejam disponibilizados à CBA. Eventuais sobras de energia não utilizadas pela CBA devem ser absorvidas sem ônus pela Companhia. Reciprocamente, em regime normal de operação, quando a geração foi inferior ao estabelecido contratualmente a diferença será complementada, sem ônus, pela Companhia. O contrato de concessão tem prazo de vigência de 35 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente. De acordo com a RCH 2.9/2021, que homologa o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realização de Energia (MRE) houve uma prorrogação do prazo de concessão na média de aproximadamente 35 meses.

Prazo ajustado de acordo com a RCH 2.9/2021	Controladora		Consolidada	
	Capacidade instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Início da concessão	Fim da concessão
Usina Jurumirim	1.319	1.319	01/01/2000	01/01/2030
Usina Capivara	1.319	1.319	01/01/2000	01/01/2030
Usina Chavantes	1.319	1.319	01/01/2000	01/01/2030
Usina Salto Grande	1.319	1.319	01/01/2000	01/01/2030
Usina Taquarupçu	1.319	1.319	01/01/2000	01/01/2030
Usina Rosana	1.319	1.319	01/01/2000	01/01/2030
Usina Canoaas I	32,5	54,2	30/07/1999	30/07/2029
Usina Canoaas II	72,0	45,6	30/07/1999	30/07/2029
	2.265,3	1.964,8		

(\*) Prazo ajustado de acordo com a RCH 2.9/2021

1.2.2 Resolução sobre a garantia

A Aneel autorizou a exploração do potencial hidrelétrico das PCHs Rêlito e Palmitas respectivamente, através das Resoluções

SEBAND, Uda Sebani. Em fevereiro de 2007, a Rio Parapanema Participações S.A. e a Sebani assinaram Contrato de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças, objetivando a transferência dos bens e direitos relativos à exploração do aproveitamento hidrelétrico das PCH Rêlito e PCH Palmitas para a Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda., concomitantemente à transferência integral das quotas da Controlada para a Rio Parapanema Participações S.A. Através da Resolução nº 344 de 03 de junho de 2007, a Aneel anulou a transferência das autorizações para implantar e explorar as PCH Rêlito e PCH Palmitas da Sebani para a Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. Em 2015, a Rio Parapanema Participações S.A. transferiu o controle societário de Sapucaí-Mirim para a Companhia por meio de constituição de reserva de capital. De acordo com a RCH 2.9/2021, que homologa o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE houve uma prorrogação do prazo de concessão na média de 34 meses.

Resolução Aneel	Controladora		Consolidada	
	Usina	Capacidade instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Início da concessão
Rêlito PCH SP Sapucaí	16,5	8,1	16/10/2002	09/10/2032
Palmitas PCH SP Sapucaí	16,5	8,1	16/10/2002	09/10/2032
	33,0	16,2		

(\*) Prazo ajustado de acordo com a RCH 2.9/2021

1.3. Liminar sobre o fator de ajuste de energia - Generation Scaling Factor - Fator de Ajuste da Garantia Física (GSF). A severa crise hidrológica ocorrida entre 2012 e 2018 causou a redução dos níveis das reservatórios das usinas hidrelétricas e elevou o despesa das usinas termelétricas ao máximo. Com isso, o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) atingiu seu nível nos anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, elevando a exposição das geradoras de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP), em decorrência do GSF. Após longo período de discussões, inclusive judiciais, a Lei nº 14.052/2020, que apresentou as diretrizes sobre a compensação mediante a prorrogação dos prazos dos contratos de concessão dos titulares de usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realização de Energia (MRE) pela parte não correspondente ao risco hidrológico decorrentes de 1) reações do encumbramento de energia das usinas hidrelétricas estruturantes em função do ajuste na entrada em operação de instalações de transmissão;

2) da diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização das usinas hidrelétricas e

-apropriação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

3) Geração termelétrica despachada fora de ordem de mérito.

Diante das diretrizes de governança da Companhia e das informações disponíveis, o Conselho de Administração, em reunião ocorrida em 29 de dezembro de 2020, aprovou que fossem tomadas as medidas necessárias para adesão ao acordo pelo valor referente à extensão pela reaplicação do risco hidrológico que trata a Lei 14.052 regulamentada pela REN 895/2020. Para isso, a direção da Companhia, mediante a prorrogação dos prazos dos contratos de concessão, os agentes deveriam renunciar à disputa judicial cujo objeto fosse a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE e a qualquer alegação de direito sobre o que se trata a referida ação. Segundo a normalização, além da desistência da ação judicial autogeradora, os agentes também deveriam quitar eventuais débitos dessas limitações ao CCEE. O pagamento foi feito pela Companhia e sua Controlada no 1º trimestre de 2021, no montante de R\$ 1.745.696.

Além de acordo com a Lei nº 14.052/2020 e REN 895/2020, foram confirmados, em agosto, pela Resolução Homologatória Aneel 2.9/2021, os valores divulgados em março, ressaltando as usinas sob administração da Companhia e sua controlada em função do acordo referentes a riscos "do hidrológico" no mercado livre. Como resultado, foram registrados complementos em seu ativo intangível R\$10.354 e R\$ 76.

Em atendimento ao cronograma da Lei nº 14.052/2020, em 29 de setembro a Companhia protocolou na Aneel a documentação para a adesão ao acordo do GSF relativa às UHEs Capivara, Chavantes, Taquarupçu, Salto Grande, Rosana e Jurumirim e também às PCHs Palmitas e Rêlito. Em 08 de outubro, a documentação relativa às UHEs Canoaas e II, cuja titularidade é compartilhada pela Companhia com a CBA. A documentação consistia em pedido de homologação, comprovação de desistência da ação judicial e renúncia de alegação de direito sobre o que se trata a ação e Termo de compromisso elaborado pela Aneel. Em 03 de dezembro de 2021, a Companhia e sua Controlada protocolaram recurso administrativo perante a Aneel em que se pleiteia a restituição de parte da concessão do GSF-M incidente sobre os valores pagos por ocasião da quitação do passivo ligado à discussão do GSF a partir da decisão pela adesão ao "Acordo GSF" nos termos da Lei 14.052/2020. A parcela pleiteada corresponde à metodologia aplicada pela Aneel e CCEE, onde foram desconsideados no cálculo da atualização monetária os meses onde o GSF-M apresentou variação negativa (deflação). Os valores envolvidos são da ordem de R\$ 81 milhões no Consolidado.

1.4. Revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas

Em 4 de maio de 2017 foi publicada a Portaria nº 178/2017 que definiu os novos valores da garantia física de energia das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente, válidos a partir de 1º de janeiro de 2018. Assim, a partir desta data, houve uma redução de aproximadamente 5% da garantia física da Companhia em relação à garantia física vigente em dezembro de 2017. Em 2 de fevereiro de 2018, a Companhia ajuizou duas ações perante a Justiça Federal do Distrito Federal em face da União Federal, com pedido de liminar para suspender a aplicação desta Portaria e questionar os parâmetros de garantia física. Em ambas as ações, as liminares não foram concedidas em primeira instância.

Entre os anos de 2018 e 2020, a Companhia teve que lidar com a aplicação da Portaria em relação às UHEs no entanto as ações foram arquivadas em 2019 foram desavoluídas, mas foram arquivadas.

Em 8 de dezembro de 2020 foi proferida decisão judicial em sede de apelação que confirmou o estabelecido o efeito da liminar da Companhia no sentido de não se aplicar os efeitos da Portaria nº 178/2017. Para mais informações, vide nota explicativa nº 12.

1.5. Marco legal do setor elétrico

Em 2017 o MME lançou as Consultas Públicas (CP) nº 032 e nº 033, que visam à reorganização do setor elétrico brasileiro colocando em discussão as propostas para temas como abertura do mercado livre, separação de rede e energia, administração da rede de transmissão, regulamentação de subsídios, desconexão e privatização de concessionárias de geração. O Projeto de Lei (PL) 232/2015, que em uma de suas versões aprovou os principais pontos das CPs discutidas no âmbito do MME para mudança estrutural no SEB foi remanejado à Câmara dos Deputados em 10 de fevereiro de 2021 sob o nº PL 414/2021 para iniciar uma nova fase de tramitação. Tendo em vista a regulamentação de algumas matérias contidas no texto original do PL 232 por meio de outros instrumentos, solar, eólica e biomassa, o projeto deverá ser revisado e readaptado ao

Em 14 de dezembro de 2021, a Comissão Especial do PL 1817/2015, que também trata de temas relacionados à modernização do setor, aprovou o relatório do projeto. Os principais temas aprovados no texto são: abertura total do mercado em até 72 meses, separação de rede e energia, formação de preço, garantias financeiras, novas regras para prorrogação das concessões. Em 01 de março de 2021 foi publicada a Lei 14.202, que, dentre outras coisas, aprovou o fim dos subsídios na tarifa para novos empreendimentos de energia solar, eólica e de biomassa após 12 meses, contados a partir da publicação da lei. Os descontos para novos empreendimentos hidráulicos até 30 MW serão concedidos por 5 anos adicionais. A partir desta data, os descontos

1.6.1 Impactos causados pela pandemia e medidas adotadas pela Companhia

Diante do cenário desafiador e do impacto negativo da pandemia da Covid-19, o Grupo, do qual a Companhia faz parte, implementou um Comitê Executivo Multidisciplinar que estabeleceu a Companhia o andamento de programas e ações, com os objetivos de garantir a segurança e proteção dos seus profissionais e prestadores de serviço, minimizar os impactos nas suas atividades e garantir a continuidade das suas operações em seu mais alto nível. A partir disso, foi desenvolvido um protocolo de atendimento médico e disponibilizado um canal através da telemedicina, para acompanhamento diário da evolução do quadro de saúde, estabelecimento de visitas e encaminhamento, quando necessário, à unidade de atendimento hospitalar, visando garantir o correto tratamento ao profissional. Em complemento à estas ações foi implementado o processo de teste em PCR para todos os profissionais que regularmente acessam as suas unidades. Adicionalmente, campanhas de comunicação e conscientização foram estabelecidas com o objetivo de apresentar as mais recentes informações científicas assim como a realização de palestras virtuais com alguns dos mais renomados e reconhecidos profissionais nas áreas científicas no Brasil.

Entre outras ações práticas, intensificou as medidas de higienização e limpeza nas áreas de comum acesso para reduzir o risco de contágio. Com a evolução da vacinação no Brasil, as atividades presenciais nos escritórios do Grupo foram retomadas de forma gradual a partir do setembro, priorizando os profissionais com vacinação completa, que deveriam seguir rígido protocolo sanitário definido pelo Comitê Executivo Multidisciplinar e que acessariam a estas localidades em dias alternados, para maior segurança e saúde de todos.

Esforços também foram direcionados na gestão feita pelas áreas Comercial e Financeira junto a carteira de clientes, reavaliando seus níveis de contratação, de forma a evitar perdas litigiosas, cujo resultado foi alcançado com sucesso até o momento. Da mesma forma, a Administração acompanhou a evolução dos contratos com seus principais fornecedores, assegurando que as obrigações contratuais fossem sendo cumpridas.

Principalmente pela atividade da Companhia ser essencial para o funcionamento da economia e assistência à população, não houve impactos relevantes no desempenho de suas operações e nem em seu fluxo de caixa. Como contribuição à sociedade foram investidos recursos em termos de tempo das suas equipes e financeiros, na viabilização das ações de prevenção e controle da propagação do vírus.

A relação das atividades econômicas no mercado nacional foi amenizada pela estratégia de automatização e gestão do balanço energético do Grupo. Já a relação de fortes oscilações em diversos índices no mercado financeiro demandou grande esforço da Administração para minimizar seus impactos.

Embora não tenha ocorrido nenhum grande impacto financeiro, os riscos em decorrência da pandemia permanecem incertos e, com isso, sem mensuração segura inclusive, existe a exposição a eventuais reações legais e de mercado que podem ser impostas pelo Governo e demais reguladores. Assim, não é possível assegurar que não haverá impactos futuros nas operações enquanto a pandemia perdurar.

1.6.2 Determinações regulatórias

Em decorrência da pandemia e seus impactos sobre o setor elétrico foi publicada a Resolução nº 950/2020 regulamentada pelo Decreto nº 350/2020, autorizando a criação da Conta-Covid, administrada pela CCEE, com o objetivo de repassar recursos para cobrir déficits ou antecipar receitas às concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica. A do Setor extremamente prejudicado pelos rebatimentos econômicos que o estado de emergência pública impôs ao país. Os critérios e procedimentos para gestão da Conta-Covid foram discutidos sob a forma de Consulta Pública no âmbito da Aneel e regulamentados pela REN nº 885/2021.

A Aneel autoriza a CCEE a realizar empréstimos bancários para cobrir déficits ou antecipar receitas das distribuidoras de energia referentes às concessões de abril a dezembro de 2020, no limite de R\$ 16,1 bilhões, diluindo a impacto financeiro causado pela pandemia em 60 meses, prazo ajustado para o pagamento de empréstimos pelas distribuidoras às instituições financeiras. Em paralelo, a Aneel homologou as regras de repasse dos recursos dos programas de P&D e EE destinados à modernização

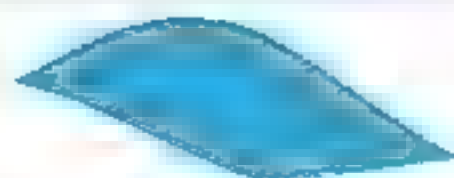












## Rio Paranapanema Energia S.A. (CNPJ/ME nº 02.998.301/0001-81)

continuação das Notas explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 10.2. Movimentação

	Valor líquido em 2020	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 2021
<b>Em serviço</b>						
Terrenos	213.655					213.655
Reservatório, barragem e adutora	830.102				40.780	789.322
Edificações, obras civis e benfeitorias	88.723			54	18.81	70.962
Máquinas e equipamentos	585.118		565	17.984	140.479	569.958
Veículos	3.691		(239)	809	(1.074)	3.187
Móveis e utensílios	391			2	(32)	361
Reserva usinas Candias e II	(200.675)					(200.675)
Outros	2.913	982			(725)	3.170
	<b>2.434.138</b>	<b>982</b>	<b>(1.799)</b>	<b>18.531</b>	<b>(195.608)</b>	<b>2.255.344</b>
<b>Em curso</b>						
Terrenos	048					048
Reservatório, barragem e adutora	2.826	74				2.900
Edificações, obras civis e benfeitorias	499	46				545
Máquinas e equipamentos	37.434	17.513		17.749		72.696
Veículos	220	567		(809)		978
	<b>43.626</b>	<b>18.822</b>	<b>(1.799)</b>	<b>73</b>	<b>(195.608)</b>	<b>43.307</b>
<b>(-) Obrigações especiais</b>	<b>2.477.163</b>	<b>19.822</b>	<b>(1.799)</b>	<b>73</b>	<b>(195.608)</b>	<b>2.288.651</b>
	<b>2.477.163</b>	<b>19.822</b>	<b>(1.799)</b>	<b>73</b>	<b>(195.608)</b>	<b>2.288.651</b>

	Valor líquido em 2020	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Contingências	Valor líquido em 2021
<b>Em serviço</b>							
Terrenos	224.953						224.953
Reservatório, barragem e adutora	528.941				44.982		573.923
Edificações, obras civis e benfeitorias	230.37			54	14.954		245.376
Máquinas e equipamentos	580.140		56	20.18	144.327		555.895
Veículos	391		1239	809	(1.125)		366
Móveis e utensílios	391				144		535
Reserva usinas Candias e II	(200.675)						(200.675)
Outros	2.913	982			(725)		3.170
	<b>2.771.375</b>	<b>982</b>	<b>(1.500)</b>	<b>20.788</b>	<b>(205.165)</b>		<b>2.588.180</b>
<b>Em curso</b>							
Terrenos	17.140	1				608	7.789
Reservatório, barragem e adutora	2.828	712					3.540
Edificações, obras civis e benfeitorias	881	46					927
Máquinas e equipamentos	40.540	13.424		19.106			73.070
Veículos	220	567		(809)			978
	<b>52.419</b>	<b>13.754</b>	<b>(20.715)</b>	<b>608</b>			<b>52.076</b>
<b>Perda pela não recuperabilidade do ativo (CPC II)</b>	<b>(59.06)</b>	<b>33.366</b>					<b>(25.694)</b>
	<b>(159.106)</b>	<b>33.366</b>					<b>(125.740)</b>
<b>(-) Obrigações especiais</b>	<b>2,674,283</b>	<b>54,112</b>	<b>(1,800)</b>	<b>73</b>	<b>(205,165)</b>	<b>608</b>	<b>2,521,516</b>
	<b>2,674,283</b>	<b>54,112</b>	<b>(1,800)</b>	<b>73</b>	<b>(205,165)</b>	<b>608</b>	<b>2,521,516</b>

	Valor líquido em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Contingências	Valor líquido em 2020
<b>Em serviço</b>							
Terrenos	213.655						213.655
Reservatório, barragem e adutora	774.666				1.125		775.791
Edificações, obras civis e benfeitorias	214.952				865		215.817
Máquinas e equipamentos	581.48		426	35.78	17.394		569.866
Veículos	2.993				40.586		2.952
Móveis e utensílios	282				2.472		279
Reserva usinas Candias e II	(200.675)						(200.675)
Outros	4.805	452		18.75		1.289	6.396
	<b>2.601.547</b>	<b>452</b>	<b>39.742</b>	<b>39.742</b>	<b>(205.285)</b>	<b>1.289</b>	<b>2.434.138</b>
<b>Em curso</b>							
Terrenos	1.048						1.048
Reservatório, barragem e adutora	2.545	283			121		2.909
Edificações, obras civis e benfeitorias	499	46			(865)		480
Máquinas e equipamentos	41.830	29.000			136.398		107.228
Veículos	2.040	652			12.472		3.364
Móveis e utensílios	7				7		14
	<b>51.481</b>	<b>31.288</b>	<b>2.318</b>	<b>(39.742)</b>	<b>(205.285)</b>	<b>1.289</b>	<b>43.025</b>
<b>(-) Obrigações especiais</b>	<b>2,693,028</b>	<b>31,738</b>	<b>2,318</b>	<b>-</b>	<b>(205,285)</b>	<b>20</b>	<b>2,477,163</b>
	<b>2,693,028</b>	<b>31,738</b>	<b>2,318</b>	<b>-</b>	<b>(205,285)</b>	<b>20</b>	<b>2,477,163</b>

	Valor líquido em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Contingências	Valor líquido em 2020
<b>Em serviço</b>							
Terrenos	213.655						213.655
Reservatório, barragem e adutora	774.666				1.125		775.791
Edificações, obras civis e benfeitorias	214.952				865		215.817
Máquinas e equipamentos	581.48		426	35.78	17.394		569.866
Veículos	2.993				40.586		2.952
Móveis e utensílios	282				2.472		279
Reserva usinas Candias e II	(200.675)						(200.675)
Outros	4.805	452		18.75		1.289	6.396
	<b>2.601.547</b>	<b>452</b>	<b>39.742</b>	<b>39.742</b>	<b>(205.285)</b>	<b>1.289</b>	<b>2.434.138</b>
<b>Em curso</b>							
Terrenos	1.048						1.048
Reservatório, barragem e adutora	2.545	283			121		2.909
Edificações, obras civis e benfeitorias	499	46			(865)		480
Máquinas e equipamentos	41.830	29.000			136.398		107.228
Veículos	2.040	652			12.472		3.364
Móveis e utensílios	7				7		14
	<b>51.481</b>	<b>31.288</b>	<b>2.318</b>	<b>(39.742)</b>	<b>(205.285)</b>	<b>1.289</b>	<b>43.025</b>
<b>(-) Obrigações especiais</b>	<b>2,693,028</b>	<b>31,738</b>	<b>2,318</b>	<b>-</b>	<b>(205,285)</b>	<b>20</b>	<b>2,477,163</b>
	<b>2,693,028</b>	<b>31,738</b>	<b>2,318</b>	<b>-</b>	<b>(205,285)</b>	<b>20</b>	<b>2,477,163</b>

	Valor líquido em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Contingências	Valor líquido em 2020
<b>Em serviço</b>							
Terrenos	213.655						213.655
Reservatório, barragem e adutora	774.666				1.125		775.791
Edificações, obras civis e benfeitorias	214.952				865		215.817
Máquinas e equipamentos	581.48		426	35.78	17.394		569.866
Veículos	2.993				40.586		2.952
Móveis e utensílios	282				2.472		279
Reserva usinas Candias e II	(200.675)						(200.675)
Outros	4.805	452		18.75		1.289	6.396
	<b>2.601.547</b>	<b>452</b>	<b>39.742</b>	<b>39.742</b>	<b>(205.285)</b>	<b>1.289</b>	<b>2.434.138</b>
<b>Em curso</b>							
Terrenos	1.048						1.048
Reservatório, barragem e adutora	2.545	283			121		2.909
Edificações, obras civis e benfeitorias	499	46			(865)		480
Máquinas e equipamentos	41.830	29.000			136.398		107.228
Veículos	2.040	652			12.472		3.364
Móveis e utensílios	7				7		14
	<b>51.481</b>	<b>31.288</b>	<b>2.318</b>	<b>(39.742)</b>	<b>(205.285)</b>	<b>1.289</b>	<b>43.025</b>
<b>(-) Obrigações especiais</b>	<b>2,693,028</b>	<b>31,738</b>	<b>2,318</b>	<b>-</b>	<b>(205,285)</b>	<b>20</b>	<b>2,477,163</b>
	<b>2,693,028</b>	<b>31,738</b>	<b>2,318</b>	<b>-</b>	<b>(205,285)</b>	<b>20</b>	<b>2,477,163</b>

	Valor líquido em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Contingências	Valor líquido em 2020
<b>Em serviço</b>							
Terrenos	223.658						223.658
Reservatório, barragem e adutora	1.978.011				50.717		2.028.728
Edificações, obras civis e benfeitorias	247.802				7.530		255.332
Máquinas e equipamentos	589.884		433	38.062	34.375		662.254
Veículos	2.412			2.540	(1.036)		3.916
Móveis e utensílios	390			12	(42)		358
Reserva usinas Candias e II	(200.675)						(200.675)
Outros	4.805	452		875		1.269	6.941
	<b>2.846.137</b>	<b>452</b>	<b>(433)</b>	<b>39.742</b>	<b>(205.285)</b>	<b>1.269</b>	<b>2.771.375</b>
<b>Em curso</b>							
Terrenos	1.895	87		23		6.389	7.404
Reservatório, barragem e adutora	2.547	283		2			2.832
Edificações, obras civis e benfeitorias	815	35		1.855			2.605
Máquinas e equipamentos	46.533	31.572		37.538			115.643
Veículos	2.163	852		(2.585)			1.430
Móveis e utensílios	7			7			14
	<b>64.320</b>	<b>33.945</b>	<b>(42.238)</b>	<b>6.388</b>			<b>62.416</b>
<b>Perda pela não recuperabilidade do ativo (CPC II)</b>	<b>(202.588)</b>	<b>43.483</b>					<b>(159.105)</b>
	<b>(202.588)</b>	<b>43,483</b>	<b>(2,327)</b>	<b>(3,36)</b>	<b>(214,787)</b>	<b>6,389</b>	<b>2,574,583</b>
<b>Obrigações especiais</b>	<b>2,897,859</b>	<b>77,851</b>	<b>(2,310)</b>	<b>(3,36)</b>	<b>(214,787)</b>	<b>6,389</b>	<b>2,873,827</b>
	<b>2,897,859</b>	<b>77,851</b>	<b>(2,310)</b>	<b>(3,36)</b>	<b>(214,787)</b>	<b>6,389</b>	<b>2,873,827</b>

	Valor líquido em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Contingências	Valor líquido em 2020
<b>Em serviço</b>							
Terrenos	223.658						223.658
Reservatório, barragem e adutora	1.978.011				50.717		2.028.728
Edificações, obras civis e benfeitorias	247.802				7.530		255.332
Máquinas e equipamentos	589.884		433	38.062	34.375		662.254
Veículos	2.412			2.540	(1.036)		3.916
Móveis e utensílios	390			12	(42)		358
Reserva usinas Candias e II	(200.675)						(200.675)
Outros	4.805	452		875		1.269	6.941
	<b>2.846.137</b>	<b>452</b>	<b>(433)</b>	<b>39.742</b>	<b>(205.285)</b>	<b>1.269</b>	<b>2.771.375</b>
<b>Em curso</b>							
Terrenos	1.895	87		23		6.389	7.404
Reservatório, barragem e adutora	2.547	283		2			2.832
Edificações, obras civis e benfeitorias	815	35		1.855			2.605
Máquinas e equipamentos	46.533	31.572		37.538			115.643
Veículos	2.163	852		(2.585)			1.430
Móveis e utensílios	7			7			14
	<b>64.320</b>	<b>33.945</b>	<b>(42.238)</b>	<b>6.388</b>			<b>62.416</b>
<b>Perda pela não recuperabilidade do ativo (CPC II)</b>	<b>(202.588)</b>	<b>43.483</b>					<b>(159.105)</b>
	<b>(202,588)</b>	<b>43,483</b>	<b>(2,327)</b>	<b>(3,36)</b>	<b>(214,787)</b>	<b>6,389</b>	<b>2,574,583</b>
<b>Obrigações especiais</b>	<b>2,897,859</b>	<b>77,851</b>	<b>(2,310)</b>	<b>(3,36)</b>	<b>(214,787)</b>	<b>6,389</b>	<b>2,873,827</b>
	<b>2,897,859</b>	<b>77,851</b>	<b>(2,310)</b>	<b>(3,36)</b>	<b>(214,787)</b>	<b>6,389</b>	<b>2,873,827</b>

### 10.3. Expansão 15%

A Companhia informa que a Ação de Obrigação de Fazer movida pelo Estado de São Paulo, no exercício de 2011, referente à expansão de 15% da sua capacidade instalada, tramita em segredo de justiça e não houve evolução em 2021.

### 10.4. Custo atribuído ao ativo imobilizado

A Companhia aplica o custo atribuído na adoção inicial do IFRS de acordo com o CPC 27 (IAS 8) Ativo Imobilizado. A despesa incremental de depreciação, calculada sobre os ajustes ao custo atribuído nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foi de R\$ 53.728 e R\$ 98.858, respectivamente.

### 10.5. Análise de impairment

Em 31 de dezembro de 2021 e, Rio Sapucaí-Mirim efetuou a análise de impairment utilizando como metodologia para o cálculo do valor recuperável dos ativos o valor em uso. O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização das premissas julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa, tendo sido as referidas projeções aprovadas pela Administração em 2021 ou seja, a geração de caixa futuro projetada até o final da autorização.

As estimativas das receitas projetadas até o fim da autorização de operação, em conformidade com as expectativas de preço para comercialização, as projeções do GSF e de inflação baseadas em premissas macroeconômicas de mercado. Para os custos de caixa, a projeção se baseou na programação regular de manutenção das usinas e, para as despesas, na dinâmica do negócio e busca por sinergia, diante das premissas disponíveis para essa avaliação. A principal premissa que determinou a reversão parcial da extensão da concessão diante da conclusão da discussão em torno da limitação do GSF como descrito na nota explicativa 9





Rio Paranapanema Energia S.A. | CNPJ/ME nº 02.998.301/0001-81

continuação das Notas explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

12.1 Competição

	Controladora			Consolidada		
	2021	2020	Total	2021	2020	Total
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	-
Manutenção e serviços controlados	-	-	-	-	-	-
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	-
Taxa de conexão	-	-	-	-	-	-
Total	541.873	28.129	570.002	2.027.228	25.005	2.052.233

Na tabela de suprimento de energia elétrica está registrado o valor de R\$ 475.482 (R\$ 293.170 em dezembro de 2020) na...

Em março de 2021, foi realizado o pagamento no montante de R\$ 72.028, pela Controladora e R\$ 745.998 no Consolidado referente ao valor apresentado pela CCEE relativo às limitações sobre o GSF concedida à Apne.

12.2 Encargos de uso da rede elétrica

A Anel, ligada às unidades que regem o acesso dos sistemas de distribuição e transmissão. As tarifas devidas pela Companhia são: Tarifas de uso do Sistema de Transmissão (Tus); Tarifas de uso do Sistema de Distribuição (Tud); Encargos de conexão (vide nota explicativa nº 22.3). A Companhia atualmente discute judicialmente, via Ação Ordinária, a revisão dos valores a serem pagos por conta da Tus-g referente ao período de julho de 2004 a junho de 2009 pelo entendimento de que as Dismis, instalações de Transmissão (DTs), e as Transformadoras de Fronteira integram o sistema de transmissão e que a tarifa por recuperar esses ativos do sistema de transmissão deve ser calculada com base na direção do sinal locacional. Em junho de 2009, a Companhia requereu nos autos da Ação Ordinária o depósito judicial dos valores da Tus-g e a deferimento judicial para que os Cust com as distribuidoras fossem considerados assinalados. Em junho de 2009, o pedido de depósito judicial foi indeferido, mas o juiz reconheceu os Cust como assinalados. A Companhia recorreu da decisão que indeferiu o pedido de depósito judicial, em agosto de 2009, o Tribunal autorizou o depósito judicial dos montantes relativos à diferença entre as tarifas calculadas em conformidade com a Resolução Normativa Anel nº 349/2009 e a Resolução nº 487/2007. Em dezembro de 2014, foi proferida sentença em primeira instância que julgou procedentes os pedidos da Companhia na Ação Ordinária. Contra tal decisão, as partes apresentaram recursos de apelação, cujos julgamentos estão pendentes. A Companhia efetuou o pagamento das últimas parcelas dos depósitos judiciais no primeiro trimestre de 2022, cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 104.773, R\$ 100.135 em 31 de dezembro de 2020. O passivo é apresentado líquido dos depósitos judiciais e seu saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 28.29 (R\$ 25.005 em 31 de dezembro de 2020).

Encargos setoriais

As obrigações a receber provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

13.1 Composição

	Controladora			Consolidada		
	2021	2020	Total	2021	2020	Total
CFUH	-	-	-	-	-	-
CFUH	-	-	-	-	-	-
Total	3.509	6.585	10.094	23.430	9.799	33.229

13.1.1 Composição financeira para utilização de recursos financeiros CFUH: A CFUH foi criada pela Lei nº 7.980/1983 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas ocasionadas por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

13.1.2 Pesquisa e desenvolvimento (P&D)

De acordo com o Contrato de Concessão, Lei nº 8.981/2000, artigo 24 da Lei nº 10.436/2002 e artigo 12 da Lei nº 10.848/2004 as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de distribuição, geração ou transmissão de energia elétrica assumem como as autorizadas a produção independente de energia elétrica, exceto aquelas que geram energia exclusivamente a partir de pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, cogeração qualificada, usinas eólicas ou solares, devem aplicar o montante mínimo de 1% (um por cento) de sua Receita Operacional Líquida em P&D do Setor de Energia Elétrica e Eficiência Energética (no caso das Distribuidoras), seguindo os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela Anel. Em conformância com a Resolução Normativa nº 805/2014 da Anel, a Companhia tem apresentado os gastos com P&D no grupo das deduções da receita bruta. Para fins de reconhecimento dos investimentos realizados a empresa de energia elétrica deve encaminhar ao final dos projetos um relatório de auditoria contábil e financeira e um Relatório Técnico específicos dos projetos de P&D para avaliação final e...

13.1.3 Taxa de focalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996 e equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária permissionária ou autorizada do serviço público de energia elétrica. O valor anual da TFSEE é estabelecido pela Anel com a finalidade de constituir sua receita e destiná-la à cobertura do custo de suas atividades. A TFSEE fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da Anel.

14 Debêntures

As debêntures são reconhecidas inicialmente pelo valor justo líquido dos custos incorridos na transação e são subsequentemente demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados líquidos dos custos da transação e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que estejam em aberto, utilizando...

As taxas pagas no estabelecimento das debêntures são reconhecidas como custos da transação das debêntures, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diluída até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

14.1 Composição

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Controladora e consolidada		
				2021	2020	Total
A	-	-	-	-	-	-
B	-	-	-	-	-	-
C	-	-	-	-	-	-
D	-	-	-	-	-	-
E	-	-	-	-	-	-
F	-	-	-	-	-	-
G	-	-	-	-	-	-
H	-	-	-	-	-	-
I	-	-	-	-	-	-
J	-	-	-	-	-	-
K	-	-	-	-	-	-
L	-	-	-	-	-	-
M	-	-	-	-	-	-
N	-	-	-	-	-	-
O	-	-	-	-	-	-
P	-	-	-	-	-	-
Q	-	-	-	-	-	-
R	-	-	-	-	-	-
S	-	-	-	-	-	-
T	-	-	-	-	-	-
U	-	-	-	-	-	-
V	-	-	-	-	-	-
W	-	-	-	-	-	-
X	-	-	-	-	-	-
Y	-	-	-	-	-	-
Z	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	293.325	1.115.381.140	848.506.9.954

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Controladora e consolidada		
				2021	2020	Total
A	-	-	-	-	-	-
B	-	-	-	-	-	-
C	-	-	-	-	-	-
D	-	-	-	-	-	-
E	-	-	-	-	-	-
F	-	-	-	-	-	-
G	-	-	-	-	-	-
H	-	-	-	-	-	-
I	-	-	-	-	-	-
J	-	-	-	-	-	-
K	-	-	-	-	-	-
L	-	-	-	-	-	-
M	-	-	-	-	-	-
N	-	-	-	-	-	-
O	-	-	-	-	-	-
P	-	-	-	-	-	-
Q	-	-	-	-	-	-
R	-	-	-	-	-	-
S	-	-	-	-	-	-
T	-	-	-	-	-	-
U	-	-	-	-	-	-
V	-	-	-	-	-	-
W	-	-	-	-	-	-
X	-	-	-	-	-	-
Y	-	-	-	-	-	-
Z	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	293.324	1.115.381.140	848.506.9.954

14.2 Vencimentos

Vencimento	Série	Remuneração	Vencimento	Controladora e consolidada		
				2021	2020	Total
A	-	-	-	-	-	-
B	-	-	-	-	-	-
C	-	-	-	-	-	-
D	-	-	-	-	-	-
E	-	-	-	-	-	-
F	-	-	-	-	-	-
G	-	-	-	-	-	-
H	-	-	-	-	-	-
I	-	-	-	-	-	-
J	-	-	-	-	-	-
K	-	-	-	-	-	-
L	-	-	-	-	-	-
M	-	-	-	-	-	-
N	-	-	-	-	-	-
O	-	-	-	-	-	-
P	-	-	-	-	-	-
Q	-	-	-	-	-	-
R	-	-	-	-	-	-
S	-	-	-	-	-	-
T	-	-	-	-	-	-
U	-	-	-	-	-	-
V	-	-	-	-	-	-
W	-	-	-	-	-	-
X	-	-	-	-	-	-
Y	-	-	-	-	-	-
Z	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	293.324	1.115.381.140	848.506.9.954

14.3 Movimentação

	4ª Emissão			5ª Emissão			6ª Emissão			7ª Emissão			8ª Emissão			Total
	Série 1	Série 2	Série 3	Série 1	Série 2	Série 3	Série 1	Série 2	Série 3	Série 1	Série 2	Série 3	Série 1	Série 2	Série 3	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	140.641	116.899	-	73.543	140.845	186.333	-	-	-	-	-	-	-	-	-	876.604
Amortização de custos de transação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Apropriação de juros	9.288	-	-	11.397	5.728	3.990	9.933	16.404	82.010	-	-	-	-	-	-	-
Apropriação de variação monetária	32.514	3.848	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento de debêntures	(89.325)	(80.016)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento de juros	(29.467)	(18.102)	-	(12.561)	(1.577)	(13.087)	(2.708)	(7.124)	(70.706)	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento de variação monetária	(45.060)	(36.044)	-	(20.065)	-	-	-	-	(102.707)	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	278.588	-	-	28.344	64.788	204.950	185.32	329.895	1.151.39	-	-	-	-	-	-	-

14.4 Covenants financeiros

As cláusulas restritivas previstas no Instrumento Participação de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Quarta, Quinta, Sexta, Sétima, Oitava e Nona emissões da Companhia são:

- Índice entre dívida do Ebitda pelo Resultado Financeiro que deverá ser igual ou superior a 2,0
- Índice entre dívida do Ebitda pelo Ebitda que deverá ser igual ou inferior a 3,2
- Redução de capital da Companhia poderá ser realizada se observado o limite igual ou inferior a 0,7 do Índice financeiro quociente da dívida da Companhia pelo somatório da dívida total e capital social da Companhia, na 1ª, 2ª e 3ª parcelas por realizada em observância ao seguinte índice financeiro quociente da dívida total da Companhia pelo somatório da dívida total e Capital Social da Companhia, sendo por base as últimas três Demonstrações Financeiras da Companhia igual ou menor a 0,80 (oitenta centésimos) vezes.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia atendeu os referidos índices financeiros e, cumprindo assim, os referidos covenants conforme abaixo:

Índice financeiro	Limites	2021	2020
Dívida líquida/Ebitda	Índice igual ou superior a 2,0	2,1	2,1
Dívida total/(Dívida total + Capital social)	Índice igual ou inferior a 3,2	3,2	3,2
Dívida total/Ebitda	Índice igual ou inferior a 3,2	3,2	3,2

14.5 Covenants não financeiros

Além das cláusulas restritivas relacionadas a índices financeiros mencionados anteriormente, há cláusulas restritivas referentes a outros aspectos da Quarta, Quinta, Sexta, Sétima, Oitava e Nona emissões, as quais vêm sendo atendidas pela Companhia dos quais destacamos os mais relevantes:

- Indisponibilidade do pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras de forma agregada ou individual, contidas pela Emissora, no mercado local ou internacional em valor superior a R\$ 30 milhões para as 4ª e 5ª debêntures e R\$ 32 milhões para a 7ª e 8ª debêntures e R\$ 70 milhões;
- 4ª/5ª/8ª debêntures – Transfêrência de controle acionário direto ou indireto da Companhia, desde que, após tal transfêrência, as classificações de risco pela Moody's ou Standard & Poor's ou na falta destas, a Fitch, rebaixar por motivos diretamente ligados a transfêrência do controle acionário direto da Companhia, a classificação de risco da Companhia em dois níveis em relação a classificação de risco de risco vigente na data da emissão;
- 7ª/8ª debêntures – Transfêrência de controle acionário direto da Companhia, desde que, após tal transfêrência, a Moody's ou Standard & Poor's, ou na falta destas, a Fitch, rebaixar por motivos diretamente ligados a transfêrência do controle acionário direto da Companhia, a classificação de risco da Companhia em dois níveis em relação a classificação de risco da Companhia vigente na data da emissão;
- W. Gênero, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, exceto se cumpridas exigências dos itens g, b e c desta mesma cláusula das escrituras de emissão de debêntures, para a 7ª, 8ª e 9ª emissão.

v. Término antecipado ou intervenção, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão pelo poder concedente relativo ao serviço público de energia elétrica.

As outras cláusulas restritivas estão detalhadas nas escrituras de emissão das debêntures, disponível no site <https://www.rio-paranapanemaenergia.com.br>.

14.6 Captos da 9ª emissão de debêntures

Em 28 de janeiro de 2022, a Companhia captou R\$ 500.000 (quinhentos milhões de reais) no mercado na forma de dívida, por meio da 9ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominal, escrituras de espécie quirográria, no mercado local, as quais foram distribuídas com esforço restrito, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009, destinadas exclusivamente a investidores profissionais.

As liberações efetivas dos recursos oriundos das séries 1 e 2 ocorreram em 28 de janeiro de 2022 e não houve incidência de juros e variação monetária incorridos entre a data da emissão das debêntures e a liberação efetiva dos recursos. A emissão foi realizada em duas séries, sendo a série 1 composta de 180.000 (cento e oitenta mil) debêntures no valor nominal de R\$ 1.000 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em três anos e a série 2 composta de 320.000 (trezentos e vinte mil) debêntures no valor nominal de R\$ 1.000 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em cinco anos, totalizando assim 500.000 (quinhentos e mil) debêntures.

- a. Obrigações emitidas com base nas deliberações;
- b. da Reunião de Diretoria da Companhia realizada em 22 de dezembro de 2020;
- c. da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 22 de dezembro de 2020;
- d. no parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia em 22 de dezembro de 2020 e;
- e. re-qualificação em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de janeiro de 2022 (em conjunto com as RCLAs da Companhia);
- f. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão utilizados integralmente para pagamento;
- g. o principal da primeira parcela de amortização das debêntures da 9ª emissão da Companhia;
- h. liquidação das debêntures da 9ª emissão;
- i. principal da primeira parcela de amortização das debêntures da série 2 da 9ª emissão;
- j. reforço de capital de giro da Companhia.

Os custos de transação incorridos na captação estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido e foram considerados para determinar a taxa efetiva dos juros, em conformância com o CPC 08 – Custos de transações e prêmios.

As cláusulas restritivas ("covenants") previstas na escritura de quanta emissão das debêntures são similares às constantes nas escrituras de quanta, quinta e sexta emissões, com exceção para redução de capital permitida que deverá ser igual ou menor a 0,90 (noventa centésimos).

Para a 9ª emissão de debêntures simples, para as emissões quinquêntas, para as emissões de quanta e sexta, a taxa efetiva de 1,40% para a série 1 e de 1,85% para a série 2.

15 Provisões para riscos

As provisões para as perdas decorrentes dos riscos classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), como resultado de eventos passados.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências atuais perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considere sua divulgação justificada.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que deverão ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem de tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Administração da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas, fiscais, ambientais, regulatórias e civis, quando é exigido depósito judicial para adjuantar ação, cuja provisão é apresentada líquida de seu respectivo depósito.

Detalhes de provisões não relacionadas às provisões constituídas são demonstrados em nota específica (vide nota explicativa nº 1).

15.1 Provisões para riscos prováveis

15.1.1 Composição

	2021		2020	
Trabalhistas	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões liquidas	Provisões liquidas
	4	4	3	4
	4	4	3	4
Desapropriações de terras	4	4	3	4
Ambientais	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4
	4	4	3	4





## Rio Paranapanema Energia S.A. | CNPJ/ME nº 02.998.301/0001-81

continuação das Notas explicativas da Administração para os exercícios finais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado Cíveis				
	Trabalhistas	Fiscais	Desapropriações de terras	Indenizações de benfeitorias	Ambientais
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>5.815</b>	<b>8.780</b>	<b>5.389</b>	<b>1.726</b>	<b>9.657</b>
Provisões para litígios	725	347		534	124
Provisões reversíveis	285	335		254	843
Variações monetárias			608		618
Variações monetárias (*)					5
Acordos/pagamentos	15	682	508	788	843
<b>Depósitos judiciais</b>	<b>14</b>	<b>(1)</b>		<b>(15)</b>	<b>40</b>
Variações monetárias	(201)	772			(2.091)
Reclassificações (†)	(187)	781		(16)	(2.661)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>5.584</b>	<b>20.233</b>	<b>6.007</b>	<b>2.498</b>	<b>8.449</b>

	Consolidado Cíveis				
	Trabalhistas	Fiscais	Desapropriações de terras	Indenizações de benfeitorias	Ambientais
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.194</b>	<b>19.182</b>		<b>1.771</b>	<b>5.991</b>
Provisões para litígios					
Provisões reversíveis	57	402		87	3.368
Variações monetárias	138	261		87	163
Variações monetárias (*)	5.109			(76)	5.745
Acordos/pagamentos	(5.588)	683		(89)	3.531
<b>Depósitos judiciais</b>	<b>92</b>	<b>55</b>		<b>8</b>	<b>123</b>
Variações monetárias	505			36	505
Acordos	76			36	84
Bancos	(28)	(65)		44	135
<b>Saldo em 30 de setembro de 2020</b>	<b>5.568</b>	<b>19.789</b>		<b>1.725</b>	<b>9.557</b>

	Consolidado Cíveis				
	Trabalhistas	Fiscais	Desapropriações de terras	Indenizações de benfeitorias	Ambientais
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.728</b>	<b>18.182</b>		<b>1.771</b>	<b>5.991</b>
Provisões para litígios					
Provisões reversíveis	455	402		87	3.368
Provisões			8.272		8.272
Variações monetárias	1.183	25		87	63
Variações monetárias (*)				77	1.584
Acordos/pagamentos	(5.758)	653		(89)	3.531
<b>Depósitos judiciais</b>	<b>197</b>	<b>(55)</b>		<b>8</b>	<b>(244)</b>
Variações monetárias	814				813
Acordos	1.509			36	35
Bancos	(41)	(55)		44	135
<b>Saldo em 30 de setembro de 2020</b>	<b>6.619</b>	<b>18.790</b>	<b>8.288</b>	<b>1.726</b>	<b>9.657</b>

Os valores representados como desapropriação de terras são contabilizados em contrapartida do emobizado na linha de terrenos.

**a. Trabalhistas**  
Em 31 de dezembro de 2021, as principais provisões relativas aos litígios trabalhistas com expectativa de perda provável são referentes às ações movidas por ex-empregados e terceirizados, envolvendo pagamento de verbas rescisórias, horas extras, penalização de equiparação salarial, entre outros pedidos.  
As constituições referentes a novas ações e reclassificações por parte dos assessores jurídicos da Companhia decorrentes de decisões desfavoráveis no exercício das funções do exercício referentes à encerramento das ações no curso normal dos processos e/ou mediante celebração de acordos judiciais, o que acarretou a redução das provisões.

**b. Fiscais**  
Em 31 de dezembro de 2021, as principais provisões relativas aos litígios fiscais com expectativa de perda provável são referentes:

i. Processo Administrativo nº 19515.003540/2005-95 decorrente de um Ato de infração referente à destinação para aterro sanitário fiscal do Fundo de Investimentos da Amazônia (FIMAM) dos recolhimentos do imposto sobre lucro tributacionário efetuados nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2000. Decisão da primeira instância parcialmente favorável à Companhia. O valor atualizado para 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 3.073 (R\$ 3.037 em 31 de dezembro de 2020).

ii. Processo administrativo nº 0880.723870/2011-30 que trata de pedidos eletrônicos de restituição ou ressarcimento de créditos de CDFMS do ano de 2004. Foi apresentada recurso administrativo em ação de parte dos valores não terem sido homologados pela Receita Federal, valores estes que totalizam em R\$ 3.657 (R\$ 3.490 em 31 de dezembro de 2020).

iii. Ação anulatória ajuizada pela Companhia visando cancelamento do débito de PIS, COFINS e CSLL referente aos anos calendariais de 2004 a 2007. A decisão se dá em razão da isenção na aquisição de energia elétrica de Itaipu, a qual a Receita Federal não entende cabível. O valor total da discussão em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 3.700, sendo que o valor provável de R\$ 4,5.

**c. Ambientais**  
Em 31 de dezembro de 2021, as principais provisões relativas aos litígios ambientais com expectativa de perda provável são referentes:

i. Trata-se de Ação Civil Pública movida pelo Município de Santo Inácio contra a Companhia em que se discute a compensação de impactos ambientais. As partes estão em discussão para formalização de um TAC, que colocará fim na Ação Civil Pública no montante atualizado para 31 de dezembro de 2021 de R\$ 7.702 (R\$ 6.958 em 31 de dezembro de 2020).

ii. Trazem em face da UHE Canoas II e III, o valor atualizado para 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.840 (R\$ 1,8 em 31 de dezembro de 2020).

iii. Provisão para indenização por danos materiais e morais de ações ajuizadas por supostos prescridores profissionais. O valor atualizado para 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 131 (R\$ 978 em 31 de dezembro de 2020).

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Trabalhistas	5.468	4.498	5.468	4.498
Fiscais	132.584	204.498	132.584	204.498
Ambientais	50.45	36.514	50.45	36.514
Regulatórias	134.099	36.950	134.099	36.950
Fineis	6.735	3.82	34.328	27.354
	<b>329.153</b>	<b>385.642</b>	<b>357.348</b>	<b>409.852</b>

**a. Trabalhistas**  
Em 31 de dezembro de 2021, as contingências trabalhistas com expectativa de perda possível estão avaliadas no montante de R\$ 5.468 (R\$ 4.498 em 31 de dezembro de 2020) na Controladora e R\$ 5.468 (R\$ 4.498 em 31 de dezembro de 2020) no Consolidado.

A variação na rubrica das contingências trabalhistas é decorrente de novas ações trabalhistas ajuizadas por empregados terceirizados e ex-empregados da Companhia.

**b. Fiscais**  
Em 31 de dezembro de 2021, as principais contingências fiscais com expectativa de perda possível são:

i. Mandado de Segurança nº 0025355-84/2004-4, Q3.6190, que visa a concessão de liminar para ser reconhecido o direito da Companhia de não se sujeitar a multa de mora na quitação de seus débitos de PIS, IRPJ, CSLL e IOF mediante pagamento e compensação. Débitos com exigibilidade suspensa por depósito judicial e perda possível avaliada em R\$ 10.032 (R\$ 9.829 em 31 de dezembro de 2020).

ii. Processos administrativos originados de pedidos de restituição e compensação do saldo negativo de tributos (IRPJ, IRRF e CSLL), bem como de tributos pagos a maior. Em todos os casos a Companhia apresentou manifestações de desconformidade e/ou recurso voluntário as quais aguardam julgamento. Valor classificado como possível de R\$ 58.300 (R\$ 57.221 em 31 de dezembro de 2020). A redução do valor decorre do encerramento de processos administrativos que ao final foram favoráveis à Companhia determinando a compensação e/ou restituição.

iii. Autos de infração que discutem para cobrança da CSLL, IRPJ e lucro tributacionário referentes aos anos calendariais de 2005 a 2016 respectivamente. Em todos os casos foram apresentados Recursos Voluntários que estão pendentes de julgamento pelo Conselho de Contribuintes. Os valores atualizados para 31 de dezembro de 2021 totalizam R\$ 64.082 (R\$ 57.877 em 31 de dezembro de 2020).

iv. O montante de R\$ 1.435 está pulverizado em vários outros processos (R\$ 72.448 em 31 de dezembro de 2020).

A principal variação das contingências fiscais decorre da reclassificação de risco de possível para remanejo do Mandado de Segurança ajuizado pela Apine para discutir a criação da Taxa de utilização de recursos hídricos pelo estado de Paraná, diante da inconstitucionalidade da lei que criou a taxa.

**c. Ambientais**  
Em 31 de dezembro de 2021, as principais contingências ambientais com expectativa de perda possível são:

i. Autos de infração lavrados pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAT), pelo IBAMA e pela CETESB, relativos a supostas infrações ambientais ocorridas nas Usinas Charavita, Sello Grande, Canoas, Canoas II, Taquaruçu e Capivara, além de Ações Anulatórias. A Companhia apresentou recursos administrativos e ajuizou ações visando declarar a nulidade das multas. Os valores em 31 de dezembro de 2021 são de R\$ 31.700 (R\$ 36,5 em 31 de dezembro de 2020).

ii. Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Estadual de André em face da Companhia relativa a ocupação irregular em área de APP (localizadas nos reservatórios das UHE's Canoas e II), regularização da área de licenciamento e recuperação ambiental totalizando o valor envolvido para 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 0,06.

**d. Regulatórias**  
Em 31 de dezembro de 2021, as contingências regulatórias com expectativa de perda possível somam um total de R\$ 734.099, sendo que as principais contingências são referentes a:

i. Por conta de recurso da Companhia em pagar os valores em disputa na Ação Ordinária mencionada na nota explicativa nº 13 ("Litígios de Jato da Rede Elétrica"), a Ação ajuizada a Rio Paranapanema por meio do Ato de Infração nº 014.2009-SFG por supostamente não ter a Companhia (i) firmado os Custos com as concessionárias de distribuição, e (ii) não ter quitado o passivo de Trusting cancelado de julho de 2004 a junho de 2008. Por conta disso, a Companhia ajuizou Mandado de Segurança para suspender a cobrança da multa imposta, sendo ainda a liminar deferida em junho de 2009. Em junho de 2021, a sentença denegou o pedido de liminar feito pela Rio Paranapanema no Mandado de Segurança impetrado, mantendo-se as multas impostas pela Aneel. Em outubro de 2021 a Companhia requereu no processo a suspensão da exigibilidade da multa até o julgamento definitivo do Mandado de Segurança, mediante o depósito do valor integral e atualizado da multa objeto da ação. Em dezembro

de 2021 e de 2020, valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de 2021 e de 2020, valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A distribuição de dividendos é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras. Ao final do exercício, eventuais dividendos que excedam o mínimo obrigatório permanecem no patrimônio líquido até que a assembleia dos acionistas aprova.

A distribuição de dividendos é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras. Ao final do exercício, eventuais dividendos que excedam o mínimo obrigatório permanecem no patrimônio líquido até que a assembleia dos acionistas aprova.

A distribuição de dividendos é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras. Ao final do exercício, eventuais dividendos que excedam o mínimo obrigatório permanecem no patrimônio líquido até que a assembleia dos acionistas aprova.

	Saldo em 2020	Dividendos pagos	Prescrições (*)	Saldo em 2021
Rio Paranapanema Participações S.A.	267.047	267.047		
Acionistas minoritários	819	10.354	173	1.287
	<b>275.866</b>	<b>(277.401)</b>	<b>(173)</b>	<b>1.287</b>

i. Os dividendos não reclamados no prazo de três anos, a contar da data em que tenham sido devidos e disposição do acionista prescreverão conforme artigo 287 da Lei 6.404/76.

Para o ano de 2021 não houve proposta de distribuição de dividendos em razão do prejuízo apurado para o exercício.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

	Saldo em 2020	JSCP pagos	Prescrições (*)	Saldo em 2021
Rio Paranapanema Participações S.A.	43.934	43.934		
Acionistas não controladores	944	1.791	47	278
	<b>45.288</b>	<b>(45.013)</b>	<b>(47)</b>	<b>228</b>

i. Os juros sobre capital próprio não reclamados no prazo de três anos, a contar da data em que tenham sido devidos e disposição do acionista prescreverão conforme artigo 287 da Lei 6.404/76.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em





Rio Paranapanema Energia S.A. | CNPJ/ME nº 02.998.301/0001-81

continuação das Notas explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

9.3.1. Conciliação dos ativos/passivos a serem reconhecidos no balanço patrimonial

	Controladora e consolidado	
	2021	2020
Obrigação de benefício definido	(429.589)	(42.243)
Valor justo do ativo do plano	38.40	37.152
Passivo reconhecido no balanço patrimonial	(42.188)	(44.091)

No exercício de 2021 a Companhia contabilizou uma redução em seu passivo de longo prazo (devido ao valor de R\$ 1.903.195.258 em 31 de dezembro de 2020) em contrapartida ao patrimônio líquido (outros resultados abrangentes) conforme estabelecido pelo CPC 33 (R. 1145) - Benefícios a empregados. A redução do passivo se deu, sobretudo, em decorrência da mudança da taxa de retorno que saiu de 4,07% para 5,26%.

19.3.2. Movimento do passivo/ativo a ser reconhecido no balanço patrimonial

	Controladora e consolidado	
	2021	2020
Valor líquido do passivo de benefício definido no final do ano anterior	(42.188)	(44.091)
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	16.193	4.821
Contribuições da empresa realizadas no exercício	12	547
Redimensionamento da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes (OCI)	6.884	(27.39)
Valor líquido do passivo de benefício definido no final do ano	(42.188)	(44.091)

19.3.3. Evolução do valor presente das obrigações no final do exercício

	Controladora e consolidado	
	2021	2020
Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	4.5243	974.896
Custo do serviço corrente	3.957	3.78
Custo do serviço	2.991	2.944
Contribuição do participante	560	83
Custo dos juros	29.008	25.806
Benefícios pagos pelo plano no exercício	(24.005)	(16.348)
Redimensionamento na obrigação	2.392	(7.828)
Obrigação de benefício definido no final do ano	429.589	415.243

9.3.4. Evolução do valor justo dos ativos no final do exercício

	Controladora e consolidado	
	2021	2020
Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	37.152	456.13
Recompensa real dos ativos	38.82	29.885
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	25.908	24.848
Pagamento do valor justo do ativo do plano	2.276	5.237
Contribuições no exercício	7.672	14
Benefícios pagos pelo plano no exercício	(24.005)	(16.348)
Valor justo dos ativos no final do exercício	387.401	371.152

9.3.5. Despesa anual reconhecida no resultado da operação

	Controladora e consolidado	
	2021	2020
Custo do serviço corrente	2.991	2.944
Custo dos juros sobre a obrigação de benefício definido	29.008	25.806
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	(25.908)	(24.848)
Total	5.093	4.192

9.3.6. Remuneração atualizada reconhecida em outros resultados abrangentes

	Controladora e consolidado	
	2021	2020
Saldo no início do exercício		
Efeito da alteração de premissas financeiras	60.765	(37.702)
Efeito da alteração de premissas demográficas	1232	
Efeito da experiência do plano	66.289	85.294
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	(2.276)	(5.237)
Saldo no final do exercício	(6.684)	(27.39)

9.3.7. Premissas utilizadas nas avaliações atuariais

19.3.7.1. Hipóteses econômicas

	Consolidado	
	2021	2020
Taxa nominal de desconto	8,47% ao ano	7,19% ao ano
Taxa de retorno esperado dos ativos	9,47% ao ano	19% ao ano
Taxa nominal de crescimento salarial	6,61% ao ano	5,53% ao ano
Crescimento dos benefícios da previdência social e dos limites	4,00% ao ano	3,00% ao ano
Taxa de inflação esperada no longo prazo	4,00% ao ano	3,00% ao ano
Fator de capacidade		
Sauidade	100,00%	00,00%
Geneticos	100,00%	00,00%

\* Utilização de taxas nominais

9.3.7.2. Hipóteses demográficas

	Consolidado	
	2021	2020
Mortalidade geral	AT-2000 (masculina) suavizada em 10%	AT-2000 (masculina) suavizada em 10%
Entrada em invalidez	Light Fraca suavizada em 30%	Light Fraca suavizada em 30%
Tabula de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Mortalidade de invalidez	AT-1949 Masculina	AT-1949 Masculina
Composição familiar	Funcessp 2014	Funcessp 2014
	Tempo de contribuição RNS, 35	Tempo de contribuição RNS, 35
	Homens e 30 Mulheres	Homens e 30 Mulheres
	Tempo de contribuição ao Plano, 15 anos	Tempo de contribuição ao Plano, 15 anos
Idade de aposentadoria	2,50%	2,50%
Taxa de crescimento salarial	0,42% a a	0,84% a a
Projeção de crescimento da unidade	0,42% a a	0,84% a a
Produtividade	Expendência Funcessp suavizada em 50%	Expendência Funcessp suavizada em 50%

19.3.8. Dados dos participantes

	Consolidado	
	2021	2020
Numero de Participantes		
Ativos	240	210
Aposentados	89	97
Invalidez	14	14
Pensionistas	25	22

9.3.9. Análise de sensibilidade das premissas atuariais

Com a finalidade de verificar o impacto das obrigações atuariais, que em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 429.589, a Companhia realizou análise de sensibilidade da principal premissa atuarial, a taxa de desconto, considerando uma variação de 1%, tendo como resultado os seguintes efeitos:

	Taxa de desconto	
	8,00%	(1,00%)
Impacto na Obrigação de Benefício Definido	(44.903)	60.871
Total da Obrigação de Benefício Definido	644.586	601.442
Duração da obrigação (em anos)	10,85	12,68

19.3.10. Estimativa da despesa de benefício definido para o próximo exercício

Custo do serviço corrente	2.220	
Custo dos juros	29	
Rendimento esperado dos ativos do plano	(35.555)	
Custo da obrigação de benefício definido	8.076	

9.3.1. Outras informações sobre as obrigações atuariais

O valor esperado das contribuições da Companhia para o exercício de 2021 é de R\$ 722 (R\$ 839 em 31 de dezembro de 2020). Os pagamentos esperados da obrigação de benefício definido para os próximos 10 anos são os seguintes:

1 ano	28.261	
Entre 2 e 5 anos	126.464	
Entre 5 e 10 anos	95.302	

20. Patrimônio líquido

20.1. Capital social

Ações Ordinárias (ON) e preferenciais (PF) são classificadas como patrimônio líquido. As ações preferenciais não dão direito de voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

20.2. Capital social subscrito e integralizado

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social autorizado da Companhia é de R\$ 2.355.580, sendo R\$ 785.193 em ações ordinárias e R\$ 1.570.387 em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal. O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 839.39 (R\$ 839.138 em 31 de dezembro de 2021), dividido em 84.433.283 (noventa e quatro milhões, quatrocentos e trinta e três mil, duzentas e oitenta e três) ações, sendo 31.477.761 (trinta e um milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, setecentas e sessenta e duas) ações ordinárias e 52.955.522 (cinquenta e dois milhões, novecentas e cinquenta e cinco mil, quinhentas e vinte e duas) ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

	Posição acionária em 2021 (Em ações unitárias)	
	Ordinárias	% Preferenciais
Acionistas		
Rio Paranapanema Participações S.A.	1.80.725	99,08
Vincio Gas Dividendos Fundo de Investimento em ações	69.655.272	94,78
Outros investidores	90.035.997	98,19
Outros investidores	1.709.800	0,15
Outros investidores	297.036	0,04
Outros investidores	1.00.00	0,00
Outros investidores	82.955.522	100,00
Outros investidores	84.433.283	100,00

	Posição acionária em 2020 (Em ações unitárias)	
	Ordinárias	% Preferenciais
Acionistas		
Rio Paranapanema Participações S.A.	31.181.725	89,06
Vincio Gas Dividendos Fundo de Investimento em ações	2.521	0,01
Outros investidores	906.72	0,00
Outros investidores	808.233	0,00
Outros investidores	29.515,5	0,03
Outros investidores	2.493.538	3,36
Outros investidores	2.786.053	2,05
Outros investidores	31.477.761	100,00
Outros investidores	82.955.522	100,00
Outros investidores	84.433.283	100,00

As ações preferenciais possuem as seguintes características:

- Prioridade de reembolso no capital, sem direito a prêmio no caso de liquidação da Companhia;

- Dividendo preferencial, não cumulativo, de 10% ao ano calculado sobre o capital próprio a esta espécie de ações;

- Direito de serem incluídas na oferta pública de subscrição de novas ações, nas condições previstas no artigo 254-A da Lei nº 6.404, de 1964;

- Direito de eleger um membro do Conselho Fiscal, e respectivo suplente, escolhidos pelos titulares das ações, em votação em separado;

- Direito de participar dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias;

- Não terão direito a voto e serão irredimíveis, enquanto cada ação tiver uma nominalidade de 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

20.3. Reservas de capital

	Controladora e consolidado	
	2021	2020
Ação na subscrição de ações	488	458
Conta de custo	(5,4) 81	(6,4) 81
Ação na incorporação de sociedade controladora	103.838	103.838
Reserva especial - Organização societária - Aquisição Rio Sapucaia Mineração	17.186	17.186
Total	115.084	115.084

20.4. Lucros acumulados

20.4.1. Formação e destinação dos lucros acumulados no exercício

	2021	2020
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(8.800)	781.868
Depreciação (custo atribuído)	96.647	87.628
Imparidade (custo atribuído)	(2.9) 41	69
IRRF e C-SLU diferidos (custo atribuído)	(3) 868	(32.932)
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido		25
Lucros acumulados	83.062	786.790
Transferido para reserva	53.062	435.078
Distribuições		
Dividendos propostos		277.624
JSCP		53.060
Total		330.684

20.4.2. Valor por ação das dividendos e JSCP

	Provento	R\$ mil	R\$
Dividendos	Dividendos	277.624	8,9399
Juros sobre capital próprio	Juros sobre capital próprio	53.060	0,86124
Dividendos	Dividendos	125.130	1,32507

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição dos resultados apurados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano far-se-á semestralmente, em Assembleia Geral, ou em períodos inferiores, caso o Conselho de Administração deliberar a distribuição de dividendos trimestrais ou intermediários. Caberá à Assembleia Geral deliberar, até 31 de outubro de cada ano, sobre a distribuição de dividendos baseados nos resultados apurados no balanço semestral de 30 de junho, conforme estabelecido no Estatuto Social, respeitado o disposto no parágrafo 3º do artigo 205 da Lei nº 6.404/87.

O Conselho de Administração poderá declarar a distribuição de dividendos trimestrais, com base em balanço especial levantado para esse fim, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre não exceda o montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 82 da Lei nº 6.404/87.

Mediante deliberação do Conselho de Administração, poderão ser declarados dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral já aprovado pela Assembleia Geral. Após a dedução para a reserva legal, os lucros líquidos distribuídos serão na seguinte ordem:

• Dividendo de até 10% (dez por cento) ao ano às ações preferenciais, a ser rateado igualmente entre elas, calculado sobre o capital próprio a esta espécie de ações;

• Dividendo de até 0% (zero por cento) ao ano às ações ordinárias, a ser rateado igualmente entre elas, calculado sobre o capital próprio a esta espécie de ações;

• Distribuição do saldo remanescente às ações ordinárias e preferenciais, em igualdade de condições;

• Excepcionalmente, para o ano de 2021, diante dos efeitos da crise hídrica, a Companhia apurou prejuízo no resultado para o exercício e por isso não registrou proposta de distribuição mínima de dividendos.

20.5. Custo atribuído

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de determinados itens do ativo imobilizado na data de transição para IFRS/CPCs, sendo a contrapartida registrada no patrimônio líquido, outros resultados abrangentes. Em 2021, visando uma melhor apresentação das demonstrações financeiras, a Administração reclassificou o valor de R\$ 134.589 para a rubrica de custo atribuído, dentro do próprio grupo de Ajuste de Avaliação Patrimonial, incluindo os saldos comparativos.

21. Receita operacional líquida

21.1. Reconhecimento da receita

21.1.1. Receita de comercialização de energia

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia reconhece a receita quando:

- O valor da receita pode ser mensurado com segurança;

- É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia;

- Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as eventuais contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores consolidados dos contratos e bilâmbios da Administração da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

21.1.2. Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de suprimento de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica a qual estabeleceu a transferência dos custos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.

	Controladora	2020	Consolidado	2020
Receita operacional bruta				
Contratos ACL	343.750	1.483.743	373.286	51.4540
Mercado de curto prazo (MCP)	54.832	1.244	56.532	3.527
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	3.302	0.797	3.302	50
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	1.901.884	1.507.014	1.833.100	1.839.147
Outras receitas				
Contratos ACL	448	809	448	398
Outras receitas	448	399	448	399
Total receita operacional bruta	1.502.332	1.607.413	1.533.566	1.638.566
Deduções à receita operacional				
PIS e COFINS	180.329	(137.004)	31.483	38.781
ICMS	142.251	(36.542)	42.251	(36.542)
Resquis e Desenvolvimento (P&D)	(3.558)	(3.64)	(3.558)	(3.64)
Total	(186.838)	(177.220)	(186.838)	(186.838)
Receita operacional líquida	1.315.494	1.430.189	1.346.728	1.451.728

21.1.3. Receita diferida

A Companhia possui contratos de curto e longo prazo de venda de energia, contendo cláusulas de atualização monetária por índices de preços, além da redução de preço contratada na energia a ser fornecida no futuro. Em conformidade com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 09 – Orientação sobre Contratos de Concessão, para fins de reconhecimento da receita ao longo do tempo, é considerada a diferença da parcela da receita obtida entre o preço de venda e o preço médio de venda ao decorrer do contrato.

A atual provisão para a Companhia será realizada até 2025.

Os valores de diferimento a apropriar em resultados futuros estão registrados no passivo, valores estes que totalizam o saldo de R\$ 9.412 na controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 9.566 e R\$ 9.715 em 31 de dezembro de 2020, respectivamente.

22. Energia elétrica vendida, comprada e encargos de uso da rede

22.1. Energia elétrica vendida

	Controladora				Consolidado			
	2021		2020		2021		2020	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos ACL	7.685.753	1.343.750	8.083.136	1.483.743	7.626.728	1.373.286	8.222.373	514.540
Mercado de curto prazo (MCP)	206.143	754.832	521.885	1.244	206.103	56.532	524.257	3.627
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	3.302	5.302	888.844	0.797	3.302	9.627		
	8.208.774	1.501.884	9.493.815	1.807.014	8.246.729	1.533.100	9.659.457	1.639.197

22.2. Energia elétrica comprada

	Controladora				Consolidado			
	2021		2020		2021		2020	
	MWh (°)	R\$	MWh (°)	R\$	MWh (°)	R\$	MWh (°)	R\$
Contratos bilaterais	84.322	504.842	81.253	345.394	84.322	504.842	81.253	345.394
Mercado de curto prazo (MCP)	95.262	31.077	39.824	3.736	283.78	48.409	67.037	2.323
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	1.828.820	26.798	1.592.780	38.602	824.276	26.758	2.043.03	19.539
(-) Crédito de PIS		(6.731)		(5.48)		(6.731)		(5.48)
(-) Crédito de COFINS		(3.005)		(23.713)		(3.005)		(23.713)
	3.011.404	629.781	3.644.737	358.871	3.116.376	642.073	3.722.293	368.385

O aumento no custo com energia elétrica comprada para geração de energia elétrica, pela planta no sistema hidroelétrico (GSEP), e, também, pelo aumento na PLD médio na comparação entre os dois anos.

22.3. Encargos de uso da rede elétrica

	Controladora	2020	Consolidado	2020
	2021	2020	2021	2020
Taxa	43.892	23.750	148.882	133.750
Taxa	22.575	20.751	23.947	2.284
Encargos de conexão	47	8	194	18
(+) Crédito de PIS	3.457	(1.384)	3.457	(1.384)
(+) Crédito de COFINS	5.923	(1.378)	5.923	(1.378)
Total	153.274	141.291	153.274	141.291





## Rio Parapanema Energia S.A. | CNPJ/ME nº 02.998.301/0001-81

continuação das Notas explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

As tarifas devidas pela Companhia e sua Controlada à estabelecidas pela Aneel são: Tust, Tust-g e Energia de Conexão (vide nota explicativa nº 12).

A Tust remunera o uso da Rede Básica, que é composta por instalações de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A parte de cada empresa do total do encargo é calculada com base em:

- o valor comum a todos os empreendimentos (seio), referente a um valor estimado em 80% do encargo Tust;
- o valor que considera a proximidade do empreendimento de geração em relação aos grandes centros consumidores no caso da geração ou a proximidade em relação aos grandes centros geradores no caso das distribuidoras ou consumidores livres (localização), referente a aproximadamente 20% do encargo Tust. As usinas que pagam Tust são: JHEs Jurumirim, Capivara, Chavantes e Taquaruçu, pois estão ligadas diretamente à Rede Básica;

A Tust-g remunera o uso do sistema de distribuição de uma concessionária de distribuição específica. As concessionárias de distribuição operam linhas de energia em baixa e média tensão que são utilizadas pelos geradores para ligar suas usinas à Rede Básica ou a centros de consumo. As usinas da Companhia que pagam Tust-g para acessar os centros de consumo são: JHEs Rosana (que se encontra na área de concessão da Elektro-Estabilidade e Serviços S.A. e Canaas), Canaas II e Sella Grande (que se encontram na área de concessão da Energia Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S.A. e PCHE Pireto e Palmeiras (que se encontram na área de concessão da CPFL Paulista); também estão sujeitas a este encargo.

Os encargos de conexão são pagos mensalmente a CTEEP devido ao uso de instalações na tensão de distribuição (energia de linha) em 3,8 kV.

### 23 Resultado financeiro

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva registrada contabilmente em regime de competência. As receitas são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, juros e descontos obtidos e as despesas por juros e atualização monetária sobre débitos, variações cambiais sobre moedas e provisões para riscos.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Receitas</b>				
Aplicações financeiras	12.116	31.212	13.199	31.237
Variações cambiais	10.977	134.378	10.968	34.480
Depósitos judiciais	2.593	2.566	2.604	2.667
Inadimplência CCEE	6.775	-	8.278	-
Avaliação monetária referente a liquidação CCEE	-	12.808	-	2.808
Outras	109	5	109	5
Compensação financeira	87.846	-	87.846	-
Outras receitas financeiras	395	920	425	99
	<b>61.334</b>	<b>165.509</b>	<b>82.398</b>	<b>166.709</b>
<b>Despesas</b>				
Juros	182.109	165.582	182.09	165.582
Juros sobre debêntures	182.010	165.418	182.010	165.418
Juros outros	199	184	99	84
Variações cambiais	207.464	477.303	208.179	482.883
Avaliação monetária referente a liquidação CCEE	3.301	43.313	24.447	143.958
Provisões para litígios	2.708	519	12	804
Debêntures	77.602	39.462	77.602	39.462
Outras	7.406	1.169	7.406	1.169
Despesas plano de geração	6.093	4.827	6.093	4.827
Outras despesas financeiras	2.651	2.500	2.651	2.516
	<b>(298.317)</b>	<b>(550.187)</b>	<b>(299.036)</b>	<b>(556.183)</b>
	<b>(236.983)</b>	<b>(384.678)</b>	<b>(216.637)</b>	<b>(389.474)</b>

Como mencionado anteriormente, o para-então em 2021 uma crise hídrica sem precedentes, que resultou do despacho da ONS para as geradoras hidroelétricas e aumento do despacho das usinas térmicas que por sua vez provocaram elevação no preço da energia no curto prazo (PLD).

Dentro desse contexto, a Companhia efetuou diversas compras de energia durante o ano, visando mitigar parte das implicações negativas do cenário hidrológico. Uma dessas contrapartes solicitou à Companhia uma renegociação acerca dos compromissos contratados de entrega de energia comprada para o período. A partir dessa solicitação, houve renegociação de volumes, preços e prazos originalmente contratados e, em contrapartida, a essa não cumprimento contratual, a Parapanema recebeu uma compensação financeira no valor de R\$ 41.704, no quadro acima líquido de PLD/Colmeia.

Além disso, devido à renegociação, se considerarmos todos os anos de contrato com essa contraparte, o Resultado e valor presente foi benefício para a Companhia e evitou uma perda muito maior caso a contraparte efetivamente não honrasse o compromisso original.

Vale ressaltar que tivemos somente esse caso de renegociação e que, caso a Companhia não tivesse implementado ações mitigadoras dessa natureza, teria um impacto negativo de maior proporção atuando as compras de energia junto à CCEE e MCP. Adicionalmente, a Administração revelou os processos de Risco de Crédito e de Crédito, no sentido de mitigar ainda mais riscos.

### 24 Apuração do imposto de renda e contribuição social e tributos diferidos

#### 24.1 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota normal e pela alíquota está detalhada a seguir:

	Controladora			2020		
	IRPJ	CSSL	Total	IRPJ	CSSL	Total
(Prejuízo)/lucro contábil antes do IRPJ e CSSL		(31.793)		7.003	63	
Alíquota nominal do IRPJ e CSSL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSSL a alíquota pela legislação	7.948	2.861	10.808	(250.791)	(490.285)	(341.076)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Amortização encargo creditado judicialmente	2.280	73	2.353	2.280	73	2.353
Equivalência patrimonial de controlada	7.696	2.770	10.466	1.385	4.459	5.844
Incentivos fiscais	-	-	-	304	-	304
Amortização do Dike Sudeste	6	5	11	8	6	14
Provisão para litígios	133	120	253	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	3.250	4.70	8.020
Doações imprevistas	-	-	-	3.500	-	3.500
Outras ações permanentes, líquidas	77	0	77	66	430	496
IRPJ e CSSL do exercício com efeito no resultado	17.898	5.434	22.993	(219.742)	(61.553)	(301.295)
IRPJ e CSSL correntes	-	-	-	1.466	5.333	6.799
IRPJ e CSSL diferidos	358	15.474	15.832	97	26.827	26.924
Total IRPJ e CSSL do exercício com efeito no resultado	(17.559)	(5.434)	(22.993)	219.742	61.553	301.295
Alíquota efetiva	56,2%	17,1%	72,3%	24,4%	9,9%	33,5%

	Controladora			2020		
	IRPJ	CSSL	Total	IRPJ	CSSL	Total
(Prejuízo)/lucro contábil antes do IRPJ e CSSL		(30.499)		1.004.538	34	
Alíquota nominal do IRPJ e CSSL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSSL a alíquota pela legislação	7.625	2.745	10.370	(251.134)	(790.408)	(341.542)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Amortização encargo creditado judicialmente	2.280	73	2.353	2.280	73	2.353
Equivalência patrimonial de controlada	7.696	2.770	10.466	2.385	4.459	6.844
Incentivos fiscais	-	-	-	304	-	304
Amortização do Dike Sudeste	6	5	11	8	6	14
Provisão para litígios	133	120	253	-	-	-
Diferença por tributação do lucro presumido em controladas	19.420	13.18	32.608	(578)	331	198
Juros sobre capital próprio	-	-	-	11.250	4.70	16.020
Doações imprevistas	-	-	-	3.500	-	3.500
Outras ações permanentes, líquidas	77	0	77	66	430	496
IRPJ e CSSL do exercício com efeito no resultado	18.898	5.062	23.960	(220.861)	(82.007)	(302.868)
IRPJ e CSSL correntes	863	431	1.294	28.384	52.388	80.772
IRPJ e CSSL diferidos	(17.559)	(5.434)	(22.993)	82.278	29.622	111.900
Total IRPJ e CSSL do exercício com efeito no resultado	(16.688)	(5.003)	(21.691)	229.559	82.008	311.567
Alíquota efetiva	54,2%	16,4%	71,1%	24,5%	9,9%	33,8%

#### 24.2 Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método da passiva sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito inequívoco de legalmente compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

A Controlada é optante pelo regime de tributação pelo lucro presumido; portanto, não constitui provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos.

	Controladora e consolidado			2020		
	IRPJ	CSSL	Total	IRPJ	CSSL	Total
<b>Ativo de imposto diferido</b>						
Diferenças temporárias						
Outras provisões	3.228	1.162	4.390	3.594	294	3.888
Provisões para riscos	8.946	3.545	12.491	8.989	3.492	12.481
Valores recebidos a título FTE	59	25	84	69	24	93
Amortização do direito de uso	83	33	116	72	26	98
Limite GSF/Garantia fiscal	31.936	11.497	43.433	425.864	53.354	479.218
Benefício fiscal	8.212	2.958	11.170	9.753	2.5	12.248
Prejuízo fiscal à Base de cálculo negativa	872.338	193.156	1.065.494			
Ajuste atuarial plano de pensão	6.736	2.425	9.161	7.212	2.596	9.808
Receita diferida	2.334	840	3.174	623	584	1.207
Total bruto	<b>434.794</b>	<b>155.637</b>	<b>590.431</b>	<b>459.003</b>	<b>164.887</b>	<b>623.890</b>

	Controladora e consolidado			2020		
	IRPJ	CSSL	Total	IRPJ	CSSL	Total

#### Passivo de imposto diferido

##### Diferenças temporárias

Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)

Ajuste de avaliação patrimonial

Valor sobre investimento em controlada

Total bruto

#### Imposto diferido líquido

Em 1º de janeiro de 2019, conforme previsto no CPC 27/IAS 16, Ativo imobilizado e em andamento as orientações contidas no CPC 27, a Companhia reconheceu o valor justo de certos ativos imobilizados (custo atribuído) na data de adoção inicial dos CPCs e do IFRS. Em decorrência, a Companhia também reconheceu os correspondentes valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos nessa data de transição, sendo apresentado no quadro como Ajuste de avaliação patrimonial.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos não ocorrerá na medida em que tais valores sejam recuperados a tribuição.

A Companhia apresenta o imposto de renda e contribuição social diferidos no grupo não circulante conforme CPC 26/IAS 1. Apresentação das demonstrações financeiras.

A Companhia apurou prejuízo líquido de IRPJ e base negativa de CSSL após a realização do dilúo sobre o GSF no ano de 2021, com isso os valores já pagos destes tributos em 2021 tornaram um saldo negativo.

A Companhia tem a expectativa de realização de imposto de renda e de contribuição social diferidos de acordo com prazos mínimos e conforme apresentado no quadro abaixo.

2022 2023 2024 2025 2026 A partir de 2027 Total

Imposto de renda e contribuição social diferidos: 11.475 13.347 17.597 19.311 17.747 167.042 148.814

#### 24.3 Benefício fiscal - Agio incorporado

O montante do agio absorvido pela Companhia, em razão da incorporação da Duke Energia do Sudeste Ltda. ("Duke Sudeste"), em fevereiro de 2002 teve como fundamento objetivo a expectativa de resultados futuros e não amortizado até 2030, conforme estipulado pela Resolução Anel nº 28/2002, baseada na projeção de resultados futuros elaborada por consultores externos àquela data.

A Companhia adotou provisão para manter a integridade do patrimônio, cuja reversão neutralizará o efeito da amortização do agio no balanço patrimonial, segue sua composição:

	Controladora e consolidado			2020		
	Agio	Provisão	Valor líquido	Agio	Provisão	Valor líquido
Balancete inicial da incorporação	105.406	(25.583)	79.823	105.406	(20.586)	84.820
Realização	(272.548)	179.876	(92.672)	(266.380)	175.808	(90.572)
Saldos no final do período	<b>(167.142)</b>	<b>(25.707)</b>	<b>(192.849)</b>	<b>(160.974)</b>	<b>(25.782)</b>	<b>(186.756)</b>

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, o valor líquido correspondente ao benefício fiscal - imposto de renda e contribuição social, acima descrito, está sendo apresentado no balanço patrimonial como aumento desses mesmos tributos no ativo não circulante, na rubrica "Impostos diferidos". Na forma prevista pela Instrução CVM nº 319/1999, não há efeito no resultado do exercício conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e consolidado			2020		
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Amortização do agio	6.565	16.107	6.565	16.107	6.565	16.107
Reversão da provisão	4.70	4.70	4.70	4.70	4.70	4.70
Benefício fiscal	2.096	2.096	2.096	2.096	2.096	2.096

Realização do benefício fiscal referente agio incorporado da Duke Sudeste

	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028 em diante	Total
Realização esperada	15.7	16.1	492	492	492	2.052	2.052	11.168

### 25 Lucro por ação

O cálculo básico e diluído do lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores das ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico e diluído por ação.

	Controladora e consolidado	
	2021	2020
<b>Número de</b>		
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Preferências	5.867	467.910
Ordinários	(2.933)	33.059
	<b>(8.800)</b>	<b>401.069</b>
<b>Denominador (Média ponderada de número de ações)</b>		
Preferências	67.955	62.855
Ordinários	3.118	2.118
	<b>71.073</b>	<b>64.973</b>
<b>Resultado básico e diluído por ação</b>		
Preferências	3.393,91	7.432,44
Ordinários	(128,15)	7.432,44

### 26 Instrumentos financeiros

#### 26.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, ou seja, na contabilização do surgimento da obrigação ou do direito.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

#### 26.1.1 Classificação

A Companhia pode classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

1. Mensurados ao valor justo através do resultado;

2. Mensurados ao custo amortizado;

A Administração determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo ou passivo financeiro foi adquirido. Nessas demonstrações financeiras a Companhia classifica seus instrumentos financeiros como mensurados ao custo amortizado.

Mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data da emissão do balanço (juros são classificados como ativos não circulantes), e são mensurados pelo valor da custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperado.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras e despesas, sendo o método de taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos (perdas). As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

A Companhia não opera com derivativos e também não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de hedge (hedge accounting).

#### 26.1.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia e controlada se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos de transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio da reversão.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, exceto, última exceção, desde que a Companhia tenha transferido significativamente todos os riscos e os benefícios da propriedade.

#### 26.1.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apurado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidação, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### 26.2 Mensuração do valor justo na data de aquisição

A Companhia mensura seus instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo na data de aquisição ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data da mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

• Nível 1: preços cotados (









## Rio Paraná Energia S.A. CNPJ/ME nº 23.096.269/0001-19

### Relatório Anual da Administração 2021

#### Senhores Acionistas e Debenturistas,

A Administração da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia" ou "Rio Paraná"), subordinada da CTG Brasil, submete à apreciação dos senhores o relatório das principais atividades no exercício de 2021 em conjunto com as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira. Este relatório cumpre a exigência da Lei nº 6.404/76 e segue as recomendações do Parecer de Orientação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 15/87 e do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MGE) da Anel. As Demonstrações Financeiras foram submetidas à auditoria independente prestada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PWC), atendendo à Instrução CVM nº 381/03. Também em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Financeiras, assim como pessoas a ela ligadas, não prestaram qualquer outro serviço que não seja o de auditoria externa. O desempenho econômico, social e ambiental da Rio Paraná é divulgado de forma consolidada no Relatório de Sustentabilidade da CTG Brasil, documento elaborado de acordo com as Normas GRI e que abrange Indicadores socioambientais estabelecidos pela Anel.

#### Mensagem da Administração

O ano de 2021 se mostrou um ano totalmente atípico e muito desafiador. O Brasil enfrentou uma crise hídrica sem precedentes, registrando o pior cenário hidrológico dos últimos 91 anos (desde o início das medições). Além disso, verificou-se uma alta volatilidade dos indicadores macroeconômicos, com alta dos índices de inflação e, também, das taxas de juros.

A Rio Paraná atuou desde o início dessa crise com extrema colaboração com os órgãos institucionais e responsabilidade no gerenciamento dos impactos nas operações das suas usinas. Estabelecemos o Comitê Interno de Crise para planejar as medidas a serem tomadas e articular o diálogo com as autoridades competentes na busca de soluções. Quando houve necessidade de reduzir paulatinamente a vazão nas usinas hidrelétricas "JHE" Júpia, estruturamos uma rede de monitoramento envolvendo helicópteros, drones, barcos e equipes dedicadas, após implantação dentro da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Governo Federal (CREG).

A Companhia, pelo seu modelo de concessão, comercializa 70% da garantia física das suas usinas no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), sob o regime de quotas e, nessa porção do portfólio, não enfrentou os efeitos do fator do risco hidrológico (ISGF). Já na porção das 30% de garantia física comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), sofreu os impactos negativos do ISGF e, também, da alta dos preços de energia no mercado de curto prazo (FLUX), em virtude do acionamento pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) do parque de geração térmica dentro do contexto da escassez de chuvas.

Em termos de produção de energia, foram gerados 14,9 mil GWh netos bruto, representando uma redução de 30% na comparação com os volumes do ano de 2020.

Acorda os indicadores financeiros, considerando os enormes desafios já mencionado, a Rio Paraná apresentou uma ótima performance de resultados. O Ebitda totalizou R\$ 3,3 bilhões, representando um aumento de 24,0% na comparação com o ano anterior e o lucro líquido ajustado foi de R\$ 1,7 bilhão, 51,3% superior ao desempenho de 2020.

Um destaque positivo e que contribuiu para os resultados do ano de 2021 foi a conclusão do Acordo GSF. A partir da homologação dos valores pela ANA e pela CCEE, foi possível o reconhecimento de um Ativo Intangível - Relativo à extensão do prazo de concessão das usinas de Ilha Solteira e Júpia de aproximadamente 10 meses, tendo como contrapartida o pagamento no resultado de um ativo positivo não reconhecido de R\$ 147,9 milhões, referentes à recuperação com custos incorridos com compra de energia nos anos anteriores.

O compromisso da Companhia com uma gestão sustentável de excelência foi reconhecido com a certificação da Rio Paraná nas normas ISO 9001 (qualidade), 14001 (meio ambiente), 45001 (saúde e segurança) e 55001 (gestão de ativos). Essa conquista representa um marco na evolução de nossas práticas, um trabalho análogo na busca incessante pela melhoria contínua, na padronização de processos e no aprimoramento dos controles.

No âmbito das operações, um dos desafios foi a continuidade do projeto de modernização, com a conclusão de três unidades geradoras no ano e o início da substituição de 60 transformadores de comutação. Mantivemos todos os protocolos de distanciamento social e prevenção à Covid-19, garantindo também o isolamento entre as equipes do projeto e aquelas responsáveis pela Operação e Manutenção dos ativos. O compromisso com a segurança, nesse valor número 1, impulsionou a elaboração do Plano Corporativo de Evolução da Cultura de Segurança, com ações estruturantes a serem implementadas até 2023. No ano, representamos a sociedade, sendo todos eles em a necessidade de atendimento dos profissionais envolvidos.

Também merece destaque no período o crescimento de 23,5% das investimentos sociais da Companhia, direcionados a projetos selecionados pelo o 2º Edital de Recursos Incentivados para o Desenvolvimento Local. Além disso, pelo segundo ano consecutivo, as operações da Rio Paraná foram carbono neutro, com 100% de suas emissões diretas de gases de efeito estufa neutralizadas.

Consciente da responsabilidade que possui uma vez que suas duas usinas são responsáveis por aproximadamente 3% da capacidade instalada de geração de energia no Brasil, a Rio Paraná reafirma seu compromisso de gerar energia limpa para o país e continuar investindo na eficiência das suas operações, bem como na sustentabilidade de seu negócio, contribuindo para o desenvolvimento nacional.

#### Evandro Leite Vasconcelos

Presidente da Rio Paraná

#### Perfil da Companhia

A Rio Paraná controla e opera duas usinas hidrelétricas (JHEs) - Ilha Solteira e Júpia - no Rio Paraná, entre os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Essas usinas possuem uma capacidade instalada de 4.855,2 MW, o que equivale a 2,4% da potência total instalada no Brasil.

A JHE Ilha Solteira é a sexta maior usina hidrelétrica do Brasil e a maior nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Possui 20 unidades geradoras e está localizada entre os municípios de Ilha Solteira (SP) e Selvíria (MS). Com 1.230 km² de área de reservatório e 5,6 km de extensão de sua barragem, essa usina desempenha importante função no controle de inundações e frequência do Sistema Interligado Nacional (SIN). A JHE Júpia ("Engenheiro Souza Dias", com 4 unidades geradoras, situa-se entre as cidades de Castanho (SP) e Três Lagoas (MS) e dispõe de uma aceira, que possibilita a navegação e a integração hidroviária entre os rios Paraná e Tietê.

Desde 2017, a Companhia vem conduzindo um projeto de modernização dessas usinas com investimentos da ordem de R\$ 9 milhões e que deverá ser concluído até 2038. Trata-se de um esforço sem precedentes no país, que modernizará as 34 unidades geradoras de energia, substituindo sua vida útil e aproveitando da eficiência para o setor elétrico brasileiro.

A Rio Paraná é uma subsidiária direta da CTG Brasil, segunda maior geradora privada de energia do país. As atividades de suporte são realizadas pela CTG Brasil, em conformidade com o Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Adicionalmente, a CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda. que possui sua sede e Centro de Serviços Compartilhados em Curitiba, presta serviços à Companhia por meio de um Contrato de Prestação de Serviços, também aprovado pela ANEEL, até novembro de 2021.

A estratégia da Companhia é norteada por quatro direcionadores, que foram definidos corporativamente pela CTG Brasil. O primeiro é a excelência operacional, que significa operar as usinas com os mais altos padrões de qualidade e segurança e conduzir todos os processos de acordo com as melhores práticas de mercado, buscando soluções simples e ágeis. O segundo é a disciplina financeira, no qual a Companhia deve estabelecer uma cultura de eficiência e sustentabilidade, garantindo que todos os processos e iniciativas visem a criação de valor. O terceiro diretriz é a eficiência comercial, em que a Rio Paraná usará soluções inovadoras para otimizar a relação entre risco e retorno nas vendas de energia. E, por último, o crescimento sustentável, que sugere o desenvolvimento de competências e o uso das vantagens competitivas para o crescimento e fortalecimento do negócio.

#### Parque gerador da Rio Paraná

Nome	Entrada em operação	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW/med)	Vantagem de concessão
JHE Ilha Solteira	2011	2.400	750	100%
JHE Júpia	2018	2.455,2	2.105,2	20%

#### Mapa de operações da Rio Paraná



#### Diretrizes de atuação

Definidas pela CTG Brasil em 2019 e aplicáveis à Rio Paraná, o Propósito ("Desenvolver o mundo com energia limpa em larga escala") e os Valores (Priorizamos a vida, Pessoas são a nossa energia, Integridade, sempre; Excelência em tudo e inovamos para transformar) são pontos de partida para os instrumentos normativos da Companhia.

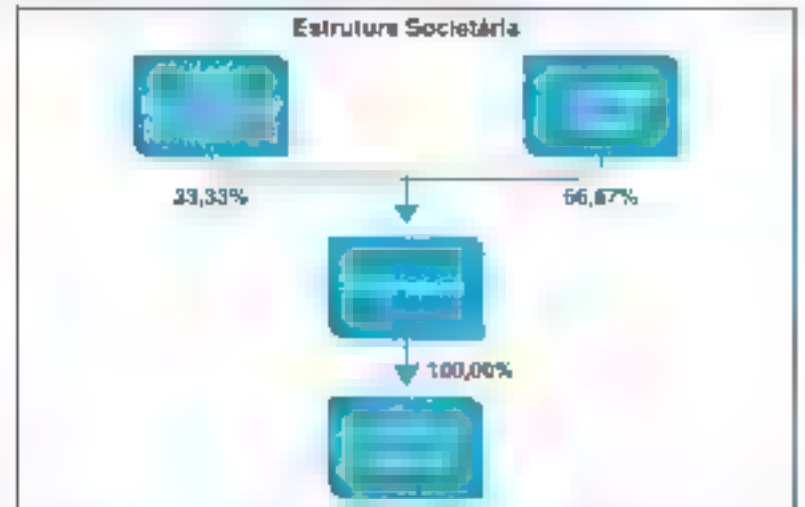
O Programa Corporativo de Compliance, aplicável à Rio Paraná, assegura o cumprimento dessas diretrizes e do Código de Ética e Conduta nos negócios, por meio de um conjunto de iniciativas em capacitação e comunicação, investigação de denúncias e due diligence em fornecedores, parceiros de negócios e operações de fusões e aquisições. Com essa configuração, o Programa de Compliance também se alinha para a tomada de decisão informada, agregando valor ao negócio e preservando a agilidade na condução das atividades das diversas áreas.

Os treinamentos de compliance abrangem 100% dos colaboradores. O Canal de Ética, aberto a todos os públicos da Companhia para o recebimento de denúncias, é gerenciado por empresa especializada e possui fluxo determinado para a adequada e imparcial investigação de todas as manifestações. Em relação às avaliações de fornecedores e parceiros, caso destaque que essas análises envolvem não apenas a pessoa física, mas também informações de base de dados públicas sobre os aspectos que formam o capital da entidade.

#### Governança corporativa

Constituída conforme a Lei de Sociedades Anônimas, a Rio Paraná é controlada pela CTG Brasil, que detém 99,67% de seu capital e conta também com a Hukim Clean Energy como acionista com 33,33% do capital. Em março de 2021, a Companhia concluiu seu processo de registro como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para a categoria "B", equiparando-se em termos de governança às melhores práticas de mercado, permitindo o acesso a uma gama maior de investidores em operações financeiras e fortalecendo esta imagem institucional perante credoras.

O Conselho de Administração da Rio Paraná é formado por seis membros, sendo dois deles indicados pelo sócio minoritário. Os integrantes da Diretoria Executiva são indicados pelo Conselho de Administração, cuja instalação ocorre a pedido dos acionistas durante a Assembleia Geral Ordinária.



#### Composição do Conselho de Administração da Rio Paraná

Nome	Cargo
Wangqing Zhao	Presidente
Alberto Rodrigues de Carvalho	Membro
João Renato Domingues	Membro
Chen Xinyang	Membro
Zhangqin Chen	Membro

#### Composição da Diretoria Estatutária da Rio Paraná

Nome	Cargo
Evandro Leite Vasconcelos	Diretor Presidente
Alberto Rodrigues de Carvalho	Membro Financeiro e de Relações com Investidores
Marcos José Pires	Diretor
Anderson Luiz Pereira Toneti	Diretor
Cezar Teodoro	Diretor
Yan Yang	Diretor

#### Gestão de riscos e controles corporativos

O monitoramento dos riscos que podem interferir na capacidade da Rio Paraná de desenvolver e gerar valor com seus negócios é realizado de forma integrada, com o apoio de uma área de Gestão de Riscos Corporativos (Enterprise Risk Management), que se baseia em metodologias reconhecidas internacionalmente para essa gestão (ISO 31000 e COSO). A matriz de riscos da Companhia, definida corporativamente pela CTG Brasil em 2020, narra 22 riscos, distribuídos em: Financeiros, Operacionais de Mercado, de Compliance/Regulatórios, de Reputação e Estratégicos.

**Risco hidrológico.** A Rio Paraná minimiza sua exposição a esse risco, intrínseco ao setor de geração hidrelétrica, por meio da alocação das áreas de Risco de Portfólio, Planejamento Energético e da Operação, estruturas internas que avaliam cenários futuros para a disponibilidade técnica e sugerem às áreas comerciais estratégias de proteção.

**Riscos operacionais.** O Plano de Segurança das Barragens (PSB) abrange as duas usinas da Rio Paraná e inclui, entre outros instrumentos, o Plano de Ação de Emergência (PAE). Além disso, o Sistema de Operação em Situação de Emergência (SOS-Em) estabelecido nas operações define as medidas para a segurança das barragens e proteção das comunidades, evitando riscos de perda de vidas e danos públicos locais.

**Risco financeiro.** Uma parcela desses riscos é amortizada por uma carteira de seguros que leva em consideração a natureza e o grau de severidade, visando alinhar os impactos eventuais perdas. As principais coberturas de seguros abrangem riscos operacionais, responsabilidade civil geral, ambiental e de executivos, e proteção de dados e responsabilidade corporativa. A gestão financeira é regida por políticas próprias, incluindo o monitoramento dos principais índices macroeconômicos e setoriais que impactam a gestão do caixa e da dívida.

**Risco de contraparte.** A Companhia monitora os riscos de crédito de todos os clientes do Mercado Livre através de metodologia própria, baseada em informações da mercado e financeiras, usando múltiplas eventuais perdas decorrentes de insolvência.

**Risco de conformidade.** A Companhia avalia continuamente os riscos de conformidade no contexto de seus negócios e se aderência por meio do Programa Corporativo de Compliance, composto por ações de comunicação e treinamento, due diligence em processos de contratação (fornecedores e clientes), de M&A e de doação, investigação de denúncias recebidas pelo canal Linha Ética e análise de perfil de interesses, entre outros.



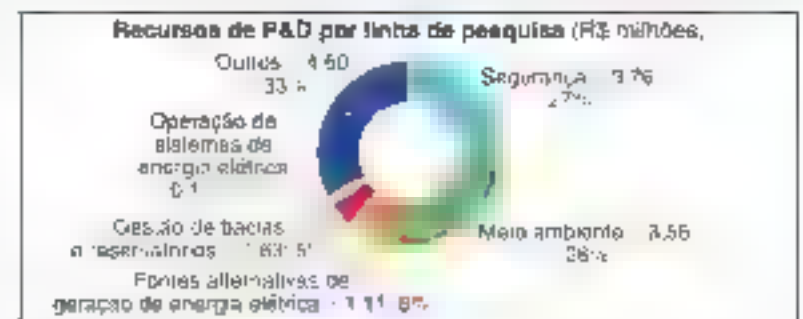
A Rio Paraná está envolvida na implementação de um novo sistema integrado de gestão empresarial (Enterprise Resource Planning - ERP) da CTG Brasil, cuja primeira fase foi concluída em 2021. Até 2022, será concluída a segunda fase, com a entrada de módulos adicionais, sobretudo no âmbito da gestão de pessoas. Entre os principais ganhos obtidos com a iniciativa está a adoção de tecnologia de ponta em linha com as melhores práticas de mercado.

#### Inovação

Na Rio Paraná, as iniciativas de inovação e pesquisa e desenvolvimento (P&D) estão direcionadas às vantagens de valor do negócio e os objetivos da estratégia corporativa. Em 2021, a Companhia revisou seus processos de seleção e priorização de projetos para investimentos, tendo como foco a estruturação de chamadas públicas e o alinhamento dos temas de pesquisa com a estratégia da Companhia e a interação contínua com o ecossistema de inovação.

Um dos destaques do período foi a continuidade de um projeto para a avaliação de desempenho de tecnologias fotovoltaicas. Maior iniciativa individual de P&D da Companhia, com R\$ 8 milhões investidos, tem como diferenciais as parcerias estruturadas para sua implementação. Até 2022, a fase do projeto avaliará as condições de produtividade de painéis fotovoltaicos bifaciais em cinco locais distribuídos pelo país, além de testar esses resultados em uma usina laboratório para avaliar sua aplicabilidade em larga escala.

Em 2021, os recursos aplicados em P&D da Companhia somaram R\$ 13,7 milhões, montante 8% maior do que o verificado no ano anterior. Mas a meta desse total foi direcionada em projetos de meio ambiente e segurança. Para saber mais sobre os projetos no ano, [clique aqui](#) e acesse o site institucional da CTG Brasil.



#### Contexto regulatório

A crise hídrica sem precedentes vivenciada pelo Brasil em 2021, com os menores níveis de hidrôlogia desde o início das medições há 91 anos, afetou tanto as companhias do setor elétrico quanto as entidades reguladoras. Com o agravamento dos níveis dos reservatórios, o governo criou o Índice das Termelétricas e atuou por meio dos ministros da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) a fim de mitigar os impactos da crise. A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), foi instituída pela Medida Provisória nº 1.055/2021 em junho de 2021 e vigorou até novembro de 2021, estabelecendo resoluções excepcionais para gestão da crise.

A Rio Paraná adotou desde o início uma postura de colaboração e responsabilidade para gerenciar os impactos da crise hídrica em seus negócios e contribuir com medidas que aliviassem o Sistema Interligado Nacional (SIN) como um todo. Corporativamente, foi instalada um Comitê de Crise para discutir as medidas a serem tomadas, formado por representantes de diversas áreas que avaliavam em conjunto as demandas do Ministério de Minas e Energia (MME), da ANEEL, do ONS e da ANA.

Em alinhamento com essas entidades e Companhia reduziu a vazão na JHE Júpia, tomando todos os cuidados para evitar impactos significativos ao meio ambiente. A Rio Paraná também manteve o diálogo amplo com as comunidades locais sobre as unidades nos reservatórios.

Também em razão das resoluções emitidas pela CREG, o nível do reservatório na usina Ilha Solteira foi reduzido a um patamar emergencial, porém em desacordo com a outorga emitida a época do licenciamento da unidade pela ANA. Em dezembro, um Termo de Compromisso tripartite, entre CTG Brasil (controladora da Rio Paraná), ONS e ANA, definiu medidas para restabelecer o nível do reservatório conforme a outorga até o fim de 2022, além de ações de mitigação e compensação a serem implementadas até essa data.

Outro marco que merece destaque em 2021 foi a homologação do Acordo GSF. Essa sanção deu solução definitiva às perdas financeiras das geradoras dependentes de efeitos não hidrológicos incorporados ao Fator de Ajuste da Garantia Financeira (Generation Searing Factor - GSF) ao longo dos anos. As empresas que aderiram ao Acordo quitaram seus débitos em aberto no mercado de curto prazo e obtiveram, como contrapartida, a extensão do prazo de concessão das usinas hidrelétricas (JHEs) e Júpia.

Os efeitos para a Rio Paraná não haviam sido considerados em 2020, pois a Companhia não dispunha de parâmetros para calcular previamente uma estimativa satisfatória dos valores de reassortimento. O reconhecimento em 2021 envolveu a contabilização de um ativo intangível de R\$ 47,9 milhões referentes à extensão das concessões das JHEs Ilha Solteira e Júpia por aproximadamente 10 meses, tendo como contrapartida um ativo positivo no resultado como recuperação dos custos de compra de energia dos anos anteriores.

#### Conjuntura econômica e setorial

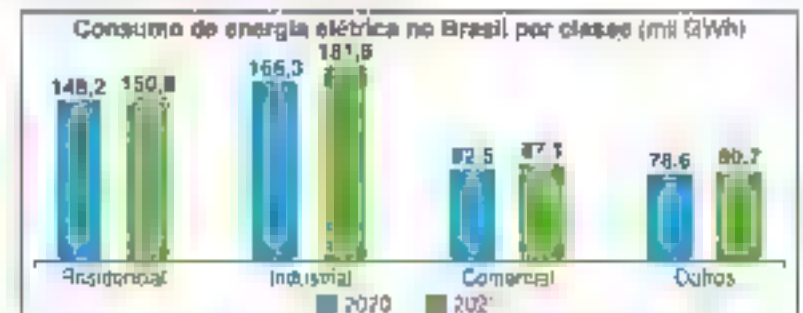
A pandemia de Covid-19 continuou a impactar a atividade econômica do Brasil em 2021, especialmente no primeiro semestre. Além das suas eleições, o país enfrentou um cenário de volatilidade dos indicadores macroeconômicos, com destaque para a elevação da inflação e a consequente alta de juros. Conforme dados do IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou expansão de 4,1% no período, considerando uma prévia do Banco Central divulgada em 7 de fevereiro de 2022. A taxa básica de juros (Selic) encerrou o ano em 9,25%, a a inflação do período, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foi de 10,06%, maior acumulado em um ano desde 2015 - enquanto a inflação medida pelo Índice Geral de Preços (Mercado) (IGP-M) foi de 17,78%.

A valorização do dólar frente ao real alcançou patamares elevados e apresentou bastante volatilidade no decorrer do ano. Na comparação entre as posições finais dos dois anos, a cotação da moeda estrangeira passou de R\$ 5,20 no final de 2020 para R\$ 5,58 no fim de 2021. A Rio Paraná está exposta à variação cambial por conta da dívida mantida em dólar com a CTG Luxembourg (partes relacionadas).

#### Indicadores macroeconômicos

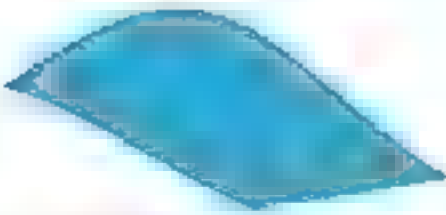
	2021	2020
IGP-M	17,78%	2,14%
IPCA	10,06%	4,82%
Taxa de câmbio (USD)	5,5805	5,2027
Taxa Selic	9,25%	2,00%

Segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo de energia elétrica no Brasil totalizou 500,2 mil GWh em 2021, um aumento de 5,2% em relação ao ano anterior. Todas as classes registraram crescimento no período, merecendo destaque o setor industrial, com alta de 9,2%. Na avaliação por ambiente de comercialização, o mercado livre continuou a receber novas organizações que competem sua energia diretamente de geradoras e comercializadoras. De acordo com boletim da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia - Abracel, o mercado livre registrou mais de 9,8 mil consumidores, um aumento de 26% em relação a 2020.



As usinas hidrelétricas, responsáveis por 58,1% da capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil, operam de forma centralizada e comandada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). A entidade responsável pela coordenação e operação do Sistema Interligado Nacional (SIN) avalia diversos parâmetros técnicos e operacionais (como a segurança hídrica) para ordenar a geração de energia.

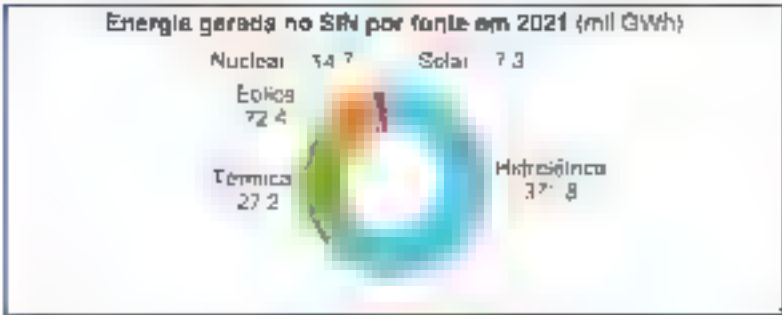




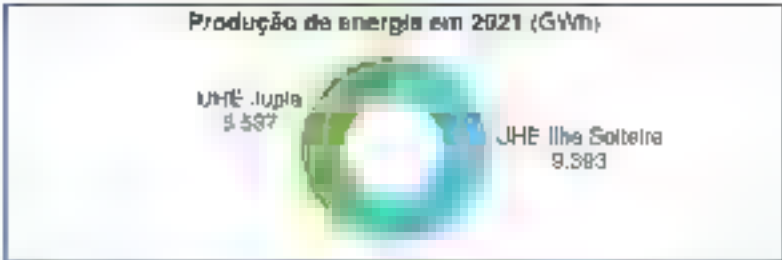
Rio Paraná Energia S.A. CNPJ/ME nº 23.096.269/0001-19

CONFIRMAÇÃO DO Relatório Anual da Administração 2021

As hidrelétricas sujeitas ao despacho centralizado do ONS compõem o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), uma espécie de condomínio em que a maior produção de uma usina compensa a geração inferior das outras. Em 2021, essas usinas foram responsáveis pela geração de 70% da energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN). O adiantamento mais intenso das térmicas, devido às condições hidrológicas, levou a um crescimento de 32% na geração desta fonte.



**Desempenho operacional**  
A geração bruta de energia elétrica das usinas no portfólio da Rio Paraná totalizou 4.830,4 GWh em 2021, uma redução de 30% na comparação anual devido a severa crise hídrica vivenciada pelo Brasil no ano. A disponibilidade do parque gerador foi de 94,05%, sendo que as duas usinas estão acima dos índices de referência previstos na regulação do setor.



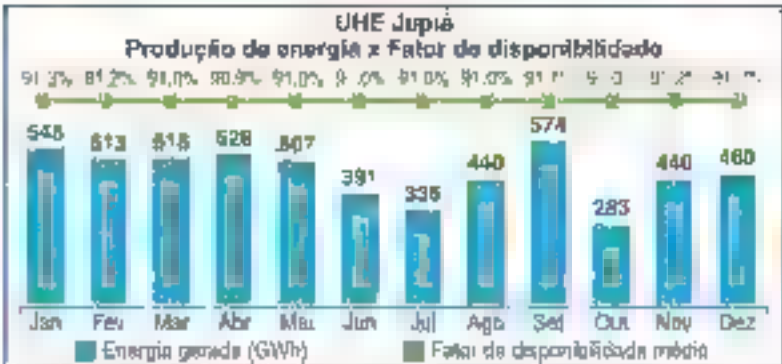
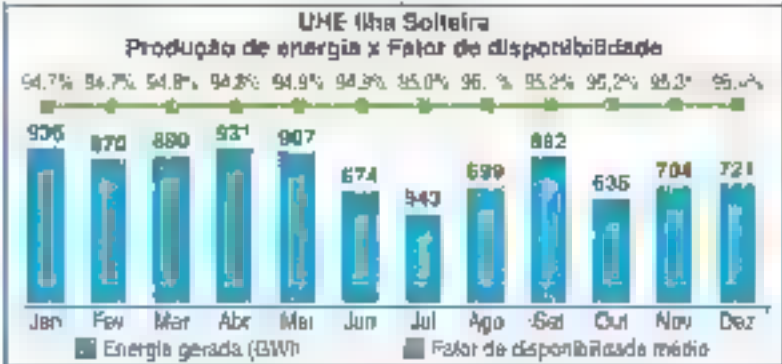
Produção de energia

GWh	2021	2020	Variação (%)
UHE Ilha Solteira	9.383,4	2.402,9	30,5
UHE Jupiá	5.537,2	403,0	29,0
Total	14.920,6	21.325,9	-30,0

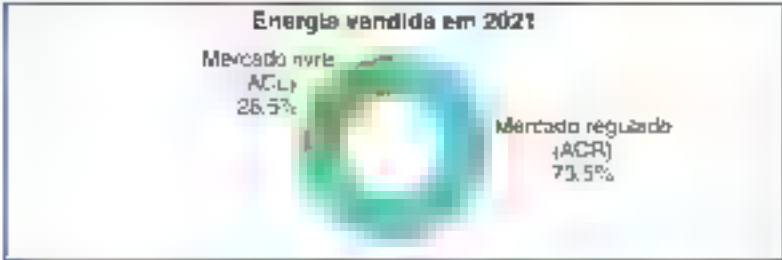
Índice de disponibilidade\*

%	2021	2020	Limite regulatório
UHE Ilha Solteira	95,38%	94,64%	89,59%
UHE Jupiá	91,6%	91,44%	89,59%
Consolidado	94,05%	93,51%	89,58%

\*O Índice de Disponibilidade é calculado através da TEIP e da TEIFA (taxas equivalentes de indisponibilidade programada e forçada, respectivamente, considerando 60 valores mensais apurados, relativos aos meses imediatamente anteriores ao mês vigente). Sua fórmula de cálculo é:  $ID = (TEIP + (1 - TEIFA))$ . Os valores apresentados referem-se ao mês de dezembro em cada ano.



As estratégias de comercialização e sazonalização, mais uma vez, se mostraram assertivas e mitigaram parte dos efeitos negativos da crise hídrica na porção do portfólio da Rio Paraná que é comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A abordagem combinada de manter parte do portfólio descontrolado e adquirir antecipadamente contratos para a compra de energia reduziram o impacto dos preços mais elevados no mercado de curto prazo, sobretudo no período seco do ano. A comercialização da energia gerada pela Companhia é realizada por uma área específica e cujos processos são certificados na ISO 9001. A Rio Paraná vendeu 19.664 GWh de energia no ano, sendo 73,5% direcionados ao mercado regulado e 26,5% ao mercado livre. Em junho, a larguimento da plataforma CTG Conecta permitiu aos clientes o gerenciamento, via portal on-line, dos contratos vigentes e do histórico da relacionamento com a Companhia. A plataforma também disponibiliza ao mercado mais um canal de comunicação com a equipe de comercialização para realização de novas contratações.



**Desempenho econômico-financeiro**

Principais indicadores

R\$ mil (exceto quando indicado)	2021	2020	Variação (%)
Receita operacional bruta	3.859.203	3.935.000	-1,9
Receita de ativos financeiros	9.856,6	4.1.967	139,8
Despesas e receita operacional	779.825	1.759.498	-55,8
Resultado operacional líquido	4.089.234	3.376.469	21,3
Custos e despesas operacionais	2.2	383.938	-99,9
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	3.236.145	2.974.255	8,8
Ebitda	3.503.839	2.826.498	24,0
Margem Ebitda	87,4%	85,7%	3,7 p.p.
Resultado antes dos impostos	2.383.360	1.550.940	53,0
Lucro líquido do exercício	1.723.580	1.135.261	51,8
Margem líquida	43,9%	38,6%	5,4 p.p.
Quantidade de ações (milhões de mil)	7.014.328	7.014.328	0
Ações em circulação	7.014.328	7.014.328	0
Lucro líquido básico e diluído por ação R\$	245,7	162,0	51,8

O ano de 2021 se mostrou um ano bastante atípico em virtude das condições do cenário hidrológico. O Brasil enfrentou uma crise hídrica sem precedentes e apesar de todos os esforços implementados pela Administração da Companhia para a mitigação de parte dos impactos, houve um aquecimento nos custos com compra de energia na comparação com o ano de 2020. Vale destacar que esse impacto ocorre na porção de 30% da garantia física da Companhia que é comercializada no ambiente de contratação livre. No ambiente regulado de quotas 70%, esse impacto não ocorre.

Um desafio positivo para a Rio Paraná no ano de 2021 foi a conclusão das discussões do setor em torno das questões envolvendo o Fator de Ajuste da Garantia Física (Generation Scaling Factor - GSF), que resultou na homologação dos valores apurados segundo a Lei nº 14.052 e a regulamentação Anel nº 895/2020. Com essa homologação pela Anel e CCEE, a Companhia reconheceu um Ativo Intangível relativo à extensão dos contratos de concessão das usinas que, como previsto em lei, corresponde a compensação dos impactos "não hidrológicos" que afetaram o GSF no passado. A contrapartida desse Ativo Intangível foi o efeito positivo no resultado com o registro de R\$ 47,9 milhões à título de recuperação de custos com compra de energia.

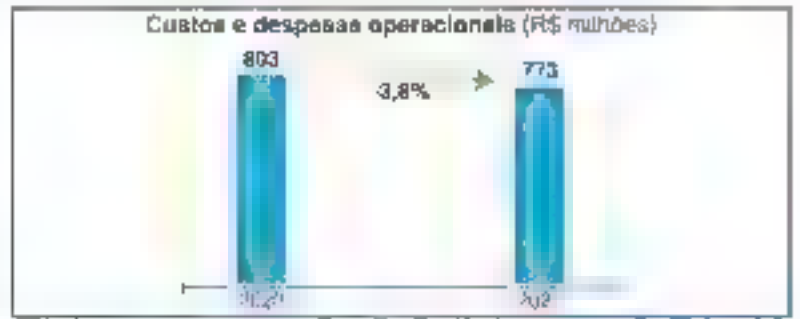
**Receita**  
Em comparação com o exercício anterior, a Rio Paraná apresentou aumento de R\$ 628,9 milhões, ou 15,8%, na receita operacional líquida. Na receita operacional bruta, houve aumento tanto nas receitas no Ambiente de Comercialização Livre (ACL) quanto nas receitas provenientes do Ambiente de Comercialização Regulado (ACR). Esse aumento deu-se basicamente pela elevação dos índices de atualização monetária em ambos os casos, pela correção dos contratos bilaterais no ACL e pelo aumento no IPCA que é aplicado sobre a remuneração recebida pela Outorga no ACR. Na receita de ativos financeiros, da mesma forma, o aumento deve-se à elevação do IPCA no ano de 2021 e o seu reconhecimento sobre o saldo a receber do Ativo Financeiro da concessão.



Costos e despesas operacionais

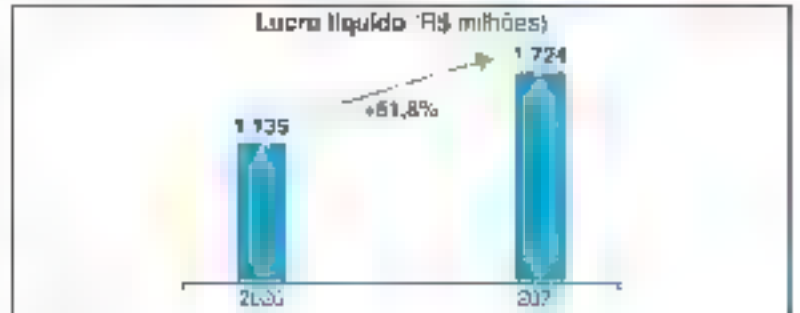
R\$ mil (exceto quando indicado)	2021	2020	Variação (%)
Pessoas	(88.457)	(82.668)	7,0
Materiais	(1.286)	(2.841)	9,9
Serviços de terceiros	(80.829)	(80.323)	0,6
Energia comprada	(238.274)	(356.743)	-4,2
Depreciação e amortização	(287.894)	(252.843)	8,7
Encargos de uso da rede elétrica	(182.410)	(150.518)	7,8
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)	(23.748)	(35.638)	-33,4
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	(1.514)	(5.788)	-73,8
Seguros	(7.859)	(7.880)	-1,3
Aluguel	(9.91)	(1.203)	23,8
Provisões para riscos	(1.286)	(69)	552,1
Compensação de despesas	(42.547)	(45.340)	-6,2
Recuperação de custos de compra de energia pelo sistema de concessão (Acordo GSF)	47.852	-	-
Outros	(3.747)	(1.945)	15,1
Total	(772.771)	(883.339)	-12,8

As despesas operacionais apresentaram, em 2021, uma redução de R\$ 110,6 milhões, ou 12,6%, em relação a 2020. Na análise das variações, vale destacar:  
• **Recuperação de custos pela extensão do contrato de concessão pelo GSF:** o montante de R\$ 147,9 milhões foi reconhecido em agosto de 2021 como recuperação de custos com compra de energia, resultado da conclusão das discussões em torno da homologação do Fator de Ajuste da Garantia Física (Generation Scaling Factor - GSF), com a promulgação da Lei nº 14.052 e posterior regulamentação pela resolução Anel nº 895/2020. Como contrapartida, foi reconhecido um Ativo Intangível relativo à extensão do contrato de concessão das usinas que, como previsto em lei, corresponde a compensação dos impactos "não hidrológicos" que afetaram o GSF no passado.  
• **Energia comprada:** aumento de R\$ 101,5 milhões basicamente em razão da cenário hidrológico do ano de 2021, em que o país enfrentou uma crise hídrica sem precedentes. Apesar das ações mitigatórias implementadas pela Administração, esse aumento se deu pela combinação de um pior fator de risco hidrológico (GSF) com o aumento no preço da energia no curto prazo.  
• **Depreciação e amortização:** elevação de R\$ 15,5 milhões em comparação com o período anterior, sendo o maior fator a amortização proveniente do Projeto de Modernização das usinas Ilha Solteira e Jupiá. Além disso, houve elevação de R\$ 2,4 milhões devido ao início da amortização do novo Ativo Intangível proveniente da extensão da concessão prevista no acordo do GSF.



R\$ mil (exceto quando indicado)	Renovação	Vencimento	2021	2020	Variação (%)
China Three Gorges (Luxemburgo) Energy S.A.R.L.	4,29% ao ano + USD	20/02/2023	3.244,77	3.625.934	-10,5
Tokyo Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	28/06/2023	35.480	2.025.562	-33,8
Debentures	DI + 1,05% ao ano	15/06/2024	238.742	239.416	-0,3
Debentures	IPCA + 6,5% ao ano	15/06/2025	288.303	280,58	4,5
Debentures	DI + 1,20% ao ano	15/06/2024	162,185	-	-
Debentures	PCRA + 4,83% ao ano	15/06/2024	688.573	-	-
Total			5.992.664	6.151.553	-2,6

**Lucro líquido**  
Em um ano muito desafiador pelos diversos aspectos já mencionados anteriormente e devido a todos os fatores já explanados, a Rio Paraná apresentou um ótimo desempenho de resultados. O lucro líquido líquido do ano em R\$ 723,6 milhões representando um aumento de R\$ 588,2 milhões, ou 51,8%, em comparação com o desempenho apresentado em 2020.

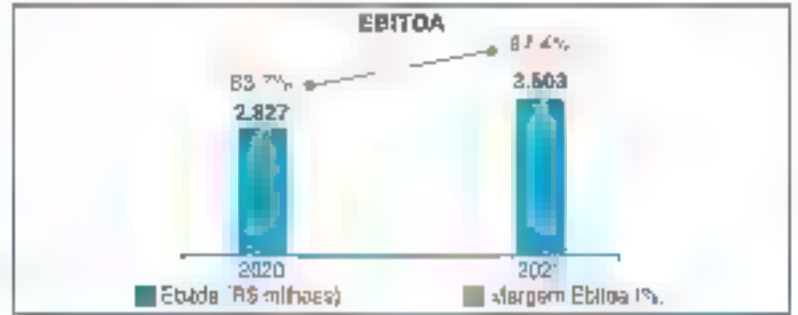


**Sustentabilidade**  
Em 2021, foi concluído um estudo de maturidade da gestão da Companhia sobre aspectos de sustentabilidade empresarial que culminou na definição de objetivos e metas de curto, médio e longo prazos. Desde 2017, a atuação da Companhia é orientada pela Política Corporativa de Sustentabilidade da CTG Brasil, que define três Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como prioridades para a

**Ebitda e margem Ebitda**

R\$ mil (exceto quando indicado)	2021	2020	Variação (%)
Lucro líquido do exercício	723.580	35.38	5,1
Imposto de renda e contribuição social	569.780	379.579	78,4
Resultado financeiro líquido	842.785	1.059.215	-20,4
Depreciação e amortização	287.894	252.843	8,7
Ebitda	3.503.839	2.826.498	24,0
Margem Ebitda (%)	87,4%	85,7%	3,7 p.p.

O Ebitda, ou Ebitda, é uma medida não contábil calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. Ele é calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.  
A Administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho tratando-se de um indicador que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar o desempenho e comparar empresas. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicado pela legislação.  
O Ebitda apresentou, na comparação entre os anos de 2021 e 2020, um aumento de R\$ 677,3 milhões, o que representa melhoria do desempenho de 24%. Apesar dessa variação positiva, vale destacar o efeito do aumento do IPCA na receita líquida da Companhia e o evento não recorrente em razão do reconhecimento da recuperação de custos com compra de energia pela extensão da concessão com a conclusão do Acordo GSF.  
Em bases normalizadas, isto é, excluindo-se o efeito não recorrente relativo à recuperação de custos mencionada anteriormente, o aumento do Ebitda seria de R\$ 629,5 milhões, ou 18,7%.



**Resultado financeiro**

R\$ mil (exceto quando indicado)	2021	2020	Variação (%)
Receitas	569.780	379.579	2,6
Despesas	(1.398.203)	(1.786.885)	2,0
Resultado financeiro líquido	(842.785)	(1.059.215)	-20,4

O resultado financeiro líquido apresentado em 2021 foi negativo em R\$ 842,8 milhões, representando uma melhoria de R\$ 216,4 milhões em relação ao ano de 2020. Apesar dessa variação, vale destacar as principais variações, conforme abaixo:  
• **Redução de R\$ 798,8 milhões no resultado negativo decorrente da variação cambial:** queda incidente sobre o empréstimo em dólares da Rio Paraná com a CTG Luxemburgo. Esse impacto foi causado basicamente pelas amortizações do empréstimo ocorridas no exercício e pelo menor impacto da variação do real (R\$) frente ao dólar (USD) no ano de 2021 (de R\$ 5,1967 para R\$ 5,5606, variação de 7,4%) frente ao ano de 2020 (de R\$ 4,6107 para R\$ 5,1967, variação de 12,9%).  
• **Queda de R\$ 88 milhões nas despesas de juros incidentes sobre o empréstimo em dólares da Companhia com a CTG Luxemburgo:** também em razão da variação do real (R\$) frente ao dólar (USD) e das amortizações do empréstimo ocorridas no período.  
• **Aumento de R\$ 687,8 milhões na despesa de atualização monetária referente ao ajuste a valor presente do passivo relativo a provisão constituída para grandes reparos:** em virtude do aumento do IPCA na comparação entre os períodos.

**Endividamento**

R\$ mil (exceto quando indicado)	2021	2020	Variação (%)
Debentures	398.413	600.057	-178,3
Curto prazo	20.441	-	-
Longo prazo	275.972	500,00	-135,2
Empréstimos	35.480	2.025.562	-33,8
Curto prazo	676.480	675.562	0,1
Longo prazo	675.000	350.000	93,1
Partes relacionadas	3.244.777	3.625.934	-10,5
Curto prazo	663.790	62.580	6,8
Longo prazo	4.580.987	3.004.354	53,1
Caixa e equivalentes de caixa	(449.152)	(167.446)	-168,2
Dívida líquida	5.543.612	5.984.107	-7,4

A dívida líquida é composta pelo endividamento deduzindo-se os recursos de caixa e equivalentes de caixa.  
Em 2021, a dívida líquida apresentou uma redução de R\$ 440,5 milhões em comparação com a posição final de 2020. Houve redução no saldo do empréstimo mantido pela Companhia com o Banco Mitsubishi, bem como redução no saldo do empréstimo mantido em dólares pela Rio Paraná com a CTG Luxemburgo. Em ambos os casos, a redução deu-se pelas amortizações ocorridas no exercício e pelas efeitos da variação cambial.  
Em contrapartida às amortizações, houve a 2ª emissão de debentures pela Companhia. Além disso, a Rio Paraná apresentou uma posição final de caixa maior do que a posição no final de 2020.

Companhia: 7 - Energia acessível e limpa; 8 - Trabalho decente e crescimento econômico; e 15 - Vida terrestre.

Anos no último ano, a Rio Paraná corrigiu suas duas usinas nas normas ISO 9001 (qualidade), 14001 (meio ambiente), 45001 (saúde e segurança) e 55001 (gestão de ativos). A conquista coloca a Companhia em um patamar seleto de excelência do seu Sistema de Gestão Integrado (SGI) atestado pela certificação nesses normas.

• Mudanças climáticas e transição energética impactam um universo diverso  
• Preservação da natureza e do meio ambiente

• Aumento da produtividade e segurança  
• Impactos e desenvolvimento local

• Cumprimento das obrigações legais  
• Criação de valor sustentável

Até 2030, alcançar o papel de protagonista em mudanças climáticas em transição energética. Elevar ao nível estratégico os temas ambiente, trabalho seguro, saudável e diverso, impacto e desenvolvimento local e governança corporativa.




**Rio Paraná Energia S.A.** CNPJ/ME nº 23.096.269/0001-19

**Continuação do Relatório Anual de Administração 2021**

Academia CTG Brasil, que beneficia todos os profissionais da Rio Paraná, ampliou o número de Treinamentos disponíveis ao público interno, de 56 para 103 de um ano para o outro.

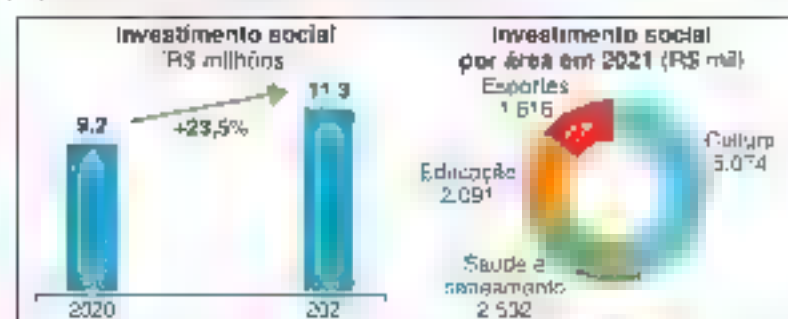
Os protocolos de saúde e segurança para evitar a disseminação da Covid-19 nas operações foram mantidos, e o retorno ao trabalho presencial para as atividades administrativas foi iniciado no fim do ano, em modelo híbrido.

Em 2021 a Companhia registrou um acidente com colaborador e cinco ocorrências sem afastamento envolvendo colaboradores, sendo que em nenhum deles houve afastamento.

**Comunidades**

A estratégia de atuação da Rio Paraná para contribuir com o desenvolvimento das comunidades onde estão instalados seus ativos é direcionada para o fortalecimento da geração de renda, por meio do emprego e do empreendedorismo. Essas ações de atuação social complementam a visão da Companhia de ser agente de transformação social, atuando em parceria com entidades locais em prol do desenvolvimento regional.

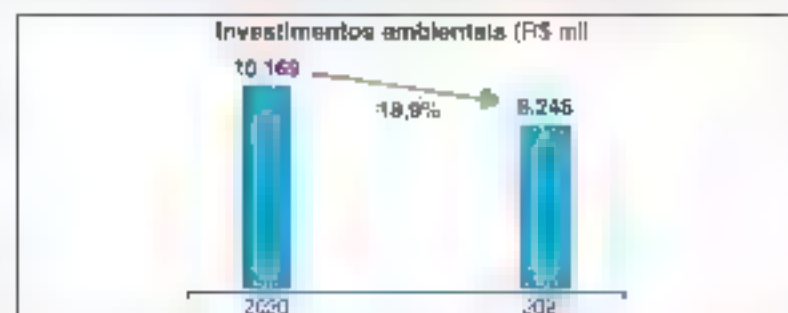
Além do último ano, o 2º Edital de Recursos Incentivados para o Desenvolvimento Local promovido corporativamente pela CTG Brasil, recebeu inscrições de 16 projetos e doou R\$ 1,3 milhões em recursos oriundos da Rio Paraná a 19 projetos selecionados de acordo com critérios técnicos.



Outro destaque de 2021 foi o início da instalação, na região das usinas da Rio Paraná, da sinalização de emergência de rotas de evacuação nas Zonas de Autossuporte (ZAS), como uma das etapas da implantação do Plano de Ação de Emergência (PAE) das barragens. Também realizamos a instalação de 22 novos instrumentos de fiscalização e iniciamos o processo de autorização para as UHEs Ilha Solteira e Jupia.

**Meio ambiente**

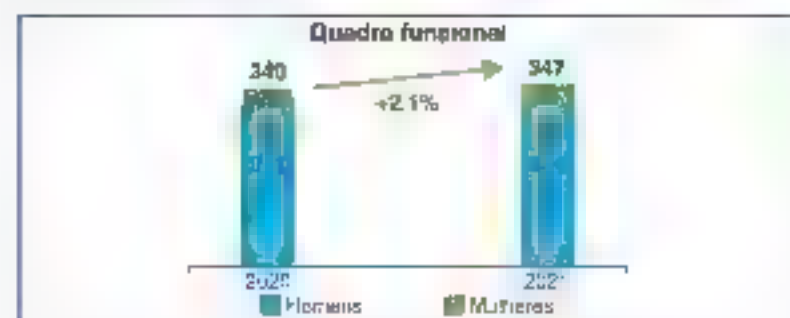
A gestão ambiental da Rio Paraná atua de maneira sistemática sobre todos os potenciais impactos de suas operações, tanto dentro das usinas quanto em seu entorno. Em 2021 a Companhia investiu R\$ 6,2 milhões em iniciativas ambientais.


**Principais indicadores de sustentabilidade**

	2021	2020	Variação (%)
<b>Ambiental</b>			
Investimentos ambientais (R\$ mil)	8.245	10.169	-18,9
Emissões diretas de GEE (escopos 1 e 2) (tCO <sub>2</sub> e)	847,4	615,8	84,29
Área reflorestada (hectares)	100	95	+5,3
<b>Social</b>			
Número de profissionais no quadro funcional	347	340	+2,1
Taxa de frequência de acidentes registráveis entre profissionais da Companhia	1,75	0,00	-
Taxa de frequência de acidentes registráveis entre contratados	5,77	4,35	+3,3
Investimento social (R\$ mil)	1.313	9.151	+15,3%
<b>Governança</b>			
Número de membros do Conselho de Administração	4	6	+20,0%
Manifestações recebidas no Linhas Ética	16	84	+25,0%
Prêmios recebidos pela CTG Brasil			

**Pessoas**

No encerramento de 2021 a Rio Paraná contava com 347 colaboradores (92% homens e 8% mulheres), além de 34 terceiros e 4 estagiários. Esse quadro funcional é 2,1% maior do que o do ano anterior, e a taxa de rotatividade da Companhia para o período foi de 2,1%.



O cuidado com as pessoas foi reforçado ao longo do ano, com um amplo trabalho de evolução da cultura de segurança, primeiro valor da Rio Paraná e da sua Controladora, a CTG Brasil. No início de 2021 um grupo de trabalho interno multidisciplinar definiu 50 iniciativas para a melhoria de gestão, merecendo destaque a revisão do procedimento de avaliação da capacidade das equipes e a reformulação do modelo de contratação e gestão de empresas terceirizadas. Na sequência, um mapeamento mais abrangente sobre a maturidade da segurança da Companhia foi conduzido com o apoio de consultoria especializada, resultando na priorização de 32 ações no Plano Corporativo da Evolução da Cultura de Segurança da CTG Brasil. A implementação dessas iniciativas ocorrerá até 2023.

Em 2021 a Companhia também lançou o Programa Mais Energia, voltado ao cuidado de saúde integrada com o olhar para quatro pilares: físico, mental/emocional, financeiro e ético. Outro avanço foi o aprimoramento do processo de avaliação dos colaboradores para o Ciclo de Gestão de Pessoas, trazendo uma visão expandida da gestão de pessoas que engloba desempenho, avaliação de competências, sucesso e recompensa, além do viés do desenvolvimento e protagonismo da carreira. A

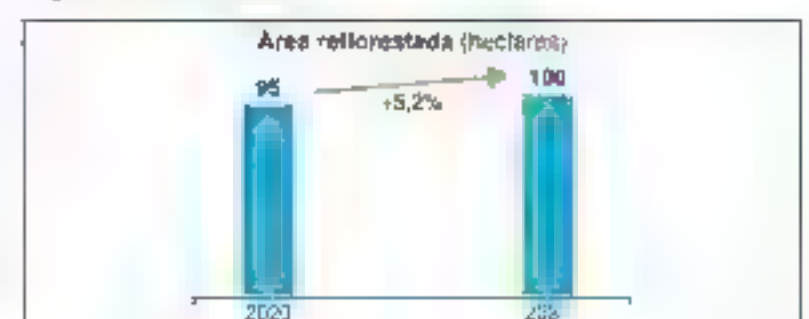
Pelo segundo ano consecutivo, a Rio Paraná publicou o inventário de gases de efeito estufa IGEE, consolidado com as demais empresas da CTG Brasil, no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol com Setor Ouro audiado. As 847,4 toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente geradas diretamente pela Companhia e contabilizadas nos escopos 1 e 2 do inventário, que tem ano-base 2020, foram neutralizadas com a adesão da Companhia ao projeto REDD+ Jan Amapá.

**Inventário de emissões de GEE da Rio Paraná**

(tCO <sub>2</sub> e)	2021 (ano-base 2020)	2020 (ano-base 2019)
Escopo 1	672,3	457,1
Escopo 2	175	48
Escopo 3	51,6	908,7

No âmbito das ações, merecem destaque as iniciativas voltadas à conservação da biodiversidade, como a reposição de pedras nos rios e o plantio de reflorestamento. Atualmente, é realizada a sementeira de 2 milhões de sementes, além de serem mantidos programas de monitoramento de rios e fauna silvestre que ocorrem nos entornos das reservações.

Em 2021, a Companhia promoveu o plantio de 58,8 mil mudas em uma área de 100 hectares. O programa que estimula a conservação em propriedades de terras vizinhas às por meio da doação de mudas florestais, também distribuiu 18 mil mudas no período. Em relação à proteção de espécies, a Rio Paraná gerencia o centro de conservação da fauna silvestre instalado no entorno da UHE Ilha Solteira, que abriga cerca de 420 animais.


**Auditoria independente**

A Rio Paraná conta com procedimento específico para a contratação de empresas de auditoria independente, que define requisitos alinhados à legislação aplicável e recomendações da CVM. O documento prevê o sistema de rotatividade dos auditores independentes a cada cinco anos e as licitações de aprovação para contratação e troca de auditoria (que exige a aprovação dos órgãos de governança da Companhia) e renovação dos contratos dentro do prazo de cinco anos (que pode ser autorizada pelo Conselho).

O procedimento prevê ainda o estabelecimento de requisitos técnicos, escopo e forma de realização das atividades considerando os seguintes aspectos: adequação dos processos de controle interno de qualidade, incluindo aqueles que asseguram a sua independência e a de seus membros (sócio e demais profissionais); capacitação e dedicação da equipe designada para os trabalhos; experiência no setor e horizontes comparativos com o porte e a complexidade da empresa. O documento proíbe a prestação de serviços extra que possam comprometer a independência dos auditores.

**Demonstrações do Resultado exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
<b>Receita operacional líquida</b>	22	4.006.933	3.376.027
<b>Custos operacionais</b>			
Pessoal		(69.438)	(65.30)
Matéria		(1.084)	(487)
Serviços de terceiros		(52.897)	(62.274)
Energia comprada	23.2	(238.274)	(38.743)
Depreciação e amortização		(265.685)	(250.253)
Emendas de uso de rede elétrica	23.3	(62.40)	(50.718)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)		(23.748)	(35.638)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)		(1.514)	(5.788)
Seguros		(7.594)	(7.757)
Alugados		(684)	(89)
Provisões para tributos		(286)	(89)
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	1.2	(4.862)	(4.295)
Outros		(3.024)	(4.295)
<b>Resultado bruto</b>		3.317.126	2.654.852
<b>Outros resultados operacionais</b>			
Pessoal		(9.004)	(8.367)
Matéria		(212)	(54)
Serviços de terceiros		(7.938)	(8.049)
Depreciação e amortização		(998)	(990)
Seguros		(264)	(223)
Alugados		(224)	(25)
Contribuição de despesas	20.3	(42.547)	(45.580)
Juros		(0.726)	(7.652)
Outros		(82.918)	(88.64)
<b>Resultado da participações societárias</b>			
Equivalência patrimonial		1.920	(433)
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>		3.236.145	2.674.265
<b>Resultado financeiro</b>	24		
Receitas		32.418	(7.677)
Despesas		(1.398.203)	(766.886)
Outros		(842.789)	(1.058.215)
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		2.393.380	1.611.540
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	25		
Corrente		(40.480)	(38.795)
Diferido		(289.300)	(43.944)
Outros		(569.780)	(379.679)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		1.723.580	1.135.361
Lucro líquido básico e diluído por ação	26	0.24572	0.16166

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>		3.236.145	2.674.265
<b>Resultado financeiro</b>	24		
Receitas		32.418	(7.677)
Despesas		(1.398.203)	(766.886)
Outros		(842.789)	(1.058.215)
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		2.393.380	1.611.540
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	25		
Corrente		(40.480)	(38.795)
Diferido		(289.300)	(43.944)
Outros		(569.780)	(379.679)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		1.723.580	1.135.361
Lucro líquido básico e diluído por ação	26	0.24572	0.16166

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações do Resultado Abrangente exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
<b>Lucro líquido do exercício</b>	1.723.580	1.135.361
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	1.723.580	1.135.361
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	1.723.580	1.135.361

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

**Balanços Patrimoniais exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	449.52	67.448	Fornecedores	12	86.438	82.32
Emenda	6	325.54	482.971	Salários, provisões e contribuições sociais		20.925	19.710
Tributos a recuperar	7	4.633	4.618	Tributos a receber	7	287.939	212.983
Ativo financeiro vinculado à concessão	11	19.444	1.301.358	Encargos setoriais	3	53.38	45.325
Partes relacionadas	20	60.537		Emprestimos	14	676.480	675.562
Serviços em curso		33.820	7.686	Debêntures	15	120.441	
Despesas antecipadas		4.601	6.099	Dividendos		9.36	
Outros créditos		70.80	9.784	Juros sobre capital próprio (JSCP)	18	340.000	569.950
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>2.007.817</b>	<b>1.890.173</b>	Partes relacionadas	20	668.253	828.68
<b>Não circulante</b>				Provisões para grandes riscos	9	257.290	67.145
Receivável a longo prazo				Provisões para riscos	16	1.053	816
Emenda	6	34		Outras obrigações		1.779	2.251
Ativo financeiro vinculado à concessão	8	10.290.980	9.280.512	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>2.535.470</b>	<b>2.304.052</b>
Depósitos judiciais	8	493.870	477.820	<b>Não circulante</b>			
Despesas antecipadas		89	781	Tributos diferidos	25.2	972.418	703.16
		<b>10.785.083</b>	<b>9.769.113</b>	Encargos setoriais	13	36.437	44.025
Imobilizado	4	37.314	1.108	Emprestimos	4	676.040	390.105
Intangível		8.512.24	8.131.971	Debêntures	5	1.275.972	509.057
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>17.334.522</b>	<b>15.112.192</b>	Partes relacionadas	20	2.580.981	1.004.342
		<b>19.342.339</b>	<b>16.002.365</b>	Provisões para grandes riscos	9	1.647.613	380.297
				Provisões para riscos	16	164.815	58.438
				Outras obrigações		4.522	4.258
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>7.352.606</b>	<b>7.152.284</b>
				<b>Total do passivo</b>		<b>9.888.076</b>	<b>9.456.296</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>	21		
				Capital social		6.649.017	6.649.017
				Reserva legal		4.326	327.082
				Reserva de lucros		2.394.046	1.570.030
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>9.456.283</b>	<b>8.546.099</b>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>19.342.339</b>	<b>16.002.365</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	6.649.017	327.022	1.570.030	8.546.069
Lucro líquido do exercício			1.723.580	1.723.580
Contribuições e distribuições aos acionistas				
Transferência entre reservas		98.119	(228.150)	(129.031)
Dividendos intermediários			(404.935)	(404.935)
Dividendos propostos			(9.351)	(9.351)
Juros sobre capital próprio			(440.000)	(440.000)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>6.649.017</b>	<b>413.261</b>	<b>2.394.046</b>	<b>9.456.283</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>6.649.017</b>	<b>270.264</b>	<b>817.583</b>	<b>7.736.864</b>
Lucro líquido do exercício			1.135.361	1.135.361
Contribuições e distribuições aos acionistas				
Transferência entre reservas		56.768	(696.593)	(639.825)
Juros sobre capital próprio			(45.28)	(45.28)
Baixa imposto de renda e contribuição social diferidos			662.467	662.467
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>6.649.017</b>	<b>327.022</b>	<b>1.570.030</b>	<b>8.546.069</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.





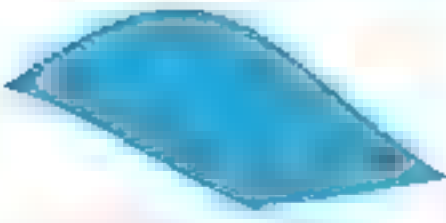




continuação das Notas Explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---





Rio Paraná Energia S.A. CNPJ/ME nº 23.096.269/0001-19

continuação das Notas Explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida.

	Nota	2021	2020
Empréstimos	14	1.357.480	2.035.682
Debêntures	15	396.413	560.057
Partes relacionadas passiva China Three Gorges II, Nambour, (1) Caixa e equivalentes de caixa	20, 4	3.244.771	3.674.934
	5	(449.152)	(6.448)
<b>Dívida líquida</b>		<b>5.543.512</b>	<b>5.984.197</b>
Patrimônio líquido		8.466.163	8.546.189
<b>Total do capital</b>		<b>14.999.775</b>	<b>14.530.376</b>
<b>Índice de alavancagem financeira - (%)</b>		<b>37,0</b>	<b>41,2</b>
Dívida líquida/Total do capital			

3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e outras garantidas liquidadas em período igual ou menor a três meses. As aplicações financeiras correspondem às operações de fundos de investimentos de renda fixa e certificados de depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e são controladas em condições e taxas monitoradas de mercado, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração próxima à do DI. Os ganhos e perdas decorrentes de variações nos saldos das aplicações financeiras são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem (vide nota explicativa nº 24).

3.1 Composição

	2021	2020
Caixa e bancos	67	31
Aplicações financeiras	(449.085)	(67.365)
Carteira de depósitos bancários (CDRs)	449.152	187.446

A variação passiva se deve à geração de caixa das atividades operacionais da Companhia.

5.2 Qualidade de créditos de caixa, e equivalentes de caixa

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vendidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes.

Standard & Poor's	Moodys's	Fitch	2021	2020
AAA	AAA	AAA	447.723	
AAA	AA	AA		5.197
AAA		AA	1.420	100.638
				7
	AA			-
				61.694
			449.152	187.446

1\* Banco sem classificação rating

4 Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores referentes ao decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante, incluindo os valores relativos ao suprimento de energia elétrica futura e não futura. Inclui a comercialização de energia elétrica efetuada no âmbito da CCEE. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, devido o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas pelo valor bruto, ajustado pela provisão para impairment, se necessário. A Companhia não mantém contas a receber com garantia de retorno além de dívida.

6.1 Composição

Os valores referentes às contas a receber de clientes da Companhia são suportados por Contratos de Compra de Garantia Física (CCGF), celebrado com as distribuidoras de energia, e contratos bilaterais, celebrados no âmbito do mercado livre. Os contratos CCGF tratam de contratação de energia regulada com fundamento na Lei nº 12.883/2013 que criou o regime de compra de garantia física para algumas usinas com concessões vindentes a época. Desta forma, a Companhia, que é sujeita a este regime, possui 70% de sua garantia física contratada no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 30% de sua garantia física disponibilizada para venda no ACL.

	A vencer	2021	2020
Contratos ACR	Até 90 dias	69.647	82.649
Contratos ACR	Acima de 90 dias	244.500	227.738
Energia de curto prazo (MRE/MCP)		335.541	492.974

6.2 Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)  
Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos, de acordo com o IFRS 9 (PC 48) e IFRS 10 (Instrumentos Financeiros).

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. A administração da Companhia não registra PECLD para eventos referentes ao MRE e MCP pois entende que não há risco de não recebimento.

As falhas emitidas pela Companhia referentes aos contratos bilaterais e cabis são emitidas com vencimento único no mês seguinte ao do suprimento. Para o exercício de 2021 não foi necessária a constatação de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa para a Companhia.

6.3 Qualidade de créditos dos clientes

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição de crédito são as vendas de energia realizadas no ACL, através dos contratos bilaterais.

O histórico das perdas na Companhia em decorrência de dificuldades apresentadas por clientes em honra de seus compromissos é relevante para os pontos e procedimentos vigentes.

O risco de crédito das operações de venda de energia com os clientes no ACL é minimizado pela análise prévia de áreas de crédito da Companhia de todos seus potenciais clientes. Esta análise é baseada em informações qualitativas e quantitativas de cada potencial cliente e, a partir dessa análise, é feita a classificação segundo as premissas do rating interno. O rating interno possui classificação de 1 a 5, onde os clientes são classificados como: 1 - Excelente; 2 - Bom; 3 - Satisfatório; 4 - Regular; 5 - Crítico. Baseada na Política de crédito e nas classificações de rating acima mencionado, todos os contratos bilaterais da Companhia possuem obrigação de entrega de uma modalidade de garantia (entre as quais se destacam: CDB, Fiança Bancária e Corporativa), além de contratos que possuem o pagamento contra registro, onde a energia só é alocada ao cliente após a realização do pagamento previsto.

Em conjunto com a área de crédito, a área de risco/crédito se baseia no rating interno e realiza a diversificação da carteira de clientes da Companhia com o objetivo de diminuir os riscos específicos setoriais e diminuir a liquidez da carteira. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, segundo o rating interno, a Companhia possui, em relação aos saldos a receber de seus clientes bilaterais, as seguintes proporções de risco de liquidação:

Rating interno	%	2021	%	2020
Excelente	3,4	2.359	2,2	876
2 - Bom	45,5	3.125	3,1	25.683
3 - Satisfatório	38,4	28.184	87,9	47.134
4 - Regular	12,7	8.653	9,4	7.756
5 - Crítico				
		<b>100,0</b>		<b>82.649</b>

Especificamente para a energia comercializada nos ambientes ACR, MRE e MCP, onde a Administração não tem autonomia para avaliar e deliberar sobre os agentes liquidantes e CCEE controla e monitora as inadimplências de modo que o não recebimento desses valores na data prevista são considerados temporais, ou seja, não decorrem de ser cumpridos. Tendo em vista que os agentes envolvidos estão sujeitos a diversas sanções, onde, em última instância, podem ser sanções desligados do sistema, o risco de PECLD é praticamente nulo, nessas modalidades de comercialização/liquidação.

7 Tributos a recuperar/escolher

Os impostos correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia periodicamente as posições tributárias assumidas pela Companhia em relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável da margem e interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Os impostos correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando houver montantes a recuperar na data do balanço.

	2021	2020
Ativo		
PIS e COFINS a recuperar	-	2.268
ICMS	4.343	2.184
Outros	280	256
	<b>4.623</b>	<b>4.618</b>
Passivo		
IRPJ e CSLL a receber	18.962	2.015
PIS e COFINS a receber	3.47	2.128
Outros	287.938	212.962

8 Depósitos judiciais

Estão classificados nesta rubrica todos os depósitos judiciais realizados pela Rio Paraná, os quais são avaliados monetariamente. Referem-se a questões litigiosas, mais precisamente ao Mandado de Segurança no qual se discute a opção pelo lucro Presumido nos anos de 2015 e 2016 e a questão habilitatória. Para suspender a exigibilidade do crédito, foi necessário realizar o depósito judicial que sofreu atualização pela taxa Selic.

	Fiscals	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	477.820		477.820
Variações monetárias	5.996		5.996
Adições		65	65
Salidas	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>483.816</b>	<b>65</b>	<b>483.881</b>

9 Ativo financeiro vinculado à concessão

9.1 Bonificação pela Outorga de contrato de concessão em regime de cotas

O Poder Concedente realizou o leilão para outorga da concessão mediante a contratação do serviço de geração de energia elétrica, pelo menor valor do somatório do custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG) e Retorno de Bonificação de Outorga (RBO), os quais compõem a remuneração da Companhia, demonstrada da Receita Anual de Geração (RAG). Os contratos de venda de energia serão todos comercializados no ACR no Sistema de Cota de Garantia Física em 2016 e, a partir de 2017, na proporção de 70% da energia no ACR e 30% no ACL. O montante pago pelo direito de concessão, parcelado ao longo do RBO, que possui previsão contratual de pagamentos fixos e garantidos pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda. Esse montante, que equivale a 65% do RBO, está classificado como ativo financeiro e é atualizado pelo IPCA, conforme Resolução Normativa nº 888, de 23 de novembro de 2015. Para os demais 35%, o em função do risco de demanda, a Companhia classifica, como ativo intangível. Ambas as classificações estão em conformidade com a interpretação Técnica ICPAR 01/IFRIC 2. Esse ativo intangível não possui um mercado ativo, todavia apresenta fluxo de caixa fixo e determinável, e, portanto, foi classificado como ativo financeiro intangível presente e amensuravelmente e mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva.

9.1 Composição

	2021	2020
Principais		
Ativos e atualização monetária	288.856	6.452.633
	850.588	3.836.147
	<b>1.139.444</b>	<b>10.288.780</b>

9.2 Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2020	0,49	858
Juros e atualização monetária	1.897	571
Amortização juros e atualização monetária	(805)	69
Liquidação principal	(288.856)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.410.424</b>	

10 Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e de ativos qualificados. Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil de ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de bens ou peças substituídas é cancelado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil econômica remanescente em anos, como segue:

	Vida útil econômica remanescente
Em serviço	
Máquinas e equipamentos	5
Veículos	5
Móveis e utensílios	14
Outros	4

A Companhia considera que não haverá indenização pelo poder concedente ao final do prazo de concessão do valor residual dos bens. Os valores de depreciação e valores residuais dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas de amortização são determinados pela comparação dos resultados das amortizações com o valor contábil residual e são reconhecidos no demonstração do resultado do exercício em "Outras despesas operacionais".

10.1 Composição

	2021	2020	Taxa média anual de depreciação
Custo			
Depreciação acumulada			
Valor líquido			
Em serviço			
Máquinas e equipamentos	192	(96)	9%
Veículos	7.438	(2.930)	3,67%
Móveis e utensílios	2.422	(776)	1,49%
Outros	8	(523)	0,4%
	<b>19.230</b>	<b>11.811</b>	
Em curso	25.404	25.404	
	<b>44.634</b>	<b>37.215</b>	

10.2 Movimentação

	Valor líquido em 2020	Adições	Salidas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 2021
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	1	6	2		61	56
Veículos	3.673		3	1.907	287	4.188
Móveis e utensílios	483		1	29	7	1.646
Outros	5.836	67			(1.407)	5.496
	<b>11.108</b>	<b>1.67</b>	<b>(144)</b>	<b>2.198</b>	<b>(2.419)</b>	<b>11.911</b>
Em curso	25.404	25.404		23.206		25.404
	<b>44.634</b>	<b>25.404</b>	<b>(144)</b>	<b>25.404</b>	<b>(2.419)</b>	<b>37.915</b>

Com a implantação do novo ERP, a Companhia passou a adotar as seguintes alterações nos procedimentos de avaliação dos ativos e atividades. O efeito dessas alterações é apresentado nas colunas de transferência, tanto do imobilizado quanto do intangível conforme nota explicativa nº 11.2.

	Valor líquido em 2019	Adições	Salidas	Transferências	Valor líquido em 2020
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	61	-	486		547
Veículos	3.388		32	228	3.648
Móveis e utensílios	483		7	182	676
Outros	5.836	0			5.836
	<b>10.373</b>	<b>1.088</b>	<b>(618)</b>	<b>2.410</b>	<b>13.263</b>
Em curso		2.410		2.410	
	<b>10.373</b>	<b>3.518</b>	<b>(618)</b>	<b>(2.410)</b>	<b>13.263</b>

11 Intangível

Os itens que compõem os ativos intangíveis da Companhia são apresentados pelo custo histórico, deduzidos das respectivas amortizações. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificados. A amortização dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil econômica remanescente em anos, como segue:

	Vida útil econômica remanescente
Em serviço	
Infraestrutura de concessão	24
Provisão para grandes reparos	24
Software	9
Recuperação de custos da compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	24

A Companhia considera que não haverá indenização pelo poder concedente ao final do prazo de concessão do valor residual dos bens.

11.1 Composição

	2021	2020	Taxa média anual de amortização
Custo			
Amortização acumulada			
Valor líquido			
Em serviço			
Infraestrutura de concessão	6.419.301	(3.628.435)	3.890.866
Provisão para grandes reparos	2.889.469	409.510	2.489.959
Software	9.381	5.495	3.886
Recuperação de custos da compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	47.882	(2.193)	45.689
	<b>9.556.821</b>	<b>(3.045.963)</b>	<b>6.510.858</b>
Em curso	2.156		2.156
	<b>9.557.977</b>	<b>(3.045.963)</b>	<b>6.512.971</b>

11.2 Movimentação

	Valor líquido em 2020	Adições	Salidas	Transferências	Amortização	Valor líquido em 2021
Em serviço						
Infraestrutura de concessão	4.039.856		131	20.634	80.673	3.939.688
Provisão de grandes reparos	2.259.289	295.788		5.628	(100.744)	2.459.959
Software	2.461			2.695	1.456	6.612
Recuperação de custos da compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)		47.882	(31)	39.009	(2.383)	145.459
	<b>6.292.619</b>	<b>443.647</b>	<b>(162)</b>	<b>38.336</b>	<b>(82.390)</b>	<b>6.669.909</b>
Em curso	39.352	27.443	(226)	(8.113)		58.356
	<b>6.331.971</b>	<b>471.090</b>	<b>(226)</b>	<b>(8.113)</b>	<b>(82.390)</b>	<b>6.722.724</b>

De valor total das adições ocorridas no exercício, o montante classificado na linha de "Em curso" R\$ 4.688 se refere à locação para implementação do novo ERP na linha de provisão para grandes reparos se refere a captação da 2ª amortização sobre 2 do debêntures, conforme a nota explicativa nº 19.2 e na linha de extensão da concessão se refere ao registro do acordo do GSF conforme nota explicativa nº 15.

	Valor líquido em 2019	Adições	Salidas	Transferências	Amortização	Valor líquido em 2020
Em serviço						
Infraestrutura de concessão	4.193.389	-	(8.610)	6.412	184.865	4.010.866
Provisão de grandes reparos	2.80.568	183.360			184.627	2.259.959
Software	36			15,4	1.456	2.454
	<b>4.273.993</b>	<b>183.360</b>	<b>(8.610)</b>	<b>6.427</b>	<b>(250.978)</b>	<b>4.299.279</b>
Em curso	22.640	25.838		(9.826)		39.352
	<b>4.296.633</b>	<b>209.198</b>	<b>(8.610)</b>	<b>(9.826)</b>	<b>(250.978)</b>	<b>4.338.531</b>









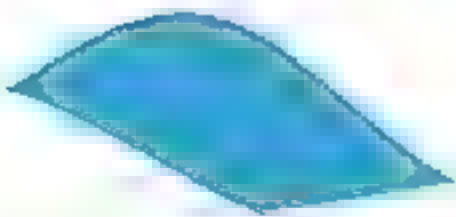












Rio Parapanema Participações S.A. | CNPJ/ME nº 02.357.206/0001-07

Relatório Anual da Administração 2021

Desempenho econômico-financeiro  
Principais indicadores

	Consolidado		
	2021	2020	Variação %
Indicadores econômicos			
Receita operacional bruta	2.522,67	695,23	27,0
Deduções	418	400	2,0
Deduções à receita operacional	229,08	190,42	20,3
Receita operacional líquida	1.923,59	505,19	27,8
Custos e despesas operacionais	742,40	12.070	1.339,2
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	1.181,20	1.384,12	-85,9
Elbida	465,29	604,60	71,0
Margem Elbida	24,2%	06,6%	9x,4 p.p.
Resultado financeiro	63,46%	39,3%	52,9
Resultado antes dos impostos	12,26%	994,99	109,2
Lucro líquido do período	7,26%	698,81	-98,9
Margem líquida	4,4	46,3%	4x,5 p.p.
Socios controladores	7,58%	675,40	-98,9
Socios não controladores	338	26,13	70,3
Quantidade de ações (lotas de mil)			
Socios controladores	632,263	332,263	
Socios não controladores	266,092	266,092	
Lucro líquido básico e diluído por ação	0,00908	0,87281	-99,0

O ano de 2021 se mostrou um ano totalmente atípico em virtude das condições do cenário econômico. O Brasil enfrentou uma crise hídrica sem precedentes e, apesar de todos os esforços implementados pela Administração para a mitigação dos impactos, o resultado foi prejudicado principalmente na linha da Margem Bruta. Receita líquida reduzida, os custos de compra de energia, uma vez que 10% das operações das Controladas da Companhia são realizadas no ambiente de contratação livre e, consequentemente, 100% expostas aos efeitos do novo mercado elétrico (LSE) em um ambiente de preços elevados da energia no curto prazo. As Controladas Rio Parapanema e Rio Sapucaí-Mirim (controlada indireta) continuaram ainda com a conclusão das discussões em torno da limitação do Generation Scheduling Factor (Fator de Ajuste da Garantia Física - GSF) que resultou na homogeneização dos valores atuados seguindo a Lei 14.052 e regulamentação Anel nº 895/2020 e, por fim, disso teve o reconhecimento de um complemento do Ativo Intangível registrado como passivo no final de 2020 relativo à extensão dos contratos de concessão das usinas que colheu previsto em lei, correspondente à compensação dos impactos não homogêneos que afetaram o GSF no passado. A contrapartida desse Ativo Intangível foi o incremento do complemento custo recuperável da custos pela extensão da concessão do GSF. Outros fatores importantes relacionados à situação da questão do GSF foram o pagamento no 3º trimestre de 2021 da importância relevante do passivo que era mantido pelas Controladas Rio Parapanema e Rio Sapucaí-Mirim durante a discussão judicial e, além disso, a elevação nas despesas de amortização da nova Ativo Intangível registrado no final de 2020. Durante o período de desequilíbrio em 2021 foi a reversão parcial da provisão pela não recuperabilidade do Ativo Intangível no passado na controlada indireta Sapucaí-Mirim. Essa reversão ocorreu em virtude da exposição da melhoria dos cenários projetados no teste atuarial da recuperabilidade e também da extensão da concessão, em razão da conclusão das discussões do GSF. No seu primeiro ano de operação comercial completa, a Controlada CTG Trading teve um bom resultado na conversão da crise hídrica sem precedentes que impactou o custo de compra de energia no curto prazo.

**Receita**  
A receita operacional líquida do grupo apresentou crescimento de R\$ 4,4 bilhões ou 27,8%, principalmente em razão do primeiro ano completo de atividade comercial da Controlada CTG Trading que, em 2020, só foi realizada e operou no último trimestre. Esse efeito positivo foi compensado pela redução da receita das empresas Rio Parapanema e Sapucaí-Mirim (controlada indireta), principalmente em razão da crise hídrica e seu efeito no GSF. Na comparação com o ano anterior, esses efeitos reduziram a energia disponível para comercialização no mercado livre para operações bilaterais de curto prazo que foram realizadas em 2020.

	Consolidado		
	2021	2020	Variação %
Pessoal	181,425	176,656	4,0
Material	16,54	16,80	-1,5
Serviços de terceiros	57,284	16,64	5,3
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSSE	17,463	16,71	9,8
Energia comprada	1.054,90	39,520	159,4

	Consolidado		
	2021	2020	Variação %
Provisão para perdas não realizadas em operações de trading	77,84	12,478	39,5
Encargos de uso da rede elétrica	153,943	14,454	11,5
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFUEH)	126,811	131,396	2,6
Depreciação e amortização	294,086	12,888	28,2
Provisão para riscos	854	23,5	82
Alugueiros	12,464	684	44,3
Suportes	9,354	9,44	5,8
Amortização de despesas	5,354	15,365	-6,3
Reversão parcial da perda eliminada pela não recuperabilidade de ativos	33,366	43,463	23,3
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo LSE)	10,47%	849,245	98,9
Outros	3,856	4,25	-8,5
Juizos	(1.742,406)	(12,070)	1.339,2

Os custos e despesas operacionais apresentaram, em 2021, um aumento de R\$ 1,671,3 milhões em relação a 2020. Essa variação relevante e atípica deve-se principalmente por valores não recorrentes ocorridos no ano de 2020, conforme detalhado. Em 2020, nas Controladas Rio Parapanema e Rio Sapucaí-Mirim (controlada indireta), foram reconhecidos R\$ 149,2 milhões relativos a passivos na recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF em contrapartida à constituição de um ativo intangível. Com a homogeneização dos valores fixos pela Anel nº 895/2020, o reconhecimento de R\$ 0,4 milhões no ano de 2021. Aumento de R\$ 663,4 milhões no custo com energia comprada, esse aumento se dá principalmente pela nova no cenário hídrico (LSE) e, também, pelo aumento no PLD devido à comparação entre os dois anos. Aumento de R\$ 45,3 milhões na provisão para perdas não realizadas em operações de contratos de compra de energia, principalmente pelo maior período de atividade em 2021, que em 2020, na Controlada CTG Trading, houve a elevação de R\$ 64,2 milhões nas despesas com depreciação e amortização, principalmente devido ao início da amortização do ativo intangível reconhecido em 2020, proveniente da extensão da concessão prevista no acordo do GSF nas Controladas Rio Parapanema e Rio Sapucaí-Mirim (controlada indireta). Redução de R\$ 10 milhões relativos a reversão parcial da provisão pela não recuperabilidade de ativos da controlada Rio Sapucaí-Mirim, reconhecida no passado. Em 2021, houve reversão de R\$ 43,5 milhões e, em 2020, a reversão foi de R\$ 13,4 milhões.

	Consolidado		
	2021	2020	Variação %
Lucro líquido do período	25	698,81	-98,9
Imposto de renda e contribuição social	9,53	299,76	103,2
Resultado financeiro líquido	183,46	300,7	-52,9
Depreciação e amortização	284,086	23,88	28,2
Elbida	465,289	1.604,00	-71,0
Margem Elbida	24,2%	06,6%	9x,4 p.p.

O Elbida ou Lucro Líquido é uma medida não contábil calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 577/2012 e calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

	Remuneração	Vencimento	Consolidado		Variação %
			2021	2020	
Debitores 4ª emissão série 2	PCA - 6,37% ao ano	8,0 - 2023	274.689	361.68	-26,5
Debitores 5ª emissão série 2	PCA - 11,11% ao ano	20,05 2023	16.899	16.899	
Debitores 7ª emissão série 2	PCA + 5,91% ao ano	5,08 2023	28.344	23.303	44,6
Debitores 8ª emissão série 2	36,15% ao ano	5,08 2023	64.786	60.365	2,2
Debitores 9ª emissão série 2	PCA - 5,50% ao ano	5,08 2025	204.951	65.333	70,8
Debitores 9ª emissão série 2	DI - 4,0% ao ano	26,0 - 2026	85,07		
Debitores 9ª emissão série 2	DI + 1,65% ao ano	26,0 - 2026	129.905		
			1.293.905	1.074.80	20,3

A dívida líquida é composta pelo endividamento deduzindo-se os recursos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras vinculadas. Na comparação com a posição final do ano de 2020, houve um aumento expressivo da dívida líquida, basicamente em virtude da redução do caixa mantido pelo Grupo e que foi utilizado na liquidação do passivo referente à limitação que passou os grupos do GSF no 3º trimestre de 2021.

**Lucro líquido do exercício**  
Em virtude de todos os fatores comentados anteriormente, com destaque para a crise hídrica sem precedentes e para os fatores não recorrentes de 2020, o grupo apresentou lucro líquido no exercício de R\$ 7,3 milhões.

A Administração do grupo acredita que o Elbida fornece uma medida útil de seu desempenho, tratando-se de um indicador que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas. O Elbida apresenta redução de R\$ 38,7 milhões ou 32,4 p.p. em comparação ao exercício anterior, principalmente em razão das imitações positivas no reconhecimento do ano de 2020 mencionados anteriormente. Com grande destaque para os efeitos de recuperação da compra de energia em virtude do acordo para solução das questões envolvendo o GSF e de todo efeito da crise hídrica no exercício. Em bases normalizadas, isto é, excluindo-se os efeitos não recorrentes de recuperação da compra de energia e, também, os efeitos das reversões parciais da provisão pela não recuperabilidade de ativos da controlada indireta Rio Sapucaí-Mirim, o Elbida normalizado apresentou redução de R\$ 289,8 milhões ou 40,7% basicamente impactado pelo efeito da crise hídrica sem precedentes e seus efeitos no risco hídrico. GSF e no preço da energia no curto prazo (PLD).

	Consolidado		
	2021	2020	Variação %
Receitas	5,572	170,753	31,3
Despesas	299,331	153,884	-48,6
Resultado financeiro líquido	(183,463)	(389,131)	-52,9
O resultado financeiro líquido apresentado em 2021 foi negativo em R\$ 183,5 milhões, representando uma melhoria de R\$ 205,7 milhões ou 53,9% em relação ao ano de 2020. Acerca dessa variação e importante destacar:			
• Redução de R\$ 31,5 milhões nas despesas com avaliação monetária (IFPM) referentes aos passivos ligados às imitações mantidas pelas Controladas Rio Parapanema Energia e Rio Sapucaí-Mirim (controlada indireta), visto que o passivo da principal - minor que estava a questão do GSF foi liquidado ainda no 1º trimestre de 2021, com a evolução das imitações para liquidação do assunto. Com isso, houve redução expressiva nas despesas com a atualização desses passivos na comparação entre os dois anos.			
• Redução de R\$ 23,4 milhões na receita financeira referente à remuneração da inadimplência da COEE em razão da conclusão das discussões a respeito do GSF.			
• Elevação de R\$ 54,7 milhões nas despesas financeiras de juros e atualização monetária relativas aos débitos mantidos pela Companhia em função de elevação do CDI e do PCA na comparação entre os dois anos.			
• Redução de R\$ 8,8 milhões, redução do PIS e Cofins, em virtude da renegociação de indenização devido à entregação de peças e obras de compra de energia conduzida, junto a uma companhia que não possui com os compromissos contratuais anteriormente firmados. Ainda como efeito dessa renegociação, foi necessária a compensação dos volumes de compra de energia junto a outras fornecedores principalmente no 3º trimestre de 2021.			
• Redução nas receitas de aplicações financeiras de R\$ 20 milhões, principalmente em virtude da redução do caixa do grupo com a liquidação no 3º trimestre de 2021 do passivo relevante que dificultou as questões do GSF.			

	Consolidado		
	2021	2020	Variação %
Debitores	293,95	1.074,80	20,3
Curto prazo	38,244	170,957	
Longo prazo	9,955	697,834	30,7
Caixa e equivalentes de caixa	(227,347)	(1.151,271)	-80,3
Aplicações financeiras vinculadas	(1.039)	(807)	26,7
Dívida líquida	1.064,809	(77,277)	1.477,8

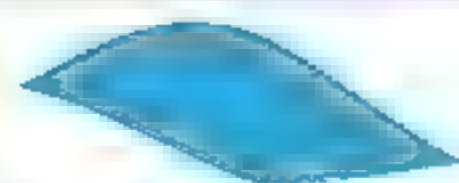
www.ctgbr.com.br

Continuar

# Inovar para

inovação. É ela que impulsiona  
nosso crescimento. Somos uma  
das líderes em geração  
limpa do País, mas queremos ir além,  
sendo protagonistas na transição  
energética e no desenvolvimento  
de novas tecnologias que vão atender  
aos desafios dos nossos clientes  
da sociedade e do planeta.





# Rio Paranapanema Participações S.A. CNPJ/ME nº 02.357.206/0001-07

## Balanços Patrimoniais – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
Circulante		2021	2020	2021	2020	Circulante		2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	9	1.893	14	277.347	51.211	Fornecedores	14	14	29	510.208	2.085.868
Clientes	6	-	-	227.857	860.889	Salários, provisões e contribuições sociais		-	-	18.375	18.117
Tributos a recuperar	7	737	52	2.840	2.881	Tributos a receber	7	1	3.208	3.186	48.527
Dividendos	10	-	267.047	-	-	Encargos setoriais	15	-	-	31.518	25.438
Juros sobre capital próprio (JSCPI)	11	-	43.334	-	-	Debituras	16	-	-	381.240	176.067
Serviços em curso		-	-	24.34	15.880	Dividendos	18	-	34.381	1.287	46.210
Despesas antecipadas		-	-	6.519	5.085	Juros sobre capital próprio (JSCPI)	19	-	-	228	954
Operações de trading	20	-	-	2.520	26.931	Partes relacionadas	21	-	36	62.559	2.115
Outros ativos		-	-	1.757	1.399	Receitas diferidas		-	-	4.045	4.373
Total do ativo circulante		19.830	325.152	830.974	2.064.816	Operações de trading	20	-	-	98.637	25.698
						Outras obrigações		-	-	1.588	293
						Total do passivo circulante		28	38.654	1.188.462	2.736.656
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo		-	-	-	-	Fornecedores	14	-	-	28.29	25.005
Aplicações financeiras emobilizadas	5, 3	-	-	1.039	807	Encargos setoriais	15	-	-	6.583	9.389
Clientes	6	-	-	2.679	-	Indenização socioambiental		-	-	17.682	15.088
Tributos a recuperar	7	-	-	2.272	2.246	Debituras	16	-	-	51.955	69.834
Tributos diferidos	27, 2	-	-	504,6	41.961	Plano de aposentadoria	22	-	-	42,88	44,181
Depósitos judiciais	8	2.646	2.583	81.829	62.842	Provisões para riscos		-	-	44.762	43,777
Despesas antecipadas		-	-	909	2.028	Reservas diferidas		-	-	5.367	2.342
Operações de trading	20	-	-	24.881	56	Operações de trading	20	-	-	1.625	6,80
		2.646	2.583	264.809	217.140	Outras obrigações		-	-	7.258	7,857
						Total do passivo não circulante		-	-	1.075.547	85,873
						Total do passivo		25	38.654	2.254.009	3.598.226
Investimentos	9	907.914	882.60	-	-	Patrimônio líquido	23				
Intercorrelados	12	-	-	2.521.516	2.874.688	Capital social		798.355	798.355	798.355	798.355
Intangível	13	9.415	0,4	823.872	855,259	Reserva de capital		114.467	114.467	114.467	114.467
Total do ativo não circulante		9.415	0,4	823.872	855,259	Reserva de lucros		849.022	849.022	849.022	849.022
						Ajuste de avaliação patrimonial		302.670	357.804	302.670	357.804
						Total do patrimônio líquido		1.933.580	2.180.702	1.933.580	2.180.702
						Participação não controladores		-	-	72.662	7,538
						Patrimônio líquido consolidado		1.933.580	2.180.702	2.006.262	2.253.540
						Total do passivo e patrimônio líquido		1.933.580	2.220.356	4.270.277	5.841.769
Total do ativo		1.933.605	2.220.366	4.270.271	5.841.769						

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações de Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro

de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020		Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
<b>Receita operacional líquida</b>	24			<b>1.923.869</b>	<b>1.606.190</b>	<b>Provisões para riscos</b>					32
<b>Costos operacionais</b>						Compensação de despesas	(6.103)	(4.513)	5.351	(6.284)	
Pessoal				(4.005)	(64.045)	Reversão parcial da perda estimada para não recuperabilidade de ativos				13.358	43.483
Material				(1.640)	(8.288)	Outros	(14)	(309)	(2.771)	(2.920)	
Serviços de terceiros				(34.702)	(41.034)		(6.745)	(6.951)	(28.767)	(22.089)	
Energia comprada	25, 2			(1.054.801)	(391.520)	<b>Resultado de participações societárias</b>					
Provisão para perdas não realizadas em operações de trading	-	-	-	(77.784)	(32.478)	Equivalência patrimonial	9	5.214.688	198	15.214.688	198
Depreciação e amortização				(278.081)	(2.4.535)	<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>4.469.861</b>	<b>247</b>	<b>18.203</b>	<b>1.284.120</b>
Encargos de uso da rede elétrica	25, 3			(153.843)	(141.834)	<b>Resultado financeiro</b>	26				
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)				26.189	33.386	Receitas	10	3.784	1.557	70.753	
Taxa de licenciamento dos serviços de energia elétrica (TFSEE)				(17.363)	(8.718)	Despesas	(2)	(4.718)	(298.448)	(508.884)	
Seguros				(9.354)	(9.441)	<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>7.577.860.313</b>	<b>(2.284)</b>	<b>694.989</b>	
Alugueis				(1.093)	(48)	<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	27				
Provisões para riscos				1.777	(2.342)	Corrente		12.110.233	282	200.676	
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)				0.430	849.245	Diferido		12.110.233	10.797	(97.298)	
Outros				(685)	(295)	<b>Lucro líquido do período</b>		<b>7.589.670.080</b>	<b>7.261</b>	<b>898.813</b>	
<b>Resultado bruto</b>				<b>(1.713.649)</b>	<b>(99.062)</b>	Ativo líquido a		7.589.670.080	7.589	670.080	
<b>Outras receitas e despesas</b>				<b>208.960</b>	<b>1.406.129</b>	Sócios controladores		7.589.670.080	7.257	696.813	
Pessoal				3.420	2.623	<b>Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	28	0.005	1.839.33		
Material	(8)	-	-	(3)	(30)						
Serviços de terceiros	(1.514)	(1.097)	(22.587)	26.617							
Depreciação e amortização	(1.058)	(1.070)	(5.005)	(5.046)							
Alugueis			(2.355)	(1.638)							

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

	Reservas			Ajuste de avaliação patrimonial (*)					
	Capital social	Capital	Lucros	Lucros acumulados	Custo atribuído	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido da controladora	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	798.355	(16.467)	1.041.010		375.177	(18.313)	2.180.702	72.838	2.253.540
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	7.589	-	-	7.589	(398)	7.251
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.589	-	-	7.589	(398)	7.251
Projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	-	-	-	-	-	829	1.828	4	903
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	-	-	-	-	-	(523)	(623)	(24)	(647)
Resultado atualizado com plano de pensão de benefício definido	-	-	-	-	-	4.792	4.792	190	4.982
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado atualizado	-	-	-	-	-	(629)	(529)	(65)	(1.213)
Ajuste investimento	-	-	-	7.589	-	4.389	11.908	(153)	11.793
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	5	90.67	(90.167)	5	1	6
Impacto diferido sobre a realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(30.654)	30.654	-	-
Contribuições e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência entre reservas	-	-	-	87.092	(67.092)	-	-	-	-
Dividendos intermediários	-	-	-	(259.257)	-	-	(259.257)	-	(259.257)
Dividendos prescritos	-	-	-	2	-	-	2	0	2
Saldo em 31 de dezembro de 2021	798.355	(16.467)	849.022	-	315.514	(13.844)	1.839.380	72.838	2.006.262

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

www.ctgbr.com.br

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma,					
	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>					
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		7.577	580.133	(2.284)	994.989
<b>Ajustes em:</b>					
Depreciação e amortização		1.058	0,70	294.088	21.988
Resultado na baixa do ativo imobilizado, intangível e outras operações especiais		-	-	1.800	2.110
Reversão parcial da perda estimada para não recuperabilidade de ativos	10	-	-	(33.366)	(43.483)
Apropriação de lucros sobre debêntures	4	-	-	82.010	65.418
Amortização de custos de transação sobre debêntures	4	-	-	1.587	581
Variação monetária sobre debêntures	14	-	-	73.802	39.482
Variação monetária sobre provisão para riscos	20	-	-	2.718	894
Variação monetária sobre depósitos judiciais	(63)	-	421	(2.658)	2.612
Variação monetária referente a inadimplência CCEE	23	-	-	8.394	-
Variação monetária referente a liminar CCEE	23	-	-	124.447	304.500
Variação monetária referente a indenização socioambiental	23	-	-	2.692	2.736
Variação monetária Tuseg	23	-	-	4.438	2.693
Variação monetária PAF	-	-	-	(267)	338
Provisão para riscos	15	-	-	(244)	2.315
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	13	-	-	10.430	(849.245)
Resultados não realizados em operações de trading	26	-	-	(84.341)	609
Equivalência patrimonial	9	5.214.688	198	(14.221)	(667.170)
				454.997	(254.374)
<b>Variações nos ativos</b>					
Clientes		-	-	52.739	712.273
Depósitos judiciais		-	-	1.364	(8.735)
Serviços em curso		-	-	(8.164)	(9.835)
Despesas antecipadas		-	-	(15)	389
Outras variações ativas		-	-	180	(4.081)
		-	-	616.724	(729.365)
<b>Variações nos passivos</b>					
Fornecedores	(15)	20	1.4.780	725.583	-
Salários, provisões e contribuições sociais		-	-	258	1.077
Impostos, taxas e contribuições	(5, 17)	2.358	(22.725)	(3.222)	-
Receitas diferidas		-	-	2.697	(12.410)
Partes relacionadas	(36)	(473)	60.548	728	-
Reversão/(constituição) da provisão para riscos		-	-	(6)	(5.647)
Outras variações passivas	8	2.405	163.241	709.913	-
		(8.915)			
<b>Caixa (aplicado nas) gerado nas operações</b>		(13.659)	(4.452)	1.230.498	721.163
Pagamento de juros sobre debêntures	14	-	-	70.706	(75.523)
Pagamento de variação monetária sobre debêntures	4	-	-	02.700	(28.681)
Pagamento imposto de renda e contribuição social		(3.850)	(126.903)	(122.935)	-
Pagamento liminar GSF	13	-	-	745.986	-
<b>Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais</b>		(13.556)	(8.302)	(824.277)	494.024
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>					
Aporte de capital		-	22.500	-	-
Recebimento na venda de imobilizado		-	-	1898	4.296
Dividendos recebidos	10	287.047	20.353	-	-
Juros sobre capital próprio recebidos	11	43.334	55.598	-	-
Adições no ativo imobilizado e intangível		-	-	21.68	(39.228)
<b>Aporte de capital</b>		310.381	153.451	(28.037)	(34.932)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>					
Valor recebido pela emissão de debêntures	14	-	-	560.000	-
Custo de transição para emissão de debêntures	4	-	-	(2.588)	-
Pagamento de debêntures	14	-	-	(263.34	(299.992)
Pagamento de dividendos	16	(293.646)	(251.146)	(304.002)	(255.916)
Pagamento de juros sobre capital próprio	17	-	-	(1.879)	(2.083)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>		(293.646)	(251.146)	(71.161)	(557.995)
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>		3.174	(105.386)	(921.924)	(98.903)
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>		4.719	20.705	5.27	250.73
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>		17.893	14.719	227.847	151.27





## Rio Paranapanema Participações S.A. CNPJ/ME nº 02.357.206/0001-07

### Notas Explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. Informações das partes

A Rio Paranapanema Participações S.A. ("Companhia") foi constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades dedicadas às atividades de geração de energia elétrica, além de participar de atividades e/ou ações de transmissão de participação acionária de sociedades do setor de energia elétrica, obtendo as correspondentes concessões, permissões ou autorizações, podendo, para tanto, desenvolver qualquer das seguintes atividades: estudo, planejamento, projeto, construção e operação de sistemas de produção e transmissão de energia, especialmente elétrica, as quais são regulamentadas e licenciadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A capacidade instalada em operação de sua Controlada Rio Paranapanema Energia S.A. ("Rio Paranapanema") é de 2.265,3 MW, composta pelas seguintes parques geradores em operação no Estado de São Paulo: usina Hidrelétrica (UHE) Capivara, UHE Chavantes, UHE Jurumirim, UHE Salto Grande, UHE Taquaruguaçu e UHE Rosana e 49,7% do Complexo Canoas formado pelas UHEs Canoas e Canoas II. A capacidade instalada da Controlada Imre Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda ("Sapucaí-Mirim") é de 32,5 MW, composta pelas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) Relvão e PCH Palmeiras, localizadas no Rio Sapucaí, nos Municípios de Guará e São Joaquim da Barra, ambas no Estado de São Paulo.

A Controlada CTG Brasil Trading Ltda. ingressou, em outubro de 2020, no mercado de comercialização de energia, a fim de obter resultados por meio da variação de preços de energia decorrente de uma política que considera limites de riscos pré-estabelecidos. Tais operações são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem a definição de instrumentos financeiros por valor justo, sendo principalmente ao fato de que não há compromisso de combinar operações de compra e de venda, havendo liberdade para gerenciar os contratos para obtenção de resultados por variações de preços no mercado.

As participações diretas e indiretas nas Controladas estão descritas a seguir, nas Controladas e a Companhia são denominadas Grupo ou Consolidado.

**Empresas controladas**

Rio Paranapanema Energia S.A.	CTG Brasil Trading Ltda.
100,00%	100,00%

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 558.988, o que representa uma melhoria de 19,0% em comparação a 31 de dezembro de 2020. Essa variação se deu em virtude de:

- Pagamento referente ao acordo GSF ocorrido no 1º trimestre de 2021;
  - Transferência do não circulante para o circulante referente à compra do primeiro de 8º emissão série 1, 4ª e 7ª emissão série 2 de debêntures.
- Sobre o CCL negativo, é muito importante destacar que o Grupo, dentro do seu ciclo de Fornecedor, possui um passivo relativo à limitação que discute a redução da Garantia Física (vide nota 14) que, em 31.12.2021, possui um saldo de R\$ 476.482. Essa passivo possui uma característica de passivo contingente e somente será

Capacidade instalada (MW)	Garantia Física (MW média)	Valor em 31 de dezembro de 2021	Valor em 31 de dezembro de 2020
2.265,3	15,2	10,3	10,3

(\*) Prazo ajustado de acordo com a REH 2.918/2021

1.1. Descrição das partes

#### 1.1. Controlada Indireta

A Aneel autorizou a exploração do potencial hidrelétrico das PCHs Relvão e Palmeiras respectivamente, através das Resoluções nº 549 de 06 de outubro de 2002 e nº 706 de 17 de dezembro de 2002, em nome da Sociedade de Energia Bandeirantes SEBAND Ltda (Seband). Em fevereiro de 2007, a Rio Paranapanema Participações S.A. e a Seband assinaram Contrato de Cessão, Transferência de Quotas e Outras Avenças, objetivando a transferência dos bens e direitos relativos à exploração do aproveitamento hidrelétrico das PCH Relvão e PCH Palmeiras para a Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. Como consequência, a transferência integral das quotas da Controlada para a Rio Paranapanema Participações S.A.

Até o final da Resolução nº 944 de 05 de junho de 2007, a Aneel autorizou a transferência das autorizações para implantar e explorar as PCH Relvão e PCH Palmeiras da Seband para a Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.

Em 2015, Rio Paranapanema Participações S.A. transferiu o controle societário da Sapucaí-Mirim para a Rio Paranapanema Energia por meio de constituição de reserva

De acordo com a REH 2.819/2021, que homologa o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia houve uma prorrogação do prazo de concessão na medida de aproximadamente 34 meses

Capacidade instalada (MW)	Garantia Física (MW média)	Valor em 31 de dezembro de 2021	Valor em 31 de dezembro de 2020
10,3	15,2	10,3	10,3

(\*) Prazo ajustado de acordo com a REH 2.918/2021

#### 1.2. Limitar sobre o fator de ajuste de energia Generation Scaling Factor Fator de Ajuste de Garantia Física (GSF)

A severa crise hídrica ocorrida entre 2012 e 2017 causou a redução dos níveis das reservatórios das usinas hidrelétricas e elevou o despacho das usinas termelétricas no sistema. Com isso, o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) atingiu seu teto nos anos de 2014, 2015, 2017 e 2018, elevando a exposição das geradoras de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP). Em decorrência do GSF. Após longo período de discussões, inclusive judiciais, a Lei nº 14.052/2020, que apresenta as diretrizes sobre a compensação, mediante a prorrogação dos prazos dos contratos de concessão das unidades das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) para parte não correspondente ao

resistência ao escoamento de energia das usinas hidrelétricas estruturantes em função do atraso na entrada em operação de instalações de transmissão, a diferença entre a garantia física outorgada na fase de outorga das usinas hidrelétricas e as quotas da agregação elétrica de cada unidade geradora, motorizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

A Geração Interligada despendida fora da ordem de merit.

Diante das diretrizes de governança do Grupo e das informações disponíveis, o Conselho de Administração, em reunião ocorrida em 28 de dezembro de 2020, aprovou que fossem tomadas as medidas necessárias para adesão ao acordo pelo valor referente a extensão e prorrogação da concessão do preço hidrológico que trata a Lei 14.052, regulamentada pela REH 895/2021.

Para ter o direito à compensação, mediante a prorrogação dos prazos dos contratos de concessão, as empresas deverão renunciar à disputa judicial cujo objeto fosse a extensão ou a redução do risco hidrológico relacionado ao MRE e a qualquer alegação de dano sobre o qual se funda a referida ação. Segundo a normatização além da desistência da ação judicial, automaticamente, as empresas também deverão quitar eventuais débitos das empresas em relação à CCEE. O pagamento foi feito pelo Grupo no 1º trimestre de 2021 no montante de R\$ 745.996.

Além de acordo com a Lei nº 14.052/2020 e REH 895/2021, foram acordados, em agosto, pela Resolução Homologatória Aneel 2.918/2021, os valores divulgados em março, considerando as usinas sob administração do Grupo em função do acordo referentes a riscos "não hidrológicos" no mercado livre. Como efeito, foram repetidos complementos em seu ativo intangível R\$10.430.

Em atendimento ao cronograma da Lei nº 14.052/2020 em 29 de setembro o Grupo

As UHEs Capivara, Chavantes, Taquaruguaçu, Salto Grande, Rosana e Jurumirim e também as PCHs Palmeiras e Relvão. Em 06 de outubro a documentação relativa às UHEs Canoas I e II, cuja titularidade é compartilhada pelo Grupo com a CBA. A documentação completa em pedido de homologação, comprovação de desistência da ação judicial e renúncia de alegação de dano sobre o qual se funda a ação. A Termo de compromisso elaborado pela Aneel.

Em 03 de dezembro de 2021, o Grupo protocolou recurso administrativo perante a Aneel em que se pleiteia a restituição de parte da concessão do GSF incidente sobre os valores pagos por ocasião da outorga do mesmo devido à discussão do GSF a partir da decisão sobre adesão ao Acordo GSF nos termos da Lei 14.052/2020. A parcela pleiteada corresponde à metodologia aplicada pela Aneel e CCEE onde foram considerados no cálculo da atualização monetária os meses onde o RGP-M apresentou variação negativa (deflação). Os valores envolvidos são da ordem de

#### 1.3. Revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas

Em 4 de maio de 2017 foi publicada a Portaria nº 173/2017 que definiu os novos valores de garantia física de energia das usinas hidrelétricas despendidas on-line durante, válidos a partir de 1º de janeiro de 2018. Assim, a partir desta data houve redução de aproximadamente 5% da garantia física da Rio Paranapanema Energia S.A. em relação à garantia física vigente em dezembro de 2017.

Em 2 de fevereiro de 2018, a Companhia ajuizou duas ações perante a Justiça

classificado no curto prazo pela indefinição acerca do prazo para solução desse caso. Pela avaliação dos consultores jurídicos, apesar da classificação como "possível" o Grupo conta com uma expectativa positiva acerca dos resultados dessa ação. Se normalizado os efeitos do passivo da limitação mencionada acima, o CCL fica negativo em R\$ 103.000.

A Administração analisou toda a informação disponível em seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações decorrentes da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais. Além disso, em caso de qualquer emergência, o Grupo possui estrutura para novos financiamentos e, também, contará com suporte financeiro da sua Controladora CTG Brasil.

1.2. Descrição das partes

#### 1.2. Contrato de concessão

##### 1.2.1. Contrato de concessão

Em 22 de setembro de 1998, a controlada Rio Paranapanema Energia e a Aneel assinaram o contrato de concessão de geração nº 76/1998, que regulava as concessões de uso de Bem Público (UBP) para geração de energia elétrica das usinas Jurumirim, Chavantes, Salto Grande, Capivara, Taquaruguaçu e Rosana, outorgadas pelo Decreto nº 1 de 20 de setembro de 1998, sendo que em 5 de agosto de 2017 foi firmado o Primeiro Termo Aditivo. O contrato concede à Rio Paranapanema Energia o direito de produção e comercialização de energia elétrica na condição de produtor independente, deixando, a partir daquela data, de receber a Reserva Global de Reversão (RGR) e reter os recursos retidos originalmente pela CESP e parcialmente transferidos à Rio Paranapanema Energia em decorrência do processo de não daquela empresa, para contribuir com uma taxa de UBP por um período de 5 anos. O prazo de outorga da concessão é de 30 anos a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

Em 30 de junho de 1998 foi assinado o Contrato de Concessão nº 1/98, 998 e em 18 de agosto de 2000 foi firmado o Primeiro Termo Aditivo a este contrato, que regulam as concessões para geração de energia elétrica das usinas Canoas e Canoas II, sendo como partes a Aneel e as empresas do Consórcio Canoas formado pela Rio Paranapanema Energia, como produtora independente de energia elétrica, e a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) na condição de autoprodutor. O contrato prevê que 63,3 MW/mi sejam disponibilizados à CBA. Eventuais sobras de energia não utilizadas pela CBA devem ser absorvidas, em 100% pela Rio Paranapanema Energia. Retrospectivamente, em regime normal de operação, quando a geração for inferior ao estabelecido contratualmente, a diferença será complementada, sem ônus pela Rio Paranapanema Energia. O contrato de concessão tem prazo de vigência de 35 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

De acordo com a REH 2.918/2021 que homologa o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) houve uma prorrogação do prazo de concessão na medida de aproximadamente

Capacidade instalada (MW)	Garantia Física (MW média)	Valor em 31 de dezembro de 2021	Valor em 31 de dezembro de 2020
10,3	15,2	10,3	10,3

(\*) Prazo ajustado de acordo com a REH 2.918/2021

1.1. Descrição das partes

#### 1.1. Controlada Indireta

A Aneel autorizou a exploração do potencial hidrelétrico das PCHs Relvão e Palmeiras respectivamente, através das Resoluções nº 549 de 06 de outubro de 2002 e nº 706 de 17 de dezembro de 2002, em nome da Sociedade de Energia Bandeirantes SEBAND Ltda (Seband). Em fevereiro de 2007, a Rio Paranapanema Participações S.A. e a Seband assinaram Contrato de Cessão, Transferência de Quotas e Outras Avenças, objetivando a transferência dos bens e direitos relativos à exploração do aproveitamento hidrelétrico das PCH Relvão e PCH Palmeiras para a Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. Como consequência, a transferência integral das quotas da Controlada para a Rio Paranapanema Participações S.A.

Até o final da Resolução nº 944 de 05 de junho de 2007, a Aneel autorizou a transferência das autorizações para implantar e explorar as PCH Relvão e PCH Palmeiras da Seband para a Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.

Em 2015, Rio Paranapanema Participações S.A. transferiu o controle societário da Sapucaí-Mirim para a Rio Paranapanema Energia por meio de constituição de reserva

De acordo com a REH 2.819/2021, que homologa o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia houve uma prorrogação do prazo de concessão na medida de aproximadamente 34 meses

Capacidade instalada (MW)	Garantia Física (MW média)	Valor em 31 de dezembro de 2021	Valor em 31 de dezembro de 2020
10,3	15,2	10,3	10,3

(\*) Prazo ajustado de acordo com a REH 2.918/2021

#### 1.2. Limitar sobre o fator de ajuste de energia Generation Scaling Factor Fator de Ajuste de Garantia Física (GSF)

A severa crise hídrica ocorrida entre 2012 e 2017 causou a redução dos níveis das reservatórios das usinas hidrelétricas e elevou o despacho das usinas termelétricas no sistema. Com isso, o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) atingiu seu teto nos anos de 2014, 2015, 2017 e 2018, elevando a exposição das geradoras de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP). Em decorrência do GSF. Após longo período de discussões, inclusive judiciais, a Lei nº 14.052/2020, que apresenta as diretrizes sobre a compensação, mediante a prorrogação dos prazos dos contratos de concessão das unidades das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) para parte não correspondente ao

resistência ao escoamento de energia das usinas hidrelétricas estruturantes em função do atraso na entrada em operação de instalações de transmissão, a diferença entre a garantia física outorgada na fase de outorga das usinas hidrelétricas e as quotas da agregação elétrica de cada unidade geradora, motorizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

A Geração Interligada despendida fora da ordem de merit.

Diante das diretrizes de governança do Grupo e das informações disponíveis, o Conselho de Administração, em reunião ocorrida em 28 de dezembro de 2020, aprovou que fossem tomadas as medidas necessárias para adesão ao acordo pelo valor referente a extensão e prorrogação da concessão do preço hidrológico que trata a Lei 14.052, regulamentada pela REH 895/2021.

Para ter o direito à compensação, mediante a prorrogação dos prazos dos contratos de concessão, as empresas deverão renunciar à disputa judicial cujo objeto fosse a extensão ou a redução do risco hidrológico relacionado ao MRE e a qualquer alegação de dano sobre o qual se funda a referida ação. Segundo a normatização além da desistência da ação judicial, automaticamente, as empresas também deverão quitar eventuais débitos das empresas em relação à CCEE. O pagamento foi feito pelo Grupo no 1º trimestre de 2021 no montante de R\$ 745.996.

Além de acordo com a Lei nº 14.052/2020 e REH 895/2021, foram acordados, em agosto, pela Resolução Homologatória Aneel 2.918/2021, os valores divulgados em março, considerando as usinas sob administração do Grupo em função do acordo referentes a riscos "não hidrológicos" no mercado livre. Como efeito, foram repetidos complementos em seu ativo intangível R\$10.430.

Em atendimento ao cronograma da Lei nº 14.052/2020 em 29 de setembro o Grupo

As UHEs Capivara, Chavantes, Taquaruguaçu, Salto Grande, Rosana e Jurumirim e também as PCHs Palmeiras e Relvão. Em 06 de outubro a documentação relativa às UHEs Canoas I e II, cuja titularidade é compartilhada pelo Grupo com a CBA. A documentação completa em pedido de homologação, comprovação de desistência da ação judicial e renúncia de alegação de dano sobre o qual se funda a ação. A Termo de compromisso elaborado pela Aneel.

Em 03 de dezembro de 2021, o Grupo protocolou recurso administrativo perante a Aneel em que se pleiteia a restituição de parte da concessão do GSF incidente sobre os valores pagos por ocasião da outorga do mesmo devido à discussão do GSF a partir da decisão sobre adesão ao Acordo GSF nos termos da Lei 14.052/2020. A parcela pleiteada corresponde à metodologia aplicada pela Aneel e CCEE onde foram considerados no cálculo da atualização monetária os meses onde o RGP-M apresentou variação negativa (deflação). Os valores envolvidos são da ordem de

Entre outras ações práticas, intensificou as medidas de higienização e limpeza nos locais de comum acesso para reduzir o risco de contágio. Com a evolução da vacinação no Brasil, as atividades presenciais nos escritórios do Grupo foram retomadas de forma gradual a partir de setembro, priorizando os profissionais com vacinação completa, que deverão seguir rígido protocolo sanitário definido pelo Comitê Executivo Multidisciplinar e que acessará a estas localidades em dias alternados, para maior segurança e saúde de todos.

Esforços também foram direcionados na gestão feita pelas áreas Comercial e Financeira junto à carteira de clientes, revisando seus níveis de contratação, de forma a evitar perdas financeiras, cujo resultado foi alcançado com sucesso até o momento. Da mesma forma, a Administração acompanha a evolução dos contratos com seus principais fornecedores, assegurando que as obrigações contratuais seguissem sendo cumpridas.

Principamente pela atividade da Companhia ser essencial para o funcionamento da

de suas operações e nem em seu fluxo de caixa. Como contribuição à sociedade foram investidos recursos em termos de tempo de suas equipes e investimentos na viabilização das ações de prevenção e controle da propagação do vírus.

A retomada das atividades econômicas no mercado nacional foi amenizada pela estratégia de sazonalização e gestão do balanço energético do Grupo. Já a trajetória de fortes oscilações em diversos índices no mercado financeiro demandou grande esforço da Administração para minimizar seus impactos.

Embora não tenha ocorrido nenhum grande impacto financeiro, os riscos em decorrência da pandemia permaneceram altos e, com isso, além mensuração segura inclusive existe a exposição a eventuais resoluções legais e de mercado que podem ser impostas pelo Governo e demais reguladores. Assim, não é possível assegurar que não haverá impactos futuros nas operações devido a pandemia perdurar.

#### 1.2. Determinações regulatórias

Em decorrência da pandemia e seus impactos sobre o setor elétrico, foi publicada a REH nº 850/2020 regulamentada pelo Decreto 0.350/2020 autorizando a criação da Conta-Covid administrada pela CCEE, com o objetivo de receber recursos

do serviço público de distribuição de energia elétrica e do Setor extremamente prejudicado pelos rebatimentos econômicos que o estado de calamidade pública imprimiu ao país. Os critérios e procedimentos para gestão da Conta-Covid foram descritos sob a forma de Consulta Pública no âmbito da Aneel e regulamentados pela REH nº 885/2020.

A medida autoriza a CCEE a realizar empréstimos bancários para cobrir déficits ou antecipar receitas das distribuidoras de energia referentes às competências de abril e dezembro de 2020, no limite de R\$ 18,1 bilhões, diluindo o impacto financeiro causado pela pandemia em 60 meses, prazo ajustado para o pagamento do empréstimo pelas distribuidoras às instituições financeiras.

Em paralelo, a Aneel homologou as regras de repasse dos recursos dos programas

De acordo com a Lei nº 14.120/2021, serão destinados à CDE os recursos não comprometidos com projetos contratuais ou microrios entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 no limite de 70% dos valores investidos em pesquisa e desenvolvimento.

Embora o Grupo esteja sujeito a obrigação de investimento em P&D os montantes são insignificantes em projetos são superiores à obrigação de recursos a serem investidos, portanto, até o momento não há efeitos financeiros para a Companhia.

#### 1.3. Crise hídrica

diversas reservatórios de hidrelétricas no país estão próximos do seu nível mínimo para a geração de energia elétrica.

As usinas do Sudeste (onde se localizam a maioria das usinas hidrelétricas da Companhia) e Centro-Oeste, respectivamente por cerca de 70% da geração hidrelétrica do país, têm sofrido uma deterioração rápida da situação hídrica e atualmente operam com volume bem reduzido.

A verificação dos níveis de afluência no último período, em compensação por níveis históricos, protuberou os órgãos reguladores quanto à capacidade de atendimento da matriz energética brasileira e, por consequência, direcionou no mercado interno o despacho de toda potência de usinas térmicas disponíveis. Dentro desse contexto, os preços de energia (PLD) atingiram o teto estabelecido pela Aneel (R\$ 583,88/MWh) ao longo do período seco além do GSF anulado em

Em razão da crise hídrica, em 06 de junho de 2021 foi publicada a Resolução nº 77 da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANÁ) que declara situação crítica de escassez quantitativa dos recursos hídricos na Região Hidrográfica do Paraná. Em 28 de junho, foi instituída a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), com vistas a estabelecer medidas emergenciais para otimizar o uso dos recursos hidroenergéticos.

A partir da instituição da CREG, foram aprofundados os estudos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em conjunto com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANÁ), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e agências concessionárias, sobre a evolução das condições de operação dos reservatórios e encaminhamento para avaliação do

estado da programação da geração.

A situação hídrica apresentou melhorias significativas a partir de outubro, mas os níveis de reservatório seguem críticos e a operação do sistema e as consequências desta operação sobre os resultados da Companhia seguem sendo monitoradas de perto pela CTG.

#### 2. Apresentação das demonstrações financeiras

##### 2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras para foi autorizada pela diretoria da Companhia em 23 de fevereiro de 2022.

##### 2.2. Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade internacional Financeira, Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as pronormas mantidas emitidas pelo Comitê de Pronormas Contábeis (CPC), e evidências lógicas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as Pronormas Internacionais e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronormas Contábeis (CPCs), as quais foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pelo CVM.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas obrigações com entidade de previdência privada. Inten givel recuperação de custos pela extensão do GSF e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, bem como pela avaliação de ativos imobilizados ao seu custo atribuído ("deemed cost"), na data de transição para as práticas contábeis adotadas no Brasil alinhadas às IFRS em janeiro de 2009 e pelos ativos adquiridos na combinação de negócios, que foram mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição.

O Grupo considerou as orientações contidas na Orientação Técnica (OTC) 07 na elaboração das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte do Grupo no processo de aplicação das suas políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento ou possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais promessas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão desenvolvidas nas notas explicativas nº 2.4.

##### 2.3. Metodologia funcional e processo de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pelo Grupo.

##### 2.4. Contabilização operacional

A Administração avaliou a capacidade do Grupo em contabilizar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro, nos termos descritos na nota explicativa nº 1. Assim, conforme CPC 28.

Apresentação das demonstrações financeiras, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

##### 2.5. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos por parte do Grupo de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receita e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. As previsões utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou condições existentes ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem variar dos valores inicialmente estimados.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras nos próximos exercícios, referiram-se ao registro dos débitos decorrentes de:

i. imposto de renda a contribuição social diferidos (nota explicativa nº 27);

ii. valor de ativo relacionado à prorrogação dos prazos dos contratos de concessão









## Rio Paranapanema Participações S.A. CNPJ/ME nº 02.357.206/0001-07

continuação das Notas Explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma, 12.7 Composição

	Controladora		Consolidada		
	2021	2020	2021	2020	2020
	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Ativo</b>					
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	1.737	0.895	8.9	2.88	519
PIS e COFINS					
IRRF	52	0.445			
INSS	1.737	52	2.440	453	1.427
			2.272	2.881	2.346
<b>Passivo</b>					
IRPJ e CSLL	477	572		13.526	
PIS e COFINS	9.4725	4.893		7.56	
ICMS		3.970		4.968	
Outros	2	597		4.2	
	11	5.206		148.627	

### 8 Depósitos judiciais

Saldo em 31 de dezembro de 2020  
Variações monetárias  
Saldo em 31 de dezembro de 2021

	Controladora			
	Fiscal	Ambiental	Regulatórios	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	16.592	6.835	37.525	61.952
variações monetárias	53	107	10	169
Adições	824			824
-) Baixas	1.875	(53)	(80)	368
Reclassificações	772	(2.05)	20	11
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	15.840	4.792	192	38.256

Estão classificadas neste rubrica somente os depósitos judiciais relacionados com as prováveis perdas causadas judiciais com classificação de risco de perda provável. Ver nota explicativa nº 17 e todos são atualizados monetariamente. **a. Ambientais** – Os depósitos judiciais relacionados pelo Grupo nas ações anulaórias, decorrentes de autuações com pagamento de multa, movidas contra o Instituto Ambiental do Paraná (Iap) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). **b. Fiscais** –

**a. IPTU (Município de Primeiro de Maio)** – Os depósitos judiciais realizados pelo Grupo, entre 2000 e 2010 decorrem da ação anulatória movida contra o Município de Primeiro de Maio, referente a débitos fiscais de Imposto Predial Territorial (IPTU) incidente sobre imóveis que correspondem parte do reservatório da Usina de Capivara. Em 31 de dezembro de 2021 os valores foram devolvidos à Companhia devido ao resultado positivo nas ações. **b. Débitos em disputa tributária e IRPJ, IRPJ e CSLL** – Depósitos judiciais referentes ao Município de Segurança ajustado com o objetivo de obter liminar para que seja reconhecida a atualização de valores do Imposto de Renda Pálio na Fonte (IRRF), IRPJ, e CSLL sem a exigência de multa moralatória, face a denúncia espontânea realizada. O valor do depósito em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 3.432. **c. Ação Anulatória** – O depósito judicial foi realizado visando suspender a exigibilidade do débito PIS, COFINS e CSLL referente aos anos calendariais de 2004 a 2007. O entendimento é de que os débitos devem ser cancelados, uma vez que a aquisição da energia da Ilhaçu Aeria Isenada de PIS/COFINS. O valor depositado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 3.970. **d. Regulatórios** – **Tusca** – Depósitos judiciais em conexão com a obtenção da decisão judicial suspendendo a exigibilidade da multa imposta pela Anel pelo suposto descumprimento das obrigações do sistema de Controle de Área de Sistema de Distribuição (Cusd) e de pagar o passivo assumido entre julho de 2004 a junho de 2008. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 14 para uma descrição do andamento das discussões referentes à Tusca.

### 9.1 Movimentação dos investimentos

Os investimentos que são controlados pelo Grupo consideram as regras previstas no CPC 15 (IFRS 3) – combinação de negócios e são reconhecidos pelo método de aquisição, que consiste na soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos na data da transferência de controle da adquirida (data de aquisição). Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos dos seus investimentos é reconhecida na demonstração do resultado.

Controladora	Participação	2021	Ajuste	Plano de	Equivalência	2021
CTG Trading Brasil Ltda	100,00%	43.256		23.677		66.933
Rio Paranapanema Energia S.A.	86,97%	1.838.904	72	18.466		1.839.078
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda	100,00%	1.882.160	172	6.388		1.900.914

	Participação acionária	2019	Aporte de Capital	Dividendos	Ajuste de SCP	Plano de pensão	Benefícios pagos em ações	Equivalência patrimonial	2020
Controladora CTG Trading Brasil Ltda	00,00%	7.688	22.500					13.068	43.256
Rio Paranapanema Energia S.A.	86,97%	1.489.594	22.500	267.047	(50.980)	(270)	(8.190)	1.665.675	1.838.904
Rio Sapucaí-Mirim Ltda	100,00%	1.489.594	22.500	267.047	(50.980)	(270)	(8.190)	1.665.675	1.882.160

### 9.2 Informações financeiras das Controladoras

Controladora	% de participação	2021	2020	Ativos totais	2021	2020	Passivos (Circulante e Não Circulante)	2021	2020
Rio Paranapanema Energia S.A.	86,97%	96,9%	96,9%	3.254.920	5.68.205	2.047.256	3.769.487		
CTG Brasil Trading Ltda	100,00%	100,00%		279.821	93.158	206.667	80.103		
Rio Sapucaí-Mirim Ltda	100,00%	100,00%		26.088	258.567	10.037	38.780		

Controladora	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Rio Paranapanema Energia S.A.	507.514	97.744	1.316.729	420.93	18.620	701.863
CTG Brasil Trading Ltda	66.930	43.255	578.793	54,0	23.675	13.067
Rio Sapucaí-Mirim Ltda	250.97	229.67	30.082	30.980	30.784	49.510

### 10 Dividendos a receber

Controladora	Saldo em 2020	Dividendos a Receber	Saldo em 2021
Rio Paranapanema Energia S.A.	267.047	267.047	267.047

### 11 Juros sobre capital próprio a receber

Controladora	Saldo em 2020	JSCP recebíveis	Saldo em 2021
Rio Paranapanema Energia S.A.	43.334	43.334	43.334

### 12 Imobilizado

Os bens que compõem o ativo imobilizado do Grupo são apresentados pelo custo histórico ou atribuído, deduzidos das respectivas depreciações. Com exceção dos terrenos, todos os bens, ou conjuntos de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos valores justos na data da adoção das novas práticas contábeis tiveram o valor justo como custo atribuído na data da transição em 1º de janeiro de 2009. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

Os terrenos foram mantidos a custo histórico devido ao Grupo entender que são os valores apurados pelo órgão regulador para fins de indenização no final da concessão/autorização.

Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que sejam benefícios econômicos futuros associados ao bem e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baseado. Todos os custos reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos, como segue:

Em serviço	Vida útil-econômica remanescente	Rio Paranapanema	Rio Sapucaí-Mirim
Reservatório, barragens e adutora	13	30	
Edificações, obras civis e benfeitorias	3	37	
Máquinas e equipamentos	4	24	
Veículos	3	6	
Móveis e utensílios	8	9	
Outros	4		

A Administração do Grupo entende, suportada por seus assessores legais, que não houve, até o momento, alteração nas condições de indenização dos ativos a serem revertidos ao final da concessão/autorização por parte das controladas Rio Paranapanema e Sapucaí-Mirim e que possui o direito à indenização do valor residual de todos os bens vinculados ao bem e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baseado. Todos os custos reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os valores de depreciação e valores residuais dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no final de cada período. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados das alienações com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em "Outras despesas operacionais".

	Consolidada			
	2021	2020	2021	2020
	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Em serviço</b>				
Terrenos	224.853	224.853	224.853	224.853
Reservatório, barragens e adutora	1.926.688	1.683.949	1.828.941	1.828.941
Edificações, obras civis e benfeitorias	215.627	215.627	215.627	215.627
Máquinas e equipamentos	654.380	654.380	654.380	654.380
Veículos	314.6	314.6	314.6	314.6
Móveis e utensílios	358	358	358	358
-) Reserva Usinas Capivara e II	1.200.675	1.200.675	1.200.675	1.200.675
Outros	3.70	3.70	3.70	3.70
	6.302.488	6.302.488	6.302.488	6.302.488

	Consolidada			
	2021	2020	2021	2020
	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Em curso</b>				
Terrenos	7.759	7.759	7.759	7.759
Reservatório, barragens e adutora	3.540	3.540	3.540	3.540
Edificações, obras civis e benfeitorias	73	73	73	73
Máquinas e equipamentos	39.062	39.062	39.062	39.062
Veículos	978	978	978	978
Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	62.076	62.076	62.076	62.076

	Consolidada			
	2021	2020	2021	2020
	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Em serviço</b>				
Terrenos	224.853	224.853	224.853	224.853
Reservatório, barragens e adutora	1.926.688	1.683.949	1.828.941	1.828.941
Edificações, obras civis e benfeitorias	215.627	215.627	215.627	215.627
Máquinas e equipamentos	654.380	654.380	654.380	654.380
Veículos	314.6	314.6	314.6	314.6
Móveis e utensílios	358	358	358	358
-) Reserva Usinas Capivara e II	1.200.675	1.200.675	1.200.675	1.200.675
Outros	3.70	3.70	3.70	3.70
	6.302.488	6.302.488	6.302.488	6.302.488

	Consolidada			
	2021	2020	2021	2020
	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Em serviço</b>				
Terrenos	224.853	224.853	224.853	224.853
Reservatório, barragens e adutora	1.926.688	1.683.949	1.828.941	1.828.941
Edificações, obras civis e benfeitorias	215.627	215.627	215.627	215.627
Máquinas e equipamentos	654.380	654.380	654.380	654.380
Veículos	314.6	314.6	314.6	314.6
Móveis e utensílios	358	358	358	358
-) Reserva Usinas Capivara e II	1.200.675	1.200.675	1.200.675	1.200.675
Outros	3.70	3.70	3.70	3.70
	6.302.488	6.302.488	6.302.488	6.302.488

	Consolidada			
	2021	2020	2021	2020
	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Em curso</b>				
Terrenos	7.759	7.759	7.759	7.759
Reservatório, barragens e adutora	3.540	3.540	3.540	3.540
Edificações, obras civis e benfeitorias	73	73	73	73
Máquinas e equipamentos	39.062	39.062	39.062	39.062
Veículos	978	978	978	978
Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	62.076	62.076	62.076	62.076

	Consolidada			
	2021	2020	2021	2020
	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Em serviço</b>				
Terrenos	224.853	224.853	224.853	224.853
Reservatório, barragens e adutora	1.926.688	1.683.949	1.828.941	1.828.941
Edificações, obras civis e benfeitorias	215.627	215.627	215.627	215.627
Máquinas e equipamentos	654.380	654.380	654.380	654.380
Veículos	314.6	314.6	314.6	314.6
Móveis e utensílios	358	358	358	358
-) Reserva Usinas Capivara e II	1.200.675	1.200.675	1.200.675	1.200.675
Outros	3.70	3.70	3.70	3.70
	6.302.488	6.302.488	6.302.488	6.302.488

	Consolidada			
	2021	2020	2021	2020
	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Em curso</b>				
Terrenos	7.759	7.759	7.759	7.759
Reservatório, barragens e adutora	3.540	3.540	3.540	3.540
Edificações, obras civis e benfeitorias	73	73	73	73
Máquinas e equipamentos	39.062	39.062	39.062	39.062
Veículos	978	978	978	978
Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	62.076	62.076	62.076	62.076

	Consolidada			
	2021	2020	2021	2020
	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Em serviço</b>				
Terrenos	224.853	224.853	224.853	224.853
Reservatório, barragens e adutora	1.926.688	1.683.949	1.828.941	1.828.941
Edificações, obras civis e benfeitorias	215.627	215.627	215.627	215.627
Máquinas e equipamentos	654.380	654.380	654.380	654.380
Veículos	314.6	314.6	314.6	314.6
Móveis e utensílios	358	358	358	358
-) Reserva Usinas Capivara e II	1.200.675	1.200.675	1.200.675	1.200.675
Outros	3.70	3.70	3.70	3.70
	6.302.488	6.302.488	6.302.488	6.302.488

	Consolidada			
	2021	2020	2021	2020
	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Em serviço</b>				
Terrenos	224.853	224.853	224.853	224.853
Reservatório, barragens e adutora	1.926.688	1.683.949	1.828.941	1.828.941
Edificações, obras civis e benfeitorias	215.627	215.627	215.627	215.627
Máquinas e equipamentos	654.380	654.380	654.380	654.380
Veículos	314.6	314.6	314.6	314.6
Móveis e utensílios	358	358	358	358
-) Reserva Usinas Capivara e II	1.200.675	1.200.675	1.200.675	1.200.675
Outros	3.70	3.70	3.70	3.70
	6.302.488	6.302.488	6.302.488	6.302.488

	54.320	33.845	(42.236)	6.389	82.419
Perda pela não recuperabilidade dos ativos					
ICPC 0	(202.588)	53.483			1.59.06
	(202.588)	43.489			159.06
	2.307.869	77.881	(2.327)	(336)	2.674.688
	2.307.869	77.881	(2.327)	(336)	2.674.688
Outras despesas especiais	3.807.040	77.862	(2.300)	(336)	2.673.977
	3.807.040	77.862	(2.300)	(336)	2.673.977





Rio Parapanema Participações S.A. CNPJ/ME nº 02.357.206/0001-07

Continuação das Notas Explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

13.2 Movimentação

Em serviço	Controladora		
	Valor líquido em 2020	Amortização	Valor líquido em 2021
Software	36	196	
Dirigido de autorização (seband)	0.275	(866)	9.45
	10.471	(1.058)	9.416

Em serviço	Controladora		
	Valor líquido em 2019	Amortização	Valor líquido em 2020
Software	4.0	(2.4)	160
Dirigido de autorização (seband)	3	(816)	0.25
	11.641	(1.070)	9.416

Em serviço	Consolidado			
	Valor líquido em 2020	Adições	Transferências	Valor líquido em 2021
uso do bem público (UBP)	15.652		4.91	5.733
Software	3.822		9.900	483
Serviço de passagem	265			265
Dirigido de autorização (seband)	10.275		(860)	9.416
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	849.245	10.430	(7.524)	786.15
	860.256	10.430	2.900	872.557

Em curso	Consolidado			
	Valor líquido em 2020	Adições	Transferências	Valor líquido em 2021
Software	4.944	6.422	(9.973)	793
Serviço de passagem	22			22
	4.966	6.422	(9.973)	1.315
	885.125	16.852	(73)	899.972

Do valor total das adições de software em curso ocorridas no exercício, o montante de R\$ 6.137 se refere à licença para implementação do novo ERP.

Em serviço	Consolidado			
	Valor líquido em 2019	Adições	Transferências	Valor líquido em 2020
uso do bem público (UBP)	18.503			18.551
Software	5.610		483	3.823
licença operacional (LQ)	236			
Serviço de passagem	265			265
Dirigido de autorização (seband)	32		(857)	10.275
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)		849.245	(7.524)	849.245
	35.749	849.245	(6.214)	849.245

Em curso	Consolidado			
	Valor líquido em 2019	Adições	Transferências	Valor líquido em 2020
Software	20	4.849	251	4.844
Serviço de passagem	44		(22)	22
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)		849.245	(849.392)	
	164	854.094	(849.392)	4.866
	36.909	854.094	336	855.125

13.3. Item que compõem o Intangível

13.3.1 Softwares

As licenças de softwares adquiridos são capitalizadas com base nos custos incorridos ligados diretamente ao funcionamento do software. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável conforme tempo de contrato. Os gastos relativos à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas correntes. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo são reconhecidos como ativos intangíveis.

13.3.2 Serviço de passagem

Serviço de passagem é o direito que a controlada Rio Sapucaí Mirim possui de passar sobre a propriedade alheia mediante a uma contraprestação financeira, que é registrada no ativo fixo da Sociedade.

13.3.3 Uso do bem público (UBP)

Referem-se aos valores estabelecidos no Contrato de Concessão nº 76/1999 da controlada Rio Parapanema Energia S.A. como contraprestação ao direito de exploração do aproveitamento hidroelétrico calculado até o final do contrato de concessão.

13.3.4 Direito de autorização (Seband)

A Anel autorizou a exploração do potencial hidroelétrico das Pequenas Centrais Hidroelétricas Palmeira e Palmeiras respectivamente através das Resoluções nº 548 de 08 de outubro de 2002 e nº 706 de 7 de dezembro de 2002, em nome da Sociedade de Energia Bandeirantes - SEBAND Ltda. ("Seband").

Em fevereiro de 2007 a Rio Parapanema Participações S.A. e a Seband assinaram Contrato de Cessão e Transfereência de Quotas e Outras Avenças, objetivando a transferência dos bens e direitos relativos à exploração do aproveitamento hidroelétrico das PCH Palmeira e PCH Palmeiras para a Sapucaí-Mirim, concomitantemente à transferência integral das quotas da Controlada para a Rio Parapanema Participações S.A.

13.3.5 Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (do acordo GSF) (Generation Scaling Factor-GSF)

Referem-se ao registro da existência da concessão parcial dos custos incorridos com o GSF assumido pelos titulares das usinas hidroelétricas participantes do MRE desde 2012, com o aproveitamento da crise hídrica. A alteração legal teve como objetivo a compensação por custos não hidroelétricos causados por empreendimentos de geração descentralizados estruturados, relacionados à antecipação da geração física.

As alterações na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao acoplamento da geração dos estruturantes e à por geração fora da ordem de início e interrupção. Referida compensação dar-se-á mediante a extensão de duração, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Anel.

14 Fornecedores

Fornecedores e outras partes a pagar são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das operações, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, fornecedores e outras partes a pagar são apresentados como passivo não circulante. Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetivo. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor de fatura correspondente.

14.1 Composição

Materiais e serviços contratados	Controladora		
	2021	2020	
	Circulante	Circulante	
	4	22	
	14	28	
	Consolidado		
	2021	2020	
	Circulante	Não circulante	Total
Suprimento de energia elétrica	5.610		2.036.256
Operações de trading	35.785		6.175
Materiais e serviços contratados	14.425		18.539
Encargos de uso da rede elétrica	3.323	28.129	25.005
Taxa	3.058		2.514
Taxa-g	253	28.129	25.005
Encargos de conexão	18		19
	879.289	28.129	2.069.989
			25.005
			2.110.914

Na rubrica de suprimento de energia elétrica está registrada o limite de R\$ 475.442 e R\$ 203.170 em dezembro de 2020 e referente à entrega de garantia física.

No primeiro trimestre de 2021 foi realizado o pagamento no montante de R\$ 1.745.998 no Consolidado, referente ao valor apresentado pela CCEE relativo às amortizações sobre o GSF concedido à Anel vide nota explicativa nº 13. Com o pagamento referente aos valores da limitação sobre o GSF restaram os registros referentes à limitação de garantia física, que segue ativa, gerando amortizações mensais além da remuneração do saldo com base no IGP-M.

14.2 Encargos de uso da rede elétrica

A Anel regula as tarifas que regem o acesso aos sistemas de distribuição e transmissão. As tarifas devidas pela Rio Parapanema e Rio Sapucaí-Mirim são:

- i. Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (Tusd);
- ii. Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição Aplicáveis às Unidades Geradoras Conectadas aos Sistemas de Distribuição (Tusd-g);
- iii. Encargos de Conexão (vide nota explicativa nº 25.3).

A Rio Parapanema abrevia de forma judicialmente, via Ação Ordinária, a revisão dos valores a serem pagos por conta da Tusd-g, pelo enrijecimento de que os demais instalações de transmissão (DT) e os Transformadores da Fronteira Integram o sistema de transmissão e que a tarifa por remuneração destes ativos do sistema de transmissão deve ser calculada com base na direção do sinal locacional.

Em junho de 2009, a Rio Parapanema requereu nos autos da Ação Ordinária o depósito judicial dos valores da Tusd-g e a determinação judicial para que os contratos de uso do sistema de distribuição (Cud) com as distribuidoras fossem cancelados assinados. Em junho de 2009 o pedido de depósito judicial foi indeferido mas o juiz reconheceu os Cud como assinados. A Rio Parapanema recorreu da decisão que indeferiu o pedido de depósito e, em agosto de 2020, o Tribunal autorizou o depósito judicial dos montantes relativos à diferença entre as tarifas calculadas em conformidade com a Resolução Normativa Anel nº 549/2009 e a Resolução nº 497/2007.

Em dezembro de 2014, foi proferida sentença em primeira instância que julgou totalmente procedentes os pedidos da Rio Parapanema na Ação Ordinária. Com a decisão, as partes apresentaram recursos de apelação, cujos julgamentos estão pendentes. O Grupo efetuou o pagamento das últimas parcelas dos depósitos judiciais no primeiro trimestre de 2012, cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 704.779 (R\$ 100.335 em 31 de dezembro de 2020). O passivo a ser apresentado líquido dos depósitos judiciais a seu saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 28.129 (R\$ 25.005 em 31 de dezembro de 2020).

15 Encargos setoriais

As obrigações a receber provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

	Consolidado		
	2021	2020	
	Circulante	Não circulante	Total
CFURH	5.576		8.202
P&D	25.323	6.585	25.995
TFSEE	6.4		560
	31.518	6.585	25.439
			9.369
			34.807

15.1.1 Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidroelétricas. Também são beneficiadas pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

15.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

De acordo com o Contrato de Concessão, Lei nº 9.991/2000, artigo 24 da Lei nº 10.438/2002 e artigo 2 da Lei nº 10.848/2004, as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de distribuição, geração ou transmissão de energia elétrica, assim como as autorizadas a produção independente de energia elétrica, exceto aquelas que geram energia exclusivamente a partir de pequenas centrais hidroelétricas, biotermas, cogeração qualificada, usinas eólicas ou solares, devem aplicar o montante mínimo de 1% (um por cento) de sua Receita Operacional Líquida em Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica e Eficiência Energética (no caso das Distribuidoras) segundo os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela Anel. Em conformidade com a Resolução Normativa nº 605/2014 da Anel, a Rio Parapanema está apresentando os gastos com P&D no grupo das deduções da receita bruta.

Para fins de reconhecimento dos investimentos realizados a empresa de energia elétrica deve encaminhar ao final dos projetos um Relatório de auditoria contábil e financeira e um Relatório Técnico específico dos projetos de P&D para avaliação final e parecer da Anel.

15.1.3 Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996, e equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizada do serviço público de energia elétrica. O valor anual da TFSEE é estabelecido pela Anel com a finalidade de constituir sua receita e destiná-la à cobertura do custeio de suas atividades. A TFSEE líquida anualmente é paga mensalmente em doze décimos pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da Anel.

16 Debêntures

As debêntures são reconhecidas inicialmente pelo valor justo líquido dos custos incorridos na sua emissão e são subsequentemente demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados líquidos dos custos da transação e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento das debêntures são reconhecidas como custos da transação das debêntures, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidação e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

16.1 Composição

				Consolidado 2021			
				Circulante		Não circulante	
				Juros, variação monetária e custos de transação		Variação monetária e custos de transação	
Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Principal	Total	Principal	Total
			Brasil				
4ª	2	IPCA + 6,07% ao ano	15/07/2023	83.323	56.484	142.808	
7ª	2	IPCA + 6,91% ao ano	30/06/2022	92.110	28.344	93.344	
8ª	1	06,5% do DI ao ano	01/03/2023	80.000	4.848	80.000	182
9ª	2	IPCA + 5,50% ao ano	30/03/2025	8.456	8.456	60.800	76.494
9ª		04,40% ao ano	30/03/2024	5.833	5.833	80.600	3.21
9ª	2	04,40% ao ano	30/03/2026	0.930	0.930	320.200	1.045
				263.325	117.815	823.350	98.605
							911.955

				2020			
				Circulante		Não circulante	
				Juros, variações monetárias e custos de transação		Variações monetárias e custos de transação	
Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Principal	Total	Principal	Total
4ª	2	IPCA + 6,07% ao ano	15/07/2023	83.326	56.339	133.603	86.075
5ª	2	IPCA + 0% ao ano	20/05/2022	80.000	36.863	1.689	
7ª	2	IPCA + 5,57% ao ano	31/10/2022	100.000	78.48	118.145	140.000
8ª	1	06,75% do DI ao ano	15/03/2023		597	927	86.000
9ª	2	IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025		7.563	7.563	160.000
				263.341	113.626	276.987	496.675
						111.159	97.034

16.2 Vencimentos

Vencimento a longo prazo	Consolidado				
	2023	2024	2025	2026	Total
Debêntures 4ª emissão série 2	136.880				136.880
Debêntures 8ª emissão série 1	79.938				79.938
Debêntures 8ª emissão série 2	178	98.586	97.750		196.494
Debêntures 9ª emissão série 1	310	79.378			79.688
Debêntures 9ª emissão série 2	327	327	158.707	160.000	218.955
	217.833	278.271	256.051	160.000	911.955

16.3 Movimentações

Saldo em 31 de dezembro de 2020	4ª Emissão	5ª Emissão	7ª Emissão	8ª Emissão	9ª Emissão	Total
	Série 2	Série 2	Série 2	Série 1	Série 2	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	380.681	115.899	231.503	180.348	185.333	1.074.801
Captação de debêntures						
Custos da transação						
Amortização de custos de transação	78	9	373	250	178	1.000
Apropriação de juros	19.256	3.285	1.73	5.728	3.980	9.933
Apropriação de variação monetária	37.514	3.845	5.694	8.546		53.409
Pagamento de debêntures	83.323	(80.018)	(100.000)			(263.341)
Pagamento de juros	(23.167)	(8.102)	8.551	(1.577)	(13.087)	(33.283)
Pagamento de variação monetária	(48.060)	36.044	(20.066)			(32.082)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	379.089		128.344	164.786	204.980	1.853.195

16.4 Covenants Financeiros

As cláusulas restritivas previstas no Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Quarta, Quinta, Sexta, Oitava e Nona emissões da Rio Parapanema são:

- i. Índice entre dívida do Ebitda pelo Resultado Financeiro que deverá ser igual ou superior a 2,0;
- ii. Índice entre dívida do Dívida Líquida pelo Ebitda que deverá ser igual ou inferior a 3,20;
- iii. Redução de capital da Controlada poderá ser realizada se observado o limite igual ou inferior a 0,7 do índice financeiro quando da dívida do dívida total pelo patrimônio da dívida total e capital social da Controlada, no 7º, 8º e 9º poderá ser realizada em observância ao seguinte índice financeiro: quociente da dívida total da Controlada pelo patrimônio da dívida total e Capital Social da Controlada, tendo por base as informações mais recentes Demonstrações Financeiras da Controlada igual ou menor a 0,90 (noventa por cento);
- iv. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Controlada atendeu os referidos índices financeiros e, cumprindo assim, os referidos covenants conforme abaixo:

Índice Financeiro	Limites	2021	2020
Ebitda/Resultado Financeiro	igual ou superior a 2,0	2,07	4,15
Dívida líquida/Ebitda	igual ou inferior a 3,2	2,25	3,00
Dívida total/(Dívida total + Capital social)	igual ou inferior a 0,7	0,67	0,58

16.5 Covenants não financeiros

i. Inadimplência no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, controladas pela Emissão, no mercado local ou internacional em valor superior a R\$ 30 milhões para as 4ª e 5ª debêntures e R\$ 32 milhões para a 7ª e 8ª debêntures e R\$ 70 milhões para a 9ª debênture.

ii. 44/54/9ª debêntures - Transferência de controle acionário direto ou indireto da Controlada, desde que, após tal transferência as classificações de risco pela Moody's ou Standard & Poor's ou na lista destas, a Fitch, rebaixar por motivos diretamente ligados à transferência de controle acionário da Controlada, a classificação de risco da Controlada em dois níveis em relação à classificação de risco da Controlada vigente na data da emissão.

iii. 7/8/9ª debêntures - Transferência de controle acionário direto da Controlada, desde que, após tal transferência, a Moody's ou Standard & Poor's, ou na lista destas, a Fitch, rebaixar por motivos diretamente ligados à transferência de controle acionário da Controlada, a classificação de risco da Controlada em dois níveis em relação à classificação de risco da Controlada vigente na data da emissão.

iv. Cisão - fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Controlada, exceto se cumpridas exigências dos itens a, b e c desta mesma cláusula das escrituras de emissão de debêntures, para a 7ª, 8ª e 9ª emissões somente os itens a e b.

v. Término antecipado ou interrupção, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão pelo poder concedente relativo ao serviço público de energia elétrica.

As outras cláusulas restritivas estão detalhadas nas escrituras de emissão das debêntures, disponível no site <https://www.ctgbr.com.br>, com o link parapanemadistribuidora no menu de navegação.

16.6 Captação da 9ª emissão de debêntures

Em 26 de janeiro de 2021 a Rio Parapanema Energia capta R\$ 500.000 (quinhentos milhões de reais), no mercado na forma de dívida, por meio da 9ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominal, estruturada de espécie zero-gratuita, no mercado local as quais foram distribuídas com estornos restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009, destinadas exclusivamente a investidores profissionais.

As debêntures simples dos recursos emitidos das séries 1 e 2 ocorreram em 28 de janeiro de 2021 e não houve incidência de juros e variação monetária incorridos entre a data da emissão das debêntures e a liberação efetiva dos recursos. A emissão foi realizada em duas séries sendo a série 1 composta de 80.000 (oitenta mil) debêntures no valor nominal de R\$ 0,00 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em três anos e a série 2 composta de 320.000 (trezentos e vinte mil) debêntures no valor nominal de R\$ 1,000 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em cinco anos, totalizando assim 500.000 (quinhentos e mil) debêntures.

A oferta foi emitida com base nas deliberações da Assembleia de Dirigentes da Rio Parapanema realizada em 22 de dezembro de 2020:

- i. da Reunião do Conselho de Administração da Rio Parapanema realizada em 22 de dezembro de 2020;
- ii. no parecer favorável do Conselho Fiscal da Rio Parapanema em 22 de dezembro de 2020 e;
- iii. e ratificada em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de janeiro de 202





## Rio Parapanema Participações S.A. CNPJ/ME nº 02.757.206/000-07

continuação das Notas Explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

iii) principal da primeira parcela de amortização das debêntures da série 2 da 2ª emissão.

iv) retorno do capital de giro da Rio Parapanema Energia.

Os custos de transação incorridos na captação estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido e foram considerados para determinar a taxa efetiva dos juros em conformância com o CPC 08 - Custos de transações e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários.

As cláusulas restritivas ("covenants") previstas na escritura da quinta emissão das debêntures são similares às constantes nas escrituras de quarta, quinta e sexta emissões com exceção para redução de capital permitida que deverá ser igual ou maior a 0,90 (noventa por cento).

Para a 9ª emissão de debêntures incluído juros remuneratórios correspondentes a 100% da taxa DI acrescida de uma sobre taxa, de 1,40% para a série 1 e de 1,85% para a série 2.

### 17 Provisões para riscos

As provisões para os riscos referentes aos riscos estão listadas com prováveis ou esperados contabilmente desde que haja uma obrigação presente, legal ou contratual, como resultado de eventos passados.

ii) é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação e

iii) o valor pode ser estimado com segurança.

As perdas e ganhos são possíveis nas reconhecidas contabilmente sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências não certas são classificadas como "terceiras" nas provisões não divulgadas exceto quando em virtude da visibilidade do processo, o Grupo considere sua divulgação justificada.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos passivos que devem ser necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. A Administração do Grupo, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões na cobrança de perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas, fiscais, ambientais, legais, etc. e em caso de dúvida, quando é exigido devido judicial, para qualquer caso, essa provisão é apresentada no valor de 50% respectivo, respectivamente.

Demais decorrentes das minuciosas as provisões constituídas são demonstradas em nota específica (vide nota explicativa nº 8).

### 17.1 Provisões para riscos

#### 17.1.1 Composição

	Consolidado			2020
	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	3.340	(1.785)	1.555	6.115
Fiscais	20.43	(204)	20.232	8.790
Cíveis	9.753	(257)	9.496	8.314
Desapropriações de terras	6.957		6.957	8.309
Indenizações de debêntures	2.758	(257)	2.501	726
Ambientais	1.612	(2.733)	(1.121)	3.657
	<b>49.211</b>	<b>(4.449)</b>	<b>44.762</b>	<b>43.177</b>

#### 17.1.2 Movimentação

	Cíveis			2020
	Trabalhistas	Fiscais	Indenizações de terras	Ambientais
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.615	18.790	6.389	1.726
Provisões reversões	21	347		244
Variações monetárias	1.286	335		253
Variações monetárias			608	843
Acordos/pagamentos	15	582	768	843
	<b>159</b>	<b>582</b>	<b>908</b>	<b>843</b>
Depósitos judiciais	4	72	15	40
Variações monetárias	21	72	15	40
Reclassificações	(187)	761	(15)	(2.051)
	<b>5.584</b>	<b>20.233</b>	<b>2.499</b>	<b>8.449</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2021				

	Consolidado			2020
	Trabalhistas	Fiscais	Indenizações de terras	Ambientais
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.726	16.188	1.771	5.991
Provisões para riscos				
Provisões reversões	1.451	402		5.368
Provisões (*)			6.272	6.272
Variações monetárias	83	261		87
Variações monetárias (*)				53
Acordos/pagamentos	(5.798)	683	1.76	5.914
	<b>(5.070)</b>	<b>683</b>	<b>1.76</b>	<b>5.311</b>
Depósitos judiciais	197	56	8	124
Variações monetárias	1.613	56	8	651
Acordos	809		36	900
Reclassificações	(41)	(55)	44	136
	<b>6.615</b>	<b>18.790</b>	<b>1.726</b>	<b>6.657</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2020				

Saldo em 31 de dezembro de 2020

Os saldos contabilizados em contrapartida do imobilizado em razão das ações serem referentes a desapropriação de terrenos.

i) Reclassificações realizadas entre depósitos judiciais com provisões atreladas.

#### a) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021, as principais provisões relativas aos riscos trabalhistas com expectativa de perda provável são referentes às ações movidas por ex-empregados e terceirizados, envolvendo pagamento de verbas rescisórias, horas extras, periodicidade, equiparação salarial, entre outros pedidos.

As constituições referem-se a novas ações e reanudações por parte dos assessores jurídicos da Companhia decorrentes de decisões desfavoráveis no exercício. As baixas do exercício referem-se a encerramentos de ações no curso normal dos processos e/ou mediante celebração de acordos judiciais, o que acarretou a redução das provisões.

#### b) Fiscais

Em 31 de dezembro de 2020, as principais provisões relativas aos riscos fiscais com expectativa de perda provável são referentes a Controlada Rio Parapanema Energia S.A., sendo que as principais ações são:

i) Processo Administrativo nº 9515-003540/2020 decorrente de um Auto de infração referente a destinação para incentivo fiscal do Fundo de Investimentos da Amazônia (FIMA) dos recolhimentos do imposto sobre lucro tributários, efetuados nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2000. Decisão de primeira instância parcialmente favorável à Companhia. O valor atualizado para 31 de dezembro de 2021: R\$ 3.079 (R\$ 3.037 em 31 de dezembro de 2020).

ii) Processo administrativo nº 0880-723970/2013, que trata de pedidos eletrônicos de restituição ou ressarcimento de créditos de COFINS do ano de 2004. Foi apresentado recurso administrativo em razão de parte dos valores não terem sido homologados pela Receita Federal, valores estes que totalizam em 31 de dezembro de 2021 R\$ 3.657 (R\$ 3.450 em 31 de dezembro de 2020).

iii) Ação Anulatória ajuizada pela Companhia visando cancelamento de dívidas de PIS, COFINS e CSLL referente aos anos calendariais de 2004 a 2007. A discussão se dá em razão da isenção na aquisição de energia elétrica de Itaipu, a qual a Receita Federal não entende cabível. O valor total de discussão em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 3.700, sendo que o valor provável de R\$ 415.

#### c) Cíveis

Em 31 de dezembro de 2021, a principal provisão relativa ao risco cível com expectativa de perda provável é relativo à Controlada Sapucaí Mirim Energia Ltda.

A variação observada na Ação de Desapropriação ajuizada em face de Milenard Sadran em que se discute a desapropriação e valorização do imóvel para a construção do reservatório da UHE Retiro. A decisão de primeira instância foi favorável à Controlada, determinando que a indenização a ser paga fosse calculada tomando por base os valores referentes a terra rural. Em sede de recurso do Tribunal de Justiça de São Paulo reverteu a decisão e considerou que o cálculo deve ser elaborado considerando a propriedade como imóvel urbano. Atualmente o valor envolvido com risco de perda provável é de R\$ 5.997.

#### d) Ambientais

Em 31 de dezembro de 2021, a principal provisão relativa ao risco ambiental com expectativa de perda provável é relativa à Controlada Parapanema Energia S.A.

i) Trata-se de Ação Civil Pública movida pelo Município de Santo Inácio contra a Companhia em que se discute a compensação de impactos ambientais. As partes estão em discussão para formalização de um TAC que colocará em na Ação Civil Pública no momento atualizado para 31 de dezembro de 2021 de R\$ 1.702 (R\$ 6.958 em 31 de dezembro de 2020).

ii) Trata-se de Ações Anulatórias ajuizadas para declarar nulo os autos de infração nº 248.949-D e nº 248.947-D lavrados pelo IBAMA em face da UHE Canoas e II, o valor atualizado para 31 de dezembro de 2021 é no montante de R\$ 1.840 (R\$ 1.810 em 31 de dezembro de 2020).

iii) Provisão para indenização por danos materiais e morais de ações ajuizadas por supostos pescadores profissionais. O valor atualizado para 31 de dezembro de 2021 é no montante de R\$ 1.131 (R\$ 979 em 31 de dezembro de 2020).

### 17.2 Contingências possíveis

	Controladora	Consolidado
	2021	2020
Trabalhistas	34.960	9.258
Fiscais	67.154	27.356
Ambientais	50.457	16.514
Regulatórias	34.399	126.450
Cíveis	36.128	27.395
	<b>24.960</b>	<b>2.258</b>
	<b>24.960</b>	<b>2.258</b>

#### a) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021, as contingências trabalhistas com expectativa de perda possível estão avaliadas no montante de R\$ 5.458 (R\$ 4.496 em 31 de dezembro de 2020).

A variação na rubrica das contingências trabalhistas é decorrente de novas ações trabalhistas ajuizadas por empregados terceiros e ex-empregados da Companhia.

#### b) Fiscais

Em 31 de dezembro de 2021, as principais contingências fiscais na Controlada Rio Parapanema Energia S.A. e na Controladora com expectativa de perda possível são:

i) Mandado de Segurança nº 002.355-84.2004.4 (03.916), que visa a concessão do liminar para ser reconhecido o direito da Companhia de não se sujeitar à multa de multa na aquisição de seus débitos de PIS, IRPJ, CSLL e IGF mediante pagamentos e compensações. Débitos com exigibilidade suspensa por depósitos judiciais e perda possível avaliada em R\$ 10.032 (R\$ 8.828 em 31 de dezembro de 2020).

ii) Processos administrativos originados de pedidos de restituição e compensação de saldo negativo de tributos (IRPJ, IRPF e CSLL), bem como de tributos pagos a maior. Em todos os casos a Companhia apresentou manifestações de não conformidade e/ou recurso voluntário os quais aguardam julgamento. Valor classificado como possível de R\$ 56.300 (R\$ 57.227 em 31 de dezembro de 2020). A redução do valor decorre do encerramento de processos administrativos que ao final foram favoráveis à Companhia, determinando a compensação e/ou restituição.

iii) Autos de infração que discutem para cobrança de CSLL, IRPJ e lucro tributários referentes aos anos calendariais de 2005 a 2010, respectivamente. Em todos os casos foram apresentadas Recursos Voluntários que estão pendentes de julgamento pelo Conselho de Contribuintes. Os valores atualizados para 31 de dezembro de 2021 totalizam R\$ 64.082 (R\$ 57.817 em 31 de dezembro de 2020).

iv) Auto de infração aplicado pela Receita Federal em face da Rio Parapanema Participações com a imposição de multa pela apresentação da ECF referente ao ano calendarial de 2017. O valor atualizado para 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 25.522. O montante de R\$ 11.435 está pulverizado em vários outros processos (R\$ 12.448 em 31 de dezembro de 2020).

#### c) Ambientais

Em 31 de dezembro de 2021, as contingências ambientais na Controlada Rio Parapanema Energia S.A. com expectativas de perda possível referem-se a:

i) Autos de infração lavrados pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAT), pelo IBAMA e pela CETESB, relativos a supostos impactos ambientais ocorridos nas Usinas Chaveses, São Grande, Canoas I, Canoas II, Itaipuçu e Capivara, além das Ações Anulatórias. A Companhia apresentou recursos administrativos e ajuizou ações visando declarar a nulidade das multas. Os valores em 31 de dezembro de 2021 são de R\$ 31.00 (R\$ 38.514 em 30 de dezembro de 2020).

ii) Ações Cíveis Públicas movidas pelo Ministério Público Estadual de Paraná, em face da Companhia relativas a ocupação irregular em área de APP localizada nos reservatórios das Usinas Chaveses e Itaipuçu, a regularização da área de reservatórios e compensação ambiental. Totalizando o valor envolvido para 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.111.

O valor atualizado para 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 50.457 (R\$ 36.514 em 31 de dezembro de 2020).

#### d) Regulatórias

Em 31 de dezembro de 2021, as contingências regulatórias com expectativa de perda possível somam um total de R\$ 124.088, sendo que as principais referem-se às seguintes:

i) Por Ação de Injeção de Energia em 2021, o valor em disputa na Ação (Ordem mencionada na nota explicativa nº 11) ("Encargos de Uso da Rede Elétrica"), a Anel ajuizou a Rio Parapanema por meio do Auto de infração nº 01.2009-SFG por supostamente não ter a Companhia (i) firmado os Custos com as concessionárias de distribuição, e (ii) não ter quitado o passivo de custas acumuladas de junho de 2004 a junho de 2009. Por conta disso, a Companhia ajuizou Mandado da Segurança para suspender a cobrança de multa imposta, tendo sido a liminar deferida em junho de 2009. Em junho de 2013, a Companhia denegou o pedido de liminar feito pela Rio Parapanema no Mandado da Segurança, mantendo-se a multa imposta pela Anel. Em outubro de 2013 a Companhia requereu no processo a suspensão da exigibilidade da multa até o julgamento definitivo do Mandado de Segurança, mantendo o depósito na valor integral e ajuizando a multa objeto da Ação. Em dezembro de 2013 a Companhia interpôs recurso de apelação, que ainda está pendente de julgamento. A classificação é de perda possível e o valor é de R\$ 28.285 (R\$ 37.524 em 31 de dezembro de 2020).

ii) Em 2002, AES Sul distribuidora de energia elétrica ingressou com ação judicial visando não se sujeitar a aplicação retroativa da Resolução 298 da Anel. A Companhia pode ser impactada por eventual decisão favorável à distribuidora e o valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 47.843 (R\$ 56.501 em 31 de dezembro de 2020).

iii) Entre 2010 e 2012, uma associação de distribuidoras e uma distribuidora ingressaram com ações judiciais visando anular os despachos da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (SFF/Anel) nº 2.617/2010 e nº 1.752/2012, respectivamente. A Companhia pode ser impactada por eventuais decisões favoráveis às distribuidoras. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 10.742 (R\$ 17.828 em 31 de dezembro de 2020).

#### e) Cíveis

Em 31 de dezembro de 2021, a principal contingência cível na Controlada Rio Sapucaí Mirim Energia Ltda. com expectativa de perda possível refere-se a uma Ação de Desapropriação em que se discute a desapropriação e valorização do imóvel para a construção do reservatório da UHE Palmeiras. A decisão de primeira instância foi favorável à Sociedade considerando a parcela realizada. O processo atualmente aguarda decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo diante do recurso apresentado pelo seu Milenard Sadran. Atualmente o valor envolvido com risco de perda possível é de R\$ 28.933.

### 18 Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos é feita para os acionistas do Grupo com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras. Ao final do exercício, eventuais dividendos que excedem o mínimo obrigatório que pertence ao patrimônio líquido até que a assembleia dos acionistas aprove.

Os saldos contabilizados referentes às transações de trading em aberto estão abaixo apresentados:

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.

China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

Huikun Clean Energy S.A.R.L.









## Rio Parapanema Participações S.A. N.P.J. ME nº 02.357.206-0001-07

continuação das Notas Explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

Como mencionado anteriormente, o país enfrentou em 2021 uma crise hídrica sem precedentes que reduziu o despacho da ONS para as geradoras hidrelétricas e aumentou o despacho das usinas térmicas que por sua vez provocaram elevação no preço da energia no curto prazo (PLD).

Dentro desse contexto, o Grupo efetuou diversas compras de energia durante o ano visando mitigar parte dos impactos negativos do cenário hidrológico. Uma dessas contrapartes solicitou ao Grupo uma renegociação acerca dos compromissos contratuais de entrega de energia comprada para o exercício.

A partir dessa solicitação, houve renegociação das volumes, preços e prazos originalmente contratados e, em contrapartida a essas não cumprimento contratual, as controladas Rio Parapanema e CTG Trading receberam uma compensação financeira no valor de R\$ 97.629 no quadro, apresentados líquidos de PIS/COFINS.

Ainda acerca dessa renegociação, se considerados todos os anos do contrato com essa contraparte, o resultado à valor presente foi benéfico para o Grupo e em uma piora muito maior caso a contraparte efetivamente não honrasse o compromisso original vale ressaltar que tivemos somente esse caso de renegociação e que caso o Grupo não tivesse implementado ações mitigadoras dessa natureza, teria um resultado muito pior efetivando as compras de energia junto à CCEE no Mercado de Curto Prazo (MCP). Adicionalmente, a Administração revisou os processos de Risco de Portfólio e de Crédito, rio sendo de tomados ainda mais robustos.

### 27 Apuração do imposto de renda e contribuição social e tributos diferidos

#### 27.1 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A apuração entre a despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora			2020		
	IRPJ	C.S.L.	Total	IRPJ	C.S.L.	Total
<b>Lucro contábil antes do IRPJ e C.S.L.</b>						
Alíquota nominal de 15%	294	462	756	170.078	255.118	425.196
<b>IRPJ e C.S.L. a alíquota pela legislação</b>						
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Juros sobre capital próprio				2.439	3.658	6.097
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa				2.439	3.658	6.097
Outras adições permanentes líquidas				24	36	60
<b>IRPJ e C.S.L. do exercício com efeito no resultado</b>						
IRPJ e C.S.L. efetivos				7.508	11.262	18.770
<b>Total IRPJ e C.S.L. do exercício com efeito no resultado</b>						
Ajustes correntes - exercícios anteriores				2.439	3.658	6.097
<b>Total IRPJ e C.S.L. com efeito no resultado</b>						
Alíquota efetiva	0,0%	0,0%	0,0%	7,1%	0,4%	7,5%

	Controladora			2020		
	IRPJ	C.S.L.	Total	IRPJ	C.S.L.	Total
<b>Lucro contábil antes do IRPJ e C.S.L.</b>						
Alíquota nominal de 15%	568	852	1.420	248.747	373.121	621.868
<b>IRPJ e C.S.L. a alíquota pela legislação</b>						
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Juros sobre capital próprio				405	608	1.013
Equivalência patrimonial de controlada				1.114	1.671	2.785
Amortização ágio da Duke Sudeste				5	7	12
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa				2.439	3.658	6.097
Prejuízo Imagem GSF				4	6	10
Diferença por tributação de lucro presumido em controladas				3	4	7
<b>IRPJ e C.S.L. do exercício com efeito no resultado</b>						
IRPJ e C.S.L. efetivos				227.85	34.574	362.424
<b>Total IRPJ e C.S.L. do exercício com efeito no resultado</b>						
Ajustes correntes - exercícios anteriores				27	41	68
<b>Total IRPJ e C.S.L. com efeito no resultado</b>						
Alíquota efetiva	34,13%	78,4%	41,9%	22,9%	8,5%	31,4%

Para efeitos de apuração das bases de cálculo dos tributos federais de Rio Parapanema, as ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos seguintes pronunciamentos técnicos: CPC 38 - Benefícios a Empregados, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações e CPC 27 - Ativo Imobilizado.

#### 27.2 Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito executável de legalmente compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

A Controlada indireta Rio Sapucaí Mirim é optante pelo regime de tributação pelo lucro presumido, portanto, não constitui provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos.

	Controladora			2020		
	IRPJ	C.S.L.	Total	IRPJ	C.S.L.	Total
<b>Ativo de imposto diferido</b>						
<b>Diferenças temporárias</b>						
Prejuízo fiscal e Base de cálculo negativa	394.491	14.496	408.987	4.319	46	4.365
Amortização ágio da Duke Sudeste	16	24	40	425.084	638	425.722
Prejuízo Imagem GSF	5.448	8.172	13.620	4.319	46	4.365
Be - Imagem GSF	8	12	20	4.319	46	4.365
Ajuste atuarial plano de pensão	8.716	2.435	11.151	7.508	11.262	18.770
Amortização de direito de uso	2.734	400	3.134	568	852	1.420
Valores recebidos a maior RTE	4	6	10	26	39	65
Outras provisões	3.41	5	8	3.41	5	8
<b>Total bruto</b>	<b>458.040</b>	<b>164.067</b>	<b>622.107</b>	<b>469.140</b>	<b>768.590</b>	<b>1.237.730</b>
<b>Passivo de imposto diferido</b>						
<b>Diferenças temporárias</b>						
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	15.584	23.376	38.960	5.319	79	5.398
Aplicação de provisões	74.381	41.665	116.046	148.192	22.214	170.406
Investimento em controlada	65.331	12.345	77.676	2.7	4	7
<b>Total bruto</b>	<b>(346.787)</b>	<b>(124.844)</b>	<b>(471.631)</b>	<b>(364.758)</b>	<b>(54.974)</b>	<b>(419.732)</b>
<b>Imposto diferido líquido</b>	<b>1.253</b>	<b>39.223</b>	<b>40.476</b>	<b>104.382</b>	<b>713.616</b>	<b>818.000</b>

Em 31 de janeiro de 2022, conforme previsto no CPC 10, o Grupo reconheceu o valor justo de certos ativos imobilizados (custo atribuído na data de adoção inicial dos CPCs e do IFRS). Em decorrência, o Grupo também reconheceu os correspondentes valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, nessa data de transição, acima apresentado no quadro como Ajuste de avaliação patrimonial.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo ocorrerá na medida em que tais valores sejam diferidos e utilizados.

Nas demonstrações financeiras, no 1º trimestre de 2021, ocorreu a realização do diferido constituído para a limitação GSF e em decorrência da reversão dos valores, a empresa apurou prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de C.S.L. no exercício.

As provisões reconhecidas no passivo referem-se a extensão da concessão firmada em acordo com a CCEE, que é realizada conforme sua amortização.

O Grupo apresenta o imposto de renda e contribuição social diferidos no grupo não circulante conforme CPC 26 (IAS 1). Apresentação das demonstrações financeiras.

O Grupo tem a expectativa de realização do imposto de renda e de contribuição social diferidos de acordo com premissas internas e conforme apresentado no quadro abaixo.

Condição

Imposto de renda e contribuição social diferidos

2021 2020 2021 2020 2021 A partir de 2022 Total

8.701 1.200 9.901 4.500 5.400 150.410

27.3 Benefício fiscal - Ágio incorporado

O montante de ágio incorporado pela Rio Parapanema S.A. em razão da incorporação da Duke Energia de Brasília Ltda ("Duke Sudeste"), em fevereiro de 2002 teve como fundamento econômico e expectativas de resultados futuros e será amortizado até 2030, conforme estipulado pela Resolução Anel nº 28/2002, baseado na projeção de resultados futuros, elaborada por consultorias externas naquela data.

A Controlada Rio Parapanema Energia S.A. constitui provisão para manter a integridade do patrimônio, após reversão neutralizar o efeito da amortização de ágio no balanço patrimonial, segue sua composição:

	Controladora e Consolidada			2020		
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Ágio	Provisão	Valor Líquido
Saldo iniciais de incorporação	41.416	179.878	(138.462)	426.300	75.008	(351.292)
Saldo no final do período	32.250	(21.692)	10.558	39.028	(25.762)	13.266

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, o valor líquido correspondente ao benefício fiscal - imposto de renda e contribuição social, acima descrito, está sendo apresentado no balanço patrimonial como aumento de despesas imputadas no ativo não circulante, na rubrica impostos diferidos. Na forma prevista pela Instrução CVM nº 318/1990, não há efeitos no resultado do exercício conforme demonstrado a seguir:

	2021	2020
Amortização do ágio	(6.168)	6.411
Reversão da provisão	4.070	4.549
Reversão fiscal	2.096	2.447
Realização do benefício fiscal referente ágio incorporado da Duke Sudeste		

	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028 em diante	Total
Realização esperada	1.872	1.671	1.492	1.362				7.497

### 28 Lucro por quota

O cálculo básico e diluído de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações do Grupo, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação.

	Controladora	
	2021	2020
<b>Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia</b>	<b>7.549</b>	<b>670.940</b>
Lucro líquido do exercício		

Denominador (Média ponderada de número de ações)

	2021	2020
Lucro líquido básico e diluído por ação	198,754	198,754
Ações em circulação	38.447	3.384.333

### 29 Instrumentos financeiros

#### 29.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, o que, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo do financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

#### 29.1.1 Classificação

O Grupo pode classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

1. Mensurados ao valor justo através do resultado

2. Mensurados ao custo amortizado

A Administração determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo ou passivo financeiro foi adquirido. Nestas demonstrações financeiras, a Sociedade classifica seus instrumentos financeiros como mensurados ao custo amortizado.

Mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data da emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes), e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzido de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. As operações com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras e operacionais, usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos (perdas). As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. A Companhia não opera com derivativos e também não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de hedge (hedge accounting).

#### 29.1.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos de transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os custos das transações dos ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado (destinados à negociação) são reconhecidos no resultado. Os empréstimos a receber são mensurados pelo valor de custo amortizado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

#### 29.1.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou liquidar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### 29.2 Mensuração do valor justo

O Grupo mensura alguns instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pelo pagamento de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data da mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados de mercado ou informações de fontes confiáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos de passivos idênticos aos que a Grupo possa ter acesso na data de mensuração.

Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente.

Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

As operações do Grupo compreendem a geração e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras e clientes livres. As vendas são efetuadas através dos denominados "contratos bilaterais", acordados em período posterior ao da privatização da Rio Parapanema, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O preço é reajustado anualmente pela variação do IGP-M ou IPCA. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada, energia alocada e o somatório das quantidades vendidas através de contratos são ajustadas através das regras de mercado e liquidadas no âmbito da CCEE. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio do Grupo estão descritos na nota explicativa nº 4.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio do Grupo estão descritos na nota explicativa nº 4. Todos os contratos têm cláusulas que permitem ao Grupo a cancelar o contrato e a entrega de energia no caso de não cumprimento das condições de mercado.

#### 29.3 Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

##### 29.3.1 Contratos de opções gerais

A Grupo participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contábeis patrimoniais, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado e de moeda. A Administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição a riscos de mercado.

Os principais instrumentos financeiros do Grupo estão representados por:

Características	Classificação	Consolidado			
		Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor a mercado	Valor a mercado
<b>Ativos financeiros</b>					
Ativos financeiros não derivativos	Custo amortizado	Nível 1	4.386	4.386	44
Ativos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	22.036	22.036	1.151.127
<b>Aplicações financeiras</b>	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	19	19	807
<b>Aplicações financeiras vinculadas</b>	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	23.161	23.161	861.924
<b>Depósitos bancários</b>	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	6.819	6.819	6.942
<b>Operações de trading</b>	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	91.814	91.814	74.118
<b>Passivos financeiros</b>					
Passivos financeiros não derivativos	Custo amortizado	Nível 2	6.738	6.738	2.074
Passivos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	28.313	28.313	34.837
<b>Operações de trading</b>	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	28.313	28.313	34.837
<b>Juros sobre capital próprio (JSCP)</b>	Custo amortizado	Nível 2	28	28	46
<b>Dividendos</b>	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	28	28	46
<b>Operações de trading</b>	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	28	28	46

### 30 Seguros

A CTG Brasil também contrata seguros levados em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas entre os ativos e/ou responsabilidades sob o de seus controlados. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Apólices	Vigência		Limite máximo de indenização em R\$ milhares
	04/08/2021 a 04/08/2022	04/08/2022 a 04/08/2023	
Risco operacional	100.000.000	100.000.000	100.000.000
Responsabilidade civil	100.000.000	100.000.000	100.000.000
Risco de crédito	100.000.000	100.000.000	100.000.000
Perigo de morte e incapacidade de dirigir veículos	08/01/2021 a 08/01/2022	08/01/2022 a 08/01/2023	100.000.000
Perigo de morte e incapacidade de dirigir veículos	08/01/2021 a 08/01/2022	08/01/2022 a 08/01/2023	100.000.000

### 31 Transações não caixa

	Consolidado	
	2021	2020
Depositos bancários	58	58
Depositos em caixa	1.151.127	1.151.127
Projeção a partir de revisão das premissas econômicas do plano de pensão	819	25.611
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	16.7	4.368

### 32 Compromissos

#### 32.1 Contratos de compra e venda de energia elétrica

A Rio Parapanema e a Sapucaí-Mirim possuem contratos bilaterais para venda de energia negociados até o ano de 2027 e 2028, respectivamente.





Rio Paranapanema Participações S.A. CNPJ/ME nº 02.357.206/0001-07

Conselho de Administração

Jianqiang Zhao Presidente	Yujun Liu Membro Efetivo	Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho Membro Efetivo	Xingyang Cao Membro Efetivo	Evandro Leite Vasconcelos Membro Efetivo	Zhiqiang Chen Membro Efetivo	João Renato Domingues Membro Efetivo
------------------------------	-----------------------------	--	--------------------------------	---	---------------------------------	---

Diretoria Estatutária

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho Diretor Presidente	João Luis Campos da Rocha Calista Diretor	Vitor Hugo Lazzareschi Diretor	Marcio José Peres Diretor	Rodrigo Teixeira Egreja Diretor	Antônio dos Santos Enbraud Junior Conselor PA-068 461 4/1
--	--	-----------------------------------	------------------------------	------------------------------------	--

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Analistas  
**Rio Paranapanema Participações S.A.**  
**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Rio Paranapanema Participações S.A. Companhia que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado do resultado abrangente dos mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Rio Paranapanema Participações S.A. e suas controladas ("Consolidadas") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado do resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondências pelas explicações incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.  
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Paranapanema Participações S.A. e da Rio Paranapanema Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021 e o desempenho das suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de elatário financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).  
**Bases para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nessas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, o cumprimento com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida e suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.  
**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**  
A administração da Companhia e responsável pela elaboração e adequação apr-

sentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos princípios internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de causada por fraude ou erro.  
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.  
**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante independentemente de causada por fraude ou erro. O nosso relatório de auditoria contém nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.  
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, executamos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional ao longo de auditoria. Além disso:  
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente de causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente do erro, já que a fraude pode envolver a supressão de controles internos, contabilidade falsificada, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados as circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.  
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.  
Concluímos sobre a adequação do uso da administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar alguma significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.  
Assim, a apresentação, gerar a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira condizente com o objetivo de apresentação adequada.  
• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente relevante as informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.  
Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das conclusões significativas de auditoria, inclusive as distorções significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022

**PricewaterhouseCoopers**  
**Auditores Independentes Ltda.**  
CRC 25P/000 800-5  
**Adriano Formosinho Correia**  
Conselor  
CRC BA 029 9040 5

www.ctgbr.com.br

Comunicamos para transformar

Em um mundo com tantos desafios, a comunicação é fundamental para promover inovação e sustentabilidade. Por isso, aqui na CTG Brasil, acreditamos no diálogo e na colaboração como meios para transformar o nosso futuro. Engajamos e conectamos pessoas com ideias inovadoras, criando uma cultura de inovação e sustentabilidade para o bem da sociedade e do planeta.





 e|investidor  
ESTADÃO

E-BOOK GRATUITO

# Como declarar investimentos no Imposto de Renda

**Não caia na malha fina!**

Guia completo sobre o IR 2022

Aponte a câmera do seu celular  
para o QR Code ao lado e  
cadastre-se para receber este  
conteúdo exclusivo e gratuito





# **broadcast** político

## Por dentro da política Brasileira



ANÁLISE  
POLÍTICA

POLÍTICA  
HOJE

ARTIGOS



UMA NO  
POLÍTICA

POLÍTICO  
REPORT

NOTÍCIAS  
POLÍTICA



REVENHIDAS  
EM POLÍTICA

ANIMA  
DEBATES  
DE POLÍTICA



ANEXO  
POLÍTICA

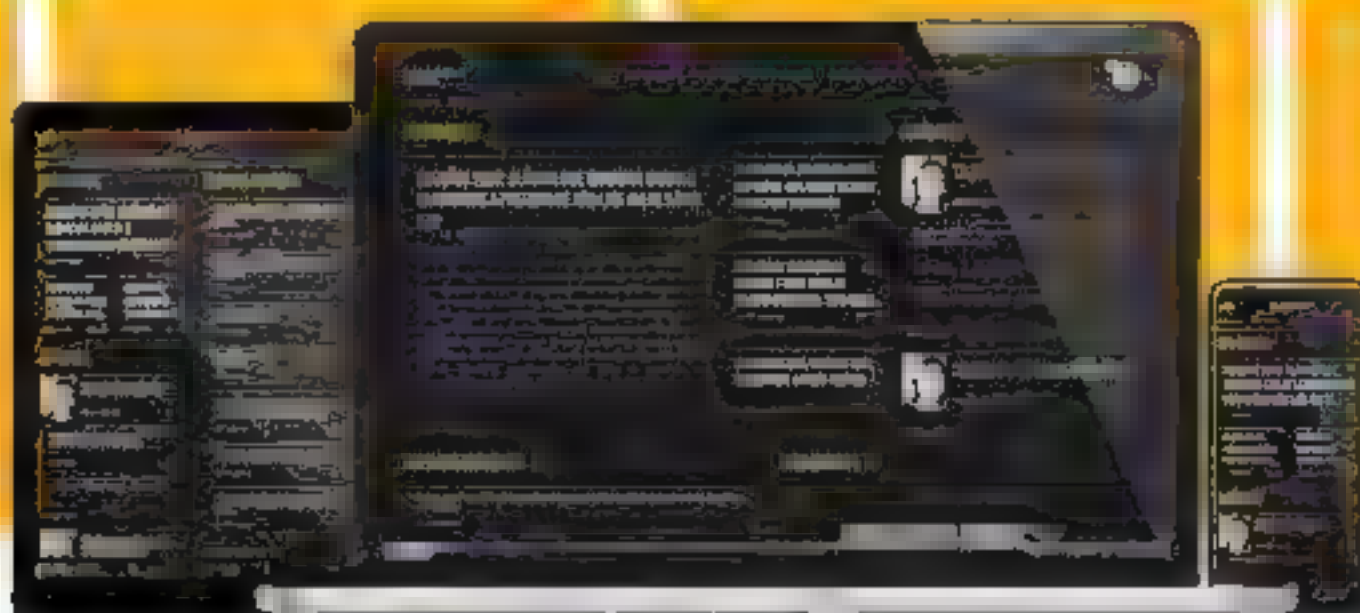


ELEIÇÕES  
2022

POLÍTICA  
POLÍTICA



ESTADOS  
EM POLÍTICA



ANEXO  
POLÍTICA

INFORMAÇÕES CONFIÁVEIS / DECISÕES MELHORES

Acesse [www.broadcastpolitico.com.br](http://www.broadcastpolitico.com.br)



## PROCURANDO SEGURANÇA E CREDIBILIDADE NA HORA DE PUBLICAR ATOS SOCIETÁRIOS?

O Estadão pode lhe dar a visibilidade que sua empresa procura, como o melhor conteúdo em Economia & Negócios, admirado no país inteiro.

- Líder em conteúdo de Economia & Negócios
- Os líderes e formadores de opinião leem o Estadão diariamente
- Veículo mais admirado do país no meio jornal
- 147 anos de qualidade e credibilidade editorial
- Edições impressas de segunda a segunda
- Portal de publicações na editoria de Economia & Negócios do Estadão, o Estadão RI



USE O QR CODE  
E ENTRE EM  
CONTATO.

ESTADÃO RI

ESTADÃO 



**Streaming.** Estreia o épico 'Pachinko'. **TV.** Lícia Manzo fala sobre o fim da novela 'Um Lugar ao Sol'



**Paladar.** Como ficarão os bares no mundo virtual, com drinques vendidos como NFTs

## Cinema

# Entre dois mundos

Filme brinca com os códigos da comédia

Renate Reinsve, no filme norueguês 'A Pior Pessoa do Mundo'







## Direto da Fonte

### Sonia Paes

SONIA PAES



BLOG



INSTAGRAM

MARCELA PAES  
MARCELA.PAES@ESTADAO.COM  
PAULA BONELLI  
PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM  
SOFIA PATSCH  
SOFIA.PATSCH@ESTADAO.COM

### Verde em alta

No final do leilão de ontem, na B3, para o Parque Nacional de Iguaçu, o ministro **Joaquim Leite** tinha boas razões para estar satisfeito. O ágrio chegou a 350%, que levou a outorga a R\$ 370 milhões. Os investimentos na área estarão em torno dos R\$ 4 bilhões.

“Foi um sucesso!”, contou ele à coluna ao final do leilão. Os vários interessados acabaram juntando-se em dois grupos, dando o alto valor financeiro em jogo.

Próximo passo? Outros 14 parques estão na fila, para concessão nos próximos 3 a 5 anos. Anavilhanas, no Amazonas, e um dos primeiros dessa nova lista de leilões.

### Alckmin e cia

Geraldo Alckmin não estará sozinho, hoje, no ato de sua filiação ao PSB. Também assinarão a ficha de ingresso na legenda, na Fundação João Mangabeira, o senador **Dário Berger** (MDB) e o vice tucano do Maranhão, **Carlos Brandão**.

Presentes ao evento, o presidente nacional do PSB, **Carlos Siqueira**, mais **Márcio França**, os governadores **Flávio Dino**, **Paulo Câmara**, **Renato Casagrande** e **João Azevedo**.

### Memória

Em alerta contra a banalização do holocausto, a Confederação Israelita do Brasil debate hoje o discurso de ódio na Câmara dos Deputados.

Com abertura de **Rodrigo Pacheco**, presidente do Senado, participam do seminário **Cláudio Lottenberg**, da Conab, **Joel Ilan Paciornik**, do STJ, os embaixadores **Sidney Leon Romeiro** e **Heiko Thoms**, entre outros.

### Música



KARIM KOHN

### Sábado é dia de clássico com rock, bebê

Das manhas de apresentações da carreira de **João Carlos Martins** – são cerca de 5 mil – só duas tiveram uma “pitada” de rock. A primeira, em 1970, ao lado do grupo Emerson, Lake & Palmer, com a Los

Angeles Filarmônica. Depois, com o músico **Edu Falaschi**, há três anos. Agora, o pianista se prepara para a terceira, no concerto *Beethoven e Rock and Roll*, ao lado da **Bachiana Filarmônica Sesi SP** no **Tokio Marine Hall**. “Eu, volta e meia, escuto rock”, conta. Ele se apresenta com as famosas luvas biônicas que lhe devol-

veram os movimentos dos dedos comprometidos pela distonia focal, uma pancada em uma partida de futebol, em 1965, é um assalto.

### O senhor já está adaptado às luvas biônicas?

Quantas noites eu vou dormir e pergunto a mim mesmo: “será que eu já estou adaptado às luvas biônicas?”

E certamente a segunda pergunta seria “e as luvas biônicas, estão adaptadas a mim?” O importante é que, pelo menos, com as luvas, eu consigo encostar os 10 dedos no teclado depois de 22 anos.

### Como está a expectativa para o show no Carnegie Hall em novembro?

A minha estreia oficial foi no Carnegie Hall quando eu tinha 21 anos, em 1962. E quem patrocinou foi a **Eleanor Roosevelt**. Foi uma emoção incrível, uma noite muito feliz. Depois toquei várias vezes nos Estados Unidos e muitas em Nova York, lá e no Lincoln Center. A expectativa é grande porque eu vou celebrar os 60 anos da minha estreia naquele palco. O concerto será dedicado a distonia focal, doença rara que me acompanhou a vida inteira. Estou treinando três horas por dia para dar o mesmo bis, de três minutos e meio, que eu dei em 1962. Haja coração.

● MARCELA PAES



1

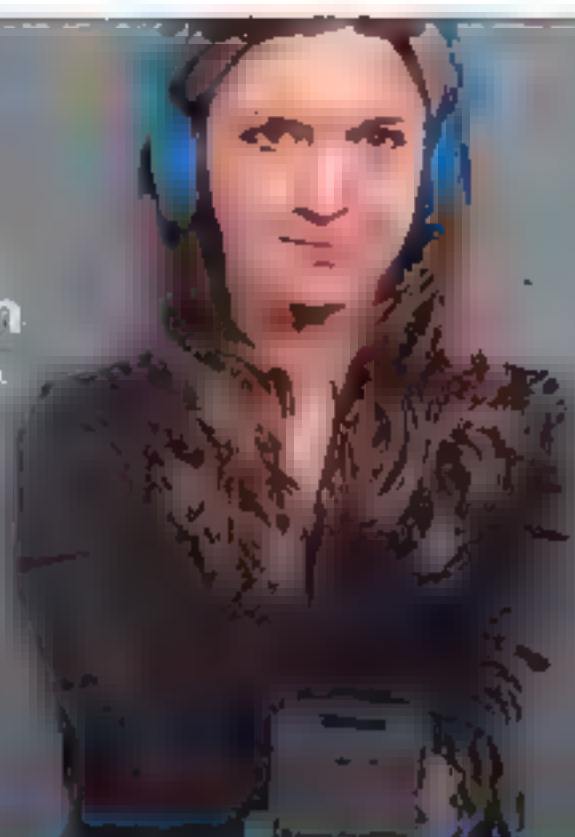


2 Telmo Porto e Lilia Schwarcz – curadora da coletiva “VÁRIOS 22”, que abriu na Arte 132 Galeria. 1 Pablo Alvarenga, Carolina e Ana Elisa Egreja, Sábado, em Moema.

### Redes sociais

“O jornalismo nas redes sociais pede uma linguagem específica e muita agilidade para conquistar o público e mantê-lo atualizado o dia todo. Assim, você se mantém 24 horas dentro da notícia.”

Reportagem especial do Estadão

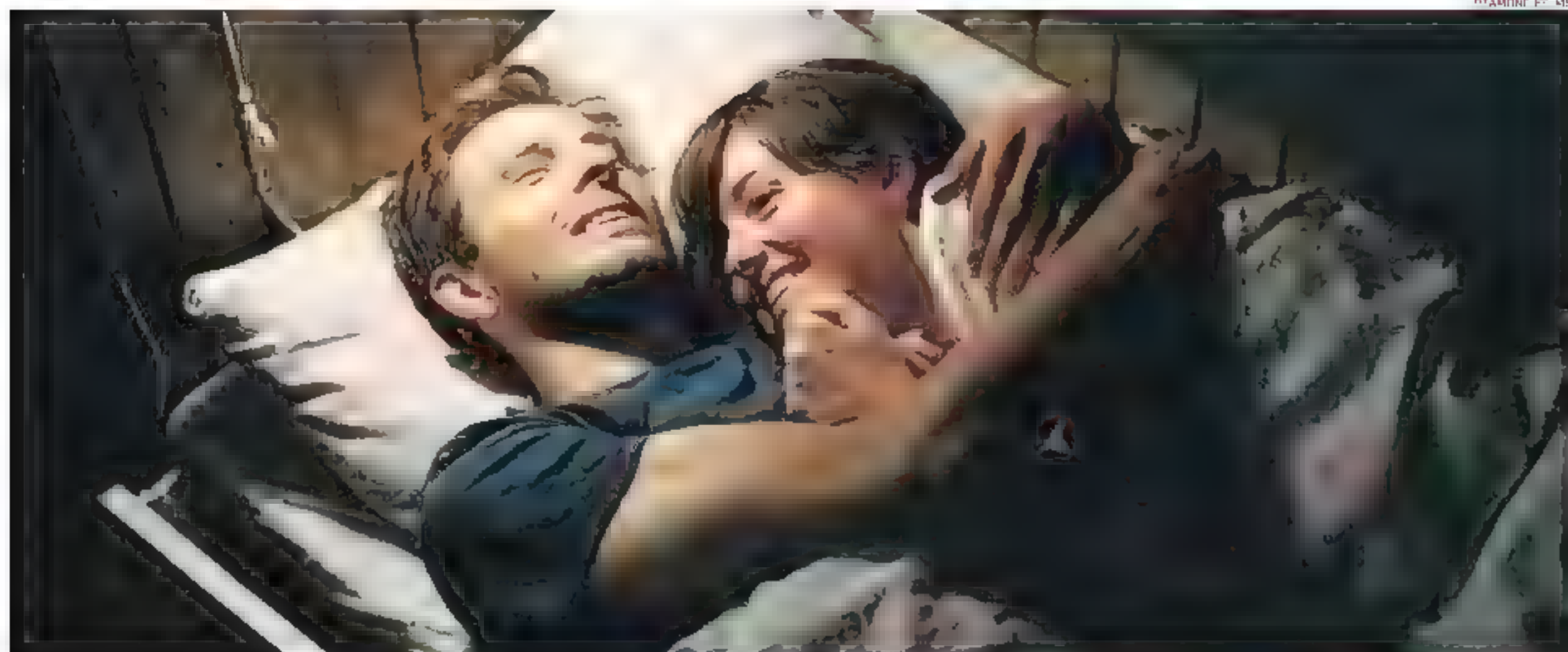


SEMPRE PENSAR COM GENTE



UE: 0800 770 2166





Os atores Anders Danielsen Lie e Renate Reinsve em cena de 'A Pior Pessoa do Mundo', de Joachim Trier, que trata, entre outros temas, do desgaste de relação amorosa

Cinema Estreia

## 'A Pior Pessoa do Mundo' subverte comédia romântica

**Longa norueguês, que disputa Oscar de filme internacional, aborda questões existenciais, como mortalidade e a passagem do tempo**

ESPECIAL PARA O ESTADO

Fosse o mundo justo, *A Pior Pessoa do Mundo* teria duas indicações além das duas que conseguiu (filme internacional e roteiro original). Uma para sua atriz, Renate Reinsve, que levou o troféu de atuação feminina no último Festival de Cannes, e outra para Anders Danielsen Lie na categoria ator

coadjuvante. *A Pior Pessoa do Mundo*, dirigido pelo norueguês Joachim Trier, estreia nesta quinta-feira, bem a tempo da cerimônia do Oscar no domingo.

O filme causou sensação em Cannes e outros festivais por onde passou ao subverter os códigos da comédia romântica para tratar de questões existenciais, como a mortalidade e a passagem do tempo. O filme é parte da informal *Trilogia de Oslo* de Trier, formada por *Começar de Novo* (2006) e *Oslo, 31 de Agosto* (2011). "Para mim, o filme faz uma ligação com esses dois longas", disse Anders Danielsen Lie, que participou dos três, em entrevista ao Estado, por videoconferência.

Em *A Pior Pessoa do Mundo*, o ator deixa de ser o protagonista para ser o coadjuvante das angústias e falta de rumo de Julie (Reinsve), prestes a completar 30 anos. Ela tentou medicina, psicologia e agora está na fotografia. Julie se envolve com Aksel (Lie), um cartunista de renome e mais velho. Aos poucos, o relacionamento vai se desgastando. Em uma festa, Julie conhece Eivind (Herbert Nordrum), mais jovem e menos ambicioso. Mas será que é isso mesmo o que ela quer? Aliás, o que ela quer? "Eu achei interessante explorar temas que já estavam nos outros longas, como os limites impostos pelo tempo, mas sob o ponto de vista de Julie", disse o ator. "Aksel é visto pelo olhar dela."

Curiosamente, em *A Ilha de Bergman*, também em cartaz, Lie interpreta um personagem imaginado por uma roteirista e diretora, dentro de um longa imaginado por uma roteirista e diretora, Mia Hansen-Løve. "É bem interessante ser visto de uma perspectiva feminina", afirmou. "Estamos tão acostumados ao ponto de vista masculino, já que a maioria dos diretores na história do cinema é

homem. É muito libertador ter outras visões."

**CLICHÊS.** Mas o ator acredita que todas as produções que fez com Trier desafiam os clichês sobre masculinidade. "Normalmente, os personagens masculinos tomam as decisões e estão à frente da trama. E nós costumamos explorar homens mais vulneráveis, confusos, indecisos, o que na minha opinião está mais próximo da realidade." Aksel não é tão imaturo quanto o personagem que Lie interpretou em *Começar de Novo*, mas também está confuso e não sabe exatamente quem é.

**Ator médico**  
**Anders Danielsen Lie**  
nunca abandonou a medicina e atende seus pacientes em Oslo

Originalmente, o personagem seria feito por um ator mais velho. Mas, sendo melhores amigos, Lie e Trier foram conversando sobre o filme e acabaram desistindo de procurar outra pessoa. As carreiras

do diretor e Anders Danielsen Lie são a essa altura, indissociáveis. Filho da atriz Tone Danielsen, ele estreou no cinema aos 11, em *Herman - Aprendendo a Viver* (1990), de Erik Gustavson. A experiência não foi das melhores. Tanto que ele estava acabando a Faculdade de Medicina quando foi chamado para um teste em *Começar de Novo*. O longa falava de saúde mental: ele estava estudando o assunto, achou que valia tentar. E assim sua carreira como ator teve uma ressurreição.

Mesmo com o sucesso subsequente, Anders Danielsen Lie nunca abandonou a medicina. Entre uma ida a Cannes e viagens para a campanha do Oscar, ele continuou voltando para Oslo para vacinar pessoas contra a covid-19 e atender pacientes no consultório. "Ambos os trabalhos tratam de comunicar-se bem com as pessoas e estar na mesma sintonia que seu companheiro de cama ou paciente." Ele acredita que ser médico ajuda seus papéis no cinema. "Para mim seria um paradoxo fazer parte de filmes que lidam com o humano e o real estando preso em uma bolha ficcional." ■

## O cartum é inspiração do diretor em sua captura do espírito do tempo

CULTURA

A PIOR PESSOA DO MUNDO  
ÓTIMO

LUIZ CARLOS MERTEN  
ESPECIAL PARA O ESTADO

**D**ona Julie e seus dois mandos: ou as cenas de dois casamentos. O primeiro é com Aksel, um cartunista mais velho e con-

tador, conhecido pelo personagem Bobcat. Aksel quer ter filhos. O outro, Eivind, é jovem, quer viver com ela a dois. Num cena, o mundo para quando Julie atravessa a cidade correndo para ir ao encontro dele. Em outra, ela reencontra Aksel, ele está morrendo. Viajam de carro, Aksel despe a couraça e exhibe sua fragilidade.

O diálogo no carro, a força conferida às palavras: o amor realiza-se no embate entre o gesto impetuoso e a palavra

consciente, dizia François Truffaut -, muita coisa aproxima o longa do norueguês Joachim Trier de *Drive My Car*, do japonês Ryūsuke Hamaguchi. Ambos concorrem ao Oscar de melhor filme internacional. Existem agora pelo menos três grandes filmes na disputa. Os de Hamaguchi e Trier, e *Ataque dos Cães*, da neozelandesa Jane Campion. Antigamente, a parada seria mais fácil de resolver. O melhor filme de língua inglesa e o melhor internacional. O

sul-coreano *Parasita* embaralhou as coisas.

*A Pior Pessoa do Mundo* fecha a *Trilogia de Oslo*, de Trier, que inclui *Começar de Novo* e *Oslo, 31 de Agosto*, todos interpretados por Anders Danielsen Lie. Trier compara o a Antoine Doinel nos filmes de Truffaut. A trilogia o coloca em diferentes momentos da vida, mas, dessa vez, o centro é Julie, e o diretor escreveu o papel para Renate Reinsve.

**AMOR.** Quem é a pior pessoa do mundo? Trier conta que cansou-se da piada: é sobre Donald Trump? É sobre o que as pessoas fazem, quando se amam e deixam de amar. Quando conhece Eivind, Julie per-

gunta - até onde podem ir sem trair os parceiros? O filme é narrado em 12 capítulos, com um prólogo e um epílogo. Em *Drive My Car*, Hamaguchi acrescenta os clássicos: ha-

**Filme em partes**  
**O longa-metragem**  
**'A Pior Pessoa do Mundo' é**  
**narrado em 12 capítulos,**  
**com prólogo e epílogo**

uma peça dentro do filme, e é *Tio Vânia*, de Chekhov. Trier é mais pop. Para captar o espírito do tempo, soma o cartum, a vertente de Robert Crumb. Com ou sem Oscar, seu filme é um acontecimento. ■



Paladar Tecnologia

# Veja como ficarão os bares no universo virtual e também drinques como NFTs

*Casas de bebidas se preparam para abrir unidades em ambiente digital e clássicos dos balcões serão vendidos com criptomoedas*

GILBERTO AMENDOLA

O metaverso só será levado a sério quando for possível sentar-se em um balcão de bar e pedir um dry martini dentro dele. Ao que parece, esse dia não está tão distante. O bar carioca Liz Cocktail & Co., localizado em uma das ruas mais agitadas do Leblon, a Dias Ferreira, já está se preparando para abrir uma unidade no mundo virtual (metaverso). Além disso, um dos sócios-fundadores do Liz, o bartender Tai Barbin, também lançou (e vendeu, NFTs de coquetéis clássicos. Mas, antes de pedir um segundo dry martini, é melhor entender o básico sobre metaverso e NFT.

O metaverso simula universos em um ambiente digital. Trata-se de uma mistura de realidade virtual com realidade aumentada. Nele, será possível viver por meio de avatares - e "viver" significa "trabalhar", "namorar", "ir ao cinema", "comprar terrenos", "ganhar dinheiro", "fazer compras", "ir ao bar", etc. e tal.

Um dos barões da internet, Mark Zuckerberg está trabalhando na criação da sua plataforma no metaverso. Não à toa, em outubro do ano passado, trocou o nome de sua empresa, o Facebook, por Meta. Outras gigantes como a Microsoft também se preparam para entrar nesse ambiente virtual. Atualmente, duas empresas já tornaram seus metaversos relativamente populares, Decentraland e The Sandbox. Comprar um terreno virtual em uma dessas plataformas não é barato. Faz-se em investimento mínimo de R\$ 60 mil, mas alguns terrenos estão na casa dos milhões. Empresas como Atari e Adidas já garantiram seus espaços.

Já NFT é um conceito que se tornou mais popular. Os tokens não fungíveis são uma espécie de certificado, que determina a originalidade e exclusividade de um bem digital: pode ser um meme, uma foto, uma obra de arte e muito mais. Um NFT pode ser comprado ou vendido por meio de criptomoedas.

Depois disso tudo, vamos voltar ao bar físico. Foi no Liz que Barbin conheceu os sócios da Blockfy, uma consultoria de tecnologia especializada em crypto-



OLD FASHIONED



NEGRONI

Old fashioned, 2 dry martini, 3 negroni, coquetéis considerados como arte vintage, e o drinque 4 manhattan, dentro do universo metaverso. Já estão sendo considerados como relíquias artísticas e poderão ser vendidos ou comprados como NFTs

moedas e blockchain (sistema que permite rastrear o envio e o recebimento de informações pela internet). Entre um coquetel e outro, Barbin começou a pensar em como poderia unir o universo dos drinques ao mundo novo da realidade virtual. "Coquetelaria também é uma expressão de arte. Quer trazer isso para o mundo do NFT", contou Barbin.

**Vale do Silício**  
**Mark Zuckerberg trocou o nome Facebook por Meta; outras gigantes estão indo nessa direção**

O grupo pesquisou o que já existia em termos de NFT de coquetéis e não encontrou muita coisa. Com concepção do próprio Tai e a ajuda de um graphic designer, Pedro Franco, foram criados 23 NFTs - 20 deles

fazem parte de uma coleção minimalista de coquetéis clássicos. Já três NFTs, que representam o dry martini, negroni e o old fashioned em um estilo de arte vintage. "Pensamos nessas imagens como itens colecionáveis e também com a história dos coquetéis. O comprador tem acesso a um e-book sobre como usar utensílios do bar e com 80 receitas clássicas", contou Tai.

Em novembro, o primeiro NFT foi vendido exatamente o negroni vintage. Na ocasião, o valor em criptomoedas beirava os R\$ 5 mil. A primeira venda animou o grupo, que prepara uma série de NFTs do próprio Liz. "Agora, estamos estudando NFTs ligados ao bar e com vantagens ligadas à casa. Por exemplo, ao comprar o NFT, você tem um valor agregado, que pode ser receber um drinque exclusivo ou uma master class virtual", conta. As vantagens, portanto, podem estar conectadas



DRY MARTINI



MANHATTAN

com o mundo real, como receber bebidas em casa ou brindes no bar físico).

O próximo passo de Tai e dos sócios da Blockfy é mais ousado: levar o bar Liz Cocktail & Co. para o metaverso. "Com um bar no metaverso, o mundo das possibilidades é infinito. Não à toa, marcas famosas já garantiram seus espaços neste ambiente", comentou Barbin.

**AVATAR.** No mundo virtual, um bartender como Barbin pode dar master class para uma audiência mundial, ministrar palestras e criar todo tipo de atividade por meio do seu avatar. No bar virtual, o cliente terá uma experiência muito similar com a da vida real, vai poder ouvir a música, conversar com o bartender e outros clientes, consultar o menu, participar de eventos, etc.

Segundo Barbin, o bar no metaverso vai proporcionar um

passo além (muito além) da experiência que muitos viveram durante o auge da pandemia da covid-19. "É um aprimoramento muito grande das lives, das reuniões no Google Meets e de outras ferramentas que usamos na pandemia."

"O network será maior e feito de forma mais natural no metaverso. Parcerias com artistas que podem se apresentar no bar também é uma possibilidade. Festas fechadas, eventos de marcas de bebidas, gamificação de algumas ações dentro do ambiente e até exposição e venda de NFTs estão no radar", completou Barbin.

O plano de Barbin é que o Liz esteja no metaverso em meados de 2023. Até lá, os arquitetos do mundo virtual devem começar a pensar como seus clientes podem, além de ocupar um balcão de bar, sentir o inenarrável prazer de beber um bom martini. ■





## Roberto DaMatta Amor e guerra

O amor é amplo e claro como a luz do dia. A guerra é o oposto. Ela é nublada e sofre com sua própria nebulosidade, que cega o agressor e o agredido. No entanto, somente nós humanos, temos guerras de modo que ela deve morar em algum lugar do nosso coração, da nossa alma e da nossa (in)consciência.

Encontramos o par Amor & Guerra logo que tomamos consciência do mundo e, com ela, da vida. A vida tem perfumes e podridão. Tem bondade e maldade. A vida, com seu curso sempre surpreendente, é, por isso mesmo, “vida”: novidade, mudança, repressão, sur-

presa aquilo que acontece fora de nós ou que, ao contrário, fazemos de “caso pensado” de modo cuidadosamente planejado, como nas seduições. Mas, como disse o dramaturgo inglês do século 16 John Lyly: “All is fair in love and war” (tudo é va, do no amor e na guerra)

Não é, pois, por acaso que, no Brasil, damos “cantadas” e mandamos flores para as pessoas que desejamos. Cantar é harmonizar escrita e melodia, o que não é fácil de executar e muito mais difícil de inventar.

Mas a busca da harmonia, da concórdia, da simpatia e da empatia, quando somos le-

vados a nos colocar no lugar do outro, é o chão do “cantar”, que atrai como ocorre com alguns passaros no cio; ou quando fazemos um elo-

**Como só nós, humanos, temos guerra, então ela deve morar em algum lugar da nossa (in)consciência**

gio enganador para atrair alguém, mas nele se acha um desejo inconfessável...

Saber os resultados de desejos, planos ou interesses é como contar grãos de areia.

Pode levar à comunhão com passiva e prazerosa ou ao seu oposto: o conflito, o aproveitamento do outro e a eliminação física que tipifica a guerra moderna e a sua forma domesticada, o esporte...

No amor, queremos e nos perdemos no outro e pelo outro. Na guerra, nosso plano é destruí-lo e desmoralizá-lo. Tomá-lo como um escravo ou vassalo.

Mas, tal como o amor, na guerra, onde tudo é ruim, vale mais a conquista do que a destruição que nossa generosa modernidade instituiu.

Mas de que adianta vencer arrasando o adversário? Se

sou uma potência e desejo anexar um país, um continente ou todo o mundo, o que fazer quando eu ganho a guerra aniquilando um país, numa vitória que implica uma reconstrução irônica do inimigo, que, com a vitória, passa ser coisa minha?

Quando não se guerreia de arco e flecha, mas se atinge barbaramente toda a sociedade, a reconstrução inevitável. Desse modo, ficamos diante do paradoxo dos aspectos inesperados das ações sociais primordialmente planejadas... ●

É ANTRÓPOLOGO SOCIAL E ESCRITOR, AUTOR DE 'FILA E DEMOCRACIA'

SEB. Pedro Venâncio; SIM. Simão Castro e Gilberto Amendola; TER. Patrícia Ferraz; QUA. Leandro Kama; ROBERTO DAMATTA e Maria Fernanda Rodrigues; QUI. Léo Fernando Vaz; LUCIANA GABRIEL (quintzenal); PATRICIA FERRAZ; SEX. Marcelo Rubens Paiva (quintzenal); GILBERTO AMENDOLA; SAB. Sérgio Augusto (quintzenal); ALICE FERRAZ; SUZANA BARETTI; RENATA SIMÕES (quintzenal); DANIEL MARTINS DE BARROS (quintzenal); DOM. Leandro Kama; LUIS FERNANDO VERASIMO; SÉRGIO AUGUSTO (ALIAS, quintzenal); HOLLY HILGUTH (mensal); LIGIA DE LAYLA BRANDÃO (quintzenal)

### Streaming Estreia

# ‘Pachinko’ é um épico das pessoas comuns

Baseada no livro de Min Jin Lee, série mostra a luta pela sobrevivência de uma mulher ao longo de décadas

MARIANE MORISAWA  
ESPECIAL PARA O ESTADO

Soo Hugh relutou em encarar *Pachinko*, o livro de Min Jin Lee que foi finalista do National Book Award em 2017. Os temas do romance pareciam próximos demais. Hugh, showrunner da ótima série *The Terror*, nasceu na Coreia do Sul e mudou-se para os EUA ainda bebê. *Pachinko* é um épico sobre a coreana Sunja, que vai das décadas de 1910 a 1990. Mas a roteirista e produtora tomou coragem. “Eu tinha medo de abrir uma caixa de Pandora de emoções. E foi exatamente o que aconteceu”, explicou em entrevista ao *Estado* por videoconferência. “Além de ter ficado extremamente emocionada, foi muito libertador.” O resultado é *Pachinko* que estreia os três episódios iniciais dos oito de sua primeira temporada nesta sexta, 25, no Apple TV+.

A série não segue a estrutura linear do livro, pulando no tempo e assumindo clareza as diferenças geracionais. Em 1915, a pequena Sunja (Yuna), filha dos donos de uma peque-

na estalagem em um distrito da hoje metrópole Busan, sente os efeitos da brutal ocupação japonesa da Coreia. Já adolecente, interpretada pela estreante Kim Minha, Sunja se envolve com o elegante Hansu (o astro sul-coreano Lee Minho), novo administrador do mercado de peixes. Ela engravida e descobre que Hansu tem família. Junto com sua mãe, Sunja salva a vida do pastor Isak (Steve Sanghyun Noh), com quem se casa e vai morar em Osaka. Paralelamente, no final da década de 1980, Solomon (Jin Ha), neto de Sunja, volta ao país onde foi criado, o Japão, para fechar um negócio. Ele reencontra o pai (Soji Arai) e a avó (agora interpretada por Youn Yuh-jung, vencedora do Oscar de atriz coadjuvante ano passado por *Minari*). O título *Pachinko* refere-se ao jogo de caça-níqueis, que virou um meio de sobrevivência para coreanos morando no Japão, como o pai de Solomon. Um jogo que é também dependente da sorte como a vida de Sunja.

**OCUPAÇÃO.** “Eu senti uma tremenda conexão com a personagem, por sua determinação de sobreviver, sua força, sua honestidade”, disse Youn. A atriz de 74 anos nasceu após o fim da Segunda Guerra e, portanto, da ocupação japonesa. “Mas minha mãe me contou como era”, lembrou. “Eu fico feliz de essa



Cena de ‘Pachinko’, que revê quatro gerações de uma mesma família em trama que vai de 1910 a 1990

história estar sendo contada. Antes, ninguém estava interessado na história de um país tão pequeno. Mas o mundo parece estar ficando menor.”

**Potência da história ‘Pachinko’ é uma série de época, sobre uma circunstância particular, mas é atual e universal**

Não é um tema que todas as famílias coreanas ou japonesas estão dispostas a comentar. “Muita gente prefere esquecer o passado porque é doloroso demais”, contou Soo Hugh. “Mas o problema é que, quando você tenta varrer o passado para baixo do tapete, tudo aconte-

ce novamente. A gente está vendo isso agora. O mundo não muda, porque revivemos os mesmos erros.”

*Pachinko* é uma série de época, sobre uma circunstância particular, mas atual e universal. Muitos países passaram – estão passando por ocupações, muitas pessoas sofrem preconceitos, imigrantes enfrentam adversidades tremendas. Toda família tem suas tragédias. “A série quer celebrar as pessoas e a humanidade, e não julgar ou condenar alguém”, observou Hugh. Ela espera que os espectadores possam se reconhecer nas jornadas de Sunja e Solomon, que são de sacrifício dos pais pelos filhos, luta pela sobrevivência, amores incondicionais, união familiar, injustiças, triun-

fos. “Gosto de épicos, dos filmes de David Lean. É um tipo de produção que perdemos”, ressaltou Hugh. “Costumávamos ter obras grandiosas sobre pessoas reais e não só super-heróis.”

Aos poucos anos atrás, seria impensável um épico com orçamento comparável ao de produções como *The Crown*, dirigido por dois cineastas conceituados: Kogonada e Justin Chon, e falado em coreano e japonês, ou uma mistura dos dois, indicada nas legendas. Como falou Youn Yuh-jung, o mundo ficou menor. O sucesso de *Parasita*, *BTS* e *Round 6* prova que há mudança em curso. Eles trazem uma representatividade bem vinda, em um momento de maior hostilidade contra pessoas de origem asiática. ●





## Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

### Tuas feridas Data estelar: Mercúrio e Netuno em conjunção

Através de cada uma das feridas existenciais que são impressas em tua alma, o mundo dos sonhos inunda tua percepção, te indicando cenários que, antes das feridas, teria sido impossível imaginar.

Tuas feridas são portas de acesso a outros mundos, portanto, não te detenhas nelas, as abraçando como se fossem um meio de vida, ou o desti-

no final no qual deverias te acomodar, para testemunhar a vida passando.

Tuas feridas são portas de acesso a outros mundos, são apenas um meio, e não um fim, isso precisa ficar claro para ti o quanto antes, para que deixes de perder tempo com lamentos intermináveis, produto desse namoro as avessas que tua alma desenvolve com as feridas.

As feridas não têm nada a te dizer, o que importa são os sonhos que se intrometem na tua alma através dessas aberturas. ■

#### ÁRIES 21-3 a 20-4



É tudo muito sutil, mas a alma se regozija com a imaginação, porque a considera completamente possível de realizar. A sutileza dos acontecimentos mais importantes não torna o cenário menos real por isso. Em frente.

#### TOURO 21-4 a 20-5



Navegue por este dia com leveza e tranquilidade, porque está tudo certo num mundo que, a cada hora, fica mais e mais incerto. A magia da vida reside em que, contrariando expectativas, tudo acaba acontecendo com graça.

#### GÊMEOS 21-5 a 20-6



Cuide para não tropeçar nas suas próprias expectativas, mas abra seu coração ao que der e vier, porque, com certeza, dará e virá muita coisa nesta parte do caminho. Aceite o que a vida lhe oferecer, nem que seja para testar.

#### CÂNCER 21-6 a 21-7



A realidade atual só pode ser compreendida com mente e coração muito abertos e receptivos, porque, sem amplitude, o conflito é certo, mas de uma natureza que não serve ao esclarecimento, só ao desgaste mesmo.

#### LEÃO 22-7 a 22-8



Voce pode se deixar tomar pelos sonhos aleatórios, ou você pode sonhar ativamente o que você quiser. Essa é a natureza da escolha que sua alma precisa fazer neste momento, optar por sonhar ou sua alma ser sonhada.

#### VIRGEM 23-8 a 22-9



As relações ficam intensas agora, em todos os sentidos, porque mobilizam paixões que nem sempre são as que a alma considera aceitáveis. No mundo das paixões há muitas categorias, é uma dimensão cheia de facetas.

#### LIBRA 23-9 a 22-10



O cenário é rico em potencialidades, falam todas de um futuro com que sua alma sonha, mas que talvez ainda não se atreva, porque acha estar muito aquém do que seria necessário ter e fazer para chegar lá. É um caminho.

#### ESCORPIÃO 23-10 a 21-11



Faça seu jogo, evitando qualquer tipo de precipitação, porque nesta parte do caminho não ganha quem chegar primeiro, mas quem fizer melhor o que tiver de ser feito. É a excelência que conta agora. Em frente.

#### SAGITÁRIO 22-11 a 21-12



Nem sempre o passado há de trazer nostalgia ou culpa, em muitos casos há vivências que podem ser resgatadas da memória, que oferecem substrato para sua alma se sentir apoiada, pertencendo a algum lugar.

#### CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1



Há coisas que podem e devem ser conversadas, enquanto há outras que seria melhor amadurecer um pouco mais antes de ser expostas, para não correr o risco de conversar precipitadamente sobre elas. Melhor não.

#### AQUÁRIO 21-1 a 19-2



A segurança não é um estado de ânimo fixo, é, ao contrário, completamente mutável e dependente de fatores que sua alma nem sequer conhece bem. Não se trata de ter segurança o tempo inteiro, mas de agir e continuar

#### PEIXES 20-2 a 20-3



As atitudes que você tomar não precisam seguir uma ordem estritamente lógica, porque, não se esqueça, por ter nascido neste signo você tem direito a certa licença poética na construção de sua experiência de vida.

### Musica Mercado

## Streaming da música cresce 32% no Brasil ao seguir tendência global

(de 337%, e discos de vinil 28,1% maior que a de 2020 e faturamento de R\$ 2,3 milhões)

### Segundo a Federação Internacional da Indústria Fonográfica, os valores totais negociados no País são de R\$ 2,1 bilhões

A Federação Internacional da Indústria Fonográfica, IFPI, divulgou ontem os números do setor musical em todo mundo relativos a 2021. Um crescimento vertiginoso na América Latina, sobretudo no Brasil, se dá graças ao aumento dos assinantes de serviços de streaming, como Spotify, Deezer e Apple.

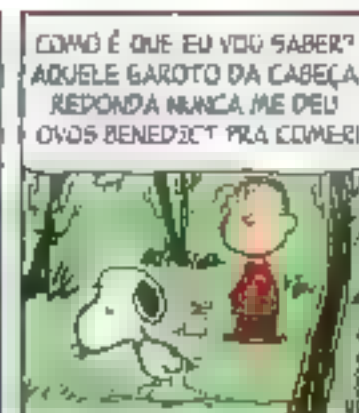
No planeta, em comparação com 2020, o mercado de música gravada cresceu 18,5%. O total de assinantes mundiais, segundo a pesquisa, é de 523 milhões.

As vendas de CDs, vinil e DVDs também tiveram aumento no período: 16,1% em comparação ao ano anterior. Ao todo, a receita do físico fica em 0,6% do total das receitas da indústria da música. Os CDs tiveram maior crescimento, rendendo R\$ 7 milhões (aumento de 56,5%), seguido pelos DVDs

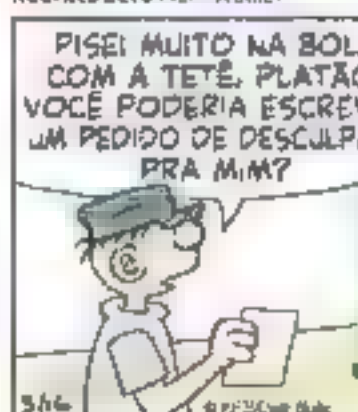
**MODELO DE INDÚSTRIA.** O Brasil está em linha de crescimento no setor musical há seis anos, também por causa da explosão dos streamings. Os valores totais negociados com música, em 2021, batem os R\$ 2,1 bilhões, ou seja, 32% de aumento. O País está em 11.º no ranking mundial do IFPI e há margem para crescer. Segundo Paulo Rosa, presidente da Pro-Música, entidade que representa produtores de música no Brasil e faz a divulgação por aqui, o País segue a expansão mundial. "É o que vem acontecendo nos últimos seis ou sete anos. O streaming se firmou como principal modelo da indústria." ■

### O JACUINHOS

Prindim Charles M. Schulz



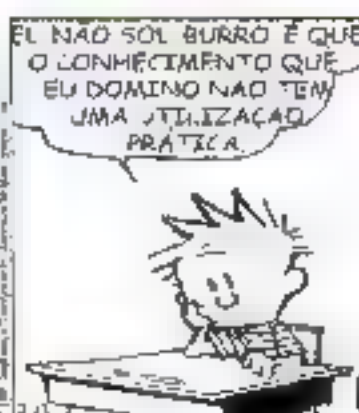
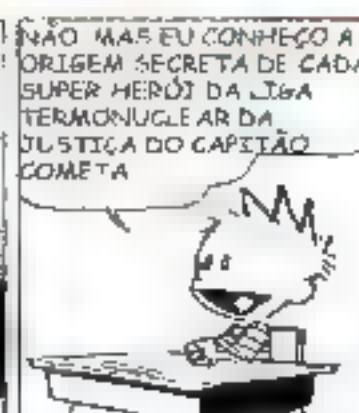
Recruta Zero Mar: Walker



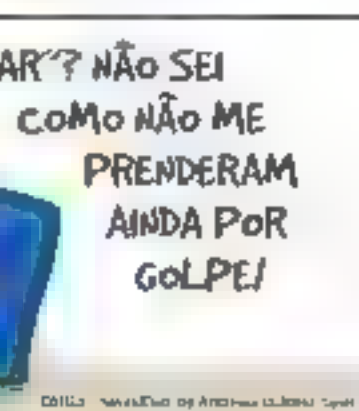
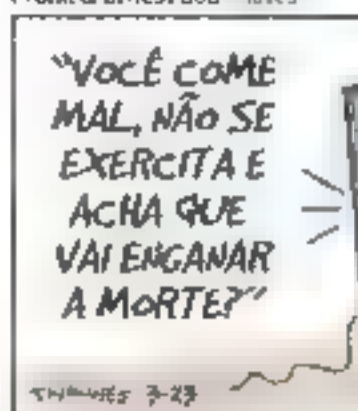
Turna da Mônica Mauricio de Sousa



O melhor de Calvin Bill Watterson



Frank & Ernest Bob Thaves



### BEM PENSADO

"Ser sábio é desconfiar dos sentidos e das paixões" Giuseppe Parini



## Literatura Campanha

# Ucranianos pedem ajuda para editar livros para refugiados

**Instituto do Livro do  
país quer imprimir  
obras para crianças  
que deixaram tudo  
para trás em fuga da  
guerra com a Rússia**

**MARIA FERNANDA RODRIGUES**  
BOLOGNA

Pensando nas crianças ucranianas que precisaram sair de casa às pressas, deixando tudo para trás para tentar sobreviver à guerra, e que agora se encontram em países que não co-

nehem e tendo ainda que se comunicar em uma língua que não compreendem, o Instituto do Livro Ucrainiano pediu uma ajuda especial a Federação Europeia de Editores. É o que apoia para comprar livros de seus editores nos países que estão acolhendo os cerca de 3 milhões de refugiados que deixaram o país desde o início da guerra.

Uma campanha de financiamento coletivo foi lançada nesta terça-feira, 22, na Feira do Livro de Bolonha, para atender a este pedido. "Esses livros jordanianos vão ajudar as crian-

ças a se entreter ao mesmo tempo que vão poder manter os laços com sua casa<sup>28</sup>, segundo o comunicado.

“Estamos completamente tocados pelo que está acontecendo na Ucrânia. Colegas pediram ajuda na sexta, 18, para abrir uma conta na Europa para levantar fundos. Essa é uma coisa prática que estamos fazendo e espero que mais gente possa ajudar. É importante que as crianças continuem podendo ler em ucraniano, embora eu tenha certeza de que elas vão aprender rapidamente a nova língua” disse Anne Berg.

man, da Federação Europeia de Editores.

**VAZIO.** O estande coletivo da Ucrânia, na feira, está vazio. Há uma grande placa com os dizeres: "Este é o estande ucraniano. Este estande está temporariamente vazio. Ele está vazio porque os ucranianos estão na linha de frente". A Rússia também não veio - o espaço destinado aos editores russos, que seria patrocinado pelo governo Putin, foi desativado.

Em homenagem à Ucrânia, a feira fez um man feste. ass. na- do também por outras feiras do mundo a Biena, do Livro de São Paulo inclusive , que foi colocado na entrada do evento e também está impres- so no material que todo visitan- te recebe. "Nós, categorica- mente, achamos deplorável o uso da força pelo regime russo Não podemos permanecer quietos ou indiferentes a trans-

formação que a Rússia está fazendo da Ucrânia em um campo de extermínio." A feira rompe a comunicação com qualquer expositor que tivesse alguma relação com instituições públicas estatais e abriu a feira com uma pequena, mas simbólica, exposição com os avtos ucranianos que tinha em seu

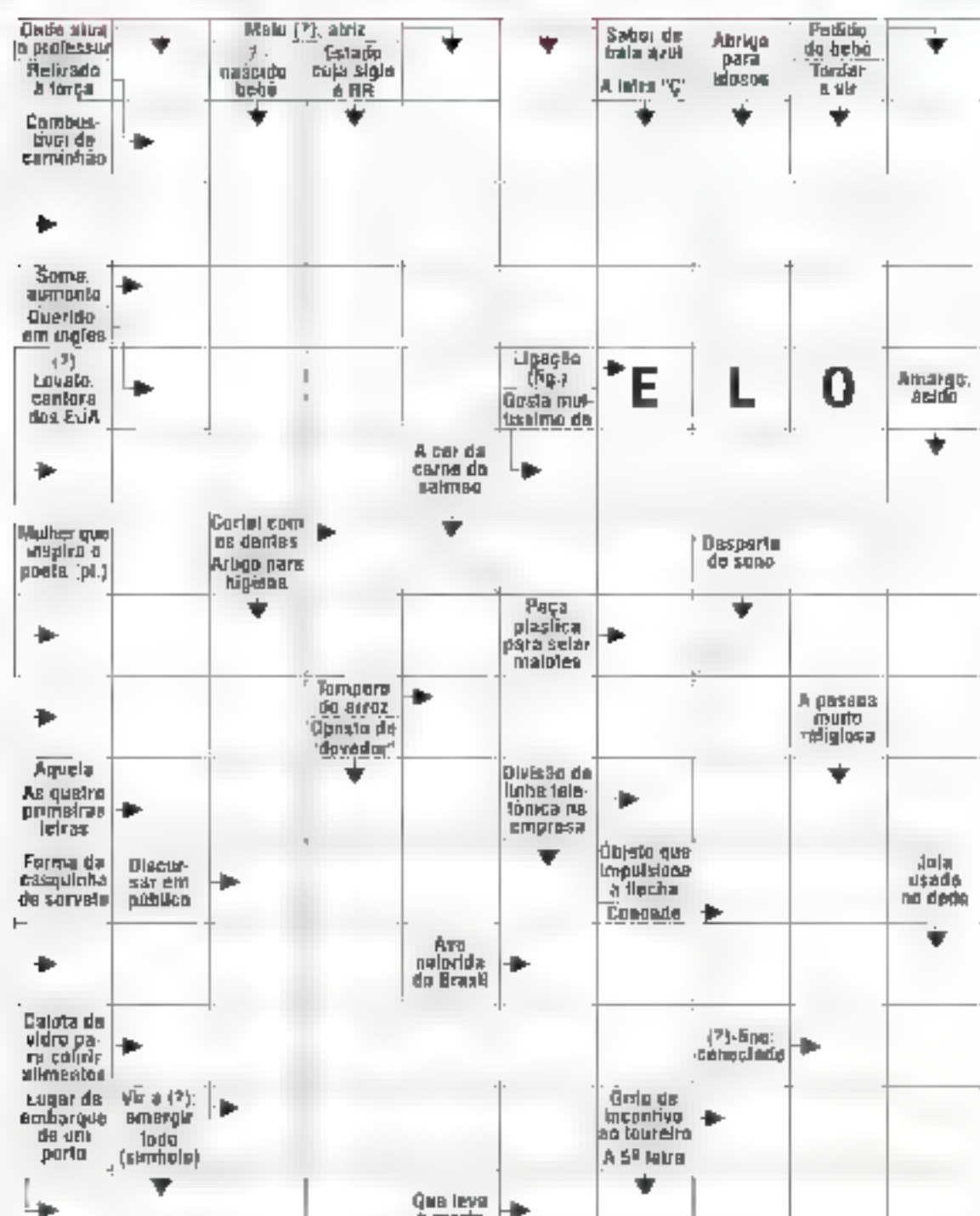
**Boicote em Bótonia**  
A Rússia foi 'desconvidada' a participar da feira; estante da Ucrânia está vazia

acervo. Ontem, porém, uma caixa que viajou com muito custo da Ucrânia até a Polônia e então até Bolonha chegou a festa com novos avros para serem apresentados ao público. ■

A REPORTER VIAJOU A COMITE DA  
SUELOZACÃO DA FERRA DO LITO DE BO DINA

## CRUZADAS

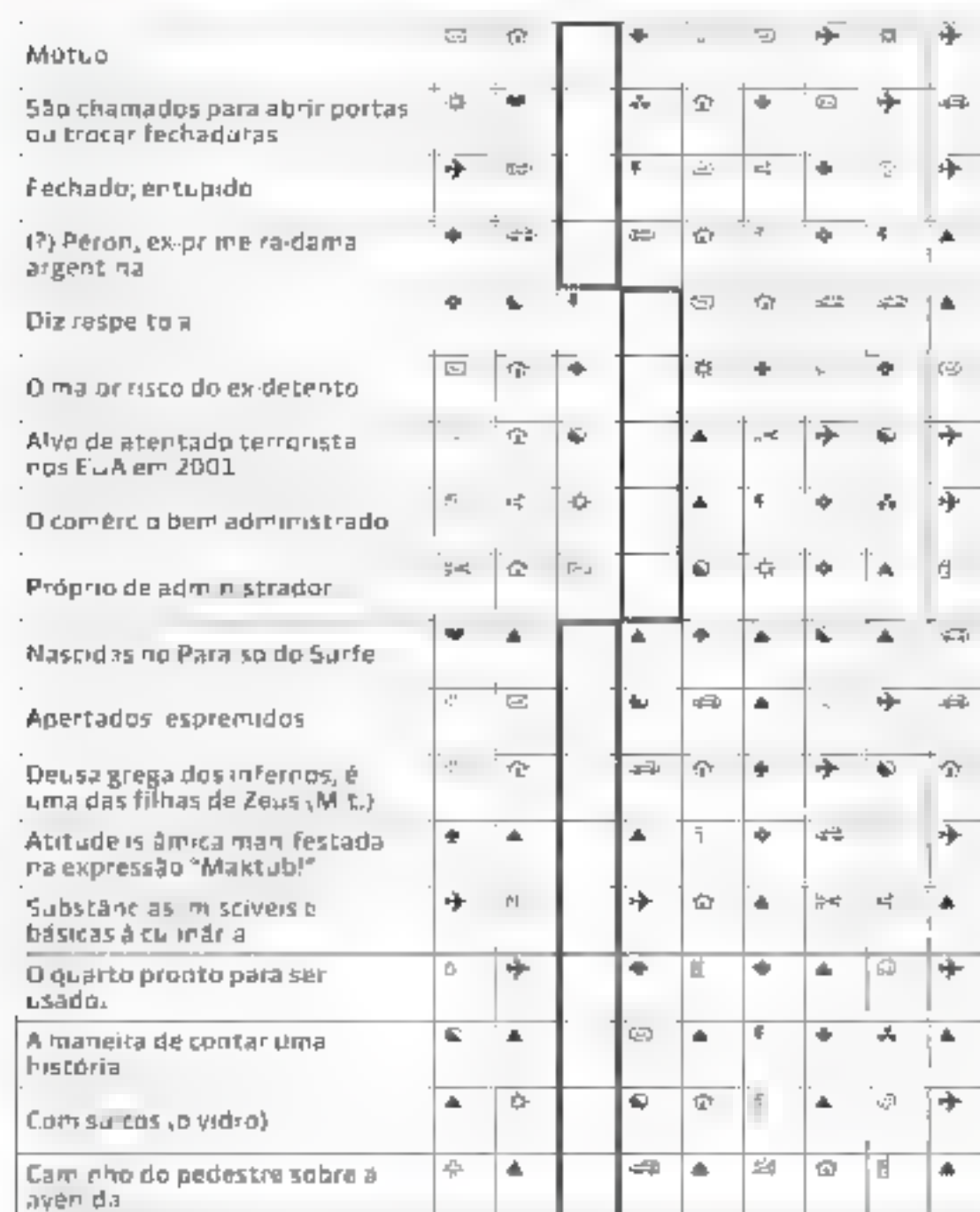
**NA WINE** Jogue as cruzadas  
cruzadas para br/na/cruzadas/



www.ccsenet.org/jmr

**CRIPTOGRAMA** Nesta seção, todas as dicas são iguais, porém diferentes para você.

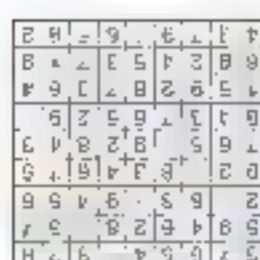
Para estas siglas símbolos quais Nas casas em destaque, o nome - e em prosa poética de Wesley Gódy Peres, vencedor do prêmio Seara de J. Costa Lima de 2014.



52 Raymond C. COQUETTE

## SUDOKU

**JAA 14281** Jogue o surfboard  
[estadiao.com.br/jaa14281](http://estadiao.com.br/jaa14281)







## Leandro Karnal Os jovens e o Céu

Muita gente imaginou o lugar da perfeição absoluta e da plena felicidade. O historiador Jean Delumeau (1923-2020) fez uma série de livros sobre a História do Paraíso. O *Jardim das Delícias*, *Mil Anos de Felicidade*, *O Que Sobrou do Paraíso?*

Paraíso de Tarso advertiu (I Cor 2,9) que os olhos e ouvidos humanos não poderiam imaginar aquilo que Deus preparou para aqueles que foram amados pelo Todo-Poderoso. Os olhos não podem ver, todavia, conseguem imaginar...

Como seria o Céu? A imagem mais conhecida desta não Museu do Prado: *O jardim das*

*Delícias*, de Bosch. O mundo paraíso do pintor flamengo é uma viagem surreal que influenciaria Dalí e Magritte no século 20. Tintoretto, tempos depois, decidiu que o Paraíso precisaria de mais espaço e cobriu uma enorme parede da Sala do Palácio Ducal, em Veneza.

No século 12, surgiu uma narrativa que se tornou bastante popular: a *Visão Imaginária* (Visão de Tunda). Na obra, o Paraíso possui três muros. No Muro de Prata, estavam os casados que não tinham cometido adultério. O de Ouro é reservado aos que construíram a Igreja Católica, mártires em particular. Por fim, no melhor

lugar, o Muro de Pedras Preciosas, encontramos o coro dos anjos e alguns santos irlandeses, como São Patrício.

A visão do monge celta ser-

### A maior estranheza das concepções do Paraíso para jovens urbanos de 2022 é a falta do que fazer lá

via para inspirar Dante na *Divina Comédia*, que foi além e criou Nove Esferas especializadas (teólogos, contemplativos, guerreiros, etc.) e um Primum Mobile final com o próprio

Deus conferindo movimento a tudo. Os últimos versos do florentino reconhecem sua incapacidade de descrever exatamente o que viu lá, apenas um vislumbre do Amor que move o sol e as outras estrelas: *L'amor che move il sole e l'altre stelle*.

A maior estranheza das concepções do Paraíso para nossos jovens urbanos de 2022 é a falta do que fazer lá. Um mundo de contemplação, sem celulares, tempo contínuo uniforme, isento de demandas e de alterações. Foi fácil atrair místicos medievais para o que foi chamado de "suborno" cristão (em oposição à grande ameaça, o Inferno). Como explicar a au-

guem de 16 anos que deve levar uma vida de entrega a valores religiosos para, depois de morto, viver por toda a eternidade contemplando Deus? Como seria explicar a eternidade do Inferno ou do Céu para um jovem? Como você retrataria o Paraíso para um jovem de hoje? O que seduziria alguém a ponto de modificar todo o seu comportamento para buscar a suprema recompensa do Céu? Eu não sei e desconfio, com certa esperança, que predomina a terceira idade no além. ●

LEANDRO KARNAL É HISTORIADOR, ESCRITOR, MEMBRO DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS, AUTOR DE "A CORAGEM DA ESPERANÇA" ENTRE OUTROS

SEB. Pedro Venzostau, Simón Castro e Roberto Amendola • TER. Patrícia Ferraz • QUA. Leandro Karnal, Roberto DaMatta e Mano Fernando Rodrigues • QUI. Lúcia Fernanda Veríssimo, Luciana Garbin (quintzenal), Patrícia Ferraz • SEX. Marcelo Rubens Paiva (quintzenal), Gilberto Amendola • SAB. Sérgio Augusto (quintzenal), Alice Ferraz, Suzana Breda, Renata Simões (quintzenal) e Daniel Martins de Barros (quintzenal) • DOM. Leandro Karnal, Lúcia Fernanda Veríssimo, Sérgio Augusto (ALIAS, quinzenal), Milton Hatoum (mensal) e Iquiel de Loyola Brandão (quintzenal)

### Televisão Programa

# Termina a novela que trouxe temas delicados

Em 'Um Lugar ao Sol', Lícia Manzo tratou de gordofobia, a cancelamento feminino com clareza e honestidade

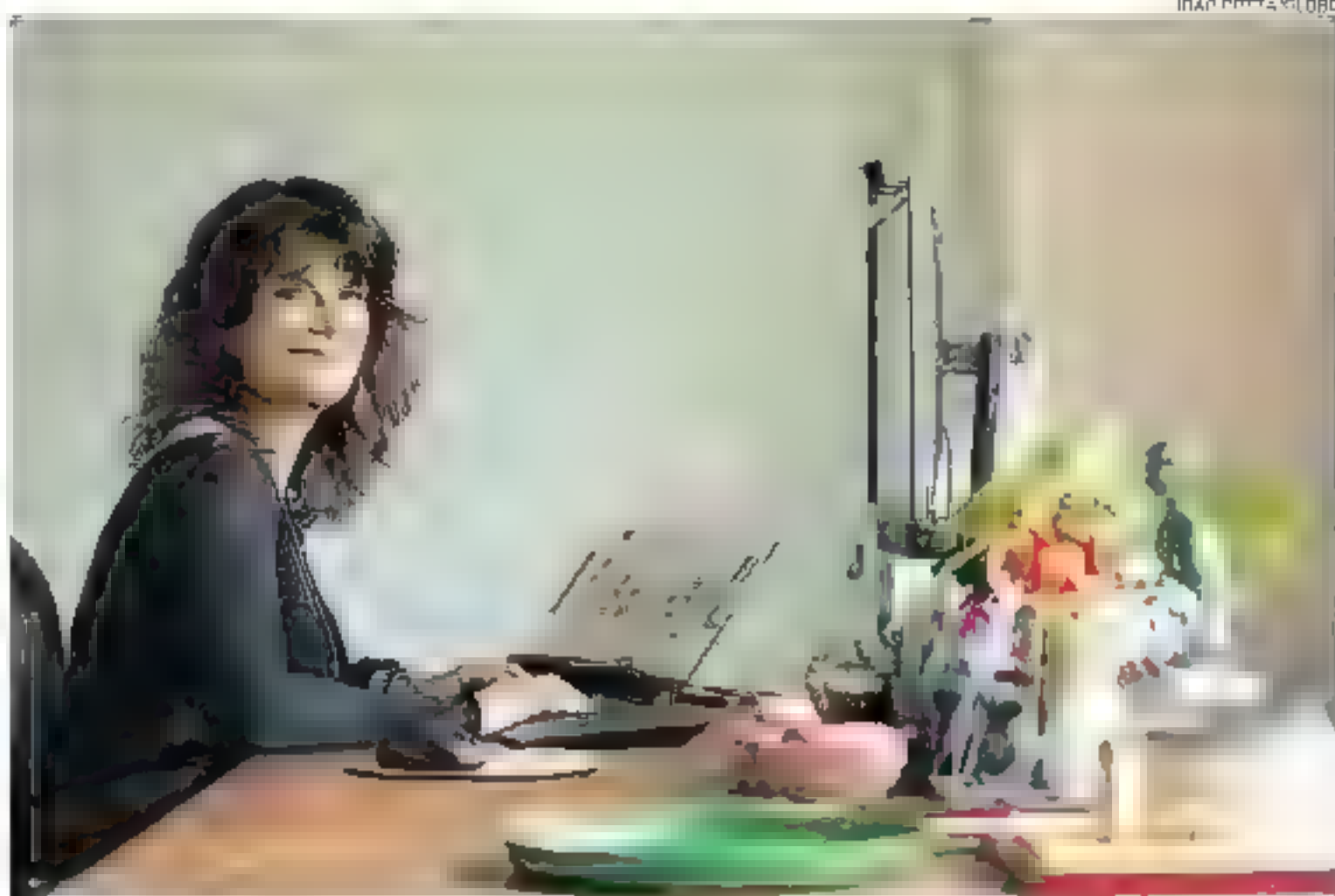
### USIRATAN BRASIL

A noite da sexta-feira, 25, não marcou simplesmente o fim de mais uma novela da Globo encerrada. *Um Lugar ao Sol* terá fechado um raro ciclo entre os folhetins da emissora, pois temas incomuns, como gordofobia, liderança feminina, homofobia, foram tratados de forma direta, adulta e sem apelação.

O bem sucedido resultado foi fruto de interpretações seguras, direção inspirada e, principalmente, do texto bem articulado da teledramaturga Lícia Manzo, de 56 anos. Com diálogos precisos e cenas de alta capacidade dramática, ela escreveu uma novela que deverá figurar entre os grandes títulos da teledramaturgia brasileira.

A história do rapaz pobre que assumiu a posição do irmão gêmeo rico e morto (personagens de Caio Reymond) sem que quase ninguém suspeitasse, a fim de alcançar uma prosperidade inatingível, foi o ponto de partida para Lícia traçar uma sociedade basicamente carioca (mas universal, na essência) movida por desejos, frustrações, crimes, mas também amor e amizade.

"O protagonista, Christian, é um homem bom que se corrompe ao desejar a riqueza e assumir a posição do irmão rico, Renato. Ele se perde e vai en-



Como a novela foi toda gravada antes de ir ao ar, Lícia Manzo conseguiu trabalhar bem cada cena

louquecendo progressivamente", conta Lícia ao *Estado*, em conversa por telefone. "Na internet, percebi que as pessoas buscavam explicações binárias: ele é bom ou é mal? Pensar é difícil, é mais fácil julgar."

O rapaz, com nova identidade, passa a frequentar o mundo da riqueza, protagonizado pelo empresário Santiago (José de Abreu) e suas três filhas: Rebecca (Andrea Beltrão), Nicole (Ana Bard) e Barbara (Alinne Moraes) — todas padecendo, em diferentes graus, da indiferença paterna durante a infância.

Há uma inevitável presença shakespeariana aqui, notadamente a tragédia de *Leir*, o rei que decide se afastar do trono e dividir o seu reino entre suas filhas. Na novela, porém, nenhu-

ma das moças reúne condições para assumir a rede de supermercados do pai, função que, durante um tempo, termina nas mãos de Christian. Renato, principalmente por ter se casado (por interesse) com Barbara. "A estrutura da peça *Rei Lear* é, de fato, muito forte", conta Lícia, que desenvolveu, junto a uma equipe de roteiristas e colaboradores, as características de todos os personagens.

**AMBIGUAS.** Assim, enquanto Barbara acredita que pode mudar o outro, Nicole está sempre disposta a acender a ouçara familiar e a gordofobia. "Já Rebecca é o retrato do cancelamento da mulher a partir de certa faixa etária", explica Lícia.

"Na verdade, são pessoas muito ambíguas, por isso foi um desafio manter a coerência psicológica dos personagens."

É justamente a observação da complexidade humana que tornou a novela tão singular, especialmente pela opção da au-

**"O protagonista, Christian, é um homem bom que se corrompe ao desejar a riqueza e assumir a posição do irmão rico. Ele se perde e vai enlouquecendo. Na internet, as pessoas buscavam explicações: ele é bom ou mal?"**

Lícia Manzo  
Teledramaturga

tora em escrever uma trama a partir da intimidade, do particular. "O fato importa menos que a repercussão desse fato no indivíduo."

Lícia acredita que teve relativa facilidade para trilhar esse caminho graças ao seu conhecimento da obra de Clarice Lispector, autora especializada em dissecar a alma humana. "A subjetividade dos personagens sempre me interessou. Ali surgem figuras mais humanas."

A escrita da novela começou há quatro anos, quando uma reportagem sobre os sonhos de garotos de um orfanato a moveu, inspirando-a também a imaginar uma trama com dois gêmeos com destinos distintos: um vai para o abrigo, enquanto o outro é adotado por uma família rica. "Assim quando Christian decide assumir a identidade do irmão morto, acontece a fusão dos personagens, o que me permitiu tratar de questões como integridade ética, desigualdade social."

Com a pandemia, Lícia teve mais tempo para criar cada capítulo consumiu três dias de trabalho. "Cheguei a levar duas horas para escrever uma cena", relembra ela, favorecida por uma decisão da Globo: a novela foi toda gravada antes de estreiar. Se isso ajudou na organização, também impediu os desvios habituais na trama, motivados pelo humor do público a medida que a novela é exibida.

Isso pode explicar a tímida performance da audiência apesar de liderar no horário, o folhetim atingiu 22 pontos na média nacional, abaixo do pior resultado da faixa (*Babilônia*, de 2015). ●



Avaliação

# Commander flex aposta no conforto e no espaço para até 7 passageiros

— Ainda com fila de espera, novo SUV da Jeep é imponente e entrega luxos na versão Overland com motor 1.3 turbo flex, mas consumo e desempenho podem desapontar



FOTOS: JEEP

## Ficha técnica

### ● Jeep Commander Overland

Preço	R\$ 242.384
Motor	1.3, 4 cil., turbo, flex
Potência	185 cv (E) e 180 cv (G)
Torque	27,5 mkgf a 1.750 rpm
Câmbio	Aut. de 6 marchas
Tração	Dianteira (4x2)
Comprimento	4,77 metros
Entre-eixos	2,79 metros
Porta-malas	233 l. (7) e 661 l. (5)

FONTE: JEEP

## Prós & contras



### ● Imponente

Com 4,77 metros, Jeep Commander é grande por fora e tem interior amplo e caprichado



### ● Desempenho

Talvez a versão turbo flex desaponte quem espera por consumo e desempenho melhores

Motor 1.3 turbo flex de até 185 cv com etanol vai bem no Commander, mas sente um pouco o peso da 1,7 tonelada do SUV de até 7 lugares

RÍDGO DE OLIVEIRA

A Jeep fez uma grande ofensiva no fim de 2021 com o lançamento do Commander. O SUV de 7 lugares feito em Pernambuco veio posicionado acima do Compass e com proposta de concentrar as vendas nas versões com o motor 2.0 turbodiesel, de 170 cv. Entretanto, para ter preço competitivo, veio também com o 1.3 T270 turbo flex de até 185 cv e 27,5 mkgf de torque máximo.

O motor é conectado ao câmbio automático de seis marchas e a tração é apenas dianteira. O problema, no momento, nem é o preço de R\$ 242.384, bem superior ao do Compass. A questão é a alta demanda e a escassez de chips. O SUV até hoje tem fila. São raras as concessionárias com unidades à pronta entrega. O Jornal do Carro acelerou a versão turbo flex e conta se vale a espera.

O utilitário de 7 lugares aposta no requinte e sofisticação a bordo. Na versão avaliada, a cabine tem forração em couro Suede nos bancos e em outras partes, como painel e portas. O modelo herda vários itens do irmão, entre eles a moderna



1



2



3

central multimídia com tela de 10" e conexão sem fio com Android Auto e Apple CarPlay.

Em destaque é a plataforma de conectividade Adventure Intelligence. Ela oferece serviços conectados com Wi-Fi nativo, assim como comandos remotos via App no celular. A multimídia também é compatível com assistentes virtuais, como a Alexa, da Amazon.

Na parte de segurança ativa, o Commander Overland flex conta com controle de cruzeiro adaptativo (ACC) com frenagem automática de emergência, em caso de risco de batida. Há assistente de saída involuntária de faixa, que faz correções no volante, assim como alerta de ponto-cego nos retro-

1 - Traseira do Commander tem estilo próprio e é mais vertical que a do Compass;  
2 - Painel tem couro suede e duas telas Full HD;  
3 - SUV leva até 7 pessoas a bordo

visores. O Jeep também é capaz de identificar de placas de trânsito, tem assistente de manobras, que faz a baliza de forma automática, e detector de fadiga do motorista. Por fim, há ajuste automático dos fa-

ros principais (alto e baixo), saídas de ar condicionado e portas USB atrás, e tampa traseira automática.

A despeito das heranças do Compass, o Commander tem visual próprio e imponente,

com lanternas elegantes e iluminação Full LEDs em todas as versões. Para o motorista, o quadro de instrumentos tem display colorido e configurável. A bordo, a sensação é de maior riqueza em relação aos irmãos Compass e Renegade.

Com o Commander, a Jeep quer a liderança dos SUVs maiores, hoje com o Toyota SW4. Porém, na versão flex, ele não tem a valente no 4x4 dos utilitários derivados de picapes médias a diesel. Ele até acelera bem no asfalto, com zero a 100 km/h em 9,9 segundos. Já o consumo médio é razoável, 6,9 km/l (E) e 9,8 km/l (G) na cidade, e 8,3 km/l (E) e 11,8 km/l (G) na estrada.

Com 1,7 tonelada, o seu ponto forte é o espaço interno. O entre-eixos de 2,79 metros entrega recebe até sete lugares e 661 litros de porta-malas quando ajustado para 5 adultos. Com todos os assentos ocupados, o bagageiro fica bem menor e recebe 233 litros. É o SUV "tamanho família" da Jeep. ■



Mercado

# Aston Martin está de volta ao Brasil com loja em São Paulo

**Fora do País desde 2017, marca britânica retorna com todos os modelos disponíveis no exterior e meta de vender até 40 carros**

DIOGO DE OLIVEIRA

Depois de mais de cinco anos fora do Brasil, a Aston Martin está de volta ao País. Com um investimento de mais de R\$ 6 milhões, a marca britânica de alto luxo vai oferecer todos os seus modelos atuais por aqui. O protagonista será o SUV superesportivo DBX, que já tem unidades reservadas.

Com linhas elegantes, o utilitário tem preço na casa de US\$ 535 mil, o equivalente a R\$ 2,7 milhões. Ele traz um motor 4.0 V8 a gasolina capaz de gerar 550 cv de potência e 71 mkgf de torque. Com mais de 2 toneladas, o rival do Lamborghini Urus vai de zero a 100 km/h em 4,3 segundos. E atinge velocidade máxima de 290 km/h.

A UK Motors, responsável por trazer de volta a Aston Mar-

tin, investiu em uma concessionária de altíssimo luxo que precisou de aprovação dos ingleses. O motivo é que os móveis e materiais foram fornecidos por empresas brasileiras. Só a loja, que fica na rua Clodomiro Amazonas, 1.040, no bairro do Itaim Bibi, zona Oeste da capital, custou R\$ 3 milhões.

O restante do capital cobriu processos de homologação dos carros e contratação e treinamento de especialistas. A gama começa com o Vantage nas versões cupê e roadster (convertível), e na série especial F1 Edition, também nas duas carrocerias. Da mesma forma, os modelos DB11, DB11 Volante, DBS e DBS Volante estão disponíveis no catálogo.

Conforme antecipa Henry Visconde, sócio-diretor da UK Motors, o Brasil terá uma das 333 unidades da última "formada" do Vantage com motor V12. Visconde também disse que cinco unidades do superesportivo híbrido Valhalla já estão reservadas. O cupê com motor centra-traseiro tem 950 cv de potência e recarrega em tomadas. Ele estreou há



SUV superesportivo DBX será o carro-chefe da Aston Martin no Brasil, com 30% das vendas no País



Cupê Vantage é um dos esportivos que estão na vitrine da loja em SP



Concessionária em SP precisou de aprovação dos ingleses

menos de um ano nas telonas dos cinemas, no filme "007 Sem Tempo Para Morrer", a mais recente aventura do agente secreto James Bond.

"A Aston Martin está em um momento único e tem uma força enorme. A marca está se modernizando, vai inaugurar

fábrica nova e virou a chave para a eletrificação, que será uma constante em todos os carros. Dessa forma, vamos sair um pouco da briga por volume", pontua Visconde.

Segundo o empresário e dono da UK Motors, o SUV DBX será o carro-chefe da operação

no Brasil, com cerca de 30% dos empacamentos. Ao todo, a representante da Aston Martin espera entregar, de início, entre 30 e 40 veículos até o fim de 2022, volume considerável satisfatório. Visconde diz que a inglesa vai enviar um lote mensal de modelos ao Brasil. ■



## Subaru lança Forester e XV com sistema híbrido e-Boxer

A Subaru já vende no Brasil os SUVs Forester e XV em versões híbridas. Ambos utilizam o clássico motor Boxer 2.0 a gasolina de cilindros opostos, com 150 cv e 20 mkgf de torque. Ele vem combinado a um sistema híbrido leve que, segundo a Subaru, melhorou os consumos em 16% e 19%, respectivamente. A dupla conta com tração 4x4 e até reconhecimento facial avançado. Os preços são de R\$ 193.900 e R\$ 223.900, na ordem.

● **NOVO SCOOTER.** Com a missão de desafiar a Honda Elite 125, a Yamaha acaba de lançar no mercado brasileiro o Fluo ABS, novo scooter de entrada. Ele fica posicionado logo acima do Neo 125 UBS no catálogo da marca japonesa. Com proposta urbana, motor 125 cc de 9,5 cv e promessa de baixo consumo de combustível, tem preço sugerido de R\$ 13.390.

● **TAROK VEM AÍ.** A Volkswagen está próxima de anunciar a produção de um novo veículo na Argentina. Na última semana, o CEO da montadora na América Latina, Pablo Di Si, formalizou um novo investimento no país vizinho que envolve o segmento de SUVs e picapes. A notícia foi divulgada após uma reunião de representantes da VW com o governo argentino, na Casa Rosada, em Buenos Aires. A expectativa é pela confirma-

ção da picape Tarok feita sobre a mesma plataforma do Taos, a MQB-A1. Ela terá porte similar ao da Fiat Toro.

● **NOVO C3 EM PRODUÇÃO.** Sob gestão da Stellantis, a Citroën começou a produzir o novo C3 na fábrica de Porto Real, no sul do Rio de Janeiro. O hatch compacto, que terá estilo de SUV, está na reta final de lançamento e chega às lojas de todo o País em abril. O novo C3 é o primeiro carro nacional da PSA feito sobre a base CMP, sigla de Common Modular Platform. Para receber a arquitetura, a fábrica ganhou novos robôs e um aporte de R\$ 220 mi-

lhões. Essa base dará origem a três modelos. O primeiro será o C3, o segundo, provavelmente, o novo Aircross, e o terceiro, um sedã compacto.

● **NOVOS SUVs NACIONAIS.** A BMW cumpriu a promessa feita no fim de 2021 e começou a produzir as versões esportivas dos SUVs X3 e X4 no Brasil. Agora, X3 M40i (foto) e X4 M40i são montados na fábrica da marca de Araquari, Santa Catarina. De acordo com a montadora, são os carros nacionais mais potentes da atualidade. Ambos trazem o clássico motor 3.0 turbo a gasolina de seis cilindros em linha, que gera 387 cv de potência e 51 mkgf de torque. Ele se combina a um sistema híbrido leve de 48V, com aceleração de zero a 100 km/h em 4,5 segundos e velocidade máxima de 250 km/h. O câmbio automático tem oito marchas e a tração é integral.





## **Automóveis eletrificados: o que vem por aí em 2022**

Fotografia: **ESTADÃO**  
 BLUE STUDIO



Após lançar o Tan,  
 a chinesa BYD  
 anuncia a chegada  
 do Han, que entrega  
 autonomia de 550 km

Fotos: Divulgação BYD e Projeto Re-ciclo

Saiba mais  
 sobre o projeto  
 Re-ciclo  
 clicando aqui

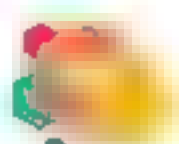


## **Projetos de eletrificação que auxiliam catadores**

Instituições investem em soluções,  
 como carroças e triciclos elétricos,  
 que ajudam a melhorar a qualidade  
 de vida de profissionais da coleta  
 de lixo informal | Pág. 6



## **GUIA DO PRIMEIRO CARRO ELÉTRICO OU HÍBRIDO**







# 13 carros eletrificados que chegarão ao Brasil

Confira quais modelos com motor elétrico ou híbrido deverão desembarcar no mercado até o fim do ano

POR MÁRIO SÉRGIO VENDITTI



**Acesse**  
**Compartilhe**  
**Marque os**  
**amigos**

GUIA DO PRIMEIRO CARRO  
ELÉTRICO OU HÍBRIDO



Eles estão chegando ao País sem cerimônia. Aos poucos, misturam-se ao cenário dos automóveis convencionais e ganham espaço no mercado. Os veículos eletrificados — com motor 100% elétrico ou híbrido — já respondem por 2,8% da participação nas vendas de zero-quilômetro e as marcas intensificam suas investidas por aqui.

Desde o início de 2022, foram lançados Volvo C40, JAC E-J7, BMW iX e BYD Tan. Mas as surpresas continuam. Até o fim do ano, mais 13 modelos deverão reforçar o segmento de eletrificados no Brasil. Conheça as novidades.

## BMW iX3

A montadora alemã acredita que os modelos premium são os mais aceitos pelos consumidores de veículos elétricos no Brasil. Pensando nisso, ela anunciou que lançará o iX3, versão elétrica do SUV iX3, para ampliar seu portfólio de automóveis movidos a bateria, que será reforçado também por X e i4. O mercado brasileiro de carros de luxo terá 50% de elétricos até o fim da década, calcula Aksei Krieger, presidente do grupo BMW Brasil. O iX3 entrega autonomia de 460 quilômetros, graças ao motor elétrico com potência equivalente a 286 cv e torque instantâneo de 40,8 mkgf.

## BYD HAN

A chinesa BYD estreou, no Brasil, com o Tan, mas tem planos de participar ativamente no segmento de veículos elétricos. A próxima aposta será o Han. Com bateria de 76,9 kWh e dois motores elétricos (um dianteiro e um traseiro), o sedã desenvolve o correspondente a 494 cv de potência combinada e 69,3 mkgf de torque. A autonomia é elástica, chegando a 550 quilômetros, e a ve-

locidade máxima atinge 180 km/h. Outros destaques do modelo são a grande lista de itens de série e o acabamento requintado.

## CAOA CHERY EQ1

Depois que a empresa Caoa assumiu o comando da Chery no Brasil, a marca chinesa vem apresentando crescimento significativo nos números de vendas, principalmente de seus SUVs. Agora, a cartada pode ser ainda maior com o lançamento do compacto elétrico EQ1, com capacidade para quatro ocupantes e que vai concorrer com o Renault Kwid. A montadora cogita trazer da China a versão dotada de motor de 75 cv de potência e que leva o carro a 120 km/h de velocidade máxima. A autonomia beira os 400 quilômetros.

## CHEVROLET BOLT

A meta da General Motors era apresentar o Chevrolet Bolt reestilizado no ano passado. Entretanto, ela detectou, nos Estados Unidos, um problema que poderia provocar incêndio da bateria, e, por isso, teve de adiar os planos temporariamente. Com design atualizado, o carro é impulsionado pelo motor de 203 cv de potência e 36,7 mkgf de torque e pode percorrer 380 quilômetros com uma carga de bateria. Ao longo do ano, o hatch poderá ganhar a companhia da sua configuração SUV, o Bolt EUV.

## FORD MUSTANG MACH E

O Mustang é vendido no Brasil e agora ele está prestes a receber a configuração Mach E movida a bateria. O esportivo elétrico da Ford já faz muito sucesso em outros mercados. Nos Estados Unidos, por exemplo, o Mach E está disponível em quatro versões.

Fotos: Divulgação Chevrolet e BMW

**FALE CONOSCO** ▶ Se você quer comentar, sugerir reportagem ou anunciar produtos ou serviços na área de mobilidade, envie uma mensagem para [mobilidade@estadao.com](mailto:mobilidade@estadao.com)

**ESTADÃO**  
**BLUE STUDIO**

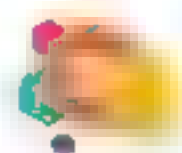
Av. Eng. Celso Alvarado, 55, 5º andar, São Paulo-SP  
CEP 02598-900 | [projeto@estadao.com](mailto:projeto@estadao.com)

Diretor de Conteúdo do Mercado Anunciante: Luis Fernando Bovo MTB 26.090-SP. Gerente de Conteúdo: Tatiana Babadobulos. Gerente de Estratégias de Conteúdo: Regina Fogo. Gerente de Eventos: Daniela Pierini. Coordenador de Arte: Isaac Barrios. Arte: Robson Mathias. Especialista de Publicações: Lara De Novelli. Especialistas de Conteúdo: João Prata e Mariana Fernandes. Especialista de Pós-Vendas: Luciana Garmellaro. Redes Sociais: Murilo Busolin. Analista de Conteúdo: Barbara Guerra. Analista de Produto Júnior: Giuliana Ferrari. Analistas de Marketing: Isabella Paiva e Rafaela Vizoni. Analista de Business Intelligence: Bruna Medina. Assistentes de Marketing: Amanda Miyagui Fernandez e Giovanna Alves. Colaboradores: Edição: Daniela Saragiotto e Dante Grecco. Revisão: Marta Magnani. Design: Cristiane Pina.

**mobilidade**

Publicação da S/A O Estado de São Paulo  
Conteúdo produzido pelo Estúdio Blue Studio





entre 266 cv e 480 cv de potência. A autonomia vai de 340 a 505 quilômetros com uma carga completa de bateria. A montadora afirma que o Mach E acelera de 0 a 100 km/h em 3,5 segundos. As dimensões do modelo são 4,73 metros de comprimento, 1,88 de largura e 1,62 de altura.

#### HYUNDAI TUCSON HYBRID

A Hyundai despista quando o assunto é oferecer o Tucson Hybrid no Brasil. O utilitário esportivo fez sucesso no País com o visual antigo, mais quadrado. Depois de renovado, ele mudou de patamar e tenta reconquistar seu espaço. A versão com motor a combustão e elétrico pode representar essa reação. Com tração nas quatro rodas, o carro tem 45 quilômetros de autonomia no modo totalmente elétrico. O motor convencional 1,6 turbo desenvolve 182 cv de potência e 26,9 mkgf de torque, aliado à transmissão automática de seis marchas.

#### JEEP COMPASS

lançado no Brasil no início do ano, o Jeep Compass híbrido está a caminho do Brasil. Debaixo do capô, ele apresenta o novo motor 1.5 turbo de quatro cilindros, da família GSE, que despeja 130 cv de potência e 24,5 mkgf de torque. O câmbio é automático de sete marchas. Mas o conjunto motoriz tem algo mais: ele integra um sistema elétrico de 48 V, que fornece 20 cv e 5,6 mkgf extras, podendo movimentar o SUV quando seu motor convencional está desligado.

#### KIA EV6

Eleito recentemente Carro do Ano de 2022, na Europa, o crossover Kia é desenvolvido na plataforma modular elétrica global (E-GMP), da Kia, que permite a inserção de uma série de tecnologias de última geração. Com design futurista, o EV6 é capaz de rodar 528 quilômetros com uma carga completa de bateria. Ele é o primeiro dos modelos elétricos que a fabricante sul-coreana pretende lançar até 2026. O EV6 possui dois pacotes de baterias possíveis: de 58 kWh e 77,4 kWh, com potência que chega a até 325 cv.

#### KIA NIRO

A Kia também estuda importar para o Brasil o Niro na versão híbrida e algumas unidades



com motorização elétrica, a fim de sentir a reação do público. O SUV vive a sua segunda geração, inspirada no carro-conceito HabaNiro, mostrado em 2019. Ele mede 4,35 metros de comprimento, 1,80 de largura, 1,55 de altura e 2,72 de distância entre eixos, com espaço suficiente para cinco pessoas. O Niro híbrido vem equipado com motor 1.6 de 105 cv de potência e um propulsor elétrico de 32 kW (43 cv).

#### MERCEDES-BENZ EQS

A Mercedes-Benz do Brasil garante que em 2024 importará os modelos elétricos EQS, EQA e EQB, que se juntarão ao pioneiro EQC 400, lançado no ano passado. Apenas

o EQS não é desenvolvido sobre a base de um modelo com motor a combustão. Cheio de si, ele tem plataforma própria e nasceu para ser um automóvel eletrificado. O cupê deverá chegar em duas versões: a 450+ de tração traseira, entrega 333 cv de potência e 57,9 mkgf de torque; enquanto a 580 4Matic rende 523 cv e 87,2 mkgf. A autonomia é de 770 quilômetros.

#### PORSCHE TAYCAN GTS

A Porsche vem investindo na instalação de infraestrutura de recarga no Brasil, isso comprova que a companhia está levando muito a sério o novo mercado em formação na indústria automotiva nacio-

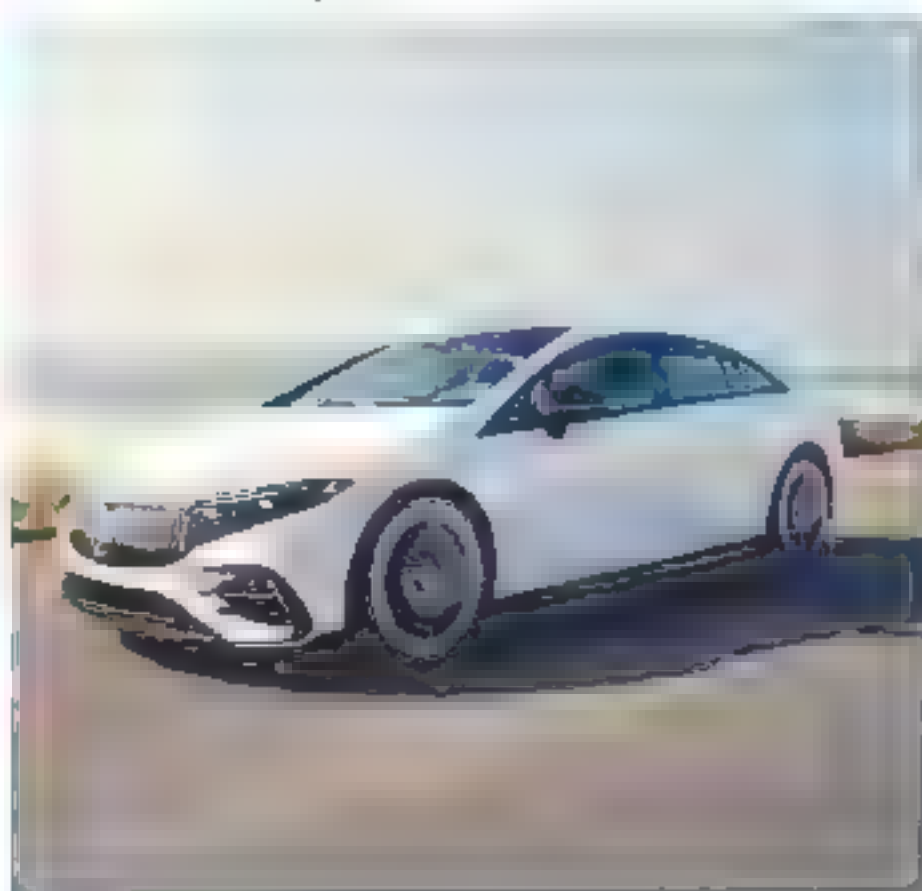
nal. O Taycan agrega cinco configurações, com diferentes carrocerias e níveis de equipamento. A família será ampliada com a versão GTS elétrica, que possui motor de 598 cv de potência e 504 quilômetros de autonomia. O preço é para poucos: na casa de R\$ 800 mil.

#### RENAULT KWID E-TECH

O compacto passou por uma reformulação em janeiro, e a Renault aproveitou para revelar que está preparando a chegada da versão elétrica E-Tech. A montadora mantém segredo sobre as especificações técnicas. Tomando por base o Dacia Spring, a versão europeia do Kwid, o novo carro terá a bateria de 27,4 kWh, que proporcionará potência aproximada de 45 cv. Outros números de desempenho são: 230 quilômetros de autonomia, 125 km/h de velocidade máxima e aceleração de 0 a 100 km/h em 9,1 segundos. É bem provável que ele seja um dos modelos movidos a bateria mais em conta no País.

#### VOLKSWAGEN ID.3

A chamada Ofensiva Volkswagen na América Latina inclui o lançamento de seis modelos eletrificados no Brasil até 2023. Um deles é o ID.3, que provavelmente fará companhia ao irmão ID.4, com bateria de 58 kWh e autonomia anunciada de até 550 quilômetros. Segundo a Volkswagen, a recarga para rodar 290 quilômetros acontece em apenas 30 minutos. O modelo, dotado de tração traseira, rende 150 kW (cerca de 204 cv de potência). Na Europa, ele deverá passar por pequenas mudanças de estilo em 2023.





**ROBERTA MARCHESI**DIRETORA EXECUTIVA DA ANPTILHOS  
E CONSELHEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE  
EMPRESAS DE TRANSPORTEInaugurado em 1974,  
é o primeiro sistema  
metroviário do Brasil

# Protagonismo do Metrô de São Paulo



**Acesse**  
**Compartilhe**  
**Marque os**  
**amigos**

**V**ocê que anda no metrô na cidade de São Paulo, todos os dias, não imagina que ele é também importante para todo o Brasil, para a América Latina ou mesmo para o mundo. Desde que foi inaugurado, em 1974, o Metrô tem desempenhado o papel de inspiração e aprendizado para que outros sistemas pudessem se desenvolver em outras cidades do Brasil e até mesmo em outros países.

É o primeiro sistema de metrô do Brasil. Ele começou com um único trajeto, a Linha 1-Azul, ligando o Jabaquara, na zona sul, à Santana, na norte, com 6,7 quilômetros de extensão. Atualmente, já conta com mais de 201 quilômetros de trilhos, divididos em seis linhas, 89 estações, sem contar os projetos de ampliação em andamento, que somam mais de 23,5 quilômetros pela cidade.

Como, na época da sua implantação não havia, no Brasil, profissionais especializados em sistemas de metrô, um grupo de técnicos e engenheiros foi enviado para se formar nos Estados Unidos e outro na Cidade do México. Esses grupos se tornaram especialistas no assunto e anos depois, alguns deles se responsabilizaram por treinar equipes e auxiliar na implantação de vários sistemas, no Brasil e na América Latina, como o Trem Metropolitano de Porto Alegre, os metrô do Rio de Janeiro, de Recife, de Belo Horizonte e de Brasília, o de Caracas, na Venezuela, dentre tantos outros.

Por meio desse intenso processo de treinamento e capacitação, a expertise dos profissionais do Metrô de São Paulo só cresceu ao longo dos anos e fez com que a empresa estivesse sempre antenada com as melhores tecnologias de cada época, trazendo inovações que contribuíram para a segurança e rapidez do sistema metroviário dos paulistanos.

**NOVAS TECNOLOGIAS**

No início, o Metrô foi o primeiro no mundo a utilizar tecnologia para uma operação completamente automática, e o primeiro, no Brasil, a ter escadas rolantes para facilitar a movimentação nas estações. Mais recentemente, foi o primeiro da América Latina a ter uma estação equipada com portas de plataforma e a adotar

tecnologia QR Code na venda de bilhetes. E as inovações não param por aí. Em 2010, ele entrou para a seleta lista dos sistemas de metrô mais automatizados e seguros do mundo, com a implantação dos trens da Linha 4-Amarela, que funcionam sem condutor. Na época da sua inauguração, havia pouquíssimos sistemas como esse no mundo e nenhum nas Américas.

O Metrô expandiu fronteiras e se juntou ao CoMET, um grupo formado apenas pelos maiores sistemas do mundo. Lá, os nossos representantes se sentam para discutir inovação e tecnologia com operadores de Nova York, Paris, Moscou, Pequim e de diversas outras cidades, e levam conhecimento e melhores práticas, aqui desenvolvidas, mundo afora.

Não é à toa que em 2010, o Metrô de São Paulo foi considerado o melhor sistema de transporte sobre trilhos da América Latina pelo *The Metro Awards* e, em agosto de 2015, foi eleito um dos melhores sistemas metroviários do mundo, pela revista americana *Business Insider*, sendo o único latino-americano a pertencer a essa seleta lista.

Você que utiliza o metrô da cidade no seu dia a dia, sente os efeitos positivos de escolher se deslocar dessa forma. Mas operar um sistema como esse é um desafio diário. A cidade conta com um dos sistemas mais carregados do mundo, e isso faz com que qualquer imprevisto na operação dos trens impacte no deslocamento de milhares de pessoas. Um trem parado, uma porta de plataforma que não funciona, uma escada rolante que não esteja ligada ou qualquer outro problema que surja ganham grandes dimensões. E como surgem problemas?

Por essa razão, enquanto você anda no metrô, uma equipe discute as melhorias necessárias e as escalas de manutenção, busca novas tecnologias, testa equipamentos tudo para garantir a segurança e avançar com a qualidade do serviço que hoje já é prestado.

É um metrô que não para, que evolui a cada dia, trazendo o que há de melhor em inovação e tecnologia para o bem-estar do passageiro de toda a região metropolitana. É um orgulho dos paulistanos e uma referência para o Brasil e para o mundo.

**em**

“OPERAR UM  
SISTEMA COMO  
O DO METRÔ DE  
SÃO PAULO É UM  
DESAFIO DIÁRIO.”



**Não perca a  
nossa live,  
todas as  
quartas, às 11h,  
pelas redes  
sociais do  
Estadão ou  
no portal  
Mobilidade**





# Painéis artísticos reforçam a importância das mulheres para as cidades

Para promover maior reflexão sobre a representação feminina nos espaços urbanos, campanha homenageia motoristas com pinturas em seis pontos do País

Diversas situações mostram que falta muito para a real inclusão das mulheres na sociedade: só 20% das ruas das cidades carregam nomes femininos, de acordo com levantamento feito pela 99, empresa de tecnologia ligada à mobilidade urbana e à conveniência. Além do volante, não é diferente: apenas 35% das carteiras de motoristas expedidas no País pertencem a mulheres — 21,5% dos que dirigem regularmente por ruas e estradas nacionais, de acordo com o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran).

Para preencher lacunas desse cenário na representação feminina, a 99 convidou artistas mulheres para retratar as motoristas parceiras da plataforma em painéis de arte urbana em seis cidades brasileiras. O projeto começou no último dia 9 de março, como uma reflexão sobre a necessidade de abordar o tema o ano todo, e não somente no Dia Internacional das Mulheres.

## Para serem vistas

A arte urbana traz muito mais visibilidade ao tema, indo além de uma data pontual para representar as motoristas parceiras: mulheres que, diariamente, já tornam as cidades mais femininas. “Levamos essa conscientização adiante, atuando o ano todo em ações diversas para esse público”, explica Juliana Biasi, diretora de Marketing da 99. “Um painel fixo marca a importância do empoderamento feminino e da luta pela igualdade de gênero todos os dias. Por isso, queremos que cada dia mais elas assumam a direção de suas vidas e de seus carros” acrescenta.

Os painéis ocuparão espaços públicos em São Paulo (SP), Campinas (SP), Rio de Janeiro (RJ), Recife (PE), Salvador (BA) e Porto Alegre (RS), sendo pintados ao longo do mês de março. Em São Paulo, a obra fica em uma das empenas do Elevado Presidente



No Minhocão, a motorista parceira da 99 Jaqueline Ramos Silva é homenageada com a obra da artista visual Bea Corradi, cujo trabalho já dialoga com temas do universo da mulher

João Goulart, mas o conhecido como Minhocão. O famoso ponto da capital paulista é uma importante conexão viária, além de palco de intervenções artísticas e de lazer aos domingos.

## Ampliando possibilidades e sonhos

Jaqueline Ramos Silva, motorista parceira da 99 há quatro anos, faz parte do movimento #ElasChegamJuntas, uma das iniciativas do 99 Mais Mulheres para trazer mais segurança, liberdade e autonomia para motoristas parceiras e passageiras. Ela também é a homenageada do painel paulistano, assinado pela artista visual Bea Corradi, que utiliza seu trabalho como ferramenta de diálogo com temas relacionados ao universo feminino.

Jaqueline começa sua jornada às seis horas da manhã e roda 100 quilômetros por dia pela capital paulista. Formada em produção audiovisual, ela

trabalhava com cinema, mas escolheu ser motorista de app após uma depressão ocasionada por uma crise profissional. “As pessoas sempre falam que eu dirigia bem, então pensei: Por que não?”, conta.

As corridas pela 99 possibilitaram que Jaqueline se reerguesse economicamente e emocionalmente, e vislumbrasse outras habilidades. “Percebi que tinha escuta empática e fiz curso de psicoterapia. Já vou começar a atender, mas não pretendo parar de dirigir, porque ser motorista me garante renda para fazer outras coisas de que gosto”, avança.

## Direito a todos os espaços

Há anos, a 99 adota iniciativas por mais visibilidade e representação das mulheres nas cidades. Em agosto passado, a plataforma impulsionou a campanha “Por Cidades Mais Femininas” em diversas plataformas e ambientes físicos, reforçando a importância de tornar

os ambientes públicos mais inclusivos. Outras ações — o 99 Mais Mulheres, o 99 Mulher e o +Mulher360 — envolvem desde o botão de denúncia contra violências, em parceria com o projeto Justiceras, até a doação de corridas (vouchers) para Delegacias da Mulher. “O direito à acessibilidade de ações empreendedoras e à mobilidade segura para trabalhar e se divertir deve abranger passageiras, motoristas parceiras ou funcionárias da 99”, finaliza Juliana Biasi.

## Aumento da violência

Em 2021, as corridas para as 180 Delegacias da Mulher de todo o País aumentaram 42% em relação a 2020, de acordo com o levantamento da 99. Os perfis das vítimas encaminhadas às Justiceras via 99 mostram que

- Sete entre dez são pardas, indígenas ou negras,
- Das que possuem emprego, 90% recebem

um salário mínimo; e 50% delas sequer possuem trabalho;

- Em 84% dos casos, os agressores são maridos ou ex-maridos,
- 45% moram com o agressor
- 24% são vigiadas pelo celular
- Das que procuraram as voluntárias este ano, 48% foi para o primeiro pedido de ajuda.

Fonte: Projeto Justiceras

Para acessar outros conteúdos, aponte a câmera do celular para este QR code:



Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio com patrocínio da 99.



Conheça o

**DriverLAB**

Centro de inovações  
para motoristas.

Serviços inovadores que melhoram a vida de quem viaja e de quem dirige.





# Eletrificação beneficia catadores

Instituições buscam soluções para melhorar a qualidade de vida de profissionais da coleta de lixo informal

POR JU CABRINI

## São Paulo engatinha na coleta eletrificada

Maior cidade do País tem somente 25 unidades eletrificadas em operação



**Acesse**  
Compartilhe  
Marque os  
amigos

**A** coleta de lixo informal em São Paulo é feita por cerca de 1 milhão de catadores e catadoras, os profissionais não oficiais de limpeza urbana responsáveis pela coleta de 90% de todo o material reciclado no País. Entre tantas dificuldades, eles trabalham sob sol ou chuva e chegam a puxar até 800 quilos de material reciclável em suas carroças em um trabalho braço diário, exaustivo e com baixa remuneração. Mesmo de forma incipiente (e longe de resolver todos os problemas relacionados a esse assunto), algumas iniciativas novas, com foco em eletrificação, começam a surgir a fim de trazer aumento de produtividade e mais qualidade de vida a esses profissionais. Entre elas, destacam-se o Re-ciclo, executado pela Fundação de Ciência, Tecnologia e Inovação de Fortaleza (Citinova) e o Carroças do Futuro, da ONG Pimp My Carroça, de São Paulo. Conheça um pouco mais sobre eles, a seguir.

**Concessionária Ecourbis utiliza veículo JAC IEV200T para coleta dos resíduos de saúde**



Os triciclos elétricos do projeto Re-ciclo têm pedal assistido, potência máxima de 350 watts, autonomia de 30 quilômetros e chegam a alcançar 25 km/h

Todos os anos, cada brasileiro produz em média, cerca de 400 quilos de resíduos sólidos, de acordo com a Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe). Desse total, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apenas 111 quilos são reciclados. Ou seja, aproximadamente, 387 quilos de resíduos sólidos produzidos por pessoa são desperdiçados. O que, segundo algumas estimativas, significa que o País, iterativamente, enterra cerca de R\$ 8 bilhões por ano ao não reutilizar ou reciclar esses materiais.

O ideal seria, claro, expandir de forma exponencial o total de recicláveis por ano. Tarefa nada fácil, aliás, e por vários motivos. Um deles são as condições penosas de trabalho dos cerca de 1 milhão de catadores e catadoras, os profissionais não oficiais de limpeza urbana responsáveis pela coleta de 90% de todo o material reciclado no País. Entre tantas dificuldades, eles trabalham sob sol ou chuva e chegam a puxar até 800 quilos de material reciclável em suas carroças em um trabalho braço diário, exaustivo e com baixa remuneração.

Mesmo de forma incipiente (e longe de resolver todos os problemas relacionados a esse assunto), algumas iniciativas novas, com foco em eletrificação, começam a surgir a fim de trazer aumento de produtividade e mais qualidade de vida a esses profissionais. Entre elas, destacam-se o Re-ciclo, executado pela Fundação de Ciência, Tecnologia e Inovação de Fortaleza (Citinova) e o Carroças do Futuro, da ONG Pimp My Carroça, de São Paulo. Conheça um pouco mais sobre eles, a seguir.

### PREMIAÇÃO INTERNACIONAL

O projeto Re-ciclo recebeu aporte de R\$ 1 milhão, valor da premiação que Fortaleza ganhou do Desafio Global de Mobilidade Urbana 2019 organizado pela Transformative Urban Mobility Initiative, instituição vinculada ao Ministério para Cooperação e Desenvolvimento do governo da Alemanha.

Planejado para ceder 50 triciclos elétricos às associações de catadores da capital cearense, o Re-ciclo sofreu um atraso de quase um ano por causa da pandemia. Atualmente existem 6 triciclos em circulação e 29 começam a operar em maio.

No fim, esse período foi bom para que pudessemos nos adequar e capacitar os usuários. Isso porque, mais do que tudo, é uma mudança cultural, muito grande para esses profissionais, afirma Luiz Alberto Saboia, presidente da Citinova.

Esse atraso de quase um ano para a real implementação também possibilitou que, em um primeiro momento, além do cadastramento de 12 associações e indicação de 3 catadores, fossem feitos ajustes nos triciclos elétricos, como adequação de tamanho e capacidade de carga.

Os veículos, da fabricante Dream Bike, são recarregados nas sedes das associações participantes, e têm pedal assistido, potência máxima de 350 watts, autonomia de 30 quilômetros e chegam a 25 km/h.

Saboia aponta que os benefícios citados pelos usuários vão desde a diminuição das dores musculares, passando pelo aumento de 40% na renda individual, até o relato de melhores tratamentos por parte da população. Estamos na segunda fase do projeto piloto. Em 2023, vamos lançar um edital para fomentar a expansão, em escala, para a cidade toda, afirma.

### EM BUSCA DE APOIO

A ONG Pimp My Carroça, com sede na capital paulista e atuação em cerca de 50 cidades de 16 países, lançou, em 2019, e dois anos depois, colocou em prática o projeto Carroças do Futuro, com o objetivo de promover uma alternativa elétrica e ecológica para reduzir o esforço do





As Carroças do Futuro têm quatro velocidades, motor elétrico com a função de ré e itens de segurança, como freio, buzina, setas, rastreadores via GPS e faróis

trabalho com as que utilizam tração humana. O projeto busca favorecer maior capacidade de coleta de materiais, otimizar o tempo de trabalho e gerar benefícios na geração de renda desses profissionais. Além de aumentar o reconhecimento e a

valorização dos catadores nas comunidades, promover elevação na autoestima e na qualidade de vida, afirma Adriane Andra de, coordenadora do Carroças do Futuro.

Após três anos de pesquisa e desenvolvimento e muito aprendizado na fabricação

	RE-CICLO	CARROÇAS DO FUTURO
RESPONSÁVEL	Citilove	Imp My Carroça
INVESTIMENTO	R\$ 1 milhão	Não revelado
QUANTIDADE	1	1
TIPO	Elétrica	Elétrica
CAPACIDADE DE CARGA	150 kg	Entre 400 kg e 500 kg
ENVOLVIDOS	1	1
AUMENTO NA RENDA	10%	50%
ESFORÇO	34% menor	Deixe de percorrer em um dia de trabalho

de um modelo adequado ao trabalho, chegou-se a uma versão aprimorada da carroça elétrica, que possui quatro velocidades, motor elétrico com a função de ré e itens de segurança, como freio, buzina, setas, rastreadores via GPS, farol dianteiro e traseiro.

Atualmente, há quatro carroças elétricas, conduzidas por profissionais com mais de 60 anos e que circulam nas regiões de Gdianases, Brooklin, Pinheiros, Glicerio e Campos Eliseos, na capital paulista. Elas são recarregadas em tomada comum por até 2 horas e suportam entre 400 e 500 quilos.

Adriane afirma que nos resultados observados no período de teste, estão

o aumento de até 200% na capacidade de coleta de materiais e crescimento de 50% na renda mensal dos catadores.

O Carroças do Futuro, que já contou com parcerias como as do Instituto Ciência e Sociedade (ICS), do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT) da Nestlé da 3M e da Pyxera Global/Impact Program, passa por um momento decisivo e corre o risco de não ir adiante por falta de apoio financeiro. Nossa meta é unir parceiros e financiadores para replicarmos, entre 2022 e 2023, mais 50 carroças elétricas com a metodologia desenvolvida e validada.

3M

Foto: Divulgação/Estadão Blue Studio. Pesquisa: Estadão Blue Studio

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio.

**SUMMIT**  
MOBILIDADE 2022

**VEM AÍ!**

13 DE MARÇO

16 A 20 DE MARÇO

REALIZAÇÃO: **ESTADÃO**

REALIZAÇÃO: **mobilidade**  
ESTADÃO

PATROCÍNIO: **veolae**



# Lançado o novo marco legal para o setor

Projeto busca remodelar o planejamento de transporte de passageiros

Para saber mais sobre o PMU, acesse: [parquedamobildadeurbana.com.br](http://parquedamobildadeurbana.com.br)



**Acesse**  
**Compartilhe**  
**Marque os amigos**

O senador mineiro Antônio Anastasia (PSD) apresentou o novo Projeto de Lei (PL 3278/2021) que remodela de maneira inovadora o Marco Legal da Política Nacional de Mobilidade Urbana. O PL oferece novos olhares para a desfofocação de passageiros, ao priorizar comedores exclusivos e táxis preferenciais de transporte público em vias urbanas.

O programa de reestruturação foi desenvolvido pela Associação Nacional de Empresas de Transportes Urbanos (ANETU) em parceria com diversos especialistas do setor. Parte essencial do projeto é a promoção da transparência e independência decisória, o que facilita decisões técnicas para a mobilidade urbana em cada ente da Federação.

## DEMANDA EM QUEDA

Com o prejuízo de R\$ 4,2 bilhões desde o início da pandemia, o setor de transporte público chegou a ter queda na demanda de 80% em algumas localidades do País, o que resultou em um grave dano econômico. O Marco Legal da Política Nacional de Mobilidade Urbana propõe uma alteração no cenário pandêmico ao dividir os investimentos em duas grandes frentes: reforçar e continuar as linhas de financiamento existentes, simul-

taneamente a ampliação dos subsídios de infraestrutura do transporte coletivo.

O texto do projeto de lei também estabelece prerrogativas para enfrentar momentos de crise, como definições mais claras relativas aos conceitos de tarifa de remuneração e tarifa pública. A recessão da mobilidade urbana expôs que serviços não podem depender exclusivamente de tarifas, sendo necessária a criação de fontes extras de financiamento.

## EVENTO SOBRE MOBILIDADE

A plataforma Connected Smart Cities e o **Mobilidade Estadão** se unem, em 2022, com o propósito de promover a conexão da mobilidade urbana entre gente, sistemas e inclusive a política da integração de ideias desse ecossistema no Brasil e no mundo. Para que haja essa conexão a parceria realiza, entre os dias 23 e 25 de junho, o Parque da Mobilidade Urbana (PMU), no Memorial da América Latina, em São Paulo.

O Marco Legal da Política Nacional de Mobilidade Urbana será um dos temas debatidos no evento, permeando os diferentes atores que fazem parte desse contexto e conduzindo diversas discussões para que a mobilidade seja abordada em várias esferas.

3M

Este material é produzido pela Estação Blue Studio.

# PARTICIPE DO MAPEAMENTO DE ORGANIZAÇÕES TECNOLÓGICAS DE MOBILIDADE

Inscrições gratuitas até 31/03

11 97654-2987

[pmu@noveainova.com.br](mailto:pmu@noveainova.com.br)

parque da  
**mobilidade**  
urbana

Disruptivo, Sustentável e Inclusivo

23 a 25 de junho de 2022

Memorial da América Latina - São Paulo - SP



PATROCÍNIO APRESENTADOR

enel x

REALIZAÇÃO




mobilidade  
estadão

PATROCÍNIO PRATA

veloe





# VELOE É A SUA PARCEIRA QUANDO O ASSUNTO É MOBILIDADE.

Veloe faz muito mais do que **poupar** você  
de filas em pedágios e estacionamentos.  
É a solução e mais completa de mobilidade  
para pessoa física e jurídica do seu carro  
particular e até a administração da frota de  
veículos de empresas de todos os tamanhos.



veloe



# Venda de implementos em alta

Carrocerias utilizadas por empreiteiras registraram altas entre 15,8% e 36,9%, no primeiro bimestre

POR MARIO CURCIO



**Acesse**  
**Compartilhe**  
**Marque os**  
**amigos**

A venda de implementos para caminhão montados sobre chassi registrou alta de 2,4% no primeiro bimestre e esse movimento foi puxado por carrocerias utilizadas na construção civil. Os modelos basculantes somaram 1.200 unidades, indicando alta de 36,9% sobre os meses de 2021. E as carrocerias para carga seca (como tipos de sacos de cimento e vergalhões, totalizaram 2.500, com acréscimo de 15,8% no período, segundo dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Implementos Rodoviários (Anfir).

As indústrias do setor comemoram o movimento de alta. "A procura também ocorre por betoneiras, pranchas do tipo carrega-tudo e tanques", afirma Alcides Braga, presidente da fábrica de implementos Truckvan.

Silvio Campos, diretor comercial da Librelato, nota uma mudança nos produtos consumidos. "Há dois anos, as vendas de carrocerias abertas eram mais dirigidas ao transporte de grãos, mas, nesse período, aumentou o volume de entregas para o transporte de vergalhões e insumos para a construção civil."

De acordo com os fabricantes de implementos, tanto os empreendimentos imobiliários como as obras de infraestrutura puxaram as entregas de carrocerias.

"Notamos uma retomada da construção civil a partir do fim de 2020", diz o diretor comercial da Librelato.

Dados do Sindicato das Empresas de Compra, Venda e Administração de Imóveis (Secovi) confirmam essa percepção. Os lançamentos de imóveis na capital paulista somaram 8 mil unidades, entre fevereiro de 2021 e janeiro de 2022, registrando assim um crescimento de mais

de 30% sobre os 12 meses anteriores (de fevereiro de 2020 a janeiro de 2021).

No caso das obras de infraestrutura, a procura de implementos fabricados pela Librelato foi motivada pela pavimentação de estradas. Segundo a empresa, os compradores desses equipamentos são grandes transportadoras que prestam serviços para as empreiteiras.

Também há vendas pontuais a clientes especializados no transporte de areia, pedra britada e minério, garante o executivo da Librelato. Para Alcides Braga da Truckvan, os compradores desses implementos são as empreiteiras e todos os fornecedores de insumos para construção. "Percebemos uma intensificação nessas vendas, a partir do segundo semestre do ano passado", ressalta Braga.

Apesar dos reflexos do conflito entre Rússia e Ucrânia, os fabricantes de carrocerias acreditam em bons resultados até o fim de 2022. "Estive em uma recente feira do setor agrícola, e percebi um ânimo muito grande entre os expositores por isso, confio bastante neste ano", afirma Campos, da Librelato.

Para Braga da Truckvan, a expectativa ainda é de crescimento neste ano, mas de forma moderada, pois a base de comparação é muito forte. "Aqui, em 2021, no ano passado, crescemos mais de 80%". Ele não acredita que o conflito na Ucrânia terá efeito significativo no mercado de implementos.

## BONS RESULTADOS JÁ EM 2021

Ano passado, as vendas totais de implementos rodoviários somaram 162.700 unidades e anotaram alta de 33,5% sobre 2020. As carrocerias para carga seca montadas sobre chassi totalizaram 7.700, com acréscimo de 35,5% sobre o volume total licenciado no ano anterior. As carrocerias basculantes tiveram alta ainda maior, 42,3%, com 7.600 unidades.

Outro tipo de equipamento para construção civil que se destacou em 2021 foram as betoneiras, que alcançaram, no ano, o maior crescimento (85% entre as carrocerias montadas sobre chassi, com 1.600 unidades. Neste primeiro bimestre, foram entregues 180 betoneiras, quase uma repetição dos primeiros dois meses do ano passado.

## MONTADORAS ESTÃO ATENTAS AO SEGMENTO

Caminhões para construção civil e mineradoras quase sempre enfrentam condições extremas de utilização. Para atender a esse tipo de demanda, as montadoras instaladas no Brasil vêm criando produtos específicos. No primeiro bimestre, a Mercedes-Benz lançou o modelo Arocs 8x4 E e recebe motor de 510 cavalos, tem peso bruto total (PBT) de 58 toneladas e capacidade para receber carrocerias basculantes de até 24 metros cúbicos.

No fim do ano passado, a Volkswagen apresentou o Constellation 4.460 com tração 8x4. O modelo tem PBT de 4 toneladas, a maior capacidade de carga entre os caminhões da marca com chassi rígido. Seu motor produz 460 cavalos.

— **EN**



Empreendimentos imobiliários e as obras de infraestrutura foram responsáveis pelo aumento nas vendas de carroceria

— Foto: Adobe Stock



# Aumento no diesel será um dos impactos da guerra

Setor de transporte de carga prevê também reajustes em pneus e lubrificantes, e já teme redução no volume de fretes



Leia a matéria completa no portal:



O setor de transporte de carga prevê diferentes reflexos da guerra entre Rússia e Ucrânia, que teve início no final de fevereiro. Com o aumento no preço do diesel na bomba, o segmento teme o repasse desse custo aos fretes, e aguarda também reajustes nos preços de pneus e outros insumos. A redução na demanda por transporte é outra possibilidade.

"O transportador não tem condição de absorver o crescimento dos custos; precisamos fazer os repasses", lamenta Danilo Guedes, presidente da ABC Cargas. Diego de Tomasi, vice-presidente do Setcers (sindicato que reúne transportadoras no Rio Grande do Sul), afirma: "Vivemos um cenário muito tenso desde 2021, e, com o novo conflito, acreditamos em reajustes também em pneus, lubrificantes, entre outros itens".

De Tomasi diz que as empresas de sua região estão com valores de frete defasados, e que, por isso, terão de repassar algum percentual, mas recorda que as quedas recentes na cotação do dólar tendem a reduzir o impacto da alta do petróleo.

Marcelo Rodrigues, vice-presidente do Setcesp (entidade paulista do setor de carga), cita como outro problema a redução no transporte de itens exportados à Rússia, como soja, carnes de frango e bo-

vina, café, amendoim e açúcar, além dos fertilizantes trazidos daquele país.

Lauro Valdivia, assessor técnico da Associação Nacional do Transporte de Carga e Logística (NTC&Logística), teme o cenário de recessão, em caso de prolongamento do conflito, "com consequente redução no volume de carga transportada". E recorda que os reajustes no diesel são mais sentidos pelos autônomos e pequenos transportadores: "O combustível representa 35% das despesas para as grandes empresas, mas, para os pequenos e autônomos, esse peso é de 40% a 50%".

Além das frequentes altas nos combustíveis, o setor de transporte enfrentou, ainda, aumento nos preços e desabastecimento de pneus. "Também sou um transportador; e, antes da pandemia, eu pagava R\$ 1.250 num pneu comum para carreta [medidas 295/80 R22.5]. Hoje, está barato quando encontro por R\$ 2.500", recorda o vice-presidente do Setcesp.

Já Giuseppe Lumare, diretor comercial da transportadora Braspress, acredita que, além do provável reajuste nos pneus (por causa de matérias-primas derivadas do petróleo), pode ocorrer falta do produto em razão da demanda atual por caminhões. (M.C.) **em**

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio.

**ESTADÃO**  
**BLUE STUDIO**

APRESENTADO POR

**veloe**

## Gestão de frota é opção para economizar combustível

Com negociação de preços do diesel, análise flex e tecnologia de ponta, soluções de gestão como o Alelo Frota da Veloe podem reduzir gastos com abastecimento em até 30%

O preço dos combustíveis, que já estava nas alturas, explodiu com a invasão da Ucrânia pela Rússia. A guerra na Europa fez o barril do petróleo bater recorde no mercado mundial e obrigou a Petrobras a anunciar um aumento expressivo nos preços do diesel e da gasolina.

A elevação no valor dos combustíveis tem impacto em toda cadeia produtiva, mas afeta especialmente o mercado de frota e frete. Afinal, segundo estimativas da Veloe, as empresas do setor gastam cerca de R\$ 300 bilhões por ano com combustíveis.

Nesse cenário, uma gestão de frota eficiente se mostra ainda mais importante para reduzir o custo com combustíveis. "Contamos com uma estrutura interna para negociar o preço do diesel diretamente com os postos. Como

trabalhamos com grandes volumes, conseguimos descontos mais vantajosos do que em uma negociação individual", revela Antonio Carlos Priore, superintendente comercial do Alelo Frota, solução de gestão de frotas da Veloe.

Segundo o executivo, a redução de gastos de uma transportadora com combustível pode chegar a 30% com a utilização de uma gestão de frota. "Nosso roteirizador mapeia as rotas dos clientes, e apontamos os postos com melhores preços. Além disso, nossa equipe de 'farmers' presta consultoria aos gestores sobre formas de economizar ainda mais combustível", garante Priore.

A gestão da frota pode até inibir fraudes no abastecimento e desvio de combustível, afirma o executivo com mais de 20 anos de experiência no setor. "Quem optar por

uma solução completa conta com a telemetria, que identifica quando o motorista não conduz de forma linear, acelerando ou freando bruscamente, ou até mesmo identificando um consumo de diesel enquanto o caminhão está parado, sinal claro de fraude", diz.

### Análise flex

Até mesmo empresas que têm frotas leves podem se beneficiar das soluções oferecidas pelo Alelo Frota. "Fazemos uma análise flex, mostrando aos frotistas leves onde é mais vantajoso optar pelo etanol em vez da gasolina", explica Priore.

Além da negociação de preços e do controle dos gastos com abastecimento, outra forma de economizar combustível é fazer a manutenção da frota. "Ter os veículos em ordem representa uma cadeia de ganhos, pois é sempre mais barato fazer a manutenção preventiva do que a corretiva. Sem falar que um veículo bem cuidado consome menos", adverte o superintendente comercial. O controle automatizado da manutenção da frota também pode fazer parte do completo pacote de serviços do Alelo Frota da Veloe.



A alta dos combustíveis tem impacto em toda cadeia produtiva, mas afeta especialmente o mercado de frota e frete

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio com patrocínio da Veloe.



# Vem aí a Copa do Mundo de Mountain Bike

Petrópolis, cidade serrana do Rio de Janeiro, receberá a nata do MTB mundial

POR JOSÉ TAVEIRA



**Acesse**

**Compartilhe**

**Marque os amigos**



O ciclista brasileiro Henrique Avancini, durante prova de MTB Cross Country, realizada em Snowshoe, na Virgínia Ocidental (EUA), em setembro de 2021

Sabemos que, em 2022, haverá a Copa do Mundo de Futebol no Catar, e muitos brasileiros estão ansiosos para ver o Brasil lutando pelo título do hexacampeonato. Para nós, ciclistas, no entanto, o evento mais esperado do ano está logo aí. Será a etapa de Petrópolis (RJ), da Copa do Mundo de MTB (Mercedes-Benz UCI Mountain Bike World Cup Petrópolis 2022), que acontecerá entre os dias 7 e 10 de abril.

A realização de um evento tão importante como esse traz muitos benefícios ao ciclismo nacional – o Brasil não recebia uma etapa da Copa do Mundo de MTB desde 2005, quando Santa Catarina foi uma das sedes do circuito mundial. Um deles é que a nata do MTB masculino e feminino internacional estará presente. Assim, jovens ciclistas, entre outros aficionados pelo esporte, poderão ver, ao vivo ou assistir pela TV, as incríveis manobras de feras da categoria, como o brasileiro Henrique Avancini (sétimo no ranking da organização mundial de ciclismo) ou a lenda suíça Nino Schurter, que possui nove títulos mundiais e foi campeão de MTB XCO (modalidade cross country olímpica), nos Jogos Rio 2016. Na elite entre as mulheres, a expectativa é a confirmação da presença da atual número 1 no ranking, a britânica Eve Richards, de apenas 25 anos.

A etapa da Copa do Mundo de Petrópolis será disputada na pista XCO (Cross Country Olímpico) Henrique Avancini. O local também será palco de outro evento importante, a Copa Internacional Michelin de MTB, na semana que antecede a Copa do Mundo. A pista conta com percurso de 4,5 quilômetros e, aproximadamente, 200 metros de altimetria acumulada por volta.

Desde o início de janeiro, a equipe responsável pela trilha tem trabalhado, diariamente, no local, mesmo com as fortes chuvas que atingiram a região, fazendo melhorias e ajustes técnicos no seu traçado, com novos trechos e pontes.

**Avancini, nascido em Petrópolis, está entre os favoritos ao título da etapa na Cidade Imperial**

## DESTAQUE NACIONAL


Henrique Avancini, que dá nome ao circuito, completa 33 anos, no próximo dia 30, e é considerado o maior nome da história do ciclismo nacional. Desde que nasceu, na cidade montanhosa de Petrópolis, propícia para a prática do mountain bike, ele tem a bicicleta como seu principal

brinquedo e parceira. Aliás, ainda criança, ganhou sua primeira bike de seu pai, Ruy Avancini, que também foi ciclista profissional na categoria de estrada. Henrique começou a competir com menos de 10 anos de idade. Antes da adolescência, já era campeão juvenil e, de lá para cá, colecionou títulos, dentro e fora das pistas.

Henrique Avancini é o único ciclista brasileiro com um título de campeão mundial, conquista alcançada, em 2018, na Itália, na categoria mountain bike maratona. Na ocasião, foram mais de cinco horas pedalando para vencer a disputa. O brasileiro, que faz parte da equipe internacional Cannondale Factory Racing, tem ainda, no currículo, títulos em diversas etapas da Copa do Mundo, 19 troféus de campeão brasileiro e mais dezenas de outras conquistas internacionais e nacionais.

Atualmente, o ciclista é um dos atletas brasileiros mais valorizados no mercado esportivo. Por isso, reúne 18 patrocinadores pessoais. Com seu talento e reconhecimento, ele busca, também, impulsionar ainda mais o ciclismo brasileiro.

Há oito anos, por exemplo, lançou o time Henrique Avancini Racing, equipe que busca desenvolver jovens brasileiros promissores no MTB. Hoje, seu time tem um novo nome – Caloi/Henrique Avancini Racing – e é considerado um dos melhores do País nas competições de mountain bike.

Nos últimos anos, Avancini trabalhou intensamente para trazer uma das etapas da Copa do Mundo ao Brasil. Além de cuidar de toda negociação do evento, que é uma das maiores competições do ciclismo mundial, ele se envolveu diretamente na concepção do circuito e na construção da pista em que serão realizadas as provas. Literalmente, colocou a mão na massa e, por várias vezes, pegou em uma enxada para que tudo saísse à perfeição. 

**Serviço**  
**Mercedes-Benz UCI Mountain Bike World Cup Petrópolis 2022**

**Local:** Petrópolis (RJ), Vale do Cuiabá, São José Bike Club

**Data:** 7, 8, 9 e 10 de abril de 2022

**Onde assistir:** As principais provas terão transmissão ao vivo pelos canais SporTV e pelo App Red Bull TV

**Sítio:** mtbwc.com.br





# O Rubinho tá MUITO ON!

Rubens Barrichello mostrou tudo o que sabe neste fim de semana em Goiânia, e com um desempenho espetacular: fez a Pole Position Snapdragon, faturou o Troféu Volta Mais Rápida Motorola, ganhou as duas corridas do fim de semana e ainda foi o Claro 5G Man of The Race! Demais, né?

Parabéns, Rubens!



Naturgy

Light

GOV. DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

APRESENTAM

G P RIO2022  
GALEÃO

STOCK  
CAR SERIES

A próxima será  
com as máquinas  
do StockCar voando  
no Aeroporto  
do Galeão!

10/04/22

Não perca!

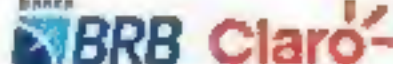
Saiba mais no Instagram @stock\_car, Facebook @stockcaroficial, YouTube @stockcarchannel ou site [stockproseries.com.br](http://stockproseries.com.br)

Patrocinadores

Mantenedores



Banco



sportv2 TV ESTADÃO



NEW ON



Intelbras



Transzero





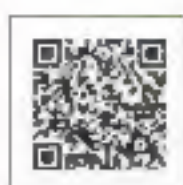
# Cinquenta tons bem velozes

Rubinho Barrichello domina completamente o circuito externo de Goiânia

POR ALAN MAGALHÃES  
FOTOS: DUDA BAIROS/VICAR



Rubens Barrichello venceu tudo o que podia em Goiânia com seu 111



**Acesse**  
Compartilhe  
Marque os amigos

## Confira a classificação na Stock Car



COLOCAÇÃO	PILOTO	MARCA	PONTOS
1º	Gabriel Casagrande	CHEVROLET	63
2º	Thiago Camilo	TOYOTA	62
3º	Rubens Barrichello	TOYOTA	56
4º	Daniel Serra	CHEVROLET	54
5º	Cesar Ramos	TOYOTA	46
6º	Gaetano Di Mauro	CHEVROLET	41
7º	Julio Campos	CHEVROLET	40
8º	Rafael Suzuki	TOYOTA	38
9º	Ricardo Zonta	TOYOTA	31
10º	Marcos Gomes	CHEVROLET	28

Se, por um lado, todo esporte carrega uma aura de emoção, ineditismo, que nos faz torcer, mesmo sem termos a certeza de quem vencerá, por outro, costuma premiar quem trabalha mais e da forma certa. No automobilismo, o mais coletivo dos esportes individuais, que combina homem e máquina, essa lógica fica ainda mais intrínca, pois a equação inclui fatores técnicos, humanos e até intuitivos. Em geral, nas vitórias, o piloto é exaltado, mas, nas derrotas, invariavelmente, o culpado é o equipamento.

Rubens Barrichello e sua equipe, Full Time Sports, não vinham combinando bem as variáveis dessa equação, e os resultados não estavam aparecendo como deveriam. Afinal, com 31 carros dentro do mesmo segundo, em relação ao tempo da pole position na última prova, qualquer "vírgula" errada altera o resultado, que é, quase, pura matemática.

A Full Time entregou o Toyota Corolla do ex-piloto da Fórmula 1 praticamente perfeito, o que facilitou bastante o trabalho do final de semana. Como se diz no jargão do esporte: "Desceu do caminhão e já virou tempo".

Junte-se a isso o fato de que Rubens Barrichello se dá muito bem na pista de Goiânia, seja no seletivo traçado misto de 3.835 metros, seja no externo, capcioso, chamado de oval, de 2.695 metros, utilizado no último final de semana. Dono de, agora, oito vitórias no Autódromo Internacional Ayrton Senna, o campeão da temporada 2014 garantiu mais um feito ao conquistar a quinta pole position na capital goiana. No primeiro grupo da sessão classificatória, marcou 50"111, em sua melhor volta, e não foi superado por nenhum dos outros 33 pilotos na pista.

O número do Toyota Corolla de Barrichello é 111, que coincide com os milésimos do tempo de sua pole position. E, para quem curte numerologia, daqui a 61 dias, o paulista completará 50 anos de idade. Repetindo, o tempo da sua pole foi 50"111. E isso não passou despercebido pelo ex-ferrista: "Eu não sei se compro

uma casa ou um terreno aqui. Adoro este lugar", disse ele, que anotou sua 14ª pole na Stock Car. Cinco delas foram obtidas em Goiânia: em 2014, 2016, 2020, 2021 e esta, agora, em 2022.

### NA LIDERANÇA, O MESMO NOME

Atual campeão, o paranaense Gabriel Casagrande, que correu com 30 quilos de lastro adicionados a seu Chevrolet Cruze, por ser o atual líder da temporada, terminou a primeira corrida do programa em quinto e em 16º na segunda, resultados que o mantiveram na liderança da tabela, mostrando, mais uma vez, a constância do piloto do Chevrolet Cruze #83, da A.Mattheis/Vogel, que lhe valeu o título de 2021.

Ótima prova fez também o gaúcho César Ramos (segundo e décimo), da Ipiranga Racing, único a atacar Barrichello na prova 1.

O formato de duas provas em sequência, adotado pela Stock Car, exige muita precisão por parte dos estrategistas, que, normalmente, de acordo com a posição de largada na prova 1, desenham uma tática que privilegia uma das duas etapas do final de semana, alterando, em tempo real, as estratégias de troca de pneus e reabastecimento. "Temos inúmeras delas que vamos desenvolvendo durante a corrida", contou Barrichello, antes da largada. "De acordo com o que acontece, decidimos, via rádio, o que fazer", completou.

Além de Barrichello e Cesar Ramos, o pódio da primeira corrida no final de semana foi completado por Julio Campos. Na prova complementar, sempre com Barrichello em primeiro, Ricardo Maurício e Diego Nunes ocuparam os dois outros degraus de honra.

O desempenho histórico em Goiânia rendeu a Rubens Barrichello também o prêmio Man of the Race Claro 5G, concedido ao piloto que mais pontua em uma etapa. O campeão de 2014, agora, está em terceiro lugar no campeonato, somando 56 pontos, atrás apenas do líder Gabriel Casagrande (63) e de Thiago Camilo (62).

em